



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

CARLOS MARIGHELLA E A HISTÓRIA DO CONCEITO ‘TERRORISMO’

Tese doutoral apresentada ao Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do grau de doutor em História.

Doutorando: Eduardo José Antunes Netto Carreira
Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal.

Banca examinadora

Presidente: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal (UnB-PPGHIS)

Examinador externo:

Prof. Dr. Carlos Hugo Studart (IHGB/DF – Universidade Católica/DF)

Examinadores internos:

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes (UnB-PPGHIS)

Prof. Dr. André Pereira Leme (UnB-PPGHIS)

Suplente: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres (UnB-PPGHIS)

Brasília
2020

RESUMO

A presente *Tese* se insere no campo da história das ideias e tem como objeto geral de pesquisa o processo de construção histórica do conceito terrorismo. Em termos de objeto de investigação particular e documental, ela tem como foco primário os escritos de Carlos Marighella depois de sua ruptura com o Partido Comunista Brasileiro em 1967, nos quais ele reivindica crescentemente noções e práticas terroristas.

Em outras palavras, a pesquisa que se desenvolve aqui busca cruzar o exame de certa tradição ideológica mais ou menos difusa, e de média duração, com um estudo de caso bastante pontual, peculiar e relativamente recente, tendo como eixo a história por detrás e dentro do conceito terrorismo.

A hipótese de trabalho que anima e amarra estrategicamente o empreendimento é de que Marighella não somente se destaca como um dos mais influentes ideólogos da história do terror revolucionário, como inaugura, sob o ponto de vista doutrinário, a dimensão pós-moderna dessa história.

Palavras-chave: história dos conceitos, terrorismo, Marighella.

ABSTRACT

The present Thesis is inserted in the field of the history of ideas and has as general object of research the process of historical construction of the concept of terrorism. In terms of the object of particular and documentary investigation, it has as a primary focus the writings of Carlos Marighella after his break with the Brazilian Communist Party in 1967, in which he increasingly claims terrorist notions and practices.

In other words, the research carried out here seeks to cross the examination of a certain more or less diffuse ideological tradition, of medium duration, with a very punctual, peculiar and relatively recent case study, with the history behind and within of the concept of terrorism.

The working hypothesis that strategically animates and ties the enterprise is that Marighella not only stands out as one of the most influential ideologues in the history of the concept of terrorism, but he also inaugurates, from a doctrinal point of view, the postmodern dimension of this history.

Keywords: history of concepts, terrorism, Marighella.

Para Flora e Artur

ad probationem quod est possibile resurgere postquam cadentibus, quamquam foeda casus

SUMÁRIO

Introdução	9
Histórico da pesquisa	
Objeto	
Fontes documentais	
Objetivos	
A tese propriamente dita	
O estado da arte	
A estrutura do argumento	
Notas Técnicas	16
Parte 1. Sobre as referências teórico-metodológicas desta Tese	19
1.1. Da instabilidade da relação sujeito/objeto.....	19
1.2. Da matriz disciplinar da história.....	20
1.3. Da relação entre história das ideias e história dos conceitos.....	21
1.4. Da <i>Begriffsgeschichte</i> e seu historicismo.....	22
1.5. Da Escola de Cambridge e seu contextualismo.....	26
1.6. De três noções fundamentais: mitologemas, ideologemas e <i>topoi</i>	29
1.7. Da técnica de “descrição densa”.....	35
1.8. Nota final muito importante.....	37
Parte 2. Sobre a origem do conceito terrorismo	38
2.1. Etimologia das palavras “terror”, “terrorismo” e “terrorista”.....	38
2.2. Revolução Francesa, <i>La Terreur</i> e a ideia de <i>enforcement terror</i>	51
2.3. Surgimento e dicionarização dos termos <i>terrorisme</i> e <i>terroriste</i>	57
2.4. Conclusão desta Parte.....	69
Parte 3. Da ideia de terrorismo como tipo de violência revolucionária “vinda de cima” à ideia de terrorismo como tipo de violência revolucionária “vinda de baixo”	73
3.1. Carbonaria, liberalismo revolucionário e <i>agitational terror</i>	73
3.2. O nacionalismo radical.....	80
3.3. O paradigma anarquista.....	82
3.4. Conclusão desta Parte.....	102
Parte 4. Da doutrina bolchevique do terrorismo	105
4.1. O que Marx e Engels escreveram sobre o terror revolucionário.....	105
4.2. Lênin e a violência terrorista.....	111
4.2.1. <i>Agitational terror</i>	111
4.2.2. <i>Enforcement terror</i>	121
4.3. Trotsky, o principal teórico do terrorismo bolchevique.....	132
4.4. Conclusão desta Parte.....	138
Parte 5. A cultura de violência revolucionária de Marighella	139

5.1. O Partido que Marighella encontrou.....	139
5.1.1. A III Internacional e a exportação do modelo bolchevique.....	139
5.1.2. O lugar da violência na cultura política do PCB: 1922-1935.....	155
5.1.2.1. A criação de um partido leninista.....	155
5.1.2.2. Brasileiros nas escolas da III Internacional.....	162
5.1.2.3. Violência e militarização do PCB.....	165
5.1.3. Conclusão desta Seção.....	186
5.2. O Partido que Marighella ajudou a criar.....	187
5.2.1. O PCB depois de 1935: assassinatos, bombas e planos de guerrilha....	187
5.2.2. O PCB entre 1945 e 1964.....	200
5.2.2.1. A moderação do imediato Pós-Guerra.....	200
5.2.2.2. O projeto de guerra popular prolongada.....	206
5.2.2.3. As experiências armadas do PCB no campo.....	209
5.2.2.4. O “TE” e outros aspectos do uso da violência pelo PCB.....	218
5.2.2.5. Os cursos do PCB.....	225
5.2.2.6. IV Congresso (1954), <i>Declaração de Março</i> (1958) e V Congresso (1969).....	228
5.2.3. Conclusão desta Seção.....	238
5.3. E o baiano nisso tudo? Ou, sobre o lugar das notas biográficas nesta <i>Tese</i>	240
5.4. O processo de ruptura de Marighella com o PCB.....	267
5.4.1. As divergências de Marighella com o Comitê Central.....	267
5.4.2. Marighella em Cuba.....	271
5.4.3. A criação e as características da ALN.....	277
5.4.4. Conclusão desta seção.....	289
Parte 6. A contribuição textual de Marighella para o conceito terrorismo.....	291
6.1. Análise dos escritos de Marighella sobre violência revolucionária.....	291
6.1.1. Sobre o <i>corpus</i> marighelliano.....	291
6.1.2. Os textos de 1964-1966.....	293
6.1.3. Os textos de 1967-1969.....	296
6.1.4. <i>O Mini-manual do guerrilheiro urbano</i>	305
6.1.5. Os últimos textos de Marighella.....	314
6.2. A fortuna editorial de Marighella e a difusão internacional de suas ideias.....	317
6.3. Sobre a fortuna crítica dos escritos de Marighella.....	333
6.3.1. Da sua importância histórica.....	333
6.3.2. Das suas limitações.....	336
6.3.3. Da sua originalidade.....	343
6.4. Autores e obras presentes no pensamento político-militar de Marighella.....	347
Conclusão.....	362

*

Bibliografia

Textos de Marighella.....	372
Obras gerais.....	374

**

Apêndices

Nota explicativa.....	399
I. Por que o nazi-fascismo não é relevante para a história do conceito terrorismo.....	400
II. Por que os principais pensadores da violência política entre a segunda metade da década de 1940 e a difusão da obra de Marighella no final da década de 1960 são secundários para a história do conceito terrorismo: sobre Sartre, Ponty, Fanon, Shariati, Krutwig, Guillén, Bayo, Mao/Piao, Grivas, Delmas/Bonnet/Trinquier e Guevara/Debray.....	402
III. A lenta absorção do conceito terrorismo pelo Direito Internacional.....	424
IV. A tardia emergência do terrorismo como campo de estudo acadêmico e o problema do consenso teórico sobre o objeto.....	427
V. Sobre a noção de pós-modernidade.....	432

“Ortodoxia é coisa de religião”

“Só temos compromisso com a revolução”

“Nós somos guerrilheiros, terroristas e assaltantes”

Carlos Marighella

“For several reasons, marighella's writings represent a key event in the history of terrorism”

Martin Malia

INTRODUÇÃO

Histórico da pesquisa

Durante muito tempo dediquei-me à história da arte e das religiões, em particular sob o recorte temporal da Idade Média, logrando, inclusive, algumas modestas realizações acadêmicas nesse campo. Porém, por motivos alheios à minha vontade, nos últimos quinze anos fui levado a ocupar-me profissionalmente com a história política moderna, o que, apesar de aborrecido no início, acabou se revelando altamente desafiador e fecundo sob o ponto de vista intelectual. Foi nesse contexto de reinvenção de si mesmo que surgiu meu interesse acadêmico pelo fenômeno do terrorismo. E, ao final das contas, a *Tese* aqui apresentada.

Esse novo interesse coincidiu em dado momento com a descoberta, para mim, da história dos conceitos como campo singular e especialmente promissor na reflexão historiográfica a respeito da evolução das ideias, das mentalidades e da cultura, enfim. Em particular, constatei, e me atraiu sobremaneira, uma ainda insuficiente discussão acerca do processo de surgimento e maturação conceitual-doutrinária do tipo de violência que caracteriza o terrorismo. A partir disso, passei a me dedicar ao assunto de modo sistemático.

Dessa mistura, pois, de imperativos externos da vida e de sensibilidades muito pessoais, resultou então o projeto que chegou até aqui.

Em termos bem concretos, isso significou a formação de uma substantiva biblioteca especializada, contatos permanentes com especialistas do Brasil e do exterior, publicações de artigos, comunicações em congressos, apresentações de cursos e, muito especialmente, a realização de dois estudos acadêmicos de algum fôlego.

O primeiro foi minha monografia de final do curso de bacharelado em História, concluído na UnB em 2012, sobre violência política e terrorismo na Argentina no período entre a queda de Perón (1955) e o final do chamado “Proceso de Reorganización Nacional” (1983), orientada pelo professor doutor Daniel Farias¹. Foi um trabalho exploratório (ainda

¹ Eduardo Carreira. *Yo no puedo olvidar, pero no sé bien qué: terrorismo e violência política na Argentina (1955-1983)*.

que não juvenil, pois na ocasião eu já contava com mais cinquenta anos de idade e bem uns trinta como historiador) no qual procurei resumir algumas ideias fundamentais sobre o conceito terrorismo e verificar sua aplicação técnica num contexto específico, sugerindo elementos interpretativos ainda pouco explorados pela historiografia da violência política na Argentina, no sentido de superar a chamada “Teoría de los Dos Demonios”.

O segundo estudo, obviamente de bem maior fôlego, foi minha dissertação de mestrado, defendida em 2016, versando sobre representações e práticas da violência política na Revolução Francesa, orientada pelo professor doutor Arthur Alfaix. Ali, pude realizar uma investigação bastante pormenorizada a respeito de como se construiu nas décadas anteriores à Revolução a base lógica e discursiva da violência revolucionária posterior, analisando também como a prática cotidiana da violência evoluiu a partir das primeiras jornadas revolucionárias até desembocar no Terror como política de Estado. Assim, pude verificar, como era minha intenção de fundo ao propor o projeto de pesquisa, as circunstâncias ideológicas e históricas que possibilitaram o surgimento a noção de terrorismo, e preparar o caminho para um estudo definitivo sobre a história do conceito correspondente, a ser realizado no doutorado.

O volume que se segue culmina essa prolongada reflexão.

Objeto

Lembrando que o objeto específico de um estudo doutoral não é o assunto ou tema geral que ele evoca, mas sim a questão ou coisa pontual a ser investigada dentro daquilo evocado – sempre devidamente ancorada em uma proposição acadêmica original e sustentável –, o foco desta *Tese* não é, por certo, o terrorismo abstratamente presumido nem a dinâmica histórica de suas muitas práticas. Isso interessa aqui apenas como matéria de fundo.

Concretamente falando, o objeto desta *Tese* é tão somente o conceito terrorismo. Ou melhor, tentando ser particularmente preciso: um aspecto da construção histórica deste conceito. Notadamente, procurando ser ainda mais pontual, as ideias de Marighella relacionadas a isso.

Fontes documentais

As fontes documentais primárias da presente *Tese* são cerca de trinta textos elaborados por Marighella, quase todos a partir da segunda metade de 1964, quando começa seu processo de afastamento do PCB. Em particular, interessam aqui os últimos escritos, datados entre 1967 e 1969, entre eles especialmente o *Mini-manual do guerrilheiro urbano*. Esse material não é inédito e se encontra elencado em uma seção própria na bibliografia estampada no final deste volume.

Objetivos

A presente *Tese* tem três objetivos básicos e conexos, porém metodologicamente hierarquizados, os quais convergem para uma síntese explicitada no item seguinte desta Introdução. Esses três objetivos são: 1) apresentar um panorama geral da história da construção do conceito terrorismo desde o final do século XVIII até a época de Marighella; 2) identificar os elementos ideológicos e técnicos mais recorrentes nos teóricos, doutrinadores e apologistas do terrorismo; 3) determinar o lugar de Marighella nesse processo de construção conceitual.

Com relação ao primeiro desafio, as perguntas que se pretende responder são: de onde vieram as palavras “terror”, “terrorismo”, “terrorista”? Quando esses termos foram empregados originalmente? Quem os criou e em qual contexto? Como tais locuções evoluíram ao longo do tempo? Quem foram seus principais divulgadores e teóricos? Qual a carga semântica delas?

Com relação ao segundo desafio, a interrogação mais importante a ser contestada é sobre se existe algum elemento cultural comum (ideológico, político, moral ou técnico) nos discursos textuais dos autores empenhados na construção do conceito terrorismo que possa constituir uma tradição de fato. Em caso afirmativo, que tradição seria essa?

Com relação ao terceiro desafio, a indagação principal é: por que Marighella teria sido relevante na história do conceito terrorismo? E qual exatamente o lugar dele nisso tudo?

A tese propriamente dita

Ao longo desta pesquisa se espera que a perseguição dos objetivos acima expostos confirme ao final do empreendimento a tese (no sentido tradicional e escolástico do termo grego *θέσις*; isto é, como “proposição original”) de que Marighella não foi somente um dos mais influentes autores da história do conceito terrorismo (algo já considerado pela literatura, embora ainda não exaustivamente estudado), como ele também foi o primeiro autor a tratar o terrorismo desde uma perspectiva pós-moderna², questão até agora ausente na bibliografia.

Desde já, não se está supondo que Marighella tenha sido um típico pensador pós-moderno, totalmente antenado com as tendências e realidades que seriam observadas na virada do milênio. Marighella também não foi um “pós-modernista” no sentido “líquido” que Zygmunt Bauman dá ao termo. Isto é, um indivíduo que reproduz as ideologias do pós-modernismo, que foi construído dentro de uma condição pós-moderna e é constituído por ela, sendo seu arauto e representante típico³. De modo geral, ele foi um personagem atado à cultura política da esquerda revolucionária da primeira metade do século XX. E mesmo de antes. O que se afirma como hipótese é tão somente que, a partir de certo momento na década de 1960, suas ideias político-militares deram um salto de qualidade, antecipando e recenseando importantes aspectos que caracterizariam a questão do conceito terrorismo na pós-modernidade, antes que qualquer outra pessoa.

Considerando que Marighella é o autor político brasileiro mais traduzido e lido fora do país em todos os tempos (só equiparável a Paulo Freire), além de ser também citação obrigatória em qualquer tratado sobre história do conceito terrorismo que alcance a segunda metade do século XX, compreende-se que a tese proposta não seja historicamente irrelevante.

² Para a compreensão do que entende aqui por “perspectiva pós-moderna”, ver Apêndice V (“Sobre a noção de pós-modernidade”).

³ Zygmunt Bauman. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998, pp. 49 e ss.

O estado da arte

Em termos de bibliografia nacional praticamente nada existe sobre os assuntos levantados nos parágrafos anteriores. Literalmente. Considere-se, por exemplo, o importante e longo artigo de Marcelo Ridenti “As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia”⁴. Ali, em quase cinquenta páginas, o respeitado historiador elenca e comenta mais de 250 títulos sobre o tema, praticamente esgotando o universo de exemplos possíveis à época. Pois, as palavras “terror” e “terrorismo” aparecem apenas cinco vezes em todo o texto. Todas as cinco vezes em relação à ditadura, nenhuma em relação às esquerdas. Quanto menos a Marighella.

Quase duas décadas depois, impressionantemente, o quadro permanece o mesmo. Durante os últimos quatro anos, esta pesquisa acompanhou todos os indexadores acadêmicos mais importantes em língua portuguesa e não encontrou qualquer tese doutoral ou dissertação de mestrado que discutisse, nem de longe, as questões apresentadas aqui. Ainda que envolvendo uma prospecção menos sistemática, também nada de relevante foi encontrado com relação a artigos publicados em periódicos acadêmicos.

É certo que alguns autores brasileiros como Gorender, Luís Mir, Daniel Aarão Reis, Mário Magalhães, Ricardo Perez, Marco Antonio Villa, Denise Rolemberg e o próprio Ridenti, entre poucos outros, diga-se, declaram saber do significado doutrinal e prático de Marighella para a história do terrorismo. A importância que dão a isso é variada, mais ou menos consequente. Em todo caso, tais manifestações nunca excedem uma dúzia de linhas.

Em contraste, existem inúmeras referências ao problema em outras línguas, reconhecendo-se a enorme importância de Marighella para a cultura do terrorismo a partir do final da década de 1960. Todos os grandes historiadores do terrorismo falam disso: Townshend, Martin, Crenshaw, Smith, Rapoport, Poland, Gus, Kushner, Laqueur, Law,

⁴. Marcelo Ridenti. *As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia*. Campinas, Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth/UNICAMP, 2001, v. 8, n. 14/15, pp. 259-295. Disponível em <http://www.cedema.org/uploads/Ridenti_Bibliografia.pdf>.

Stohl, Yonah e um largo etc. E existem vários artigos acadêmicos deles e de outros estudiosos abordando a questão. Parte do argumento final desta *Tese* trata disso.

Entretanto, parece que ninguém, pelo menos nas principais línguas ocidentais, apresetou um estudo minucioso sobre as relações de Marighella com o terrorismo. Nesse tempo todo de investigação doutoral, frequentando constantemente as principais plataformas bibliográficas internacionais, nada de relevante foi encontrado nesse sentido. O que, sem dúvida, não deixa de ser algo desconcertante. Há uma consciência geral do problema, mas ainda não um estudo sistemático sobre ele.

Evidentemente, a despeito das enormes possibilidades de rastreamento e prospecção bibliográfica disponibilizadas pelos circuitos telemáticos de informação nos últimos anos, o limitado alcance de uma pesquisa pessoal, como a que se apresenta aqui, pode ter ignorado algum estudo fundamental que deveria ser computado na presente discussão. Seja no país ou no exterior, naquela ou outra língua. Frente alguma evidência nesse sentido, o autor desta *Tese* só terá agradecimentos a quem informá-lo disso.

A estrutura do argumento

Esta *Tese* se encontra organizada basicamente em seis partes estruturais e um conjunto de apêndices. Cada uma dessas partes encerra um conteúdo relativamente próprio e podem ser entendidas em três grupos temáticos relativamente distintos. Todos, porém, metodologicamente articuladas no sentido de cercar o objeto de estudo por todos os lados, a modo de bem embasar e fazer evoluir progressivamente a narrativa pretendida.

A Parte I, compõe um grupo próprio e está dedicada aos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa. Em si mesma ela não é imprescindível para o entendimento da *Tese*. Porém, ajuda a compreender o esforço lógico subjacente à reflexão proposta e a fazer uma melhor avaliação de seus resultados finais. Nesse sentido, ali são apresentadas as noções historiográficas mais ou menos abstratas que nortearam a estratégia epistêmica e narrativa desta *Tese*. Em resumo, reivindica-se nessa primeira parte uma história das ideias – mais

precisamente uma história dos conceitos – que busca combinar procedimentos variados e às vezes algo díspares, por isso mesmo pouco antes já chamada de “mestiça”. Ou “híbrida”.

As partes 2, 3 e 4 compõem um segundo grupo temático, centrado em rastrear e determinar as bases para uma história da origem do conceito terrorismo e para uma história de seu conseqüente amadurecimento e difusão. Trata-se de uma discussão abrangente, mas ao mesmo tempo muito minuciosa e que visita diferentes manifestações políticas e processos históricos. Em resumo, discute-se ali os papéis desempenhados pelo jacobinismo e seus derivados decimonônicos, pelo anarquismo violento e pelo marxismo-leninismo na construção do conceito terrorismo.

Finalmente, as partes 5 e 6 compõem o grupo temático relativo propriamente a Marighella, dividindo-se entre aquela que investiga a cultura de violência revolucionária na qual ele se formou durante trinta anos e que moldou sua visão de mundo até o fim (considerando o processo de seu afastamento do PCB), e outra, que trata especificamente de sua contribuição textual para o conceito terrorismo. Esta última parte, sem dúvida, é a mais indispensável da *Tese*, a qual compreende uma discussão formal, hermenêutica e contextual dos textos que Marighella escreveu, entre aqueles relacionados à questão do conceito terrorismo.

Essas seis partes, cujo nexó é bastante óbvio, são formalmente amarradas, por assim dizer, na Conclusão final da *Tese*.

Para dar mais consistência à discussão proposta, são disponibilizados finalmente cinco apêndices temáticos, a modo de excursos complementares ao argumento central.

Notas técnicas

I

Esta *Tese* procura seguir, como exige justamente o PPGHIS/UnB, as indicações da Associação Brasileira de Norma Técnicas (ABNT) relativas à produção de textos científicos. Elas estão dispostas em cerca de uma dezena de NBRs (Normas Brasileiras).

Por exemplo, a NBR 6024/1989 (sobre numeração progressiva das seções de um documento), a NBR 5892/1989 (sobre como datar), a NBR 6028/1990 (sobre resumos), a NBR 6027/2002 (sobre formatação de sumários) e a NBR 14724/2011 (sobre estrutura de monografias e TCCs), entre outras, cada qual com seus respectivos adendos ao longo do tempo.

Para se ter uma ideia da complexidade que isso representa, tenha-se em conta que somente a NBR 6023/2002 (sobre referências bibliográficas), conforme sua atualização de novembro de 2018, passou a ter mais de cinquenta páginas, em vez das vinte e poucas anteriores.

Considerando todas essas prescrições, existe uma vertiginosa quantidade de macros e microscópicos detalhes formais que devem ser observados na confecção de uma tese doutoral no Brasil. Dos mais estruturais e lógicos aos mais mínimos e apenas arbitrariamente exigidos.

Sendo assim, é possível que especialmente alguns desses últimos casos escapem involuntariamente ao esforço formal desta *Tese*. Mas isso, com certeza, sem qualquer prejuízo para o que está por detrás do próprio esforço normativo da ABNT; ou seja, o estabelecimento de elementos racionais e coerentes que possibilitem o diálogo intersubjetivo.

Em termos de deliberada escapadela de tais normativas, note-se apenas uma discreta variação na forma de fazer citações bibliográficas. Nesse sentido, não querendo polemizar ou criticar nada, a solução adotada aqui foi particularmente sensível ao modelo “antigo” de referências técnicas proposto por Emanuel Araújo em seu clássico tratado sobre editoração⁵, o qual permite que a cada alusão bibliográfica o leitor não precise recorrer ao final do volume para identificar a obra mencionada.

⁵ Emanuel Araújo. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 1986.

Isso significa que toda referência literária nesta *Tese*, quando de sua primeira ocorrência, é seguida em nota das indicações de autor, título, lugar de edição, editora, ano de edição e paginação (e outros dados no caso de artigos em periódicos). E que nas vezes seguintes quando a mesma obra é citada são mencionados apenas o autor, o título e a paginação. No caso de repetição sucessiva das mesmas referências de autor e obra, são usados os termos *idem* (mesmo autor) e *ibidem* (mesma obra). Nessas notas os nomes dos autores são apresentados em sua ordem natural. Na bibliografia final, esses autores podem ser facilmente identificados por seus sobrenomes listados em ordem alfabética em caixa alta.

II

Em relação ao esforço realizado aqui, são empregadas as formas *Tese* (maiúscula e itálico) e *tese* (minúscula e romano). No primeiro caso se faz referência ao volume textual que encarna toda a pesquisa realizada, com seus muitos desdobramentos e detalhes. No segundo caso se faz referência à proposição hipotética, de caráter mais pontual abstrato, a ser demonstrada no decorrer da pesquisa.

III

Os capítulos desta *Tese* são sempre fechados com uma “Conclusão” que procura sintetizar o que foi visto antes, exceto na Parte 6 (“A contribuição textual de Marighella para o conceito terrorismo”), pois sua conclusão já seria propriamente o desfecho da *Tese*, o qual pode ser visto logo em seguida em apartado próprio.

IV

Os endereços telemáticos mencionados neste volume foram checados e confirmados nos meses de maio/junho de 2020.

V

Em diversas passagens se refere aqui, por comodidade, à “obra de Marighella”, ao “pensamento de Marighella”, aos “textos de Marighella” ou simplesmente a “Marighella”. Tais expressões devem ser entendidas sempre no sentido de sua produção escrita a partir do processo de afastamento do PCB, principal fonte documental da *Tese*.

VI

A fórmula “o conceito terrorismo” (e não “o conceito de terrorismo”) usada aqui, apesar de causar certo estranhamento, tem sua justificada razão de ser.

Quando se fala em conceito “de” alguma coisa, normalmente já se tem uma ideia do que seja essa coisa, supondo-se “conceitos” diferentes dela. Com certeza, isso não é uma lei, mas apenas uma tendência. Porém uma tendência recorrente. E não se trata de uma questão teórica, mas de uma realidade prática e de ordem linguística. A preposição “de” apresenta cerca de vinte significados diferentes. Entre eles, certos usos remetem fortemente a ideias como “daquilo”, “desde”, “dentre”, “do que”, “a partir de ”, que tomam como base justamente a suposição de algo já dado, do qual derivam noções particulares. Por exemplo, quando se fala em conceito “de” amor ou conceito “de” arte, automaticamente se tende a supor esse ou aquele conceito particular da coisa que “é” o amor ou a arte, de algum modo já pressuposta como ideia básica.

Sendo assim, preferiu-se reforçar aqui – com a supressão da preposição “de” e o uso da fórmula “o conceito terrorismo” – a ideia de que a expressão ‘terrorismo’, em termos conceituais, encerra algo em si, que independe da subjetividade de cada um. Algo “que não tem história”, no sentido positivo, mas não positivista, da expressão de Koselleck.

Parte 1.

Sobre as referências teórico-metodológicas desta *Tese*

Toda a teoria só é boa na condição de que, utilizando-a, se vá mais além

André Gide

Um método pode desempenhar um papel heurístico útil, mas nunca nos dar uma garantia lógica de objetividade

Mark Bevir

1.1. Da instabilidade da relação sujeito/objeto

Esta *Tese* está baseada em uma estratégia teórica-metodológica que se pretende “mestiça”. Ou “híbrida”. Isto é, capaz de combinar procedimentos e incorporar ideias de autores diferentes, inclusive tidos como conflitantes. Mais ainda, esta *Tese* admite também alguma possibilidade de paradoxos, antinomias ou discrepâncias ao longo do argumento que a sustenta. Evidentemente, sem prejuízo de sua coerência e valor epistêmico.

A principal âncora intelectual para respaldar tal perspectiva são duas ideias de Theodor Adorno, as quais se encontram largamente discutidas em várias de suas obras mais clássicas⁶.

A primeira delas se refere à sugestão de certo primado do objeto sobre o sujeito. Ou seja, de que no curso de uma investigação empírica o método e a teoria iniciais devem evoluir e se adaptar ao que se vai descobrindo sobre o objeto. A segunda ideia se refere à previsão de inevitabilidade de contradições no ato cognoscente. Isto é, apesar de o sujeito aparentemente

⁶ Ver, por exemplo, Theodor Adorno (*et alii*). *La disputa del positivismo en la sociología alemana*. Cidade do México/Barcelona, Grijalbo, 1973. Ou também, *Dialética negativa*. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.

dominar a relação com o objeto, ele próprio evolui no processar desse liame, nem sempre sendo possível manter uma perfeita coerência lógica ou retórica no trato da questão.

Ambas noções de Adorno partem do princípio de que toda teoria, por mais supostamente positiva e objetiva que pretenda ser, é intrinsecamente limitada, justamente porque o nexos sujeito-objeto é reciprocamente determinado e instável. Em outras palavras, sujeito e objeto estão abertos um para o outro⁷.

De modo algum se pretende com tais afirmações reivindicar *in totum* as teses metodológicas ou o pensamento geral de Adorno. As referências feitas a ele somente pretendem demonstrar que a opção por uma metodologia não absolutamente retilínea e que aceita possibilidades de dessimetrias, longe de representar uma invencionice do autor desta *Tese* ou algum prejuízo para o rigor intelectual da proposta, é um procedimento epistemológico totalmente legítimo, desde que ancorada em rigorosa perspectiva cientificamente orientada.

1.2. Da matriz disciplinar da história

Por “rigorosa perspectiva cientificamente orientada”, no caso, deve-se entender aquilo que Jörn Rüsen chamou de “matriz disciplinar da história”⁸. Ou seja, uma média das conhecidas bases formais e intersubjetivas que todas as escolas historiográficas são obrigadas a aceitar como válidas, mesmo discutindo um ou outro de seus aspectos. Dessa forma, o procedimento sistemático proposto aqui é bastante convencional e se apoia em expedientes técnicos tradicionais. Ela compreende basicamente um empenho heurístico determinado, a análise dos dados daí surgidos e a proposição de sínteses que levem em consideração fundamentalmente as implicações diacrônicas da questão. Ou seja, uma sequência típica de artifícios epistemológicos que passam sucessivamente pelo isolamento de um objeto e de uma pergunta sobre ele, pela prospecção e compilação de dados com vistas a investigar a hipótese que anima o estudo, pela crítica externa e interna das fontes com sua consequente hermenêutica, e, finalmente, como complemento lógico de tudo isso, pela composição de um conjunto narrativo plausível e verossímil a partir das evidências históricas encontradas no curso da pesquisa.

⁷ Ute Guzzoni. *Sieben stücke zu Adorno*. Freiburg, Karl Alber Verlag, 2003, pp. 31

⁸ Jörn Rüsen. *Uma teoria da história como ciência*. Curitiba, Editora da UFPR, 2015, pp. 72-75 e ss.

Em termos bem concretos e clássicos isso significa: 1) apresentar um objeto e uma hipótese historiograficamente consistentes; 2) não ignorar o estado da arte sobre o assunto; 3) promover a crítica externa das fontes (descrição formal, inserção tipológica, verificação de autenticidade, avaliação contextual e outros procedimentos que buscam determinar a singularidade do material); 4) fazer a crítica interna das fontes (identificação das categorias linguísticas, análise retórica, apreciação histórica do discurso e outros meios para dimensionar todas as implicações do texto); 5) aprofundar o exercício hermenêutico com o estabelecimento de filiações, ressonâncias e laços de causalidade entre o objeto e todo um universo que o antecede e o cerca (ir além do contexto histórico imediato no qual ele se insere); 6) apresentar uma suma das evidências suficientemente documentadas constatando (ou negando) a hipótese inicial.

1.3. Da relação entre história das ideias e história dos conceitos

Em termos de campos historiográficos, esta *Tese* se inscreve no campo da história das ideias e particularmente no terreno mais estrito da história dos conceitos. Neste sentido, como referência teórica sobre o processo geral de construção histórica dos conceitos, esta *Tese* leva em consideração especialmente algumas ideias dos historiadores Reinhart Koselleck e Quentin Skinner. Outros autores de grande importância nesse terreno – como John Pocock, Melvin Richter e Mark Bevir – não são ignorados aqui, porém sem o mesmo peso referencial.

Como se sabe, Koselleck, ao lado de Joachin Ritter, e Erich Rothacker, é um dos principais expoentes da *Begriffsgeschichte* desenvolvida na Alemanha desde a década de 1970. Em relativo contraste com as suas ideias, estão os estudos “contextualistas” de Skinner e da chamada “escola de Cambridge”, mais ou menos contemporânea àquela, onde também se destacam Pocock, John Dunn e James Tully. Ambas as matrizes de pensamento são dominantes no debate acerca da história dos conceitos. Por isso elas são exploradas aqui.

Desde logo, não se pretende nesta *Tese* interpretar exemplarmente as ideias de um ou de outro autor, mas tão somente recolher de ambos, segundo um critério bastante pessoal, aquelas sugestões que possam contribuir para o melhor encaminhamento metódico da presente pesquisa. Inclusive aproveitando as diferenças entre eles para “temperar” a leitura de cada um e potencializar o papel inspirador dos dois.

1.4. Da *Begriffsgeschichte* e seu historicismo

Koselleck é importante aqui, primeiramente, pelo fato de que a *Begriffsgeschichte* por ele formulada – a despeito de todas as pertinentes críticas que lhe são dirigidas – continua a ser a mais sistemática proposta de pensar teoricamente a evolução dos conceitos em geral, mostrando-se como baliza metodológica fundamental em qualquer estudo que pretenda abordar a evolução histórica de um conceito particular⁹.

Das muitas proposições que Koselleck apresentou no sentido de uma efetiva história dos conceitos, seguem enunciadas abaixo aquelas que se procurou incorporar nesta *Tese*.

A primeira dela se refere a sua ideia de que o tempo histórico é caracterizado, entre outras variantes, especialmente por uma tensão entre os espaços de experiência e os horizontes de expectativas dos indivíduos. A ideia de espaço de referência se refere ao passado, como experiência própria ou conhecimento da experiência alheia. Essa experiência/conhecimento pode ser racional ou inconsciente. Ela se concretiza no presente de diversas formas de memória e história como uma espécie de “passado-atual”. Por sua vez, a ideia de horizonte de expectativas se refere a tudo que, agora, aponta para o futuro. Podem ser atitudes ou pensamentos que envolvam medos, esperanças, desejos, utopias e outras formas de antecipações do que ainda não aconteceu. Algo como uma espécie de “futuro-presente”.

Essa tensão entre os espaços de experiência e os horizontes de expectativa que caracteriza todo tempo histórico é encarnada especialmente nos conceitos, que justamente por sua densidade linguística e importância cultural se mostram matéria privilegiada para a historiografia.

Em termos de interesse historiográfico, a noção de “conceito” não deve ser entendida em sentido estrito apenas como categoria linguística; mas, sobretudo, como uma categoria metalinguística que reúne de modo especial “experiências e expectativas”.

⁹ Para uma aproximação a essa proposta, ver Reinhart Koselleck. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. Em: *Estudos Históricos*/Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, v. V, n. 10, 2002, pp. 134-164. Ou então, ver o capítulo “História dos conceitos e história social” em sua obra *Futuro passado*. Rio de Janeiro, PUC-RJ/Contraponto, 2006, pp. 97-118.

Linguisticamente falando, “conceito” é um determinado tipo de representação mental sintética que faz afirmações positivas a respeito de algo real ou imaginário. Esse tipo de afirmação pode assumir forma visual (por exemplo, a ideia de certo tipo de violência impregnada na imagem da guilhotina) ou verbal (por exemplo, a ideia de certo tipo de violência impregnada na palavra terrorismo). De um modo ou de outro, conceitos “falam” de um atributo ou predicado comum a todas as coisas da mesma espécie. Ou de algum tipo de padrão externo entre coisas de gêneros semelhantes. Bem conforme a raiz etimológica do antiquíssimo mote latino *conseptus*, que se refere, precisamente, a “conter completamente”, “trazer dentro de si”, “capturar”, “sintetizar” algo, enfim.

Isso não é exatamente a mesma coisa que “limitar”, “terminar”, “chegar a termo”, “concluir”, sugestões que subjazem etimologicamente à palavra “definição”, com a qual a de “conceito” é constantemente confundida. “Definição”, conforme seu sentido técnico, é mais uma “descrição”, uma operação com intenção eminentemente pragmática que consiste em arrolar as características essências de alguma coisa num esforço de especificação e individuação que não precisa ser sintético. Fundamentalmente, trata-se de um enunciado estritamente verbal (em contraste com a possibilidade dos conceitos serem expressos imagetivamente) que procura explicar ou esclarecer o significado de algo por meio das palavras (e nesse contexto o plural não é irrelevante) articuladas com este fim. Enquanto os conceitos estão atavicamente aderidos às palavras específicas que os designam (como veremos adiante), as definições prescindem de termos atávicos, valendo-se de fórmulas vocabulares muito mais flexíveis para se impor.

O que foi dito acima não deve levar à confusão entre conceito (entendido verbalmente) e palavra. Nesse sentido, todo conceito é, certamente, uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito. O conceito transcende a palavra, na medida em ele que é capaz de apresentar uma multiplicidade de sentidos político-sociais que vão além da capacidade dela em apresentar significados linguísticos. Em outros termos, os conceitos apresentam um “excesso de significado”, ou uma “polissemia”, em relação às palavras. Nesse ponto de determinação teórica, a história semântica dos conceitos descola-se da semântica linguística e encontra seu caminho gnosiológico próprio. Afinal, o “excesso de significado” dos conceitos reside, justamente, em que eles conotam uma determinada dinâmica de experiências e situações extralinguísticas que vão muito além daquilo que as palavras denotam linguisticamente.

A relação entre a palavra e o conceito passa por diferentes períodos de permanência, afetados inevitavelmente por momentos de “salto”. Esses momentos podem ser ocasionados por diversos fatores. Por exemplo, a introdução mais ou menos súbita de uma nova teoria ou prática que traga novos significados ou uma nova maneira de ver o mundo. Nesses momentos de “salto”, várias transformações passam a ocorrer no campo da experiência, enquanto a terminologia à qual ele se refere permanece mais ou menos a mesma. Outro modo de “salto” é quando o uso de uma palavra alcança uma fase de franca generalização. Ou seja, quando um termo que era empregado inicialmente apenas dentro de um certo circuito semântico ou vocabulário passa a ser usado em outros campos ou situações linguísticas mais abrangentes, apresentando assim sentidos que não estavam presentes inicialmente. Nesses casos, expressões linguísticas antigas são enriquecidas com conteúdos que não lhe eram originários, no limite de alterar completamente seu sentido primário.

Koselleck tratou de tudo isso ao estabelecer os princípios de seu famoso *Lexikon*¹⁰. E deixou bem claro outra coisa. Ao contrário das palavras, que vistas isoladamente podem ser entendidas por si só, um conceito concreto não se pode compreender efetivamente sem apelar a outros conceitos. A interpretação dos conceitos particulares deve ser feita a partir da consideração de uma constelação de estruturas conceituais que se explicam por uma relação de reciprocidade dentro de um mesmo campo semântico. Dessa forma, há que ultrapassar não só a história das palavras, mas também a história dos conceitos individuais, com vista a visualizar uma história das estruturas semânticas como um todo, na qual se deve enquadrar, justamente, a história dos conceitos particulares. Inclusive considerando “conceitos fundamentais” e não fundamentais para compreender os temas mais destacados de uma época determinada.

Outra peculiaridade dos conceitos é que eles toleram descontinuidades, mas sempre se movem em uma direção basicamente linear. É disso que Koselleck falava quando afirmou que “os conceitos não têm história, embora contenham história”. Essencialmente, uma vez formados, os conceitos não mudam. Eles só podem “envelhecer”. O que muda é o contexto no qual eles “vivem”. Uma vez cristalizada a conexão entre uma palavra e uma determinada realidade com significado específico, essa relação se torna algo singular que escapa a transfigurações radicais. Os conceitos não perdem significado. Eles só podem acumular

¹⁰ Reinhart Koselleck. “Richtlinien für das Lexikon politisch-sozialer Begriffe der Neuzeit”. Em: *Archiv für Begriffsgeschichte*, 1967, n. 11, pp. 81-99.

significados. Assim, aquilo que o conceito traz da mais especificadamente em si desde foi construído, não pode mais mudar. O que pode se transformar é a coisa ou realidade que o conceito “conceituou”. O que tem uma história de fato é tudo o que “foi trazido” ao conceito. Se e quando o conceito “muda”, é sua morte¹¹.

Koselleck frisa, entretanto, que embora os conceitos não tenham história, as palavras que os veiculam têm. E que por isso elas devem ser investigadas por uma história dos conceitos. Afinal, palavras velhas, com novos conteúdos, podem ser anexadas a novos conceitos. E neologismos podem ser criados para nomear novas realidades e com isso dar lugar a conceitos inéditos.

Em suma, considerando que toda a problemática da história dos conceitos está fundada na constatação de que inexistente uma identidade estável e permanente entre a linguagem e a realidade extralinguística, ela deve fazer a crítica das fontes com especial atenção para duas questões simultâneas e conexas. A primeira diz respeito aos termos concretos e suas categorias linguísticas (gramaticais, etimológicas, lexicológicas etc.) presentes nessas fontes. A segunda diz respeito às situações e conteúdos extralinguísticos desses termos. Para tanto, deve-se evitar trabalhar com termos e noções abstratos. E focar no estudo do uso de linguagens específicas, em situações específicas e por falantes específicos. Ou seja, procurar determinar as questões formais dos campos semânticos dos conceitos, estabelecer os contextos culturais onde eles prosperam e relacionar isso com os grupos que os sustentam ou os questionam.

Tentar entender como se dá essa relação e sobre como se processam as mudanças inevitáveis de um lado e de outro – considerando certo método histórico –, este é o objetivo central proposto pela *Begriffsgeschichte*.

Muito modestamente, algo nesse sentido é o que se pretende aqui.

¹¹ Por causa disso, Koselleck chegou a colocar em discussão a propriedade do nome “história dos conceitos”, reconhecendo que ele apresenta uma certa frouxidão lógica, mas aceitando-o, algo a contragosto, em virtude de ser uma expressão cujo uso já se generalizou.

1.5. Da Escola de Cambridge e seu contextualismo

A despeito da centralidade das proposições de Koselleck como referência teórico-metodológica nesta *Tese*, algumas ideias de Skinner também foram tomadas como inspiração, justamente por impregnar positivamente a história dos conceitos com elementos advindos da análise retórica e da preocupação com a pessoalidade das narrativas, aspectos reconhecidamente menos trabalhados no regime de inquérito da *Begriffsgeschichte*¹².

Não é que Skinner divirja totalmente de Koselleck em questões metodológicas. Ele até concorda com muitos aspectos fundamentais da *Begriffsgeschichte*. Por exemplo, com o princípio de que o entendimento formal de uma palavra ou sentença não corresponde necessariamente à compreensão de seu significado histórico de fundo, sendo preciso extrapolar o texto, considerado em sua literalidade, para alcançar esse significado. A despeito de toda importância que as questões de linguagem têm em uma história dos conceitos, é necessário ir além das categorias linguísticas (em sentido estrito) nas quais os textos/documentos se inscrevem formalmente. É preciso, historiograficamente falando, trazer à tona as tensões de todo tipo que balizaram a emergência e a vida de uma ideia ou conceito (heranças, condições de circulação, alcances etc.).

Porém, apesar dessa e de outras significativas coincidências metodológicas com Koselleck, Skinner tratou a *Begriffsgeschichte* como uma espécie de “história das ideias descarnadas”. Isto é, uma historiografia desprovida de suficiente sensibilidade para com o contexto propriamente pessoal e “*événementielle*” da vida dos conceitos.

Em outras palavras, Skinner trouxe para o centro do debate historiográfico no campo da história das ideias a questão do contexto da operação linguística envolvida nas narrativas. O termo “contexto” não deve ser entendido nesse caso em seu sentido mais amplo de situação ou ambiente político, social, artístico etc., que tudo influencia. Isso sempre deve ser levado em conta, em termos gerais. Porém, para os “contextualistas” de Cambridge, o termo adquire uma profundidade especial, referindo-se precisamente às circunstâncias imediatas

¹² Ver Quentin Skinner. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. São Paulo, DIFEL, 2005. Ver também Quentin Skinner. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

(notadamente retóricas) do uso da linguagem, incluindo nisso, obviamente, a finalidade do falante. “Contexto”, pois, como um complexo e personificado “ato linguístico”.

Para Skinner, o contexto, assim entendido, é a realidade ou categoria que deve ser prioritariamente estudada por quem se interessa em uma não “descarnada” história das ideias e dos conceitos. Determinar o “ato linguístico” que demarca historicamente o processo de “fusão” entre uma expressão verbal e uma ideia/conceito, ou seja, o contexto desse fulcral acontecimento linguístico e extralinguístico, deve ser o primeiro grande compromisso e desafio de uma historiografia que Skinner chama de “não mitológica”¹³.

Daí que a análise do acontecimento do ato de fala de um autor deve ser considerada tão importante quanto a análise estritamente linguística do que ele diz. Isto é, a avaliação das normas e convenções pelas quais se dá o discurso não é mais importante do que a avaliação do uso dessas normas e convenções em uma determinada situação e por um sujeito singular.

Uma palavra, uma sentença, uma obra ou um autor podem apresentar diferentes tipos ou níveis de significados. Por exemplo, aquele referente ao vocabulário e às articulações gramaticais, aquele referente à pluralidade de conotações que um termo pode assumir conforme diferentes intérpretes ou circunstâncias e aquele da intenção de quem proferiu a fala. Essa última dimensão é aquela que mais interessa Skinner, por seu potencial hermenêutico.

Para ele, o significado hermenêutico de um texto depende em grande medida da possibilidade de se reconstituir o propósito de seu autor no contexto de interação com os leitores; interações que ocorrem dentro das convenções linguísticas que imperavam naquele momento. Assim, o ato de interpretação do historiador deve ser uma operação técnica que o leva a “entrar na cabeça” (ou se “colocar na pele”) dos autores do passado, reconstituindo o contexto de suas falas e “vivendo” a situação particular que eles estavam experimentando então.

Não se trata, evidentemente, de qualquer psicologismo. Na medida em que um autor raramente escreve em abstrato, dirigindo-se quase sempre a pessoas de algum modo parecidas com ele, há nisso (além das questões formais de linguagem) um elemento intersubjetivo e transpessoal, que é o que deve interessar o historiador.

¹³ Sobre essa ideia de Skinner, ver oito parágrafos abaixo.

É claro que a proposta de Skinner não supõe ingenuamente que as intenções por detrás de um autor, obra ou sentença possam ser facilmente determinadas ou mesmo algum dia alcançadas. Na falta de informações do passado, nada há que possa ser feito. Porém, essa possibilidade não deve invalidar o esforço.

A maneira como fazer isso é a questão central da metodologia de Skinner. Sem querer de modo algum resumi-la aqui – mas somente pinçar dela alguns aspectos de particular interesse para esta *Tese* –, ela passa tecnicamente por pelo menos duas exigências de fundo:

1) Perseguir, hermeneuticamente falando, e historiar todos os recursos retóricos dos quais o autor lançou mão para provocar determinados efeitos desejados. Ou seja, rastrear e historicizar seu ato de fala (ou “ato linguístico”).

2) Evitar “mitologias”¹⁴. Essas “mitologias” teriam em comum a produção de interpretações anacrônicas e simplificações que atribuem a autores do passado certas ideias e propósitos inexistentes na realidade. Assim, a “mitologia da doutrina” seria aquela na qual as proposições dos autores estudados – mesmo que avulsas e irregulares – são consideradas como doutrinas, quase sempre refletindo mais o pensamento do historiador do que de seu objeto. Por sua vez, a “mitologia da coerência” acreditaria que o discurso do autor estudado é um sistema fechado. Ela geralmente subestima a importância das contradições e a evolução de seu pensamento. A “mitologia da prolepse” (ou seja, da antecipação) confundiria o significado dos enunciados para o autor estudado com o significado para o historiador, o qual teria então a capacidade de revelar plenamente todos os significados do passado. De certa forma uma variação do anterior, a “mitologia do paroquialismo” ignoraria aquilo que lhe é estranho do mundo do autor estudado e apenas levando em consideração aquilo que é comum ao padrão de pensamento do presente, criando assim a falsa impressão de familiaridade entre culturas e temporalidades diferentes.

Mais do que um modelo a ser seguido (até mesmo por não serem apresentadas de forma modelar por seu autor), as ideias de Skinner são aqui, como já dito acima, uma fonte de inspiração e uma espécie de “tempero” para se pensar a rigidez do esquema alemão da história dos conceitos.

1.6. De três noções fundamentais: mitologemas, ideologemas e *topoi*

¹⁴ Sobre esta noção ver seção seguinte.

Consideradas essas referências metodológicas maiores, há que mencionar também, dentro disso, três categorias analíticas bastante mais pontuais que também foram importantes para a imaginação teórica da presente *Tese*.

Tais categorias são especialmente importantes para uma aproximação topológica às principais ideias que justificam e alimentam as práticas responsáveis por dar materialidade ao conceito terrorismo. Ou seja, as ideias recorrentes que perpassam épocas, lugares, grupos identitários e indivíduos isolados permitindo que determinadas práticas se manifestem e se perpetuem conceitualmente de tal ou qual modo. Entender isso é entender o papel medular das mentalidades¹⁵ na história dos conceitos.

Essas três categorias são descritas aqui como “mitologemas”, “ideologemas” e “*topoi*”.

A paternidades teórica-conceitual de cada um desses tipos poderia ser remetida, respectivamente, a Károly Kerényi¹⁶, Mikhail Bakhtin¹⁷ e Aristóteles¹⁸; mas isso seria simplificar demasiado as coisas e começar uma discussão que decididamente não interessa aqui.

Prescindindo, pois, de tal empenho, segue abaixo, imediatamente, uma rápida explanação sobre como as três categorias são entendidas/apropriadas na arquitetura teórica desta *Tese*.

Mitologema é o elemento mínimo e fundamental de um complexo mítico, considerando o mito muito simplesmente como um discurso fundante que embasa um sistema de crenças. Sempre reelaborado e reorganizado, esse discurso se mantêm coeso e manifesto por potência da evocação de alguma imagem arquetípica e pelos rearranjos

¹⁵ Evidentemente, no sentido não psicologizante ou subjetivista que Roger Chartier, Michel Vovelle e Phillippe Ariés deram ao termo. Ou seja, mentalidade como “visões de mundo” – crenças, valores, representações e narrativas – compartilhadas social e historicamente sobre determinadas condições objetivas de existência.

¹⁶ Károly Kerényi. *Arquétipos da religião grega*. Petrópolis, Vozes, 2015. Ver também, *Criança divina: uma introdução à essência da mitologia*. Petrópolis, Vozes, 2011.

¹⁷ Mikhail Bakhtin. “O discurso no romance”. Em: *Teoria do romance*. São Paulo, Editora 34, 2015, pp. 19-241.

¹⁸ Aristóteles. *Retórica* (II: 1403a), *Física* (IV: 212b) etc.

contextuais possibilitados por seus diversos componentes narrativos. Daí sua força trans-histórica no imaginário individual e coletivo. Nesse sentido, entre os mitologemas mais poderosos e genéricos que alimentam as práticas terroristas estão aqueles que se ancoram em mitos referentes a Deus, à nação e à revolução. Este último é que interessa particularmente aqui.

Revolução não somente no sentido mais imediato de uma mudança súbita de circunstâncias pontuais e passageiras: a derrocada de um governo, a substituição de um grupo social dominante, a independência de uma nação etc. Revolução, na acepção tomada aqui, tem a conotação de um ideal de reengenharia mais ou menos integral da cultura. Ela não se resume ao espaço histórico que separa um poder político e social de outro qualquer, uma situação conjuntural em relação a outra anterior, mas a um novo projeto de mundo que substitui radicalmente um antigo. Isso pode coincidir com lutas corriqueiras pelo poder, com movimentos sociais que não almejam mais do que um novo status e outros tantos fenômenos que conformam realidades conflitantes num determinado plano imediato. Mas os ultrapassa na medida em que evoca um fenômeno cujo núcleo é de natureza fundamentalmente cosmogônica, ou, como disse Noel O'Sullivan, espiritual e psicológica¹⁹. Na verdade, o mitologema da revolução, para se configurar como tal, deve implicar na ideia de refundação da própria existência. A mentalidade que lhe dá substância está baseada na crença de indivíduos e grupos em seu poder de refazer a sociedade ou a própria natureza humana por meio de um programa de ações concretas e predeterminadas. O sujeito revolucionário parte da premissa de que dispõe de uma verdade histórica (possibilitada por alguma revelação divina, por um método “científico” ou um direito “superior” qualquer) e se vê como o portador de um futuro melhor, de uma missão redentora e salvífica. Para ele, a história é um contínuo de desenvolvimento previsível (porque Deus assim o disse, porque “leis” históricas o permitem antecipar, porque o “poder da vontade” se autolegitima etc.), seu dever é influir na realidade e “apressar as coisas”. Afinal, nessa lógica o tempo presente é apenas a antecipação de um futuro que só precisa de um empurrão para acontecer. Por essa missão “sagrada”, o revolucionário se acredita acima dos padrões normais de comportamento e de moral que possam ser restritivos a seus objetivos e, em nome do porvir, sente-se autorizado moralmente a fazer qualquer coisa pela revolução. É como se houvesse um direito natural ou histórico inerente à revolução que lhe dá autoridade para ignorar a lei, fazer a sua justiça,

¹⁹ Ver Noel O'Sullivan. *Terrorismo, ideología y revolución*. Madri, Alianza Editorial, 1987.

obrigar as pessoas a aceitarem seu mundo. Como o revolucionário só deve explicação à própria revolução e como esta é o futuro hipotético que ele diz representar no presente, instaura-se uma lógica na qual com facilidade o único verdadeiro crime é aquele que atrapalha a revolução. Na medida em que a autoridade do futuro é imposta ao presente, o revolucionário age como o juiz soberano que decide sobre o que é certo ou errado. Ele está acima da sociedade concreta como uma espécie de paladino do bem e parteiro do mundo ideal. Não importa que seu projeto seja em si mesmo pouco claro. Como o futuro só pode ser imaginado na forma de intuição ou profecia, o revolucionário não tem mesmo como apresentar com clareza o que ele visualiza no porvir. Da mesma forma, ele não pode provar antecipadamente a viabilidade de seu projeto ou garantir as vantagens da transformação proposta, já que só a realização efetiva da revolução confirmaria a si mesma. Essas coisas são dadas como premissa. A revolução é necessária e é boa por definição, acreditam os seus defensores. Embora delineada apenas como uma imagem vaga, a suposta sociedade perfeita do futuro coloca-se por isso acima de todos os julgamentos do presente e se torna ela própria a premissa fundante de todos os valores e juízos. A revolução se legitima a si mesma.

Seja apenas uma utopia-meta ou um fato concreto em realização, a ideia de revolução, ao pretender impor transformações radicais sobre a qual as gerações futuras não terão escolha, é totalitária por definição, a despeito da coloração ideológica e discursiva que possa tomar aqui e ali. Embora projetos revolucionários possam se apresentar em alguns momentos sob formas pacíficas, eles implicam em uma intenção de hegemonia que os remete necessariamente às práticas violentas. Com efeito, o modo típico da mentalidade revolucionária é a imposição da própria opinião, o imediatismo, a inversão abrupta, o milenarismo, o golpismo, a indiferença às pessoas reais, a ideia de que todos os métodos, dos mais ardilosos aos mais brutos, são justificados ou compreensíveis em nome da necessidade de abrir caminho ao futuro e remodelar o mundo. Potencialmente genocida (na medida em que supõe o extermínio da alteridade contrarrevolucionária), a violência revolucionária considera que o mal (a fé errada, a desigualdade social, a opressão promovida pelo outro, a ordem etc.) é uma anomalia artificial criada por um setor da sociedade (os fiéis de tal ou qual fé, os nobres, os ricos, os estrangeiros, certa raça etc.) que pode ser identificado e erradicado fisicamente. Com o argumento de usar a violência para acabar de vez com todas as violências, o revolucionário geralmente concede a si próprio o direito de praticar crimes ainda mais terríveis do que aqueles que ele promete acabar para sempre. Seus atos, não podendo ser atribuído à sociedade futura – na qual o mal estará redimido –, nem à ação

revolucionária que pretende levar a ela – inimputável pelo suposto bem que a inspira –, são explicados como um efeito residual do passado condenado, como um “mal menor”. Assim, todo sacrifício do homem atual é tolerável em nome de um ideal que está adiante, e toda violência, enfim, justificável se contribui para isto. Não é estranho, portanto, que a promessa de uma utopia redentora mediante o corte violento com a ordem dominante e a implantação autoritária de um reino de perfeição, seja um dos principais mitologemas inspiradores das práticas terroristas.

Os mitologemas – especialmente aqueles centrados nas ideias de Deus, de nação e de revolução – definem as grandes matrizes mentais que, combinando-se entre si e agregando outros compostos ideológicos, fazem emergir o básico da estrutura mental que propicia a cultura do terrorismo. Assentados em arquétipos tão reais quanto complexos, eles apresentam, no entanto, soluções “vagas”. Para que ultrapassem as formulações genéricas e venham a vivificar concretamente, os mitologemas precisam ser fecundados por um ideologema, verdadeiro “sal da terra” em termos de ação. Nesse sentido, ideologemas são esquemas de ideias mais restritos e “artificiais” que os mitologemas, porém mais práticos, destinados exatamente a dar forma operativa às promessas amplas do mito original. Eles se apresentam como enredos discursivos teoreticamente sofisticados e muito bem amarrados ideologicamente, que tratam apenas de dar materialidade àquilo que se anuncia, em termos de cultura da violência, como necessidade de Deus, da nação ou da revolução. Com efeito, os ideologemas são construções doutrinárias especialmente elaboradas que procuram orientar pragmaticamente nesta ou naquela direção as sugestões dos arcabouços míticos de base, inserindo-os objetivamente em contextos táticos e estratégicos. Como uma espécie de receita processual a partir da qual as intangíveis proposições dos mitologemas começam a encontrar sua expressão concreta, os ideologemas funcionam propriamente a modo de uma equação palpável que se pode instrumentalizar para dar corpo àqueles. Enquanto os mitologemas são poucos e fortemente ancorados em arquétipos que transcendem formações históricas estritas, os ideologemas são bem mais numerosos e prendem-se a contextos particularmente específicos. Boa parte do presente estudo se dedica a estes, não sendo agora a oportunidade de avançar em tal discussão. Em todo caso, vale antecipar, ainda que de forma apenas indicativa, o significado da doutrina da “*jihad* da espada” em relação aos mitos vinculados à noção de Deus, do “mazzinismo” em relação aos mitos do nacionalismo e do leninismo em relação aos mitos da revolução como exemplos da importância dos ideologemas nas práticas terroristas.

Finalmente, o universo imaginário que alimenta as práticas terroristas está construído também sobre alguns *topoi*, ou seja, argumentos gerais que podem ser brandidos a qualquer momento, sempre com alguma eficácia, em defesa de pontos de vista particulares ou mesmo contraditórios. Esses “lugares comuns”, longe de ser apenas um detalhe, reforçam os mitologemas e os ideologemas com um verniz de suposta obviedade. O principal deles diz respeito à ideia de que a violência resolve, ensina, vinga ou purifica, embora em si mesma ela possa ser criticada como um mal. De fato, a presunção de que a violência é virtuosa como forja da história ou braço da justiça, constitui uma noção tão fundamental quando universal entre os agentes terroristas. Profundamente enraizada no pensamento ordinário e concorde com muitas evidências superficiais, essa sugestão, no entanto, não é um dado natural. Ela é fruto de uma escolha, pelo menos a partir do momento, aliás de recuada antiguidade, em que algumas vozes se levantaram, por motivos diversos, em defesa de outras perspectivas. Optar, pois, pelas práticas violentas na crença de sua eficiência metodológica é um traço mental que não pode ser desprezado na caracterização da mentalidade que engendra o fenômeno terrorista.

Nesse sentido, outro *topos* importante na cultura do terrorismo é a velha sugestão de que os fins justificam os meios. Efetivamente, seja porque se apresenta uma promessa muito melhor que o presente oferece, ou porque estão em perigo certos interesses vitais, ou porque a opressão se tornou insuportável, a tendência das partes envolvidas em um conflito é encarnar valores ou defender causas “superiores” que lhes autorizam a transigir quanto à própria violência. Essa ideia é reforçada, ademais, pela noção de que, numa situação de desigualdade entre adversários, a parte débil pode ou deve, em certas circunstâncias, recorrer a meios “desesperados”. Tal como no caso da tese de que a violência é eficaz, também aqui nada há de natural, embora não se possa negar a pertinência imediata do argumento, considerando o senso comum.

O terceiro grande *topos* que alimenta mentalmente as práticas terrorista é aquele que Wilkinson, Crenshaw, Rapoport e outros estudiosos do terrorismo chamaram de “mecanismo de transferência de culpa”. Ou seja, o tipo de pensamento por meio do qual a violência praticada encontra autolegitimação e elude o juízo moral sobre suas ações culpabilizando, diretamente ou em última instância, a vítima ou terceiros pelo ato cometido (“eles começaram”, “eles são piores”, “se não fossem eles” etc.). Trata-se de um artifício psicológico tanto quanto um recurso de propaganda. Com efeito a ubiquidade retórica do terrorismo repousa em boa medida em um processo de transferência de responsabilidade pela

violência que recai sempre no outro, seja o Estado, a sociedade ou parte dela. Este mecanismo, que pode ser mais ou menos consciente, opera distorcendo a relação entre as próprias ações e seus efeitos (ao culpabilizar a vítima ou as circunstâncias pelo dano causado), diluindo as responsabilidades individuais (justificadas em função de uma causa coletiva), desumanizando os alvos da ação violenta (generalização e “animalização” do adversário), usando linguagem eufemística para descrever os próprios atos (evitar termos, sofismar etc.) e comparando (justificação de uma conduta repreensível pela comparação a outro comportamento mais ofensivo). Isso atende ao anseio de autolegitimação e apaziguamento interior do agente da violência, eludindo o juízo moral das ações por ele praticadas, além de constituir um método eficaz de propaganda, ao remeter aos adversários a carga moral do conflito. Na maior parte dos casos, essa transferência não é difícil de ser feita, tanto no contexto do terror estatal quanto do terror subversivo. As condições de injustiça a que muitos povos foram submetidos por conquistadores ou a brutalidade imposta por ditaduras a seus próprios cidadãos, por exemplo, formam um caldo de cultura fértil para o florescimento de vinganças e retaliações, nas quais o algoz de hoje exhibe sua condição de ex-vítima para poder praticar uma violência igual àquela sofrida, porém supostamente mais legítima.

Não há dúvida de que esses *topoi* estão assentados em bases lógicas discutíveis. Em primeiro lugar, a virtude da violência se encontra longe de estar provada. Inúmeros episódios comprovam que ela, ao contrário de libertar, pode piorar a opressão. Em segundo, o argumento de que os fins justificam os meios reconhece implicitamente que as ações violentas não são boas em si mesmas e que não têm correção intrínseca, pois só se justificam desde o exterior. A tese de que é possível produzir uma comunidade mais justa e humana utilizando-se de métodos injustos e desumanos (que deixam de ser condenáveis em função da causa ou porque o inimigo também os pratica) não problematiza radicalmente a coerência entre fins e meios, além de também ainda estar por ser demonstrada. Em terceiro, não é preciso pensar muito para perceber que a culpabilidade em processos violentos é quase sempre compartilhada pelos antagonistas. Esses “argumentos prosaicos”, entretanto, mostram enorme força “mecânica”, justamente porque partem de uma relação simplista de causalidades e simplificam o mundo.

Concluindo então este comentário sobre as três categorias analíticas reivindicadas acima – os mitologemas, ideologemas e *topoi* –, pode-se dizer que elas tanto concernem a fenômenos relativamente distintos, quanto, a despeito disso, elas e suas respectivas

referências fenomênicas interagem em um plano comum no sentido de estabelecer a tessitura mental/discursiva – o mosaico imaginário/social – que sustenta o conceito terrorismo²⁰. Daí seu destacado lugar no esquema de coordenadas teóricas desta *Tese*.

1.7. Da técnica de “descrição densa”

Antes de concluir este arrazoado teórico metodológico, é preciso ainda comentar, quase a modo de síntese, o papel da noção de “descrição densa” – formulada por Clifford Geertz, a partir de ideias de Gilbert Ryle²¹ – na estratégia narrativa desta *Tese*.

Mais ainda do que nas referências teóricas anteriores, especialmente neste caso não se trata da aplicação modelar de uma teoria, mas apenas de uma apropriação discricionária, talvez até heteróclita, de proposições teóricas originais.

Repetindo uma outra vez, a intenção nesta *Tese* não é reproduzir e aplicar o sistema desse ou daquele autor, mas se apropriar pragmática e razoavelmente de elementos intelectualmente sugestivos que eles avançam aqui e ali, adequando algumas de suas ideias à equação metodológica mestiça pretendida e anunciada desde o começo.

Nesse sentido, a incorporação de elementos particulares de cada um desses autores pode chegar mesmo a uma espécie de recriação que extrapole em alguma medida a proposição original. Ou que toma dela somente um de seus aspectos.

Assim, ao se evocar a noção de descrição densa não se está reivindicado automaticamente as questões de fundo que Geertz levanta sobre teoria da cultura ou da sociedade. E, por mais disparatado que possa parecer, nem mesmo seu programa hermenêutico, tão caro à própria proposta de descrição densa como método de observação etnográfica²². Evidentemente, não porque tais falas sejam irrelevantes.

²⁰ Para mais detalhes sobre isso, ver Apêndice IV (“Sobre a tardia emergência do terrorismo como campo de estudo acadêmico e o problema do consenso teórico sobre o objeto”).

²¹ Clifford Geertz. “Uma descrição densa: para uma teoria interpretativa da cultura”. Em: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989, pp. 13-41.

²² A dimensão hermenêutica está no cerne da proposta teórica de Geertz, começando pelo fato de que ele considera a antropologia uma disciplina basicamente interpretativa. Dessa maneira, é justamente o sentido interpretativo que contrapõe o método da descrição densa àquele da descrição superficial. Conforme o célebre exemplo, duas pessoas piscam, uma por causa de certa irritação nos olhos, outra para mandar uma mensagem a alguém. Enquanto a descrição densa atribui motivos para um e outro ato, e se preocupa em descrever o

Porém, por mais significativo que seja o aspecto hermenêutico da proposta de descrição densa, não é ele que importa no momento. A respeito de questões hermenêuticas, o básico que interessa nesta *Tese* já foi tratado anteriormente quando se falou de Koselleck e Skinner. O que é tomado e reciclado efetivamente da proposta de Geertz nesta pesquisa não são, portanto, suas sugestões relativas a como examinar, decifrar e julgar o objeto de estudo.

Aquilo que é incorporado presentemente de suas asserções teóricas diz respeito exclusivamente à questão de como narrar os resultados do processo de sindicância epistemológica. Em outras palavras, o que se absorve nesta *Tese* do conceito de descrição densa pleiteado por Geertz resume-se ao que ele diz sobre a melhor forma do pesquisador expor discursivamente o produto de seus estudos. É, pois, com esse sentido preciso de “programa narrativo” ou “técnica especial de esforço intelectual no sentido de apreender discursivamente uma realidade” que a ideia dele sobre descrição densa interessa no momento. E ainda assim com um recorte bastante específico.

Ou seja, descrição densa basicamente como um padrão de registro textual particularmente espesso e consistente – tanto em termos semânticos como em termos de dados concretos – sobre as ocorrências observadas no curso da pesquisa. Por “espesso”, ou justamente “denso”, entende-se um modo de relatar que procura compulsar e dispor a maior quantidade possível de particularidades, referências e significações mais importantes que possam contribuir efetivamente para o conhecimento do objeto estudado. Certamente que sem excessos. Afinal, sob qualquer ângulo que se tome o conceito, descrição densa não é bestiário.

Em síntese, a ideia original de Geertz, reciclada aqui com a liberalidade que se declarou acima, orientou sobremaneira a estratégia narrativa perseguida nesta *Tese*, propositadamente “cheia” e “cavada”.

1.8. Nota final muito importante

Encerrando este comentário sobre questões metodológicas e teóricas, é importante ficar bem claro que, a despeito da importância dessa discussão para o entendimento geral do projeto intelectual que permitiu o encaminhamento estratégico da presente reflexão, esta *Tese*

significado de cada caso, a descrição superficial apenas relata os dois atos, sem se preocupar com suas implicações contextuais.

não se propõe a ser um empreendimento teórico. Seu desígnio fundamental é explorar uma questão concreta de hermenêutica histórica. Não debater teoria.

Sendo assim, não se deve esperar que tais discussões mais abstratas voltem a ser abordadas no curso dos capítulos que virão, exceto incidentalmente.

Parte 2. Sobre a origem do conceito terrorismo

Se você quer entender qualquer coisa, observe o seu início e desenvolvimento

Aristóteles

Não se pode ter um conceito se não se tem uma palavra

Eric Rotakher

2.1. Etimologia da palavra “terrorismo”

Toda narrativa histórica que tenha o desenvolvimento dos conceitos como problema não perde por começar com indagações formais sobre as expressões que os engendram linguisticamente; pois os conceitos se assentam em palavras e as palavras não nascem do nada e nem significam arbitrariamente o que quer que se queira. Essas indagações passam pela simbólica, pela etimologia e pela gramatologia. Mas não porque o auxílio dessas disciplinas possa esclarecer algum ponto absoluto de determinação semântica dos conceitos. Afinal, não raro a simbólica confunde (por sua ambiguidade), a etimologia engana (pelos descaminhos e mistérios dos motes ao longo dos tempos) e a gramatologia é insuficiente (pois entre *langue* e *parole* nem sempre há coincidência), sendo ainda que outros elementos condicionam a composição final das expressões. Tal itinerário prévio é necessário porque, a despeito das limitações explicativas de cada uma de suas partes, ao trilhá-lo o historiador reconhece e incorpora a profundidade perspectiva do problema linguístico-semântico necessariamente envolvido no processo de objetivação dos conceitos.

Assim, quando se trata de compreender historicamente as origens do processo de construção cultural do conceito de terrorismo em concreto, o passo fundamental deve ser perguntar-se sobre as palavras que serviram de base à sua materialização verbal, inquirindo concretamente sobre dois contextos linguísticos medulares. Primeiro, aquele propriamente arcaico, relativo à latinidade clássica e a certa marca formal e semântica de origem contida no termo *terror*. Segundo, aquele referente ao século XVIII, avaliando o estado e os desdobramentos desse termo na língua francesa antes que surgissem os neologismos *terroriste* e *terrorisme* na segunda metade da década de 1790.

Nesse sentido, a arqueologia mais recuada das raízes da palavra terrorismo reporta ao nome próprio latino Terror e ao verbo latino *terrere*, sem que se possa saber satisfatoriamente qual dos dois veio primeiro ou como ambos levaram no curso do tempo a gerar o substantivo *terrorem* e o adjetivo *terribilis*²³; termos bastante antigos e muito difundidos na literatura romana, especialmente a partir da segunda metade do século I a.C.

O nome próprio Terror foi a designação dominante²⁴ que os habitantes do Lácio deram para Deimos, um dos filhos de Áries (Marte), o deus da guerra sangrenta, personificação da força bruta e da aniquilação; ao contrário de Atena, a deusa que encarnava a guerra estratégica, defensiva, justa e diplomática (em Roma, Minerva preservou pouco desse caráter bélico). Esse processo de importação, tradução e sincretismo de ideias e nomes ocorreu por volta do século VIII a.C. e nunca chegou a reproduzir fielmente o modelo original, já por si irregular. Deimos era irmão gêmeo de Fobos. Os dois acompanhavam o pai nos campos de batalha como seus aurigas e abridores de caminho, tendo a missão de fazer as tropas inimigas abandonarem sua formação e entrarem em desespero. Nessas operações táticas, Fobos representava a angústia, ou o medo propriamente dito, que precedia o ato de violência em si. Sua tradução romana foi a divindade Timor e a ideia que lhe subjaz está bem preservada no português “fobia”. Deimos (de *Δειμος*, “dor”, “sofrimento”) representava o pânico e a comoção horrorizada diante da violência em ato. Mas não de uma violência total ou genérica, e sim uma violência demonstrativa, teatral, simbólica, “por amostragem”. Se e quando Áries entrava em ação, fazia-o para simplesmente destruir. Áries é a guerra grande. Diferentemente do pai, cuja ação produzia necessariamente a ruína física e absoluta, a tarefa dos dois irmãos, menores em poder, era abalar psicologicamente os adversários com atos pontuais e espetaculares de violência. Metaforicamente falando, eles conduziam a biga de Aquiles quando este arrastou o corpo de Heitor diante das muralhas de Troia. O incêndio devastador da cidade depois do malfadado presente aqueu, esse sim foi inspirado por Áries, sempre com a ajuda de Ênio (Belona, para os romanos), sua amante ou irmã, a “destruidora de cidades”, que encarnava os aspectos mais horríveis de uma batalha. Representada coberta de sangue e com armas de guerra, dizia-se que quando ela dava o golpe final seu corpo se

²³ Para a caracterização gramatical desses e outros termos latinos, sigo as indicações de Ernesto Farias. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro, Fundação de Assistência ao Estudante/Ministério da Educação, 1991 (1955).

²⁴ Outras figuras romanas também associadas a Deimos, porém mais incomuns e irregulares, eram Fuga, Metus, Formido. Não era raro, inclusive, a confusão entre Deimos (Terror) e Fobos (Timor ou Pavor).

transformava em chamas. Deimos e Fobos eram mais frios e calculistas, suas ações eram mais pontuais. Especialmente cultuados em Esparta, eles eram vistos menos como corporificações do que como abstrações. Eles não têm protagonismo em qualquer relato mítico importante, apesar de serem muito citados desde Homero e Hesíodo. Embora possam ser encontradas representações suas em pinturas cerâmicas, estas são raras (e quase sempre somente de Fobos).

Por sua vez, a sugestão simbólica contida no mito de Deimos (ou justamente Terror) coincidia bastante bem com o sentido semântico e a forma do velho e corriqueiro verbo *terrere*, que não se sabe exatamente de onde veio, mas que, desde já, não apresenta qualquer relação etimológica ou intercâmbio com o ainda mais antigo e comum substantivo *terra*. Estritamente falando, *terrere* significava “tremar”, no sentido de uma trepidação ou frêmito intensamente desagradável do corpo, produzidos por uma sensação psicológica situada entre o medo, o susto e o pânico. Sensação esta imposta ao indivíduo desde fora e por alguém²⁵, detalhe fundamental que distingue o mote do igualmente difundido verbo *tremere*. Sem dúvida, a ideia de “tremar” como vibração desconfortável do corpo também estava presente em *tremere*, mas com uma diferença substantiva, pois ele se resumia basicamente a um estado de tremor desagradável do corpo produzido por algo de natureza não psicológica, como febre e frio, por exemplo. Enquanto em *terrere* sobressai a ideia de um descontrole físico devido uma ansiedade mental produzida pela ação de pessoas, sem excluir a ação impessoal (tipo uma enchente ou peste), *tremere*, ainda que pudesse apresentar o sentido de um tiritar por medo a atuação humana, remetia muito mais à ideia de um desgoverno do corpo, ainda que com implicações psicológicas, devido basicamente a causas físicas e naturais. Prova disso é que *tremere* pode ser encontrado com facilidade em referência à oscilação de objetos materiais, como a terra, um edifício ou uma vara, o que nunca é o caso de *terrere*.

Em suma, do nome próprio Terror e do verbo *terrere*, em algum momento da evolução vocabular da língua latina que não cabe aqui investigar, parece ter se desdobrado o substantivo *terror*. Ou, em outras soluções mais ou menos recorrentes e apropriadas, *terrore*, *terrorem*, *terrori*, *terroris* etc. Substantivos são palavras cujos referentes fundamentais privilegiam entidades fixas ou essenciais, ao contrário dos nomes próprios e verbos

²⁵ Como se encontra, por exemplo, em Cícero. *Pro Roscio Amerino*, 67. Madri, Clásicos Latinos, 1987. Ver também Horácio. *Odes*, 1, 2, 5. Madri, Clásicos Latinos, 1981.

inquiridos até aqui, que mais dependem de relações simbólicas e contextuais. Substantivos pretendem remeter a coisas em si. Antes de verificar o que isso representava em concreto, ou seja, antes de considerar como o termo *terror* foi utilizado no contexto literário, vale lembrar que o seu surgimento veio acompanhado do adjetivo ou atributo *terribile* (em outras fórmulas, também *terrificus*, *terrorificum* etc.). Isto é, ao aparecimento de uma palavra para designar entes e acontecimentos a partir da dupla raiz Terror e *terrere*, correspondeu-lhe o surgimento de uma expressão para qualificar seu desdobramento.

Entre meados do século I a.C. e o século II, quando deslanchou a produção historiográfica dos romanos (César, Plínio, Salústio, Tito Lívio, Tácito, Marcelino Amiano etc.), todas essas palavras se tornaram comuns na alta literatura latina. Nesse sentido, elas conservam basicamente o sentido geral de medo intenso ou pânico produzido pela ação de alguém, com um significado eminentemente ligado à guerra e à violência política. Dessa forma, César usou abundantemente da expressão em *De bello gallico*²⁶. Por exemplo, como sinônimo de pânico, ao escrever “*terrore equorum*” a propósito do desespero dos gauleses diante de uma carga da cavalaria romana (Livro IV: 33). Ou ao falar de “*maximum hostibus terrorem inferant*”, isto é, o impor total descontrole ao oponente (Livro VII: 8). O termo também aparece como sinônimo de medo, por exemplo, na expressão “*terrore periculi*”, ou seja, a apreensão natural diante do perigo de ataque inimigo (Livro VIII: 5). Ou quando fala de certo tipo de pressão para conservar amigos leais: “*et fideles amicos retinebat et dubitantes terrore*” (Livro VIII: 3). É verdade que outros sentidos conexos ou intermediários também são encontrados no texto. Como na passagem “*non minimum terrorem foro inferrent*” (Livro VIII: 52), por exemplo, onde *terrorem* pode ser entendido como alarme ou sobressalto. Em *De bello civile* não é diferente. Nos três livros do relato, César usa cerca de vinte vezes variações da palavra *terror*, sempre dentro desse mesmo contexto semântico. Ou seja, invariavelmente atento às sugestões do nome Terror e do verbo *terrere*.

Salústio usa o mesmo vocabulário em *Bellum iugurthinum*²⁷, assim como Tito Lívio em *Ab urbe condita*²⁸, entre outros historiógrafos que o empregaram com fartura. Mas talvez

²⁶ Júlio César. *De bello gallico*. México, UNAM, 1988.

²⁷ Salústio. *Bellum iugurthinum*, 7, 20, 31, 37 etc. Milão, Garzanti, 1994.

²⁸ Tito Lívio. *Ab urbe condita*, I: 2, 12, 14, 27, 28, 33, 37, 51, 56 etc. Milão, Garzanti, 1990.

nenhum deles o tenha replicado tantas vezes como Tácito nos *Annales*²⁹ (mais de vinte) e em *Historiae*³⁰ (quase quarenta), com igual propriedade. A ideia de *terror* continua oscilando entre uma aflição e um medo mais ou menos difusos e um pavor-pânico, mas sempre disseminados pela ação de um sujeito humano. É o medo pelo que possam fazer os inimigos, pela iminência de uma batalha ou pela simples evocação do nome de Roma. E é o pânico em situações de desespero e descontrole, tipo um massacre em ato. Mas Tácito vai além disso e apresenta um emprego semântico e técnico ainda mais apurado dos termos, ressaltando a ideia de terror basicamente como um estado psicológico logrado com demonstrações e ameaças calculadas. Por isso ele fala em “*ad terrorem ceterorum adfici verberibus*”, isto é, em açoitá-lo para aterrorizar terceiros (*Annales*, I: 21). E defende as virtudes educativas de impor o medo de ser supliciado a alguém, conforme “*cuius terrore et paucorum supplicio rediit oppidanis concordia*” (*Annales*, XIII: 48). Esse caráter de intimidação e mensagem, mais do que a violência bruta, é reiterado em diversas outras passagens, como “*nec ullis deinde terroribus*” (*Historiae*, II: 3) ou “*Praeceptis posthac Agrippina ruere ad terrorem et minas*” (*Annales*, XIII: 14). Mais interessante ainda, Tácito fala que o terror deve ser administrado pragmaticamente como uma espécie de método intimidatório que se pode e se deve *adicere*, isto é, “dosar” (*Annales*, XV: 27).

Na altura em que Tácito escrevia, não se deve esquecer que o termo *terror* também tinha um significativo e tradicional lugar no linguajar do Direito comum, conforme a antiga e liminar figura da justiça romana conhecida como *argumentum ad terrorem*, aliás ainda viva no Direito atual³¹. Ao evocar as consequências fisicamente negativas que podiam resultar da não admissão de determinada tese legal, essa figura se consubstanciava basicamente na proclamação de uma ameaça extrema, jogando com a imposição do medo sobre o oponente. Diferentemente da ideia popular de *argumento ad báculo* (“do porrete”), que não tinha a mesma fortuna jurídica e não se referia propriamente a um silogismo, mas a um fato, a ideia de *argumento ad terrorem* correspondia perfeitamente ao uso dado por Tácito ao mote *terror*, no sentido de uma comunicação especialmente extrema e opressiva, por isso mesmo necessariamente encenada e calculada. Como uma espécie de falácia. Mais no sentido de apelação metódica ao medo do que de apelação imediata e inexorável à força.

²⁹ Tácito. *Annales*, I: 21, XII: 14 e 18, XV: 27. Turim, UTET, 1997

³⁰ *Idem*. *Historiae*, II: 3. Turim, UTET, 1983.

³¹ Joaquín Balboa. *História del Derecho romano*. Madri, Ojeda, 1957, pp. 124.

É certo que esses mesmos termos *terror*, *terrore*, *terrorem*, *terrori*, *terroris* e outros pelo estilo foram usados na literatura latina com significados mais prosaicos. Por exemplo, em relação ao resultado angustiante de um mero conflito pessoal, como aquele que acometeu Alcumena diante da possibilidade de ser acusada de adultério, na comédia de Plauto³². Ou, por outro lado, em relação a tragédias naturais e catástrofes independentes do desejo dos homens, como se vê em Sêneca quando ele fala do desespero causado por terremotos³³. Mas isso não era a regra dominante. Repassando vasta literatura da latinidade clássica, são poucas as vezes em que aparecem variações da matriz *terror* com esses sentidos mais laxos. A regra, pelo menos até o começo da agonia da civilização clássica no final do século IV, era o significado eminentemente ligado à guerra, à violência política e ao exercício do poder institucional, com um viés de ação deliberada para causar um preciso estado psicológico de medo ou pânico como forma de liquidar resistências. Nas *Historiae*³⁴ de Amiano Marcelino, talvez o último grande historiador romano clássico, isso é particularmente claro, confirmando a dominância de um padrão semântico a cavalo entre o simbolismo de Deimos e o sentido estrito do verbo *terrere*.

A difusão da literatura cristã no mundo latino – depois que Constantino abriu as portas à nova religião nas primeiras décadas do século IV e que o império como um todo desabou institucionalmente com Teodósio no final da mesma centúria – trouxe uma notável mudança nesse sentido. No momento em que os textos dominantes se revelaram impregnados pela promessa dos *Evangelhos* e a velha sociedade pagã se esvaiu definitivamente, os ecos simbólicos e linguísticos do mito de Deimos e do antigo verbo *terrere* parecem se esvanecer. Em lugar disso floresce um vocabulário teológico no qual primou a expressão *terror dei*, a partir da tradução da *Bíblia* ao latim feita por São Jerônimo³⁵, quando diferentes menções ao poder de Yehovah foram vertidas como *terror* (*Êxodo*, XXIII: 27; *Deuterônimo*, II: 25, XI: 25; *Josué* II: 8 etc.). É bem sabido que essa tradução encomendada pelo papa Damásio I pouco antes de morrer em 384 tinha um objetivo de divulgação (daí ser justamente conhecida como *vulgata editio*) e foi escrita em um latim corrente, distante daquele latim clássico de Cícero, que Jerônimo conhecia, mas não utilizou. Sua tradução direta do hebraico não só

³² Plauto. *Amphitruo*, Ato V: 1066. Vicenza, Guillarducci, 1983.

³³ Sêneca. *De providentia*, IV: 1. Madri, Clásicos Latinos, 1978.

³⁴ Amiano Marcelino. *Historiae*, XXV: 4, XXVI: 2, XXVI: 10 etc. Turim, UTET, 2002.

³⁵ Jerônimo de Estridão. *Vulgata*. Madri, Biblioteca de Autores Cristianos, 1954.

pretendia ser mais exata e completa do que as versões anteriores (especialmente a coleção chamada de *Vetus latina*, iniciada no século II a partir da *Septuaginta*), mas também “ser mais fácil de entender”. Considerando que por cerca de dez séculos este foi o texto angular da cristandade, pode-se imaginar a influência de cada uma de suas palavras, para bem e para mal, na formação do vocabulário medieval.

No século VI, a *Historia de regibus gothorum*³⁶ de Cassiodoro (via Jordanes) ainda emprega o termo *terror* de modo essencialmente político e militar, com bastante precisão conceitual em relação à tradição. Assim, o terror é uma técnica de poder que explora a face mais apavorante da violência (XXIV: 127), que pode ser dosado de modo particular (VIII: 56) e conseguido, por exemplo, com o impacto psicológico da exposição pública de cadáveres (XLVIII: 247). Mas a tendência dominante que se nota com o avanço do cristianismo vai em direção a uma permissividade terminológica maior. Ela já era notável uns cem anos antes de Cassiodoro, quando em meados do século V a literatura cristã começou a se tornar hegemônica. Dessa forma, Agostinho fala no *De civitate dei*³⁷ do *terror* tanto como pavor de castigos físicos nos métodos de aprendizagem escolar infantil (I: 14), como medo dos fiéis diante do poder dos sacerdotes nos templos egípcios (X: 9), como o alarme que tomou conta do Fórum diante da iminência de invasão de inimigos (XIX: 12), como apreensão das autoridades diante de um levante popular (XIX: 17), ou como, é claro, simples temor de Deus (IX: 23). Mas nada do *terror* como técnica específica de violência militar e política. Do mesmo modo que a *História francorum* de Gregório de Tours, a *Etimologiae* de Isidoro de Sevilha, a *Historia ecclesiasticam gentis anglorum* de Beda e tantos outros tratados que raramente emprestam ao termo algum significado político e militar relevante. Quando vemos, por exemplo, a miríade de fontes latinas a partir dos séculos VIII e IX que repetem a palavra *terror* como “medo de cometas que cruzam o céu” e de outros pavores tão intangíveis como prosaicos, não se pode deixar de pensar que houve uma perda de precisão semântica em relação às fontes da Antiguidade. Parece mesmo, numa primeira impressão, que os medievais se desgarraram do simbolismo do deus romano e do significado do verbo *terrere*, a ponto de quase esquecerem os usos próprios e relaxados ao termo *terror*.

³⁶ Cassiodoro. *Historia de regibus gothorum*. Roma, Portale, 1985.

³⁷ Agostinho de Hipona. *Civitate Dei*. Madri, Biblioteca de Autores Cristianos, 1963.

Apenas quase. Afinal, no fundo, a Idade Média nada esqueceu. Veja-se, a propósito, o uso que no século XI Geoffrey de Monmouth deu ao termo *terror* na sua *História hierosolymitanae expeditionis*³⁸. Porém, para o argumento que se pretende aqui não é preciso continuar de modo temporalmente linear nesse exercício de arqueologia semântica. O entendimento das bases linguísticas fundamentais da expressão latina que nos ocupa parece já estar suficientemente favorecido. Nesse sentido, pode-se dar um salto cronológico e cultural em direção ao contexto lexical da França na segunda metade do século XVIII, sem qualquer perda das variações vocabulares apresentadas anteriormente. Até mesmo porque lá se recupera algo de seu mais importante sentido original.

Com efeito, a frequência da palavra *terreur* nos documentos do século XVIII, exceto num resquício idiossincrático irrelevante³⁹ e numa localizada novidade conceitual⁴⁰, reflete basicamente a mesma fortuna semântica do latim *terror* exposta acima. Mas com uma importante diferença, entretanto. Agora, na plenitude do Iluminismo, mostrava-se cada vez mais incisiva a consciência sobre o uso político e militar do termo. Os maiores signos disso encontram-se, sem dúvida, no *Dictionnaire de L'Académie Française* e na *Encyclopédie*, especialmente esta última.

A primeira edição do *Dictionnaire*, de 1694, se retomava em muitos aspectos o *Thresor de la langue française tant ancienne que moderne* de Jean Nicot (1606) – durante décadas o dicionário mais reverenciado na França e talvez o primeiro a trazer um verbete *terreur* –, o *Grand Dictionnaire historique ou Le mélange curieux de l'histoire sacrée et profane* de Moréri (1674), o *Discours sur l'Histoire universelle* de Bossuet (1681) e o *Dictionnaire historique et critique* de Pierre Bayle (1692), nos quais o termo aparece de forma destacada, porém sempre extremamente sucinta. Veja-se o que diz o Nicot, por

³⁸ Geoffrey de Monmouth. *História hierosolymitanae expeditionis*. Kent, Hilton, 1992.

³⁹ Como na evolução de outros ramos do latim, não faltaram no desenvolvimento do francês tardo medieval casos em que as expressões *terrae*, *terram* e outras próximas se confundiram ilegitimamente com aquelas advindas de *terror* e *terrere*. Encontram-se assim nos séculos XV e XVI fontes que usam o termo *terreur* em lugar de *terroir* (terreno, pedaço de chão, “campanha”), e vice-versa, entre outras sobreposições escandalosas de significados, sem sempre devido a erros de grafia. Alguns raros documentos do século XVIII ainda trazem estas expressões, mas elas não prosperaram. Ver Alain Restall. *Questions d'étymologie*. Louvain, Thaon, 1998, pp. 97.

⁴⁰ Relativa ao uso estético do termo, na medida em que se consagra no teatro moderno a discussão das categorias aristotélicas na tragédia. Em concreto, a tensão entre *φόβος* e *ἔλεος*, traduzidas tradicionalmente pelo par “terror” (embora literalmente se exigisse “fobia”) e “compaixão”. Ver, por exemplo, François Parfaict. *Histoire du théâtre français depuis son origine jusqu'à présent*. Paris, Le Mercier Ed., 1748, t. V, 314, t. XV, pp. 304 etc.

exemplo: “*Terreur, Terror. Faire ou donner terreur, Terrere, Terrificare, Territare*”⁴¹. Essa economia de palavras não deve, entretanto, enganar. Não se trata aqui de um mero rondó de palavras parecidas. Cada uma delas, com seu respectivo uso de maiúsculas e itálico (mantido tal qual na citação), faz remissões ao deus romano, à ideia de um medo que vem de fora, ao tremer de medo, enfim. O dicionário da Academia não fazia menção direta ao mito de Terror e nem ao verbo *terrere*, mas não deixava de captar o essencial desses dois aspectos dentro de sua linguagem mais pretenciosa. Assim, a entrada “*TERREUR*” é apresentada um substantivo referente à ideia de

*“Espouvante, grande crainte, agitation violente de l'ame causée par l'image d'un mal present, ou d'un peril prochain. Jetter la terreur parmy les ennemis. répandre la terreur par tous les lieux où l'on passe. remplir de terreur. il portoit la terreur par tout. On dit en parlant d'un grand Prince, d'un Conquerant, qu'Il remplit tout de la terreur de son nom, pour dire, que Son nom imprime la terreur par tout. Et on appelle, Terreur panique”*⁴².

Note-se que, por um lado, o terror não é uma sensação extrema derivada da experiência da violência em ato na própria carne, mas causada por uma imagem. Ou por algo que está próximo. De outro lado, repare-se que terror é a própria ação de produzir essa sensação, notadamente com fins políticos e militares.

A quarta edição do *Dictionnaire*, de 1762, a última anterior à Revolução, repete basicamente as versões passadas. Continua-se a ignorar questões etimológicas e mantem-se as duas referências fundamentais, mas se acrescenta ao texto básico, todavia, dois detalhes ao falar de um terror súbito sem explicação e um terror dos juízes. Desse modo, “*TERREUR*” é uma

*“Émotion causée dans l'ame par l'image d'un mal ou d'un péril prochain, épouvante, grande crainte. Jeter la terreur parmi les ennemis. Répandre la terreur par tous les lieux où l'on passe. Remplir de terreur. Il portoit la terreur par tout. En parlant d'Un Conquérant, on dit, qu'Il remplit tout de la terreur de son nom, pour dire, que Son nom imprime la terreur par tout. En parlant d'Un grand Capitaine, on dit, qu'Il est la terreur des ennemis. Et d'un Juge sévère, qu'Il est la terreur des scélérats. On appelle Terreur panique, Une terreur subite, dont on est troublé sans sujet & sans fondement. Il lui prit une terreur panique. Il se répandit une terreur panique dans l'armée”*⁴³.

⁴¹ Jean Nicot. *Trésor de la langue française tant ancienne que moderne*. Paris, David Douceur, 1606, pp. 625.

⁴² VV.AA. *Dictionnaire de L'Académie Française*. Paris, Coignard, 1694, s/v., pp. 554.

⁴³ VV.AA. *Dictionnaire de L'Académie Française*. Paris, Bernard Brunet, 1762, v. II, pp. 824.

Depois de quatro edições e quase setenta anos de processo escritural coletivo, como se pode ver, o verbete *terreur* não exibiu evolução relevante ou suscitou maior atenção no Dicionário da Academia.

Algo realmente novo, no sentido de um tratamento minucioso da palavra *terreur*, aparece mesmo é com a *Encyclopédie*. Apesar de seus pouco mais de cinco mil exemplares impressos oficialmente em vinte anos de atividade editorial, contrastando com as dezenas de milhares de *Dictionnaires* entregues ao público durante seis décadas, a importância cultural da iniciativa de Diderot e d'Alambert não foi menor do que aquela mantida pela *Académie Française*. Editada irregularmente entre 1751 e 1772 e animada pelas mãos de muitos autores, esta obra que mapeou grande parte do espectro conceitual da cultura francesa de seu tempo é, na verdade, ainda mais sugestiva que aquela quando se trata de pensar o vocabulário dos formadores de opinião nas décadas imediatamente anteriores à Revolução. De fato, nessa coleção antológica (cerca de 70 mil artigos e 22 milhões de palavras) existem dezenas de verbetes que usam mais de cem vezes a palavra *terreur*. Nenhuma outra obra anterior emprega tantas vezes o termo, seja em situações variadas ou tentando defini-lo precisamente.

Na *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, a palavra *terreur* é encontrada 279 vezes em diversos verbetes, aqui e ali associada a situações intangíveis, triviais ou metafóricas (“terror da religião”, “terror de uma máscara teatral”, “terror que os maridos têm das esposas” etc.), e também a situações concretas que independem da ação humana (“terror gerado por cataclismos naturais”, “terror por epidemias mortais” etc.). Geralmente ela apresenta como sinônimo mais recorrente a ideia de *panique* (a expressão mais intensa e descontrolada do medo) e como antônimo a ideia de *pitié* (a misericórdia dos soldados, da natureza, de Deus etc.). A presença de ecos da poética aristotélica nisso não é descartável, conforme sugerido em nota anterior. Seja como for, tão importante como essas acepções genéricas, acumulam-se em maior número os verbetes que falam no “terror que antecede uma batalha”, no “terror imposto aos inimigos”, no “terror como método de governo dos tiranos” e outras expressões que denotam especialmente seu uso político e militar.

Essa tendência pode ser observada no conjunto de verbetes escritos pelo médico Louis de Jaucourt, homem de enorme erudição e um dos mais prolíficos colaboradores da *Encyclopédie*, que entre outros tantos artigos, inclusive científicos, foi responsável pelas vozes guerra, escravidão, inquisição, monarquia, povo e, especialmente, duas outras

intituladas “*PEUR, FRAYEUR, TERREUR*” e “*TERREUR*”, as quais vale considerar detidamente. Por “*TERREUR*”, ele diz:

“ (...) s. f. (Gram.) grand effroi causé par la présence ou par le récit de quelque grande catastrophe. Il semble assez difficile de définir la terreur; elle semble pourtant consister dans la totalité des incidens, qui en produisant chacun leur effet, & menant insensiblement l'action à sa fin, opere sur nous cette appréhension salutaire, qui met un frein à nos passions sur le triste exemple d'autrui, & nous empêche par-là de tomber dans ces mêmes malheurs, dont la représentation nous arrache des larmes; en nous conduisant de la compassion à la crainte, elle trouve un moyen d'intéresser notre amour-propre par un sentiment d'autant plus vif du contre-coup, que l'art de la poésie ferme nos yeux sur une surprise aussi avantageuse, & fait à l'humanité plus d'honneur qu'elle ne mérite. On ne peut trop appuyer sur les beautés de ce qu'on appelle terreur dans le tragique. C'est pourquoi nous ne pouvons manquer d'avoir une grande opinion de la tragédie des anciens: l'unique objet de leurs poètes étoit de produire la terreur & la pitié. Ils choisissoient un sujet susceptible de ces deux grandes passions, & le façonnaient par leur génie. Il semble même que rien n'étoit plus rare que de si beaux sujets; puisqu'ils ne les puoient ordinairement que dans une ou deux familles de leurs rois. Mais c'est triompher de l'art que de réussir en ce genre, & c'est ce qui fait la gloire de M. Crébillon sur le théâtre françois. Toute belle qu'est la description de l'enfer par Milton, bien des gens la trouvent foible auprès de cette scène de Hamlet, où le phantome paroît. Il est vrai que cette scène est le chef d'œuvre du théâtre moderne dans le genre terrible: elle présente une grande variété d'objets, diversifiés de cent façons différentes, toutes plus propres l'une que l'autre à remplir les spectateurs de terreur & d'effroi. Il n'y a presque pas une de ces variations qui ne forme un tableau, & qui ne soit digne du pinceau d'un Caravage. (D. J.). TERREUR, (Mythol.) divinité du paganisme. Hésiode dans sa théogonie, dit que la terreur & la crainte étoient nées de Mars & de Vénus. Lorsqu'Homere décrit les armes de Minerve allant au secours de Diomedé & des Grecs, il met sur son égide la Peur, la Discorde, la Terreur & la Mort. Dans le liv. II. où il décrit le bouclier d'Agamemnon qui se prepare au combat, il dit qu'au milieu de ce bouclier étoit gravé en relief l'épouvantable Gorgone accompagnée de la Terreur & de la Fuite. Dans le XV, lorsque Mars apprend par le récit de Junon que l'on a tué son fils Ascalaphe, ce dieu ému de colere ordonne à la Terreur & à la Fuite d'atteler son char (...)”⁴⁴.

Repare-se desde logo o espaço reservado ao verbete e a quantidade de referências feitas nele, retomando quase tudo que se disse anteriormente. Das remissões etimológicas e mitológicas, passando pelos usos mais laxos e prosaicos do termo aos mais precisos e politicamente orientados, reconhecendo mesmo a dificuldade de defini-lo, Jaucourt oferece ainda algumas novidades. Por exemplo, ao variar sobre o poder benéfico do terror, (que

⁴⁴ Louis de Jaucourt. *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Genebra, Pellet Ed., 1765, t. XVI, pp. 184 e 185.

“opere sur nous cette appréhension salutaire, qui met un frein à nos passions”), considerando o antigo *topos* aristotélico que opõe os sentimentos de terror e piedade na base do processo catártico da tragédia grega. *Topos* este que ele também reconhece em Shakespeare, Milton e Crébilon.

O que nesse verbete pode parecer ainda genérico ou amplo demais, adquire na entrada “PEUR, FRAYEUR, TERREUR” uma explicação que não deixa dúvidas sobre essas três palavras:

“(...) ces trois expressions marquent par gradation les divers états de l'ame plus ou moins troublée par la crainte. L'appréhension vive de quelque danger cause la peur; si cette appréhension est plus frappante, elle produit la frayeur; si elle abat notre esprit, c'est la terreur. La peur est solvante un foible de la machine pour le soin de sa conservation, dans l'idée qu'il y a du péril. La frayeur est une épouvante plus grande & plus frappante. La terreur est une passion accablante de l'ame, causée par la présence, ou par l'idée très forte de l'effroi. Quelques exemples tirés de l'histoire romaine, vont justifier la distinction qu'on vient de donner de ces trois mots. [...] Pyrrhus cut moins de peur des forces de la république, que d'admiration pour ses procédés; au contraire dans la suite des siècles, Attila faisoit un trafic continuel de la frayeur des Romains; mais Julien par sa sagesse, sa constance, son économie, sa valeur, & une suite perpetuelle d'actions héroïques, rechassa les Barbares des frontieres de son empire; & la terreur que son nom leur inspiroit, les contint tant qu'il vécut. [...] Auguste armé, craignoit les révoltes des soldats; & quando il fut en paix, il redoutoit également les conjurations des citoyens. Dans la peur qu'il eut toujours devant les yeux d'éprouver le sort de son prédécesseur, il ne songea qu'à s'éloigner de sa conduite. Voilà la clé de toute la vie d'Octave. [...] On lit qu'après la perte de la bataille de Cannes, la frayeur fut extrême dans Rome; mais il n'en est pas de la consternation d'un peuple libre & belliqueux, qui se trouve toujours des ressources de courage, comme de celle d'un peuple esclave qui ne sent que sa foiblesse. [...] Le célèbre sénatus - consulte que l'on voit encore gravé sur le chemin de Rimini à Cézene, par lequel on devoit aux dieux infernaux quiconque avec une cohorte seulement, passeroit le rubicon, prouve combien le senat appréhendoit les desseins de César. Aussi ne peut - on exprimer la terreur qu'il repandit lorsqu'il passa ce ruisseau. Pompée lui - même eperdu ne sut que fuir, abandonner l'Italie, & gagner promptement la mer (...)”⁴⁵.

Consoante tal definição, terror é um estado de alma perturbado por um medo que se mostra mais intenso do que o simples temor (a apreensão difusa e angustiosa devido a iminência de algum perigo) e o susto (o sobressalto apavorante devido um impacto concreto), numa espécie de “pulsão avassaladora que abate o espírito”. A partir disso, Jaucourt vai mais

⁴⁵ Louis de Jaucourt. *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Genebra, Pellet Ed., 1765, t. XII, pp. 480.

longe do que apresentou em sua definição no verbete “*TERREUR*” (quando associou-o singelamente ao termo *effroi*) e estabelece um tipo de escala de medos, na qual o terror representa o clímax ou somatória. Certamente premido pela dificuldade de avançar nessa distinção em abstrato, ele passa subitamente a “alguns exemplos tirados da história romana para justificar a distinção entre esses três motes”. Mais do que discutir a propriedade ou significação desses exemplos, cabe ressaltar que todos eles são retirados de contextos políticos ou militares. Não há qualquer menção ao terror dos cataclismos, o terror de Deus, o terror no teatro, o terror das esposas sobre os maridos. Aqui, ainda que o mote *terreur* continue a ser ambivalentemente definido, ele vincula-se fundamentalmente a uma prática humana e específica de violência. Precisamente, a um método. Método que recorre a valores máximos de patrocínio do medo (segundo a escala *peur*, *frayeur* e *terreur*), que está relacionado aos negócios políticos e militares (conforme os exemplos escolhidos), que, enfim, tem sua história simbólica e linguística ancorada na antiguidade latina clássica (consoante a remissão a Roma). Esse sentido metodológico aparece também em outros verbetes emblemáticos escritos por Jaucourt, às vezes relacionados ao exercício do poder civil do Estado (como na entrada “*PEINE*”, no sentido jurídico, quando fala do valor educativo do terror na aplicação exemplar das sentenças criminais).

A despeito da substância das acepções do termo *terreur* oferecidas por Jaucourt, ele não menciona, entretanto, alguns usos importantes e muito difundidos já em seu tempo, como, por exemplo, a ideia de *terreur populaire*, no sentido do pânico que toma conta de comunidades inteiras motivado pela disseminação de pestes, carestia, boatos ou mesmo razões infundadas⁴⁶. E falta também do terror como sistema ou regime próprio de governos despóticos, o que é mais notável, já que ele foi o autor do verbete “*DESPOTISME*”, certamente tendo conhecido a muito difundida obra de Montesquieu, *L'Esprit des lois*, na qual este fala com todas letras do “*gouvernement despotique, dont le prince est la terreur*”⁴⁷. Esta ausência é ainda mais curiosa quando se sabe que a expressão *régime de terreur* como prática típica das tiranias aparece cinco vezes no *Nouveau dictionnaire historique* (1766) de Louis-Mayeul Chaudon⁴⁸, cuja publicação teve enorme sucesso de vendas; quase vinte vezes

⁴⁶ Como sugere Gerd van den Heuvel. “Terreur, terroriste, terrorisme”. Em: Rolf Reichardt e Eberhart Schmitt. *Handbuch politisch-sozialer Grundbegriffe in Frankreich: 1680-1820*. Munique, Oldenburg, v. 3, 1985, pp. 92-94.

⁴⁷ Montesquieu. *L'Esprit des lois*. Paris, Hachette, 1983 (1748), III:9 e VI:9.

⁴⁸ Louis-Mayeul Chaudon. *Nouveau dictionnaire historique*. Paris, Frenqueur, 1766.

no também muito vendido *Nouveau Dictionnaire historique portatif* (1769) de Jean Saas⁴⁹; uma dúzia de vezes na *Histoire des hommes ou Histoire nouvelle de tous les peuples du monde* (1782) de Delisle de Sales, que igualmente foi um êxito editorial⁵⁰.

Dessa forma, no final do século XVIII não faltava uma boa plataforma linguística formal e semântica para o advento do neologismo *terrorisme* que, efetivamente, não demorou a surgir com as novas práticas e doutrinas de violência política da Revolução Francesa.

2.2. Revolução Francesa, *La Terreur* e a ideia de *enforcement terror*⁵¹

No caso do presente estudo, não é necessário discorrer sobre os meandros da complexa dinâmica histórica que levou à violência característica da Revolução Francesa⁵² para se entender como chegou-se ao sufixo *isme* agregado ao substantivo *terreur* e a uma primeira formulação do conceito em questão. Nesse sentido, basta tomar como ponto de partida o tenso contexto do assassinato de Marat (13 de julho de 1793) e o clima de comoção que isso desencadeou entre os revolucionários para acompanhar a evolução do uso do termo “terror”.

Embora até então esta palavra praticamente não fosse usada no vocabulário dos revolucionários, inclusive entre os mais radicais e violentos, subitamente ela passou a ser repetida com impressionante frequência por eles, não demorando a se tornar ideia-chave da política estatal.

Tão logo a notícia da punhalada fatal de Charlotte de espalhou pelo *faubourg* Saint-Germain e dali a toda Paris, as Seções e os Comitês Revolucionários reuniram-se para avaliar

⁴⁹ Jean Saas. *Dictionnaire historique portatif*. Paris, Maurice Partier, 1769.

⁵⁰ Delisle de Sales. *Histoire des hommes ou Histoire nouvelle de tous les peuples du monde*. Paris, Legrand, 1782.

⁵¹ Sobre esta noção ver Apêndice IV (“A tardia emergência do terrorismo como campo de estudo acadêmico e o problema do consenso teórico sobre o objeto”).

⁵² Para tanto, ver o capítulo II (“Da conjuntura política e militar que ensejou o Terror”), de minha dissertação de mestrado (*Representações e práticas de violência política na Revolução Francesa: sobre as origens do conceito terrorismo*, especialmente os itens “Como começou a violência revolucionária?” e “As grandes jornadas: da Bastilha ao assassinato de Marat” (pp. 34-61).

e deliberar sobre o assunto, em assembleias que vararam a noite, convergindo quase sempre em moções que pediam ao governo implementar de imediato uma política de vingança e extermínio definitivo contra os inimigos da Revolução. Nessas petições, o mote *terreur* começou a repetir-se de forma inédita⁵³. O que isso significava em termos jurídicos e processuais ninguém sabia direito. Mas o sentimento geral era de que mais violência devia ser agregada ao embate político, e numa escala formal e institucional sem precedentes.

Nos dias seguintes, essa reivindicação foi levada aos deputados da Convenção por barulhentos grupos de manifestantes que gritavam a palavra *terreur* a todo instante. Tal sugestão não demorou a ser adotada amplamente pela imprensa radical⁵⁴.

Pressionada, atordoada e dividida por essas reivindicações, a Convenção passou cerca de um mês e meio praticamente paralisada, primeiro à espera da conclusão das investigações sobre o atentado e depois por debates infundáveis, sem tomar alguma medida importante sobre a demanda das Seções. Nesse meio tempo discutiu-se exaustivamente sobre a articulação prática das medidas de terror e seu sentido, ainda que o assunto não houvesse entrado formalmente em pauta. Assim, na sessão de 12 de agosto, por exemplo, preocupado com problemas organizacionais, Danton pediu que os deputados das assembleias primárias tomassem a frente da iniciativa para evitar o descontrole observado nos Massacres de Setembro. Porém, frisou ele, agindo impiedosamente, sem qualquer tipo de anistia, inclusive tomando reféns⁵⁵. Embalado pelo mesmo espírito, mais adiante Robespierre tomou a palavra e augurou “*Que le glaive de la loi plane avec une rapidité terrible sur la tête des conspirateurs, frappe de terreur leurs complices, inspire la terreur à tous les ennemis de la patrie*”⁵⁶. Terror institucional e centralizado, fulminante, capaz de paralisar psicologicamente aqueles que não foram atingidos diretamente por sua ação exterminadora, mas poderiam sê-lo se insistissem em determinado comportamento. A partir daí, ainda que demorasse algo a se ultrapassar os

⁵³ Ver, por exemplo, o texto aprovado pela famosa e beligerante Section Droits de l’Homme. Em: Jacques Guilhaumou. *La terreur à l’ordre du jour: un parcours en révolution*, pp. 151.

⁵⁴ *O enragé* Jacques Roux, por exemplo, que nunca antes usara o termo, escreveu no seu novo *Publiciste de la République Française* (agora com subtítulo “*par l’ombre de Marat*”): “*Ce n’est qu’en jetant la terreur dans l’âme des traîtres que vous assurerez l’indépendance de la patrie*. Paris, n. 248, (edição de 27 de julho de 1793).

⁵⁵ *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de René et Cie, 1840. Tomo XVII, n. 226, edição de 14 de agosto de 1793, pp. 387.

⁵⁶ *Apud* texto do *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de René et Cie, 1840. Tomo XVII, n. 226, edição de 14 de agosto de 1793, pp. 388.

enunciados abstratos do termo *terreur*, as condições para sua objetivação como política institucional estavam claramente dadas.

O passo provocador dessa objetivação parece ter sido a intervenção de Jean-Baptiste Royer, outro ex-padre e deputado revolucionário, realizada em 30 de agosto no Clube Jacobino e publicada nos dias 2 e 3 de setembro no *Journal des Débats de la Société des Jacobins*, no qual ele cobrou, conforme o que se exigia nas ruas, “*Qu’on place la terreur à l’ordre du jour*”⁵⁷. Chamando seus colegas da Convenção a colocar definitivamente em pauta o tema do terror, ele fez efetivamente o primeiro movimento para formalizar a questão. No número seguinte do jornal voltou a tocar no problema, frisando que o melhor para “*imprimer la terreur*” era “*une armée révolutionnaire de trente mille hommes, divisée en plusieurs corps volants, accompagnée d’un tribunal révolutionnaire et d’une guillotine, faisant justice sur tout le territoire français des nobles, des traîtres, des modérés et des conspirateurs*”⁵⁸. Nunca antes, ao menos num meio de igual influência, uma política de terror ganhava tão claro tratamento discursivo e operacional.

O segundo passo que precipitou definitivamente essa objetivação foi a jornada do dia 4 de setembro. Na ocasião, milhares de pessoas reunidas por *sectionnaires* e membros da Comuna, inicialmente para exigir providências contra a carestia e o desabastecimento, cercaram as Tulherias e invadiram o plenário da Convenção. Nessa convulsiva mobilização, que não chegou, entretanto, a ser sangrenta, e na qual diferentes reivindicações se sobrepuseram, a palavra de ordem “*terreur déjà*” foi bradada insistentemente pela multidão que obrigou a suspender os trabalhos parlamentares. O abaixo-assinado levado pelos manifestantes, com cabeçalho redigido por Royez e Hébert, pedia a oficialização imediata de um regime de terror, especialmente contra especuladores com alimentos, acusados da crise. Sem que várias Seções tivessem se desmobilizado durante a noite, como resultado da agitação do dia anterior, logo no começo da sessão parlamentar no dia 5 já o primeiro orador, o muito radical procurador da Comuna Chaumette, tomou a palavra para reivindicar a moção trazida no dia anterior pela Comuna. Quando acabou de discursar, ele foi intensamente aplaudido. Pouco depois, em meio a várias intervenções de apoio e juras de violência revolucionária, os convencionais fizeram aprovar a conhecida moção de Barrère, o hábil

⁵⁷ *Apud* texto do *Journal des Débats de la Société des Jacobins*. Paris, n. 486, edição de 2 de setembro de 1793, pp. 3.

⁵⁸ *Journal des Débats de la Société des Jacobins*. Paris, n. 487, edição de 3 de setembro de 1793, pp. 3.

representante do Pântano, que dizia: “*Il est temps que l'égalité promène sa faux sur toutes les têtes, il est temps d'épouvanter tous les conspirateurs. Eh bien! législateurs! placez la terreur à l'ordre du jour!*”⁵⁹. Seu longo discurso, no qual afirmava que assim desapareceriam “num instante” os realistas e moderados, foi efusivamente bem recebido e sua moção aprovada ato contínuo. Não sem ressalvas “éticas”, entretanto, como a de Edme Courtois, próximo de Danton, que votou pela entrada do terror na ordem do dia frisando que “*son empire doit être réglé par la prudence*”⁶⁰. No conjunto da obra essas ressalvas não faziam muito sentido, pois todos sabiam, parafraseando Furet, que com isto a Revolução não tinha mais limites objetivos, mas somente adversários⁶¹. Ao cabo do embate, os parlamentares mais à esquerda acabaram impondo-se no plenário, logrando em consequência que Robespierre (além de Couthon, Barrère, Carnot e outros entusiastas do terror) entrasse para o Comitê de Salvação Pública, que se desse carta branca aos *représentants en mission* para liquidar por qualquer meio a resistência nas praças rebeldes, que se convocasse um *levée en masse*, isto é um “alistamento” (mas também um “levante”) nunca visto de soldados da Revolução; além, é claro, da intensificação das atividades do novo *Tribunal Criminel Extraordinaire*, cujo senso de justiça e rigor processual pode-se presumir desde os acontecimentos de agosto/setembro de 1782.

A notícia da entrada do terror na pauta da Convenção imediatamente se espalhou por Paris, para regozijo das Seções. E dali às grandes cidades. Na manhã seguinte foi a principal matéria dos jornais e assim nos dias vindouros. Tão logo ela foi divulgada pelo país começaram a chegar cartas de apoio de todos os cantos à Convenção, frisando que “finalmente” a medida tão ansiada havia chegado. A Société Républicaine de Gignac se disse aliviada porque “*la terreur est enfin à l'ordre du jour*”. A Société Populaire de Saint-Amand declarou que esperava há muito “*le moment enfin où vous avez mis la terreur à l'ordre du jour*”. A Société des Amis de la Révolution de Montpellier afirmou que “*enfin nous avons des moyens pour mis em place les aristocrates*”⁶². Como demonstrou Furet, a entrada do Terror na ordem do dia, antes de ser apenas uma invenção autocrática e mirabolante de certa ala radical

⁵⁹ *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de René et Cie, 1840. Tomo XVII, n. 251, edição de 8 de setembro de 1793, pp. 531/532.

⁶⁰ *Idem, ibidem*, pp. 534-535.

⁶¹ François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, pp. 68.

⁶² Ver diversas transcrições desses documentos em Jacques Guilhaumou. *La Terreur à l'ordre du jour: un parcours en révolution*, pp. 146 e ss.

dos convencionais foi uma “reivindicação” ou “reclame” escutado nos mercados, nos cafés, nas seções e nos clubes⁶³. Revolução dentro da Revolução, a decisão de levar a palavra que intermitentemente se escutava tanto à boca pequena nas conversas particulares como aos berros das concentrações populares à agenda parlamentar (assumindo como política de Estado certo tipo de brutalidade que ela presumia), significou importante encontro entre oralidade e textualidade, entre práticas e representações, no sentido de uma inédita e paradigmática cultura de violência. Apesar de no contexto daqueles dias nenhum autor demonstrar uma consciência muito clara do que esse processo representava em termos conceituais, como afirma Guilhaumou, a partir da entrada da expressão “*La Terreur à l’ordre du jour*” nas atas parlamentares (e das decorrentes ações objetivas a partir disso) em vários tipos de documentos (matérias da imprensa, decretos, relatórios, cartas pessoais etc.) “*les énoncés injonctifs se sont plus rares e les énoncés définitoires se multiplient sur le nom de la terreur*”⁶⁴, dando a ele uma nova substância semântica a partir de certas práticas sistemáticas e vindicatórias de violência.

A entrada da ideia de “terror” na ordem do dia dos negócios do Estado revolucionário, e sua implementação prática, exigiu todo um aparato de exercício da violência que não foi, obviamente, construído do nada. Da originária tolerância governamental revolucionária com a brutalidade dos justicamentos populares, passando pelos tribunais revolucionários e a sacrossanta guilhotina, muito da estrutura de *La Terreur* já vinha sendo montada desde o início da Revolução. No entanto, foi somente a partir de setembro de 1793 que esses mecanismos se articularam organicamente e, junto com novas criações, deram lugar a um sistema “terrorista” propriamente dito.

Um dos primeiros atos concretos de implementação desse sistema foi a aprovação da Lei dos Suspeitos, em 17 de setembro. Proposta pelos convencionais Merlin de Douai (do Comitê de Salvação Pública) e Régis de Cambacérès (destacado representante em missão), ela reafirmava todos os decretos de prisão anteriores contra “partidários da tirania”, padres refratários, especuladores e antigos nobres, ampliando agora o alcance das detenções também para parentes de emigrados e toda pessoa que não tivesse um *Certificat de Civisme*, espécie de atestado de boa conduta patriótica expedido pela Comuna, sem o qual não era possível

⁶³ François Furet. *Pensando a Revolução Francesa*, pp. 77-88

⁶⁴ Jacques Guilhaumou. *La Terreur à l’ordre du jour: un parcours en révolution*, pp. 156.

assumir cargos públicos, viajar pelo país ou safar-se facilmente dos tribunais revolucionários⁶⁵. A nova lei instruíu os comitês de vigilância a fazer listas de suspeitos e prendê-los, bem como exortava o povo a promover denúncias, inclusive anônimas. Em nova onda de histeria coletiva, imediatamente as prisões foram mais uma vez lotadas com inimigos da Revolução, cada vez mais amplamente caracterizados.

Em 10 de outubro, por iniciativa de Saint-Just e com forte apoio do bloco da Montanha, a Convenção declarou que o governo seria revolucionário “*jusqu'à la paix*”, ou seja, de exceção e interino, funcionando por decretos e ignorando a constituição aprovada em 24 de junho, até que a paz geral fosse alcançada⁶⁶. Isso significava curso livre às atividades dos tribunais revolucionários, dos representantes em missão e dos demais braços repressivos do Estado a usar de todos os meios contra os inimigos da república revolucionária, inclusive contra os apenas “*modérés*”. Dando maior acabamento à estrutura de terror em construção, no dia 4 de dezembro, com a *Loi du 14 Frimaire an II*, foi criado o draconiano *Bulletin des Lois de la République*, enviado diariamente a todas as autoridades constituídas e todos os funcionários públicos dos cantões do país, que deveria ser promulgado localmente em 24 horas a contar da recepção e imediatamente executado⁶⁷. O dispositivo previa que os governos distritais fossem responsáveis dentro de outros dez dias pela criação de duas comissões governamentais (um Comitê de Salvação Pública e um Comitê de Segurança Geral). O primeiro, para lidar com as questões da guerra e dos representantes em missão. O segundo, para encaminhar as questões de polícia. Além disso, determinava-se que os procuradores-gerais e os administradores eleitos anteriormente fossem afastados e substituídos pelos agentes nacionais, responsáveis pela aplicação e fiscalização da nova lei. Todo o poder na França deveria emanar diretamente da capital, sob pena de extermínio a quem se colocasse no caminho da república revolucionária ou procrastinasse as suas ordens. A Lei do 14 Frimário causou certa confusão inicial, mas não custou a ser entendida e obedecida. Com ela a política denominada “Terror” entrou efetivamente em vigor, consubstanciando-se basicamente na

⁶⁵ David Andress. *O Terror: guerra civil e Revolução Francesa*. Record, Rio de Janeiro, 2007, pp. 195 e 253.

⁶⁶ Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*. São Paulo, IBRASA, 1966, pp. 321-322.

⁶⁷ Jacques Godechot. *A Revolução Francesa: cronologia comentada*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, pp. 160-161.

atuação do famigerado *Tribunal Criminel Extraordinaire* (estabelecido em 10 de março de 1793), chamado “Revolucionário” nos papéis oficiais uns meses depois⁶⁸.

Alcançada a presente altura da reflexão proposta, não é o caso de entrar aqui no que constituiu exatamente *La Terreur* e enveredar pela articulação do Tribunal Revolucionário com os *Comités de Vigilance*, o exército revolucionário, os Representantes em Missão, as *fusillades* e a guilhotina, enfim, para entender o terror concreto a que se chegou nos tempos da Convenção. A violência política da Revolução Francesa em si mesma não é problema da presente pesquisa⁶⁹. A questão de interesse aqui é como, dentro dela, o termo “terror” foi evocado e como, a partir disso, o conceito de terrorismo começou a ser construído. Para tanto, a partir daqui pode-se passar diretamente à discussão sobre quando, efetivamente, o sufixo “*isme*” foi acrescentado ao substantivo *terreur* e o que isso significou em termos conceituais.

2.3. Surgimento e dicionarização dos termos “terrorismo” e “terrorista”

De todos os momentos da Revolução Francesa, o menos trabalhado pela historiografia – e por isso mesmo insuficientemente conhecido – é a reação termidoriana. Entre outras razões porque não raro é considerado, simplifadamente, o fim abrupto da Revolução pela ação de contrarrevolucionários ou traidores da revolução. Nada mais errado. Na verdade, o complô do 9 Termidor foi tramado por jacobinos e montanhesees variados que devido a razões diferentes (quase sempre pessoais) se incompatibilizaram com o círculo de Robespierre e a política do Terror, mas que continuaram a reivindicar-se revolucionários e a usar por um bom tempo a lógica do terror⁷⁰.

⁶⁸ David Andress. *O Terror: guerra civil e a Revolução Francesa*, pp. 305-306.

⁶⁹ Para esse tema, ver o capítulo III de minha dissertação de mestrado (“*La Terreur* como modelo prático de violência”, pp. 67-87).

⁷⁰ Dos principais atores que se associaram nessa insurgência, deve-se considerar em especial quatro membros do Comitê de Salvação Pública, – Barère, Billaud-Varenne, Carnot e Collot d’Herbois –, quatro integrantes do Comitê de Segurança Geral – Amar, Vadier, Talien e Dubois de Crancé – e três outros deputados: Fouché, Merlin de Douai e Régis de Cambacérès, entre outras figuras menos influentes. O mais desconcertante nisso é que todos foram decididos artífices do Terror, a maioria, inclusive, jacobinos desde primeira hora. Nenhum deles era conhecido pela moderação.

Com efeito, a dinâmica de violência revolucionária sofreu uma freada brusca com a eliminação da liderança jacobina e o dismantelamento de alguns instrumentos formais do Terror, mas a Revolução em si mesma e sua violência típica não teve fim senão bem depois⁷¹. Pelo menos não enquanto a pugna entre “termidorianos de esquerda” (Collot d’Herbois, Billaud-Varenne, Barère etc.) e “termidorianos de direita” (Tallien, Fréron, Barras, Legendre etc.)⁷² não se resolveu definitivamente.

Foi nesse contexto que os termos *terrorisme* e *terroriste* surgiram efetivamente.

O fato da reação termidoriana – que culminou efetivamente num movimento de esvaziamento da violência revolucionária – ter sido obra de revolucionários altamente envolvidos com o jacobinismo e o Terror suscita vários tipos de questões. A que mais interessa aqui refere-se ao fato de que foi justamente dessa experiente esquerda revolucionária comprometida com a violência e o Terror que partiram as primeiras enunciações dos motes *terroriste* e *terrorisme*.

Enquanto as medidas termidorianas desmontavam paulatinamente *La Terreur* e o chamado “Terror Branco” dava seus últimos golpes, a violência *sans-culotte* irrompeu ainda mais uma vez na primavera de 1795. Como uma espécie de “canto do cisne” revolucionário, esta jornada que parecia reviver o que havia de mais impetuoso e autêntico na Revolução acabou por se revelar um grande fracasso e dar mais margem àqueles que procuravam se distanciar do Terror.

Diante do acirramento da crise alimentar, no dia 20 de maio uma enorme massa de parisienses pobres reivindicando pão, confisco de bens dos ricos e mais punição para especuladores, aglomerou-se nas entradas da Convenção. Depois de ser repelida várias vezes por destacamentos da Guarda Nacional, essa concentração de gente conseguiu finalmente, e aos trancos, irromper na câmara central. Entre os mortos da peleja corpo-a-corpo que se seguiu à invasão estava o deputado Jean Féraud, baleado ao tentar negociar com os manifestantes. Na sequência dos acontecimentos sua cabeça foi arrancada, colocada na ponta de um pique e desfilada no plenário da casa diante de Théodore Vernier, que presidia a

⁷¹ Georges Lefebvre. *A Revolução Francesa*. São Paulo, IBRASA, 1966, pp. 378, 398, 399, 435 etc.

⁷² Albert Manfred. *A grande Revolução Francesa*. São Paulo, Fulgor, 1966, pp. 232.

sessão, e dos demais deputados presentes, todos compreensivelmente estupefatos⁷³. Parecia que os velhos tempos haviam voltado. Aterrorizados como poucas vezes antes, os parlamentares aprovaram todas as medidas pedidas pela multidão, o que acabou desanuviando o ambiente e dispersando a manifestação. Mas tão logo recuperaram-se do susto, as forças termidorianas, de forma mais organizada e aproveitando da noite, reassumiram o controle da situação revogando essas medidas em sessão extraordinária e lançando nas horas seguintes homens armados para prender as lideranças e simpatizantes mais destacados dos tumultos do dia anterior. “Seção por Seção, casa por casa”, como especificava o decreto que se seguiu, deveria ser feita uma ostensiva varredura em toda Paris para investigar e deter todos aqueles envolvidos direta e indiretamente com a morte de Féraud⁷⁴. Os últimos montanhesees foram definitivamente aprisionados e pela primeira vez as forças armadas do Estado reprimiram em uníssono um levante popular. Sem dúvida, isto representou uma grande inflexão com relação à cultura de permissividade com a violência revolucionária inaugurada em 1789. Confirmando essa tendência, pouco depois o caráter revolucionário do governo foi abolido. Finalmente, o guilhotinamento do famigerado promotor-mor do Tribunal Revolucionário Fouquier-Tinville no dia 7 de maio, depois de meses de prisão, encerrava simbolicamente toda uma era.

Foi nesse contexto de vitória definitiva dos termidorianos que o processo linguístico matricialmente ancorado no termo *terreur* se desdobrou então nas desinências e sufixos que possibilitaram os neologismos *terrorisme* e *terroriste*, dando assim suporte material, isto é, verbal, para uma nova unidade conceitual do léxico político derivado da Revolução.

O primeiro passo nesse sentido foi a sedimentação da ideia da política revolucionária do terror como sistema. Essa ideia não era absolutamente nova no Termidor e já havia sido levantada dois meses depois que o terror entrara na ordem do dia, quando os deputados Philippeaux, Bazire, Chabot e Thuriot fizeram publicar na imprensa um poemeto crítico em que diziam:

*“La terreur/le système de terreur détruit les vertus magnanimes
étouffe les élans de l'imagination
comprime les efforts du patriotisme
rend le législateur incapable de faire de bonnes lois*

⁷³ Jacques Godechot. *A Revolução Francesa: cronologia comentada*, pp.193.

⁷⁴ David Andress. *O Terror: guerra civil e a Revolução Francesa*, pp. 421.

*annonce la ruine des patriotes
nous menace d'une nouvelle tyrannie
tend à nous faire déchirer les uns les autres
tend à diviser les patriotes
dénigre les commissaires auprès des armées
écrase tous les départements*⁷⁵.

O uso dessa expressão em outras situações, no entanto, deve ser tomado com cautela pois nem sempre se refere a *La Terreur*. Muitas vezes ela foi utilizada por protagonistas de grupos diferentes apenas para se desqualificarem mutuamente sem que isso significasse um emprego semanticamente relevante. Assim, o girondino Joseph Guiter acusa os montanhese e jacobinos de montar seu próprio sistema de terror⁷⁶ e o jacobino Saint-Just acusa a gironda de criar um sistema de terror contra a cidade de Paris⁷⁷, entre outros usos pouco precisos.

Porém, foi com o relatório acusatório de Barère contra os robespierreanos, apresentado à Convenção no 14 Termidor de 1794 (1 de agosto), que *La Terreur* começou a ser interpretada efetivamente como um conjunto de elementos interdependentes e articulados para formar um todo organizado; isto é, um conjunto de “*manoeuvres réduites em système*”⁷⁸. Foi a partir desse relatório que Tallien estruturou seu minucioso discurso no dia 28 no qual a expressão *système de la Terreur* tornou-se consagrada. Usando quase trinta vezes o termo terror, ele falou oito vezes em *système de la terreur* e uma vez em *système de terreur*, apresentando assim a primeira grande síntese da ideia de *terrorisme*, palavra que introduziu, discretamente e *en passant*, naquela ocasião (p. 614, segunda coluna, §4). Retomando o significado do mote *terreur* a partir da ideia de “*trembler de crainte en une véritable désorganization de l’âme*”, Tallien diz que ele “*consiste à menacer les personnes toujours e pout tout, à les menacer de tout ce que l’imagination peut concevoir de plus cruel*”, de modo que “*est le terreur même qui s’établit dans l’âme malgré le sentiment de innocence*”, numa sensação paralisante de medo que “*n’est susceptible ni de plus ni de moins*”. Nesse sentido, considerando o terror como chave de um sistema,

⁷⁵ Jacques Guilhaumou. *La Terreur à l'ordre du jour: un parcours en révolution*, pp. 155.

⁷⁶ *Archives Parlementaires*. Tomo LXXV, sessão do dia 3 de outubro de 1793, pp. 672. Disponível em: <http://frda.stanford.edu/fr/catalog/wq726ny9731_00_0678>.

⁷⁷ Saint-Just, Louis Antoine. *Oeuvres complètes*. Paris, Gallimard, 2004, pp. 595.

⁷⁸ *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1861. Tomo XXI, n. 315, edição de 2 de agosto de 1794, pp. 369.

“Pour faire toujours trembler tout le monde, il est nécessaire non-seulement de suspendre sur le chaque action un súplice, sur chaque parole une menace, sur le silence une suspicion. Il faut encore placer sous chaque pas un piège, dans chaque famille un traíte. Il faut, en un mot savoir mettre tous les citoyens à la torture par le súplice de quelques-uns, et trancher la vie de ceux-ci de manière à abregèr celle des autres. Tel est l’art de répandre la terreur”. Concretamente, tal sistema precisa “joindre à l’image de la mort celle de l’effusion du sang, ensuite il faut environner la victime d’autres victimes, et les faire tomber les unes devant les autres. Faut faire voir à um homme la mort de cinquante autres avant de la lui donner. Faut enfin pousser le raffinement jusqu’à tuer le père après son enfant, l’époux après sa femme, la frère après sa soeur”⁷⁹.

Tallien ainda menciona em sua caracterização que isso exige uma organização política regular e altamente concentrada, necessariamente tendente a favorecer uma minoria arbitrária interessada em oprimir uma maioria.

A pertinência dessas observações (*La Terreur* como violência psicológica, como mensagem, como mecanismo de dominação autoritária etc.) contrasta, no entanto, com a falsa explicação histórica que Tallien dá para o fenômeno ao remetê-lo exclusivamente a Robespierre e a “*quelques subalternes*”, dizendo que a Convenção foi vítima deles, “*jamais complice*”. Tallien, jacobino exaltado, participe destacado dos Massacres de Setembro e representante em missão conhecido por espalhar o terror em Bordeaux⁸⁰, sabia bastante bem que *La Terreur* fora uma obra coletiva que ia muito além do círculo do Incorruptível. Mas isso não é importante aqui. Mais importante é notar que ao finalizar seu discurso ele diz: “*Citoyens, tout ce qui vous venez d’entendre n’est qu’un commentaire de ce qui Barère a dit à cette tribune du système de la terreur, la lendemain de la mort de Robespierre*”. Ou seja, seu discurso fazia parte de uma narrativa suprapessoal que começava a dar forma linguística ao conceito de terrorismo. Pouco depois, em 26 de agosto Fréron discursava lembrando as proposições de seus colegas sobre o *système de terreur et de sang* do Ano II⁸¹. Daí em diante as referências às mesmas ideias se avolumam, passando dos discursos aos panfletos⁸².

⁷⁹ *Ibidem*. Tomo XXI, n. 343, edição de 30 de agosto de 1794, pp. 612-615.

⁸⁰ Jacques Godechot. *A Revolução Francesa: Cronologia comentada*, pp. 388.

⁸¹ *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1861. Tomo XXI, n. 342, edição de 29 de agosto de 1794, pp. 602.

⁸² Ver, por exemplo, o panfleto de Laurent Lacoindre *Robespierre par lui même et condamné par ses propres principes*. Paris, Rougyff Ed., setembro de 1794, pp. 31. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k41119q/f34.item.r=syst%C3%A8me%20de%20terreur.zoom>>.

Nesse processo de invenção linguística não se deve subestimar a dinâmica da cultura oral e popular, que de modo algum estava cega ao “sistema” dos jacobinos. Certamente que não com a mesma intensidade do começo da Revolução, a interface entre circuitos culturais de rua e de gabinete não foi totalmente suprimida no seu período tardio, ainda mais num tema que evocava algo tão comum a todos⁸³. Pierre Caron, no seu estudo sobre os relatórios dos agentes secretos que prestavam serviço ao Ministério do Interior durante *La Terreur*, apresentou alguns indícios nesse sentido ao mostrar (embora não discutir) que desde a *entrada do terror na ordem do dia dos trabalhos da Convenção, a palavra terreur passou ser insistentemente ouvida nos mercados e cafés*⁸⁴. Nesses relatórios inexistia qualquer registro de neologismos, mas não é despropositado presumir que a inventividade e o repertório dos falantes já os houvessem enunciado em falas não reproduzidas pelos espiões atrás de conhecidas palavras. Afinal, não faltavam fartas condições de experiência vulgar para a aplicação das desinências “*isme*” e “*iste*” ao mote central *terreur*. Ainda mais depois do 9 Termidor.

Seja como for, a primeira evidência de um uso sistemático das palavras *terrorisme* e *terroriste* parece residir em alguns textos publicados por Babeuf entre agosto e setembro de 1794.

De uma família muito pobre da Picardia, próximo aos *sans-culottes* e ao jacobinismo, mas sem ser filiado a clube algum, transitando bem entre os *cordeliers* mais radicais, Babeuf foi um personagem para lá de secundário nos caminhos da Revolução, seja por sua atuação periférica ou por suas limitações intrínsecas, embora tenha se tornado um ícone da história do socialismo ao propor a malograda *Conjuration des Égaux*. Ele não protagonizou nas velhas batalhas da Revolução e passou o maior tempo dela em sua terra natal. Como outros *sans-culottes* favorecidos com pequenos cargos no governo, acabou ganhando uma função administrativa, no exercício da qual teve de responder a um processo de falsificação de documentos. Preso e temporariamente solto, ele fugiu para Paris, onde encontrou proteção de revolucionários mais graúdos, inclusive ganhando novo cargo burocrático. Não chegou a ser deputado e sequer veio mesmo a ocupar postos importantes na Comuna ou nas Seções.

⁸³ Ami-Jacques Rapin. “L’objet évanescant d’une théorie improbable: le terrorisme et les sciences sociales”. Em: *Les Cahiers du RMES*. Paris, 2008, v. V, n. 1, pp. 42.

⁸⁴ Pierre Caron. *Paris pendant la terreur: rapports des agents secrets du ministère de l’intérieur*. Paris, Alphonse Picard, 1914, pp. 12.

Próximo de Marat, mas distante de Robespierre, ele nunca se opôs efetivamente ao Terror até este ser derrocado, só então passando a denunciá-lo frontalmente. E por pouco tempo. Como assinala Furet, o entusiasmo de Babeuf com o 9 Termidor é um “*estranho episódio, que não se enquadra com o resto de sua existência política, e que espelha sem dúvida, nos poucos meses que se seguiram à queda de Robespierre, a pressão irresistível de uma opinião pública libertada da guilhotina*”⁸⁵. Mais do que isso, entretanto, deve ter influenciado na sua adesão ao Termidor o fato que continuava a pesar sobre ele a dura condenação (vinte anos de cadeia) das autoridades jacobinas de Roye, que o descobriram em Paris e novamente o prenderam. Solto provisoriamente alguns dias antes da queda de Robespierre, parece que ele viu na recente reviravolta política uma oportunidade para safar-se do processo criminal⁸⁶.

Por sua pena aparece impresso, no virar de agosto para setembro de 1794, o substantivo *terrorisme* e o adjetivo *terroriste*, com o intuito de caracterizar a política de terror liderada por Robespierre. Até então, naquele mês e meio decorrido da reação termidoriana, já se falava, como foi visto, em “sistema de terror”, mas, exceto a menção isolada de Tallien, não se usava essas expressões para qualificá-lo. Até então, o grupo de Robespierre, Saint-Just, Couthon *et caterva* era chamado de “bebedores de sangue”, “monstros” e “loucos”, entre outros epítetos pejorativos que não tinham qualquer valor operatório. Foi somente quando Babeuf usou o termo *terroriste* e *terrorisme* por várias vezes nas páginas do seu jornal *Le Tribun du Peuple*⁸⁷ que o vocabulário dominante se impregnou com as novas palavras. Na primeira vez ele distingue, entre os atores da Revolução, aqueles patriotas não robespierrreanos e aqueles “*patriotes terroristes*”. Note-se que ele manifesta aqui consciência de seu ineditismo vocabular e profetismo ao dizer que “*cette expression va venir a la mode*”⁸⁸. Na segunda vez ele menciona um “*régime terroriste et révolutionnaire*” como método de governo⁸⁹. O tom pejorativo das suas acepções é confirmado na terceira menção

⁸⁵ François Furet. “Babeuf”. Em: François Furet e Mona Ozouf (orgs.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, pp. 193.

⁸⁶ François Furet. “Babeuf”. Em: François Furet e Mona Ozouf (orgs.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*, pp. 195.

⁸⁷ Também intitulado *Le Défenseur des Droites de l’ Homme; em continuation du Journal de la Liberté de la Press*.

⁸⁸ Graccus Babeuf. *Le Tribun du Peuple*. Paris, n. 4, edição de 28 de agosto de 1794.

⁸⁹ *Idem, ibidem*, n. 13, edição de 22 de setembro de 1794.

do termo, quando fala nos desprezíveis agitadores e espiões “aux gages des terroristes”⁹⁰. Em outras passagens posteriores ele introduz o termo *terrorisme*. Em uma delas fala de uma “*langage du terrorisme*” como estilo de atuação política especialmente violenta com função comunicativa⁹¹. Em outra, considerando o fenômeno como um todo, diz:

“(…) *Pour moi je, comprends que d'est le terrorisme, le gouvernement de sang, le gouvernement de Robespierre, la tyrannie de Robespierre, le despotisme des comités, et tout ce qui en fut les atroces résultats, les guillotines les fusillades, les noyades, la compression, le désespoir, tous les genres de pénurie de privations et de misère (...)*”⁹².

Tirando o infundado aspecto econômico (a tragédia alimentar não estava atrelada funcionalmente à decretação de *La Terreur*), tudo o mais procede neste resumo. Mesmo sem aprofundar o assunto e não ultrapassando sua identificação com o *robepierreanisme*, entre os números 34 e 43 do *Le Tribun du Peuple*, por exemplo, publicados entre 15 Brumário do Ano III e 5 floreal do Ano IV) Babeuf repete sete vezes o termo *terrorisme* e vinte duas vezes o termo *terroriste*⁹³. E assim ele vai, de pouco em pouco difundindo em outras passagens os novos termos que, como vaticinou, tornar-se-iam “moda”.

Apesar dessas manifestações linguísticas em contra do Terror, Babeuf não demorou a recair nas soluções autoritárias, golpistas e violentas típicas do Terror, que, não se deve esquecer, ainda inspiravam certos termidorianos. Assim, ao longo do Ano III, e apesar de beneficiar-se em liberdade pela nova situação, ele acabou por articular em torno de si um círculo revolucionário interessado em radicalizar o igualitarismo social (e a Revolução) pela força, inclusive aglutinando ex-terroristas a pleno sentido, como Buonarroti, robepierreano convicto. Não sabemos onde essa nova contorção ideológica poderia parar, pois seus planos foram abortados com a descoberta da conspiração. Mas o fato é que o “babovinizmo”, graças, sobretudo, à narrativa de Buonarroti que sobreviveu a sua repressão, terminou por se identificar como a última chama viva do jacobinismo. Jacobinismo formalmente sem

⁹⁰ *Idem, ibidem*, n. 17, edição de 26 de setembro de 1794.

⁹¹ *Idem, ibidem*, n. 23, edição de 5 de outubro de 1794.

⁹² *Idem, ibidem*, n. 25, edição de 8 de outubro de 1794.

⁹³ Números disponíveis em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6454s/f1.item.r=terrorisme.zoom>>.

Robespierre e o Terror tal qual, por suposto, mas com igual senso de arbitrariedade revolucionária e disposição para cometê-la⁹⁴.

O pioneirismo de Babeuf em haver cunhados os dois neologismos não deve ser fetichizado, obviamente. Muitas fontes não chegaram até nós e ainda existem documentos que não foram compulsados nesse sentido, além de não sabermos sobre o quanto essas expressões já fossem recorrentes na cultura oral antes de serem impressas. Mas não há dúvida de que o mártir da Conspiração dos Iguais fundou “moda”, no sentido de “frequência” ou “tendência” conceitual, ao repetir tantas vezes as expressões *terrorisme* e *terroriste*, como, aliás, ele previu que aconteceria. Com efeito, evidências do emprego desses dois termos, seguindo a mesma dimensão semântica, já aparecem abundantemente nos anos seguintes em pelo menos meia dúzia de fontes e até ultrapassando a língua francesa.

A partir da primavera de 1795 vemos, por exemplo, vários relatos pessoais que os utilizam sem cerimônia, como o *Les métamorphoses du terroriste Roques*, dedicado aos cidadãos do departamento de L’Ariège por um certo Bergasse-Laziroule, onde o autor procura desvincular-se da acusação de jacobino⁹⁵. Ou como o *Discours prononcé par le citoyen Seriziat pour honorer la mémoire des braves lyonnais immolés par les terroristes*, em que outro protagonista menor se empenha em denunciar os jacobinos⁹⁶. Na mesma época aparece também uma *Histoire du terrorisme dans la commune d’Arles*, publicada anonimamente na capital, que já demonstra preocupação historiográfica com o assunto⁹⁷. E há até um curioso texto que procura discutir o impacto do Terror na economia, como o *Point de terrorisme contre les assignats ou le triple union entre la foi publique et les intérêts des finances et du commerce*, assinado pelo conhecido homem de finanças Ambroise Marie-Arnould⁹⁸. Estes não são os únicos títulos daquele quadrante que recorrem às palavras

⁹⁴ Michel Vovelle. *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru, EDUSC, 2000, pp. 163- 203.

⁹⁵ Bergasse-Laziroule. *Les métamorphoses du terroriste Roques*. Ariège (?), s/ed., 1795. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k62251056.r=Bergasse>>.

⁹⁶ Seriziat (?). *Discours prononcé par le citoyen Seriziat pour honorer la mémoire des braves lyonnais immolés par les terroristes*. Lyon, s/ed., 1795. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k57114n>>.

⁹⁷ Anônimo. *Histoire du terrorisme dans la commune d’Arles*. Paris, Gyffroy Ed., 1795. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6221786g.r=>>>.

⁹⁸ Ambroise Marie-Arnould. *Point de terrorisme contre les assignats ou le triple union entre la foi publique et les intérêts des finances et du commerce*. Paris, Buisson Ed., 1795. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k434118>>.

terrorisme e *terroriste*. Com maior ou menor propriedade, pouco depois essas expressões já estavam, inclusive, difundidas no exterior. Como se vê em uma das *Letters on a regicide peace* de Edmund Burke, escritas entre o final de 1795 e o começo de 1796, na qual ele refere-se a Robespierre e aos jacobinos como

“(...) of those hell-hounds called terrorists, whom they had shut up in Prison on their last Revolution, as the Satellites of Tyranny, are let loose on the people. The whole of their Government, in its origination, in its continuance, in all its actions, and in all its resources, is force; and nothing but force. A forced constitution, a forced election, a forced subsistence, a forced requisition of soldiers, a forced loan of money (...)”⁹⁹.

Em contraste com o entusiasmo popular com o Terror dois ou três anos antes, em todos esses casos pioneiros o sentido dos motes *terrorisme* e *terroriste* nunca apresenta acepção lisonjeira ou laudatória, sequer mesmo neutra, mostrando-se as duas novas unidades do léxico político inconfundivelmente pejorativas e injuriosas, chegando, inclusive, a assumir um significado jurídico criminal, como nas acusações que levaram alguns termidorianos mais esquerdistas à desgraça na luta que se travou entre eles a partir do ano seguinte à queda de Robespierre¹⁰⁰.

Pouco depois ambas expressões já eram facilmente encontráveis nos diários mais imparciais ou prudentes que sobreviveram às várias fases da Revolução, como os tradicionais *Le Moniteur Universel*, *La Gazette* e o *Journal de Paris*. Não parece haver uma pesquisa sobre em qual deles e quando elas apareceram pela primeira vez, mas certamente não foi antes das fontes citadas acima, ocorrendo mais ou menos ao mesmo tempo em quase todos. Percorrendo durante duas longas tardes números variados dos três jornais para o ano de 1795, não encontrei sequer um único uso delas. Ao contrário, em apenas uma tarde de pesquisa sobre o Ano V (setembro de 1796-setembro de 1797) encontrei umas quinze vezes as palavras *terrorisme* e *terroriste* repetidas em todos eles. Nessas passagens não há, em geral, aquela verve polemista e autoral (embora alguns editoriais denotem isso) que se observa nos pioneiros dos neologismos, quase sempre se tratando de apenas reportar essas expressões da boca de outros, o que é extremamente significativo, pois indica o quanto os termos já eram falados. De qualquer forma, permanecia o sentido pejorativo centrado na prática jacobina.

⁹⁹ Edmund Burke. “Letters on a regicide peace”. Em: *Select works*. Indianapolis, Liberty Fund, 1999, v. III, pp. 371.

¹⁰⁰ Annie Geffroy. “Terreur et sa famille morphologique”. Em: Louis Gilbert (org.). *Néologie et lexicologie*, Paris, Larousse, 1979, pp. 131.

A extensão desses usos escritos e orais pode ser dimensionada com o processo de dicionarização que os dois neologismos sofreram. Como já foi visto no Capítulo I, antes da Revolução a última edição do *Dictionnaire de l'Académie Française* (a quarta, de 1762) não apresentava as entradas “terrorismo” e “terrorista”, somente “terror”, assim como outros glossários da época. Entretanto, em 1798, na sua quinta edição, quase quatro anos depois de Babeuf ter usado pioneiramente os termos, o *Dictionnaire* trouxe um suplemento no qual apareciam as vozes *terrorisme* e *terroriste*. Ainda que econômica e prudentemente trabalhadas, elas não deixam por isso de ser significativas. O antigo verbete *terreur* continuava praticamente o mesmo da última versão e ocupava o maior espaço, mas com algumas diferenças emblemáticas. Primeiro, enfatizando a distinção entre aquele *terror* como “*Émotion causée dans l'ame par l'image d'un mal ou d'un péril prochain, épouvant*” – daí dizer-se “*jeter la terreur parmi les ennemis*” ou “*répondre la terreur par tous les lieux où on passe*”- e aquele “*terreur subite*”, “*sans sujet, sans fondement*”. Note-se que não se fala em terror causado por terremotos ou pestes. Segundo, adicionou-se um pequeno parágrafo sobre o terror como política de Estado durante a Convenção, considerando a primeira parte do item referente a produção de apreensão psicológica, medo e pânico como prática de certo governo. Conforme isso, seguindo em ordem alfabética encontra-se mais adiante o inédito e curto verbete *terrorisme*, definido como um “*systeme*” ou “*regime*” típico de uma fase da Revolução, que “*permettant au pouvoir en place de briser, à force de mesures extrêmes et d'effroi collectif, ceux qui lui résistent*”. Passo seguido apresentava-se a entrada *terroriste*, mais curta ainda, caracterizada como “*partidaire*” ou “*agente*” desse sistema ou regime¹⁰¹. É de se notar, mas não deve espantar (pois tratamos de um texto que se pretende “neutro”), que nessas definições se abstenha de julgar ou condenar explicitamente o objeto da voz, ao contrário dos documentos anteriores que não evitam adjetivá-lo negativamente quando a empregam. Mesmo assim, sente-se entre uns e outros semelhante caracterização que carece de valores positivos ou autoproclamados.

Daí em diante as vozes “terrorismo” e “terrorista” se reproduziram em vários glossários publicados depois, sem, contudo, ultrapassar o quadro referencial do influente *Dictionnaire de l'Académie Française*. Foi assim, por exemplo, no *Dictionnaire universel de la langue française* de Boiste, cuja segunda edição, publicada em 1803, apresenta três verbetes conexos: *Terreur* (“*s.f. Terror. Épouvente, grande craine. Abus des mesures*

¹⁰¹ *Dictionnaire de l'Académie Française*. Paris, 1798, Firmin Didot, v. II, pp. 777, 824 etc.

révolutionnaires”), *Terrorisme* (“s.f. système, régime de la terreur em France”) e *Terroriste* (“s.m. agente ou partisan du système de la terreur, homme de sang”)¹⁰². Da mesma forma seguem-se as definições no *Nouveau dictionnaire de la langue française* de Laveaux (1828)¹⁰³, que apenas acrescenta algum detalhe etimológico na voz “terror”. O texto da sexta edição do dicionário da Academia¹⁰⁴, de 1832-1835, tampouco inova substancialmente aquele de sua edição anterior, e nem o *Boiste* ou o *Laveaux*. Excede em muito o contorno cronológico aqui escolhido, mas não se perde por mencionar que até o *Bescherelle* (1856) e o *Littré* (1863-1872) nada de novo se encontra em relação à fórmula da pioneira edição apresentada pela Academia em 1798.

Em suma, na altura dos derradeiros anos do século XVIII, a partir de determinadas práticas e representações da violência política produzidas pela Revolução, parece estabilizar-se um primeiro “*glissement sémantique*”¹⁰⁵ em torno dos neologismos *terrorisme* e *terroriste*, fincados então definitivamente no vocabulário francês tanto por sua repetição quanto por certo sentido comum.

Essa espécie de sedimentação linguística na lexicografia – naturalmente mais lenta e conservadora que em outros gêneros literários – resiste até bem entrada a segunda metade do século XIX. Ela não reflete, entretanto, dissonâncias de significado que começaram a se manifestar na bibliografia por volta da década de 1840. Decididamente, não antes. Assim, em 1843 Louis Blanc falou em um “*essai de terrorisme monarchique*”¹⁰⁶, trazendo a expressão para seus dias, sem recorrer a *La Terreur* jacobina e ao arripio do que diziam os dicionários, pois na década por ele analisada nada poder ser crivelmente comparado com *La Terreur*. E Michelet, num estudo de 1858 sobre Richelieu, apresentou um capítulo intitulado “*Fin de la Fronde, Le terrorisme de Condé, Massacre de l’Hôtel-de-Ville*”¹⁰⁷, no qual aplicava a ideia de terrorismo para um passado anterior à Revolução Francesa, também ao arripio dos

¹⁰² Pierre-Claude Boiste. *Dictionnaire universel de la langue française*. Paris, Desrai, 1803, t. II, pp. 389.

¹⁰³ Jean-Charles Laveaux. *Nouveau dictionnaire de la langue française*. Paris, Garnier, 1828, t. II, pp. 792.

¹⁰⁴ *Dictionnaire de l’Académie Française*. Paris, 1835, Firmin Didot, v. II, pp. 862.

¹⁰⁵ Ami-Jacques Rapin. “L’objet évanescent d’une théorie improbable: le terrorisme et les sciences sociales”, pp. 87.

¹⁰⁶ Louis Blanc. *Histoire de dix ans*. Paris, Paganerre, 1843, v. IV, pp. 346.

¹⁰⁷ Jules Michelet. *Richelieu et la Fronde*. Paris, Chamerot, 1858, pp. 367.

glossários e do fato de que a violência nas guerras civis de meados do século XVII ter sido muito distinta – formal, ideológica e quantitativamente – daquela que ensejou a palavra terrorismo. Alguns anos depois, Michelet estenderia a mesma locução para um contexto ainda mais incongruente ao falar das práticas repressivas do império czarista sobre os poloneses¹⁰⁸. Essas dissonâncias, entretanto, eram laterais. Prescindindo de rigor semântico e histórico ao empregar ligeiramente o substantivo *terrorisme* como sinônimo genérico de violência política elas não interferiam decisivamente no processo de constituição do conceito em gestação. Mas ajudavam a difundir a palavra que lhe correspondia, no caso mal-empregada, e seu dominante sentido pejorativo.

Apesar dessas e outras notas mais ou menos desafinadas que não tiveram grande repercussão, quando em 1852 o influente Victor Hugo deplorou em seu *Napoleon, le Petit*, o “*terrorisme au nom du salut public et au nom de Rome*”¹⁰⁹, a expressão inaugural proferida por Babeuf no outono de 1794 (vaticinada então como futura moda) mostrou-se efetivamente consagrada na literatura. E com o sentido que lhe havia sido dado originalmente. Isto é, como designação sintética das práticas e representações do jacobinismo do Ano II da Revolução. Certamente que não por muito tempo, pois na década seguinte o anarquismo e o chamado populismo russo se encarregaram de imprimir renovado significado ao termo. Mas isto é outro problema.

Chegado, enfim, a esse ponto de determinação histórica sobre o surgimento textual e semântico da palavra *terrorisme*, o empenho por estabelecer a evolução do conceito de terrorismo se transforma em uma discussão teórica e empírica que vai além da Revolução Francesa.

2.4. Conclusão desta Parte

¹⁰⁸ Jules Michelet. *La Pologne martyr*. Paris, Dentu, 1865, pp. 203.

¹⁰⁹ Victor Hugo. *Napoleon, le Petit*. Paris, Editions du Soleil, 1973 (1852), pp. 164.

Diante do painel que foi apresentado acima sobre questões linguísticas e históricas relativas à construção inicial do conceito terrorismo, três conclusões principais e conexas se impõem no avanço da discussão da tese aqui proposta.

A primeira diz respeito a certo conteúdo semântico intrínseco ao mote latino *terror*, altamente esclarecedor dos significados que posteriormente foram dados a ele e seus derivados.

A segunda – bastante óbvia, mas imperativa de ser lembrada – refere-se à constatação de que foi no curso da Revolução Francesa, especialmente pela ação dos jacobinos, que a ideia de terrorismo como prática sistemática de terror começou a adquirir densidade vocabular e conceitual.

A terceira conclusão de destaque permitida pela enquete realizada até agora obriga reconhecer que o conjunto de práticas e representações de violência revolucionária (especialmente no período entre meados de 1792 e meados de 1794) deu margem ao surgimento da palavra *terrorisme* e à calcificação de uma “definição” ou “designação” de certo aspecto da Revolução. O que não chegou a ser ainda um conceito.

Conceitos não são “definições”. Estas, conforme seu sentido mais técnico, são operações discursivas com intenção eminentemente funcional e que consistem basicamente em arrolar as características essenciais de alguma coisa num esforço de especificação e individuação linguisticamente laxo. Exatamente por isso as definições independem de palavras específicas, podendo se processar por uma grande variedade delas. Assim, por exemplo, as expressões “*terrorisme*”, “*jacobinisme*”, “*robepierreanisme*” e outras aparecem sinonimicamente nas fontes termidorianas, sem maior preocupação de distinção terminológica. Os conceitos propriamente ditos não se dão a isso. Eles estão atavicamente ligados a certas palavras. Numa relação, porém, que transcende sua acepção original. Como disse Koselleck,

“(…) *Todo conceito se prende a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. Conceitos sociais e políticos contêm uma exigência concreta de generalização, ao mesmo tempo em que são sempre polissêmicos* (...)”¹¹⁰.

¹¹⁰ Reinhart Koselleck. “História dos conceitos e história social”. Em: *Futuro passado: contribuição semântica dos tempos histórico*. Rio de Janeiro, PUC/Contraponto, 2006, pp. 108.

O conceito ultrapassa a palavra à qual se vincula na medida em que é capaz de apresentar uma multiplicidade de sentidos político-sociais que vão além da capacidade desta em apresentar significados linguísticos específicos. Ou seja, conceitos apresentam um “excesso de significado” ou “polissemia” em relação aos termos que os engendram originariamente. Nas palavras de Koselleck,

“(…) *En la historia de un concepto, no sólo se desplaza el significado de una palabra, sino que cambia la composición y las referencias de todo el contexto entero que ha ido a parar a la palabra (...)*”¹¹¹.

Nesse sentido, um termo linguístico inovador para designar uma situação igualmente inédita, como é o caso de *terrorisme*, só começa a se converter efetivamente em conceito quando passa a ser aplicado a experiências fora de seu contexto originário, amplificando seu significado inicial. Desde, é claro, que não o extrapole na medida do irreconhecível, que não abandone nessa dinâmica determinada carga semântica devedora das práticas e representações evocadas na sugestão inaugural. Caso contrário deixa de haver aquela acumulação minimamente coerente de referências que possibilita a um conceito ser aplicado a diferentes (não quaisquer) situações sem perder validade cognitiva. Por isso, quando Michelet usou dilatadamente o termo *terrorisme* para nomear a brutalidade de certos episódios da Fronda ou da repressão czarista na Polônia – que só muito superficialmente poderiam ser comparados com acontecimentos da Revolução e jamais com o que veio a ser a experiência jacobina – ele não contribuiu para a formação do conceito terrorismo. No máximo, como outros, ajudou a difundir a palavra (mal aplicada, pois reduzida a mero sinônimo de grande brutalidade) e sua acepção pejorativa herdada dos termidorianos.

Considerando duas conclusões principais expostas acima (o conceito terrorismo começa a ser gestado durante a Revolução Francesa, mas não se conclui com ela), pergunta-se então sobre o quê, no surgimento daquele neologismo inicial, engasta uma promessa exatamente conceitual. Ou seja, o que constitui certa espécie de “marca de origem” ou “tradição” que a partir de uma palavra historicamente determinada balizou a posterior fortuna semântica do conceito terrorismo?

A resposta a esta indagação só pode ser dada aqui de modo parcial, posto que ela exige, para ser completa, estudos que remetem a outras camadas históricas embutidas na

¹¹¹ Reinhart Koselleck. *Apud* Joaquín Abellán. “En torno al objeto de la historia de los conceptos de Reinhart Koselleck”. Em: Santiago Castillo (org.). *La historia social en España*. Madrid, Siglo XXI, 1991, pp. 54.

formação do conceito e ultrapassam o recorte traçado nesta dissertação. Desde já, no entanto, é possível verificar alguns elementos recorrentes na práxis e na ideologia que conformaram estruturalmente o fenômeno do *terrorisme* – a despeito do sentido limitado, mas não impróprio ou inválido, dado ao termo pelo Termidor –, e que parecem estar na base da apropriação do mote por aqueles que mais tarde lhe agregaram valores doutrinários e lhe deram acabamento propriamente conceitual, sem perder de vista, justamente, sua *birthmark*. Dentre esses elementos ressaltam-se quatro:

1. A mentalidade revolucionária, no sentido de uma “*tomada de consciência coletiva da ruptura brusca e violenta com a continuidade, a herança e a tradição*”, como disse Vovelle¹¹², em nome de um novo mundo purificado do mal.

2. A violência extrema justificada como meio para acabar de vez com todas as demais violências e injustiças, apelando-se às virtudes purgadoras, pedagógicas e propagandísticas de sua mais dura aplicação revolucionária, sempre acompanhada da culpabilização do outro (“eles que começaram”, “eles fazem coisas piores ainda”, “eles só entendem essa linguagem” etc.).

3. A violência perpetrada de forma pública, espetacular e chocante, não só para exterminar o adversário do momento, mas, sobretudo, para dar exemplo e enviar uma mensagem aos demais inimigos, intimidando-os, bem como para os amigos, encorajando-os.

4. O terror, enfim, como declarado método de governo, no qual o teatro da violência se estende do demócídio aos aspectos mais cotidianos da vida civil, conformando um tentacular regime repressivo e policialesco para garantir a revolução.

Certamente que esses quatro componentes das representações e práticas da violência política na Revolução Francesa não as resumem. E nem esgotam a explicação das origens de um conceito que mais necessitou para constituir-se como tal. Em todo caso, sem estimá-los devidamente não se compreende algo de fundamental na genealogia mais recuada da ideia de terrorismo. Algo que justamente parece explicar as posteriores contribuições de certo anarquismo na promoção de sua plena consagração conceitual, como veremos a seguir.

¹¹² Michel Vovelle. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 393.

Parte 3. Da ideia de terrorismo como tipo de violência política “vinda de cima” à ideia de terrorismo como tipo de violência política “vinda de baixo”

“Palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução, alguns dizem que assim é que a natureza compôs as suas espécies”

Machado de Assis

3.1. Carbonaria, liberalismo revolucionário e *agitational terror*

Na primeira metade do século XIX, apesar da violência presente nas ondas revolucionárias das décadas de 1820 (Revolução do Porto, guerra de independência grega, Decembrismo na Rússia etc.) e de 1830 (os “Três dias gloriosos” contra Carlos X na França, a independência da Bélgica, a revolta polonesa contra a Rússia etc.), bem como na internacional “Primavera dos Povos” entre 1848 e 1849, a noção de terrorismo não conheceu nenhum aporte conceitual (nem prático) substantivamente novo em relação ao que à época já se encontrava dicionarizado, conforme visto no final do capítulo anterior. Todavia, para se entender como, na segunda metade daquele século, a ideia de terrorismo veio a tomar nova carga semântica fundamental ao processo de cristalização do conceito em questão, é preciso visitar a história da sobrevivência do jacobinismo naquele quadrante temporal¹¹³.

Nesse sentido, deve-se recordar que o Termidor e a sucessão de outras derrotas daí advindas causaram grande impacto nos jacobinos – agora marginalizados na ilegalidade e totalmente distantes das massas mais acalmadas pelo freio na revolução –, mas nem eles foram totalmente extintos, nem a ideologia que eles haviam consagrado desapareceu¹¹⁴. Seus

¹¹³ Note-se, lateralmente, que, enquanto no capítulo anterior buscou-se atender prioritariamente certas operações historiográficas propostas por Bevir (relativas à ideia de “descrição densa”) e de Koselleck (relativas a procedimentos hermenêuticos), agora cabe aproveitar em especial as lições de Skinner (sobre o que ele chama de “contextualismo”).

¹¹⁴ Ver Michel Vovelle. *Jacobinos e jacobinismo*, pp. 163-204.

rastros podem ser claramente percebidos no seio dos movimentos revolucionários liberais, herdeiros imediatos da tradição mais radical da Revolução Francesa. Dispersos, mas não eliminados, nas duas primeiras décadas do século XIX os jacobinos remanescentes disseminaram seus ideais revolucionários, estabeleceram organizações conspiratórias e não renunciaram à cultura política violenta que os inspirava. A repressão conservadora e a intensa vigilância sobre as suas atividades os obrigou a mudanças táticas, a inventar práticas e se mimetizar em uma nova conjuntura. Filippo Buonarroti representa melhor do que ninguém esta geração intermediária que fez a ponte entre os velhos e os novos militantes¹¹⁵.

Buonarroti havia obtido a cidadania francesa pelas boas graças de Robespierre, de quem era admirador, e fora nomeado comissário da Convenção na Córsega e nos territórios conquistados do Piemonte. Depois do Termidor, junto com Graco Babeuf, que havia conhecido na prisão de Plessis, frequentou o Clube do Panthéon, onde se reuniam os jacobinos remanescentes e de onde partiam vigorosos ataques ao Diretório. No começo de 1796, Napoleão Bonaparte, que comandava então o exército, fechou o Clube. Sem mais espaços de legalidade, os radicais planejaram o levante protocomunista da chamada Conspiração dos Iguais, debelado pelas autoridades antes que acontecesse efetivamente. Babeuf foi guilhotinado e Buonarroti, depois de três anos em prisão, foi deportado para a Itália e dali saiu para o exílio. Desde então, dedicou-se, primeiro em Genebra e depois em Bruxelas, a criar células revolucionárias e sociedades secretas, das quais a mais famosa, e obscura, foi a Sociedade do Sublime Maestro Perfeito, presidida por ele. Estas células estavam por detrás de vários levantes, como os acontecidos em Nápoles e no Piemonte entre 1821 e 1822, mas não lograram prosperar naqueles anos de contrarrevolução. O trabalho de Buonarroti não deu em nada exatamente, sob o ponto de vista insurrecional. Mas, bom propagandista e reverenciado pelos mais jovens como um herói, sua influência foi fundamental para manter viva a tradição jacobina, embora o adjetivo fosse cada vez menos utilizado.

Mais eficaz e consequente do que os microgrupos criados por Buonarroti foi a Carbonária, com a qual ele efetivamente teve poucos contatos, embora tenha sido um de seus “padrinhos” intelectuais. A barulhenta sociedade fora criada na Itália meridional por volta de 1810, inicialmente como forma de oposição à política napoleônica, evoluindo depois para

¹¹⁵ Sobre o significado histórico da militância de Buonarroti, ver Andrea Cavalli. *Buonarrotti: un ponte tra due generazioni rivoluzionarie*. Bari, Il Vecchio, 1997.

uma agenda democrática radical mais ampla¹¹⁶. Depois da queda definitiva de Napoleão em 1815, os carbonários se voltaram contra rei Ferdinando I das Duas Sicílias, que não cumprira as promessas de liberdade feitas durante as lutas contra os franceses. Seguindo o ímpeto de uma pequena burguesia radicalizada, na década de 1820, os carbonários foram responsáveis por vários levantamentos anti-absolutistas na Campânia, duramente reprimidos pelas tropas da Santa Aliança. Alguns de seus militantes estiveram presentes também nos levantamentos da Espanha e do Piemonte à mesma época, alcançando, inclusive, destaque nas revoluções de 1830 em vários países.

Apesar de nascido nos meios militares e com trejeitos característicos da caserna, o carbonarismo não era apenas mais uma das muitas tendências de certo liberalismo militarista da época pós-napoleônica, como o decembrismo russo, por exemplo. Não se tratava somente de

*“(...) ousados jovens armados ou vestidos com uniformes hussardos, saindo de óperas (...) e de reuniões ritualísticas maçons para dar um golpe militar ou se colocar à frente de uma nação em revolta (...)”*¹¹⁷.

Além de motivados pelo voluntarismo e por uma violência “putchista” característica daquela época romântica, distinguia-lhes o senso especial de organização, a tendência à internacionalização da ação política, a preocupação com a propaganda, além de alguns aspectos da violência que praticavam. Organizados como uma fraternidade pseudo iniciática destinada a “destruir a tirania das monarquias e sobre suas ruínas construir a república”, seus integrantes mantinham cerimônias de juramento, células compartimentadas, escrita cifrada e se chamavam de mestres e aprendizes conforme o grau de adesão. Os ritos de iniciação tinham caráter castrense, com fórmulas nas quais a apologia da violência era recorrente e permeada de ameaças de terror para os inimigos¹¹⁸. Embora a crônica das ações carbonárias não seja das mais trágicas, ela revela saques de igrejas, espancamentos de padres, assassinatos espetaculares de autoridades públicas (como o atentado fatal ao chefe de polícia de Parma, em janeiro de 1834, quando ele saía da ópera), ataques contra instalações físicas

¹¹⁶ John Rath. “The carbonari: their origins, initiation rites, and aims”. Em: *The American Historical Review*. Bloomington, University of Indiana, 1964, v. LXIX, n. 2, pp. 353-370.

¹¹⁷ Eric Hobsbawm. *A Era das Revoluções*. São Paulo, Paz e Terra, 1982, pp. 291.

¹¹⁸ Martin Miller. “The intellectual origin of modern terrorism in Europe”. Em: Martha Crenshaw (org.). *Terrorism in context*. Pennsylvania State University Press, 1995, pp. 34.

(especialmente interesses austríacos na Itália) e enfrentamentos com outros grupos clandestinos (como os “mazzinistas” contra os “sanfedistas” e “centuriões” na Itália central). Hobsbawm recorda, inclusive, o proselitismo de carbonários com bandidos no sul da Itália¹¹⁹. As ocasiões mais propícias à violência carbonária eram os levantamentos de guarnições militares, bloqueios de ruas e os tumultos populares de todo tipo que pipocaram na Itália na primeira metade do século XIX. Isto tudo ia bem além de quarteladas.

Em 2005 causou grande escândalo na comunidade intelectual italiana a publicação da carta de Mazzini – o homem que insuflou os violentos tumultos de Savóia em 1834, a revolução de 1848-49, o levante de Mântua em 1852, de Milão em 1853 e da Calábria e Gênova em 1857 – escrita depois do fracasso da revolução de 1830, na qual o carbonário e herói da Unificação fala que

“(…) *Noi dobbiamo cospirare, procurarci bombe, usare passaporti falsi, contrabbandare materiale, e, se non possiamo fare altro, fare la rivoluzione coi pugnali (...)*”¹²⁰.

Mas, como lembra Pierre Milza, o divulgador da carta, isto não deveria surpreender, tão de acordo estava com a tradição da qual Mazzini se nutrira. Seu pensamento baseado na ação, na conspiração seguida de insurreição, que dava à violência uma justificativa ética enquanto mística democrática e dever social, tinha uma origem clara. Nem eram as bombas e os punhais a denunciá-lo. Mas o fato de revestir a violência revolucionária (no caso, o republicanismo e o nacionalismo) de uma roupagem espiritual, de estimular o golpismo, o assassinato político e a propaganda armada como formas de redenção metafísica. Seus conceitos de sacrifício e triunfo de espírito, a sua religião do povo, a importância que ele dava à ação individual, não só atualizaram o jacobinismo como incendiaram toda uma geração.

A influência da atividade e dos escritos de Mazzini foi enorme, inclusive além da Itália. Quando fundou o movimento Jovem Europa em 1834 (depois de ter criado o *Giovane Italia* em solo pátrio e ser exilado para a Suíça e Inglaterra) com a finalidade de disseminar a ideia da revolução democrática, ele não só incrementou a dimensão ao movimento revolucionário internacional, como reforçou um modelo de ação política característico,

¹¹⁹ Eric Hobsbawm. *A Era das Revoluções*, pp. 160.

¹²⁰ *Corriere della Sera*, Milão, 23 de julho de 2005.

anunciado pelos mazzinianos Antonio Gallenga e Ligi Melegari que tentaram matar o rei Carlo Alberto do Piemonte em 1833. A bomba lançada contra o rei Francês Luis Felipe por Giuseppe Fieschi em julho de 1834, e que deixou quinze mortos e cerca de cinquenta feridos, foi mais um gesto nessa direção. Como lembra Pietro Adamo, desde então:

“(...) Questo tipo di azione politica violenta sarà ampiamente utilizzato in tutta Europa nella seconda metà dell’Ottocento: famosi saranno gli attentati dei mazziniani italiani (soprattutto quello di Orsini contro Napoleone III, che provocò numerose vittime fra la scorta e i passanti, senza però colpire l’imperatore francese (...))¹²¹.

Felice Orsini, ex-combatente das guerras contra a Áustria, líder dos mazzinistas até romper com o próprio Mazzini, participante da deposição do papa em 1848, pretendia punir Napoleão III por este ter dado a ajuda fundamental para o afogamento da efêmera República Romana e ter restaurado o trono papal. O atentado promovido por ele em 1858, devido sua dimensão política internacional (contou com colaboradores em Nápoles e Londres) e espetacularidade (três bombas lançadas contra a carruagem do imperador no caminho da Ópera de Paris, oito mortos, mais de cem feridos), teve enorme impacto no imaginário da época e consagrou todo um *modus operandi* terrorista que não havia sido experimentado na Revolução Francesa.

A despeito de todas as derrotas e de sua diluição posterior em outros movimentos, o carbonarismo continuou a inspirar novas organizações revolucionárias durante a segunda metade do século XIX. Em uma manifestação tardia, mas por isso mesma significativa da intensidade do movimento, foram os carbonários portugueses que, com o espalhafatoso assassinato do rei e do príncipe herdeiro, deflagraram a revolução republicana de 1908 em Portugal. Entretanto, é preciso não esquecer que a carbonária não foi a única tendência política radical inspirada no jacobinismo a praticar esse tipo de violência. Além dos movimentos nacionalistas que serão tratados em seguida, os carbonários também dividiam a cena revolucionária com outras tendências revolucionárias. Uma delas era a esquerda blanquista. Igualmente influenciada por Buonarroti (via Sociedade dos Amigos do Povo), esta corrente era liderada por Louis Blanqui, uma geração posterior aos velhos jacobinos. Ele havia se relacionado à carbonaria francesa, mas representava uma corrente própria, muito mais igualitarista e socialmente preocupada que a carbonária tradicional. Sua política de

¹²¹ Pietro Adamo. *Pensiero e dinamite: gli anarchici e la violenza*. Milão, M&B Publishing, 2004, Introdução, pp. 17.

levantes armados e golpes de força foi tão voluntarista quanto caricata, levando-o a uma vida de levantos fracassados e grandes temporadas na prisão. Embora distintos, não é difícil compreender porque em tantas ocasiões blanquista e carbonários estiveram ombro a ombro a enfrentar os mesmos inimigos.

O liberalismo revolucionário de meados do século XIX manteve-se por algum tempo nos quadros dessa violência putchista e algo ingênua. Todavia, especialmente a partir da dura repressão lançada contra a esquerda depois do refluxo das revoluções de 1848, vozes cada vez mais radicais começaram a pedir outro tipo de violência política.

O signo mais evidente dessa nova perspectiva foi Karl Heinzen, furioso ativista liberal cuja obra representou uma transição das noções tradicionais de tiranicídio para a violência mais específica do terrorismo moderno, o que exerceu forte influências na formação do terrorismo anarquista.

Ex-estudante de medicina na Universidade de Bonn – da qual foi expulso por questões políticas – ele viajou por diversos países trabalhando geralmente em ofícios burocráticos até atuar nas revoluções de 1848 e 1849, especialmente em Baden, onde organizou pelotões militares provenientes da França e da Suíça. Conheceu Marx e Engels, que nutriam grande desprezo por ele, o qual por sua vez também desprezava os dois, especialmente Engels¹²². Duramente perseguido pela polícia depois do fracasso da Primavera dos Povos, exilou-se em Londres no começo da década de 1850 e depois instalou-se nos Estados Unidos. Lá, em 1853 publicou o opúsculo *Mord und Freiheit* (“Assassinato e liberdade”)¹²³, por muitos considerado o primeiro tratado sobre terrorismo¹²⁴.

Nessa brochura de cinquenta páginas e formado pequeno (“para poder ser escondido em roupas, envelopes de cartas, pacotes comerciais e passar despercebida da polícia prussiana”), Heinzen avança uma espécie de doutrina de guerra assimétrica na qual, diante

¹²² Para a biografia de Heinzen, ver Carl Witkker. *Against the current: The life of Karl Heinzen*. Chicago, Chicago University Press, 1945.

¹²³ O original está disponível em: <https://archive.org/details/bub_gb_hVo4W6oH7-QC>. A primeira tradução para o inglês foi feita em 1881 (Indianapolis, H. Lieber Pub.), mas ela não honra as passagens mais radicais do texto alemão. Uma tradução mais fiel pode ser encontrada no artigo de Daniel Bessner e Michael Stauch citado abaixo.

¹²⁴ Ver Daniel Bessner e Michael Stauch. “Karl Heinzen and the intellectual origins of modern terror”. *Terrorism and Political Violence*. Londres, Routledge, 2010, v. XXII, n. 2, pp. 143-176.

da verdadeira base de sustentação dos monarcas europeus que é o poder armado, os revolucionários devem apelar a uma violência extrema, fazendo de seus poucos recursos meios de grandes destruições. Assim, entre outras conclamações práticas, ele chama os revolucionários a estudar os novos desenvolvimentos da ciência, especialmente na química, e usar esse tipo de conhecimento para matar civis indiscriminadamente e acuar o inimigo com iniciativas sangrentas “homeopáticas” e “progressivas”. A morte de multidões de inocente não era um problema para ele. Como escreveu,

“(…) *It would be incomprehensible weakness to hide through sentimental complaints the unbelievable fact that murder, and in particular murder of colossal proportions, has been and continues to be the chief means of historical development (...)*¹²⁵.

Utilizando uma linguagem particularmente dura e sarcástica, Heinzen desenvolve ao longo de seu texto uma lógica moral simplória (mas muito atraente a jovens radicais) sobre a prerrogativa dos revolucionários em exercer a violência: se os tiranos podem matar, então a qualquer um também é dado o direito de assassinar, especialmente se for para dar fim à tirania e estabelecer a justiça no mundo. Referindo-se aos praticantes desse tipo de violência como *Freiheitskämpfer* (“lutadores da liberdade”), ele antecipou certo modelo de auto definição típico de alguns notórios terroristas da segunda metade do século XX.

É curioso que Heinzen nunca use as palavras “terror” ou “terrorismo”, embora desenvolva todo esse discurso e fale apologeticamente várias vezes da Revolução Francesa e de Robespierre. Esse detalhe e o fato de que o grosso de seu argumento gira em torno de uma espécie de história geral da prática de assassinatos políticos que ignora aspectos fundamentais do fenômeno terrorista (por exemplo, seu caráter teatral), não permitem ver no autor alemão um fundador do terrorismo moderno como pretendem, por exemplo, os historiadores Daniel Bessner e Michael Stauch. Mais razoável parece ser a posição de historiadores como Benjamin Grob-Fitzgibbon¹²⁶, que reconhecem a originalidade e a importância histórica de *Mord und Freiheit* como elemento de transição entre as tradicionais ideias sobre tiranicídio e novas doutrinas sobre violência terrorista, mas não acreditam que

¹²⁵ Karl Heinzen. *Mord und Freiheit*. Em: Daniel Bessner e Michael Stauch. “Karl Heinzen and the intellectual origins of modern terror”. *Terrorism and Political Violence*. Londres, Routledge, 2010, v. XXII, n. 2, pp. 154.

¹²⁶ Benjamin Grob-Fitzgibbon. “From the dagger to the bomb: Karl Heinzen and the evolution of political terror”. Em: *Journal of Terrorism and Political Violence*, vol. XVI, núm. 1, 2004, pp. 97-115.

haja ali um verdadeiro *turning point* na cristalização básica do conceito terrorismo. A contribuição de Heinzen foi notável nesse sentido, mas não definitiva. Para tanto, algo mais ainda foi preciso.

Em suma, simbolicamente Heinzen “fechou” um ciclo ideológico de violência revolucionária alimentado pelos saudosistas do jacobinismo (carbonários, mazzinistas, blanquistas, republicanos anticlericais, liberais radicais etc.) que pegaram em armas de modo mais ou menos ingênuo e incompetente contra o Congresso de Viena ao longo das ondas revolucionárias de 1820, 1830 e 1848; e “abriu” um programa de violência revolucionária muito mais letal e consequente no sentido da consagração da noção de *agitational terror*. Em síntese, Heinzen recomendou superar as práticas de conjuras e levantes urdidos na calada da noite por aquilo que depois (como será visto a seguir) foi chamado de “ação direta”; isto é, uma ação armada exemplar e espetacular, de peito aberto contra o inimigo, na expectativa de causar-lhe profundo dano psicológico e emocional.

3.2. O nacionalismo radical

Antes de tratar da contribuição fundamental do anarquismo na conceptualização do terrorismo, vale tecer uma rápida consideração sobre o significado do nacionalismo irredentista na construção de uma tradição terrorista “vinda de baixo” (ao contrário daquela “vinda de cima”, típica da Revolução Francesa). Com efeito, tendo ao lado a cultura revolucionária e violenta difundida por babovistas, carbonários, blanquistas e outras tendências de inspiração mais ou menos jacobina, inclusive certo anarquismo, grupos nacionalistas extremamente agressivos contribuíram fortemente para a disseminação de práticas terroristas na segunda metade do século XIX.

O caso mais emblemático, sem dúvida, é o do nacionalismo irlandês, que produziu um dos mais sistemáticos movimentos de *agitational terror* da história. Ali, o movimento nacionalista que já era forte desde o século XVII, recobrou novo fôlego durante a década de 1860 e radicalizou-se. Nesse contexto surgiu a Irish Republican Brotherhood, criada em Nova York 1858 por exilados irlandeses que ficaram conhecidos como os “fenianos” (termo originado na mitologia céltica, na qual se encontram os *Fianna Eireann*, um grupo de

guerreiros protetores da Irlanda comandado por Finn MacCool, uma das grandes figuras heroicas da literatura local). Eles compartilhavam com os mazzinistas e carbonários o mesmo caldo de cultura e se organizavam em uma confraria cujo único fim era a conspiração para expulsar os ingleses. Faziam a apologia de uma violência grandiloquente, teatral, investindo em golpes de força espetaculares. Especializaram-se em assaltos a bancos e delegacias, em assassinatos de simples policiais e, especialmente, no uso de explosivos; como a potente bomba que foi deixada nos muros da prisão de Clerknwell em Londres, em 1867, que chamou definitivamente a atenção da opinião pública britânica para as atividades do grupo. Os fenianos são os precursores do Sinn Fein (criado em 1905) e com razão reivindicados desde 1917 pelas várias formações do IRA (Irish Republican Army).

Também na Sérvia, o nacionalismo local bebeu nas fontes carbonárias e mazzinistas, apresentando uma importante dimensão terrorista. No final do século XIX, estimulado com o crescente esfacelamento do império otomano, a decadência do império austríaco diante do crescimento da Prússia e o apelo do pan-eslavismo, esse nacionalismo tratou de promover a constituição de uma grande Sérvia que começava pela incorporação da Bósnia. Inconformados com o Tratado de Berlim (1878), que garantia tutela austríaca na região, segmentos mais exaltados dos patriotas sérvios passaram então a se organizar em grupos clandestinos que procuravam resgatar certa experiência *tchetnik*, isto é, dos guerrilheiros militares e paramilitares que haviam combatido o império otomano antes da independência. Nesse contexto foram criados os movimentos Narodna Odbrana (Defesa do Povo), de extração mais conservadora, Jovem Sérvia, cujo nome não deixa dúvidas de sua filiação ideológica, e a Crna Ruka (Mão Negra), também conhecida por Ujedinjrnje ili Smrt (União ou Morte), todas elas entrelaçadas. Desse círculo saíram as fracassadas tentativas de assassinato do rei de Montenegro (caso Bombaska de 1908 e caso Kolasisnka de 1909) e os ataques contra “traidores” e inimigos durante as duas Guerras Balcânicas (1912 e 1913). Na ação mais ousada, planejada por Apis e outros oficiais sérvios, foi assassinado o arquiduque austríaco Franz Ferdinand em 1914.

Em suma, mais exemplos como o da Irlanda e da Sérvia poderiam ser arrolados para demonstrar o peso das práticas terroristas entre certo nacionalismo no final do século XIX¹²⁷.

¹²⁷ Considere-se, por exemplo, a Vnatesna Makedonska Revolucionerna Organizacija (Organização Interna Revolucionária Macedônia), o grupo Zveno (Liga) na Bulgária ou a Hay Heghapokhagan Tashnagsutiun (Federação Revolucionária Armênia). Inclusive fora da Europa esse fenômeno pode ser observado, como

Porém, isso não quer dizer, e esse é o ponto que se pretende frisar nesta nota, que esses movimentos contribuíram de modo significativo para a construção do conceito terrorismo. Com seu repertório semelhante de práticas violentas, eles certamente ajudaram a constituir, como foi dito, uma espécie de tradição terrorista “vinda de baixo” na cultura política da modernidade, mas tal ativismo não se traduziu em qualquer aporte expressivo em termos doutrinários ou teóricos para a conceptualização do que faziam. Nem mesmo chegaram a contribuir de forma relevante para a simples difusão do termo. É por isso que eles merecem aqui apenas um breve comentário.

3.3. O paradigma anarquista

Apesar do anarquismo, como doutrina genérica, não exigir necessariamente métodos violentos, havendo mesmo em seu seio uma notável tradição pacifista – como em William Godwin, Henry Thoreau, Leon Tolstoi ou Giovanni Rossi –, no decorrer da segunda metade do século XIX e entrando no século XX, um dos aspectos mais sobressalentes do movimento foi justamente sua violência terrorista.

Sem desconsiderar a importância da vertente cultural e comportamental – menos política (em sentido estrito) e mais social (em sentido amplo), com expectativas de médio e longo prazo – foi o anarquismo insurrecionário, mais autoritário, individualizado e imediatista que se impôs no imaginário coletivo.

Talvez fosse interessante remontar aqui à dívida ideológica desse anarquismo violento com certas tradições mais recuadas, o que nos levaria demasiado longe (no limite, ao mesmo húmus cultural de certas heresias do final da Idade Média). Porém, no contexto da presente reflexão, basta frisar seu débito com as correntes mais extremadas da Revolução Francesa (Jacques Hébert, Jacques Roux etc.) e com o liberalismo radical (Blanqui, Karl Heinzen etc.).

demonstram a indiana Anusilan Samitis (Associação para o Auto-Aprimoramento) ou a chinesa I-ho Chuan (Punhos da Justiça e da Harmonia).

De todas as ideias comuns que o anarquismo herdou dessa linhagem política (liberdade, igualdade, revolução etc.), prosperou especialmente o princípio axiomático de que o revolucionário é puro e virtuoso, que ele não tem interesses pessoais, mas apenas uma missão heroica, martírica e salvacionista em defesa de motivações superiores (a revolução, o bem do povo etc.), causa nobre que lhe dá o direito de impor-se pela força. Mas havia nisso uma grande inovação prática e teórica em relação à noção de terror desenvolvida durante a Revolução Francesa, então já devidamente dicionarizada e comum no vocabulário político. Essa inovação foi fundamental na evolução e cristalização do conceito terrorismo.

O anarquismo violento que agregou ao típico modelo de *enforcement terror* apresentado pela Revolução Francesa a inovadora noção de um *agitational terror* pode começar a ser historicamente visualizado a partir da publicação em 1844, na Alemanha, do opúsculo *Der Einzige und sein Eigentum* de autoria do bávaro Max Stirner (aliás, Johann Kaspar Schmidt)¹²⁸. Com um conteúdo fortemente iconoclasta, ele denunciava o caráter autoritário e anti-individualista da sociedade e pregava um tipo de revolução ancorada da irredutibilidade do ego frente a toda humanidade comum. Considerando a vida como um eterno e amoral conflito de vontades, fazia a apologia da força, do crime e do assassinato como forma de afirmar o poder da pessoa diante do sistema social. Ex-aluno de Hegel na Universidade de Berlim, Stirner começou a divulgar suas ideias no círculo de Bruno Bauer – conhecido como Die Freien (“Os Livres”) –, no qual os hegelianos de esquerda se reuniam para debater as teses do mestre. Marx o conheceu ali e publicou artigos seus na célebre *Rheinische Zeitung* (“Gazeta Renana”). Nietzsche elogiou o seu livro e Feuerbach replicou suas ideias na grande imprensa alemã. Ademais, foi um dos autores mais populares entre os anarquistas ingleses¹²⁹. Defendia a naturalidade e moralidade da violência em geral, pedindo que se usasse de uma contra-violência frente à violência do Estado. Embora fosse ele mesmo uma pessoa pacata (foi preso duas vezes, mas por dívida), sua obra foi intensamente lida por mais de uma geração de revolucionários e deu um empurrão decisivo na formação da ideologia radicalmente iconoclasta e agressiva que inspirou a corrente terrorista do movimento anárquico.

¹²⁸ Max Stirner. *O único e a sua propriedade*. Lisboa, Antígona, 2004. Para se entender o sentido do título em português, deve-se considerar o termo *einzig* no sentido de “indivíduo” ou de “ego”.

¹²⁹ George Woodcock. *História das ideias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre, LP&M, 2007, pp. 107.

Nesse sentido, outra contribuição fundamental foi a do russo Alexander Herzen, o inaugurador do pensamento radical russo. Perseguido pela política repressiva de Nicolau I, em 1847 fugiu do país e nunca mais voltou. Desde o exílio, dedicou-se então a flagelar o czarismo com discursos cada mais extremistas que chamavam os jovens a rebelar-se, pegar em armas e destruir as instituições. Admirador de Mazzini e amigo de Bakunin, Herzen estava a cavalo entre o liberalismo radical e o anarquismo. Ele não era um revolucionário de fato, no sentido de aplicar-se em organizar um movimento revolucionário concreto ou ele mesmo envolver-se com violência política. Sua participação na Revolução de 1848, por exemplo, é mais de expectador do que de ativista. Ele não era anarquista nem socialista. Sua retórica dirigia-se basicamente contra o despotismo e a servidão imperantes na Rússia, o que o colocava no campo do liberalismo revolucionário. Porém, mais importante que tudo, Herzen se destacava por seu chamado à ação. Ação violenta, de um tipo especialmente indiscriminado. Sua frase famosa, estampada na introdução de sua coleção de ensaios¹³⁰, tornou-se uma espécie de palavra de ordem entre certos círculos revolucionários da época: *“We do not build, we destroy. We do not proclaim a new revelation, we eliminate the old lie”*. Na evolução ideológica da ideia de violência revolucionária que levaria ao anarquismo pleno, “destruição” significava “libertação”. Só depois que a velha sociedade fosse totalmente arrasada o novo mundo poderia ser, enfim, erigido. Nenhuma ideia de reforma era razoável. Somente a revolução abrupta e violenta era aceitável.

Stirner não usa as palavras “terrorismo” ou “terrorista” em seu livro. Herzen as usa em várias obras suas, mas nunca para definir as práticas que ele recomenda (senão que aplicadas ao papado, ao governo russo etc.). Stirner e Herzen escreveram basicamente entre as décadas de 1840 e 1850. Será preciso esperar um pouco mais para que seus admiradores assumam essas categorias. Nesse sentido, o ponto de fervura do processo de cristalização de um novo uso para o termo “terrorismo” ocorreu na década de 1860. E na Rússia, com consequências para toda a Europa e Estados Unidos.

Em 1855, Alexandre II – que não era um reacionário autoritário como o pai, Nicolau I – assumiu o trono da monarquia russa e aos poucos começou a implantar um programa de reformas profundas. Em de 1861, dezenas de milhões de pessoas foram libertadas do tradicional regime de servidão que imperava no país. Pouco depois, promoveu uma reestruturação modernizadora universidades (atualização dos currículos, maior autonomia dos

¹³⁰ Alexander Herzen. *From the other shores*. Londres, Weindenfeld and Nicolson, 1956 (1851), pp. 3.

professores, abolição dos detestados uniformes, abertura dos cursos às mulheres, facilitação de acesso a classes pobres, extinção das restrições a admissão de judeus etc.). Mais adiante, o Código Penal foi revisto, extinguindo-se os castigos físicos a prisioneiros (exceto nas formas armadas). Porém, essas e outras mudanças democratizantes, longe de esvaziar o crescente movimento revolucionário, o alimentou exponencialmente. Com efeito, por várias razões, a chamada *shestidesiatniki* (“geração dos anos sessenta”) abriu as portas à mais vigorosa e continuada cultura de violência terrorista entre os séculos XIX e XX.

Entre algumas dessas razões, que aqui só podem ser rapidamente sumariadas, estão a modernização acelerada do país, a urbanização e a perda das relações tradicionais com a comuna rural, a difusão de doutrinas materialistas, o novo protagonismo da juventude, o fundo religioso do engajamento militante¹³¹, a influência da literatura na vida social, o senso de culpa de certa aristocracia acostumada a viver e privilégios frente as desgraças do povo¹³², a “moda” do radicalismo¹³³, a paixão pelo debate de ideias¹³⁴, além, é claro, de tudo que havia de ruim no regime czarista; o que não era pouco.

Nesse contexto, em 1862, Piotr Zaichnevski, então com dezenove anos e passando umas semanas na prisão por participação em distúrbios de rua, escreveu o manifesto *Jovem*

¹³¹ Herzen chamava os revolucionários de “apóstolos”. O envolvimento de Bakunin com a religião (antes de denunciá-la) é notório. Vera Figner, integrante de primeiro plano na trama que levou ao assassinato do czar Alexandre II em 1881 declarou que foi o *Novo Testamento* que despertou nela os valores revolucionários. Vera Zassulich descreveu com minúcias seu fascínio pela imagem do Cristo martirizado. Dimitri Karakozov, o primeiro terrorista russo, que teve a ideia de matar o czar depois de uma “revelação” tida durante um retiro num mosteiro. Nechayev foi professor de estudos bíblicos (para estes e mais exemplos, ver Ana Siljah. *O anjo da vingança: a história do julgamento de Vera Zasyulich*. Rio de Janeiro, Record, 2013, pp. 45-46, 104 etc.). Como disse Martha Crenshaw, apesar de todo seu discurso laicista e até blasfemo, “*the spirit of a religious order prevailed among the russian terrorists*” (Martha Crenshaw. “Theories of terrorism: Instrumental and organizational approaches”. Em: David Rapoport. *Inside terrorists organizations*, Londres, Powell’s Books, 1988, pp. 20). Ou, como escreveu Camus, “*The nihilism, intimately involved with a frustrated religious movement, culminated in terrorism*” (Albert Camus. *The rebel: An essay on man in revolt*. Nova York, Vintage, 1991, pp. 165).

¹³² Como escreveu Siljak, “(...) *O radicalismo dos anos 1860 não nasceu da opressão; foi alimentado pelo privilégio [...] nos internatos da elite e escolas secundárias particulares, nas academias militares e nos seminários clericais (...)*”. Ana Siljah. *O anjo da vingança: a história do julgamento de Vera Zasyulich*, pp. 59.

¹³³ Demonstrar simpatia pelo extremismo, ou envolver-se diretamente com ele, significava ser progressista, socialmente generoso e “bem pensante”, pelo menos em amplos meios cultos e privilegiados.

¹³⁴ Isaiah Berlin comenta como era comum que grupos passassem horas e horas discutindo vivamente, às vezes com sérias brigas entre velhos amigos, sobre assuntos tão abstratos como, por exemplo o significa a ideia do “ser em si”. Isaiah Berlin. “A remarkable decade”. Em: Henry Hardy e Aileen Kelly. *Russian thinkers*. Nova York, Penguin, 1979, pp. 115-135.

Rússia, considerado por alguns como o primeiro documento com espírito bolchevique. Sua passagem mais famosa e eloquente é bem conhecida:

“(...) Hemos estudiado la historia de Occidente y sacado sus lecciones: seremos más consecuentes que los lastimosos revolucionarios franceses de 1848; pero sabremos ir más lejos que los grandes campeones del terror de 1792. No retrocederemos, incluso si para derribar el orden establecido nos hace falta verter tres veces más sangre que los jacobinos (...)”¹³⁵.

Sucesso entre a juventude revolucionária, o folheto com aquilo que parecia apenas uma bravata juvenil acabou se revelando um texto profético. Ele, como Stirner e Herzen, também não usa a palavra “terrorismo” para designar as práticas de violência que advoga.

Em 1863, veio à luz outro livro de estilo duvidoso e hoje praticamente esquecido que, todavia, marcou profundamente em termos ideológicos a *shestidesiatniki*, dando-lhe um rumo político particularmente extremado. Intitulado *O que fazer?*, ele foi escrito na prisão pelo revolucionário Nikolai Tchernichevski como uma resposta a *Pais e filhos*, de Turgueniev, lançado no ano anterior. Neste romance de Turgueniev o termo “nihilista” é mencionado pela primeira vez quando o estudante Arkádi, vindo de São Petersburgo para passar as férias com a família em Maryino, expõe ao pai as convicções de seu amigo e convidado, o arrogante e revolucionário Bazárov. Presente à conversa, seu tio, um velho aristocrata, pergunta ao sobrinho como definir politicamente Bazárov, obtendo como resposta: “*É um niilista*”. O pai afirma em seguida que o termo vem do latim *nihil* e pergunta: “*essa palavra designa uma pessoa que... que não admite nada?*”. Ao que o tio corrige e complementa: “*Digamos: que não respeita nada*”¹³⁶. O livro tem como protagonista justamente esse jovem intelectual materialista que nega a arte, a religião, a filosofia e ética corrente, afirmando crer somente em “verdades cientificamente comprovadas”. Nesse roteiro, a palavra criada por Turgueniev não era totalmente adequada, pois os radicais que ele procurava designar com ela efetivamente acreditavam em algo: a revolução. Seja como for, e apesar da polêmica gerada à época, o termo se difundiu e consagrou-se como um conceito vivo. Herzen, que participou dessas discussões, reconheceu o fato e, algo desconcertado, escreveu que “*Essa interação mútua entre pessoas e livros é uma coisa estranha [...]. Pessoas reais assumem o caráter de suas*

¹³⁵ Apud Michel Heller. *El hombre nuevo soviético: de la utopía a la realidad*. Barcelona, Sudamericana-Planeta, 1985, pp. 37.

¹³⁶ Turgenev, Ivan. *Pais e filhos*. São Paulo, Cosac e Naify, 2004, pp. 46-47.

sombras literárias”¹³⁷. Apesar disso, como o personagem central acaba se apaixonando e modificando suas crenças numa revolução violenta por causa do amor, o romance foi muito criticado pelos revolucionários de então, resultando, entre outras coisas na obra de Tchernichevski.

Com o subtítulo “Romance da nova humanidade”, o livro de Tchernichevski¹³⁸ trata de uma jovem abastada que abandona um casamento arranjado e decide se dedicar à revolução, entregando totalmente sua vida à causa. A história teve um impacto enorme em sua época. Várias edições foram impressas, leituras em voz alta eram realizadas, suas passagens eram discutidas em reuniões intermináveis, as pessoas declamavam trechos de memória. Todos os grandes autores russos das décadas seguintes comentaram-na e não houve quem, na esquerda, não a tratasse como uma espécie de “Bíblia”. Lênin, antes de conhecer os textos de Marx, foi um admirador incondicional de Tchernichevski, sendo que seu próprio e muito mais influente *Que fazer?*, publicado em 1902, ecoa o título do velho revolucionário¹³⁹. Lido e relido obsessivamente, o livro de Tchernichevski ofereceu um modelo para a militância, apresentando o básico do programa do viria a ser chamado “populismo russo”. Em primeiro lugar, a ideia de *narodnicheskaya* (algo como “estar perto do povo”) mediante a criação de “assentamentos revolucionários” no campo (com o objetivo de “acordar” os camponeses e preparar a revolução) e cooperativas de trabalhadores em geral. A partir disso, lutar contra a autocracia, negar radicalmente os valores da sociedade dominante, difundir o materialismo, praticar o amor livre, fazer voto de pobreza e, como não poderia deixar de ser, estimular a violência contra pessoas e autoridades identificadas com o regime. Em suma, considerado como uma espécie de “manual de radicalismo”, o *Que fazer?* de Tchernichevski marcou uma mentalidade e um modelo de práticas entre a elite revolucionária russa. Como escreveu Isaiah Berlin, ninguém fez mais do que ele para instaurar na Rússia uma distinção entre “nós”(os “bons”, os revolucionários, os amigos...) e “eles” (os “maus”, os reacionários, os inimigos...) ¹⁴⁰.

¹³⁷ Apud Ana Siljak. *O anjo da vingança: A história do julgamento de Vera Zassulich*, pp. 74.

¹³⁸ Edição fac-similar disponível em:
<<https://archive.org/stream/whatstobedonerom00cher#page/122/mode/2up/search/violence>>.

¹³⁹ Sobre a admiração de Lênin por Tchernichevski, ver Nicolai Velentinov Volski. *Encounters with Lenin*. Oxford, Oxford University Press, 1968, pp. 63, 65-66 e 69-71.

¹⁴⁰ Isaiah Berlin. “A remarkable decade”. Em: Henry Hardy e Aileen Kelly. *Russian thinkers*. Nova York, Penguin, 1979, pp. 229-230.

O contexto que ambientou este romance e lhe dava substância era muito característico. Já desde alguns anos antes de sua publicação era notório entre os círculos revolucionários e para a polícia que universitários, profissionais de classe média e filhos da nobreza, inspirados pela romântica ideia de “libertar o povo”, estavam largando suas famílias para viver em comunidades rurais ou na periferia das cidades a fim de subverter os trabalhadores. Em parte, isso era um movimento espontâneo. Por outro lado, já havia uma movimentação organizada de *narodniks*, isto é, de “populistas”, que indicava uma estrutura proto partidária por detrás da ação de algumas comunidades revolucionárias.

Em abril de 1866, o movimento revolucionário russo deu sinais de estar entrando em uma nova fase quando Dimitri Karakozov deu dois tiros contra o czar Alexandre II quando este passeava pelos Jardins de Verão em São Petersburgo. Ele errou o alvo e foi detido pela segurança do imperador. Nos seus bolsos foram encontrados ácido cianídrico e estricnina para se matar depois de consumir seu ato, todavia fracassado. Investigações subsequentes revelaram que ele agira sozinho. Por detrás dele estava um personagem mais importante, Nicolai Ishutin, criador de um até então desconhecido grupo denominado “Organização”, que contava com uma seção voltada especialmente para a promoção de atentados, intitulada “Inferno”¹⁴¹. Tecnicamente falando, Karakozov foi o primeiro terrorista russo. Em seguida, outros incidentes semelhantes, porém com alvos menos importantes, começaram a ser noticiados¹⁴².

Na esteira desses acontecimentos, na segunda metade da década de 1860 começou a se destacar de forma meteórica no ambiente revolucionário russo a figura carismática do jovem Sergei Nechayev. Seus textos curtos com instruções para os revolucionários logo chamaram a atenção da militância pelo inédito estilo objetivo e pragmático, bem distante do romantismo e ambivalência presentes em Herzen, Zaichnevski e Tchernichevski.

Em 1869, apresentando-se como um estudante perseguido pela polícia czarista, ele conheceu Mikhail Bakunin em Genebra. Encantado pela personalidade e as propostas de seu novo amigo, Bakunin – que até então mantivera seu anarquismo no marco de um ideal de violência, por assim dizer, “moderado” ou ao menos típico das insurreições tradicionais –

¹⁴¹ Sobre o episódio, ver Ana Siljah. *O anjo da vingança: a história do julgamento de Vera Zasyulich*, pp. 103-106.

¹⁴² Franco Venturi. *Roots of revolution: A history of populist and socialist movement in the XIX century*. Londres, Phoenix Press, 2011, pp. 56-58.

passou a advogar teses propriamente terroristas (para surpresa de seus seguidores e a delícia de Marx, que nunca mais perdeu uma oportunidade de acusá-lo de terrorismo). A parceria entre os dois¹⁴³ resultou num dos textos mais influentes da cultura revolucionária europeia nas décadas seguintes, documento excepcional da evolução da ideia de terrorismo: o *Catecismo do revolucionário*¹⁴⁴.

Trata-se de um texto curto, como era hábito de Nechayev, compreendendo vinte e seis sentenças breves (dependendo da diagramação, algo que soma entre oito e doze páginas, no total) divididas em quatro seções (“das obrigações do revolucionário consigo mesmo”, “das obrigações do revolucionário para com seus camaradas”, “das obrigações do revolucionário para com a sociedade” e “das obrigações do revolucionário para com o povo”).

Sua tese de fundo não apresenta novidade substantiva. A revolução tudo justifica, a violência para acabar com todas as violências é legítima, o revolucionário é um abnegado que exerce a violência por amor à humanidade etc., etc. Desde a Revolução Francesa essas ideias não são inéditas. Mas o *Catecismo do revolucionário* apresenta isso com uma crueza única. Assim, por exemplo, como a felicidade das pessoas só poderá ser alcançada com a revolução e a violência apressa a revolução, os revolucionários têm, portanto, o direito de “(...) *aumentar e multiplicar os males e os sofrimentos que encolerizarão a paciência do povo e desencadearão a sua revolta massiva (...)*”¹⁴⁵. Para isso,

“(...) *É necessário que o revolucionário, duro para com ele próprio, o seja também para os outros. (...) E prosseguindo com sangue frio e sem descanso a realização deste plano, deve estar pronto a morrer, mas pronto a matar com as suas próprias mãos todos aqueles que se oponham à sua realização (...)*”.

Considerando que a revolução está acima da moral corrente por encarnar valores supostamente transcendentais, o revolucionário

“(...) *despreza a opinião pública [...]. Para ele, o que é moral, é o que favorece o triunfo da Revolução, o que é imoral e criminoso, é o que a contraria (...)*”. Ele “(...) *não conhece senão uma só ciência: a da destruição (...)*” e seu “(...) *objetivo é sempre o mesmo: destruir o mais rapidamente e o mais seguramente possível esta ignominia que é a ordem universal (...)*”.

¹⁴³ Alguns autores discutem se Bakunin realmente participou da redação do texto, questão hoje impossível de ser decifrada. De qualquer modo, se não o escreveu literalmente, é certo que ele o leu, aprovou e ajudou a difundir.

¹⁴⁴ Sergei Nechayev e Mikhail Bakunin. *Catecismo do Revolucionário*. São Paulo, Editora Imaginário, 2009.

¹⁴⁵ Como se trata de um texto bastante curto e fácil de ser verificado, não é necessário aqui indicar a paginação dos fragmentos citados.

Nesse emaranhado de ideias não exatamente novas, surgem, entretanto, enunciados que indicam originalidade. Por exemplo, quanto ao valor das pessoas, conforme elas possam servir ou não à causa, desenhando-se toda uma teorização sobre como melhor explorá-las. Seguindo:

“(...) O revolucionário não pode ter amizade e simpatia senão por aquele que demonstrou pelos seus atos que é igualmente um servidor da Revolução. A amizade, a dedicação, as obrigações passadas para com um tal camarada não se medem senão depois da sua utilidade no trabalho prático da revolução destruidora (...)”.

Neste sentido, as pessoas são divididas por categorias a serem “trabalhadas”, começando pelos inimigos, separados em classes específicas:

“(...) A primeira compreende aqueles que são para suprimir sem demora. Os camaradas terão de fazer listas dos seus condenados, classificados, tendo em conta as suas maleficências relativas e os interesses da obra revolucionária (...)”.

A segunda refere-se àqueles que podem excitar alguma reação positiva para a revolução, por exemplo, estimulando a raiva do povo. A estes “(...) se deixa provisoriamente a vida (...)”. A terceira diz respeito às “*bestas brutas*” que possuem, em razão da sua situação, riquezas, influência e poder, algum interesse para a revolução. Elas devem ser exploradas “*por todos os meios possíveis*” e feitas “*escravas*”. Agindo assim, “(...) o seu poder, as suas relações, a sua influência e a sua riqueza serão para nós um tesouro inesgotável e um precioso socorro nos múltiplos empreendimentos (...)”. A quarta classe compreende os “*funcionários ambiciosos*” e os “*liberais das diferentes tendências*”, os quais se deve comprometer para “(...) lhes tornar impossível qualquer retirada, e servir-se deles para provocar perturbações no Estado (...)”. Finalmente, a quinta classe de inimigos é a dos “(...) que tagarelam nas reuniões ou escrevem no papel (...)”. Eles devem ser empurrados e comprometidos com manifestações “*práticas e perigosas*” que desanimem os mais frouxos e favoreçam a revelação de “*verdadeiros revolucionários*” (...). ”.

O “maquiavelismo” da ação revolucionária, entretanto, não termina nisso. Por sua vez, os próprios militantes são divididos em hierarquias de utilidade, sendo que o grande revolucionário

“(...) deve ter à sua disposição alguns revolucionários de segunda ou terceira categoria, quer dizer, aqueles que ainda não foram admitidos em definitivo.

Deve considerá-los como uma parte do capital comum posto à sua disposição (...) e retirar daí o máximo de benefício (...)”.

Neste sentido, as mulheres recebem uma menção especial e são separadas em três ordens de interesse.

“(...) A primeira compreende as mulheres superficiais, sem espírito e sem coração, de que é necessário servir-se da mesma maneira como os homens da terceira e quarta categorias (...)”.

Na segunda estão

“(...) as mulheres inteligentes, apaixonadas, prontas a dedicarem-se, que não estão ainda nas nossas fileiras, porque elas não chegam ainda a uma inteligência revolucionária prática e sem verborreia. É necessário utiliza-las como aos homens de quinta categoria (...)”.

Finalmente, na terceira classe estão as militantes comprometidas com a destruição revolucionária, *“nosso tesouro mais precioso” (...)*. Esses círculos de colaboradores que devem ser vampirizados chegam inclusive, e compreende-se porquê, às bordas da sociedade organizada. Como o texto diz, *“(...) É necessário aliarmo-nos com o mundo dos aventureiros e dos bandidos (...)*”. Neste mundo de relações pragmáticas em nome de um grande ideal, o revolucionário deve ser um falso, disfarçar seus verdadeiros interesses e se infiltrar insidiosamente entre todos os grupos sociais. Dessa forma, ele

“(...) pode e deve frequentemente, viver no seio da sociedade, em vista da sua implacável destruição, e dar ilusão de ser totalmente diferente do que realmente é. Um revolucionário deve procurar entradas em toda parte, na alta sociedade como na classe média, nos comerciantes, no clero, na nobreza, no mundo dos funcionários, dos militares e dos escritores, na polícia secreta e até no palácio imperial (...)”.

Importante notar que no *Catecismo do revolucionário* Bakunin e Nechayev não usaram a palavra terrorismo. E nem em outro texto mais breve ainda que escreveram a quatro mãos, *Princípios da revolução*, no qual sugeriram o uso de “veneno, faca, corda etc.” para alavancar a revolução¹⁴⁶. Mas a sugestão de um sistemático terror subversivo nunca foi explicitada de forma tão clara e minuciosa como no *Catecismo*. O que teve desdobramentos concretos na cristalização do conceito.

¹⁴⁶ Apud George Woodcock. *História das ideias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre, LP&M, 2007, pp. 193.

Menos conhecido do que o *Catecismo do revolucionário*, mas tão importante quanto ele na constituição da tradição do terrorismo na Rússia, foi outro panfleto de Nechayev intitulado *Regras gerais da organização*¹⁴⁷, o primeiro manual de estruturação organizativa de grupos revolucionários. Sua ideia mais inovadora, com repercussão até os dias de hoje, propunha como unidade básica desse tipo de sociedade a célula compartimentada. Composta por meia dúzia de militantes, ela só deveria ter contato com as instâncias superiores – por meio de apenas um de seus integrantes, que atuava como secretário – das quais recebia instruções.

No final de 1869, depois enviar centenas de pacotes com o *Catecismo do revolucionário* e o *Regras gerais da organização* para dentro da Rússia, Nechayev retornou clandestinamente ao país. Como relata Vera Zassulich, que o conheceu então, ele trazia a ideia de que chegara a hora de criar um grupo, literalmente, “terrorista”¹⁴⁸. Utilizando-se de modos que incorporavam padrões “iniciáticos” dos movimentos conspiratórios carbonários, Nechayev agregou às práticas revolucionárias de então procedimentos inéditos¹⁴⁹, criando a partir disso um “Comitê Revolucionário” que não teve efeito prático, embora repercutisse muito no imaginário da juventude revolucionária da época. O grupo ganhou o pomposo nome de Obschestvo Narodnoy Raspravy (“Sociedade da Vingança do Povo”) e se propunha basicamente a assassinar personalidades do regime e extorquir pessoas com posses para garantir o funcionamento da organização. Todavia, a Sociedade nunca chegou a cumprir seus propósitos. A primeira e única morte que ela produziu foi justamente a de um de seus integrantes, Ivan Ivanov, que imprudentemente ousou questionar a autoridade de Nechayev. O caso teve enorme repercussão e foi usado por Dostoiévski em *Os Demônios* (às vezes encontrado como *Os possuídos*, de 1872), no qual Nechayev aparece como o personagem Peter Verkhovensky. Aberto um inquérito policial e identificada a trama do assassinato, dezenas de pessoas foram imediatamente presas como cúmplices. A maior parte delas um curto tempo na prisão e foi liberada depois, sem encargos. Nechayev conseguiu fugir e reencontrou-se com Bakunin na Suíça, mas a parceria entre os dois compatriotas não durou

¹⁴⁷ Esse curto documento às vezes é apresentado como o primeiro capítulo do *Catecismo do revolucionário*. Ver <<http://www.worldfuturefund.org/wffmaster/Reading/Communism/Sergei%20Nechayev.htm>>.

¹⁴⁸ Toma-se aqui a tradução do russo apresentada por Ana Siljak. Ver Ana Siljak. *O anjo da vingança: a história do julgamento de Vera Zasyulich*, pp. 151.

¹⁴⁹ Por exemplo, antes de começar as reuniões clandestinas, ele colocava um retrato de Robespierre em um canto qualquer do ambiente e acendia velas ao lado. Sobre o assunto, ver Ana Siljak. *O anjo da vingança: a história do julgamento de Vera Zasyulich*, pp. 121.

muito, mas acabou sendo extraditado da Suíça. Na prática, isso extinguiu a incipiente organização e trouxe um certo “branco” ao movimento revolucionário russo. Por pouco tempo, todavia. A certa altura, o velho anarquista se desgostou do jovem e rompeu com ele. Nechayev acabou preso e extraditado para a Rússia, morrendo na prisão. Bakunin, expulso da Internacional pela célebre manobra de Marx, passou seus últimos anos na Suíça, vivendo na pobreza e planejando conspirações que nunca chegaram a se concretizar. Por diversas vezes procurou se distanciar do antigo colaborador e renegar suas posições anteriores¹⁵⁰. Mas era tarde. Sua imagem estava definitivamente associada com a paixão apocalíptica e a violência terrorista que daí em diante o anarquismo assumiu.

A leitura pública do *Catecismo* durante o julgamento de Nechayev e a publicação de alguns de seus trechos na grande imprensa, além de sua reprodução integral em panfletos clandestinos, repercutiu fortemente no movimento revolucionário, dentro e fora da Rússia. O radicalismo das teses ali expostas e tipo de ativismo sugerido vinha a coincidir com certa desilusão do movimento populista tradicional. Deveras, a ideia de “ir para o povo”, apesar de suas boas intenções, revelou-se com o tempo pouco promissora e os revolucionários não obtiveram a simpatia que ingenuamente esperavam. Seus comportamentos extravagantes para a época (gosto pela pobreza e a bagunça, mulheres com cabelos curtos e tabagistas, prática do amor livre, secretismo etc.) foram vistos com desconfiança pelas comunidades tradicionais, que não raro denunciavam aqueles estranhos jovens e suas atitudes suspeitas à polícia¹⁵¹. Essa frustração diante da expectativa de uma resposta positiva dos camponeses frente a suas utopias libertárias, a pressão da polícia política do regime e a influência crescente do anarquismo violento acabaram por levar muitos populistas a abandonar o projeto inicial e aderir ao terrorismo declarado¹⁵². Como diz Siljak,

“(...) O terrorismo era tentador para os revolucionários não só como ato de vingança, mas também como declaração de fé profunda [...]. Tudo quanto seria necessário era um homem ou uma mulher armados com confiança na vitória iminente de uma nova ordem mundial – e um revólver. O choque do assassinato abalaria os pilares da autocracia russa, e as massas do país,

¹⁵⁰ George Woodcock. *História das ideias e movimentos anarquistas*, pp. 195.

¹⁵¹ Ana Siljah. *O anjo da vingança: a história do julgamento de Vera Zasyulich*, pp. 182-183.

¹⁵² Martin Malia. *Alle origini del socialismo russo*. Bolonha, Il Mulino, 1972, pp. 40.

*subitamente libertas de seus grilhões, encheriam as ruas tomadas de fervor revolucionário (...)*¹⁵³.

É nesse contexto que a palavra “terrorismo” começa a ser francamente reivindicada pelos revolucionários. Assim, desencantada com o populismo típico, ao escrever a um amigo no final de 1877, Maria “Masha” Kolenkina — afirmou: “*Decidimos nos voltar para o terrorismo e nossa decisão, depois de tomada, foi irrevogável*”¹⁵⁴. Não é o primeiro emprego do termo com esse sentido auto declaratório. Mas é um dos pioneiros e dos mais significativos. Afinal, em janeiro de 1878, Masha foi a cúmplice de Vera Zassulich na tentativa de assassinato de Fyodor Trepov, o odiado prefeito de São Petersburgo. Esse atentado, que não logrou seu objetivo imediato (os dois tiros desferidos contra ele não o mataram), significou, no entanto, um divisor de águas na história do terrorismo russo.

A espetacularidade da ação na lotada Sala de Audiências da prefeitura, a coragem e a frieza demonstrada por Vera durante o inquérito policial e o julgamento, sua origem aristocrática e sua figura frágil, fizeram dela uma espécie de “santa” da revolução. Louvada pela intelectualidade local, Vera tornou-se subitamente famosa. Entre a gente do povo, a simpatia não foi menor. Sua história foi repercutida pelos principais jornais da Europa e dos Estados Unidos. Aplaudida por sua coragem e senso de abnegação, logo converteu-se em um mito para os revolucionários. Ivan Turgueniev dedicou-lhe um famoso poema, *O Limiar*¹⁵⁵. Panfletos da época diziam que “ela deu o primeiro tiro da batalha por direitos humanos e pela instituição da paz e da humanidade na terra”¹⁵⁶. Ajudados pelo senso de culpa de certa aristocracia acostumada a viver e privilégios frente as desgraças do povo, muitos jovens ricos encontrassem em seu gesto um exemplo a seguir e se entregassem à causa revolucionária extremada. Julgada por uma corte de manifesta tendência liberal e defendida por um excelente advogado, acabou por ser provisoriamente liberada, aproveitando a ocasião para fugir do país. Sua história foi repercutiu mundialmente.

¹⁵³ Ana Siljah. *O anjo da vingança: a história do julgamento de Vera Zasyulich*, pp. 259.

¹⁵⁴ *Idem, ibidem*, pp. 260.

¹⁵⁵ “(...) *Você deseja ultrapassar esse limite, sabe o que espera por você?/Eu sei, responde a garota./Frio, fome, ódio, escárnio, desprezo, abuso, prisão, doença e talvez até a morte?/Eu sei./ [...] /Você está pronta para se sacrificar?/Sim./ [...] /E você está pronta para cometer um crime?/ [...] /Sim, estou pronta para cometer um crime*”.

¹⁵⁶ Ana Siljah. *O anjo da vingança: a história do julgamento de Vera Zasyulich*, pp. 26.

Para os revolucionários, a ação de Vera Zassulich apresentava uma nova e promissora técnica de luta contra a autocracia. Seu resultado havia sido francamente positivo. O discurso dos radicais se fez escutar mais alto e mais longe, a elite do regime czarista recebeu um golpe concreto, o movimento ganhou uma figura icônica e a repressão foi mínima, guardado o contexto. A conclusão era que o terrorismo compensava. Com ela, deu-se a guinada definitiva do movimento revolucionário para o terrorismo. Essa guinada não resultou de decisões racionais ou articuladas em grupo, mas foi fruto de uma paixão súbita (à época alguns disseram “embriaguez”) que deu novo colorido à luta contra o czarismo. Com a ideia de uma violência revolucionária “vinda de baixo”, espetacular, propagandística e justiceira, finalmente a esquerda radical assumira sem dor na consciência um nome próprio para sua nova tática: terrorismo.

Nos dias e semanas seguintes ao atentado, dezenas de diferentes panfletos apareceram nas principais cidades russas chamando a que o exemplo de Vera fosse seguido. Um desses folhetos, por exemplo, escrito por Sergei Kravchinski – conhecido como Rebenok (“Neném”) –, trazia o significativo título de *Olho por olho e dente por dente*, com um conteúdo que era uma verdadeira declaração de guerra terrorista. Em agosto de 1878, Kravichinski matou o general Nikolay Mezentsov, integrante do Conselho de Estado e chefe da “Terceira Seção”, a polícia política do regime. Exilado em Londres e depois nos Estados Unidos, ele publicou em 1893, em inglês, o livro *Undergroun Russia: Revolutionary profiles and sketches from life*¹⁵⁷; talvez a obra que mais tenha contribuído para a propaganda do terrorismo russo fora do país. O volume conta com toda uma seção dedicada à ideia de terrorismo, oito biografias de revolucionários russos (explicitamente identificados como terroristas) e dezenas de páginas relatando atentados e outras proezas revolucionárias. O argumento geral é aquele simplório e repetido *ad nauseam*: por que sua causa é nobre, o terrorista tem o direito de infligir a violência segundo seus próprios termos. Para ele, o terrorista “(...) is noble, terrible, fascinating, for combines in itself the two sublime qualities of human greatness: the martyr and the hero (...)”¹⁵⁸.

¹⁵⁷ Sergei Stepaniak-Kravichinski. *Undergroun Russia: Revolutionary profiles and sketches from life*. Londres, Nova York, Charles Scribner’s Sons, 1883. Ver edição fac-similar em: <<https://archive.org/details/undergroundruss00lavrgoog>>.

¹⁵⁸ *Idem, ibidem*, pp. 40.

Kravchinski havia sido um dos dirigentes do grupo Zemlya i Volya (“Terra e Liberdade”), criado por volta de 1876 sob inspiração anarco-comunista. Tendo como grande liderança George Plekhanov, o grupo ecoava algo do populismo tradicional, mas colocava em destaque a luta profissional contra o czarismo, com células bem articuladas (conforme sugerido por Nechayev) e, inclusive, especialistas em explosivos¹⁵⁹. Apesar de nunca ter ultrapassado um pequeno número de adeptos e nem chegar a promover ações relevantes, o Zemlya i Volya trouxe nova perspectiva para o movimento revolucionário ao assumir abertamente o terrorismo, embora como tática submetida às necessidades do trabalho político. Empenhados em promover conspirações, manifestações, greves, revoltas e atentados letais, seus membros seguiam a orientação de Nechayev quanto a constituir uma organização secreta, centralizada, baseada em células estanques e altamente disciplinada. No entanto, na virada de 1879 e 1880 o Zemlya i Volya rachou e desapareceu enquanto tal, separando-se um grupo minoritário, que passou a se posicionar contra o terrorismo e mais tarde veio a integrar a Social Democracia, no qual permaneceu Plekhanov.

O grupo majoritário, que tomou o nome de Narodnaya Volya (“Vontade Popular”), defendia o uso sistemático do terror como tática privilegiada, usando os atentados contra autoridades do regime uma espécie de “tambor” para acordar as massas. Essa nova organização tomou um formato muito mais secreto e lançou-se com determinação à ação. Seus militantes eram profissionalizados e sustentados por meio de assaltos a bancos e outros estabelecimentos, sequestros, chantagens etc. No programa apresentado pelo Comitê Executivo do grupo, diz-se no ponto dois (intitulado *Atividade destrutiva e terrorista*) que:

“(…) A atividade terrorista, que consiste na eliminação de membros do governo com o objetivo de defender o partido da espionagem e na punição dos atos mais flagrantes de violência e tirania por parte do Estado, tem por objetivo acabar com o fascínio pelas forças governamentais, dar exemplos incessantes da possibilidade de lutar contra o Estado, despertar o espírito revolucionário do povo e dar-lhe fé no sucesso e, finalmente, desenvolver forças apropriadas para a batalha (...)”.

Suas bases mais importantes se encontravam na Ucrânia, especialmente no vale do Volga, e chegaram a contar com mais de quinhentos militantes¹⁶⁰. Começou a atuar no ano

¹⁵⁹ Philip Pomper. “Russian revolutionary terrorism”. Em: Martha Crenshaw (org.). *Terrorism in context*. Pennsylvania State University Press, 1995, pp. 79-80.

¹⁶⁰ Valentina Tvadovskaya. *Il populismo russo: Da Zemlja i Volja a Narodnaja i Volja*. Roma, Editori Riuniti, 1975, pp. 118.

seguinte de sua fundação assassinando oficiais czaristas, e, depois de oito tentativas, conseguiu finalmente matar o czar Alexandre II em março de 1881. O atentado, com características suicidas (um dos atacantes se lançou junto com a bomba sobre o czar), teve enorme repercussão. Centenas de militantes foram presos. A morte do velho czar das reformas liberais causou enorme comoção no país e abriu um período de intensa caçada não só aos responsáveis pelo ato, mas a todo o movimento revolucionário. A participação de judeus no planejamento do ataque desencadeou uma violenta onda de perseguições antissemitas no país. Philip Pomper calcula que entre 1881 e 1894, mais de cinco mil pessoas receberam sentenças severas por sua vinculação com o Narodnaya Volya ou outros grupos revolucionários, sendo que 27 foram executadas e 342 internadas ou exiladas em campos de trabalho¹⁶¹. Com isso, a organização foi praticamente exterminada e o movimento terrorista entrou em refluxo na Rússia. Pelo menos até 1905, quando retornou com força redobrada.

Enquanto isso, na Europa ocidental e nos Estados Unidos crescia o ativismo anarquista que apelava ao terrorismo e consagrava-se o que Anna Geifman chamou de “*street theater of performance violence*”¹⁶².

Diferente do caso russo, o anarquismo ocidental tomou um desenho mais internacionalizado e individualista, além de mais próximo da classe operária. Especialmente depois da sangrenta supressão da Comuna de Paris e da intensificação da repressão em diversos países, seu movimento passou a ter grande dificuldade em tocar formas coletivas de luta (greves, manifestações, revoltas etc.), adotando cada vez mais métodos singulares que davam novo significado à militância revolucionária. Um salto neste processo e que excitou os militantes mais exaltados ocorreu em 1877, quando Andréa Costa, mais tarde fundador do Partido Socialista Italiano, organizou em Genebra uma conferência sobre a “propaganda pelo fato”. Nesse mesmo ano, o médico Paul Brousse consagrava a ideia entre os franceses ao apresentar no *Boletim da Federação de Jura* seu artigo “Propagande par le fait”¹⁶³. O termo não se referia originalmente a atos terroristas em específico, mas a uma multiplicidade de ações espetaculares, individualmente promovidas, que deviam ser associadas à propaganda

¹⁶¹ Philip Pomper. “Russian revolutionary terrorism”, pp. 84.

¹⁶² Anna Geifman. *Death orders: the vanguard of modern terrorism in revolutionary Russia*. Santa Barbara/Oxford, Praeger, 2010.

¹⁶³ Pietro Adamo. *Pensiero e dinamite: gli anarchici e la violenza*, pp. 45.

visual, escrita e falada. Não demorou, entretanto, para que ele se tornasse sinónimo de assassinato, tiranicídio ou ataque com bomba. Isto é, a propaganda pela morte”. Morte espetacular, diga-se. Essa novidade tática (pelo menos em termos doutrinários) estava diretamente relacionada ao fato de que à mesma época se consolidava a imprensa de massa, o telégrafo, a fotografia.

Mesmo as correntes mais sindicalistas do movimento anarquista que preferiam as ações de massa reconheciam que o pacifismo não era suficiente para comover a sociedade e que, no mínimo, eram legítimos os atos violentos de autodefesa. Inclusive os “moderados”, como Malatesta e Carlo Cafiero, cujas ideias não contemplavam os atentados individuais, defenderam a ação direta violenta (motins, justiçamentos, destruição de máquinas, piquetes de greves), como efetivamente os dois fizeram no Benevenuto em abril de 1877. Mesmo anarquistas que não se envolveram diretamente com atos violentos – como Piotr Kropotkin, por exemplo – faziam a apologia daqueles que matavam. Para ele e tantos outros, a prática do terrorismo era motivada por amor, por um ideal de fraternidade universal, por uma dedicação generosa à causa do povo¹⁶⁴. E eles não eram a maioria do anarquismo organizado, que, de um modo geral, aderiu amplamente à nova tática, agora já claramente entendida como terrorismo. Ela foi adotada oficialmente pelo congresso anarquista de La Chaux-de-Fonds, na Suíça, em 1879, e confirmada depois pelo congresso de Londres, em 1881, além de outros encontros menores¹⁶⁵.

Daí em diante, os atentados começaram a proliferar em uma escala verdadeiramente epidêmica por toda a Europa e nas Américas. Industriais, banqueiros, nobres, oficiais do exército e chefes de polícia eram os alvos mais recorrentes, relativamente fáceis de atacar. Mas os mandatários nacionais eram os mais cobiçados. Na década de noventa eles começaram a ser alcançados. Em 1894, um anarquista italiano apunhalou em uma cerimônia pública em Lyon o presidente da França, Marie Françoise Sadi Carnot, diretamente implicado nas novas leis de repressão ao anarquismo. Em 1897, o presidente de governo espanhol Antonio Canovas Del Castillo foi abatido a tiros por um anarquista italiano no balneário de Santa Águeda. No ano seguinte, a bela e politicamente inerte Sissi (1898), a imperatriz austríaca apunhalada por um anarquista italiano em Genebra ao passar por uma

¹⁶⁴ Philip Pomper. “Russian revolutionary terrorism”, pp. 83.

¹⁶⁵ John Merriman. *The dynamite club: how a bombing in fin-de-siècle Paris ignited the age of modern terrorism*. Nova York, Hoghton Mifflin, 2009, pp. 112-114.

via pública. E assim continuou: o rei Umberto I da Itália (1900), o presidente dos Estados Unidos William McKinley (1901), o rei Jorge I da Grécia (1913) os dois presidentes de governo na Espanha (José Canalejas em 1912 e Eduardo Dato em 1921), fora inúmeros atentados fracassados. O rei Alfonso XIII da Espanha, por exemplo, foi alvo de pelo menos três atentados. Durante três décadas o espectro do anarquista armado de punhal, pistola ou bomba assombrou os governantes.

E não só eles. Os atentados, com efeito, nem sempre eram limpos e atingiam vítimas inocentes. Em 1893, uma bomba foi deixada no grande Teatro Liceu de Barcelona, com vários transeuntes e espectadores mortos. Em 1896, também na capital catalã, uma bomba foi lançada sobre uma procissão de *Corpus Christi* que passava na rua Câmbios Nuevos, com muitas vítimas fatais entre os devotos. Em 1906, em mais um dos atentados contra Alfonso XIII, que casava naquele dia, nova explosão assassinou em Madri um punhado de pessoas que assistiam à cerimônia na praça. Isso não era privilégio da Espanha. Com os atos de Émile Florion, Ravachol, Émile Henry e outros anarquistas franceses na década de 1890, Paris ficou conhecida como a “cidade dos atentados”.

A lógica que animava esses atentados é admiravelmente descrita no depoimento de Émile Henry, estudante e filho de um ex-*communard*, que explodiu uma bomba ao Café Terminus, próximo da Gare Saint-Lazaire, em Paris, em abril de 1894. O ataque deixou um morto e mais de vinte feridos. Preso e depois executado, em seu julgamento ele dirigiu uma declaração aos juízes que se tornou famosa. Nela, depois de fazer uma introdução sobre as injustiças que testemunhou e os motivos que o levaram à violência, pergunta: “(...) *por que atacar os pacíficos clientes de um café que estavam apenas sentados ouvindo música e que, sem dúvida, não eram nem juízes, nem deputados, nem burocratas? (...)*”. E responde:

“(...) É muito simples. Os burgueses não faziam distinções entre os anarquistas [...]. E uma vez que vocês responsabilizam todo um partido pelas ações de um só homem e atacam, indiscriminadamente, nós também atacaremos sem escolher as vítimas. Acham talvez que devêssemos atacar somente os deputados que fazem as leis contra nós, os juízes que aplicam essas leis, à polícia que nos prende? Não concordo. Tais homens são apenas instrumentos [...]. Foi por esta razão que ataquei ao acaso e não escolhi as minhas vítimas. Devemos fazer com que a burguesia entenda que aqueles que sofrem estão cansados de sofrer. Começam a mostrar os dentes e quando atacarem serão tanto mais brutais quanto maior tiver sido a brutalidade usada contra eles [...]. Não pouparemos as mulheres e crianças burguesas porque as mulheres e crianças daqueles que amamos também não foram poupadas. Não deveríamos incluir entre as vítimas inocentes, as crianças que

*morrem lentamente de anemia nos cortiços porque não há pão em suas casas? As mulheres que vão se tornando cada vez mais pálidas trabalhando nas fábricas, esfalfando-se para ganhar alguns tostões por dia e podendo se considerar felizes se a pobreza não as levar à prostituição? Ou os velhos que foram tratados como máquinas durante toda a vida e que agora são lançados ao monte de refugos nos asilos, quando já não têm mais forças para trabalhar? Tenham ao menos a coragem de assumir seus crimes, cavalheiros da burguesia, e reconheçam que nossas represálias são totalmente válidas (...)*¹⁶⁶.

Esse furor justiceiro tinha um símbolo eloquente: a dinamite, o explosivo à base de nitroglicerina patenteado por Alfred Nobel em 1867. Muitos atentados eram realizados com outros meios, mas ela apresentava um poder de devastação especial, além de ser pouco volumosa e relativamente fácil de ser conseguida. Seções sobre confecção de bombas e “estudos científicos sobre explosivos” eram comuns nos jornais anarquistas, os intercâmbios técnicos e treinamentos entre militantes eram constantes, desenvolvendo-se um verdadeiro culto à “*marmite*” (como era chamada a dinamite na gíria dos anarcos franceses) que tomou conta do movimento a certa altura. Ravachol, que realizou vários ataques em Paris e se tornou um ícone do movimento, ficou conhecido como a “Voz da Dinamite”. O anarco-comunista alemão Johann Most, que não realizou atentados, mas foi um dos maiores divulgadores da nova técnica, era chamado de “Dinamost” e “General Bum! Bum!”. Ele criou em Londres o jornal *Freiheit* (“Liberdade”), dedicado a influenciar o movimento socialista alemão no sentido de assumir as práticas terroristas. Na apresentação de seu programa de ação, dizia: “(...) *Todos os métodos são justificáveis para chegarmos à revolução social* (...)”. Concretamente, escreveu ele: “(...) *Atirem, queimem, esfaqueiem, envenenem e lancem bombas!* (...)”¹⁶⁷. Depois de cumprir pena na Inglaterra por apologia do crime, Most transferiu-se para os Estados Unidos em 1882. Lá, escreveu *Revolutionary war Science: a little handbook of instruction in the use and preparation of nitroglycerine, dynamite, bombs etc.*¹⁶⁸, cujo título fala por si próprio.

Quando uma carga de dinamite explodiu durante os confrontos no Haymarket de Chicago em maio de 1886 matando sete policiais e quatro civis, a propaganda pela ação

¹⁶⁶ George Woodcock. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre, L&PM, 1998, pp. 183-184.

¹⁶⁷ Apud Ana Siljah. *O anjo da vingança: a história do julgamento de Vera Zasyulich*, pp. 352.

¹⁶⁸ Johann Most. *Revolutionary war science: a little handbook of instruction in the use and preparation of nitroglycerine, dynamite, bombs etc.* Nova York, Desert Pubs., 1978.

chegou aos Estados Unidos. Embora não fosse inculcado no processo que investigou os responsáveis, Most tinha relação direta com alguns deles, especialmente August Spies.

Poemas com o tema da destruição pela dinamite eram fartamente publicados na imprensa anarquista norte-americana. No *The Alarm*, editado em Chicago entre 1884 e 1888, podiam ser lidos versos como:

*“(...) The Slave hath no other weapon/But the dagger, or dynamite,/Is justified in using both/To snap the chain that binds him tight,//At last a toast to science,/To dynamite, the force./The force in our own hands;/The world gets better day by day.//Dynamite today, dynamite tonight,/Most tells us how, he shows where,/He says all in Freiheit/And [in] his good little book of warfare (...)”*¹⁶⁹.

Na França, o entusiasmo dos anarquistas com a dinamite aparecia até em músicas, como em *La Dynamite*, composta por Martenot em 1893, que faz referência à vaga de atentados produzidos em Paris por Ravachol.

“(...) Il est un produit merveilleux/ Expérimenté par la science/ Et qui pour nous les miséreux/ Fera naître l'indépendance/ Tant mieux s'il éclate parfois/ En faisant beaucoup de victimes/ Chez nos ennemis les bourgeois/ Cela nous venge de leurs crimes/

Placez une marmite/ Bourrée de dynamite/ Quelle que soit la raison/ En faisant explosion/ La nouvelle ira vite/ Car pour inspirer la terreur/ Il n'y a rien d'meilleur/ Qu'la dynamite!

On guillotine Ravachol/ Un copain qu'avait d'envergure/ Aujourd'hui c'est un espagnol/ Qu'on fusille pour son allure/ Vallas sut montrer à son tour/ Qu'il était un homme invincible/ En plus il promettait qu'un jour/ Sa vengeance serait terrible

Vive la dynamite/ Puisque l'on nous irrite/ A chaque exécution/ Nous mettrons en action/ Notre arme favorite/ Car pour semer la terreur/ Il n'y a rien d'meilleur/ Qu'la dynamite!

Vous pouvez dresser l'échafaud/ La potence et la guillotine/ Nous, nous avons ce qu'il nous faut/ Pour vous faire sauter en sourdine/ Si vous croyez qu'ça finira/ Vous êtes loin de votre affaire/ Pour un homme qu'on nous tuera/ Nous en foutrons cinq-cents par terre!

¹⁶⁹ *Apud* Martin Miller. “The intellectual origin of modern terrorism in Europe, pp. 48.

*Avec la dynamite/ Nous répondrons de suite/ Casernes et prisons/ Sans flûtes et sans violons/ Danseront au plus vite/ Car pour semer la terreur/ Il n'y a rien d'meilleur/ Qu'la dynamite! (...)*¹⁷⁰.

Esse “produto maravilhoso e experimentado pela ciência”, que “semeará a morte”, “fará a independência dos miseráveis”, “intimidar os tiranos”, “vingará as injustiças”, “fará as notícias correrem rápido”, “apressará a revolução” – entre outras expectativas encontradas na literatura anarquista da época –, era novo. Como também era nova a ideia de usar o terror para individualmente e desde baixo atacar o Estado e a sociedade dominantes. Mas não era novo o uso da violência de forma simbólica, teatral, espetacular, calculadamente seletiva em alguns casos e indiscriminada em outros, vingativa e exemplar, em grande medida perpetrada para enviar mensagens. Em essência, ela era a mesma que estava por detrás do Terror da Revolução Francesa. Mas agora invertida e pulverizada.

3.4. Conclusão desta Parte

A reflexão apresentada neste capítulo sobre violência revolucionária na Europa depois do esgotamento da Revolução Francesa, especialmente na segunda metade do século XIX, indica um novo patamar no processo de construção do conceito terrorismo, embora com isso ele ainda não se encontre definitivamente estabelecido. Nesse sentido, pode-se fazer duas constatações básicas.

A primeira refere-se ao fato de que o anarquismo (incluindo aqui as variantes do nihilismo, do populismo russo, do anarco-comunismo etc.) contribuiu muito para popularizar e difundir internacionalmente as palavras “terrorismo” e “terrorista”. E não só com seus escritos sobre o assunto. Com a proliferação e repercussão dos sangrentos atentados promovidos ao longo das duas últimas décadas do século XIX e a primeira do século seguinte, que comoveram a sociedade da época, a imprensa foi levada a repetir à exaustão essas duas palavras. Ambas com um sentido algo diferente daquele encontrado nos dicionários da primeira metade do século XIX, isto é, referente a práticas da Revolução Francesa, como visto no capítulo anterior.

¹⁷⁰ John Merriman. *The dynamite club: how a bombing in fin-de-siècle Paris ignited the age of modern terrorism*, pp. 163.

O mundo jurídico também foi obrigado a lidar com essas novas noções, ainda que muito superficialmente. Por exemplo, após o julgamento de Vera Zassulich, Konstantin Palen, então ministro da Justiça, chegou a propor ao Conselho de Estado uma lei específica para atos terroristas, que seriam julgados por um tribunal militar. Isso envolveu acirrada discussão sobre a noção de terrorismo, que acabou dando em nada. A sugestão foi considerada prematura e rejeitada¹⁷¹. Discussões semelhantes ocorreram em outros países.

Não obstante, essa difusão dos termos na imprensa não alcançou os dicionários senão tardiamente. Por exemplo, o verbete “*terrorisme*” do *Littré* de 1884 é curtíssimo e remete ao “*Système, régime de la Terreur em France, 1793-1794*”¹⁷². O mesmo no *Larousse* de 1886¹⁷³ e no *Hatzfeld/Darmesteter* de 1895¹⁷⁴. Somente na entrada do século XX nota-se uma mudança; como se pode ver no *Armand Colin* de 1900 que, além da referência à Revolução Francesa fala também e genericamente em “*Mouvement politique que emploie la terreur*”¹⁷⁵.

A segunda conclusão, esta muito significativa, diz respeito ao papel determinante do anarquismo na formação direta do conceito terrorismo. Não por sua utopia particular, por sua radicalidade ou pelas novas técnicas de matar que usou. Seu diferencial, e daí a sua importância paradigmática, está em que nunca antes foi dada tanta atenção prática e teórica ao terror como método de ação política. Em termos práticos, os anarquistas levaram a extremos a teatralidade de seus atos de violência e fizeram disso uma característica de suas ações. Essa teatralidade é um elemento fundamental da noção de terrorismo. Os anarquistas também se mostraram muito empenhados em mandar mensagens por meio de seus de seus atentados. O que é outro elemento essencial da definição de terrorismo. Em termos teóricos, a ideia de propaganda pela ação (que reúne as duas características práticas acima mencionadas) foi recorrentemente elaborada por diversos autores anarquistas, conformando uma doutrina que deu bastante coerência a seu movimento. Com isso, o terrorismo ganhou matéria ideológica

¹⁷¹ Ana Siljah. *O anjo da vingança: a história do julgamento de Vera Zasyulich*, pp. 315.

¹⁷² Émile Littré. *Dictionnaire de la langue française Littré*, Paris, Hachette, 1883.

¹⁷³ Pierre Larousse. *Nouveau dictionnaire de la langue française*. Paris, Larousse et Cia, 1886.

¹⁷⁴ Adolf Hatzfeld e Arsène Darmesteter. *Dictionnaire general de la langue française*. Paris, Delagrave Ed., 1895.

¹⁷⁵ Armand Colin. *Dictionnaire encyclopédique illustré*. Paris, Armand Colin Ed., 1900.

desde uma perspectiva de *agitational terror*, incorporando-se de vez no imaginário político-militar do campo revolucionário.

Tudo isso incorporou à palavra “terrorismo” uma nova camada de significação, distinta daquela inicial (vinculada *enforcement terror* da tradição jacobina). Distinta, mas não contraditória. Recorde-se, nesse sentido, as palavras de Koselleck já citadas na conclusão do capítulo anterior:

“(...) *En la historia de un concepto, no sólo se desplaza el significado de una palabra, sino que cambia la composición y las referencias de todo el contexto entero que ha ido a parar a la palabra (...)*”¹⁷⁶.

Ou seja, para cristalizar-se enquanto tal, um conceito deve transcender as limitações linguísticas do termo original e exibir um leque maior de significados. Quando os anarquistas passaram a fazer a apologia do termo “terrorismo” reivindicando a lógica de violência revolucionária vivida pelo jacobinismo – mas transmutando o antigo terror revolucionário das massas e do Estado em terror revolucionário subversivo e individual – eles deram um passo fundamental para adensar a carga semântica e histórica da noção de terrorismo.

Isso foi fundamental para a formação do conceito propriamente dito. Mas ainda não o suficiente. Será preciso ainda que as ideias de *enforcement terror* e *agitational terror* sejam harmonizadas teoricamente, como será visto no capítulo seguinte.

¹⁷⁶ Reinhart Koselleck. *Apud* Joaquín Abellán. “En torno al objeto de la historia de los conceptos de Reinhart Koselleck”. Em: Santiago Castillo (org.). *La historia social en España*. Madrid, Siglo XXI, 1991, pp. 54.

Parte 4. Da doutrina bolchevique do terrorismo

Somos favoráveis ao terrorismo organizado. Isto deve ser admitido francamente

Lênin

Comunismo não é amor, comunismo é um martelo com o qual se golpeia o inimigo

Mao Tse-Tung

Como foi visto anteriormente, a pedra fundamental do conceito terrorismo foi colocada pela Revolução Francesa, que erigiu sobre ela um primeiro pilar na forma de *enforcement terror*. O segundo pilar, como também já se discutiu, foi levantado pelo movimento anarquista na forma de *agitational terror*, aproveitando a mesma pedra base. Agora se trata de verificar como o bolchevismo, a partir desses dois pilares, construiu a viga que possibilitou o desenvolvimento da edificação quase completa do conceito terrorismo.

4.1. O que Marx e Engels escreveram sobre o terror revolucionário

As referências de Marx e Engels à violência política e ao terror não são sistemáticas. Todavia, resta pouca dúvida sobre o que eles pensavam a respeito do tema. Marx estudou bem as guerras na França e a guerrilha espanhola. Engels dedicou-se às guerras camponesas no século XV e às guerras de unificação na Itália, inclusive tratando detalhadamente de técnicas militares. E especialmente durante as revoluções de 1848-1849, os dois escreveram várias colunas no *Neue Rheinische Zeitung* onde abordavam a questão do terror revolucionário. Além disso, eles trataram em suas correspondências de diversos outros atritos armados da luta de classes.

Já na primeira obra escrita conjuntamente pelos dois autores (*Die deutsche ideologie*, de 1845-1846), considerada uma peça fundamental de seu pensamento – quando eles romperam com o hegelianismo de esquerda, considerado conservador, e se declararam

revolucionários –, a violência é entendida como a “força motriz da história”¹⁷⁷. Não se vê na passagem exatamente um lamento pelo fato, mas apenas uma constatação histórica. Constatação, aliás, discretamente carregada de positividade, como se pode verificar de modo mais claro em textos posteriores. Como em *A miséria da filosofia*, de 1847, no qual Marx prevê que na “revolução total” haverá o “choque de corpo contra corpo como derradeira solução”, citando uma frase de George Sand sobre “luta sangrenta ou extinção”¹⁷⁸. Ou mais explicitamente ainda na célebre frase do final do primeiro volume do *Capital* (1867), quando Marx diz que “(...) *Die Gewalt ist der Geburtshelfer jeder alten Gesellschaft, die mit einer neuen schwanger geht* (...)”. Com efeito, a noção de que “a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova”¹⁷⁹ remete, necessariamente, à ideia que a violência pode ter um caráter revolucionário e progressista.

Até hoje, os marxistas debatem um suposto revisionismo de Engels no célebre prefácio que ele teria escrito à segunda edição alemã (1895) de *A luta de classes na França* (publicada originalmente em 1850), talvez a obra mais revolucionária e “blanquista” de Marx. Nesse texto, às vezes chamado de “*Testamento de Engels*”, ele conclamava o proletariado alemão – então animado com os grandes sucessos da social-democracia nas urnas (cerca de ¼ do total de votos no país) – a confiar nas reformas democráticas e considerava a possibilidade de processos pacíficos para se chegar à revolução.

Os trechos mais graves desse Prefácio diziam:

“(...) *a história também não nos deu razão e demonstrou que os nossos pontos de vista dessa altura eram uma ilusão. E foi ainda mais além: não só destruiu o nosso erro de então como revolucionou totalmente as condições em que o proletariado tem de lutar. O modo de luta de 1848 está hoje ultrapassado em todos os aspectos. E este é um ponto que merece ser examinado mais de perto nesta oportunidade. [...] A ironia da história universal põe tudo de cabeça para baixo. Nós, os "revolucionários", os "subversivos", prosperamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a subversão. Os partidos da ordem, como eles se intitulam, afundam-se com a legalidade que eles próprios criaram. [...] Se isto continuar assim, conquistaremos até ao fim do século a maior parte das camadas médias da sociedade, tanto os pequenos burgueses como os pequenos camponeses, e transformar-nos-emos na força decisiva do país perante a qual todas as outras forças, quer queiram ou não,*

¹⁷⁷ Marx, Karl & Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007, pp. 96.

¹⁷⁸ Marx, Karl. *A miséria da filosofia*. São Paulo, Global, 1985, pp. 160.

¹⁷⁹ *Idem*. *O capital*. São Paulo, Boitempo, 2013, v. I, pp. 998.

*terão de se inclinar. Manter ininterruptamente este crescimento até que de si mesmo se torne mais forte que o sistema de governo atual, não desgastar em lutas de vanguarda esta força de choque que dia a dia se reforça, mas sim mantê-la intacta até ao dia da decisão, é a nossa principal tarefa (...)*¹⁸⁰.

Verdadeiro ou adulterado esse “testamento”, ele por si só não poderia apagar o que Engels e Marx disseram a vida toda. Sem dúvida, ele estimulou condutas reformistas e a confiança no trabalho parlamentar dentro da lei, mas não foi suficiente para fazer disso o *modus operandi* dominante entre os comunistas. Em grande medida, esse continuou baseado na ideia de promover “golpes de surpresa e revoluções feitas por pequenas minorias à frente de massas inconscientes”, como Engels definiu naquele documento o método comunista de fazer revoluções até então. Esse foi, justamente, um dos temas que levou à cisão do movimento social-democrata na década de 1910: reformismo ou revolução, pacifismo ou violência. E venceram, como ortodoxos, aqueles que pregavam o terror. Não sem razão.

Como se sabe, a filosofia dos criadores do materialismo histórico não reserva qualquer lugar para a moralidade como coisa em si. Sendo sua perspectiva filosófica eminentemente materialista e economicista, para ele todos os fenômenos culturais são reflexos condicionados pela natureza dos meios de produção e dos interesses de quem os controla. Sendo assim, valores como justiça, legalidade, bem ou mal não têm nenhuma positividade ou existência real. O sentido de tais noções depende de sua contribuição ou não para o que ele entende como o progresso em direção à redenção humana, a qual é identificada com o comunismo. Como Engels escreveu, “o direito à revolução é o único ‘direito histórico’ real”¹⁸¹. De fato, para eles, a violência, ou melhor, a posse dos meios de violência, é o elemento constituinte de qualquer forma de governo, sendo toda a esfera da ação política caracterizada pelo uso da violência¹⁸². Nesse quadro de ideias, o emprego de quaisquer métodos ou recursos para alavancar a revolução e “acelerar” a história é válido, dependendo basicamente da eficácia tática e estratégica que eles possam apresentar. Trata-se de uma ética eminentemente teleológica, onde os meios, moralmente neutros, apenas podem ser julgados em relação ao fim

¹⁸⁰ Frederich Engels. *A luta de classes na França*. Em: Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, 1987 (1895), v.1, pp. 93-198.

¹⁸¹ *Idem, ibidem*, pp. 93-198.

¹⁸² Adam Schaff. “Marxist theory on revolution and violence”. Em: *Journal of the History of Ideas*. Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1973, v. XXXIV, n. 2, pp. 263-270.

a que servem¹⁸³. Dessa forma, não faz diferença o tipo de violência que se usa para promover a revolução, contanto que ele seja realmente eficiente.

É nesse contexto lógico que se insere sua apologia do terror: o modelo de violência revolucionária por excelência. Com efeito, quando a revolução de 1848 foi derrotada em Viena com grande derramamento de sangue, ele escreveu um artigo na *Neue Rheinische Zeitung* dizendo que:

*“(...) is only one way in which the murderous death agonies of the old society and the bloody birth throes of the new society can be shortened, simplified and concentrated, and that way is revolutionary terror (...)”*¹⁸⁴.

Ainda no contexto da contra-revolução de 1848, como Engels deixou explícito, para ele somente o terror pode garantir efetivamente a revolução. Assim,

*“(...) We have no intention of doing that. To the sentimental phrases about brotherhood which we are being offered here on behalf of the most counter-revolutionary nations of Europe, we reply that hatred of Russians was and still is the primary revolutionary passion among Germans; that since the revolution hatred of Czechs and Croats has been added, and that only by the most determined use of terror against these Slav peoples can we, jointly with the Poles and Magyars, safeguard the revolution. We know where the enemies of the revolution are concentrated: in Russia and the Slav regions of Austria. And, no fine phrases, no allusions to an undefined democratic future for these countries can deter us from treating our enemies as enemies (...)”*¹⁸⁵.

Pouco depois, Engels voltaria a escrever sobre a necessidade do terror revolucionário, desta vez a propósito da luta dos piemonteses contra os austríacos:

*“(...) If Piedmont were a republic, if the Turin Government were revolutionary and if it had the courage to resort to revolutionary measures, nothing would be lost. (...) But, of course, a monarchy will never consent to a revolutionary war, a mass uprising and terror (...)”*¹⁸⁶.

¹⁸³ A esse respeito, ver a obra de Steven Lukes. *Marx and morality*. Oxford, Oxford University Press, 1985, 208 pp.

¹⁸⁴ Karl Marx. “The victory of the counter-revolution in Vienna”. Colônia, *Neue Rheinische Zeitung*, edição de 7 de novembro de 1848, n. 136. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/11/06.htm>>.

¹⁸⁵ Friedrich Engels. “Democratic Pan-Slavism”. Colônia, *Neue Rheinische Zeitung*, edição de 14 de fevereiro de 1849, n. 222. Disponível em: <<http://marxists.anu.edu.au/archive/marx/works/1849/02/15.htm>>.

¹⁸⁶ Friedrich Engels. “The defeat of the piemontese”. Colônia, *Neue Rheinische Zeitung*, de 1 de abril de 1849, n. 261. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1849/03/31a.htm#261>>.

Passado menos de um mês, na célebre e derradeira “edição vermelha” da *Neue Rheinische Zeitung* (pois o último número da *Gazeta Renana* foi impresso com tinta escarlate), um raivoso Marx deixou bem claro: “*We have no compassion and we ask no compassion from you. When our turn comes, we shall not make excuses for the terror*”¹⁸⁷.

Já nos primeiros meses do exílio em Londres, cerca de um ano após a *Neue Rheinische Zeitung* ter sido fechada pelo governo prussiano, Marx escreveu a Engels uma carta na qual mais uma vez apresentava o terror como solução revolucionária:

*“(...) Above all, during and immediately after the struggle the workers, as far as it is at all possible, must oppose bourgeois attempts at pacification and force the democrats to carry out their terroristic phrases. They must work to ensure that the immediate revolutionary excitement is not suddenly suppressed after the victory. On the contrary, it must be sustained as long as possible. Far from opposing the so-called excesses – instances of popular vengeance against hated individuals or against public buildings with which hateful memories are associated – the workers’ party must not only tolerate these actions but must even give them direction (...)”*¹⁸⁸.

Com certeza, Marx e Engels não viam a ausência do terror como a única causa do insucesso das revoluções que eles presenciaram. Mas o fato delas terem se mantido nos quadros de uma “guerra estratégica honesta” foi para os dois amigos uma razão essencial delas terem dado errado. Como na Comuna de Paris de 1871. Marx não só apoiou o terror embrionário dos *communards*, como lhes criticou a falta de decisão militar. A Comuna havia criado um Comitê de Salvação Pública nos moldes jacobinos e alguns de seus partidários pediam o terror, também nos moldes jacobinos. Houve bastante resistência, havia uma forte tendência à conciliação, mas alguns decretos radicais foram aprovados. Alguns meramente simbólicos, como a demolição da coluna Vendôme e da casa de Thiers. Outros bem práticos, como o sequestro de propriedades dos ministros e o fuzilamento de reféns (três por um, como queria Raoul Rigault, prefeito de Paris) em resposta à violência dos versalheses. Para Marx, era pouco.

O terror em Marx e Engels é basicamente o terror jacobino; isto é, o terror do Estado revolucionário para impor sua vontade aos inimigos e se consolidar. Diz Engels:

¹⁸⁷ Karl Marx. “Editorial”. Colônia, *Neue Rheinische Zeitung*, 19 de maio de 1849, n. 301. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1849/05/19c.htm>>.

¹⁸⁸ Karl Marx e Friedrich. “Carta ao Comitê Central da Liga Comunista”. Londres, março de 1850. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1847/communist-league/1850-ad1.htm>>.

“(…) *Uma revolução é certamente a coisa mais autoritária que se possa imaginar; é o ato pelo qual uma parte da população impõe a sua vontade à outra por meio das espingardas, das baionetas e dos canhões (...)*”¹⁸⁹.

O imaginário deles previa algo parecido a 1793, com signo proletário. Fora disso, consideravam a possibilidade de certa violência vaga no âmbito de mobilizações de massa, cuja função seria mais iniciar a revolução. Nesse caso, entretanto, as menções são ainda mais laterais e rápidas. E, muito importante, não se confundem com o terror individualista dos anarquistas, que já começavam a acontecer, para os quais eram reservadas pesadas críticas.

Assim, por exemplo, embora apoiasse o movimento pela libertação da Irlanda, Marx condenou energicamente o atentado de setembro de 1867, quando um grupo de fenianos assaltou um carro da polícia em Manchester, libertou seus correligionários presos e matou a tiros os agentes que os escoltavam. Em carta a Engels, ele também condenou com firmeza a explosão do presídio de Clerkenwell naquele mesmo ano, chamado-a “*uma grande estupidez*”. Engels, dias depois, respondeu-lhe e disse que aquilo tinha sido obra de “*fanáticos*”. Os termos de Engels são especialmente duros: “*alguns asnos promoveram tal idiotice*”, “*esses canibais são no mais das vezes os maiores covardes*”, e ironizou sobre a ideia de “*incendiar uma alfaiataria em Londres para libertar a Irlanda*”¹⁹⁰. Como é bem sabido, os dois também se opuseram, dentro da I Internacional, às ideias violentas de Bakunin. Eles acreditavam que Nechayev era um agente provocador russo...

Em 1872, no Congresso de Haia, a Internacional constituiu uma comissão para investigar as atividades da Aliança da Democracia Socialista, criada secretamente por Bakunin, e Marx chegou a escrever, no ano seguinte, uma brochura (*A Aliança da Democracia socialista e a Associação Internacional dos Trabalhadores*) criticando frontalmente o “terrorismo” do grupo de Bakunin e o famoso *Catecismo* de Nechayev. Igual repúdio receberam deles também os atentados contra o kaiser promovidos pelo funileiro Emil Heinrich Hödel e pelo intelectual Karl Nobiling em Berlim, que permitiram a Bismarck apertar seu cerco ao movimento operário com a aprovação de leis punitivas pelo Reichstag. Engels comparou a “*estupidez*” de Hödel e Nobiling com os atentados cometidos pelos fenianos no parque Phoenix, em Dublin, em 1882, que qualificou como “*pura bakuninista,*

¹⁸⁹ Friedrich Engels. “Sobre a autoridade” (1873). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm>>.

¹⁹⁰ Moniz Bandeira, Luis Alberto. “Crime político e terrorismo: alguns aspectos”. *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2003, n. 21, 20 pp. A referência original indicada por Bandeira é: Mehring, Karl. *Karl Marx: Geschichte seines Lebens*. Berlin, Dietz Verlag, 1985, pp. 393 e 394.

fanfarronesca, propaganda pelo fato”¹⁹¹. A questão aqui era meramente tática, não havendo qualquer objeção moral ou filosófica a este tipo de ação. O terrorismo individual era “improdutivo” e apenas por isto condenável. O direito dos revolucionários ao terror, desde que promovido de forma “correta” continuava a ser pilar ideológico para os pais do marxismo. Sobre ele se erigiu o leninismo¹⁹².

4.2. Lênin e a violência terrorista

4.2.1. *Agitational terror*

A afinidade estrutural do comunismo com o terrorismo deu um salto qualitativo quando o marxismo se encontrou na Rússia com a herança do anarquismo presente no movimento populista. A expressão mais acabada desse encontro pode ser vista na obra teórica e prática de Lênin. Ou seja, o que se chamam normalmente de leninismo ou bolchevismo; a doutrina oficial dos partidos comunistas durante meio século, principal influência no pensamento militar de Marighella. Pelo menos até certo momento.

Compreender o lugar do terrorismo nessa tradição é compreender parte fundamental da construção histórica do conceito que lhe corresponde, além de explicar em muito o universo conceitual do comunista baiano com relação à violência política.

Lênin, embora denunciasse o populismo como limitado e ingênuo, sempre admirou a combatividade daqueles velhos revolucionários que se lançaram à luta violenta contra a autocracia czarista. Seu irmão Aleksander Ulianov, formado com distinção em ciências naturais pela Universidade de São Petersburgo e especialista em bombas, fora um dos

¹⁹¹ *Idem, ibidem*, 20 pp.

¹⁹² A fórmula “marxismo-leninismo” tal como se encontra dicionarizada nos principais tratados de ciência política, surgiu somente no final da década de 1920, sendo usada em publicações soviéticas oficiais somente a partir de 1931. Sobre isso, ver João Quartim de Moraes. “A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro”, v. I, pp. 47-88. Em: Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis (orgs.). *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. São Paulo, Paz e Terra, 1991, pp. 79. Todavia, o leninismo, como teoria e prática, antecede a esse tempo e começou a consagrar-se no próprio desenho que sua facção do Partido Social-Democrata russo tomou no começo do século, conforme comentado a seguir.

fundadores e ideólogos do Narodnaya Volya antes de ser preso e enforcado 1887 por causa de um atentado frustrado ao czar Alexandre III. Lênin nutria por ele grande admiração, vendo-o como a própria encarnação da vontade como fator revolucionário. Esse espírito de determinação demonstrado pelos *narodniks* contribuiu para que o futuro líder bolchevique formulasse seu modelo de movimento revolucionário clandestino com dirigentes estáveis e entregues profissionalmente às atividades políticas e militares. A ideia já havia sido promovida por Piotr Nikititsch Tkatschow, que em 1875 publicara uma brochura amplamente divulgada entre os emigrados, na qual defendia que a revolução na Rússia deveria ser desencadeada por um pequeno grupo disciplinado e submetido hierarquicamente a uma direção centralizada, que viesse a capturar o poder político por meio de uma conspiração¹⁹³. Essa concepção ecoava as teses jacobinas, babovistas e blanquistas nas quais uma pequena minoria bem organizada poderia, em determinado momento e sob certas condições, efetuar um *coup de main révolutionnaire* e conduzir as massas a uma revolução vitoriosa. A propósito disso, em novembro de 1922, já passados quatro anos da revolução, Lênin diria:

*“(...) Existe um pequeno grupo, na verdade diminuto, que se autodenomina partido, que pôs mão à obra. Este partido é um núcleo insignificante de toda a massa dos trabalhadores da Rússia. E foi este caroço insignificante que estabeleceu para si a tarefa de mudar realmente tudo, e o fez (...)”*¹⁹⁴.

Ele aprendeu isso com seu irmão. Não com Marx.

Lênin também foi muito influenciado por Petr Tkachev, escritor e teórico revolucionário que inicialmente, em meados da década de 1870, abraçou as teses de Nechayev e criticou duramente o movimento populista (o “ir para o povo” levando a mensagem revolucionária), pois a simples propaganda não poderia abalar as estruturas do Estado czarista. Para ele, na ausência de uma autêntica revolução camponesa e popular, os revolucionários deviam dirigir seus esforços para um novo tipo de ação política. No lugar da paciente e improvável educação das massas ele propunha a preparação de um golpe de Estado por uma vanguarda revolucionária que então estabeleceria uma ditadura e iniciaria a transição para o socialismo. Para isso, ele imaginou um partido elitista, disciplinado, centralizado e estruturado como um exército. Nesse sentido, os escritos de Tkachev marcaram um divisor de águas no movimento revolucionário russo e ao mesmo tempo

¹⁹³ Moniz Bandeira. “Crime político e terrorismo: alguns aspectos”, 20 pp.

¹⁹⁴ *Apud* Dimitri Volkogonov. *Os sete chefes do império soviético*, pp. 64.

estabeleceram uma ponte entre a “tradição clássica” dos populistas e as “novidades” do leninismo. Daí ele ser chamado, com muita liberdade, de “o primeiro bolchevique”¹⁹⁵.

Com efeito, a concepção que Lênin desenvolveu sobre o partido revolucionário em grande medida tomava por base as ideias de Tkachev¹⁹⁶, agora aplicadas ao modelo de organização do antigo grupo *Zemlya i Volya*. Assim, no *Que fazer?* ele escreveu:

“(…) a história do movimento revolucionário é tão precariamente conhecida entre nós, que é taxada de ‘narodovolismo’ toda ideia referente a uma organização de combate centralizada e que declare resolutamente a guerra contra o tzarismo. Mas a excelente organização revolucionária de 1870-1880 que deveria servir de modelo a todos nós não foi criada pelos partidários da *Narodnaya Volya* (a Vontade do Povo), mas pelos adeptos de *Zemlya i Volya* (Terra e Liberdade), que em seguida cindiram-se em partidários do *Tcherny Perediel* (A Partilha Negra) e em *narodovoltsy* (...)”¹⁹⁷.

Ou seja, a constituição de uma espécie de comitê executivo clandestino voltado a movimentar de forma centralizada os tentáculos de uma rede de homens e mulheres empenhados até à morte em promover a revolução, mas sem priorizar o terrorismo. Nesse sentido, a principal lição que Lênin tirou do movimento populista veio do grupo original de Plekhanov e Zassulitch, que associava ao conspiracionismo e às ações armadas também certas atividades de massa, como agitação e promoção de greves entre trabalhadores urbanos ou ampla difusão de literatura revolucionária. Concordando com eles, Lênin criticou a ênfase no terrorismo dada pelo *Narodnaya Volya* e outros grupos semelhantes porque promoviam apenas uma vingança contra indivíduos isolados que não estava ligada ao ânimo dos trabalhadores, não preparava dirigentes combativos, demonstrando, segundo ele, falta de fé na verdadeira revolução das massas. Como ele explicitou no artigo “Por onde começar?” – publicado no famoso *Iskra* em 1901, e que anunciava suas teses de *Que fazer?* do ano seguinte –,

“(…) nas circunstâncias atuais este meio de luta [o terrorismo] é intempestivo, inoportuno, uma vez que desvia os combatentes mais ativos de suas

¹⁹⁵ Ver Albert Loren Weeks. *The first bolshevik: a political biography of Peter Tkachev*. Nova York. Nova York University Press, 1968.

¹⁹⁶ Archie Brown. *Ascensão e queda do comunismo*. Rio de Janeiro, Record, 2010, pp. 52-53.

¹⁹⁷ Vladimir Lênin. *Que fazer?*. São Paulo, Boitempo, 2017 (1902), pp. 55.

*verdadeiras tarefas, mais importantes para todo o movimento, e desorganiza não a força governativa, mas a revolucionária (...)*¹⁹⁸.

Todavia, para Lênin, o terror mesmo nunca foi um problema moral ou uma opção descartada. Desde o início da sua carreira política – quando no começo da década de 1890 entrou para o grupo marxista de São Petersburgo que se opunha aos narodniks e daria origem mais tarde ao Partido Operário Social-Democrata Russo – ele tinha isso bastante claro. Vasily Starkov, companheiro daquela época recorda que Lênin considerava o terror apenas mais um método de luta dentre outros, bom ou mau dependendo da situação¹⁹⁹. E foi sempre assim. Em “Por onde começar?”, um pouco acima da citação anterior, ele afirma, aliás como fez em vários outros lugares, que:

“(...) Em princípio, nós nunca renunciamos nem podemos renunciar ao terror. O terror é uma das formas da ação militar que pode ser perfeitamente aplicável, e até indispensável, em um momento dado do combate, em um determinado estado das forças e em determinadas condições (...)”.

Evidentemente, não é o terror da propaganda pelo fato, do atentado individual, que para Lênin podia até ter algum impacto positivo em termos de propaganda, mas acabava por “distrair” os revolucionários de sua verdadeira tarefa e que, afinal, “*nas circunstâncias atuais, não é oportuno*”. Mas sim o terror entendido como “*uma operação estreitamente ligada a todo o sistema de luta*”, como ele insiste naquele artigo, promovido por “*uma organização revolucionária central*” e articulado a um projeto de “*exército*”.

Lênin, porém, como se sabe, foi muito mais adiante e criou um modelo novo, ou pelo menos mais articulado, de estrutura partidária e de ação revolucionária. Um dos aspectos destacados do seu *Que fazer?* de 1902 foi justamente o chamado por uma estrutura organizativa fundada e controlada a partir de um núcleo executivo, o qual coordenaria uma extensa cadeia de agentes políticos comprometidos com este núcleo e com o projeto de promover uma revolução socialista a qualquer custo. Mas com um detalhe. Este núcleo e os níveis superiores desta rede deveriam ser compostos por profissionais da revolução, pagos pelo partido e financiados mediante quaisquer meios, inclusive violentos. Mais que isso, ou por isso mesmo, parte fundamental dessa estrutura deveria ser militarizada.

¹⁹⁸ *Idem.* *Por onde começar* (1901). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1901/05/onde.htm>.

¹⁹⁹ Louis Fisher. *The life of Lênin*. Londres, Weindenfeld and Nicholson, 1964, pp. 20-21.

A cisão entre bolcheviques e mencheviques no II Congresso do Partido, em 1903, não impediu Lênin de começar a montar efetivamente seu próprio aparato. Um ano depois, em *Um passo em frente, dois passos atrás: a crise no nosso partido*, ele insistiu vigorosamente em que o proletariado não teria outra arma além da organização para chegar ao poder. E esta deveria ser da forma como ele propunha. Centralizada e de massas. Com uma face pública e legal, além de outra clandestina. Com ações civis e militares. Como ele escreve então:

*“(...) Não devemos pensar que as organizações do partido devam ter apenas revolucionários profissionais. Nós precisamos das mais diversas organizações, de todas as espécies, de todos os níveis e de todos os matizes, desde as organizações extremamente restritas e conspirativas, até às extremamente amplas e livres (...)”*²⁰⁰.

Mas o fundamental era o núcleo politicamente dirigente, encabeçado pelo próprio Lênin, e seu braço armado, que exigia outras habilidades, em ambos casos obra de profissionais.

O impulso definitivo nessa direção veio com a Revolução de fevereiro de 1905, quando a violência desatou por todo o país. Lênin aproveitou a ocasião e exigiu que seus simpatizantes seguissem o exemplo dos SRs e dos anarquistas no sentido de montar rapidamente seu próprio grupo armado e passassem à ação.

No final daquele ano, Lênin escreveu uma carta para o Comitê do Partido Operário Social-Democrata da Rússia em São Petersburgo²⁰¹, dizendo em tom indignado que: *“(...) Me horroriza descobrir que há conversas sobre bombas há mais de seis meses, mas nada foi feito (...)*. E instrui seus camaradas: *“(...) Formem esquadrões de combate em todos os lugares (...). Deixe eles se armarem da melhor maneira possível, seja com um revólver, uma faca, um pano embebido em querosene para iniciar incêndios etc. (...)”*. E, um detalhe muito importante, Lênin sugeria envolver qualquer um desses grupos de fogo, mesmo que não fosse do Partido. Assim, continua ele:

“(...) Não faça da condição de membro da POSDR uma exigência absoluta [...] Não se recuse a entrar em contato com nenhum grupo, mesmo que seja composto por apenas três pessoas; faça com que seja uma única condição para que seja confiável no que diz respeito à espionagem policial e esteja preparado para combater as tropas do czar (...)”.

²⁰⁰ Vladimir Lênin. *Um passo em frente, dois passos atrás: a crise no nosso partido*, pp. 36. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/umpassoafrente.pdf>>.

²⁰¹ *Idem. Carta ao Comitê de Combate de São Petersburgo* (1905). Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1905/oct/16.htm>>.

Sendo essa a única condição de admissão, até bandidos comuns eram bem-vindos. Aliás, como será visto adiante ao se tratar do grupo de Stálin, “Kamó” e Koté Tsintsadze em Baku.

Detalhando ainda mais sua orientação, o líder bolchevique explica:

“(...) Os propagandistas devem fornecer a cada grupo receitas breves e simples para fabricar bombas, dar-lhes uma explicação elementar do tipo de trabalho a ser feito e depois deixar tudo para eles. Os esquadrões devem começar imediatamente o treinamento militar iniciando operações imediatamente, de uma só vez. Alguns podem ao mesmo tempo comprometer-se a matar um espião ou explodir uma delegacia de polícia, outros a invadir um banco para confiscar fundos para a insurreição. Mas o essencial é começar imediatamente a aprender com a prática real; não se deve ter receio desses ataques experimentais. É claro que eles podem degenerar em extremos, mas isso é um mal de amanhã, enquanto o mal de hoje é nossa inércia, nosso espírito doutrinário, nossa imobilidade aprendida e nosso medo senil de iniciativa. Que todo grupo aprenda, mesmo que seja começando apenas por espancar policiais (...)”.

Poucos dias depois de ter enviado essas diretivas ao Comitê de Combate de São Petersburgo, Lênin lhe remete outra carta²⁰² com mais instruções. Nela, ele diz:

“(...) Os grupos podem ter qualquer tamanho, começando com duas ou três pessoas. Eles devem armar-se da melhor maneira possível (rifles, revólveres, bombas, facas, “soco-ínglês”, porretes, paus, panos embebidos em querosene para iniciar incêndios...). Sob nenhuma circunstância eles devem esperar por ajuda de outras fontes, de cima, de o lado de fora; eles devem adquirir tudo por eles mesmos [...] Mesmo sem armas, os grupos podem desempenhar um papel muito importante (...)”.

Por exemplo, “jogando pedras”. E chama à ação imediata:

“(...) os grupos revolucionários do exército não devem, em circunstância alguma, limitar-se apenas ao trabalho preparatório, mas devem iniciar a ação militar o mais rápido possível. Os grupos podem e devem imediatamente tirar proveito de todas as oportunidades de trabalho ativo e nunca devem colocar questões até uma revolta geral, porque a aptidão para a insurreição não pode ser adquirida, exceto por treinamento sob fogo (...)”.

Estes dois textos acima citados são bastante significativos à hora de entender o pensamento de Lênin com relação ao terrorismo. E muito importantes também para, na parte final desta tese, compreender certas ideias e textos de Marighella.

Quando os escreveu, Lênin, além de cobrar do Partido que este organizasse os grupos de fogo por toda parte, também tratou de formar um particularmente seu.

²⁰² *Idem. Tarefas dos grupos do exército revolucionário.* Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1905/oct/31i.htm>>.

A oportunidade de ouro ocorreu quando ele conheceu Stálin pessoalmente em dezembro de 1905, durante uma conferência do Partido nos arredores de São Petersburgo. A revolução já estava sendo esmagada pelas forças do czar, mas o encontro prosperou. Stálin provinha dos extratos mais pobres da sociedade georgiana e, apesar de chegar a se destacar como estudante do Seminário de Tiflis, formou-se praticamente nas ruas, onde conheceu a forte cultura clânica e mafiosa do Cáucaso, as brigas de valentões e o crime. Em 1898 ele entrou para a seção local do Partido Social-Democrata e pouco depois já se destacava como organizador de ações armadas, como o grande incêndio da refinaria de petróleo de Batúmi em janeiro de 1902, durante uma greve de operários, que acabou em um massacre de trabalhadores que comocionou a Rússia. Desde então ele se tornara uma espécie de chefe mafioso local. Além de matar traidores e assaltar bancos, Stálin se especializou em extorsão e proteção mafiosa a homens endinheirados, ameaçando-os com assassinatos e detonações de bombas. Inclusive crianças, filhos de “burgueses”, eram sequestradas à luz do dia para obtenção de resgates²⁰³. Era o homem certo para Lênin.

Com efeito, no ano seguinte ele apresentou uma proposição ao Partido, aprovada, que resumia seu projeto: criar destacamentos armados para preparar ações militares ofensivas e emboscadas, cujo objetivo seria “(...) *a destruição dos aparelhos militar e policial do governo e a luta sem quartel contra as organizações de ação das Centúrias Negras (...)*”, sendo admissível também “(...) *casos de expropriação de fundos monetários pertencentes ao inimigo (...)*”²⁰⁴. Em princípio, a violência que lhe interessou estava voltada para a sabotagem em fábricas para fomentar dificuldades aos proprietários, incêndios em propriedades de *kulaks*, ataques a prisões para libertar militantes, assassinatos de policiais e, muito especialmente, roubos e sequestros para angariar fundos ao Partido.

Em um artigo publicado na imprensa do Partido em setembro de 1906, Lênin especificou ainda mais o que entendia por violência revolucionária:

“(...) O marxismo não rejeita qualquer forma de luta. Sob nenhuma circunstância o marxismo se limita às formas de luta possíveis e existentes apenas no momento dado, reconhecendo que as novas formas de luta, desconhecidas pelos participantes do período dado, inevitavelmente surgem à medida que a situação social dada, mudanças. (...) O marxismo reconhece as mais variadas formas de luta; e não as ‘inventas’, mas apenas generaliza, organiza, dá

²⁰³ Simon Sebag Montefiore. *O jovem Stálin*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, pp. 248.

²⁰⁴ Vladimir Lênin. Em: *Marx, Engels e Lênin: Escritos militares*. São Paulo, Global, 1981, pp. 201-202.

*expressão consciente àquelas formas de luta das classes revolucionárias que surgem de si mesmas no curso do movimento. [...] A luta armada persegue dois objetivos diferentes, que devem ser estritamente distinguidos: em primeiro lugar, esta luta visa assassinar indivíduos, chefes e subordinados no exército e na polícia; em segundo lugar, visa o confisco de fundos monetários do governo e de particulares. Os fundos confiscados vão em parte para o tesouro do Partido, em parte para o propósito especial de armar e preparar uma insurreição, e em parte para a manutenção das pessoas envolvidas na luta que estamos descrevendo (...)*²⁰⁵.

Nesse contexto, em pouco tempo a *drujina* (algo como a “turma”) de Stálin, se tornou dominante em Baku, Gori e outras cidades da região, ampliando suas ações com atos de pirataria (ataque ao vapor *Czarevich Guirgui* na entrada do porto de Baku em setembro de 1906, quando marinheiros foram feitos reféns, sequestrados e depois assassinados) e instalações de fábricas de bombas.

Seus principais capangas eram os georgianos “Kamó” (Simonsenko Ter-Petrossian) – perigoso ladrão e matador profissional, autor de alguns dos episódios mais mortíferos promovidos pelos bolcheviques – e Koté Tsintsadze – também ladrão e assassino profissional –, ambos conhecidos por sua limitação intelectual e grosseria, entre outros responsáveis pelo “trabalho sujo”. A logística ficava a cargo de homens mais sofisticados, como Leonid Krassin – siberiano, engenheiro elétrico e rico empresário, perito em bombas; de cujo laboratório saíram os explosivos que mataram mais de 40 pessoas no fracassado atentado contra o príncipe Stolipyn em julho de 1906 – ou Maxim Livitinov – judeu polonês, traficante de armas e lavador de dinheiro –, indicados pela cúpula do Partido para auxiliar o grupo. Lênin, que um dia escrevera: “*devemos nos unir com o mundo dos assaltantes, os únicos verdadeiros revolucionários da Rússia*”, conseguira o que queria e podia agora, com justa razão, chamar Stálin de “*meu bandido do Cáucaso*”²⁰⁶. Dali em diante, por um bom tempo este grupo seria o principal financiador das atividades bolcheviques.

Apesar do Partido Social-Democrata Russo ter aprovado em seu V Congresso (maio de 1907) uma moção proibindo esse tipo de roubo, Lênin autorizara Stálin a fazer o que fosse preciso para levantar fundos a fim de cobrir a custosa participação dos cento e cinco

²⁰⁵ *Idem. Guerra de guerrilha* (1906). Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1906/gw/index.htm#iv>>.

²⁰⁶ Simon Sebag Montefiore. *O jovem Stálin*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, pp. 212-213. Outros autores afirmam que a frase de Lênin se referia na verdade a Kamó. Ver Anna Geifman. *Death orders: the vanguard of modern terrorism in revolutionary Russia*, pp. 131.

delegados bolcheviques no evento, quando eles lograram precária maioria no Partido²⁰⁷. Assim, em junho, de volta à Geórgia, Stálin comandou então, junto com Kamó, um violentíssimo ataque ao carro pagador do Banco do Estado em Tiflis. Noticiado em todo o mundo, o assalto foi a maior operação de seu bando. Cerca de vinte homens (e umas três mulheres) se posicionaram na praça central da cidade e, quando a diligência com o dinheiro chegou para abastecer a agência, uma dúzia de bombas foram lançadas contra ela e sua escolta, seguidas de intenso tiroteio. Mais de 40 pessoas foram mortas e cerca de 50 ficaram feridas. Não se sabe ao certo o destino final do dinheiro (cerca de 300 mil rublos, uma soma fabulosa para a época), disputado ferozmente pelas pessoas envolvidas, especialmente Lênin. Chocados pelos acontecimentos, a seção local do Partido Social-Democrata, dominada por mencheviques, expulsou Stálin e declarou-o *persona non grata* na Geórgia.

Preocupado com a reação ao episódio, Lênin sugeriu que Stalin desaparecesse por uns tempos e que alguns militantes fossem desligados pró forma – entre eles, Kamó –, tanto para aliviar a pressão de seus inimigos sobre si e como também para que seus amigos pudessem continuar a realizar ações sem o constrangimento da resolução do Congresso de Londres. O que de fato continuou a acontecer. O Partido acabou fazendo vista grossa para suas próprias determinações quanto aos atos terroristas e, embora bem menos que os social-revolucionários e anarquistas, perseverou nessas práticas, a despeito das proclamações dizendo que o terrorismo era “anticientífico” desde o ponto de vista marxista²⁰⁸. Por sua vez, o grupo de Lênin seguiu com suas operações²⁰⁹. E até às vésperas da revolução que derrubou o czar, Lênin continuou a endossar e mesmo a insuflar variados tipos de violência terrorista por parte de outros grupos menos destacados.

²⁰⁷ Anna Geifman. *Death orders: the vanguard of modern terrorism in revolutionary Russia*, pp. 62.

²⁰⁸ Inclusive a própria facção menchevique, tão anti-leninista, reivindicava sua parte na distribuição dos botins bolcheviques e chegava mesmo a promover os seus. Ver Anna Geifman. *Death orders: the vanguard of modern terrorism in revolutionary Russia*, pp. 62 e 63.

²⁰⁹ Kamó foi preso pouco depois em Berlim, quando tentava comprar grande quantidade de explosivos, mas conseguiu escapar da cadeia e continuar suas “expropriações”. Na última delas, em setembro de 1912, ele emboscou com outros comparsas uma diligência dos correios perto de Tiflis, matou quase dez policiais, mas foi preso e não conseguiu levar o dinheiro. Condenado à morte, sua pena acabou comutada em prisão. Libertado depois da revolução bolchevique, tornou-se tchekista. Durante a guerra civil foi autorizado a montar um grupamento próprio, conhecido por praticar diversas atrocidades. Morto por um acidente mal explicado em 1922, sua lápide ganhou uma placa de agradecimento pessoal de Lênin e Krupskaya. Ver David Shub. “Kamo: the legendary old bolshevik of the Caucasus”. Em: *Russian Review*. University of Kansas. 1960, n.19 (3), pp. 227–247.

Esses episódios são só a parte mais conhecida do submundo do bolchevismo antes que tomasse o poder em 1917. Em vários pontos do império grupos como os de Lênin, Stálin e Kamó promoviam ações semelhantes formando a substância da cultura revolucionária e terrorista que irromperia com toda força na revolução de outubro. Na ocasião, a experiência acumulada na prática somou-se à memória jacobina, dando origem a um dos fenômenos de violência mais graves do século XX, no qual o terror sistemático cumpriu um papel central.

Não há dúvida de que entre jacobinos e bolcheviques existia uma forte “afinidade espiritual” estabelecida sobre a tradição política articulada por babovistas, blanquistas, carbonários etc. Mas um não era a mera reprodução do outro. Pelo menos uma grande diferença os separa. Entre os jacobinos não havia o Partido, isto é, uma entidade abstrata e obscura a promover a revolução e a violência. O seu poder foi marcado por “jornadas”, “batalhas”, debates públicos e reviravoltas sobre os quais nenhuma entidade teve algum poder. Os homens de Robespierre tinham uma mesma ideologia revolucionária, mas não dispunham uma organização profissional para promovê-la. Os russos, sim. Em boa medida, por causa disso em pouco tempo o movimento de Lênin se tornou regime. Lênin não era exatamente um dirigente do povo, mas o dirigente de um partido, de uma máquina, de uma oligarquia de engenheiros sociais que pretendiam mudar a realidade conforme o que supunham ser as leis da história. Com seu partido ele expropriou a revolução das massas e tomou completamente o Estado.

Porém, o mais importante para uma história do conceito terrorismo era o fato de que, ao contrário dos jacobinos – os quais não se engajaram na violência política antes do colapso do Antigo Regime –, os bolcheviques desde muito antes da revolução empregaram métodos terroristas para implodir a ordem vigente, ainda que não fizessem disso o centro de sua prática. Com essa incorporação, conceitualmente, a violência revolucionária deixava de ser apenas uma tática repressiva para garantir a sobrevivência da revolução e passava a ser também uma ferramenta para se chegar até ela. Não uma ferramenta privilegiada ou mesmo importante. Mas sempre um instrumento legítimo e eventualmente útil. Além disso, em lugar da mentalidade romântica e individualista presente no terror dos velhos militantes ácratas e populistas, os bolcheviques colocavam agora um pensamento pragmático e coletivista amparado na organicidade da ação partidária.

Essa mistura, ou seja, a doutrina sintética e pragmática do terrorismo revolucionário no método leninista, é base principal do pensamento terrorista de Marighella.

4.2.2. *Enforcement terror*

Quando nos aproximamos de um inimigo para matá-lo, não o matamos porque ele é um malvado, mas porque usamos o instrumento do terror para criar medo nos outros

Felix Dzerzinsky

O que Lênin e seus companheiros na liderança do Partido Bolchevique pensavam e praticavam com relação à violência revolucionária e ao terrorismo ganhou plena dimensão com sua chegada ao poder no final de 1917 e a eclosão da guerra civil em 1919.

Nas semanas anteriores ao golpe militar bolchevique de outubro, Lênin terminou de escrever um de seus livretos mais célebres, *Estado e revolução*²¹⁰, no qual polemizava com os anarquistas e com os social-democratas. Seu texto é relativamente curto (cerca de setenta páginas) cheio de citações e comentários das obras de Marx e Engels em relação à questão do Estado revolucionário, com ênfase na necessidade da ditadura do proletariado e do uso da violência. A ideia do Terror Vermelho que viria depois se encaixava aqui. Se em sua doutrina as práticas de *agitational terror* já não eram questionadas em si mesmas, dependendo a legitimidade de seu emprego apenas das circunstâncias e de um cálculo de custo-benefício, no caso de uma revolução vitoriosa defendendo sua sobrevivência as práticas de *enforcement terror* eram ainda mais justificáveis, imperiosas mesmo. Este era o exemplo positivo da Revolução Francesa e o exemplo negativo da Comuna de Paris.

A partir da revolução, com o poder nas mãos, ele teve a oportunidade de honrar suas palavras e confirmar na prática o valor doutrinário do terror revolucionário “vindo de cima”.

Nesse sentido, não se deve esquecer o apoio que ele teve dos anarquistas até o atentado de Fanny Kaplan contra Lênin em agosto de 1918. Com efeito, se a questão do Estado os distanciava, a questão da violência os aproximava. No início, os anarquistas foram

²¹⁰ Vladimir Lênin. *O Estado e a revolução* (1918). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>>.

os grandes entusiastas do poder soviético e se incorporaram facilmente às suas milícias. Eles apoiaram vivamente o Terror Vermelho enquanto esse não foi voltado contra si. Havia nessa coincidência quanto aos métodos algo mais estrutural do que apenas uma simples casualidade. Entre ambas expressões do movimento revolucionário na Rússia existia uma familiaridade concreta. Isso já foi comentado anteriormente quando se tratou do pensamento de Lênin.

Evidentemente, não interessa aqui se desviar por uma discussão da revolução bolchevique em si mesma ou da violência em geral nela presente. Isso envolve muitos elementos que não importam para a presente reflexão. A violência do Estado czarista e de outros grupos políticos no processo da revolução russa, quem foi mais violento, quem começou primeiro e se o Terror Vermelho foi reativo etc., não são problemas tratados nesta reflexão.

No entanto, para os propósitos argumentativos desta tese é importante recordar, ainda que apenas rapidamente, alguns traços característicos da política de violência do Estado soviético sob o comando de Lênin. Traços estes que exemplificam parte significativa do enquadramento ideológico e funcional dado ao terror pela nova ortodoxia comunista. Da qual, a propósito, Marighella foi um arauto entusiasmado.

Nesse sentido, não é demais recordar que embora a Revolução Russa do início de 1917 tenha sido fruto de um conglomerado de fatos e processos diversos – a crise econômica decorrente da Grande Guerra, as derrotas militares e a decomposição do Estado czarista, revoltas nacionais contra o império, uma grande rebelião da maioria camponesa e uma sublevação operária, motins de soldados, agitação dos movimentos revolucionários etc. –, a revolução bolchevique ocorrida em outubro foi resultado da confluência entre um poderoso movimento de massas e um partido minoritário, porém muito organizado, cheio de excelentes quadros e com um projeto agressivo de tomada de poder. Como escreveu Volkogonov,

“(...) Uma rara combinação de fatores militares, políticos, sociais e pessoais na Rússia do outono de 1917 criou uma situação em que foi necessário apenas marcar a hora em que seria capturado o poder, o qual, nas célebres palavras de Trotsky, jazia nas ruas de Petrogrado (...)²¹¹.

²¹¹ Dmitri Volkogonov. *Os sete chefes do império soviético*, pp. 1.

E que foi pego súbita e violentamente pelos bolcheviques, conforme certa estratégia já previra.

Desde o II Congresso do PSDR em 1903, Lênin vinha se empenhando na construção de um partido reduzido e centralizado, mas formado por marxistas duros e profissionais, que não dependesse de membros ou simpatizantes considerados tíbios ou equivocados, a fim de atuar como vanguarda política do proletariado no desencadeamento de uma violenta revolução comunista. Isso implicava, entre outras coisas, em saber usar o terror. Quanto a seu emprego como ferramenta subversiva para destruir um Estado “burguês”, já foi visto acima o que Lênin pensava e fazia. E quanto a seu emprego como ferramenta institucional para consolidar e impor a autoridade de um Estado revolucionário?

Desde que a revolução democrática eclodira em fevereiro, coexistiam dois poderes paralelos na Rússia. Um, representado pelo Governo Provisório e amparado na Duma. O outro, encarnado no Comitê Central do Soviete de São Petersburgo, onde os grupos mais revolucionários disputavam entre si. Nesse ambiente, três sucessivos gabinetes ministeriais não conseguiram colocar termo à crise e ao caos crescentes. Os bolcheviques se recusaram a dar apoio a esses gabinetes e sua popular política de “Pão [aumento salarial, estatização dos bancos etc.], Paz [saída da Rússia da guerra] e Terra [reforma agrária e estatização da terra]” – impossível de ser efetivada por governos baseados em coalizões díspares e fracas – acabou desmoralizando ainda mais as autoridades.

A tentativa fracassada de golpe do general Kornilov em setembro foi a gota d’água que faltava para colapsar o poder institucional e precipitar a ação bolchevique. Na primeira semana de outubro, com a aproximação de tropas alemãs ameaçando São Petersburgo e o Governo Provisório pensando em evacuar a cidade, a decisão de assaltar o poder foi tomada. Em julho os bolcheviques já haviam tentado um levante, mas dera errado. Ignorando a cautela de Lênin, o Comitê Militar do Partido se lançou em uma manobra precipitada e a sublevação foi abafada temporariamente pelo Governo Provisório. Seguiu-se uma caçada aos líderes bolcheviques, mas isso não deu muito certo. Alguns dirigentes foram temporariamente presos e outros nem chegaram a ser encontrados pelas autoridades. Agora, a tomada de poder foi planejada com o assentimento de Lênin e operada por um novo Comitê Militar Revolucionário, coordenado por Trotsky, que articulou o assalto a partir de três pontos: São Petersburgo, Moscou e a Esquadra do Báltico. Teoricamente o Comitê obedecia ao Soviete de São Petersburgo, mas na prática era um instrumento (na verdade uma rede de militantes e aparatos com capacidades militares) criado e operado sob controle

exclusivo dos bolcheviques e seus aliados mais próximos (especialmente os SR de esquerda). O golpe deveria coincidir com o Segundo Congresso dos Sovietes de Representantes dos Trabalhadores e Soldados de todas as Rússias. A operação foi deflagrada na noite de 24 de outubro (ou 6 de novembro, pelo antigo calendário russo). Pelotões dos Guardas Vermelhos ocuparam pontes, ruas, estações ferroviárias, centrais telefônicas, postos de correio e telégrafos. A reação foi mínima. No dia seguinte, Trotsky, comandante da operação, anunciou na tribuna do Soviete de São Petersburgo que o Governo Provisório fora abolido e o poder estava nas mãos dos trabalhadores. Na capital, o governo de Kerensky caiu quase sem luta. Em Moscou houve alguma dificuldade, principalmente pela indecisão dos bolcheviques. Porém, na maioria das capitais de província, o poder passou às mãos dos soviets apenas com a chegada de um simples telegrama de Petrogrado ou Moscou. A resistência só começou mesmo alguns dias depois, inicialmente com a rebelião dos alunos da Academia Militar de São Petersburgo. E foi se espalhando pelo país na medida que os bolcheviques iam implementando a sua ditadura a partir da capital.

Já em novembro, o Comitê Militar Revolucionário começou a proibir jornais “burgueses” e passou a censurar as transmissões de rádio e telégrafo. Em dezembro, um decreto assinado por Lênin em nome do Conselho dos Comissários do Povo (SOVNARKOM), o governo de fato, declarava fora da lei os Kadetes (Partido Constitucional Democrata, de extração liberal), inaugurando na imprensa do Partido e na prática política os nebulosos conceitos de “inimigo do povo” (*vrag naroda*) e “inimigo de classe” (*vrag klassovyi*). Nem politicamente nem juridicamente estes dois termos eram bem definidos. Mas fizeram grande fortuna na mentalidade revolucionária de extração bolchevique, com dramáticas implicações na vida social soviética.

Na profusão de portarias, circulares e decretos expedidos daí em diante se falava em dezenas de categorias de indivíduos que deviam ser considerados suspeitos: membros da alta burguesia e ricos em geral, camponeses abastados (e depois qualquer um que resistisse à política de requisições), cossacos (identificados com o antigo regime e resistentes a abandonar sua tradição de portar armas), ex-oficiais czaristas, religiosos, operários que insistiam com suas reivindicações (salários, comida, liberdades etc.), anarquistas, pacifistas, indivíduos “antissociais” (alcoólatras, artistas excêntricos etc.), “vagabundos”, “parasitas”, prostitutas, ladrões, e outras categorias que foram se desenvolvendo com o tempo (“agentes do imperialismo”, “espiões”, trotskystas etc.). Na verdade, o “inimigo do povo” era uma figura retórica e uma categoria política geral para enquadrar qualquer indivíduo que

representasse real ou imaginariamente um problema ou ameaça para a revolução. E que por isso mesmo se tornava uma espécie de “não pessoa”. Na medida em que só a revolução importa, noção essencial do leninismo, todos aqueles que por um motivo ou outro se colocam em seu caminho devem ser neutralizados ou eliminados, sem considerações por quaisquer direitos que eles possam ter. A começar pelo próprio direito à vida.

Ainda frágil no poder, o governo bolchevique radicalizou o chamado à “espontaneidade” revolucionária, aboliu os tribunais tradicionais em favor dos “tribunais do povo” e encorajou manifestações de vingança social. Naturalmente, o caos que já se vislumbrara nos meses anteriores avançou e tomou conta das grandes cidades e do campo. Greves, depredação, saques, assaltos, ajustes de contas, chacinas e assassinatos passaram a ocorrer em cascata. No final de dezembro, o SOVNARKOM declarou Estado de Sítio. Ao mesmo tempo, o Comitê Militar foi dissolvido, deu-se início à organização do Exército Vermelho (que seria instaurado oficialmente em janeiro seguinte) e criou-se a TCHEKA²¹², primeira polícia política do novo regime.

Antecipando o que viria pouco depois, o editorial do número de lançamento do jornal da nova instituição, *Krasnyi Metch* (O Gládio Vermelho), dizia:

“(...) Nós rejeitamos os velhos sistemas de moralidade e ‘humanidade’ inventados pela burguesia com o objetivo de oprimir e explorar as ‘classes inferiores’. Nossa moralidade não tem precedentes, nossa humanidade é absoluta pois ela repousa sobre um novo ideal: destruir todas as formas de opressão e de violência. Para nós, tudo é permitido pois somos os primeiros do mundo a erguermos a espada não para oprimir, mas para libertar a humanidade de suas correntes (...). Sangue? Que o sangue jorre aos montes! Somente o sangue pode colorir para sempre a bandeira negra da burguesia pirata como um estandarte vermelho, bandeira da Revolução (...)”²¹³.

Para dirigir a Comissão foi convocado Félix Dzerzinski. Conta-se que pouco antes, preocupado com as crescentes manifestações anti-bolcheviques, Lênin teria se perguntado em voz alta: “(...) *Quem será nosso Fouquier-Tinville para castigar toda essa ralé contrarrevolucionária? (...)*”²¹⁴. Dzerzinski não se parecia ao célebre procurador francês da época do Terror, mas era chamado por alguns de seus companheiros de “Felix de Ferro” e

²¹² Acrônimo de Tchrezvychainaia Komissiiia po Borbe s Kontrevoliutsiei i Sabotazhem (Comissão Extraordinária para Combate à Contrarrevolução e à Sabotagem).

²¹³ *Apud* Nicolas Werth. “Um Estado contra o povo: violência, repressão e terror na União Soviética”. Em: Stéphane Courtois (org.). *O livro negro do comunismo*. São Paulo, Bertrand, 1999, pp. 127.

²¹⁴ *Apud* Nicolas Werth. *Ibidem.*, pp. 73.

comparado a Robespierre pelo comportamento pessoalmente austero e a determinação implacável. Polonês de nascimento e um dos fundadores do Partido Comunista Lituano, ele cercou-se basicamente de colaboradores poloneses e lituanos para responder à nova tarefa que o Partido lhe incumbira. É curioso que quase todos eles fossem homens ricos, instruídos e de pouco destaque na vida política, embora totalmente entregues à disciplina partidária. Entre os mais importantes estavam Vyacheslav Menzhinski (ex-comissário de finanças, conhecido por sua vasta cultura e seus dons artísticos), Yakov Peters (casado com a filha de um banqueiro londrino, mas que começara sua carreira no bolchevismo com assaltos), Martin Latsis (que integrara o Comitê) e Genrik Yagoda (ex-farmacêutico especializado em venenos), todos a partir daí com uma assustadora carreira de crimes. Cada um deles ficou à frente de uma das seções em que a nova organização viu-se dividida, que em linhas gerais retomava a estrutura da velha OKHRANA, a velha polícia czarista. Por pouco tempo, no entanto. Rapidamente ela se transformaria em algo completamente diferente. Os temidos homens de jaqueta de couro da TCHEKA se tornaram conhecidos pela brutalidade e muito mais temidos do que os ultrapassados e ingênuos policiais do czar.

Assim que assumiu o posto e montou sua equipe, Dzerzinski publicou no *Izvestia* uma convocação a todos os sovietes locais para que organizassem as suas respectivas TCHEKAs, sempre sob a supervisão do Partido. O chamado teve a adesão imediata de inúmeros voluntários e o resultado foi a proliferação de comissões semelhantes por toda a Rússia. Isso excitou a militância e algumas vozes na cúpula partidária começaram a pedir o terror revolucionário, tal como em seu dia os jacobinos o fizeram.

A recém-eleita Assembleia Constituinte (de novembro), na qual os bolcheviques ficaram em minoria, foi fechada à força em janeiro de 1918. Simbolicamente, uma pequena aglomeração para protestar contra seu fechamento terminou com cerca de vinte mortos entre os manifestantes, em um ato de extremamente desproporcional de repressão a mando de Lênin. O recrudescimento da ditadura continuou na primavera com o subsequente fechamento de jornais não bolcheviques, agora inclusive os de esquerda. Em abril, a TCHEKA promoveu sua primeira grande operação desalojando anarquistas e “bandidos” das casas que ocupavam em Petrogrado. Mais de 500 foram presos. Em junho, face ao assassinato de um dirigente bolchevique de Petrogrado por parte de um anarquista inconformado e à iminência da greve geral convocada por grupos operários e partidos não bolcheviques para resistir ao golpe de Estado, Lênin finalmente escreveu para os dirigentes

do Partido exigindo a aplicação do terror. O SOVNARKOM aprovou o pedido imediatamente.

Para implementar a nova política, no começo de agosto – enquanto se formavam os exércitos “brancos”, as potências estrangeiras preparavam suas intervenções e os grupos anarquistas ucranianos se armavam – a TCHEKA realizou sua primeira conferência nacional, melhorou sua organização e partiu para a ofensiva como principal instrumento do terror solicitado por Lênin. Nesse sentido, nos telegramas que desde então Dzerzinski passou a enviar às seções locais orientando como proceder com os inimigos, sobressaiam especialmente a recomendação de “(...) *detenção e o encarceramento de todos os reféns e suspeitos em campos de concentração (...)*”²¹⁵. E as instruções de Lênin se tornavam cada vez mais precisas. Por ocasião da iminência de um levante militar anti-bolchevique em Nijni-Novgorod, o líder bolchevique telegrafou aos dirigentes locais do partido e da TCHEKA dizendo:

“(...) É preciso formar imediatamente uma troika ditatorial²¹⁶ (...) introduzindo imediatamente o terror de massa, fuzilar ou deportar as centenas de prostitutas que dão de beber aos soldados, todos os ex-oficiais, etc. (...) É necessário agir com decisão: prática em massa de buscas. Execução por porte de arma. Deportação em massa de mencheviques e outros elementos suspeitos (...).

Na mesma época, por ocasião de um levante de camponeses e proprietários de terras em Penza, outro desses telegramas dizia:

“(...) O levante kulak nos cinco distritos de sua região deve ser esmagado sem piedade. Os interesses de toda a revolução o exigem (...). É necessário dar o exemplo: 1) Enforçar (e digo enforçar de modo que todos possam ver) não menos de 100 kulaks, ricos e notórios bebedores de sangue. 2) Publicar seus nomes. 3) Apoderar-se de todos os seus grãos. 4) Identificar os reféns do modo como indicamos no telegrama de ontem. Façam isso de maneira que a cem léguas em torno as pessoas vejam, tremam, compreendam e digam: eles matam e continuaram a matar os kulaks sedentos de sangue (...)”²¹⁷.

E assim por diante em subseqüentes correspondências para as províncias.

Contudo, o Terror Vermelho ainda não havia sido desencadeado oficialmente. O que só ocorreu depois que, no final do mês, durante um comício em uma fábrica em Moscou, a

²¹⁵ Apud Nicolas Werth. *Ibidem*, pp. 92.

²¹⁶ Essa “troika ditatorial”, como em toda a União Soviética, era composta por três representantes: do partido, da TCHEKA e do soviete locais (ou do Exército Vermelho).

²¹⁷ Apud Nicolas Werth. *Ibidem*, pp. 91.

conhecida militante esserista Fanya Kaplan disparasse três tiros em Lênin, dois dos quais o acertaram perfurando-lhe o pulmão. Fanya se tornara conhecida nos meios revolucionários russos ao ser condenada aos dezesseis anos a trabalhos forçados na Sibéria depois de tentar matar em 1906 um oficial czarista em Kiev. Como outros velhos combatentes, ela estava inconformada com o autoritarismo bolchevique, especialmente depois do fechamento da Assembleia (na qual o Partido Social-Revolucionário havia obtido substancial maioria). Este não era o primeiro ataque contra dirigentes do novo regime e naquele mesmo agosto já havia causado escândalo o assassinato de Moisés Uritsky, chefe da TCHEKA em Petrogrado. Mas o atentado contra Lênin foi tomado como um ataque à própria revolução. De todas as partes, lideranças e militantes comuns escreveram efusivamente aos jornais pedindo a instauração de tribunais revolucionários e o Partido se mobilizou furiosamente para enfrentar seus inimigos. Fanya foi imediatamente fuzilada e seu corpo queimado. Ato contínuo, conhecidos militantes do partido Social-Revolucionário começaram a ser presos em Petrogrado e Moscou. Agentes da TCHEKA, sem identificação ou mandato judicial invadiam residências e levavam os suspeitos em caminhões às aforas da cidade, onde passavam por uma triagem e por lá mesmo, sem qualquer tipo de tribunal constituído, muitos eram fuzilados. É impossível saber quantas pessoas foram sumariamente assassinadas naqueles dias. Mas foram muitas, inclusive várias vinculadas a outras correntes de esquerda que nada tinham a ver com os atos dos SR, como os anarquistas e os mencheviques. Os mais afortunados eram internados em campos de concentração, numa série de unidades espalhadas pelo país e que culminariam em um grande sistema.

O decreto intitulado *Sobre o Terror Vermelho*, de 5 de setembro de 1918, finalmente oficializou a nova política. Seu texto consagrava o poder de vida e morte da TCHEKA, criava um sistema de fichamento dos cidadãos e identificação de suspeitos, previa internação de prisioneiros em campos de concentração, incorporava o fuzilamento de reféns e aplicava a punição coletiva. Com ele, como disse Dzerzinski, a TCHEKA passou a ter “(...) o direito de acabar imediatamente com a ralé contrarrevolucionária, sem ter que dar satisfação a quem quer que seja (...)”²¹⁸. O primeiro resultado disso foi o fuzilamento em massa de “inimigos do povo”, que até o final do ano já alcançava a cifra dos milhares.

Alguns bolcheviques mais conscienciosos protestaram contra a matança, mas isto teve pouco efeito. Em breve muitos deles próprios seriam engolidos pela máquina do terror,

²¹⁸ Apud Nicolas Werth. *Ibidem*, pp. 95.

crescentemente voraz. A TCHEKA, que começara praticamente do nada e com uma equipe reduzida, já tinha mais de quarenta mil homens e toda uma estrutura capilar na sociedade soviética. Em março de 1919, Dzerzinski foi nomeado comissário do Interior, além de manter o posto de coordenador da TCHEKA. Um de seus principais atos foi incluir na já temida e plenipotenciária Comissão Extraordinária para Combate à Contrarrevolução e à Sabotagem todos os grupos auxiliares de segurança que não o exército (polícia comum, destacamentos de fronteira, guardas ferroviários etc.), dando a ela dimensões monumentais e tentaculares. Dois anos depois, a quantidade de agentes oficiais envolvidos com o sistema já era quase de trezentos mil²¹⁹, secundados por outros milhares de *seksots*, isto é, colaboradores secretos.

Em meados de 1919, no contexto da guerra civil e das invasões estrangeiras, essa máquina mostrou plenamente a que vinha, materializado o Terror Vermelho. Em um ambiente de franca beligerância, diante da inegável brutalidade dos inimigos e com a revolução ameaçada de morte, Lênin teve então as condições ideais para evocar a memória jacobina e reproduzir o espírito de seus métodos, provando na prática a funcionalidade da violência revolucionária vinda de cima. E da mesma forma como lá na Revolução Francesa, o uso do terror foi tão escandaloso quanto eficiente.

Esta política, em termos gerais, está emblematicamente representada em coisas prosaicas, como em um bilhete que ele enviou à TCHEKA nas vésperas do Natal de 1919, dizendo que era um absurdo tolerar-se o Dia de São Nicolau e que “(...) *todos os chekistas têm que ficar alerta para atirar em quem não se apresentar ao trabalho por causa do ‘Nicola’ (...)*”²²⁰. Ou em coisas muito mais complexas, como no “laboratório de venenos” para desenvolver meios químicos de luta contra os “inimigos do regime”²²¹, cuja criação ele estimulou em 1921.

Seu aspecto propriamente terrorista é especialmente claro nos telegramas enviados por ele às frentes de combate durante a guerra civil. São orientações diretas, cruas e muito significativas de um aspecto fundamental do Terror Vermelho. Assim, em um desses comunicados, dirigindo-se a um comitê local da TCHEKA, sugere “(...) *Fuzilar os*

²¹⁹ *Idem, ibidem*, pp. 87.

²²⁰ Dmitri Volkogonov. *Os sete chefes do império soviético*, pp. 66.

²²¹ *Apud* Arkadi Vaksberg. *O laboratório dos venenos: A indústria do assassinato político na Rússia de Lênin a Putin*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2007, pp. 16-19.

*conjurados e os indecisos, sem pedir conselho a ninguém e sem hesitações idiotas (...)*²²². E sem, claro, a necessidade real de distinguir verdadeiros subversivos e inocentes. Em outro, falando a um comandante do Exército Vermelho, manda “(...) *Queimar a cidade inteira (...)*”, sempre sem consideração pela possibilidade de vítimas inocentes. Em novo telegrama ele se demonstra preocupado com a mobilização promovida por ferroviários na região dos Urais e escreve para o chefe militar da região: “(...) *Disseram-me que os operários de Ijevski também fazem parte da trama. Estou surpreso com a sua acomodação e que você não tenha promovido execuções em massa (...)*. Solução semelhante àquela que ele deu quando Dzerzinski lhe indagou sobre o que fazer com milhares de prisioneiros cossacos: “(...) *Fuzilar até o último remanescente (...)*”. E assim por diante em outros despachos.

O aspecto fundamental nessas recomendações – para se entender o terrorismo como violência específica e como elemento da lógica bolchevique – não é tanto a prática em si mesma de eliminação física das pessoas. Mais importante é que essa prática de extermínio deve ser assumida, publicizada, escancarada, pois nela há um desejo de ameaça, de demonstração e de comunicação. Quando em um daqueles telegramas Lênin ordena a uma autoridade do interior “(...) *Enforcar (sim, enforcar mesmo!) uma centena de camponeses abastados, diante do povo, que deve assistir ao suplício (...)*”, ele está tratando disso.

A violência assim exercida é essencial à própria noção de terrorismo, especialmente dentro de um contexto de guerra civil. E é justamente por esta função que os bolcheviques recorreram a ele.

Uma das chaves operacionais dessa política era a figura real e conceitual do refém. Ou seja, da pessoa cuja liberdade é suprimida pela força, e sobre a qual pesa uma ameaça concreta do sequestrador, com a finalidade de usar essa situação para tentar forçar um terceiro ator a cumprir determinadas condições. Tomar reféns representa uma agressão direta e física para o refém em si e uma agressão indireta e psicológica para a parte coagida. Os bolcheviques já tinham alguma experiência com isso, em pequena escala, como nas atividades de extorsão do grupo de Stálin em Baku. E com a evolução militar da revolução vieram a ter todas as condições para experimentá-lo em escala de massa.

As evidências do uso de reféns durante os confrontos do Exército Vermelho com os brancos e os anarquistas até o final do conflito são muitas e bastante conhecidas.

²²² Para esta e as seguintes citações do presente parágrafo, ver Nicolas Werth. *Ibidem*, pp. 112 e ss.

Em junho de 1919, Lênin escreveu um bilhete para Nikolai Sklyansky – pupilo de Trotsky no Comitê Militar Revolucionário e destacado co-organizador do Exército Vermelho – dizendo: “(...) *a captura de reféns entre as famílias burguesas e de oficiais deve ser incrementada*. Isso, já no começo da guerra civil. Dois anos depois, com a guerra já se encaminhando para o final, em junho de 1921, uma ordem-do-dia do Exército Vermelho na Ucrânia, assinada pelo comissário Antonov-Ovseenko (ex-oficial do exército czarista e um dos primeiros organizadores do braço militar do Partido Social-Democrata Russo) e o general Tukatchevski, dizia:

“(...) *1. Fuzilar de imediato e sem julgamento qualquer um que se recuse a dizer seu nome. 2. As comissões políticas de distrito e as comissões políticas de bairros têm o poder de pronunciar, contra os povoados que estiverem escondendo armas, o veredito de prisões de reféns e de fuzilamento desses reféns caso as armas não sejam entregues. 3. Caso sejam encontradas armas escondidas, fuzilar de imediato e sem julgamento o primogênito da família. 4. A família que estiver escondendo um bandido em sua casa é passível de prisão e deportação para fora da província, seus bens podem ser confiscados, e o primogênito dessa família será fuzilado sem julgamento. 5 Considerar como bandidos as famílias que esconderem membros da família ou bens de bandidos, e fuzilar de imediato e sem julgamento o primogênito dessa família. 6. Em caso de fuga de uma família de bandido, distribuir seus bens entre os camponeses fiéis ao poder soviético e queimar ou demolir as casas abandonadas. 7. Aplicar a presente ordem do dia rigorosamente e sem piedade (...)*”²²³.

Do começo ao fim da guerra civil, a política de tomar reféns e executá-los publicamente foi um dos pilares do modelo de violência terrorista proposto por Lênin. Por que funcionava. Como funcionou um dia lá na Revolução Francesa, não sendo difícil imaginar em que medida. Em uma ocasião, certo relatório das autoridades da província de Yaroslav enviado em junho de 1919 para a central da TCHEKA, relatava que “(...) *As famílias dos desertores foram tomadas como reféns. Quando começamos a fuzilar um homem de cada família de desertores, os Verdes [rebeldes ucranianos] começaram a sair dos bosques e se renderem (...)*”²²⁴. Em outra ocasião, depois de um ataques dos verdes²²⁵, os

²²³ Apud Nicolas Werth. *Ibidem*, pp. 144.

²²⁴ Apud Nicolas Werth. *Ibidem*, pp. 117.

²²⁵ “Verdes” ou “bandidos da floresta” era a denominação dada pelos bolcheviques aos camponeses da Ucrânia que lutavam contra o recrutamento obrigatório para o Exército, o fechamento das igrejas e o cofisco de suas terras e produção. O governo os tratou como um movimento organizado dos *kulaks*, o que não era o caso. Entre o *bunt*, a revolta localizada, às vezes de uma vila paupérrima, e a *vosstanie*, o levante regional, não raro com dezenas de milhares de participantes como os liderados por Makno ou por cossacos, havia mais coisas do que a resistência de um grupo de fazendeiros ricos e reacionários.

tchekistas de Piatigorsk decidiram executar 300 reféns como medida de punição aos camponeses da região. Para tanto, definiram cotas para os distritos da região e ordenaram às organizações do Partido que fizessem listas de pessoas que deveriam ser mortas²²⁶.

Com efeito, um aspecto importante do uso de reféns era a ideia de responsabilização coletiva, segundo a qual a família e a comunidade deviam responder por seus indivíduos e agir sobre as condutas deles. Em agosto de 1918, Lênin pediu a Alexander Tsiurupa – comissário SOVNARKOM e segundo presidente da GOSPLAN –, então responsável pelas questões de abastecimento, um decreto no qual constasse que “(...) *em cada distrito produtor de cereais, 25 reféns, escolhidos entre os habitantes mais abastados, pagarão com suas vidas a não realização do plano de requisição* (...)”²²⁷.

É bom lembrar que essa política de Lênin não era restrita às frentes de combate. Um exemplo disso foi seu empenho na prisão da família de Vitor Chernov – deputado SR que havia presidido a efêmera Assembleia Constituinte dissolvida pelos bolcheviques –, no começo de 1920, em represália à agitação que ele promovia contra o governo e depois à sua fuga do país. Importante lembrar também que essa política tinha forte apoio das bases do partido. Já a partir do atentado de Fanya Kaplan contra Lênin em 1918, as seções de correspondência dos jornais bolcheviques eram repletas de cartas com pedidos para instauração do terror. E há vários relatos de assembleias sindicais aplaudindo efusivamente os discurso de Lênin prometendo “fuzilar milhares de pessoas”²²⁸.

Para Lênin, não havia moralidade em política, somente propósitos²²⁹. Essa é uma ideia fundamental para as práticas terroristas.

4.3. Trotsky, o principal teórico do terrorismo bolchevique

Além de Lênin, outros líderes bolcheviques também escreveram sobre terrorismo, especialmente sobre o *enforcement terror* no estilo jacobino. Karl Radek foi um deles. Ver,

²²⁶ Nicolas Werth. *Ibidem*, pp. 125.

²²⁷ *Apud* Nicolas Werth. *Ibidem*, pp. 92.

²²⁸ Dimitri Volkogonov. *Os sete chefes do império soviético*, pp. 65.

²²⁹ Arfon Rees. *Political thought from Machiavelli to Stalin: revolutionary machiavellism*. Londres, Palgrave Macmillan, 2004, pp. 111.

por exemplo, o opúsculo de Karl Radek *Proletarian dictatorship and terrorism*²³⁰. No entanto, nenhum desses escritos foi tão cotundente e sistemático quanto aquele produzido por Trotsky. Ele deixou pelo menos dois ensaios longos em que o assunto é central, além de vários pequenos artigos nos quais o tema aparece.

Único dos grandes dirigentes soviéticos que havia participado diretamente na Revolução de 1905 – e nada menos do que como presidente do Soviete de Petrogrado –, chefe da Guarda Vermelha e planejador militar do assalto ao poder em outubro de 1917, criador do Exército Vermelho em 1921 e comandante vitorioso da guerra civil em 1921, Trotsky tinha enorme experiência militar e não desprezava o terrorismo. Sua posição sobre a questão era praticamente a mesma de Lênin, apresentando-se, entretanto, de forma mais conceptualizada e teorizada.

Assim como Lênin, ele reconhecia o valor pessoal dos velhos revolucionários que se entregavam de corpo e alma à luta violenta contra a sociedade burguesa. E até podia ser simpático a seus métodos, enxergando inclusive alguma utilidade política no seu tipo de terrorismo. É disso, por exemplo, que ele fala em *Moral e revolução* – uma obra já tardia, de 1938 – quando pergunta se o terrorismo de tipo anarco-populista deve ser admitido moralmente e logo em seguida responde que nesta forma abstrata a questão era totalmente desprovida de sentido para os verdadeiros revolucionários, pois “o juízo moral está condicionado, como o juízo político, pelas necessidades internas da luta”²³¹. Por isso, o problema do terrorismo se resumia em última instância a uma questão de pragmatismo e funcionalidade. Ele dá alguns exemplos disso sugerindo que um atentado a Franco e seu Estado Maior podia ser politicamente útil e declarando que “(...) as nossas simpatias estão sem reservas com os terroristas irlandeses, russos, polacos, indus, que combatem um jugo político e nacional (...)”²³². Evidentemente, isso exigia uma doutrina de que os fins justificam os meios, à qual não faltou desenvolvimento no texto²³³.

²³⁰ Karl Radek. *Proletarian dictatorship and terrorism*. Detroit, The Marxian Educational Society, 1921, 76 pp. Disponível em: <<https://archive.org/details/proletariandicta00rade>>.

²³¹ Leon Trotsky. *Moral e revolução*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, pp. 53.

²³² *Idem, ibidem*, pp. 53.

²³³ *Idem, ibidem*, pp. 50-55.

Mas apesar dessa flexibilidade tática, Trotsky era mesmo, como Lênin, um entusiasta do *enforcement terror* promovido pelo estado revolucionário, campo em que eles efetivamente se destacaram.

A despeito dos altos e baixos na relação entre os dois chefes comunistas ao longo do tempo, desde o histórico II Congresso do Partido Social-Democrata em 1903 – quando se opuseram a Martov e aos futuros mencheviques defendendo o tipo de partido leninista – eles sempre coincidiram quanto ao tipo de organização e os métodos necessários para fazer a revolução. E isso significava uma superação irreversível da crença no poder revolucionário do terrorismo individual.

Escrito em 1911, o panfleto *Por que os marxistas se opõem ao terrorismo individual* deixou isso bem claro:

“(…) *A morte de um patrão, a ameaça de incendiar uma fábrica ou matar o seu dono, o atentado a mão armada contra um ministro: todos estes são atos terroristas no sentido estrito do termo. Não obstante, qualquer um que conheça a verdadeira natureza da social-democracia internacional deve saber que ela tem se colocado em oposição da maneira mais irreconciliável a esta classe de terrorismo (…)*”²³⁴.

Como também em Lênin, não por princípios éticos ou morais, mas porque essas práticas eram politicamente contraproducentes. Para ele, o terror individual promovido por pequenos grupos era inadmissível precisamente porque

“(…) *apequena o papel das massas em sua própria consciência, as faz aceitar sua impotência e volta seus olhos e esperanças para o grande vingador e libertador que algum dia virá cumprir sua missão (…)*”²³⁵.

Em outras palavras, porque subtraía o papel das massas em sua própria libertação e com isso comprometiam a revolução. Mais uma vez, tratava-se apenas de uma questão tática. O terror revolucionário em si mesmo, moralmente falando, não era um problema, conforme ele expôs detalhadamente em *Terrorismo e comunismo: o anti-Kautsky*²³⁶.

Escrito no calor das batalhas contra Denikin e Yudenitch, os dois mais poderosos chefes militares da reação branca na guerra civil, este livro apresenta o mais elaborado e completo argumento em defesa do terrorismo como arma revolucionária por parte dos

²³⁴ *Idem*. *Por que os marxistas se opõem ao terrorismo individual* (1911). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1911/11/terrorismo.htm>>.

²³⁵ *Idem, ibidem*.

²³⁶ Leon Trotsky. *Comunismo e terrorismo*. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969.

marxistas. Ele foi motivado por uma polêmica com Kautsky, que pouco antes publicara um conjunto de artigos escritos entre 1918 e 1919 (intitulado justamente de *Terrorismo e comunismo*) com duras críticas à violência praticada pelos bolcheviques. Em resposta, Trotsky elabora então uma espécie de tratado sobre o tema da violência revolucionária, com ênfase no terrorismo.

Embora ele evite discutir acerca da “imanência” do terrorismo considerado “em si” na revolução, entendida também “em si”²³⁷, o livro inteiro está baseado numa espécie de mantra tripartido instaurado pela mentalidade jacobina e pioneiramente explicitado em termos teóricos por Lênin²³⁸: 1) a revolução legitima a si mesma, histórica e moralmente; 2) os agentes da revolução, isto é, os parteiros da história e promotores da redenção humana, estão, por causa disso, autorizados a exercer poder total e absoluto em nome da sua causa; 3) para alcançar a revolução todos os meios são permitidos, inclusive os violentos, inclusive o terrorismo.

Concretamente, como ele diz em relação à situação da revolução na Rússia,

*“(...) A questão de saber a quem pertencerá o poder no país, isto é, se a burguesia deve viver ou morrer, se resolverá, não por alusão a artigos da Constituição, mas com o recurso a todas as formas de violência (...)”*²³⁹.

Um pouco mais adiante e citando a passagem na qual Engels fala que revolução é quando uma parte da sociedade impõe sua vontade à outra parte por meio das baionetas e da ditadura, Trotsky diz que “(...) a festa vitoriosa, se você não quer ter lutado em vão, tem que manter esse domínio através do terror que suas armas inspiram (...)”.

Dessa forma, o terror, em certas circunstâncias, não é apenas uma prerrogativa, mas um dever mesmo dos revolucionários. Considerando que o terrorismo está ligado à natureza da revolução muito mais profundamente do que alguns teóricos revolucionários percebiam, ele consagrou a ideia de que, dentro disso, “a revolução clássica engendrou o terrorismo clássico”.

Esse “terrorismo clássico” compreende diversas modalidades de violência, pois: “(...) a revolução exige que a classe revolucionária faça uso de todos os meios [violentos] possíveis para alcançar seus fins (...)”²⁴⁰. Afinal,

²³⁷ *Idem, ibidem*, ver o capítulo IV, “O terrorismo”.

²³⁸ Essas ideias já estavam delineadas no *Que fazer?* (de 1902).

²³⁹ Leon Trotsky. *Comunismo e terrorismo*, pp. 56.

“(...) A questão de saber a quem pertencerá o poder no país, isto é, se a burguesia deve viver ou morrer, se resolverá, não por alusão a artigos da Constituição, mas com o recurso a todas as formas de violência (...)”²⁴¹.

Dentro dessa perspectiva, *“(...) O terror vermelho é a arma empregada contra uma classe condenada a perecer e que a isto não se conforma (...)”²⁴²*. Por isso, renunciar ao uso do terrorismo é *“(...) renunciar também à dominação política da classe operária (...)”²⁴³*. Por isso, *“(...) para tomar o poder e conservá-lo, o proletariado deve saber morrer e saber matar (...)”²⁴⁴*. O grau e o tipo de violência empregados depende de toda uma série de condições internas e internacionais: *“(...) Quanto mais obstinada e perigosa for a resistência do inimigo de classe vencido, tanto mais inevitavelmente o sistema de coerção se transformará em sistema de terror (...)”²⁴⁵*. Ele não esclarece em detalhes no que consiste tal sistema e deixa claro que *“(...) A questão das formas e do grau da repressão não é certamente uma questão de ‘princípio’. É um problema prático para se conseguir um fim (...)”²⁴⁶*. Somente esse fim importa. Toda discussão sobre moral e ética é resolvida pelos imperativos da luta de classes e a promessa de redenção milenarista da revolução. Como escreveu,

“(...) nunca perdemos tempo com o palavreiro dos pastores kautskistas e quakers vegetarianos sobre o ‘valor sagrado’ da vida humana. Sempre fomos revolucionários, e hoje, já donos do poder, ainda o somos. Para que a personalidade humana chegue a ser sagrada é preciso destruir primeiro o regime social que a oprime. E esta obra só se pode realizar a fogo e a sangue (...)”²⁴⁷.

Tudo isso ele pode colocar em prática durante a guerra civil. Consciente dos efeitos da propaganda pela violência e de que quando a revolução *“(...) mata umas tantas pessoas, aterroriza milhares (...)”²⁴⁸*, ele estimulou seus homens a promover execuções públicas,

²⁴⁰ *Idem, ibidem*, pp. 59.

²⁴¹ *Idem, ibidem*, pp. 56.

²⁴² *Idem, ibidem*, pp. 65.

²⁴³ *Idem, ibidem*, pp. 24.

²⁴⁴ *Idem, ibidem*, pp. 26.

²⁴⁵ *Idem, ibidem*, pp. 56.

²⁴⁶ *Idem, ibidem*, pp. 59.

²⁴⁷ *Idem, ibidem*, pp. 65.

²⁴⁸ *Idem, ibidem*, pp. 60.

fuzilar reféns e atacar a população civil para impressionar os inimigos. Dando ele mesmo exemplo, na retomada de Kazan montou campos de concentração, impediu a entrada da Cruz Vermelha na área e bombardeou pesadamente os bairros da cidade considerados burgueses. Na esteira desta lógica brutal, Trotsky advogou a censura dos meios de comunicação, a militarização dos sindicatos e o trabalho forçado, inclusive de crianças²⁴⁹, entre outras medidas para o estabelecimento de seu projeto totalitário de uma espécie de “Esparta proletária”. Mais tarde, Stálin se encarregaria de realizar boa parte dessas propostas.

A propósito disso, como acabou se evidenciando com o tempo, o projeto de engenharia social e cultural de Lênin considerava o terror “vindo de cima” não apenas como um método de luta contra os inimigos durante um período de guerra revolucionária, mas também como prática cotidiana de governo, destinada a garantir a continuidade e sobrevivência do Estado revolucionário passada a guerra.

A ideia de “levar a revolução até o fim” que os bolcheviques tanto admiravam nos jacobinos ampliou-se com a noção de que uma vez dado o passo revolucionário se está sempre em uma guerra, continuamente em confronto violento, à morte, com os defensores do antigo regime. Logo, sempre justificando toda forma de método violento em defesa da revolução.

Mesmo antes da guerra civil terminar, Trotsky já falava que o fim do conflito não ia alterar muita coisa. “(...) *O elemento de coação, de coerção, não só não abandona a cena histórica, como, pelo contrário, desempenhará no curso duma época muito longa um papel importantíssimo (...)*”. Todas as formas de coação, frisava ele, “(...) *das mais suaves às mais rudes (...)*”²⁵⁰. Como disse Lênin em um bilhete a Kamenev escrito depois da guerra civil e por ocasião do lançamento da Nova Política Econômica: “(...) *Seria o maior dos erros julgar que a NEP daria um fim ao terror (...)*”²⁵¹. Neste sentido, baseado na lógica de que a luta de classes se intensifica à medida que o socialismo se edifica, o bolchevismo sob Stálin foi ainda mais longe no exercício da violência para fazer do terror de massa sistemático o seu verdadeiro regime de poder²⁵².

²⁴⁹ *Idem, ibidem*, pp. 159.

²⁵⁰ *Idem, ibidem*, pp.138.

²⁵¹ *Apud* Dmitri Volkogonov. *Os sete chefes do império soviético*, pp. 69.

²⁵² Ver a esse respeito, Jame Ryan. *Lenin's terror: the ideological origins of early soviet state violence*. Londres, Routledge, 2012.

Mas isso já não é mais assunto desta tese.

4.4. Conclusão desta Parte

A título de fechamento dessa discussão sobre a doutrina bolchevique relativa ao terrorismo, deve-se ressaltar, em primeiro lugar, o tema não teve nenhum tratamento teórico ou conceitual relevante por parte dos soviéticos depois de Lênin e Trotsky.

Foram eles que estabeleceram o desenho básico de certas ideias e toda uma tradição revolucionária correspondente, fundamentais na história do conceito (e também das práticas) de terrorismo. E que serão fontes fundamentais do pensamento de Marighella em relação a esse tipo de violência.

Seja pelo conteúdo (a doutrina que a inspirou) como pela sua forma (o aspecto concreto que ela foi tomando no seu desenrolar), a revolução russa, a revolução leninista, contribuiu tanto para a cultura terrorista nas décadas seguintes quanto os anarquistas haviam contribuído para a cultura da violência revolucionária nas décadas anteriores. Mas em uma escala horizontal muito maior e a uma profundidade muito mais plena de consequências. Agora, o terrorismo subversivo (administrado pelo partido centralizado) havia sido melhor teorizado e inscrito em uma muito factível teoria geral da tomada do poder. Não se tratava mais do terrorismo individual, considerado inócuo, mas o terrorismo do partido centralizado. O terror de Estado, por sua vez, foi pensado nos seus mínimos detalhes e experimentado na prática, também nos mínimos detalhes. Enquanto na Revolução Francesa o terror estatal não foi precedido por um *agitational terror*, e no anarquismo não se chegou ao *enforcement terror*, na experiência bolchevique, pela primeira, os dois tipos de terrorismo se encontraram. Seja pela existência de um poderoso Estado fomentando internacionalmente estas ideias por meio de uma extensa rede de agentes espalhados pelo mundo, seja por causa do apelo intrínseco do ideologema marxista-leninista depois da vitória da revolução, que parecia simples e eficaz, o terror vermelho se tornou um verdadeiro cacoete da extrema esquerda no século XX.

Parte 5. A cultura de violência revolucionária de Marighella

*A criminalidade está constantemente associada ao comunismo.
Ela foi condição intrínseca de sua existência e sobrevivência.*

Jean-François Revel

5.1. O Partido que Marighella encontrou

5.1.1. A III Internacional e a exportação do modelo bolchevique

Desde cedo os bolcheviques trataram de difundir a sua lógica revolucionária, notadamente marcada por uma metodologia violenta e, no limite, terrorista. No Brasil, esse modelo só se apresentou de verdade no começo da década de 1930, constituindo-se na principal matriz do pensamento filosófico, político e militar de Marighella em seus anos de formação no PCB.

Como em tantos outros países, o principal instrumento dessa influência do bolchevismo foi a III Internacional: uma entidade de alcance planetário organizada como o partido leninista, isto é, altamente centralizada, profissionalizada e armada²⁵³.

Em outubro de 1918, por iniciativa de Lênin, a secretaria internacional do Partido Bolchevique organizou desde Moscou – a partir de ex-prisioneiros de diversas nacionalidades convertidos ao comunismo após a Grande Guerra – a Federação de Grupos Comunistas Estrangeiros. Sua finalidade era difundir a revolução na Europa; ou, mais precisamente, difundir a guerra revolucionária. Dela surgiu pouco depois, em março de 1919, também em Moscou, a III Internacional. Ela só se tornaria uma organização realmente operante, no entanto, depois da realização de seu II Congresso, no verão de 1920, com a adoção de um estatuto rigoroso para os partidos que desejassem aderir a seu projeto. Partindo de uma estratégia bastante agressiva e de curto prazo que considerava a revolução mundial como iminente, a nova entidade herdava as características organizativas

²⁵³ Sobre a estrutura e funcionamento da III Internacional, ver William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, pp. 19-25.

semimilitares do Partido Bolchevique, consubstanciadas nas famosas “21 condições para a admissão de um partido comunista à IC”²⁵⁴. Isso consistia basicamente em “substituir a arma da crítica pela crítica das armas”²⁵⁵.

Nela pontificam, naturalmente, os bolcheviques, seja por seu prestígio e experiência, seja por seu poder financeiro, militar e diplomático. Concebida como uma ferramenta concreta para fomentar de forma organizada a subversão pelo mundo a fora, ela operava por meio de uma direção altamente centralizada – o “Estado Maior” da Revolução – e vários secretariados regionais e nacionais. O coração da organização era o Comitê Executivo da Internacional Comunista (ou “EKKI”, de *Esólnitelny Komitet Kommunistiche Internatsionala*), em particular seu Serviço de Ligações Internacionais (ou “OMS”, de *Otdel Mezhdunarodnik Suyazey*), onde estava o dinheiro e o controle da rede de contatos mundiais. A coordenação regional mais importante e antiga era o Secretariado para a Europa (ocidental). Em seguida, o Secretariado para o Extremo Oriente. Um dos mais recentes foi o Secretariado Sul-Americano (SSA), criado somente durante o V Congresso, em 1924. Aos responsáveis pela nova organização, Lênin disse um dia: “(...) *Não poupem dinheiro. Gastem milhões, muitos milhões (...)*”²⁵⁶. Basicamente, esse dinheiro seria usado para manter profissionalmente ideólogos, propagandistas, agitadores e comandos revolucionários. Parte disso incluía armar partidos-milícia irmãos e promover diferentes atos terroristas.

O primeiro exemplo relativamente exitoso desse tipo de operações da Internacional já se deu no mesmo mês em que ela veio à luz, quando foi criado um arremedo de república soviética na Hungria. Seu principal protagonista foi Bela Kun²⁵⁷, ex-detento em um campo de prisioneiros dos russos, líder no processo de fundação da Federação de Grupos Comunistas Estrangeiros e depois personagem importante da nova Internacional²⁵⁸. Em

²⁵⁴ Michel Zaidán. “O grande *tournant*: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929). Em: Em Daniel Aarão Reis *et al.* *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. São Paulo, Paz e Terra, 1991, pp. 89-104.

²⁵⁵ Stéphane Courtois e Jean-Louis Panné. “Revolução mundial, guerra civil e terror”. Em: Stéphane Courtois. *O livro negro do comunismo*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1999, pp. 137.

²⁵⁶ *Apud* Dmitri Volkogonov. *Os sete chefes do império soviético*, pp. 47.

²⁵⁷ Para a trajetória pessoal de Kun, ver Gyorgy Borsanyi. *The life of a communist revolutionary, Béla Kun*. Boulder (Colorado), Social Science Monographs, 1993, 520 pp.

²⁵⁸ Sobre este e os demais personagens do Komintern citados adiante, ver, para ativistas internacionais de um modo geral, Branko Lazitch e Milorad Drachkovitch. *Biographical dictionary of the Komintern*. Stanford, Hoover Institution Press Publication, 1986, 532 pp. Especialmente sobre ativistas no continente latino-

novembro de 1918, ele e outros colegas de armas reunidos em um quarto de hotel em Moscou fundaram o Partido Comunista da Hungria, que, surpreendentemente, em pouquíssimo tempo implodiu o frágil governo do social-democrata Mihály Karolyi e chegou ao poder no país²⁵⁹. Nesse projeto, até o começo de 1919 cerca de trezentos antigos detentos treinados e financiados pelos soviéticos entraram na Hungria. Em pouquíssimo tempo, com agressiva propaganda, eles lograram aumentar drasticamente a sua influência²⁶⁰. Em fevereiro o partido já contava com dezenas de milhares de membros, a maior parte deles ex-soldados desempregados. Pouco depois, premidos por uma insurreição popular, os social-democratas entregaram o poder a um governo de “Comissários do Povo”, que proclamou a República Húngara dos Conselhos no final de março²⁶¹.

Quase imediatamente foi instaurada uma lei marcial, a pena de morte e tribunais revolucionários de competências imprecisas para julgar os opositores ao novo governo. Também foi estabelecida uma ligação telegráfica direta entre Moscou e Budapeste, pela qual Lênin se comunicava diretamente com Kun. Sua mensagem aos operários húngaros, de 27 de maio de 1919, era um chamado ao estabelecimento do terror e de “uma violência implacável, rápida e determinada”²⁶². Mais adiante, outra lei autorizou julgamentos sumários nas zonas de combate, na prática permitindo a atuação de grupos paramilitares no campo. Uma espécie de terror vermelho entrou então em vigor. Várias milícias foram formadas de modo mais ou menos espontâneo. A mais importante delas foi aquela comandada pelo ex-marinheiro Jozsef Czerny sob a orientação política de Szamuely. Denominada oficialmente Tropa do Terror do Conselho Revolucionário do Governo, acabou conhecida com o sugestivo nome de “os rapazes de Lênin” (*Lenin fiúk*). Ela estava subordinada ao Departamento de Investigações Políticas do Comissariado do Povo para Assuntos Internos, uma cópia da TCHEKA, dirigido pelo ex-bancário e poeta Otto Korvin. Era composta por cerca de 300 agentes que funcionavam a modo de um esquadrão da morte. Com seus característicos casacos e calças

americano, ver Victor Jiefets e Lazar Jiefets. *América Latina em la Internacional Comunista: diccionario biográfico*. Santiago de Chile, Ariadna Ediciones, 2015, 793 pp.

²⁵⁹ Para a história do Partido Comunista Húngaro, ver Bennet Kovrig. *Communism in Hungary: from Kun to Kadar*. Stanford, Hoover Institution Press. 1979, 525 pp.

²⁶⁰ Stéphane Courtois e Jean-Louis Panné. “Revolução mundial, guerra civil e terror”, pp. 136.

²⁶¹ Sobre os aspectos gerais da revolução húngara de 1919, ver Sandor Szilassy. *Revolutionary Hungary: 1918-1921*. Nova York, Danubian Press, 1971, 141 pp.

²⁶² Stéphane Courtois e Jean-Louis Panné. “Revolução mundial, guerra civil e terror”. pp. 136.

de couro, foram ativos especialmente no interior do país, viajando em um comboio especial que ficou conhecido como “trem da morte”. Eles foram responsáveis por cerca de quinhentos assassinatos de “inimigos do povo” e outros tantos atos sistemáticos de terror²⁶³.

O terror vermelho húngaro foi bastante modesto em relação ao russo (não houve, por exemplos, campos de concentração), além de efêmero (acabando já em agosto, quando o governo de Kun entrou em colapso e o país foi invadido por tropas romenas). Mesmo assim, o episódio serviu de experiência para confirmar o modelo bolchevique de atuação político-militar. A república dos conselhos terminou em desastre, mas a lógica e a tradição leninistas de terror vermelho não foram alteradas. Mais adiante, a tarimba adquirida ali seria útil na terra de Marx e Engels.

Exilado em Viena, Kun acabou libertado em troca de prisioneiros austríacos na União Soviética. Ali, em 1920 ele foi designado para promover o Terror Vermelho na Crimeia, onde, entre outras atrocidades, centenas ou talvez milhares de prisioneiros de guerra e civis anti-bolcheviques foram executados depois de lhes ser prometido anistia e eles terem se rendido. Na ocasião, Kun contou com a ajuda prática de Rosalia Zemlyachka – comissária política junto o Exército Vermelho e uma das personalidades femininas mais tenebrosas do regime soviético – e a aprovação de Lênin²⁶⁴. Essa e outras demonstrações de força tonificaram sua posição de liderança no Komintern²⁶⁵ e um pouco depois ele foi enviado para a Alemanha para assessorar o Partido Comunista local.

Pouco antes do advento da república soviética húngara, ocorrera na Alemanha um grande levante revolucionário que durou mais ou menos da queda do *kaiser* à repressão ao movimento espartaquista, isto é, entre o motim dos marinheiros de Kiel no final de outubro de 1918 e os assassinatos de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht em janeiro de 1919. Os bolcheviques não tiveram a liderança dos acontecimentos²⁶⁶. Entre outras razões, porque o

²⁶³ Emily Gioielli. *Terror and political violence during hungary's long World War I: 1919-1924*. Budapeste, Universidade Centro Europeia, 2015, pp. 54. Sobre os “Filhos de Lênin” e outras manifestações de terror vermelho, ver Bődök Gergely. *Red and white terror in Hungary: 1919-1921*. Eger, Universidade Eszterházy Károly, 2018, 374 pp.

²⁶⁴ Boris Suvarine. *Staline, aperçu historique du bolchévisme*. Paris, Champ Libre, 1985, pp. 222.

²⁶⁵ O tratamento da forma “Komintern” (contração do alemão *Kommunistische Internationale*) no masculino certamente representa uma incorreção linguística. No entanto, é uma solução muitíssimo mais recorrente na literatura do que “a” Komintern.

²⁶⁶ Mark Jones. *Founding Weimar: violence and the german revolution of 1918-1919*. Cambridge, Cambridge University Press, 2018, pp. 332. Ver também Pierre Broué. *The german revolution: 1917-1923*. Chicago, Haymarket Books, 2006, pp. 215.

movimento comunista local era bastante independente dos russos e contava com líderes que não adotavam o leninismo. Foi só algum tempo depois que os homens de Lênin se tornaram protagonistas do processo revolucionário alemão. O eficiente trabalho de assalto político ao KPD (Kommunistische Partei Deutschlands) promovido desde a Rússia acabou dando certo por três razões: a morte dos principais líderes espartaquistas, a criação do Komintern e o deslocamento de experimentados quadros bolcheviques para o país.

O coordenador da ação desses quadros era o ucraniano-polonês Karl Radek. Ele foi um dos principais negociadores bolcheviques que trataram com as autoridades alemãs na primavera de 1917 para obter o salvo-conduto e o trem blindado que permitiram Lênin entrar na Rússia, além dos milhões de rublos que ele ganhou para fazer a revolução e retirar o país da guerra. Ele já estava atuando nos meios revolucionários da Alemanha desde quando começou a revolta espartaquista no final de 1918, mas a influência dos soviéticos demorou um tanto para impor-se. Eles levaram algum tempo para se estruturar e precisaram arregimentar mais pessoas tecnicamente preparadas, especialmente para tocar a máquina armada do partido. Quando a revolução húngara fracassou e muitos de seus protagonistas se exilaram, não faltaram candidatos.

Em 1920, no chamado Levante de Março²⁶⁷, centenas de milhares de operários e outros trabalhadores em greve, apoiados pelo autodenominado “Exército Vermelho do Ruhr”, tomaram de assalto importantes cidades como Dusseldorf, Elberfeld ou Essen, até controlar rapidamente toda a área do vale do rio Ruhr. É comum encontrar na literatura quem afirme que o levante foi promovido pela Internacional e esse Exército era do Partido Comunista da Alemanha (KPD)²⁶⁸. Naquele momento, no entanto, a penetração do Komintern ainda era modesta e encontrava muita resistência nos ambientes da esquerda revolucionária alemã. O movimento não foi pensado desde fora e não se resumiu a protagonistas do Komintern. Ele foi basicamente a manifestação local da grande reação popular e nacional à tentativa de golpe de Estado promovida pelo general Walther Von Luttwitz e o jornalista Wolfgang Kapp. E o Rote Ruhrarmee não era meramente um braço armado do KPD. Nele estavam também pessoas do Partido Comunista Operário da Alemanha (o KAPD, mais à esquerda e próximo do anarquismo), da facção não-

²⁶⁷ Não confundir este Levante de Março (Märzaufstand) com a Ação de Março (Märzaktion) mais abaixo comentada.

²⁶⁸ Pierre Broué. *The german revolution: 1917-1923*. Chicago, Haymarket Books, 2006, pp. 367.

internacionalista do Partido Social-Democrata Independente de Alemanha (USPD) e da União Livre de Trabalhadores da Alemanha (a FAUD, uma espécie de grande sindicato anarquista), entre outros grupos menores que recusavam a filiação ao Komintern. A influência de Moscou nas milícias operárias só se tornaria hegemônica um pouco mais tarde, quando justamente chegaram os húngaros.

Tendo Radek como emissário oficial do Komintern junto ao partido alemão e responsável pelas questões políticas e logísticas, Bela Kun, que nessa altura integrava o Comitê Executivo do Komintern, foi incumbido de organizar *Militärapparat* (M-Apparat) dedicado às ações armadas²⁶⁹. Há uma discussão sobre se Lênin concordava ou mesmo sabia disso²⁷⁰. Zinoviev era então o presidente do Komintern e muitas vezes tomava decisões próprias. À época quase sempre ultra-esquerdistas. E Lênin também já estava bastante limitado por questões de saúde. Mas a importância do que se passava na Alemanha, a vigilância que Lênin exercia sobre a Internacional e a grande proximidade dele com Kun e seu grupo fazem supor justamente o contrário.

Seja como for, na equipe comandada por Kun para organizar o *Militärapparat* do partido alemão se destacavam dois húngaros. Um deles era Matyas Rakosi, ex-comandante de um destacamento do exército durante a revolução, depois ferrenho stalinista e chefe de governo da Hungria entre 1945 e 1956. O outro era József Pogány, líder do Soviete dos Soldados de Budapeste e depois Comissário do Povo da Guerra. Junto com Tibor Szamuely, ele havia sido um dos maiores entusiastas da aplicação do Terror Vermelho na Hungria.

Kun também contava com agentes de outras nacionalidades, como o bielorrusso Mikhail Borodin. Ele era um antigo colaborador de Lenin, do qual se aproximou devido seus conhecimentos do iídiche, alemão e línguas letãs. Funcionário do Comissariado do Povo para Relações Exteriores, bom propagandista e organizador, ele fomentou a criação do Partido Comunista Mexicano e atuou na reorganização do Partido Comunista na Inglaterra antes de chegar na China em 1923. Como será visto mais abaixo, ali ele desempenhou um papel tão importante quanto desastroso como revolucionário profissional. Ali ele chefiou o núcleo da equipe de sabotadores que viria para o Brasil na década de 1930 a serviço do Partido Comunista do Brasil.

²⁶⁹ Dentro do M-Apparat funcionavam os “gruppen T” (de “terrorismus”). Ver William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 25.

²⁷⁰ Ver Robert Service. *Comrades: a world history of communism*. Londres, Pan Books, 2007, pp. 95-96.

O protagonismo desse pessoal ficou evidente no começo de 1921 quando eles precipitaram irresponsavelmente uma campanha insurrecional que ficou conhecida como “Ação de Março”. Com efeito, na reunião do Comitê Central, realizada entre 16 e 17 de março, o Partido aderiu formalmente à “teoria da ofensiva” e decidiu “forçar o curso da revolução” com uma ação grevista e militar sobre as regiões industriais da Alemanha aproveitando o tenso ambiente político da época. Aconteceram ataques em Berlim, Hamburgo e outros grandes centros urbanos, mas foi nas cidades da Saxônia que os fatos se tornaram especialmente graves. Uma das linhas de atuação do Partido foi “tirar as pessoas de sua passividade” e “eletrizar as massas” realizando falsos ataques com bombas contra sindicatos e locais da esquerda para creditá-los às forças reacionárias. Algumas dessas ações deram totalmente errado, como a explosão descontrolada em uma fábrica de Seesen que ao final expôs os próprios militantes comunistas. Outro desses atos grotescos foi a explosão de uma bomba no trem expresso Halle-Leipzig. O grupo de Kun, no entanto, não se intimidou com isso e se articulou com militantes do KAPD para realizar operações conjuntas ainda mais agressivas. Nesse contexto, se destacaram os grupos de Max Hoelz, “o bandido comunista Vogtland” e de Karl Plattner, que passaram a fazer “expropriações” e “justiçamentos” por conta própria.

Assustados com a violência dos comunistas, muitos trabalhadores se recusaram a sair de suas fábricas e locais de trabalho, enfraquecendo o levante que foi duramente reprimido e se mostrou um fracasso total. Kun foi chamado de volta a Moscou e Vitor Serge lembra que no III Congresso do Komintern, realizado pouco depois, em junho daquele ano, Lênin disse ter se arrependido de tê-lo enviado para a Alemanha, responsabilizando-o duramente pela derrota do levante²⁷¹. Mas Kun não perdeu seu cargo na Internacional e continuou a cumprir importantes missões internacionais, principalmente na Alemanha, Áustria e na ex-Tchecoslováquia. Na época ele chegou inclusive a publicar um panfleto no qual apresentava aquela derrota como uma vitória, pois ela teria resultado na eliminação dos militantes “direitistas” do Partido. O que de fato aconteceu: Paul Levi – ex-companheiro de Rosa Luxemburgo e então secretário-geral –, a famosa Clara Zetkin, Otto Brass, Adolf Hoffman e Ernst Däumig, entre outros líderes históricos do Partido, foram afastados do Comitê Central, muitos deles abandonando completamente a atividade política. Com efeito, apesar do fracasso, a liderança mais agressiva do Partido Comunista sobreviveu e continuou

²⁷¹ Vitor Serge. *Mémoires d'un révolutionnaire: 1901-1941*. Paris, Seuil, 1951, capp. IV, “Sur le troisième congrès du Komintern”, pp. 391.

defendendo a “teoria da ofensiva revolucionária”, com a influência do Komintern tornando-se absolutamente hegemônica entre os comunistas alemães²⁷². Se diz que Lênin foi contra a linha “insurrecionista” de Zinoviev, Radek e Kun²⁷³, mas o fato é que ele não moveu uma palha contra qualquer deles nem contra a política que levavam. E concordou com o afastamento de Levi.

O arranjo foi selado no congresso do Partido, realizado em Leipzig em janeiro de 1923. Radek e Kun foram retirados de cena. Parte da velha equipe permaneceu, como Rákosi, cada vez mais experiente. E parte foi renovada com novos assessores. Um dos mais importantes foi Manuilski.

O ucraniano Dimitri Manuilski era um antigo infiltrado bolchevique na base naval de Kronstadt, onde participou da Revolução de 1905. Desde então cumpriu várias funções para o Partido e depois da Revolução de Outubro veio a ser secretário geral do Partido Comunista da Ucrânia por um tempo. Começou a trabalhar para o Comité Executivo da Internacional já em 1922, sempre com missões menores. A partir de 1926 passou a integrar a cúpula da organização. De poucos recursos intelectuais, mas muita esperteza política, envolveu-se diretamente com todos os movimentos armados fomentados pelo Komintern entre o levante alemão de 1923 e a rebelião comunista no Brasil em 1935. Para alguns, ele foi um dos principais responsáveis pela queda de Zinoviev no Plenum da Internacional em 1926. Na ocasião entrou para a cúpula da organização um grupo muito mais afinado com Stálin: Mikoyan, Orjonokizé, Kaganovich, Kirov etc. A Secretaria Geral foi assumida por Bukharin, que não era tão de confiança de Stálin e acabou demitido em 1928. Manuilski também estava por detrás de sua queda. Desde 1935 até a dissolução do Komintern em 1943, atuou como vice do secretário geral, o búlgaro Georgi Dimitrov, não raro como se fosse ele próprio a autoridade máxima da entidade. É curioso que Manuilski durante bastante tempo tenha sido um crítico ácido de Lênin, aproximando-se dele somente depois que Trotsky assim o fizera²⁷⁴. É significativo que ele fosse considerado “o homem de Stálin na Internacional”. Ele supervisionava uma espécie de *troika* dentro do OMS, composta por Pavel Vassiliev,

²⁷² Jean François Fayett. “Paul Levi and the turning point of 1921: bolshevik emissaries and international discipline in the time of Lênin”. In Norman Laporte e Matthew Worley (orgs.) *Bolshevism, stalinism and the Komintern*. Nova York, Palgrave Mcmillan, 2008, pp. 105-122.

²⁷³ Stéphane Courtois e Jean-Louis Panné. “Revolução mundial, guerra civil e terror”, pp. 138.

²⁷⁴ Foi Vassiliev, por exemplo, quem providenciou a documentação falsa e os vistos necessários para a entrada do grupo de Prestes no Brasil. William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 48 e 49.

Georgi Borisovich Skalov (“Sinani”) e Ossip Piatnistski, todos instrutores da Escola Lênin e depois integrantes do Secretariado Sul-americano da Internacional²⁷⁵.

Outro personagem significativo foi o lituano August Klein (ou Samuel Guralski), mais tarde presidente desse Secretariado e grande responsável pela intervenção do Komintern no Partido Comunista do Brasil a fim de bolchevizá-lo. Isto é, profissionalizá-lo e armá-lo. Foi um grande parceiro de Manuilski, tanto na Alemanha como no Brasil. Como secretário sul-americano da Internacional, em 1930, desde Buenos Aires, escreveu um relatório enviado a Moscou dizendo que “o Brasil é e continuará sendo o centro de gravidade de todas as batalhas futuras”²⁷⁶.

Em outubro de 1923, o Komintern forçou a barra novamente na Alemanha promovendo mais uma tentativa de golpe a partir da tradicional equação leninista; greve - milícia-terror. Aproveitando-se do clima de descontentamento popular e desordem do governo de Gustav Stresemann, o M-Apparat do KPD voltou a entrar em ação esperando um levante geral. Que não aconteceu. Somente em Hamburgo houve algo digno de nota, com algumas centenas de militantes atacando delegacias de polícia. Eles foram pronta e eficazmente reprimidos por tropas da Reichswehr. Depois de umas trinta horas de combates de rua e duas dezenas de mortos de lado a lado, os atacantes foram presos.

A partir desse decepcionante episódio, a cúpula da Internacional se desencantou definitivamente com a possibilidade de uma revolução próxima na Alemanha. E nessa altura, Lênin já não influía efetivamente na política soviética, consumida por lutas fratricidas. Ele sofrera em março de 1923 um terceiro derrame e praticamente tinha perdido a capacidade de fala. Nesse contexto, o Komintern passou a privilegiar também outras frentes de atuação.

Algumas dessas frentes eram menores, como a da Estônia, que entre 1919 e 1923 viveu três tentativas de levantes armados promovidos pelo Komintern, sem que alguma delas desse certo. Ou na Bulgária, que conheceu um dos casos mais escabrosos do terrorismo promovido pelos leninistas. Ali, Partido Comunista local, com a inspiração da Internacional, havia se lançado a uma agressiva campanha terrorista cujo alvo principal eram as pessoas que davam suporte ao governo filo fascista de Alexander Tsankov (que havia chegado ao poder por meio de um violento golpe de Estado em junho de 1923). No começo de 1925, a onda

²⁷⁵ William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, 1993, pp. 107.

²⁷⁶ *Idem, ibidem*, pp. 39.

desses ataques chegou ao ápice. Em fevereiro foram lançadas bombas em locais públicos, como na sub-prefeitura de Godetchm, com quatro mortos, e personalidades de destaque foram assassinadas, como o jornalista Nicolas Milev. Em abril foi morto o general Kosta Georghiev, então deputado conservador. No seu funeral, realizado na catedral de Santa Domênica (Sveta Nedelja) em Sofia, uma bomba colocada pelos comunistas fez desabar o teto da igreja, matando mais de cem pessoas. Não só generais e políticos faleceram. Jornalistas, arquitetos, advogados e uma classe completa de normalistas que visitava o local também. Embora se discuta até hoje o grau de responsabilidade de cada um, a organização do atentado envolveu a ala militar do Partido, a cúpula política do Partido (como o próprio Georgi Dimitrov) e gente de Mikhail Trilisser, o comissário russo, chefe do Departamento Estrangeiro da GPU²⁷⁷, num modelo típico de parceria comum a outras seções da Internacional.

Diante desse e outros reiterados fracassos na Europa, o Komintern passou a se interessar por abrir frentes em países periféricos. Um dos mais significativos e promissores foi a China. Para lá foi encaminhada, já em 1923, certo pessoal do M-Apparat do Partido Comunista da Alemanha que mais tarde viria para o Brasil.

O encarregado das operações no país asiático foi Grigori Voitinski, um jovem bolchevique russo-polonês que lutou contra Kolchak na frente oriental durante a guerra civil russa. Ele serviu na secretaria do Komintern para o Extremo Oriente e foi o enviado oficial para a China, sendo responsável por prospectar e cooptar intelectuais marxistas chineses em Pequim e Xangai para formalizar a criação de uma organização bolchevique local²⁷⁸. Chen Duxiu e Li Dazhao, os dois principais articuladores chineses do novo Partido, conhecidos como os “pais do leninismo na China”, o receberam de braços abertos, bem como as

²⁷⁷ No começo de 1922, a TCHEKA foi renomeada como Gossudarstvennoe Politicheskoe Upravlenie (GPU), isto é, Administração Política do Estado. Mais adiante foi agregada a palavra Obiédinioniie (“unificada”), de onde a sigla OGPU. A nova agência foi colocada sob controle formal do Comissariado do Povo para Assuntos do Interior (Naróдни Kommissariat Vnutriénnikh Diel, ou NKVD), inicialmente estruturado como um complexo ministério próprio que controlava as fronteiras, as prisões, as milícias do partido e as polícias. Mas ela continuou a manter grande autonomia, extrapolando o Comissariado em diversos níveis de ação, por exemplo na sua atuação no Serviço de Ligações Internacionais (Otdel Mezhdunarodnykh Suyazey), núcleo principal do Komintern.

²⁷⁸ Steve Smith. “Moscow and the second and third armed uprisings in Shanghai: 1927. Em: Roland Felber at alt (orgs.). *The Chinese Revolution in the 1920s: between triumph and disaster*. Londres, Routledge, 2003, pp. 213-226.

orientações vindas de Moscou. Desde então o bolchevismo se consolidou no país²⁷⁹. A fundação do Partido Comunista da China em junho de 1921 apresentou perspectivas altamente promissoras para o Komintern. Uma das primeiras providências de Voitinski foi instalar na cidade uma seção da TCHEKA funcionando dentro do consulado soviético.

Mais adiante, a Internacional enviou Mikhail Borodin para reorganizar militarmente o Kuomintang²⁸⁰ em moldes mais ou menos bolcheviques²⁸¹. Um dos resultados dessa parceria foi a criação da famosa Academia Militar de Whampoa, na periferia de Cantão (Guangzhou). Borodin, que chegou a integrar o Comitê Central do KMT, era um antigo colaborador de Lenin, do qual se aproximou devido seus conhecimentos do iídiche, do alemão e de línguas letãs. Funcionário do Comissariado do Povo para Relações Exteriores, bom propagandista e organizador, ele também fomentou a criação do Partido Comunista Mexicano e atuou na reorganização do Partido Comunista na Inglaterra antes de chegar na China em 1923.

Faziam parte do grupo de Borodin importantes quadros do Partido Comunista da Alemanha, alguns deles com significativa experiência militar. Entre estes estavam Johann de Graaf e Arthur Ernest Ewert (aliás Harry Berger), que seriam enviados ao Brasil em 1935 para ajudar a compor o M-Apparat do Partido brasileiro²⁸². Graaf, com a missão especial de articular os “grupos T”²⁸³. Entre os que não chegaram a vir para o Brasil estavam Heinz Neumann, ex-editor chefe do *Die Rote Fahne*, o jornal oficial do KPD. Ele também esteve envolvido diretamente nos episódios de violência revolucionária de 1921 e 1923 em seu país. De julho a dezembro de 1927, representou o Komintern na China. De volta à Alemanha, se

²⁷⁹ Aleksander Pantsov. “Bolsheviks concepts of Chinese Revolution: 1919-1927”. Em: Roland Felber *at alt* (orgs.). *The Chinese Revolution in the 1920s: between triumph and disaster*. Londres, Routledge, 2003, pp. 30-43.

²⁸⁰ Kuomintang (acrônimo de KMT, a sigla do Partido Nacionalista Chinês) fundado por Sun Yat-sen em 1912, à época bastante esquerdista e próximo do PCC. Em 1924 as duas formações se aliaram formalmente, até abril de 1927 quando romperam sangrentamente. Uma nova aliança só ocorreu no começo da década de 1940, a fim de lutar contra o inimigo comum japonês.

²⁸¹ Iurii Garushians. “The Komintern and the Guomindang: a clash of strategy in China’s Revolution”. Em: Roland Felber *at alt* (orgs.). *The Chinese Revolution in the 1920s: between triumph and disaster*. Londres, Routledge, 2003, pp. 44-51.

²⁸² Sobre ambos, ver mais adiante.

²⁸³ Os “grupos T” (de “terrorismo”) eram parte do braço armado dos Partidos Comunistas inspirados pela Internacional, em particular aqueles com assessoria de militantes do KPD, onde eles surgiram como segmento especializado do M-Apparat. Ver William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 107.

tornaria líder (junto com Hans Kippenberger) da nova unidade paramilitar do Partido Comunista, a Parteiselbstschutz (Autodefesa do Partido), evolução do M-Apparat.

Um pouco antes dele, em 1927, a algumas semanas da ruptura com o Kuomintang, chegaria o georgiano Vissarion “Beso” Lominadze, velho companheiro de Stálin nos tempos dos “bandidos” de Tibilisi. Ele era mais um dos russos que haviam atuado no M-Apparat do Partido alemão entre 1921 e 1923. Figura importante do Komintern, presidiria a sessão do PCC que levou Mao à chefia do Partido chinês.

Estes e outros funcionários menos destacados da Internacional atuaram em um contexto bastante turbulento. Em 1925, Yat Sen havia falecido sem ver concluído seu projeto de unificação nacional. O exército do Kuomintang, com o apoio do PCC, dominava apenas algumas cidades do leste do país, os barões locais continuavam a travar suas guerras esporádicas no interior e o poder central mudava de mãos constantemente. O país vivia efetivamente em guerra civil, que era o terreno próprio e desejado pela Internacional. A influência do PCC crescia e suas ações se tornavam cada vez mais militarizadas.

Inconformada com a crescente agitação e o aumento da influência do PCC no Kuomintang, uma ala dos nacionalistas chefiada pelo general Chiang Kai-shek – que já havia começado uma campanha militar para enquadrar os senhores da guerra no Norte – denunciou a interferência soviética na vida política do país, acusou o PCC de traição e decidiu dar um basta na situação. Em abril de 1927, Chiang colocou sob vigilância os comunistas e logo muitos deles começaram a ser assassinados. Em setembro, foi tomada a decisão de privá-los da filiação ao KMT, cuja comissão militar foi purgada de elementos esquerdistas. Começou ali uma caça aos comunistas que não cessou até o final da guerra civil e produziu centenas de milhares de vítimas.

A resposta da Internacional e do PCC foi incrementar sua polícia secreta e formar seu próprio exército revolucionário. E não foi por acaso que entre os responsáveis pela formação do braço armado do Partido muitos deles, especialmente os principais, tenham estado na Alemanha no começo da década de 1920, vivendo de perto a insurreição de Hamburgo em 1923 e o funcionamento do M-Apparat dos comunistas alemães. Isso fazia sentido. A terra de Marx e Engels era um destino quase natural para jovens marxistas e Berlim era a sede do Secretariado da Europa Ocidental do Komintern²⁸⁴.

²⁸⁴ Ver Marilyn Avra Levine. *The found generation: chinese communists in Europe during the twenties*. Seattle, University of Washington, 1993, 287 pp.

Chou Enlai, talvez o mais importante de todos, saiu de lá em 1924 para fazer parte do Departamento Político da Academia Militar de Whampoa, onde por um tempo chegou a ombrear Chian Kai Shek. Depois da ruptura com o KMT ele passou a comandar a Comissão Militar do Comitê Central do Partido Comunista em Xangai, cidade na qual ajudou a promover piquetes, enfrentamentos de rua, ocupações, espancamentos e assassinatos, entre outras operações revolucionárias. Assim como na Alemanha, os sindicatos eram as estruturas-trampolim para a organização de milícias armadas. Ao longo dos três levantes de Xangai (outubro de 1926 e fevereiro/março de 1927), o Partido implementou – por obra de Chou Enlai e Grigori Voitinsky – a política leninista de “Terror Vermelho” contra os elementos “anti-sindicato” e quem mais se colocasse em seu caminho²⁸⁵. Todavia, em abril o massacre promovido pelo KMT

No final do ano, o Comitê Central designou Chou Enlai para organizar uma força-tarefa com a missão de enfrentar militarmente o KMT. Um dos resultados disso foi a constituição da Hong Dui, isto é, a “Coluna do Terror Vermelho”. Para dirigi-la e mantê-la operacional ele convocou Kang Sheng, outro dos quadros do PCC que haviam estado na Alemanha no começo da década. Ele havia chegado de lá em 1924, quando se fixou em Xangai e ali passou a trabalhar no braço armado do Partido. Com o passar dos anos ele viria a ser a principal figura do aparato policial do regime comunista chinês. Uma mostra da disposição do novo organismo que ele passou a comandar foi o assassinato de toda a família do traidor Gu Shunzhang em 1928, para dar exemplo.

Nesse mesmo ano, recuando das derrotas nas cidades, o Partido decidiu apostar na revolta camponesa de Hunan fundando um primeiro soviete camponês em Hai Lu Feng. Com a missão de coordenar a experimento, para lá foi encaminhado um de seus principais dirigentes experimentados na luta armada, Zhu De. Ele também esteve na Alemanha entre 1920 e 1925, era militar de carreira e veio a ser considerado, ao lado de Mao, um dos principais fundadores do Exército Popular de Libertação do PCC.

À frente de uma força com alguns milhares de homens e auxiliado por notáveis agitadores como Peng Pai (que teria dito que “matar é o trabalho mais importante em uma revolta”), Zhu promoveu uma distribuição de terras que incluía espetáculos de queima de títulos fundiários e justicamento de fazendeiros ricos com requintes de terror (banquetes chegaram a ser realizados diante de “opressores” empalados em estacas).

²⁸⁵ Steve Smith. “Moscow and the second and third armed uprisings in Shanghai: 1927”, pp. 222-243.

Compreensivelmente, dezenas de milhares de habitantes da região fugiram apavoradas nos quatro meses que durou a experiência da comuna. A violência comunista foi tamanha, que a sublevação dos lavradores se transformou em anticomunista. Com a resistência dos nativos e a pressão dos nacionalistas, pouco depois Peng foi capturado e morto pelo KMT. Zhu teve melhor destino e conseguiu fugir. Em outros lugares a sorte dos comunistas foi diferente, embora seus métodos não diferissem muito.

Nessa época, o maior contingente comunista, formado basicamente por membros do exército nacionalista que tinham se recusado a seguir Chiang Kai-shek, estava concentrado em Nanchang, capital de Jiangxi. Essa tropa era constituída por cerca de 20 mil soldados comandados por Chou Enlai. Depois de receber armas russas e reunir um milhar de homens, Mao se dirigiu para Wenjiashi, perto de Changsha, onde já atuava um bandido amigo seu, Yuan Wenkai, que vivia da extorsão da população local e mantinha uma tropa de centenas de proscritos, havendo ali também uma base local do Partido instalada pelo moderado Lee Wen-Lin. Em meados do ano, Mao já se tornara senhor de seus anfitriões e deslanchara sua própria campanha de violências na região, cuja marca maior eram as execuções públicas acompanhadas de multitudinários comícios nos quais a população era obrigada a participar. Nos quinze meses que passou na região, Mao (e seu exército) viveu das incursões que promovia sobre fazendeiros abastados. Identificado com os bandoleiros com os quais convivia e pelos métodos que usava, foi assim que ele começou a ficar conhecido pela imprensa chinesa. Depois das derrotas dos “soviets rurais” de Hai Lu Feng, Zhu De acabou se aproximando a este grupo de Mao e constituindo o “Exército Vermelho Zhu-Mao”, o mais importante dos cerca de uma dúzia de grupos armados que o PCC contava na época.

Mao era um dos fundadores históricos do Partido, mas até então estava longe de ser uma figura principal. Especialmente no terreno militar. Em certo momento, ele filiara-se ao KMT como parte das orientações da Internacional, vindo a contar com a especial simpatia de Wang Ching Wei – o “Quisling” chinês –, chefe da ala esquerda do grupo de Sun Yat-sen. Em 1927, quando o velho líder nacionalista morreu, Wang disputou a liderança do KMT com Chiang Kai-Shek e chegou a controlar militarmente algumas áreas do país. Entre elas, a província de Hunan, terra natal de Mao, onde além da guerra transcorria um levante de camponeses pobres.

Em março daquele ano, Mao se destacou na reunião plenária do Comitê Executivo Central do KMT em Wuhan – do qual era membro indicado por Wang – com várias teses sobre o que fazer naquele contexto. Entre suas propostas estava, por exemplo, um duríssimo

conjunto de “Regulamentos para a Repressão de Intimidadores Locais e Maus Proprietários” que antecipava o terror vermelho que viria mais tarde²⁸⁶. Desde Changsha, capital provincial, ele acabou assumindo a direção de movimento e botando em prática suas ideias sobre violência revolucionária. Entre elas, soltar todos os prisioneiros da região, inclusive os mais violentos, afirmando que a revolução precisava “(...) *provocar um reino de terror em cada condado (...)*”²⁸⁷.

Não obstante o malogro da chamada “revolta das colheitas de outono” em Nanchang (capital da província de Jingxi) – promovida pelo PCC sob a orientação do Komintern – e da forte repressão do Kuomintang – recém rompido com os comunistas –, os agentes russos e alemães insistiram em fomentar a formação de uma “Comuna de Cantão (Guangzou)”. Com efeito, usando soldados da Guarda Vermelha evacuados de Nanchang, no dia 11 de dezembro de 1927 as tropas do PCC tomaram a cidade com certa facilidade. No entanto, já no dia 13 várias divisões de Chiang Kai-shek haviam recuperado Cantão, promovendo um banho de sangue entre comunistas. Mais uma vez, a política belicista da Internacional dera errado e boa parte de sua equipe local de agitadores e sabotadores teve que ser redirecionada. Em grande parte, para o Brasil.

A despeito dessa e das outras frustradas insurreições na década de 1920, o Komintern continuou com sua política de insuflar insurreições e golpes militares. Todas as seções da Internacional, mesmo aquelas vivendo na legalidade, foram estimuladas a constituir e manter um braço militar clandestino. O modelo de referência era o M-Apparat do Partido alemão, formado por sua vez por assessores soviéticos e húngaros²⁸⁸. Inclusive, entre 1931 e 1934, a internacional publicou em várias línguas um detalhado panfleto com o título *Insurreição armada*, assinando por um tal “Neuberg”, dedicado a analisar os vários levantes promovidos pelos comunistas na década anterior e instruir os militantes na organização de novas insurreições. Nele se encontrava exaustiva justificação para a violência revolucionária, para o “ódio de classe” e o terror. Foram realizadas pelo menos duas edições em francês²⁸⁹, não sendo descabido imaginar que algum desses exemplares tenha chegado às mãos de

²⁸⁶ Stuart Schram. *Mao Tse-tung*. Londres, Simon & Schuster, 1966, pp. 98.

²⁸⁷ Jung Chang e Jon Holliday. *Mao*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, pp. 65 e 66.

²⁸⁸ Stéphane Courtois e Jean-Louis Panné. “Revolução mundial, guerra civil e terror”, pp. 141.

²⁸⁹ *Idem, ibidem*, pp. 141 e ss.

comunistas brasileiros, tradicionais consumidores de literatura revolucionária em língua francesa.

Em setembro de 1928, o VI Congresso da Internacional radicalizou a tática do confronto de “classe contra classe”, confirmando a linha militarista e putchista preconizada por Lênin nos meses anteriores à Revolução de Outubro. Essa tática vinha embalada pela doutrina do “social-fascismo” e pela teoria do “Terceiro Período”²⁹⁰.

Desenvolvido especialmente por Stálin e Bukharin no X Plenum do Partido em 1929, o conceito político-ideológico de “Terceiro Período”, que segundo eles estava marcado pela exacerbação das contradições do sistema capitalista e pela chegada de uma nova vaga revolucionária. Ele baseava-se em uma análise histórica do capitalismo mundial que distinguia um “Primeiro Período” revolucionário ao final da Primeira Guerra Mundial, um “Segundo Período” de derrotas revolucionárias e consolidação capitalista durante a maior parte da década de 1920 e, justamente, um terceiro e então “atual” momento, a partir de 1928 em diante, que seria um tempo de crise terminal do sistema capitalista. Esse último período era tido como particularmente propício à revolução mundial, exigindo políticas que refletissem uma suposta radicalização das massas trabalhadoras. Daí surgiu a ideia de “social-fascismo”, que caracterizava a social-democracia como principal inimigo, antes mesmo que o fascismo. Sendo assim, o Congresso procurou reforçar o controle sobre os partidos filiados, padronizou ainda mais a organização deles e purgou seus quadros caçando os elementos que não se enquadravam nas novas orientações. Muito concretamente, a “bolchevização” dos partidos comunistas locais implicava que as seções nacionais passassem a contar com um setor de inteligência e um segmento armado, que, como foi dito acima, tinham como referência o modelo alemão do M-Apparat.

Foi nesse contexto político-ideológico que nasceu a experiência armada do Partido Comunista do Brasil, em particular sua experiência com o “Grupo T” (de “terrorismo”).

²⁹⁰ O VI Congresso também sacramentou a teoria da revolução em etapas. Ou seja, a teoria de que o processo revolucionário mundial apresentava revoluções propriamente proletárias, além de revoluções democrático-burguesas, revoluções coloniais e guerras de libertação nacional que desencadeariam a revolução proletária. Isso vinha acompanhado da classificação dos países por blocos de desenvolvimento capitalista, sendo principais aqueles de capitalismo avançado (basicamente a Europa ocidental), aqueles de nível médio (basicamente a Europa oriental e mediterrânea) e aqueles coloniais, semicoloniais ou “dependentes” (especialmente Índia, China e Brasil). Para o Komintern, nos países desse último bloco dominava o modo de produção feudal, o que demandava um tipo de revolução antifeudal, anti-imperialista e de libertação nacional. A esse respeito, ver Claudinei Cássio de Rezende. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*. São Paulo, UNESP, 2010.

5.1.2. O lugar da violência na cultura política do PCB: 1922-1935

5.1.2.1. A criação de um partido leninista

A formação do Partido Comunista do Brasil está diretamente relacionada aos grupos pró-bolchevique que surgiram no ambiente anarco-comunista brasileiro depois da Revolução de Outubro. Em que pesem as limitações intelectuais, as confusões político-conceituais e a fragilidade das convicções ideológicas de seus fundadores, eles representavam justamente a facção leninista no debate sobre a política de terror dos soviéticos²⁹¹. Foi esse debate que acabou levando, finalmente, à ruptura do incipiente movimento revolucionário brasileiro e daí à nova organização.

Desde a eclosão da Revolução Soviética, algumas correntes anarquistas já vinham polemizando acerca da necessidade, ou não, da constituição de um partido para fazer a revolução no Brasil. Como escreveu Marly Vianna, “(...) *O grupo que fundou o PCB vinha do anarco-sindicalismo, dele se distanciando na luta pela organização de um partido nos moldes do partido bolchevique russo (...)*”²⁹². Embora naquele momento a revolução fosse mais uma utopia do que um projeto concreto, seguir o exemplo dos bolcheviques era uma “ideia-força” extremamente poderosa²⁹³.

A partir de 1919, com as recorrentes notícias sobre o fuzilamento de anarquistas por parte dos bolcheviques, essa discussão se agravou e muitos apoiadores da Revolução se afastaram dela, enquanto outros permaneceram a seu lado. A gota d’água foi a dura repressão aos marinheiros de Kronstadt em março de 1921.

²⁹¹ Sobre a aproximação dos comunistas brasileiros ao marxismo pela via do leninismo, ver João Quartim de Moraes. “A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro”. Em Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis *et al. História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*, pp. 47-87.

²⁹² Marly de Almeida Gomes Vianna. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 52.

²⁹³ Dulce Pandolfi. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995, pp. 71.

Foi entre aqueles que continuaram a reivindicar a Revolução, a despeito de seus desmandos, que surgiram os quatro principais núcleos originais do PCB no Rio de Janeiro (grupo de Astrojildo Pereira), no Rio Grande do Sul (grupo de Abílio de Nequete), Recife (grupo de Cristiano Cordeiro, Antônio Canellas) e São Paulo (grupo de João da Costa Pimenta)²⁹⁴.

Tudo parece ter começado com o estranho encontro – que teria acontecido em São Paulo no segundo semestre de 1921 – entre Edgard Leuenroth e um agente da III Internacional que buscava alguém no país para começar a organizar um partido comunista²⁹⁵. Leuenroth, mantendo-se fiel ao credo anarquista e desinteressado pela ideia, passou o contato para Astrojildo Pereira. Em março de 1922, Astrojildo conseguiu reunir em Niterói representantes dos mais significativos grupos que recentemente haviam sido fundados no Brasil para criar a seção brasileira da III Internacional²⁹⁶.

É interessante recordar que das nove pessoas que participaram da reunião de fundação ocorrida em 25 de março na sede da União Operária do Rio de Janeiro (depois transferida para a casa de um parente de Astrojildo, por questão de segurança) sete eram ex-anarquistas. Isso é peculiar. Nesse sentido, a origem do PCB é bem diferente da maioria dos Partidos Comunistas europeus, quase todos formados por dissidentes de agremiações social-democratas²⁹⁷. No Brasil, a social-democracia não existia naquele tempo. Mas o anarquismo sim. E não aquele anarquismo de Tolstói ou da Colônia Cecília, mas aquele situado entre Bakunin e Malatesta. Concretamente, isso tem um importante significado em termos de tradição de violência revolucionária.

No encontro de fundação do novo Partido – evento considerado também como primeiro congresso da agremiação – este já se definiu literalmente como marxista-leninista, aderindo integralmente às condições da III Internacional para incorporação de novos

²⁹⁴ Edgard Carone. *O PCB (1922-1943)*. São Paulo, DIFEL, 1982, v. I, pp. 95-96.

²⁹⁵ John Foster Dulles. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, pp. 138. Ver também Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991, pp. 31.

²⁹⁶ No começo de 1919, antigos membros da Aliança Anarquista na Capital Federal formaram um primeiro “Partido Comunista do Brasil”. Mas ele não tinha organicidade alguma, seja do ponto de vista das suas estruturas ou de suas ideias, funcionando basicamente como uma ampla frente política que reunia revolucionários de diversos matizes. Esse PCB não prosperou.

²⁹⁷ Isa Sales. *Um cadáver ao Sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2005, pp. 70.

membros²⁹⁸. Na ocasião, Abílio de Nequete – barbeiro de origem libanesa, estabelecido em Porto Alegre, que logo depois abandonaria o comunismo – foi a ponte com o Partido Comunista do Uruguai (existente desde 1920) e a agência de propaganda do Komintern para a América do Sul, atuante desde o eixo Montevideu-Buenos Aires.

Seus primeiros e jovens militantes se entusiasmaram com a estratégia de agitação e propaganda (“*agitprop*” no jargão revolucionário) que a Revolução Bolchevique lhes sugeria. E também com sua cultura de violência.

Já em 1923 começaram a ocorrer vários casos de espancamento e ataques à mão armada contra anarquistas que denunciavam o terror imposto pelos bolcheviques. O jornal *A Plebe* chegou a falar na formação de uma TCHEKA brasileira. O jornalista Marques da Costa, que insistia em acusar, na sua coluna no jornal *A Pátria* (fundado por João do Rio), a perseguição aos anarquistas na Rússia talvez tenha sido o primeiro a apanhar dos comunistas. Poucos dias depois foi a vez do operário anarquista Isidoro Augusto²⁹⁹. E seguiram-se outros ataques, às vezes a mão armada³⁰⁰.

Sintomaticamente, um novo vocabulário se estabeleceu entre os comunistas, passando a ser recorrente o emprego de termos de extração militar como “tática”, “estratégia”, “manobra”, “combate” e muito especialmente “guerra”. Como escreveram Daecto e Mollier, não é por acaso que os tenentes tenham tido tanta facilidade em aderir ao pensamento dos comunistas³⁰¹.

Alguns autores consideram, inclusive, que o declínio da influência dos anarquistas nos meios operários e no movimento sindical brasileiro está diretamente relacionado com a criação do PCB. Por causa de seus métodos. Com efeito, além de outros fatores significativos (especialmente a repressão policial), os modos de luta empregados pelos integrantes do Partido para obter proeminência nas organizações dos trabalhadores parecem ter sido um dos motivos principais para esse ocaso. Pelo menos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Conforme vários depoimentos, esse método envolvia a difamação de antigos companheiros anarquistas,

²⁹⁸ Edgard Carone. *O PCB (1922-1943)*, pp. 97-98.

²⁹⁹ Isa Sales. *Um cadáver ao Sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*, pp. 143, nota 3.

³⁰⁰ Edgar Rodrigues. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979, pp. 35 e 298.

³⁰¹ Marisa Midori Daecto e Jean-Yves Mollier. *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil*. Belo Horizonte, Editora da UFMG/Ateliê Editorial, 2013, pp. 14.

a prática de injúrias e insultos, espancamentos, ameaças à mão armada e, efetivamente, tiroteios. Em particular, passou a ser bastante comum que os comunistas promovessem atos de provocação e tumulto durante as reuniões sindicais em que as deliberações não correspondiam a seus desejos.

Em mais de uma vez isso se desdobrou em mortes. Um caso particularmente rumoroso aconteceu em 1927 quando foi assassinado um conhecido militante anarquista – o sapateiro espanhol Antonino Rodriguez – numa disputa pelo controle do sindicato Aliança dos Operários em Calçados e Classes Anexas no Rio de Janeiro. Possivelmente, a primeira vítima fatal dos comunistas no Brasil. Ferido de morte, pouco antes de falecer, ele acusou o comunista Pedro Bastos do ataque³⁰². Pedro Bastos era o pseudônimo de Galileu Sanchez, um ex-anarquista bastante conhecido no Rio de Janeiro. Pouco antes de ingressar no Partido, ele escreveu nas páginas do jornal ácrata *O Trabalho* um artigo duríssimo denunciando o Terror Vermelho na União Soviética. Em tom raivoso, referia-se aos bolchevistas como “ratazanas de capa vermelha”³⁰³, expressão que repercutiu fortemente nos meios esquerdistas da época.

Em janeiro do ano seguinte, o mesmo Bastos esteve envolvido com outro tiroteio na sede do sindicato União dos Trabalhadores Gráficos que terminou com a morte de três anarquistas. Octávio Brandão e Roberto Morena estavam chefiando a baderna na reunião, quando ele e outras pessoas chegaram atirando. Poucos dias depois, João da Costa Pimenta, um dos nove delegados do congresso de fundação do Partido e então seu mais destacado dirigente sindical, deixou a organização responsabilizando-a pela tragédia³⁰⁴.

A “virada de folha” de Bastos (Sanchez) não foi um caso único. Fervorosos militantes anarquistas até bem pouco tempo, boa parte dos novos comunistas eram especialmente agressivos, honrando sua raiz política radical. Em 1920, antes de se tornar um dos chefes mais belicosos do PCB, Octávio Brandão escrevia em *A Voz do Povo* que não aderira ao

³⁰² Jonh Foster Dulles. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*, pp. 211.

³⁰³ *O Trabalho*. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1922. *Apud* Edgar Rodrigues. *Novos Rumos*, pp. 115.

³⁰⁴ Isa Sales. *Um cadáver ao Sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*, pp. 184.

comunismo porque “não concordo com ditaduras”³⁰⁵. Para ele, Lênin era então um “truão”, um “revolucionário *manquê*”³⁰⁶.

Alagoano, farmacêutico, ele foi ganho para o Partido por Astrojildo em 1922 e já no ano seguinte era eleito para sua Comissão Executiva. Durante certo tempo, manteve correspondência direta, em francês, com Bela Kun, o que não era pouca coisa em termos de prestígio revolucionário. Chefe da imprensa do PCB, seus textos e cursos foram a base principal da formação comunista na década de 1920. Bem próximo dele estava o marceneiro carioca Roberto Morena, o qual combateu na Guerra Civil Espanhola e viveu a década de 1940 na Rússia. Também agressivo era o comerciário, igualmente carioca, Olgier Lacerda, marido da influente líder sindical Elvira Boni de Lacerda. Um dos editores do jornal *A Pátria* se queixava nas páginas desse periódico de ter sido “estúpida e covardemente” agredido por ele, exemplo dos “(...) *beleguins do PC, que não tendo argumentos, respondem aos seus adversários pela agressão física, feita, assim mesmo, de emboscada.(..)*”³⁰⁷. Era a esse pessoal, além de outros, que o jornal *A Plebe* se referia quando falava de uma TCHEKA brasileira.

Todavia, apesar desse empenho em honrar sua filiação espiritual com os bolcheviques, os comunistas brasileiros tardaram alguns anos até que o formato do Partido soviético impregnasse efetivamente o PCB e que algo da doutrina leninista sobre o terror viesse de fato a ser experimentado no país. Embora a nova organização tenha enviado um representante ao IV Congresso do Komintern³⁰⁸, realizado em novembro/dezembro de 1922, ela só se tornou membro oficial da Internacional no V Congresso³⁰⁹, em junho/ julho de 1924. E mais algum tempo levaria ainda até que o processo de bolchevização se completasse.

³⁰⁵ Edgar Rodrigues. *Novos Rumos*, pp. 109.

³⁰⁶ John Foster Dulles. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*, pp. 132-134.

³⁰⁷ *A Pátria*. Rio de Janeiro, 6 de maio de 1923. Disponível em: <<https://anarquiabarbarie.wordpress.com/tag/marques-da-costa/>>.

³⁰⁸ O representante brasileiro era o jornalista e tipógrafo fluminense Antonio Canelas. Integrante da primeira Comissão Central Executiva do Partido, foi escolhido como Secretário Internacional e indicado como delegado ao Congresso por já estar na Europa desde setembro de 1920. Ainda muito marcado por ideias e hábitos anarquistas, teve dificuldades com as autoridades soviéticas e depois com o PCB, até ser expulso um no final de 1923. Sobre Canelas e sua trajetória política, ver Isa Sales. *Um cadáver ao Sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*, 221 pp.

³⁰⁹ Em 1923, o argentino Rodolfo Ghioldi foi enviado ao Brasil pela Internacional com a missão de analisar a situação local e verificar a possibilidade de admissão do partido brasileiro. Depois de um informe positivo, durante o Congresso o PCB foi admitido formalmente.

No começo de 1925 foi criado em Moscou o Secretariado Latino-americano da Internacional, tendo à frente o franco-suíço Jules Humbert-Droz. Seu braço-direito era o argentino Victorio Codovilla, chefe do Partido Comunista Argentino, o mais antigo PC da região e base das operações locais da Internacional.

Porém, somente depois do VI Congresso (em julho-setembro de 1928), o Komintern passou a se interessar realmente pela América do Sul e pelo Brasil em particular. Esse novo interesse estava diretamente relacionado com as fracassadas tentativas insurrecionais na Europa, especialmente as sucessivas derrotas dos comunistas na Alemanha. O Secretariado passou então a contar com fundos substantivos e a funcionar profissionalmente desde Buenos Aires. No Congresso, Humbert-Droz e Codovilla foram confirmados em seus postos, formandose uma comissão especial sobre a América Latina na qual participaram Paulo Lacerda, Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima³¹⁰. A partir dali as coisas começaram a fluir um pouco melhor, mas muito aquém do que em outras praças.

A premência da revolução em países mais importantes, a distância física entre Moscou e o Rio de Janeiro, o desinteresse inicial dos soviéticos pelo Brasil, a pouca experiência dos revolucionários brasileiros e a falta de uma boa oferta de literatura marxista³¹¹, entre outros obstáculos, imprimiram um ritmo lento aos primeiros anos do movimento comunista no país e retardaram um tanto a penetração da influência soviética, e do leninismo em particular, por aqui.

Sem dúvida, desde 1917 já eram publicados textos de Lênin no Brasil³¹². Em 1919, surgem os primeiros textos de Trotsky³¹³. Entre 1922 e 1923, a revista mensal *Movimento*

³¹⁰ Heitor Ferreira Lima. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 96.

³¹¹ A primeira edição brasileira do *Manifesto Comunista*, por exemplo, é somente de 1924 (tradução de Otávio Brandão, a partir da edição francesa de Laura Marx Lafargue (Paris, Giard et Brière, 1897). Alguns poucos militantes tinham acesso e acompanhavam a literatura marxista em francês, como Astrojildo Pereira. Não é casual que ele fosse o responsável pelas publicações do Partido até entrar em desgraça perante o Komintern em 1930. Em 1931, surgiu a Editora Calvino, que fazia traduções irregulares de obras propaganda comunista. Uma casa editorial empenhada na publicação sistemática de obras clássicas do marxismo só apareceu em 1944/45 com o selo Vitória e, mais ou menos na mesma época, as Edições Horizonte. A Editora Unitas, fundada em 1931, publicou muitos livros de Lênin, Trotsky e outros bolcheviques, mas não teve a mesma longevidade (fechou em 1934) nem a mesma penetração (era mais voltada para o círculo trotskysta). A editora Brasiliense, aberta em 1943 por Caio Prado e Monteiro Lobato lançou alguns volumes marxistas, mas seu catálogo era bastante eclético. Sobre a precariedade da literatura teórica disponível aos simpatizantes do comunismo no Brasil àquela época, ver Edgar Carone. *O marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986, pp. 185 e ss. Ver também Marisa Midori Daecto e Jean-Yves Mollier. *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil*, pp. 13, 17 etc.

³¹² Moniz Bandeira. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1980, pp. 79.

Comunista (que durou 24 números e teve tiragem média de 1800 exemplares) trouxe escritos deles, além de Bukharin, Radek e outros chefes do Komintern. Embora entre 1922 e 1927 o PCB só tenha editado pouco mais que três dezenas de títulos marxistas, obras fundamentais do leninismo (como *Que fazer?*) podiam ser encontradas certa facilidade. Em cartas a Bela Kun, Octávio Brandão relata, por exemplo, que ambas faziam parte dos cursos que o Partido ministrava no Brasil ao final dos anos vinte³¹⁴. Dulles afirma, por exemplo, que quando Brandão começou a se aproximar efetivamente do comunismo, um dos livros que Astrojildo lhe passou foi justamente *Terrorismo e comunismo*, de Trotsky³¹⁵.

Mas isso, evidentemente, não era ainda o bastante para selar a influência dos ideólogos russos do terrorismo entre os comunistas brasileiros. Com efeito, até o envio dos primeiros militantes para estagiar em Moscou – o que começou a ocorrer somente em 1927, como será visto a seguir –, a repercussão das ideias de Lênin e Trotsky ainda era bastante fraca na organização e na mentalidade do PCB, a despeito dos discursos feitos por seus dirigentes em favor do bolchevismo.

5.1.2.2. Brasileiros nas escolas da III Internacional

Desde que a III Internacional foi fundada, seus dirigentes manifestaram a necessidade de um programa de formação ideológica e técnica de quadros necessários à nova organização, especialmente para aqueles países nos quais o movimento revolucionário marxista tinha pouca tradição. Tal política veio a criar uma verdadeira “fábrica de comunistas”³¹⁶. Seu modelo era a

³¹³ Marisa Midori Daecto e Jean-Yves Mollier. *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil*, pp. 75.

³¹⁴ *Idem, ibidem*, pp. 32-33.

³¹⁵ John Watson Foster Dulles. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*, pp. 177.

³¹⁶ José Carlos Rueda Fallond. “Fábrica de comunistas: escuelas de partido y estrategias orgánicas en los años treinta”. Em: *Revista História y Política/Universidad Complutense de Madrid*. Madrid, 2018, pp. 263.

escola de quadros do PCUS fundada em 1918 como a Escola Central para o Trabalho Soviético e Partidário, renomeada em 1919 como Universidade Comunista Sverdlov, em homenagem ao líder bolchevique Yakov Sverdlov. Inicialmente, seu currículo visava o treinamento rápido dos militantes em atividades de agitação e propaganda³¹⁷.

Atendendo a essa política, ao longo da primeira metade da década de 1920 foram tomadas iniciativas que levaram à criação de cursos mais ou menos flexíveis, oferecidos por cerca de quinze anos a dezenas de milhares de alunos de todo o mundo. O principal responsável por esse programa era o OMS (Otdel Meshdunarodnykh Suyazey, ou “Serviço de Ligações Internacionais”), “verdadeiro coração” do Kominter, como disse Waak. Diferentes instituições formais (universidades, fábricas e fazendas do Estado, associações profissionais, unidades militares etc.) e informais (ligadas ao aparato secreto do Estado soviético e do Komintern) foram envolvidas e atuaram como incubadoras em um vasto programa com intenções de engenharia social³¹⁸. Tal programa teve um papel fundamental na constituição de uma mentalidade bolchevista internacional e na disseminação do leninismo pelo planeta à fora, particularmente entre os comunistas brasileiros.

Esses cursos estavam distribuídos basicamente em três tipos de estabelecimentos. O mais importante e conhecido deles ficou famoso como “Escola Lênin”, de caráter essencialmente político (noções de marxismo, economia política, história das revoluções etc.), embora incluindo disciplinas e treinamentos técnicos (inclusive militar). Outra, também importante, mas bem menos conhecida, era a chamada “Escola Especial”, durante muito tempo dirigida por Pavel Vassiliev. Era voltada especificamente para atividades operacionais relativas a diversionismo, agitação, espionagem, falsificação de documentos, sabotagem, terrorismo e outras operações do gênero³¹⁹, embora também com algumas disciplinas de caráter ideológico e teórico. A terceira dessas escolas, absolutamente técnica, era dedicada ao treinamento de operadores de telefonia e rádio. As fronteiras administrativas entre as três não eram claras, acontecendo comumente de suas aulas serem compartilhadas. Na prática, a segunda

³¹⁷ Sobre a Universidade Sverdlov, ver Christopher Read. *Culture and power in revolutionary Russia*. Londres, Macmillan, 1990, pp. 138 e ss.

³¹⁸ José Carlos Rueda Fallond. “Fábrica de comunistas: escuelas de partido y estrategias orgánicas en los años treinta”, pp. 267.

³¹⁹ William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 23.

e a terceira eram braços da primeira. Além disso, alunos internacionais eventualmente ainda frequentavam cursos em unidades militares.

Esse programa começou a tomar forma dentro da Universidade Comunista dos Trabalhadores do Oriente (a “KUTV”), criada pelo Komintern em Moscou em 1921. Apesar de especialmente voltada para os países da Ásia, ela aceitou estudantes latino-americanos porque estes também provinham de regiões consideradas coloniais ou semicoloniais. No V Congresso do Komintern, em 1923, foi criado um primeiro núcleo autônomo para gerenciar o projeto. Em outubro de 1924, o OMS implementou o primeiro curso específico para instrução técnica e política de quadros internacionais. A turma inicial teve cerca de quarenta alunos. Em 1925, o mesmo currículo foi oferecido para setenta pessoas. No começo de 1926 o empreendimento passou a funcionar plenamente com o nome Escola Internacional Lênin, mais adiante conhecida apenas como “Escola Lênin” ou “Cursos Lênin”. O primeiro diretor da Escola foi Bukharin, sendo Béla Kun um de seus principais conselheiros, junto com o francês Pierre Semard e a soviética Klaudia Kirsanova, futura diretora da instituição. Até 1938 – quando então fechou suas portas –, mais de três mil estudantes a frequentaram. A última convocatória de estudantes latino-americanos foi em 1936. Até então haviam passado por seus bancos quase 130 militantes comunistas vindos de diversos países da América Latina. Os maiores grupos eram os dos cubanos, mexicanos e brasileiros (este com pouco menos de vinte nomes)³²⁰.

Os candidatos eram indicados pelos partidos locais, havia cotas por procedência e o aluno era comissionado pelo Komintern por pelo menos um ano, devendo trabalhar em alguma fábrica ou outra frente do Estado. (p.112). Tudo em torno de sua estada na Rússia e de seu aprendizado era secreto. O uso de passaportes e nomes falsos eram a regra. As condições de vida eram espartanas e não se tinha liberdade para circular fora do recinto da Escola. As matérias curriculares incluíam economia política, história do movimento operário e filosofia marxista. Muito estudantes de origem operária, com instrução deficiente, reclamavam do quanto eram puxadas essas aulas³²¹. Matérias práticas incluíam aulas de “provocação e

³²⁰ Víctor Jéfets e Lazar Jéfets. “La Komintern y la formación de militantes comunistas latinoamericanos”, pp. 149-151.

³²¹ Hércules Corrêa. *Memórias de um stalinista*. Rio de Janeiro, Opera Nostra, 1994, pp. 17.

conspiração”³²². A capacitação militar era um aspecto fundamental do treinamento do aluno e o curso estava diretamente ligado com institutos militares³²³. Heitor Ferreira Lima, que passou três anos estudando na Escola, deixou relato pessoal desse treinamento que incluía leitura de mapas, organização de um Estado-maior, marchas, táticas de ataque e defesa, manutenção de armas de fogo e tiro³²⁴. Inclusive, alguns estudantes podiam passar por cursos militares mais profissionais, como aconteceu com o conhecido sindicalista cubano Ramón Nicolau González (da turma 1931-1934), depois herói da revolução castrista³²⁵.

Os brasileiros eram encaminhados para o “Setor L”, onde ficavam os espanhóis e latino-americanos. Eles se comunicavam inicialmente em francês (os outros idiomas mais falados nos corredores do Komintern eram o russo, o alemão e o inglês). A partir da década de 1930, a língua espanhola passou a ser usada para instrução.

A primeira turma de latino-americanos chegou em Moscou em meados de 1927 e nela estava um brasileiro, o então aprendiz de alfaiate Heitor Ferreira Lima³²⁶. Depois vieram outros, como Carlos Augusto da Silva, Russildo Magalhães, Mário Pedrosa etc. Há notícia, inclusive, de uma brasileira na turma de 1937: Jenni Gleizer (“Anita Rodríguez”)³²⁷. Entre os alunos brasileiros estavam dois emigrados de origem russa no Brasil: León Piatigorsky (nascido próximo de Odessa, que cedo teve sérios problemas com GPU) e Gersh Berezin (que chegou a fazer parte do Comitê Central do PCB e a envolver-se diretamente no levante de 1935)³²⁸.

³²² William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 74.

³²³ Víctor Jéfets e Lazar Jéfets. “La Komintern y la formación de militantes comunistas latinoamericanos”, pp. 142.

³²⁴ Heitor Ferreira Lima. *Caminhos Percorridos: memória de militância*, pp 37. Ver também Marcos del Royo. “A formação de um quadro dirigente do PCB”. Em: Paulo Sérgio Pinheiro e Marcos del Royo. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. São Paulo, Paz e Terra, 1990, pp. 42-48.

³²⁵ Andrey Schelchkov. “El marxismo militante: la Escuela Internacional Leninista y los cuadros de la Internacional Comunista en América Latina”. *Revista Izquierdas*, Santiago, 2016, n. 28, pp. 226-247

³²⁶ Heitor Ferreira Lima. *Caminhos Percorridos: memória de militância*, pp. 81 e ss.

³²⁷ Víctor Jéfets e Lazar Jéfets. “La Komintern y la formación de militantes comunistas latinoamericanos”, pp. 142-143.

³²⁸ Para os alunos brasileiros, ver também Andrey Schelchkov. “El marxismo militante: la Escuela Internacional Leninista y los cuadros de la Internacional Comunista en América Latina”, pp. 226-247.

No começo dos anos trinta foi criado na Escola um grupo especial para estudar a experiência militar da fracassada revolução na China. Participavam dele os brasileiros Silo Meireles (militar, mais adiante o “homem de Prestes” em Recife durante o levante de 1935), o norte-americano Victor Allen Barron (que viria para o Brasil) e dos italianos Bartolo Maroni (militante do Partido Comunista da Argentina) e Amleto Locatelli (que também veio para o Brasil).

5.1.2.3. Violência e militarização do PCB

Desde cedo o PCB se interessou por aventuras militares. Isso começou concretamente quando dirigentes do Partido se encontraram no Rio de Janeiro com Isidoro Dias Lopes e garantiram apoio ao seu levante, não só em termos políticos como armando trabalhadores. Com efeito, embora não tivessem participação significativa na cruenta Revolta Paulista de julho de 1924, os comunistas a apoiaram³²⁹. Daí em diante, o PCB manteve um interesse constante pelo tenentismo. Ou mais amplamente, pela caserna. Além, é claro, de se interessarem também por outras expressões de violência menos formais.

Outro momento significativo de aproximação dos comunistas em direção aos tenentes ocorreu no começo de 1926, quando a Coluna Prestes estava no Piauí e recebeu dois emissários comunistas desde Recife (um jornalista e um capitão), enviados por Cristiano Cordeiro – um dos nove fundadores históricos do PCB – e pelo tenente Cleto Campelo – filiado ao Partido e do qual se falará mais adiante –, principais autoridades do PCB em Pernambuco à época.

Porém, o momento fundamental nessa estratégia foi quando no final de 1927 – na expectativa da iminência de uma “terceira explosão revolucionária” ou “terceira revolta”³³⁰ – o Comitê Central do PCB, sob a direção de Astrojildo Pereira, decidiu entrar em contato e assediar o grande comandante tenentista Luís Carlos Prestes, propondo-lhe uma aliança política

³²⁹ John Foster Dulles. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*, pp. 194 e 197.

³³⁰ A primeira corresponderia aos levantes tenentistas de 1922 e 1924, a segunda seria a Coluna Prestes ocorrida entre 1925 e 1927, devendo ocorrer uma terceira que seria uma “explosão revolucionária radical” sob a liderança do Partido. Ver Ricardo Antunes. “Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista”. Em: *Cadernos AEL*. São Paulo, Instituto Edgard Leuenroth/UNICAMP, 1995, v. I, n. 2, pp. 27-49.

com vistas a uma insurreição no país. Nesta, os tenentes funcionariam como uma espécie de parceiro armado do Partido, que se encarregaria de formar suas próprias unidades proletárias de combate³³¹. A coisa não terminou bem assim, mas começou ali uma espécie de fecunda “dança de acasalamento” entre o Cavaleiro da Esperança e os comunistas.

Nessa época, a criação do Bloco Operário, e depois, em 1928, do Bloco Operário e Camponês (BOC), com a subsequente eleição de representantes comunistas no legislativo municipal do Rio de Janeiro, haviam aberto significativas perspectivas de atuação legal do jovem Partido Comunista do Brasil. Mas seu verdadeiro investimento, como partido leninista, era a luta armada³³². Essa orientação belicista foi reforçada pelas resoluções do VI Congresso do Komintern (ocorrido em julho de 1928), que incluíam a famosa e radical política de “classe contra classe”. Dessa forma, no III Congresso do PCB (dezembro de 1928/janeiro de 1929), cujo objetivo principal era discutir e aplicar as duras deliberações político-administrativas do congresso da Internacional acontecido alguns meses antes, ficou consagrada a fórmula “terceira revolta-classe contra classe”.

Como parte desse contexto, em julho de 1929 realizou-se em Buenos Aires a I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina. A ideia era dar curso às resoluções do VI Congresso do Komintern na região e promover a uniformização das suas seções locais. A delegação brasileira era chefiada por Leôncio Basbaum (como representante maior do Comitê Militar Revolucionário do PCB) e Paulo de Lacerda (respondendo pela secretaria geral do Partido brasileiro), que tinham como missão importantíssima procurar Prestes para propor-lhe a entrada no PCB e a candidatura à presidência da República nas eleições de 1930. Por essas e outras, a partir dali começou de verdade a relação entre Moscou e o PCB, a qual se prolongaria de forma mais ou menos estreita por quase meio século.

Com a Conferência, sob o comando de Manuilski – agora um dos mais importantes chefes da Internacional –, engrenou de fato a “bolchevização” da seção brasileira. Isso significava não só “proletarizar” a direção partidária, como vasta literatura já comentou à exaustão, mas também profissionalizar e militarizar sua organização; o que raramente é reconhecido por essa mesma literatura. Nesse sentido, seguindo a orientação dos

³³¹ Otávio Brandão. “O proletariado frente à revolução democrática pequeno-burguesa”. Em: Edgar Carone (org.). *O PCB (1922-1943)*, pp. 48-49.

³³² Marly de Almeida Gomes Vianna. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*, pp. 53.

representantes do Komintern, o PCB recebeu um “choque de gestão” e endureceu ideologicamente. Vários integrantes “pequeno-burgueses” foram expulsos, buscou-se uma aproximação com os militares de carreira e começaram a ser mandados os primeiros militantes para Moscou a fim de aprender politicamente e fazer treinamento armado³³³.

Em setembro de 1929, o jornal *La Correspondencia Sudamericana*, mantido pelo Secretariado Sul-Americano da III Internacional, publicou uma espécie de “carta aberta” denunciando os “perigos de direita” que ameaçavam o movimento comunista na América Latina. Um dos exemplos disso seria o BOC no Brasil. Esse documento foi base para a convocação do III Pleno do Comitê Central do PCB, em outubro, o qual marcou o início concreto do giro “obreirista” e da definitiva militarização da organização³³⁴.

Dessa forma, ainda naquele ano, o Komintern orientou o Comitê Central do PCB a criar um comitê para tratar com os militares de carreira. Este recebeu o estranho nome de “Antimil” (de “antimilitarista”). Ao longo do tempo, esta frente política seria conhecida também Setor Militar, Setor Mil, Comitê Militar ou mesmo, por volta de 1935, Comitê Militar Revolucionário. O primeiro responsável pela área foi Leôncio Basbaum, então membro do Comitê Central e chefe da Juventude Comunista, mas sem qualquer experiência militar. Depois da expulsão de Basbaum, o Antimil teve diversos coordenadores que eram militares profissionais, como Almir Neves, Júlio Sérgio de Oliveira, Antônio Tourinho e Salomão Malina. Embora o objetivo da organização fosse uma infiltração orgânica nas Forças Armadas para fomentar uma conspiração revolucionária, ela também incluía a formação de estruturas paramilitares³³⁵. No início, quando o Partido esperava a “terceira explosão revolucionária”, a ideia era, como escreveu Basbaum,

³³³ A listagem dos brasileiros que receberam instrução paramilitar patrocinado pelos soviéticos ainda está por fazer e talvez seja impossível de ser um dia totalmente realizada. Nessa primeira leva estavam o tenente Silo Meirelles (um dos principais articuladores do levante de 1935 no Nordeste), o alfaiate Heitor Ferreira Lima (que chegou a ser secretário-geral do Partido e depois foi expulso como trotskysta) e Russildo Magalhães (trabalhador da construção civil que chegou a ser candidato, derrotado, a vereador pelo Rio de Janeiro em 1945).

³³⁴ Marcos del Royo. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, pp. 138.

³³⁵ Paulo Ribeiro da Cunha. “Antimil: o setor militar (origens de uma organização)”. Em: *Revista Lutas Sociais/Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo, n. 29, 2012, pp. 60.

“(...) *participar ativamente dela com armas na mão, se possível com formações paramilitares, que deveríamos organizar: seria uma espécie de Rote Front alemã, com armas oferecidas por militares amigos (...)*”³³⁶.

Esse paralelismo com a Rote Front sempre foi uma referência para os responsáveis pelo setor. Altamente compartimentado, ele era organizado a partir de células com meia dúzia de camaradas organizados por patentes, nada era escrito ou arquivado³³⁷. Foi uma das frentes mais ativas e constantes da história do Partido. Como era mantido à parte da estrutura partidária, o “trabalho antimil” foi pouco atingido pelas lutas internas e pelas oscilações de orientação política, logrando um êxito significativo e uma grande continuidade; o que explica, em parte, o peso dos militares dentro do PCB³³⁸.

Aproveitando que em dezembro de 1929 Astrojildo, Ferreira Lima e outros membros da direção do Partido estavam em Moscou, o Secretariado da Internacional discutiu com eles uma resolução sobre a situação no Brasil na qual se reforçava a caracterização de uma crise revolucionária no país. Em fevereiro, uma *Resolução sobre a Questão Brasileira* foi oficializada, trazendo como ideia central a ordem de abandonar a política “reformista” do BOC e partir para a formação de “soviets” de operários, camponeses e soldados³³⁹. Entre abril e maio, realizou-se em Buenos Aires uma reunião do Secretariado Sul-Americano para discuti-la e colocá-la em prática. O encontro foi comandado pelo lituano Abraham Heifetz (aliás “Guralski”, então exercendo a função de secretário) e dele participaram Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Plínio Mello e Aristides Lobo. Os brasileiros aceitaram as críticas do secretário e se comprometeram a ajustar o Partido às novas diretrizes, destacando-se a posição subserviente de Astrojildo, que mais tarde “prestou-se a tudo”³⁴⁰.

³³⁶ Leônicio Basbaum. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, pp. 73.

³³⁷ Salomão Malina. *A luta de Salomão Malina: o último secretário*. Brasília, Fundação Astrojildo Pereira, 2002, pp. 48.

³³⁸ Marly de Almeida Gomes Vianna. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*, pp. 61.

³³⁹ Marly de Almeida Gomes Vianna. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*, pp. 55.

³⁴⁰ Otávio Brandão. *Combates e batalhas*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, pp. 380.

Nessa época, Ferreira Lima estava prestes a voltar de seus três anos em Moscou. No começo de junho, ele escreveu a Astrojildo cobrando a formação dos grupos de autodefesa do Partido³⁴¹.

Na reunião da Comissão Central do PCB realizada ainda em junho, Astrojildo tomou a iniciativa de afastar Brandão, Basbaum e Paulo Lacerda da direção do Partido, substituindo-os por operários. Plínio Mello foi expulso sob a acusação de “trotskysta” e “prestista”, juntamente com Josías Carneiro Leão e Luís de Barros. Pouco depois, Aristides Lobo desligou-se do Partido. Em janeiro de 1931, entretanto, chegou a vez do próprio Astrojildo ser afastado da Secretaria Geral e Ferreira Lima assumiu o seu lugar. Por pouco tempo, todavia. Logo ele também foi afastado e substituído pelo estranho médico Fernando de Lacerda, “campeão intelectual do anti-intelectualismo”³⁴². Lacerda tampouco demorou no posto, renunciando em favor do operário José Villar (aliás “Miguel”), igualmente efêmero no cargo. Estava em curso o que Daniel Aarão Reis chamou de “a dança dos dirigentes”: em cerca de cinco anos, onze secretários gerais, alguns dos quais absolutamente irrelevantes³⁴³.

Na Conferência Nacional realizada em meados de 1932, o processo de “proletarização” continuou com o padeiro pernambucano Caetano Machado sendo designado novo secretário geral do Partido e quase imediatamente trocado pelo gráfico Duvitiliano Ramos. Este, por sua vez, cedeu o lugar ao tecelão Domingos Brás antes do final daquele ano. Com Brás à frente, em novembro o Pleno do Comitê Central aprovou, por unanimidade, uma resolução expulsando Astrojildo do Partido, acusado de “traidor e renegado da causa do proletariado”³⁴⁴. Com essa e outras expulsões estava concluída a “proletarização” do PCB. O passo seguinte seria a militarização, não sem alguma oposição da ala “obreirista”. Quando o Komintern resolveu acolher Prestes em suas fileiras e partir para a lógica putchista, a resistência oferecida pelo núcleo operário do PCB foi resolvida com o afastamento de seus integrantes. Não houve algum

³⁴¹ Heitor Ferreira Lima. Carta a Astrojildo Pereira, de 1 de junho de 1930. Em: Paulo Sérgio Pinheiro e Marcos del Royo. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*, pp. 95.

³⁴² Marcos del Royo. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*, pp. 199.

³⁴³ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014, pp. 156.

³⁴⁴ Marcos del Royo. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*, pp. 201.

problema. O próprio grupo proletário já havia eliminado qualquer possibilidade de resistência por parte dos antigos dirigentes e intelectuais do Partido³⁴⁵.

No começo de 1933, o Bureau Sul-Americano do Komintern enviou para o Rio de Janeiro a primeira equipe de quadros para treinar os militantes brasileiros. Duas turmas iniciais chegaram a ser constituídas. Entre os melhores alunos estavam Miranda (Antônio Maciel Bonfim) e Bangu (Lauro Reginaldo da Rocha), logo depois cooptados para a Direção Nacional do Partido. Eles vinham de histórias diferentes e foram presos em 1932 por causa de seu envolvimento com greves e outras manifestações sociais. Ambos fizeram contato com o Partido na prisão³⁴⁶.

No final do primeiro semestre de 1934, em Moscou, Prestes foi filiado oficialmente no Partido depois de alguns anos de doutrinação e polêmicas internas. Essa foi uma exigência do Presidium da Internacional – a despeito da oposição de alguns militantes históricos³⁴⁷ –, que também deu um ultimato ao PCB para que ele se lançasse o mais rápido possível ao assalto militar do poder.

A questão das respectivas responsabilidades no processo que se seguiu a isso pode guardar ainda ou outro detalhe polêmico, mas existe razoável consenso de que, a despeito dos bruxos soviéticos, a Intentona³⁴⁸ foi obra basicamente dos comunistas nacionais. Evidentemente, os russos contribuíram de diversas formas para ela viesse a ocorrer. Mas foram os brasileiros que a quiseram mais do que ninguém. Para Paulo Sérgio Pinheiro, “*não há como atribuir a revolta de 1935 simplesmente a uma deliberada vontade de*

³⁴⁵ Álvaro Bianchi. *A “proletarização” do PCB: pequena crônica de um golpe burocrático (1930-1934)*. Campinas, Unicamp, 2015, 22 pp.

³⁴⁶ Marly de Almeida Gomes Vianna. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*, pp. 56 e 57.

³⁴⁷ Em 1º de agosto de 1934, o jornal *A Classe Operária* anunciou a filiação de Prestes. Manuilski, então um dos dirigentes mais importantes da Internacional, correspondeu-se com o PCB a fim de solicitar a inscrição de Prestes, sendo que esta solicitação foi recusada por três vezes, até que num ato de força sua entrada foi imposta ao Partido. Segundo a versão do próprio Prestes, “*O desfecho das negociações foi muito simples: Manuilski deu um soco na mesa e disse que eu entraria no partido de qualquer jeito. Miranda não teve como fugir à determinação do Komintern*”. Ver Denis de Moraes e Francisco Viana. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis, Vozes, 1982, pp. 58. Ver também William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 58.

³⁴⁸ A despeito das conotações positivas ou negativas que o termo “intentona” possa tomar ali ou acolá, ele é usado aqui no sentido apenas de “conluio e/ou tentativa de motim ou revolta”, conforme se encontra no *Aurélio*; isto é, de “conspiração para a revolta ou motim, especialmente se frustrados”, conforme se vê no *Houaiss*. Nesse caso, seu uso com inicial maiúscula na presente narrativa visa somente melhor referenciar o acontecimento no curso da argumentação, sem compromisso com este ou aquele juízo de valor em particular.

‘experimentação’ decidida em Moscou”³⁴⁹. Para Marly Vianna, “(...) A difundida tese do papel do Komintern como instigador e condutor dos movimentos de 1935 não encontra qualquer apoio nos fatos documentados (...)”³⁵⁰. E assim por diante. A maioria dos historiadores pode variar um pouco quanto ao lugar mais ou menos secundário que cada um deles reserva para a Internacional, mas nunca chega a divergir sobre o papel protagonista de Prestes, Miranda, Bangu e outros dirigentes nacionais. Ainda mais porque, naquela altura, a cúpula da Internacional já não agia de forma muito coordenada, dividida que estava entre a posição de Manuilski (que continuava a defender insurreições armadas em alguns países) e a de Dimitrov (a favor das frentes populares em todo o Globo), que ganhava espaço e se tornava dominante.

Seja como for, apesar do Komintern àquela altura ter diminuído seu empenho em fomentar levantes armados e passasse a recomendar a formação de frentes populares, a Executiva da Internacional abriu, no dizer de Gorender, uma “exceção” para o Partido brasileiro³⁵¹. De fato, como mostrou Waak,

“(...) Os inflamados discursos e as propostas de formação de frentes populares em nada alteraram, nos bastidores, os preparativos para o envio de mais gente para participar do experimento revolucionário capitaneado por Prestes na América do Sul (...)”³⁵².

Outras providências também foram tomadas.

Em junho-julho, o PCB promoveu uma Conferência Nacional em Niterói para escolheu seus delegados ao VII Congresso do Komintern, a ser realizado alguns meses depois (e que acabou sendo transferido para o ano seguinte). A Conferência também oficializou uma nova direção cuja composição consagrava o processo de bolchevização da seção brasileira. Miranda substituiu Bangu na Secretaria Geral do Partido.

³⁴⁹ Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*, pp. 291.

³⁵⁰ Marly de Almeida Gomes Vianna. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*, pp. 304.

³⁵¹ Jacob Gorender. “O ciclo do PCB: 1922-1980”. Em: Alexandre Fortes (org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005, pp. 165.

³⁵² William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 170.

O ex-sargento Antônio Maciel do Bonfim, mais conhecido como “Miranda”, também foi escolhido para representar o Partido no Congresso em Moscou³⁵³. Sua ascensão como dirigente ocorreu de forma meteórica. Baiano de Ipiranga, quando jovem foi soldado do Exército brasileiro e serviu no Rio de Janeiro. Parece ter participado da Revolta Paulista de 1924 e talvez tenha tido uma passagem pela polícia da Bahia³⁵⁴. Apesar de já ter certa militância próxima dos comunistas, ele entrou para o PCB somente em 1933, depois de fazer um curso para quadros oferecido pelos assessores do Komintern e se sair brilhantemente. Em pouco tempo foi alçado ao Bureau Político do Comitê Central. Dali em diante, apresentando informes sempre muito otimistas para os dirigentes da Internacional e entusiasta das ações armadas, veio a ser um dos principais responsáveis pela aventura de 1935.

Com Miranda ascenderam na hierarquia partidária outros personagens estranhos; como ele pouco cultos, novatos na história do PCB e afeiçoados à violência revolucionária. Eles faziam parte de um plano bastante agressivo de renovação política e também foram convocados para o Comitê Central e indicados para compor a delegação brasileira no evento mundial³⁵⁵.

Um dos mais conhecidos era o tipógrafo e professor primário potiguar Lauro Reginaldo da Rocha (aliás “Bangu”), que por duas vezes assumiu o Secretariado do Partido em lugar de Miranda. De origem bastante pobre e com rarefeita formação intelectual, ele não tinha experiência militar, mas apoiava tudo o que o Partido e o Komintern lhe mandassem fazer nesse sentido. Estava entre aqueles que decidiram pela insurreição em 1935, servindo então como elemento de ligação entre o Rio de Janeiro e as células do Nordeste. Participou do “Tribunal Vermelho” que condenou Elza Fernandes à morte em 1936 e ajudou a matá-la. Na ocasião, em resposta a Prestes, deixou registrada a frase lapidar:

³⁵³ Entre esses delegados estavam Miranda, Bangu, José Caetano Machado (Alencar), Valdevino de Oliveira (Divino), Fernando de Lacerda e Elias da Silva (André). Ver John Foster Dulles. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*, pp. 418 e ss.

³⁵⁴ Raimundo Nonato Moreira. “Antônio Maciel Bonfim (Miranda): a biographical sketch”. Em: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. XXXVI, n. 72, 2016, pp. 173-194. Para alguns, teria sido sargento, o que Prestes negava. Ver Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 160.

³⁵⁵ Para os nomes que se seguem e outros mais, ver William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 63 e ss.

“(…) Agora, não tenha cuidado que a coisa será feita direitinho, pois a questão do sentimentalismo não existe por aqui. Acima de tudo colocamos os interesses do Partido (…)”³⁵⁶.

Pior ainda, em outro bilhete ordenou que o Partido culpasse o governo pelo sumiço da militante:

“(…) Tudo precisa ser preparado com o mais meticoloso cuidado, bem como estudado com atenção todo um plano de ação que nos permita dar ao adversário a culpabilidade (…)”³⁵⁷.

Nesse grupo estava também o mineiro Adelino Deícola dos Santos (aliás “Tampinha”), igualmente secretário geral do Partido por um curto período. Sem grande destaque político ou sindical, ele foi um dos que votou pelo levante em 1935. Tinha algum treinamento armado com instrutores do Komintern³⁵⁸ e ministrou cursos sobre montagem de bombas caseiras para novos militantes³⁵⁹. Estava no grupo que executou Elza.

Honório de Freitas Guimarães (aliás “Martins”, “Milionário” etc.) – filho de ricos fazendeiros fluminenses e tenente que lutou na Revolta Paulista de 1924 –, não chegou a ser secretário geral do Partido, embora integrasse seu Comitê Central e mantivesse uma parceria estreita com Miranda. Era uma das figuras mais importantes desse grupo. Tinha uma formação cultural acima da média de seus companheiros e lembrava um pouco os jovens ricos que integraram a cúpula da TCHEKA com Dzerzinski. Apesar disso, vários depoimentos o apontam como especialmente rude e grosseiro³⁶⁰. Participou do julgamento e da execução de Elza, provavelmente de outros assassinatos também.

Nessa nova elite da hierarquia partidária figurava também um pessoal politicamente mais irrelevante, porém muito ativo nas ações violentas; entre eles o marinheiro português Eduardo Ribeiro Xavier (aliás “Abóbora”), Manoel Severino Cavalcanti (aliás “Gaguinho”), Galileu Sanchez (aliás, “Pedro Bastos”) e o matador Francisco Natividade Lira (aliás “Cabeção”).

³⁵⁶ Sobre este “Tribunal Vermelho”, ver Jacob Gorender. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira (das ilusões perdidas à luta armada)*. São Paulo, Ática, 1987, pp. 238-243. Ver também William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 292-296.

³⁵⁷ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 125.

³⁵⁸ William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 193.

³⁵⁹ Antônio Risério. *Adorável comunista: história, política, charme e confidências de Fernando Sant'Anna*. Rio de Janeiro, Versal, 2016, pp. 102.

³⁶⁰ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 161.

Com Miranda e essas pessoas, as tendências militaristas ganharam ainda maior força dentro do PCB. Para eles,

“(...) qualquer manifestação popular era considerada luta armada, consciente ou potencialmente revolucionária, quer se tratasse de esparsos protestos camponeses, quer se referisse ao cangaço (...)”³⁶¹.

A guerra revolucionária entrou definitivamente na ordem do dia do Partido.

Essa orientação representou um importante marco na consagração do modelo revolucionário leninista entre a esquerda brasileira. E foi também, como seria de esperar, um novo estímulo à cultura de violência política no país. Nesse sentido, parte importante do ímpeto belicista do tenentismo, que tinha profundas raízes nacionais, se somava à agressiva política revolucionária de matriz leninista, a qual trazia seu próprio enraizamento internacional. Já desde 1928, ainda longe de se dizer comunista, Prestes afirmara publicamente que a guerra civil era a única solução para os problemas brasileiros³⁶². Agora, depois de sua entrada poderosa na seção brasileira da Internacional e apenas um mês depois da Conferência de Niterói, um dos primeiros artigos que ele assinou em *A Classe Operária*, órgão oficial do PCB, trazia significativamente como título “O Exército Vermelho em 1934”³⁶³.

Para Prestes, para a nova direção partidária e para o Komintern, mais importante que pacientemente organizar sindicatos, mobilizar trabalhadores, participar da vida política normal ou difundir a cultura comunista, era preparar imediatamente revoltas armadas, formar milícias ou exércitos e promover a guerra civil. Como diz Aarão Reis,

“(...) Desde 1930, quando começara a se aproximar dos comunistas, o que fascinara Prestes – e o seduzira – foram as concepções polarizadas, íntegras, sem concessões ou meio-terminos, preto no branco (...)”³⁶⁴.

Em suma, a cultura política do enfrentamento apocalíptico. Evidentemente, isso representava uma visão tosca do leninismo. Porém, em todo caso era leninismo.

³⁶¹ Marly de Almeida Gomes Vianna. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*, pp. 59.

³⁶² Entrevista concedida ao jornalista João Batista Barreto Leite Filho para *O Jornal* de São Paulo em 6 de abril de 1928. Ver Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*, pp. 212.

³⁶³ Raimundo Nonato Moreira. “Antônio Maciel Bonfim (Miranda): a biographical sketch”, pp. 173-194.

³⁶⁴ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 164.

O resultado mais simbólico desse encontro de ideias e práticas foi o levante de 1935, o qual se enquadrava perfeitamente bem na lógica das quarteladas do tenentismo, atendendo também a uma perspectiva insurrecional que antecedia a entrada dos militares no Partido e correspondia, como disse Paulo Sérgio Pinheiro, a “antigas tendências” da III Internacional³⁶⁵.

Nesse sentido, na cabeça dos estrategistas do Komintern, havia um forte paralelismo entre as situações chinesa e brasileira. O tenentismo, a Coluna Prestes e a ANL (e a Liga de Ação Revolucionária que a antecedeu) de alguma forma eram associados ao movimento nacionalista chinês e ao Kuomintang³⁶⁶. Antes de entrar no PCB, Prestes era visto como uma espécie de Chiang Kai-shek brasileiro³⁶⁷. Heitor Ferreira Lima lembra de ter visto Guralski fazer esta comparação³⁶⁸. A situação de ambos países era caracterizada como semicolonial e semifeudal. Se lá quase tudo dera errado, quem sabe aqui poderia dar certo?

Para tanto, além de contar com uma rede mais ou menos formal de agitadores e simpatizantes na caserna, o PCB passou a dispor também de uma equipe de aproximadamente vinte assessores da Internacional que começaram a chegar no Brasil no início da década de 1930. Os perfis técnicos e políticos desses agentes, relativamente bem conhecidos da literatura, são muito eloquentes sobre o que estava acontecendo dentro do Partido em termos de consolidação de uma cultura leninista do terrorismo.

Quem coordenava a pequena tropa desde Moscou era Wang Ming (Chen Chao-yu). Ele foi o principal articulador do grupo dos “28 Bolcheviques”, o qual reunia sobretudo ex-estudantes da Universidade Sun Yat-sen em Moscou³⁶⁹, caninamente obedientes aos interesses soviéticos. Esse grupo dominou politicamente o Partido chinês entre o rescaldo do

³⁶⁵ Ver Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*, pp.637-638. Somente em agosto de 1935, o VII Congresso do Komintern promoveu um giro político que abandonava a linha radical de “classe contra classe” (implementada no VI Congresso, de 1928) e adotava a política das Frentes Populares. Essa resolução não rompia totalmente com a lógica militarista e golpista do leninismo – como demonstram as ações de vários partidos comunistas pelo mundo à fora nas décadas seguintes, a começar pelo próprio PCB –, mas representava uma notável inflexão tática.

³⁶⁶ Sobre isso, ver Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*, pp. 189.

³⁶⁷ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 130 e 138.

³⁶⁸ Heitor Ferreira Lima. *Caminhos percorrido: memória de militância*, pp.104.

³⁶⁹ Criada pelo Komintern no final da década de 1920, a Universidade tinha como objetivo doutrinar e treinar jovens comunistas chineses. Significativamente, seu primeiro reitor foi Radek, nomeado em 1925, depois de sucessivos fracassos em fomentar a revolução na Alemanha. Ver Warren Lerner. *Radek: the last internationalist*. Stanford, Stanford University Press, 1970, pp. 135 e ss.

Massacre de Xangai em 1927 e o “Encontro de Zunyi”³⁷⁰ em 1935. De 1931 a 1937, Wang trabalhou e viveu em Moscou, exercendo importantes funções como representante do PCC perante o Comitê Executivo do Komintern. Uma dessas funções era detectar e caçar dissidentes chineses, entregando-os ao terror stalinista³⁷¹. Outra era coordenar a relação da Internacional com o Secretariado Sul-Americano, respondendo diretamente a Manuilsky.

O núcleo duro dos enviados por Moscou era composto por experientes quadros do aparato militar do Partido Comunista da Alemanha, alguns deles participantes dos levantes armados acontecidos no país em 1919, 1921 e 1923.

O quadro principal era Guralski, o lituano Abraham Heifetz já mencionado anteriormente, apelidado de “Rústico”. Ele foi um dos homens que renovou o M-Apparat do KPD depois do afastamento de Kun e Radek. Junto com Rakosi, foi um dos grandes responsáveis pelo fracasso da insurreição de outubro de 1923 (*Amburger Aufstand*). Com mais esse insucesso, no congresso do Partido alemão realizado em Frankfurt em abril do ano seguinte, ele, Rakosi e outros incendiários foram derrotados por uma ala menos irresponsável. O lituano voltou para a Rússia e lá participou, no verão, do V Congresso do Komintern, atuando como um crítico feroz da “política de retirada” do então presidente do KPD, Heinrich Brandler. Em seguida foi designado para atuar na “bolchevização” do Partido Comunista da França. Preso em Paris, teve que voltar para União Soviética, onde caiu em desgraça, chegou a ser encarcerado e foi expulso do PCUS. Porém, de algum modo reabilitou-se diante da cúpula do regime e voltou a trabalhar para o Komintern. Foi quando ganhou a chefia do Secretariado Sul-Americano e se transferiu para Buenos Aires, onde atuou entre 1930 a 1934. Ali ele conseguiu trazer Prestes definitivamente para o comunismo, operação considerada prioritária pela Internacional³⁷². E dali empenhou-se em bolchevizar o PCB; isto é, adequá-lo ao modelo leninista com profissionalização e militarização. Embora possuísse alguma experiência em ações armadas, Guralski era mais que tudo um burocrata. Seu papel no Brasil foi basicamente o de um disciplinador e organizador.

³⁷⁰ O chamado “Encontro de Zunyi” foi uma assembleia do PCC realizada na cidade de Zunyi, província de Guizhou, em janeiro de 1935. Ali terminou a influência do grupo dos “28 bolcheviques” e foi consagrada a liderança de Mao. Esse evento é considerado um importante ponto de inflexão da história do Partido Comunista da China, marcando o começo do distanciamento entre os comunistas chineses e soviéticos

³⁷¹ Gregor Benton. *Prophets unarmed: chinese trotskyists in revolution (war, jail, and the return from Limbo)*. Chicago, Haymarket Books, 2017, pp. 493-496. Ver também William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 121 e ss.

³⁷² Stanley Hilton. *Brazil and the soviet challenge, 1917-1947*. Austin, University of Texas Press, 1991. pp. 23.

Depois dele, por importância política, estava o alemão Artur Ewert (aliás “Harry Berger”). Ele também não dispunha de grande experiência militar, mas ocupava um importante lugar no Partido alemão³⁷³. Em 1923 foi eleito para sua Executiva e esteve envolvido com o planejamento do levante do final daquele ano. Porém, com o fiasco da insurreição, foi afastado temporariamente da direção partidária e removido para o trabalho exclusivo no Komintern. Em 1925, era instrutor na Escola Lênin em Moscou. Em 1930, passou a trabalhar para o Secretariado Sul-Americano do Komintern e esteve a primeira vez em Montevideu e Buenos Aires, onde ajudou Guralski a cooptar Prestes. Depois de atuar na disciplinarização do Partido Comunista dos Estados Unidos, foi enviado para China em 1932. Ewert permaneceu por lá até 1934, quando foi reenviado ao Brasil para atuar junto ao PCB. Chegou no Rio de Janeiro em março de 1935, poucas semanas antes da fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL³⁷⁴).

Hierarquicamente abaixo de Guralski e Ewert estavam outros alemães cujas funções eram de natureza mais operacional. Quase todos estavam lotados no famoso IV Departamento do Estado Maior do Exército Vermelho.

Esse órgão foi criado junto com a fundação do exército revolucionário, pelo próprio Trotsky, pouco antes de Guerra Civil³⁷⁵. Seu primeiro diretor e planejador foi Simon Aralov, um ex-major do serviço de inteligência do exército czarista. Começou pequeno, como uma Agência de Registro (Registr Upravlenie, conhecida como “RU”), depois renomeada como Razvedupr” (de Razvedke Upravlenie, ou seja, Agência de Inteligência). Sua função básica era documentar colaboradores e inimigos internacionais, providenciando apoios e sabotagens. As técnicas de terror eram algumas de suas especialidades. Administrativamente, não se confundia exatamente com a TCHEKA (depois GPU, KGB etc., mais dedicados à segurança “civil”), o que sempre gerou problemas devido a superposição de competências e pessoas. Em pouco tempo cresceu e passou a ser, desde 1926, o Quarto Departamento (ou Diretoria) de Inteligência do Estado Maior do Exército Vermelho. Mais adiante, sua função estratégica passou a ser considerada de tamanha importância que o órgão veio a ser comandado

³⁷³ David Hornstein. *Arthur Ewert: a life for the Komintern*. Lanham, University Press of America, 1993, pp. 57 e ss.

³⁷⁴ A Aliança Nacional Libertadora não foi criada pelos comunistas, mas em pouco tempo estes tornaram-se hegemônicos dentro da nova agremiação.

³⁷⁵ Viktor Suvorov. *Inside soviet military intelligence*. Londres, Macmillan, 1984, pp. 6-29.

diretamente pelo Conselho de Defesa do Estado Soviético e pelo Bureau Político do PCUS, atropelando o Estado Maior do Exército³⁷⁶.

À época da constituição e preparativos para a vinda da equipe de assessores da Internacional ao Brasil, quem estava à frente do IV Departamento era o letão Yan Karlovich Berzin³⁷⁷. Indicado por Dzerzinsky, o currículo dele impressionava. Ainda bem jovem, no começo do século liderou um grupo guerrilheiro na Letônia. Integrou o exército do czar, desertou, depois da revolução bolchevique entrou para a TCHEKA e para o Exército Vermelho, conseguindo rapidamente chegar ao posto de general. Comandou o Terror Vermelho em seu país durante a curta experiência da República Soviética da Letônia em princípios de 1919, destacando-se pela prática de deter e matar reféns³⁷⁸. Notabilizou-se também por perseguir, prender e assassinar marinheiros que haviam participado da rebelião de Kronstadt em 1921 e escapado da repressão. Como diretor do Departamento, foi o verdadeiro responsável pela articulação de uma efetiva rede internacional de agentes. Alguns meses antes do levante de 1935, foi deslocado para uma unidade do Exército no Oriente. Enviado para a Espanha em 1936, foi um dos principais assessores militares do Partido Comunista Espanhol.

No grupo de operadores enviados pelo Komintern, sobressaía o ex-marinheiro e ex-mineiro Johann de Graaf, especialista em explosivos. Ele participou dos motins revolucionários na marinha de guerra alemã em 1919 e dos combates insurrecionais no Ruhr em 1921, recebendo depois treinamento militar avançado na Escola Especial do Komintern em Moscou, dirigida por Pavel Vassiliev. Para alguns historiadores, tornou-se espião da Inglaterra³⁷⁹. Enquanto esteve no Brasil, era o principal responsável do PCB para questões de armamento e explosivos.

Outro “técnico” importante era o errático Jan Jolles (aliás “Macário”, “Alonso”, “Emílio” etc.), enviado para o Brasil no final de 1933. Com uma passagem confusa pelo Partido Comunista Argentino, ele foi comissionado pelo Komintern desde Moscou. Era um “homem de Guralski”. Aqui, destacou-se por suas posições violentas, entre outras coisas

³⁷⁶ Em 1937, no contexto dos grandes expurgos, o NKVD (sucessor da TCHEKA e do GPU) passou à destruição do IV Departamento, eliminando em pouco tempo seu “concorrente”.

³⁷⁷ George Leggett. *The Cheka: Lenin's political police*. Oxford, Oxford University Press, 1981, pp. 301.

³⁷⁸ Viktor Suvorov. *Inside soviet military intelligence*, pp. 226-227.

³⁷⁹ Robert Rose e Gordon Scott. *Johnny: a vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935*. Rio de Janeiro, Record, 2012, pp. 143.

sendo o grande responsável pela decisão de assassinar o jovem militante Tobias Warchavski³⁸⁰. Incompatibilizado com Ghioldi, saiu do país no primeiro semestre de 1935, antes de se envolver efetivamente com o levante de novembro. Reapareceu depois no Chile e no Equador, onde se envolveu com atos terroristas.

O burocrata ucraniano Pavel Vladimirovitch Stuchevski (aliás “Leon Jules Vallée”), que lutou no Exército Vermelho, tornou-se agente do NKVD e serviu na Manchúria, era o responsável pelas questões de infraestrutura e finanças.

Nesse grupo avultava especialmente a figura de Olga Gutmann Benário, indicada como guarda-costas do “Cavaleiro da Esperança” em sua volta ao Brasil³⁸¹. Ela havia se aproximado do movimento comunista em meio aos confrontos de rua em Munique durante os levantes de 1923 e pouco depois se transferiu a Berlim, distinguindo-se como secretária da seção de agitação e propaganda da Juventude Comunista. Ficou especialmente conhecida ao comandar à mão armada o espetacular assalto ao Tribunal Penal Central (*Strafgericht*) – no bairro berlinense de Moabit, onde eram julgados os casos criminais da cidade e havia um grande centro de detenção – para libertar seu amante e mestre, o dirigente Otto Braun, integralmente dedicado ao setor militar do Partido³⁸². Depois disso, fugiu para Moscou, onde passou a integrar o Presidium do Comitê Central da Juventude Comunista da III Internacional e a aprender técnicas militares (pilotagem, paraquedismo, cavalaria e tiro, especialmente) em unidades da Frota Aérea Vermelha dos Trabalhadores e Camponeses" (*Glavvozduhflot*), criada pelos soviéticos em 1918. Era um exemplo de militante implacável, sem interesse pelas questões teóricas, treinada para fazer tudo que a Internacional (na verdade, o Partido Comunista da União Soviética) mandasse.

³⁸⁰ Acusado de estar passando informação à polícia, ele foi julgado por uma comissão do Partido, condenado e executado em outubro de 1934. No dia primeiro de novembro, o corpo de Tobias foi encontrado na Estrada da Gávea todo desfigurado e com a cabeça decepada. Ver William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 297. Ver também Edmar Morel, *Histórias de um Repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1999, pp. 41.

³⁸¹ Sobre Olga Benário, apesar dos elementos idealizados e ficcionais que apresenta, ver Fernando Morais. *Olga*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, 263 pp. Para uma abordagem factualmente mais rigorosa, ver também William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 311, 319-320 e 326. Ver em particular, sobre a posição dela no assassinato de Elza Fernandes, William Waak. “Um mito chamado Olga”. Em: *Revista Época*. Rio de Janeiro, n. 326, edição de 13 de agosto de 2004.

³⁸² William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 95.

Essa turma do Partido alemão se completava com outras “esposas” mais ou menos fictícias. Inês Tulchniska (aliás “Janina”), que chegou ao país com Guralski, teve um papel político importante na luta contra os “desvios de direita” no PCB, destacando-se por uma atuação tão arrogante quanto sinistra³⁸³. Investida de grande poder, foi que “demitiu” Heitor Ferreira Lima da Secretaria Geral do Partido em 1931, enviando-o para o Nordeste³⁸⁴. A alemã de descendência polonesa Elise Saborovsky (aliás, “Sabo”) era casada com Ewert e tinha cumprido missões a serviço do Komintern em vários países. Helena Krüger, “mulher” de Johann de Graaf, era motorista de Prestes. Sofia Semionova (alias “Alphonsine Vallée”) era casada com Pavel Vladimirovitch Stuchevski e o ajudava nas tarefas de logística.

Um subgrupo era composto por argentinos. O Partido Comunista da Argentina, membro dos Komintern desde 1921 e que tinha um canal privilegiado com o Comitê Executivo, sempre jogou um papel fundamental nas relações entre o PCB e o Komintern. Foi por meio de seu pessoal, por exemplo, que Canellas chegou a participar do IV Congresso da Internacional em 1922.

Entre eles, um papel central foi jogado por José Rodolfo Ghioldi, importante quadro do Partido Comunista da Argentina e do Secretariado Sul-Americano da Internacional. Ele foi deslocado para o Brasil no final de 1934, junto com uma equipe “barra pesada” do Partido portenho³⁸⁵ para atuar junto à direção do PCB na preparação da rebelião de novembro do ano seguinte. Seu envolvimento com o Partido brasileiro começou, porém, bem antes. Em 1923, quando ele foi o “interventor” mandado para o Rio de Janeiro afim de apurar e encerrar a confusão do caso Canellas.

Agentes de outras nacionalidades também compunham a equipe do Komintern. O operário italiano Amleto Locatelli (alias “Bruno”) prestou serviço militar na Líbia e estudou na Escola Lênin em Moscou, especializando-se em sabotagem. Presente no VII Congresso do Komintern (agosto de 1935), logo depois do encontro foi mandado para o Brasil como

³⁸³ Heitor Ferreira Lima. *Caminhos percorridos: memórias de militância*, pp. 146.

³⁸⁴ John Foster Dulles. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*, pp. 389.

³⁸⁵ Entre eles, Steban Peano (aliás “Grassi”, especialista em “questões de segurança”), Marcos Youbman (aliás “Arias”, sindicalista acostumado a enfrentamentos duros), Paulino Gonzáles Alberdi (atuante no processo de bolchevização do Partido Comunista do Chile), Marcos Youbman (aliás “Arias”, que cumpria tarefas de pombo-correio e informante. Ver William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 154, 190, 247, 235-7 etc.

instrutor militar, devendo se dedicar à promoção de guerrilhas no Nordeste³⁸⁶ (projeto que não chegou a ser realizado por uma série de atrasos). Um papel estratégico era exercido pelo norte-americano Victor Allen Barron (aliás “James Martin”, “Raimond”etc.), operador de rádio e especialista em comunicações.

Nessa legião de estrangeiros há personagens inócuos, como a argentina Carmen de Alfaya, “esposa” de Ghioldi, que em nada se destacaram. Há alguns que tiveram certo papel central, mas dos quais quase nada se sabe além do nome, uma certa “Marga”, alemã, secretária de Ewert. Ou como o russo Samuel Genez que foi preso pela polícia de Ilhéus em 1935, envolvido com um atentado à bomba contra integralistas no cinema da cidade³⁸⁷. Um polonês chamado Mendel Mirochevski (aliás “Losovski”) teria sido enviado pelo Komintern para ajudar nas questões sindicais e um russo de nome Boris Kravsky teria atuado no Rio Grande do Sul. E há ainda mais, à espera de maiores investigações.

Mesmo enquanto ocorria o VII Congresso da III Internacional (em agosto de 1935) e a política de “classe contra classe” era formalmente abandonada, a chefia do Komintern ainda se empenhava em mandar para o Brasil mais dois casais de agentes e um instrutor militar³⁸⁸.

Em suma, ao fazer esta breve recopilação de figuras estrangeiras que contribuíram para a insurreição de 1935, é possível perceber nitidamente que, a despeito de todas as diferenças entre elas, os dois elementos mais importantes que as articulavam eram uma determinada cultura de violência política e um projeto para colocá-la em prática. Em particular, revolução, bolchevismo, leninismo e terror eram as palavras-chave dessa cultura e desse projeto. Como disse Bangu em suas memórias sobre aquele contexto,

“(...) Nunca surgiu em nossas fileiras nessa época, qualquer ilusão ou veleidade no que concerne à conquista do poder pelas massas populares por outro caminho que não fosse pela luta armada. Para nós, este era o princípio básico, a conclusão lógica do marxismo-leninismo. Dentro dessa perspectiva

³⁸⁶ *Idem, ibidem*, pp. 174.

³⁸⁷ Marcelo da Silva Lins. *Os vermelhos na terra do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, pp. 162 e 199.

³⁸⁸ Willian Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 170.

*revolucionária, nossa ação só poderia ser encaminhada no sentido de preparar o Partido para esse desfecho (...)*³⁸⁹.

Essa preparação era política, com certeza, mas antes de tudo era também militar. Ou não alcançaria os objetivos do Partido. E preparação militar não era somente imaginar planos ou promover a articulação com oficiais e praças. Era prática e interna. E também não num sentido de ação de massas, como milícias juvenis ou operárias para enfrentamento de rua. Nessa direção o Partido não moveu muitos esforços e nem tinha suficiente inserção popular para fazê-lo. O que estava bem ao alcance do Partido era preparar militantes seus em ações de guerra.

Em uma sessão plenária do Comitê Central em maio de 1935, Ewert, falando com a autoridade do Komintern, exigiu que o Partido providenciasse um grande Comitê Militar Revolucionário para preparar a insurreição em todo o país³⁹⁰. Em de agosto, durante o VII Congresso do Komintern, Fernando Lacerda apresentou em Moscou um parecer sobre o Brasil, reivindicando a possibilidade de vitória de uma revolução no Brasil. Na mesma época, Prestes foi admitido no Comitê Executivo do Komintern e entrou para o Comitê Central do PCB. Os preparativos para o levante revolucionário foram intensificados, prevendo-se sublevações nos quartéis de várias cidades, os quais deveriam ser seguidos de greves por todo o país. Planos para armar trabalhadores com granadas e bombas foram implementados, bem como para dinamitar pontes e edifícios. Em particular, Ewert articulava junto com Prestes a formação de grupos especiais de terrorismo³⁹¹.

Depois de um período no qual atuava com certa contenção no âmbito da grande frente política da Aliança Nacional Libertadora, formalizada em março, o PCB mostrou a que veio com o manifesto de Prestes lançado no começo de julho, no qual chamava “todo poder à ANL” e pregava a insurreição contra o “governo podre” de Vargas. Em certo momento, dizia:

³⁸⁹ *Apud* Brasília Carlos Ferreira (org.). *Bangu (Lauro Reginaldo da Rocha): memória de um militante*. Natal, Editora UFRN, 2019, pp. 81.

³⁹⁰ William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 125 e 190.

³⁹¹ *Idem, ibidem*, pp. 179, 222 etc.

“(…) A situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se, ativamente, para o assalto (…)”³⁹².

Lido bombasticamente por Carlos Lacerda (Prestes mantinha-se na clandestinidade), o documento causou grande impressão na opinião pública. Getúlio Vargas, que já contava com a Lei de Segurança Nacional, a “Lei Monstro”, aprovada pelo Congresso em abril, aproveitou a situação e a inabilidade do líder comunista para ilegalizar a Aliança nas semanas seguintes. Em resposta ao ato do governo, o Partido lançou o manifesto “Às armas”, no qual passava das ameaças aos atos. Alegando as injustiças da nova Lei e da proscricção da ANL, o Partido começou então a preparar efetivamente o levante que viria no final do ano.

Na verdade, mais do que um episódio extemporâneo, os acontecimentos apenas legitimavam a política insurrecional do PCB, já em andamento havia algum tempo.

No projeto insurrecional do Partido, depois da tomada dos quartéis, o povo seria chamado a apoiar os revoltosos. O plano era instalar um governo de coalizão nacional sob a liderança de Prestes e depois proclamar uma república soviético de soldados, operários e camponeses. No Rio de Janeiro, foram imaginadas “brigadas civis” de estivadores, operários, membros da Juventude Comunista e outros simpatizantes que deveriam entrar em ação com violência tão logo a vitória fosse anunciada. Para isso, como diz Vianna, “começou-se a fabricar bombas e granadas de mão em casa de militantes, sem mesmo ter onde armazená-las”³⁹³. Naquela época, pelo menos umas três turmas (com média de quatro alunos) já haviam concluído o treinamento básico com explosivos oferecido por uma espécie de “escola de bombas” montada por Graaf em Quintino, subúrbio do Rio de Janeiro. Dali saíram, inclusive, instrutores com a missão de dar novos cursos no Nordeste³⁹⁴.

Algum resultado isso deu. Em janeiro de 1935, uma poderosíssima bomba (vinte quilos de dinamite e mais de duzentos pedaços de ferro) colocada no trajeto de uma passeata

³⁹² Apud Edgard Carone. *O PCB (1922-1943)*, pp. 172-181.

³⁹³ Marly Vianna. “As rebeliões de novembro de 1935”. Em: *Revista Novos Rumos*, Marília, 2001, n. 34, pp. 1-39.

³⁹⁴ William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 135.

integralista foi desativada pela polícia em Porto Alegre³⁹⁵. Em agosto, indivíduos de uma célula do PCB em Ilhéus cortaram a luz da cidade e jogaram uma bomba de dinamite no cinema Victoria Palace, na praça Coronel Antônio Pessoa, onde estava ocorrendo uma concentração com cerca de 500 pessoas simpatizantes do integralismo. Várias ficaram feridas, mas não houve mortos. Estavam diretamente envolvidos nessa operação os militantes comunistas André Bento da Silva e Horácio Pessoa de Albuquerque, de Itabuna, e mais dois membros da Polícia Militar de Ilhéus, o cabo José Euclides Gomes e o soldado Elias Alves de Souza Morais³⁹⁶. No meio das pessoas presas pelo atentado estava um russo, Samuel Genéz, que havia chegado no Brasil em meados de 1934 e era, segundo a polícia, instrutor de técnicas com explosivos³⁹⁷.

Enfim, na última semana de novembro a revolta finalmente estalou em Natal (dia 23), Recife (dia 24) – onde foi especialmente sangrenta – e Rio de Janeiro (dia 27). No dia 27 foi lavrado o célebre texto do telegrama do Comitê Executivo da Internacional para o PCB: “*Questão da ação geral, decidam vocês mesmos quando acharem necessário*”³⁹⁸. Quando o telegrama chegou, muitas horas depois, o levante já havia sido fragorosamente derrotado e o movimento comunista no Brasil maculado indelevelmente para sempre.

De novo, o pessoal do Komintern conhecia outro fiasco. Considerada pelos experientes quadros do PCUS como artesanal e bagunçada, a III Internacional jamais logrou sequer uma vitória em seus 24 anos de existência. Não espanta que Stálin, que nunca lhe deu importância estratégica, a chamasse de “a lojinha”³⁹⁹.

O trauma foi tremendo. Durante quase um mês, o núcleo dirigente do Partido ainda conseguiu se preservar da repressão desencadeada pelo governo. Porém, no dia 22 de dezembro, uma grande explosão acidental de granadas em um casarão no bairro carioca do

³⁹⁵ Diorge Alceno Konrad. “Lutas políticas e projetos sociais distintos na década de 1930: os casos da Aliança Nacional Libertadora e da Ação Integralista Brasileira”. Em: *Revista Aedos/Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 2015, v. VII, n. 17, pp. 342-365.

³⁹⁶ Marcelo da Silva Lins. “Comunistas, índios e camponeses”. Londrina, *Anais do XXIII Simpósio Nacional de história/ANPUH*, 2005, pp. 2.

³⁹⁷ Marcelo da Silva Lins. *Os vermelhos na terra do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*, pp. 162 e 199.

³⁹⁸ Assinado por Manuilski, Wang Ming, Togliatti e mais cinco chefes do Komintern. Ver William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 202-203.

³⁹⁹ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 170.

Grajaú levou a polícia até o esquema internacional do Partido, que não demorou a cair⁴⁰⁰. Ninguém morreu com a detonação. Mas o susto foi enorme. Vizinhos que vieram ajudar perceberam grande quantidade de armas e munições e chamaram a polícia⁴⁰¹. Pegando o caseiro que servia de fachada para o aparelho do PCB, esta chegou até Ewert (Berger). Daí foi uma questão de pouco tempo até desmontar todo o esquema dos agentes do Komintern, boa parte deles capturados nas semanas seguintes. Mais alguns dias e a repressão começou a alcançar os brasileiros que integravam a direção do Partido. O primeiro a cair foi Miranda, preso em janeiro de 1936. Bangu assumiu seu lugar no Secretariado. Mas acabou depois sendo pego também, como quase todos os outros dirigentes comunistas, de Prestes a Marighella. O golpe sobre o PCB foi tremendo, deixando-o completamente acéfalo até a Conferência da Mantiqueira em 1943.

Sobre a caracterização histórica, organização, desenrolar, respectivas responsabilidades e consequências do polêmico episódio da história nacional muito já se escreveu e disse. É um debate que não faz grande diferença na tese aqui desenvolvida. A despeito dos aspectos do episódio que possam ser interessantes para outras discussões, no caso do presente argumento basta com lembrar duas coisas. Em primeiro lugar que, como diz Paulo Sérgio Pinheiro,

*“(...) O modelo de rebelião de 1935 decorre diretamente daquele colocado em prática em 1917, na Rússia, pelos bolcheviques: a revolução entendida fundamentalmente como operação militar (...)”*⁴⁰².

Em segundo lugar, que essa rebelião e a cultura comunista que a inspirara representaram um grau avançado de penetração das ideias e práticas leninistas no país. Miranda, Prestes e os assessores do Komintern estavam muito aquém de Lênin, Trotsky e os bolcheviques históricos. E a quartelada da ANL e do PCB estava muito aquém da insurreição de outubro de 1917. Mas de algum modo os comunistas brasileiros e sua aventura sinalizavam a cristalização de certas ideias e práticas de violência revolucionária inspiradas na experiência soviética. Isso fica especialmente evidente no comportamento do Partido depois da Intentona.

⁴⁰⁰ William Waak. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 248-250.

⁴⁰¹ Marly de Almeida Gomes Vianna. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*, pp. 284-285.

⁴⁰² Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*, pp. 296.

5.1.3. Conclusão desta seção

Quando se repassa a história da III Internacional, da influência do bolchevismo no Brasil, da fundação do PCB e de seus primeiros anos de funcionamento, é impossível não perceber o lugar de grande importância ocupado pela cultura da violência revolucionária. Isso não surpreende em nada, pois se trata de um *topos* do modelo leninista perpetuado no Partido brasileiro.

O processo de “bolchevização” do PCB – isto é, de enquadramento conceitual, organizativo e comportamental do Partido brasileiro aos padrões determinados por Lênin – ocorreu no contexto de crescente afirmação do poder de Stálin no aparato do PCUS. Entre 1919 e 1923, Lênin supervisionou a Internacional. Porém, depois do seu adoecimento, a entidade passou por um período “solta”, até que Stálin conseguisse controlá-la totalmente. Zinoviev – primeiro presidente do Komintern – e Radek – o primeiro secretário geral –, por certo tempo atuaram com relativa autonomia. Nessa época, eram aliados não muito confiáveis de Stálin. Em 1926, eles começaram a cair em desgraça e perder sua influência sobre o Komintern. Quando Zinoviev e Trotsky foram destituídos do Comitê Central do PCUS em outubro de 1927, o controle da organização caiu completamente nas mãos dos homens de Stálin. Foi somente a partir desse ano que se iniciou o efetivo processo de endurecimento ideológico, burocrático e militar do PCB.

Com relação a questões partidárias, isso não significou a menor ruptura teórica, organizacional ou metodológica entre leninismo e stalinismo. Com efeito, não é possível demonstrar qualquer inovação doutrinária ou prática de Stálin com relação a Lênin em termos de estrutura e funcionamento bolchevique.

Também é preciso frisar, apesar da obviedade histórica, que tampouco existe solução de continuidade entre esses dois termos com relação ao lugar que eles concediam ao terrorismo. A vinculação do stalinismo com o terrorismo é um fato. Seja pelo que ele herdou concretamente do leninismo (isto é, a própria máquina bolchevique), seja quanto ao que ele manteve ideologicamente daquele (a priorização da violência na prática política revolucionária). Nessa tradição, todo tipo de ação violenta é válido, dependendo de seu interesse tático, terrorismo incluso. São inúmeros os exemplos de aplicação sistemática do

terror revolucionário pelo Estado soviético sob o comando de Stálin. É por isso que o historiador marxista João Quartim de Moraes caracteriza, com propriedade, o regime stalinista como uma “ditadura burocrático terrorista”⁴⁰³.

Foi nessa cultura de violência política revolucionária que se formou o PCB. Entretanto, no caso brasileiro essa cultura ficou muito aquém do padrão original. Exemplo disso foi a atenção dada pelo Partido ao terrorismo, em tudo híbrida e ambígua. Por três razões. Uma delas foi a ausência de teorização sobre o assunto, o que permitiu todo tipo de confusão conceitual. Outra foi a imperícia dos dirigentes brasileiros no tratamento da questão, o que lhes ocasionou sucessivos descaminhos e reveses. A terceira foi o cruzamento das práticas leninistas com outras formas de violência política (especialmente aquela embutida no tenentismo), que não favoreceu nenhuma delas.

De qualquer forma, o então relativamente jovem Partido no qual Marighella ingressou já trazia consigo uma razoável tradição de usar as armas para fazer a revolução, sem qualquer impedimento doutrinal ou prático ao emprego de métodos terroristas. Diversas falas e atos dos seus dirigentes confirmam o envolvimento com tais métodos.

5.2. O Partido que Marighella ajudou a criar

5.2.1. O PCB depois de 1935: assassinatos, bombas e guerrilhas

Apesar do insucesso dos motins e da brutal repressão que se abateu por parte do Estado, a seção brasileira do Komintern não retrocedeu em sua mentalidade e em seus métodos. Embora reconhecendo os erros cometidos e a precipitação do movimento, a direção do Partido acreditava que a derrota não era total e que “mais adiante a coisa poderia tomar outro vulto”, conforme disse um integrante da direção nacional⁴⁰⁴. A direção nacional praticamente não foi atingida logo depois do desastre. Alguns membros do Comitê Central nos estados foram presos, mas o Secretariado Nacional permaneceu intocado. Os revoltosos confinados nas prisões não demonstravam abatimento. Prestes continuava sendo uma grande referência para os revolucionários e permanecia livre para atuar. Pedidos de instruções para

⁴⁰³ João Quartim de Moraes. “A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro”, pp. 49 e 69.

⁴⁰⁴ Marly de Almeida Gomes Vianna. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*, pp. 277.

continuar a luta nos quartéis chegavam dos estados. Além disso, prosperavam as notícias fabulosas sobre guerrilhas no Nordeste.

Sem dúvida, o tranco recebido foi duro e o PCB obrigado a severo recolhimento por questões de segurança. Ao mesmo tempo, o deslocamento do Komintern para a direita por meio da política das Frentes Populares também sugeria algum recuo tático. Mas nada que abalasse o otimismo dos comunistas com relação a novos levantes e movimentos guerrilheiros. Os próprios policiais encarregados de lidar com os militares prisioneiros demonstravam certo cuidado e polidez com eles, inseguros quanto ao que podia acontecer num futuro breve⁴⁰⁵. Nesse contexto, o partido não renunciou à violência revolucionária. Ao contrário, sob certo aspecto, radicalizou-a.

Embora não fosse uma prática nova (notar, por exemplo, o assassinato de Tobias Warchawski em 1934 e a tentativa de execução, em agosto do ano seguinte, de Bernardino Pinto de Almeida, o “Dino Padeiro, que apesar de tomar vários tiros e ser dado como morto sobreviveu), depois do fracasso da Intentona os “justiçamentos” se tornaram mais comuns. Foi o que aconteceu em dezembro com o capitão da reserva José Augusto de Medeiros, militante da ANL, encontrado crivado de balas depois de supostamente ter colaborado com a polícia. E com Afonso José dos Santos, militante do Partido igualmente acusado de traição, encontrado morto na garagem da Prefeitura do Rio de Janeiro, onde trabalhava⁴⁰⁶. Em março de 1936 teve lugar o infame assassinato da jovem Elza Fernandes (Elvira Copello Coloni, de 16 anos), namorada de Miranda (Antônio Manual Bofim), secretário do PCB, a qual foi enforcada, depois quebrada, enfiada em um saco e enterrada, por determinação de um “tribunal revolucionário” que a condenou culpada de traição⁴⁰⁷.

No auge no racha de 1937, Joaquim Câmara Ferreira foi encarregado pelo Bureau Político de, junto com outros dois companheiros, matar Sacchetta. O crime só não foi

⁴⁰⁵ *Idem, ibidem*, pp. 279.

⁴⁰⁶ Para algumas dessas mortes (e outras), ver a longa reportagem da revista carioca *A Noite Ilustrada*, de 25 de junho de 1946. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/120588/per120588_1946_00904.pdf>. Ver também o curioso livro de Pedro Lafayette. *Os crimes do Partido Comunista*. Rio de Janeiro, Moderna, 1946. Para sentenças mais acadêmicas, ver John Foster Dulles. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*, pp. 156 e ss.

⁴⁰⁷ Para detalhes desse crime, bem conhecido e considerado um dos mais bárbaros do PCB, ver Jacob Gorender. *Combate nas trevas*, pp. 238-243. Ver também Sérgio Rodrigues. *Elza, a garota: a história da jovem comunista que o Partido matou*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

consumado porque Joaquim se apiedou do velho companheiro⁴⁰⁸. Ainda em 1940, da mesma forma considerada traidora, Maria Silveira (“Nelli”) foi jogada de um penhasco na floresta da Tijuca e também esquartejada. Dois meses depois, a mesma célula do Partido matou o motorista de taxi Domingos Antunes Azevedo, o “Paulista”, que havia colaborado no assassinato de Nelli e se tornara pouco confiável. Além de ser alvejado, também foi atirado das montanhas da Tijuca. Outros supostos informantes da polícia, como o gráfico Mário Grazzini, militante histórico do Partido acusado de trotskismo, conseguiram escapar⁴⁰⁹.

Gorender, como sempre uma voz muito respeitada, confirma pelo menos meia dúzia desses assassinatos até a entrada do Brasil da Segunda Guerra Mundial⁴¹⁰. Porém, ele fala apenas do Rio de Janeiro, embora o Partido já estivesse relativamente bem implantado em pelo menos outras três capitais. E parece ignorar casos emblemáticos, como o do tenente Alberto Bomílcar Besouchet, morto em Barcelona durante as “Jornadas de Maio”⁴¹¹, com o concurso dos comunistas brasileiros⁴¹².

Seja como for, a verdade é que, por alguma razão, a derrota da Intentona deixou a liderança do Partido ainda mais excitada e agressiva. Pelo menos momentaneamente.

Comentando aqueles dias, Armênio Guedes lembra que:

“(…) *A gente tinha saído do movimento de 1935 e queria fazer um novo assalto. Ou seja, a opção armada ainda tinha alguma credibilidade. [...] Nessa ocasião, foram empreendidas algumas ações terroristas (...)*”.

Para exemplificar o que diz, ele cita os nomes de alguns militantes da Juventude Comunista na Bahia envolvidos com lançamentos de bombas em sedes de jornais

⁴⁰⁸ Luiz Henrique de Castro e Silva. *O revolucionário da convicção: Joaquim Câmara Ferreira, o Velho Zinho*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Comparada/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008, pp. 117.

⁴⁰⁹ Para alguns desses acontecimentos, ver relatório de Fernando Lacerda, então secretário geral do PCB, feito em 1940 a Dimitrov, então secretário geral do Komintern. Carlos Zacarias Sena Junior. “Conluio e cadeias, considerações sobre a direção pecebista na conjuntura do Estado Novo”. Em: *História & Luta de Classes*, n. 5, 2008, pp. 23-30. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/03_Conluio_e_Cadeias_Carlos_Zacarias.pdf>.

⁴¹⁰ Jacob Gorender. *Combate nas trevas*, pp. 282.

⁴¹¹ Diz-se da pequena guerra civil entre republicanos na Catalunha, processada dentro da grande guerra civil entre republicanos e nacionalistas, ocorrida na primeira semana de maio de 1937, quando o Partido Comunista da Espanha desbancou as milícias anarquistas e “trotskistas” matando seus principais dirigentes.

⁴¹² Ver Dainis Karepov. “O caso Besouchet: ou o lado brasileiro dos Processos de Moscou pelo mundo”. Em: *Pós-História/Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP-Assis*. Assis, 1999, v. VII, pp. 179-195.

integralistas⁴¹³. Eles e outros haviam feito cursos de confecção de explosivos em Salvador promovidos pelo Partido⁴¹⁴. O professor desses cursos era Adelino Deícóla dos Santos, o “Tampinha” – o já citado efêmero secretário geral do Partido envolvido com outros crimes –, enviado pela direção nacional para reforçar o Comitê Regional baiano. Ele tinha então, como uma de suas tarefas, justamente, dar cursos sobre confecção caseira de bombas e outras técnicas de combate aprendidas com o pessoal do Komintern no Rio de Janeiro uns anos antes⁴¹⁵.

O exemplo baiano aqui evocado não é aleatório. Diante de importantes “quedas” de seus dirigentes na capital carioca e em Pernambuco, motivadas pelo desastre de novembro de 1935, o Partido deslocou seu secretariado nacional para Salvador. Ainda que esta operação tenha durado pouco – em novembro de 1936 ele voltou para a Guanabara – e não tenha afetado diretamente Marighella – que nessa altura já tinha saído de Salvador –, ela deve ser lembrada por contribuir ao entendimento daquele contexto de radicalização do PCB. Contexto que marca a etapa inicial da militância de Marighella.

Apesar do fracasso do motim e de outros problemas que atazanavam o Partido, o imaginário e as ações dos comunistas brasileiros quanto às perspectivas da luta armada pareciam, contudo, não esmorecer. Obrigados momentaneamente a conviver com a impossibilidade de levantes nos quartéis, agora o PCB alimentava a expectativa de promover guerrilhas no país. Não era uma ideia absolutamente nova. Havia já um bom tempo, o pernambucano José Caetano Machado vinha sugerindo isso ao Partido. Inclusive sendo o primeiro a insistir na ideia de juntar os comunistas aos cangaceiros.

Machado foi um dos fundadores do Centro Comunista de Recife, em 1922, junto com Cristiano Cordeiro e outros militantes memoráveis da história do movimento marxista-leninista pernambucano. Padeiro de profissão, depois de passar pelo Comitê Regional do Nordeste, chegou à direção nacional do Partido embalado pelo processo de proletarização. Aprendeu a ler ajudado por camaradas entre uma e outra reunião do Partido⁴¹⁶ e manifestava

⁴¹³ Ver Antônio Risério. *Adorável comunista: história, política, charme e confidências de Fernando Sant'Anna*, pp. 13.

⁴¹⁴ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 138.

⁴¹⁵ Antônio Risério. *Adorável comunista: história, política, charme e confidências de Fernando Sant'Anna*, pp. 102.

⁴¹⁶ Paulo Cavalcanti. *Da Coluna Prestes à queda de Arraes: o caso eu conto como foi*. São Paulo, Alfa-ômega, 1978, pp. 54.

claramente sua repulsa por intelectuais⁴¹⁷. Como Cordeiro e outros comunistas recifenses, mantinha relações com o círculo político em torno da conjura tenentista ocorrida no Recife em 1925 (o caso conhecido como “Os Doze da Rua Velha”) e do episódio da “Coluna de Cleto Campelo” que lhe seguiu no começo do ano seguinte, ambos movimentos armados falidos⁴¹⁸. Ele esteve preso em Ilha Grande, de onde fugiu junto com Martins (“Miranda”) em 1932. Estava entre os delegados escolhidos pela I Conferência Nacional do PCB para participar do VII Congresso da Internacional, depois adiado para o ano seguinte. Como tal, esteve presente na III Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina realizado em Moscou em 1934. Antes disso, já tinha feito cursos na capital russa. Em novembro de 1935, era um dos principais homens do esquema de Prestes em Recife, empenhando-se vivamente em fazer eclodir o levante na cidade (embora não tenha participado dos enfrentamentos). Conforme vários relatos, ele foi um dos primeiros a defender a formação de colunas guerrilheiras no Nordeste⁴¹⁹. Evidentemente, não deixou nenhum escrito sobre o assunto.

Dentro dessa ideia de promover guerrilhas (como etapa para se chegar até a guerra civil), destacou-se desde o início a sugestão de cooptar e usar cangaceiros⁴²⁰. Note-se: não exatamente empregar suas técnicas ou tê-los como inspiração. Mas atraí-los, converte-los ao projeto comunista e emprega-los concretamente em ações de confronto e desgaste com o governo. Pelo menos em um primeiro momento. A ideia de utilização dos cangaceiros como força armada a seu serviço era anterior à ideia de promover guerrilhas do próprio Partido. Em 1932, o Secretariado sul-americano do Komintern já defendia essa política para o Partido

⁴¹⁷ Álvaro Bianchi. *A “proletarização” do PCB: pequena crônica de um golpe burocrático (1930-1934)*. Campinas, Unicamp, 2015, pp. 12 e ss.

⁴¹⁸ “Os Doze da Rua Velha” compunham um grupo de conspiradores que intencionavam atacar com dinamite a sede do governo pernambucano e declarar um vago governo revolucionário em defesa dos pobres e do Estado democrático. Denunciados por um falso simpatizante, o movimento foi abortado e seus integrantes presos. Alguns deles viriam a integrar depois a Coluna Cleto Campelo, pequeno destacamento armado de revoltosos que se insurgiram e marcharam para o interior do Estado a fim de se juntar à Coluna Prestes no Vale do Pajeú. O movimento foi desbaratado por forças governistas, tendo seu líder – o ex-tenente e desertor Cleto Campelo – morto em combate na altura de Gravatá. Sobre ambos acontecimentos, Ver Paulo Cavalcanti. *Da Coluna Prestes à queda de Arraes: o caso eu conto como foi*, pp. 47-48 e 56-60.

⁴¹⁹ Edgar Carone. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo, Ática, 1991, pp. 210.

⁴²⁰ O fenômeno do cangaço e dos cangaceiros envolve diversas expressões e não pode por isso ser facilmente caracterizado. São muitas as suas manifestações desde que começou a se formar em meados do século XIX até ser extinto no começo da década de 1940. Para uma aproximação ao assunto, ver Luis Bernardo Pericás. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo, Boitempo, 2010, 319 pp. Ver também Frederico Pernambucano de Mello. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. Recife, Fundação Joaquim Nabuci/A Girafa, 2011, 520 pp.

brasileiro, sugerindo concretamente uma aproximação com o bando de Lampião. Essa orientação tinha pleno respaldo de Moscou⁴²¹.

Ecoando os relatórios da seção brasileira e do Secretariado sul-americano, em 1933 uma Resolução da Comissão Política do Secretariado Executivo do Komintern orientava concretamente o PCB a “(...) *Estabelecer contato com os melhores elementos do movimento de cangaceiros que estão muito proximamente relacionados com as massas e conquistar a liderança dessas movimento (...)*”⁴²². Essa política continuou a seduzir os comunistas brasileiros nos anos seguintes. E não faltou imaginação nesse sentido. No informe estapafúrdio (intitulado “Em véspera da revolução no Brasil”) Antônio Maciel Bonfim (o “Miranda”) – chefe da delegação brasileira na III Conferência de Partidos Comunistas da América Latina e Caribe, em Moscou, em 1934 – apresentava ao Komintern era possível ler que:

*“(...) Os guerrilheiros cangaceiros fazem chamamentos à luta, unificam os camponeses pobres e lutam pelo pão e pela vida. O governo já não está em condições de vencer esse movimento. Já não são pequenas insurreições camponesas, contra as quais bastava dirigir uma centena de soldados. Numa só província da Bahia os guerrilheiros constituem destacamentos de umas 1500 pessoas armadas de metralhadoras, providas de caminhões, etc. [...]. Lampião e seus partidários são guerrilheiros cujo nome e façanha correm de boca em boca, como atos arrojados de defensores da liberdade, defensores da vida do camponês (...) que busca o Partido cuja autoridade cresce no campo (...)”*⁴²³.

Evidentemente, tal expectativa delirante não arrefeceu em 1935, ano justamente do levante comunista. No artigo *Como os trabalhadores do Brasil resolverão a crise*, publicado na *A Classe Operária* em março daquele ano, o mesmo Miranda repete duas vezes a consigna “pegar em armas”, apresenta como exemplos Canudos, Contestado e a Coluna Prestes, fala em “multiplicar as guerrilhas por todo o Brasil” e propõe “arrastar os cangaceiros como aliados”⁴²⁴. Mais ou menos ao mesmo tempo, Ewert enviou um relatório a Moscou afirmando que as articulações com os “cangaceiros partisans” já estavam avançadas⁴²⁵. Em agosto, um

⁴²¹ Dainis Karepov. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo, Hucitec, pp. 95-97.

⁴²² *Apud* William Waak. *Comrades: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*, pp. 56 e 352 (notas 21, 22 e 23).

⁴²³ *Apud* Marly de Almeida Gomes Viana. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*, pp. 114.

⁴²⁴ *Apud* Edgar Carone. *O PCB (1922-1943)*, pp. 184-185.

⁴²⁵ Paulo Sérgio Pinheiro. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*, pp. 30.

comunicado do Comitê Central dava, enfim, a ordem para as seções nordestinas do Partido: “(...) *Devemos iniciar já as lutas armadas no campo, em forma de guerrilhas (...)*”⁴²⁶. Entenda-se: a modo do cangaço.

Nessa época, praticamente todos os grandes dirigentes comunistas investiam na ideia de se associar ao cangaço. Além de Caetano Machado, Miranda, Bangu e Paulo Cavacanti⁴²⁷, Prestes era um dos maiores entusiastas. No artigo “*La lutte des paysans brésiliens*”, publicado pela revista do Komintern *La Correspondance Internationale*, ele escreve que, mesmo se sabendo das atrocidades dos cangaceiros contra simples lavradores, eles eram guerrilheiros camponeses perseguidos por senhores feudais e pelo governo reacionário de Getúlio Vargas, contando com forte simpatia popular⁴²⁸. Anita Leocádia confirma a continuidade desse interesse de Prestes pelo cangaço⁴²⁹.

Na Primeira Conferência Nacional do Partido (julho de 1934), a resolução final falava das “heroicas guerrilhas dos cangaceiros” e de “sua luta pela emancipação do povo nordestino”⁴³⁰. Em agosto, no manifesto “A posição do PCB frente às eleições” (que ocorreriam em outubro), a direção partidária propunha a formação de “brigadas proletárias” e “comiês armados de camponeses, cangaceiros e assalariados agrícolas”⁴³¹.

Como se sabe, nunca houve uma verdadeira articulação entre comunistas e cangaceiros, sendo que tudo que se esperava dela nunca aconteceu. Porém, datam dessa época as primeiras notícias do envolvimento real do PCB com atividades guerrilheiras. Em alguns casos ela estava relacionada ao cangaço. Em si mesmas, foram iniciativas muito periféricas, nada orgânicas e bastante efêmeras. Mas emblemáticas da mentalidade do PCB. Como escreveu Zimbag, para o Partido, especialmente a partir do começo de 1936 a luta dos

⁴²⁶ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 180.

⁴²⁷ Paulo Cavalcanti. *Da Coluna Prestes à queda de Arraes: o caso eu conto como foi*, pp. 69.

⁴²⁸ Luiz Carlos Prestes. *La Correspondance Internationale*. Paris, n. 34/35, de março de 1934. Numeração de página ilegível. Fac-símile disponível no site dos Arquivos da III Internacional. Ver em: <[⁴²⁹ Anita Leocádia Prestes. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo, Boitempo, 2015, pp. 154.](https://pandor.u-bourgogne.fr/ead.html?id=FRMSH021_00032&c=FRMSH021_00032_CI_1928_01#!{%22content%22:[%22FRMSH021_00032_CI_1934_03%22,false,%22%22]}>>.</p></div><div data-bbox=)

⁴³⁰ Edgard Carone. *O PCB (1922-1943)*, pp. 168.

⁴³¹ *Idem, ibidem*, pp. 152.

cangaceiros representava a continuação da revolução iniciada em novembro anterior⁴³². Depois da prisão de Prestes em maio, o Bureau Político do PCB decidiu que a direção nacional do Partido deveria ser transferida para o Nordeste, precisamente para Recife. Longe de alterar a linha política que propugnava o lançamento de guerrilhas, a mudança reforçou tais expectativas⁴³³.

Um desses focos de “guerrilha comunista/cangaceira” veio à luz no Rio Grande do Norte, a partir de Mossoró, no noroeste do estado.

O PCB surgiu na cidade por volta de 1928 pelas mãos dos irmãos Raimundo Reginaldo, Jonas Reginaldo e Lauro Reginaldo (o “Bangu”, mais tarde secretário geral do Partido), não demorando a ter grande influência sobre os círculos operários locais. Suas bases não eram desprezíveis. Segundo Brasília Ferreira em entrevista com Francisco Guilherme, conhecido militante do partido mossoroense à época, no começo da década de 1930 o PCB chegou a ter doze células, cada uma com cerca de vinte membros, fora os simpatizantes⁴³⁴. Dessa base surgiu em 1931 o “Sindicato do Garrancho”, rede de entidades gremiais cujo coração era a Associação dos Trabalhadores na Extração do Sal. Importante nessa rede era uma espécie de “serviço de segurança” para conflitos de rua e outras providências montado pelo pessoal do Partido⁴³⁵.

A partir desse núcleo, em meados de 1935 se começou a discutir a implementação de um movimento guerrilheiro. Um setor do Partido local achava que a guerrilha deveria ser criada imediatamente, enquanto outro opinava que era melhor esperar o levante dos quarteis programado para mais adiante. A direção do Secretariado do Nordeste preferia aguardar, mas se comprometeu em ajudar caso o movimento fosse lançado já. Um dos principais defensores do lançamento imediato da guerrilha era Manuel Torquato, primeiro presidente da Associação dos Trabalhadores na Extração do Sal. Natural do Vale do Assú, e profundo conhecedor da região, foi tropeiro e estava acostumado nas trilhas da caatinga. Parece que não era filiado ao Partido,

⁴³² Luis Alberto Zimbarb, *O cidadão armado: comunismo e tenentismo (1927-1945)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2001, pp. 122.

⁴³³ Dainis Karepov. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*, pp. 91 e 103.

⁴³⁴ Brasília Carlos Ferreira. *O Sindicato do Garrancho*. Mossoró, Departamento Estadual de Imprensa (Coleção Mossoroense)/EDUFRN, 2000, pp. 78.

⁴³⁵ *Idem, ibidem*, pp. 93.

embora vivesse em sua órbita. Junto com ele estava o rábula Miguel Moreira, egresso do foro de Lajes, este sim filiado ao PCB. Chamados, respectivamente, de “general” e “intelectual”, os dois lideraram o que viria a ser conhecido como o grupo dos “Bandoleiros Vermelhos”: um bando de cerca de quarenta homens que se apresentavam como comunistas e promoviam assaltos violentos no triângulo Mossoró-Areia Branca-Assú⁴³⁶. Havia entre eles pelo menos um ex-tenente (Moisés Costa Pereira) e um ex-sargento (Amaro Potengi da Silva). Atuavam pelo menos desde outubro de 1935 (ataque à vila de Grossos), mas foi depois do fracasso da Intentona que passaram a penetrar com mais agressividade na caatinga para roubar fazendas e estradas, inclusive várias vezes trocando tiros com a polícia. Ataques a delegacias e comércios em pequenas cidades, além de sequestros, também são relatados. Atuaram por alguns meses com relativo sucesso, até que Torquato foi morto por um integrante do próprio bando e Moreira acabou capturado pela tropa (cerca de sessenta homens) enviada desde Natal pelo interventor José Lagreca. No combate do Sítio do Cigano, perto de Mossoró, em julho de 1936, morreu José de Alencar (o “Alemão”), comissário do Partido enviado desde o Rio de Janeiro⁴³⁷. Depois disso, o resto do movimento dispersou-se pelos lados do Ceará. Pelo menos três processos foram abertos pela Justiça contra o bando, com mais de uma dezena de pessoas condenadas à pena de prisão e outras tantas absolvidas.

Em Pernambuco também surgiu um foco guerrilheiro associado ao cangaço, embora ainda menos orgânico. Na região dos municípios de Petrolândia, Taracatu e Inajá, durante certo tempo atuou uma coluna liderada por Manoel Vítor, ex-pequeno comerciante próximo ao PCB (mantinha estreito contato com Caetano Machado e para alguns era mesmo filiado)⁴³⁸. Ele havia caído no banditismo desde o final da década de 1920, por desavenças com uma família (os Faceiro) poderosa da região de Taracatu, e era um dos protegidos do “coronel de esquerda” Manoel Alves de Campos Gois, o “Velho Gois”, amigo de Delmiro Gouveia e conspirador de 1935. Curiosamente, era inimigo de Lampião (aliado dos Faceiro). Seu bando se compunha basicamente por seus três irmãos (um deles morto por Virgulino) e alguns cabras de confiança. Depois de aterrorizar a região, morreu num tiroteio com uma “volante” em julho de 1937, em fato intensamente noticiado pela imprensa do Estado.

⁴³⁶ Sobre os “Bandoleiros Vermelhos”, ver especialmente a série de reportagens minuciosas que o conhecido jornalista local Lauro de Escóssia publicou no diário *O Mossorense* a partir da edição de 22 de julho de 1981.

⁴³⁷ Hernani Donato. *Dicionário de batalhas brasileiras*. São Paulo. IBRASA, 1996, pp. 373.

⁴³⁸ Paulo Cavalcanti. *Da Coluna Prestes à queda de Arraes: o caso eu conto como foi*, pp. 153. Ver também Luiz Bernardo Pericás. *Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*, pp. 155.

Também no sul da Bahia houve um episódio que pode ser associado aos dois anteriores, ainda que sem relação direta com o cangaço e com ainda menor proporção militar. Conhecida como a “Revolta de Marcelino” (devido certo protagonismo do caboclo Marcelino Alves), esta ocorrência envolveu militantes do PCB, indígenas e caboclos tupinambás na resistência armada a fazendeiros durante conflitos de terra na região de Olivença (ao sul do município de Ilhéus)⁴³⁹.

Desde o começo da década de 1930, uma pequena, porém ativa, célula comunista atuava no triângulo Itabuna-Vitória da Conquista-Ilhéus fomentando propaganda revolucionária entre trabalhadores, criando sindicatos e organizando posseiros. A partir do aguçamento do conflito fundiário em 1936 (e das expectativas do PCB quanto à formação de guerrilhas), ela passou a estimular a criação de grupos armados entre os nativos. Marcelino, que já tinha graves acusações criminais e que recém saíra da prisão, assumiu a frente dessa resistência. Foi Horácio Pessoa de Albuquerque – um dos envolvidos com o caso da bomba lançada contra o cinema Vitoria Palace em Ilhéus em agosto de 1935 – quem procurou contato com ele, em nome do PCB. O contato prosperou e Marcelino passou a frequentar reuniões com o dirigente municipal, o professor Nelson Schaun. Telésforo Fontes, chefe do posto do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) local, era o principal homem do Partido nessa articulação; sendo também muito importante a participação de José Martins da Silva (aliás “Inocência”, “Zeca de Saul”, “Edmundo” etc.), militante profissional enviado pelo Rio de Janeiro, que passou a conviver com os índios para melhor ajudar na sua organização político-militar. Também andou por lá, Samuel Genez, o russo que a polícia acreditava ser instrutor de bombas, próximo aos envolvidos com o atentado no cinema Vitória Palace⁴⁴⁰. Armas foram reunidas e distribuídas, algumas situações tensas foram vividas, mas não se chegou a um conflito aberto. Em novembro de 1935, ainda antes do levante comunista em Natal, a Polícia Militar do Estado abriu um inquérito sobre a movimentação política na região. No começo do ano seguinte ocorreram os primeiros confrontos entre posseiros e fazendeiros. Em março, a Polícia Militar deu início a uma operação repressiva na área e chegaram a ocorrer tiroteios na Serra da Palmeira, com graves feridos de parte a parte. Escaramuças continuaram acontecendo até outubro, quando então um grande contingente policial vindo de Vitória da

⁴³⁹ Ver Marcelo da Silva Lins. *Os vermelhos na terra do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. Notadamente o capítulo “Os comunistas vão à tribo: o PCB entre os indígenas de Olivença”, pp. 168-177.

⁴⁴⁰ Marcelo da Silva Lins. *Os vermelhos na terra do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*, pp. 199.

Conquista, reforçado com jagunços, abafou a incipiente resistência animada pelos comunistas. No começo de 1937, o Tribunal de Segurança Nacional expediu mandato de prisão para todos os envolvidos, soltos algumas semanas depois por falta de culpa formalizada.

É possível que existam ainda outras experiências militaristas vinculadas a células do PCB espalhadas pelo país naquela época. Por exemplo, no caso do conflito ocorrido no Caldeirão de Santa Cruz do Deserto em Crato, no Cariri cearense. Mas isso demandaria mais pesquisa para ser confirmado e, em todo caso, seria desnecessário para continuar o presente argumento. Mesmo que pontuais e microscópicos, os exemplos já comentados ilustram satisfatoriamente a disposição prática do Partido Comunista do Brasil em fomentar a guerrilha camponesa no país.

Quanto ao tratamento teórico ou técnico da questão por parte dos dirigentes comunistas brasileiros, apesar do quanto ela se mostra importante em seus discursos, há pouca coisa. Os documentos internos do Partido ou produzidos informalmente por seus militantes nesse período são extremamente pobres. Praticamente não há discussão doutrinária ou conceitual relevante, resumindo-se os textos geralmente a informes, relatórios e proclamações. O tema da violência aparece constantemente, mas sem tratamento teórico e sempre embalado por argumentos morais. Expressões como “insurreição”, “luta armada”, “exército popular” ou “guerrilha” são abundantes, mas nunca definidas ou exploradas conceitualmente. As memórias dos dirigentes mais importantes e loquazes que antecederam a intervenção do Komintern entre 1933 e 1934, como Octávio Brandão⁴⁴¹, Heitor Ferreira Lima⁴⁴², Lauro Reginaldo da Rocha (aliás “Bangu”)⁴⁴³ e Leôncio Basbaum⁴⁴⁴, entre outros, tampouco dizem muita coisa. Entre o destacado pessoal militar que entrou para o Partido mais ou menos quando Prestes se filiou, como Gregório Bezerra⁴⁴⁵, Agildo Barata⁴⁴⁶ ou Dinarco

⁴⁴¹ Otávio Brandão. *Combates e batalhas*, 406 pp.

⁴⁴² Heitor Ferreira Lima. *Caminhos percorridos*, 304 pp.

⁴⁴³ Brasília Carlos Ferreira. *Bangu (Lauro Reginaldo da Rocha): memória de um militante*, 167 pp.

⁴⁴⁴ Leôncio Basbaum. *Uma vida em seis tempos*, 324 pp.

⁴⁴⁵ Gregório Bezerra. *Memórias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, volumes I e II, 1979, 345 pp.

⁴⁴⁶ Agildo Barata. *Vida de um revolucionário*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978, 312 pp.

Reis⁴⁴⁷ tampouco a situação é muito diferente. Inclusive o próprio Prestes, que era obcecado pelo tema e entendia muito dele, escreveu pouco.

A situação se mostrou um pouco diferente em meados de 1935, quando começaram a surgir alguns editoriais do jornal *A Classe Operária* chamando à luta armada. Quase sempre (mal) escritos por Miranda ou Bangu, eles se mostravam mais específicos e claros sobre o que fazer. No número 188, de 12 de agosto, por exemplo, sob o título “Como preparar e desencadear a luta no campo”, Bangu dizia:

“(...) Cada camponês da usina tem uma arma: um revólver, uma espingarda, um rifle, uma faca. Mas não sabiam “direitinho” como e contra quem deviam usar aquelas armas. Agora já sabem: é contra os fazendeiros e seus lacaios na luta por suas reivindicações e pela terra. E já sabem também que com aquelas armas que possuem podem arranjar outras melhores. Há uma coisa, porém, que eles precisam saber: É que não devem esperar por nada. Podem desde já começar a usá-las (...)”⁴⁴⁸.

A ideia do Partido era começar de qualquer maneira um processo de violência no campo, mantê-lo e incrementá-lo para, em algum momento, fazê-lo coincidir com um levante operário nas cidades. Nesse contexto, imaginava-se fomentar guerrilhas e fazer renascer uma outra Coluna Prestes.

Isso agradava especialmente o Cavaleiro da Esperança, que sugeriu ao Secretariado Nacional a criação de um órgão especial do Partido para o Nordeste, com base em Recife, com a missão de centralizar e dirigir a guerrilha: um “Comitê Militar Guerrilheiro”. Pensando nesse comitê, ele escreveu uma carta minuciosa ao Secretariado especificando como deveria ser seu funcionamento e quais tarefas ele teria. Evidentemente, um ponto importante do projeto dizia respeito a centralizar armamentos e fabricar explosivos⁴⁴⁹.

Prestes deixou ainda dois outros documentos significativos sobre essa questão da guerrilha para o PCB. O primeiro deles, com duas páginas, tem por título *Instruções para o movimento guerrilheiro*⁴⁵⁰, levando data (1 de novembro de 1935) e a identidade do autor. Escrito de maneira bastante objetiva, sem introdução, apresenta onze tópicos curtos sobre

⁴⁴⁷ Dinarco Reis. *A luta de classes no Brasil e o PCB*. Rio de Janeiro, Novos Rumos, 1987, 176 pp.

⁴⁴⁸ *Apud* Marly de Almeida Gomes Vianna. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*, pp. 158.

⁴⁴⁹ *Idem, ibidem*, pp. 292 e 352.

⁴⁵⁰ Luiz Bernardo Pericás. *Os Cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*, pp. 217-219.

como organizar guerrilhas. No item 9, o documento fala da necessidade de justiçamentos e sequestros:

“(...) Não poupar as vidas dos comandantes e dos oficiais reacionários” e “sempre quer for possível, conservar presos homens de influência ou pessoas de famílias ricas ou poderosas, exigindo dinheiro ou liberdade de companheiros em troca de sua libertação (...)”.

O exemplo de Lampião é mais uma vez lembrado. Mas não há menção ao terrorismo enquanto tal.

O segundo documento, intitulado *Outras instruções aos guerrilheiros*⁴⁵¹, é relativamente longo (quase vinte páginas), também leva data (dezembro de 1935) e apresenta autoria de um vago Diretório Estadual de Pernambuco da Aliança Nacional Libertadora. Pelo conteúdo, pelo estilo e pelo contexto, foi Prestes quem o escreveu. Tem uma estrutura híbrida que oscila entre um panfleto denunciatório e um manual prático, com alguns voos mais “teóricos”. As ideias são as mesmas do documento anterior, porém mais aprofundadas e enriquecidas com exemplos. Ao longo de todo o texto, repete-se a arenga sobre as virtudes da violência dos oprimidos. Cita o caso dos comunistas chineses e concede grande espaço à relação com os cangaceiros. A Coluna Prestes é constantemente reivindicada. A meta é começar com pequenos grupos até formar “um grande Exército Popular Nacional Libertador”. Não há uma distinção clara entre guerrilha rural e urbana, mas o modelo é a ação do cangaço no sertão nordestino. Alguns detalhes técnicos que aparecem nas primeiras instruções estão ausentes aqui, como a menção a justiçamentos e sequestros. E se fala em “tomar as precauções necessárias para evitar desastres à população”. Mas o texto é bem claro e diz que “(...) Toda sorte de iniciativas de agitação e ação revolucionária deve ser tomada com estudo acurado e detalhado do trabalho e com audácia na realização (...)”.

Não era apenas um detalhe. A ideia de que todo tipo de operação violenta pode e deve ser empregado para se alcançar a revolução era um dos eixos fundamentais da mentalidade leninista do Partido. Guerra civil, guerrilha, cangaço, terrorismo...qualquer forma de violência era válida se útil.

Foi nessa cultura político-militar, já bastante consolidada entre 1934 e 1935, que Marighella começou efetivamente sua vida no Partido Comunista do Brasil.

⁴⁵¹ *Idem, ibidem*, pp. 220-231.

5.2.2. O PCB entre 1945 e 1964

5.2.2.1. A moderação do imediato Pós-Guerra

Em uma entrevista na qual fazia um balanço da experiência do PCB, Salomão Malina disse que desde o governo de Eurico Dutra até o golpe militar a orientação do Partido em relação a formas de luta mais radicais “foi uma coisa um pouco em ziguezague”⁴⁵². Ele tem razão. Entre 1945 e 1964, os comunistas ficaram comprimidos por suas matrizes leninistas, de um lado, e por suas responsabilidades democráticas, de outro lado, sem abraçar consequentemente nenhuma das duas vias. Com efeito, as idas e vindas da luta armada na perspectiva do PCB durante aqueles anos representam um dos aspectos mais erráticos da história do Partido.

Para entender como se chegou a isso, é preciso considerar uma série de fatos que vieram acontecendo desde o final da década de trinta.

Embora o PCB não renunciasse por princípio à luta armada, a reformulação da política militarista do Komintern em favor das Frentes Populares ocorrida no seu VII Congresso (1935) e a derrota do levante comunista naquele ano, além da evidente incapacidade do Partido em promover guerrilhas efetivas no Nordeste, obrigaram os comunistas a frear seus desejos. Essa tendência foi reforçada pela consolidação do Estado Novo e o início da II Guerra Mundial levaram o Partido a promover um recuo tático e estratégico inédito em sua história. Em particular, a prisão de praticamente todos os seus líderes⁴⁵³, exigiu uma nova linha política, agora pautada por mais cautela e paciência.

Com as prisões de 1940, os núcleos regionais do Partido forçosamente ganharam autonomia e começaram a aparecer fortes dissensões no interior do Partido. Levantada a

⁴⁵² Salomão Malina. *A luta de Salomão Malina: o último secretário*, pp 36.

⁴⁵³ Na última grande onda de detenções, em 1940 caíram todos os membros do Comitê Central (Bangu, Eduardo Ribeiro Xavier, Joaquim Câmara Ferreira etc.) e outros importantes dirigentes das regionais. O PCB ficou então completamente desarticulado.

bandeira da união nacional em função do conflito mundial, formaram-se três correntes dentro do partido. A primeira delas, liderada pelo comitê de São Paulo, tendo à frente Caio Prado Júnior e outros intelectuais como Mário Schemberg, Vítor Konder, Zacarias de Sá Carvalho e Davi Lerner, formou o “Comitê de Ação”, que defendia uma posição de luta contra o fascismo tanto externo como interno. A segunda corrente, liderada por Fernando Lacerda e pelos irmãos Paulo e Pedro Mota Lima, defendia a união nacional com o apoio ao governo Vargas e a virtual diluição do PCB em uma frente de esquerda. A terceira posição, por fim, era a do chamado “grupo dos baianos”, que defendia a união nacional como um esforço de guerra e como tal apoiava Vargas, mas sem a dissolução do PCB.

Esta última posição foi defendida e aprovada na II Conferência Nacional do partido (a chamada Conferência da Mantiqueira), realizada entre 28 e 30 de agosto de 1943, no município fluminense de Engenheiro Passos. Na verdade, foi uma conferência de “refundação” do Partido depois da desarticulação causada pelas prisões de 1940. Dela surgiu a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), com proeminência grupo baiano que aceitava a liderança de Prestes, ao contrário dos “paulistas”. Destacaram-se nesse processo Ivan Ramos Ribeiro, Diógenes Arruda, Giocondo Dias, Pedro Pomar, Amarílio de Vasconcelos, João Amazonas, Maurício Grabois, Dinarco Reis, Mário Alves, José Medina, Armênio Guedes e Álvaro Ventura. Na verdade, o grupo não era exatamente de baianos, mas refletia certa influência do Comitê Regional da Bahia, um dos mais bem implantados e tradicionais do país.

As principais resoluções da Conferência da Mantiqueira, além da adesão à linha política de união nacional em torno do governo, com apoio incondicional a Vargas, foram no sentido do fortalecimento ideológico, contra as tendências de dissolução do PCB (o chamado “browderismo”), e da adoção de uma política de legalidade com a perspectiva de formação de um grande partido comunista ligado às massas. Decidiu-se concentrar esforços principalmente em favor da participação do Brasil na guerra contra a Alemanha. Para a CNOP, a guerra tinha um caráter de libertação dos povos nacionalmente oprimidos pelo nazismo e de preservação da liberdade contra a ameaça de dominação fascista. O documento apresentado pela CNOP dizia também que o governo Vargas não era de tipo fascista, existindo dentro dele reacionários, mas também elementos que lutavam pela democratização. As resoluções da conferência iriam servir de linha condutora das posições do PCB no período de 1945-1947.

Também durante a Conferência da Mantiqueira Prestes foi eleito secretário-geral do partido, mas, como se encontrava preso, foi substituído temporariamente pelo operário José Medina e, depois, pelo ex-deputado classista de 1934 Álvaro Ventura. O Comitê Central foi constituído por uma maioria de militares (Prestes, Grabois, Dinarco Reis, José Militão Soares, Francisco Leivas Otero, Ivã Ribeiro e Júlio Sérgio Machado de Oliveira, então na ativa como capitão) sobre outras categorias (eram mais seis operários e seis intelectuais ou funcionários do Estado)⁴⁵⁴. Nesse rearranjo, a conferência revelou a ascensão de um novo grupo na direção do PCB, com a promoção de Diógenes Arruda Câmara, um dos chefes que tinham o maior controle sobre a máquina partidária. Surgiram, nessa época, ocupando postos de direção, João Amazonas, José Maria Crispim, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Marighella⁴⁵⁵. Esse grupo deteria o controle do partido por muitos anos.

A linha política implementada pela CNOP ganhou força com o passar do tempo e o entusiasmo democrático resultante da vitória do campo aliado sobre o nazi-fascismo, bem como pelo fim da ditadura brasileira. Essa situação colaborou para que o Partido tivesse seus líderes anistiados no primeiro semestre de 1945 e a legenda recuperasse a legalidade no segundo, inclusive com excelente resultado nas eleições legislativas realizadas no final do ano. Para muitos, isso significou uma acomodação ao jogo parlamentar. Com efeito, por algum tempo, pelo menos na prática aparente (porque em teoria e em verdade nada mudara nos compromissos doutrinários do PCB) a questão da violência revolucionária parecia ter desaparecido das preocupações dos comunistas brasileiros. Assim, de quando adquiriu autorização para funcionar publicamente até ser colocado na ilegalidade pouco mais de dois anos depois, o Partido parece não ter se envolvido com atos de violência, concentrando suas forças em agressivas campanhas eleitorais, jurídicas e de propaganda. Foi um momento idílico na história do Partido, o qual cresceu vertiginosamente. Estava em praticamente todo território nacional, tinha mais de cem mil membros, possuía quase uma dezena de jornais diários e contava com o apoio de notáveis artistas e intelectuais. Dentre as treze agremiações

⁴⁵⁴ Moisés Vinhas. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo, HUCITEC, 1982, pp. 75.

⁴⁵⁵ Enquanto estava em Fernando de Noronha, por mais de um ano Marighella recusou as decisões da Conferência da Mantiqueira. Porém, depois que voltou para o Rio de Janeiro por ocasião da anistia oferecida por Vargas em abril de 1945, o baiano acatou as decisões do Comitê Central, tornando-se, inclusive, um de seus mais entusiastas representantes.

que disputaram as eleições de janeiro de 1947, o PCB tornou-se a quarta força política do país⁴⁵⁶.

Por um curto período, quando o Partido desfrutava da legalidade, Prestes e outros dirigentes do PCB chegaram a considerar a possibilidade de uma “democracia progressiva” que levasse ao socialismo sem grandes rupturas. Isso representava uma ruptura com a concepção bolchevique de revolução, mas não era uma ideia tresloucada. Na mesma época, Palmiro Togliati defendia a mesma tese no V Congresso do Partido Comunista Italiano, realizado em 1945. Durante um par de anos, parecia que a violência revolucionária havia sido esquecida.

Somente parecia.

Seguindo os clássicos estudos de Duverger⁴⁵⁷ sobre os partidos políticos e de Hobsbawm⁴⁵⁸ sobre as organizações revolucionárias em particular, Dulce Pandolfi lembra que

*“(.) um partido comunista, mesmo quando adota um comportamento qualificado de “moderado” e “reformista” não é um partido como os outros. Mesmo quando legal e integrado no sistema político-partidário vigente num determinado país, sua ação não se limita ao terreno parlamentar e institucional (...)”*⁴⁵⁹.

Uma das esferas que mais tipicamente ultrapassava esses marcos legais era justamente a militar. Para atender as exigências legais, o PCB tinha um estatuto como o de outro partido qualquer, de “capa branca”. Mas o que valia mesmo era o, clandestino, de “capa vermelha”. Somente o segundo falava em marxismo, leninismo, ditadura do proletariado e outros termos característicos⁴⁶⁰. Quando a situação invulgar de legalidade na qual os comunistas viviam mudou subitamente, o Partido real voltou a mostrar sua verdadeira cara.

Em maio de 1947, após uma intensa batalha judicial, o Partido teve seu registro cassado pelo Supremo Tribunal Federal. Como alternativa, os comunistas tentaram fundar uma nova organização partidária. Mas o Supremo Tribunal Federal não a autorizou. Em

⁴⁵⁶ Dulce Pandolfi. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*, pp. 147.

⁴⁵⁷ Ver Maurice Duverger. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970, pp. 152-169.

⁴⁵⁸ Ver Eric Hobsbawm. *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, pp. 18 e ss.

⁴⁵⁹ Dulce Pandolfi. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*, pp. 44.

⁴⁶⁰ *Idem, ibidem*. pp. 145.

janeiro de 1948, os mandatos federais, estaduais e municipais de todos os parlamentares comunistas foram definitivamente cassados. Suas sedes fecharam e alguns jornais não se publicaram mais. A central sindical CGTB também foi desconstituída e quase 150 sindicatos sofreram intervenções. O choque foi geral entre os militantes. Os dirigentes entraram para a clandestinidade.

A resposta do Partido não demorou e foi contundente. Naquele mesmo mês, Prestes fez um pronunciamento denunciando esses atos e conclamou à derrubada do governo de Dutra. Conhecido como *Manifesto de Janeiro*⁴⁶¹, seu longo texto fazia uma “apreciação autocrítica” e abandonava a política de defesa das instituições e dos processos legais adotada na III Conferência Nacional – realizada em julho de 1946, no contexto da euforia democrática com o fim do Estado Novo –, voltando a colocar a perspectiva de revolução violenta na ordem do dia. Sem dúvida, a razão disso era interna. Mas não era irrelevante que em setembro do ano anterior houvesse sido criado o COMINFORM, que garantia um relacionamento mais estreito com outros Partidos Comunistas. Ainda que o documento não usasse a expressão “luta armada” ou outras correlatas facilmente reconhecíveis, de uma forma bastante evidente o PCB voltava a suas origens. Essa orientação foi confirmada em maio de 1946, quando um *Informe Político*⁴⁶² do Comitê Central reavivou com todas as letras as tendências guerreiras dos comunistas brasileiros e resgatou a velha ideia de luta armada. O texto caracterizava o governo Dutra como uma ditadura e em diversas passagens denunciava o “terror” imposto pela sua polícia. No item *Nosso objetivo estratégico* era especificado o programa mínimo do Partido, cujo ponto onze era precisamente a “(...) *Organização de um exército revolucionário e popular capaz de defender a nação dos ataques do imperialismo e de seus agentes no país* (...)”. Nesse contexto, aumentou notavelmente o número de revolucionários profissionais pagos pelo Partido⁴⁶³.

Na verdade, essa reação dura não era surpreendente. Primeiro, ainda que o Partido estivesse muito fraco e desarticulado na época da III Conferência Nacional (e da Conferência da Mantiqueira), já não o estava mais quando foi ilegalizado. Agora havia, de fato, uma

⁴⁶¹ Luís Carlos Prestes. *Manifesto de Janeiro* (de 1948). Em: Edgar Carone (org.). *O PCB: 1943-1964*. São Paulo, Difel, 1982, v. II, pp. 72-89. Ver também Denis de Moraes e Francisco Viana. *Prestes: lutas e autocríticas*, pp. 70.

⁴⁶² Luís Carlos Prestes. *Informe político (de maio de 1949)*. Em: Edgar Carone (org.). *O PCB: 1943-1964*, pp. 89-108.

⁴⁶³ Dulce Pandolfi. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*, pp. 172

grande organização nacional que podia fazer ameaças. Segundo, se o ambiente democrático que levou à queda de Vargas exigiu em seu momento posturas mais respeitadas com a lei, com a marginalização legal imposta ao PCB este se sentiu bastante à vontade para fazer a sua revolução. Ainda mais porque os comunistas nunca renunciaram conceitual ou programaticamente às suas tradições próprias. O PCB continuava a reivindicar Lênin em seus documentos, em seus cursos, em suas práticas e organização. A literatura clássica do leninismo que a imprensa e as escolas partidárias difundiam naquela época é uma prova disso⁴⁶⁴. Nenhum aspecto, nem o mais mínimo, da doutrina ou das ações do líder russo foi sequer problematizado, quanto menos criticado ou denunciado. O PCB continuava a ser dirigido por leninistas convictos. Outra coisa é que pudessem ser um tanto toscos e incompetentes na compreensão e aplicação do bolchevismo. Embora a campanha pela paz mundial⁴⁶⁵ e, durante certo tempo, a defesa da legalidade fossem suas grandes bandeiras, em nenhum momento eles renegaram a ideia de tomar o poder pelas armas e com elas se manterem nele. Ditadura do proletariado, partido-milícia e centralismo democrático seguiam sendo os conceitos-chave.

O fato de que a maior parte dos grandes líderes do Partido fosse de ex-militares que participaram da rebelião de 1935 (Prestes, Ivan Ramos Ribeiro, David Capistrano, Apolônio de Carvalho, Dinarco Reis, Giocondo Dias, Gregório Bezerra, Maurício Grabois etc.)⁴⁶⁶ só reforçava a perspectiva militarista da revolução preconizada pelo leninismo. Não obstante haver em muitos deles mais de tenentismo do que de marxismo, o certo é que o PCB continuava dirigido pelas mesmas ideias e práticas que o haviam caracterizado nos anos trinta. Ou seja, a política como violência.

Agora, entretanto, a referência como violência revolucionária não era mais, ou não somente mais, o modelo putchista e gangsterista bolchevique clássico. Agora, sensibilizados

⁴⁶⁴ Por exemplo, nos vinte anos de atividade da Editora Vitória, Lênin foi o autor que mais títulos teve publicado (15), seguido de Stálin (12), Marx (8) e Engels (7). Ver Flamarion Maués. “A Editorial Vitória e a divulgação das ideias comunistas no Brasil (1954-1964)”. Em: Marisa Midori Daecto e Jean-Yves Mollier. Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil. Belo Horizonte/Cotia, Editora da UFMG/Ateliê Editorial, 2013, pp. 121-152.

⁴⁶⁵ Ver Congresso Mundial de Intelectuais pela Paz (Breslaw, 1948), I Congresso Mundial da Paz (Praga, 1949), II Congresso Mundial da Paz (Varsóvia), Prêmio Lênin da Paz (Moscou, 1950-1990), Campanha pela Proibição das Bombas Atômicas (Brasil, 1950) etc. A “luta mundial pela paz” era o principal bordão do Kominform quando ele foi fudado em 1947.

⁴⁶⁶ Até o começo da década de 1960, essas mesmas pessoas compunham a maioria do Comitê Central.

pelos novos acontecimentos na Ásia, os comunistas brasileiros procuraram incorporar a experiência chinesa.

5.2.2.2. O projeto de guerra popular prolongada

O sucesso das campanhas militares de Mao Tse-tung impactou vivamente os dirigentes comunistas brasileiros, fazendo com que viesse a se estabelecer um novo paradigma revolucionário para o PCB. Vários paralelismos entre as histórias recentes da China e do Brasil já vinham sendo estabelecidos desde o tempo em que a ANL foi vista como um tipo de Kuomintang e Prestes como uma espécie de Chiang Kai-shek. Apesar do absurdo de muitas dessas comparações, havia, de fato, alguns elementos comuns no desenho dos dois países que pareciam permitir o estabelecimento de pontes entre eles (a extensão territorial, a importância do campesinato, a fragilidade da burguesia nacional, o marxismo-leninismo dos comunistas de lá e de cá etc.). A respeito disso, conta Marco Antônio Tavares Coelho, àquela época recém incorporado ao Comitê Central:

“(...) nos anos de 1948 e 1952, estávamos totalmente fascinados pelos êxitos da revolução na China. Buscávamos apreender as razões de seu sucesso, porque poderiam iluminar nosso caminho, visto que China e Brasil apresentavam algumas semelhanças (...)”⁴⁶⁷.

É o que se encontra quase que invariavelmente nos depoimentos dos velhos militantes daquela época. Assim, como frisou Paulo Ribeiro da Cunha,

“(...) Esse processo da via chinesa em curso veio influenciar decisivamente o PCB, e foi entusiasticamente incorporado como uma possibilidade por vários quadros da Direção Central do Partido, que tinham por objetivo a repetição daquele modelo em nosso país (...)”⁴⁶⁸.

⁴⁶⁷ Marco Antônio Tavares Coelho. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro, Record, 2000, pp. 109.

⁴⁶⁸ Paulo Ribeiro da Cunha. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira*. São Paulo, Editora da UNESP, 2007, pp. 71.

A euforia com esta possibilidade era ainda maior pela promessa soviética de ajudar os comunistas brasileiros em uma guerra civil no país, ainda que clandestinamente⁴⁶⁹.

Com o *Manifesto de Janeiro* (de 1948) e a consequente proposta de criação de um Exército Revolucionário do Povo, os documentos oficiais do Partido começam, pela primeira vez, a considerar o campesinato como uma classe fundamental à revolução e não apenas como um mero suporte do operariado. Embora historicamente o PCB falasse muito no homem do campo e imaginasse guerrilhas no sertão do Nordeste, ele nunca se empenhou de fato em fomentar um movimento político rural. Isso representou uma notável virada nas orientações tradicionais do comunismo brasileiro. Marighella a incorporou profundamente.

A experiência chinesa passou a ocupar um lugar de destaque na imprensa do Partido, alguns de seus líderes começaram a visitar Pequim e o maoísmo (mais precisamente sua doutrina militar) tornou-se um componente importante do ideário comunista tupiniquim. Nesse sentido, interpretando simplificarmente a experiência maoísta, a meta do PCB era criar “zonas libertadas” no interior do país mediante núcleos de guerrilha rural a partir de conflitos agrários já existentes. Como disse Salomão Malina, “o que, em certos lugares, não era tão complicado (...)”⁴⁷⁰. Ou não parecia ser.

Essa tática cruzava velhos sonhos guerrilheiros dos comunistas brasileiros com a doutrina da guerra popular prolongada (“o campo cerca a cidade”) dos comunistas chineses. A novidade tática não se chocava com o pensamento tradicional do PCB. Ao contrário, injetava-lhe energia. Como afirmou Aarão Reis, as novas orientações estimuladas pelas táticas militares empregadas na Revolução Chinesa “constituíram, em grande medida, um retorno, atualizado, às propostas revolucionárias da década de trinta (...)”⁴⁷¹. Isso deu um gás doutrinário ao Partido. Mais do que apenas confirmar uma tradição, essa apropriação doutrinária potencializava o repertório tático/estratégico do Partido.

Por isso que o termo “repetição” usado por Cunha no fragmento acima citado pode ser um tanto forte demais. Primeiramente, porque, mesmo que quisessem, os brasileiros não tinham como repetir o que os chineses fizeram, tamanha as diferenças entre os dois casos (a

⁴⁶⁹ Osvaldo Peralva. *O retrato*. São Paulo, Três Estrelas, 2015, pp. 60.

⁴⁷⁰ Salomão Malina. *A luta de Salomão Malina: o último secretário*, pp. 37.

⁴⁷¹ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014, pp. 252.

começar pelas características étnicas e culturais que os distinguem). Em segundo lugar, porque não havia exatamente, por parte do PCB, um espírito de mera imitação do que acontecera na China. As dessemelhanças dos casos eram bastante evidentes para se supor outra coisa. Além disso, de início o que se conhecia da experiência militar de Mao eram apenas algumas generalidades, impedindo concretamente qualquer desejo de cópia fidedigna. Finalmente, não se pode esquecer que os brasileiros contavam com pelo menos uma bem conhecida experiência de guerra revolucionária a partir da qual pensar o assunto: a Coluna Prestes.

A Coluna antecedeu em quase dez anos a Grande Marcha. E quando Mao começou a empreender sua epopeia, a aventura do “Cavaleiro da Esperança” já era conhecida nos meios militares de todo o mundo; além de especialmente estudada dentro do Komintern. É bem possível que algum historiador na China ou outro lugar já tenha perguntado se a experiência do líder brasileiro chegou até o líder chinês e seus interlocutores. Daqui, não o sabemos. De qualquer forma, mais do que possível, não seria improvável que Mao e alguns de seus chefes militares conhecessem, sim, a aventura de Prestes. Sendo assim, é sugestivo pensar numa espécie de “diálogo” entre os dois processos. Não uma simples imitação por parte dos brasileiros.

Embora a influência da Revolução Chinesa no PCB pudesse ser sentida concretamente desde o começo de 1948 – ver detalhes mais adiante –, ela só se manifestou de forma clara a partir da proclamação da República Popular da China em outubro de 1949. Nesse sentido, a agressiva – porém um tanto vaga, em termos de orientação armada – linha política do *Manifesto de Janeiro de 1948* foi confirmada e melhor explicitada em 1950 com um novo pronunciamento de Prestes, conhecido como *Manifesto de Agosto*⁴⁷². Com um tom especialmente dramático e com as ambiguidades características dos pronunciamentos do Partido⁴⁷³, ele reiterava então a criação de uma “Frente Democrática de Libertação Nacional” e apresentava um programa com nove itens que culminavam no último deles: a formação de

⁴⁷² Ele foi publicado originalmente no jornal do Partido (*Voz Operária*, Rio de Janeiro, n. 63, Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1950, pp. 6.) e logo depois na revista *Problemas*, na seção “Nossa Política”, com o título *Prestes Aponta Aos Brasileiros o Caminho da Libertação*. Ver: *Problemas*. Rio de Janeiro, n. 29, ago/set de 1950. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/29/index.htm>.

⁴⁷³ Ver Marco Aurélio Santana. *Homens partidos: comunistas e sindicatos*. São Paulo, Boitempo, 2001, pp. 71. Na verdade, todo o capítulo intitulado “Um Partido radical (1947-1954): da docilidade equilibrada à revolução” é de interesse.

um Exército Popular de Libertação Nacional para promover a guerra revolucionária. Desde 1935 o PCB não se pronunciava de forma tão enfática pela luta armada.

Todas as providências que haviam sido tomadas quando do *Manifesto de Janeiro de 1948* foram mantidas e ampliadas. O partido radicalizou a clandestinidade e deslocou quadros militares para zonas de conflitos agrários. Criar “áreas libertadas” era a ideia. O tema da Revolução Chinesa passou a ser frequente, quase obrigatório, nos cursos oferecidos pelo Comitê Central. Logo em seguida seria enviado um primeiro membro da direção para estudar na Academia Militar de Pequim. Uma comissão financeira foi designada por Arruda para centralizar a campanha de arrecadação de fundos com vistas a comprar armas para o exército popular⁴⁷⁴. Por sua vez, a imprensa partidária, em suas diversas frentes de atuação e modos de expressão (jornais, livros, panfletos etc.), dedicou-se ainda mais à difusão da experiência chinesa. No número da revista *Problemas* posterior ao da publicação do *Manifesto de Agosto*, por exemplo, era possível encontrar artigos de Mao Tse-tung, Li Chau-tsi e Chou Enlai, além de um *Manual do Exército de Libertação Chinês em quadrinhos*⁴⁷⁵. Toda uma “chinoiserie” político-militar começou a florescer na cultura do PCB, contribuindo fortemente para estimular o novo paradigma revolucionário.

5.2.2.3. As experiências armadas do PCB no campo

Concretamente, o Partido considerava que devido à grande extensão territorial do país, a guerrilha deveria ser estabelecida a partir de dois ou três focos distintos, considerando as regiões mais favoráveis. A primeira compreenderia o oeste de Minas Gerais, o noroeste de São Paulo, o sul de Goiás e o sudeste de Mato Grosso, com epicentro no Triângulo Mineiro. A segunda englobaria o sertão do nordeste brasileiro (Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará). A terceira corresponderia ao oeste dos estados do Rio Grande

⁴⁷⁴ Parece que ela não teve muito êxito. Uma das razões teria sido a descrença dos possíveis doadores com a causa. Ver João Falcão. *O Partido Comunista que eu conheci (memórias)*. Salvador, Contexto&Arte, 2000, pp. 335.

⁴⁷⁵ *Problemas*. Rio de Janeiro, n. 30, outubro de 1950. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/30/index.htm>.

do Sul, Santa Catarina e Paraná (com especial atenção à área de fronteira com Argentina e Paraguai)⁴⁷⁶.

Segundo Marco Antônio Tavares Coelho, a ideia inicial era estabelecer uma primeira área liberada no Triângulo Mineiro⁴⁷⁷. Com efeito, logo que o Partido entrou na ilegalidade, foi encomendado ao ex-tenente da Aeronáutica Ivan Ramos Ribeiro a criação de um movimento guerrilheiro na região em torno de Uberlândia. Próximo de Dinarco Reis, Ribeiro havia sido um dos comandantes do levante no Campo dos Afonsos em 1935 e era considerado um dos quadros mais capazes do Partido. Graciliano Ramos, em suas *Memórias do cárcere*, refere-se a ele como “o tenente que sabia sintaxe”.

Ribeiro, natural de São Carlos, vivia então no Rio de Janeiro e fora um dos principais responsáveis (junto com o baiano) pela criação, em 1943, da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) do Partido. No final de 1947 ele ainda trabalhava na legalidade, mas logo depois tornou-se profissional do PCB e entrou para a clandestinidade. No começo do ano seguinte, sob seu comando alguns simpatizantes compraram fazendas no entorno de Uberlândia e armas foram estocadas ali. Chegou a haver um entrevero com a polícia mineira, algumas pessoas ficaram feridas e outras tantas foram presas. Diante disso, o Partido recuou e desmontou o seu esquema militar na área⁴⁷⁸. Faltam muitos detalhes sobre o que efetivamente aconteceu e praticamente não existe literatura sobre o assunto⁴⁷⁹. Mas o certo é que essa experiência não prosperou.

Uma iniciativa menos vaporosa ocorreu no Oeste de São Paulo, onde o Partido conseguiu efetivamente se embrenhar nos conflitos fundiários da região, cooptar camponeses locais e promover algumas ações mais consequentes. Isso ocorreu e especialmente na região de Fernandópolis – a noroeste do estado, quase na divisa com o Triângulo Mineiro – e de

⁴⁷⁶ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014, pp. 256.

⁴⁷⁷ Marco Antônio Tavares Coelho. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*, pp. 109 e 116.

⁴⁷⁸ Amazonas e Grabois criticaram o recuo e disseram que tal se deveu a um vergonhoso “revisonismo” da direção. Ver João Amazonas e Maurício Grabois. “Cinquenta anos de luta”. Em: *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, pp. 147-192.

⁴⁷⁹ Ver, por exemplo, Paulo Ribeiro da Cunha. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira*, pp. 81.

Tupã – na antiga Zona da Mata paulista, atualmente chamada de Alta Paulista –, nas quais a movimentação dos trabalhadores rurais se mostrava mais organizada⁴⁸⁰.

Os momentos mais dramáticos dessa atuação ocorreram no ano de 1949, durante o governo estadual de Ademar de Barros, eleito com o apoio dos comunistas. Entre os dias 23 e 24 de junho, noite de São João e em meio aos fogos típicos dessa festa popular, a cidade de Fernadópolis foi tomada por um grupo de cerca de vinte homens armados de carabinas e revólveres. Dirigidos por quadros locais do Partido, eles ocuparam prédios públicos e vasculharam casa particulares para requisitar armas. Seu plano não era claro, mas tinha a ver com a ideia de distribuir terras e começar uma revolução agrária. Apesar do PCB ter enviado um representante do Comitê Estadual para a região, não havia qualquer articulação com a direção partidária. Apesar de alguma resistência, ninguém se feriu. No entanto, por diferentes razões, o movimento não prosperou. A maior parte dos atacantes acabou fugindo e aqueles que ficaram foram presos e amargaram um processo policial movido pelo DOPS paulista. Por sua vez, em 25 de setembro, uma reunião de militantes do Partido em Tupã para tratar da realização de um congresso de trabalhadores rurais na região foi violentamente surpreendida pela polícia e houve reação armada. No confronto morreram um policial e três comunistas. Dois militantes do Comitê Estadual envolvidos com o caso acabaram processados pela Lei de Segurança Nacional, engendrando grandes campanhas de solidariedade movidas pelo PCB.

A atividade armada do Partido no meio rural de São Paulo, no entanto, não deu maiores frutos. De muito maior envergadura foi a atuação do PCB em Porecatu, na divisa entre Paraná e São Paulo, às margens do rio Paranapanema.

Ali, ao contrário do que aconteceu em Fernadópolis e Tupã, a direção nacional do Partido interviu diretamente na situação, nutrindo declaradas esperanças de transformar os conflitos locais em uma grande campanha militar. Comentando a aplicação da doutrina maoísta da guerra popular prolongada no Brasil, Salomão Malina disse que

“(...) No que diz respeito às lutas empreendidas em determinadas áreas rurais do Brasil, no final dos anos 40, julgamos que o movimento em Porecatu poderia ser o início da luta armada (...)”⁴⁸¹.

⁴⁸⁰ Ver Airton Souza Lima. *As vítimas do ódio: a militância comunista e as lutas camponesas no interior paulista (1945-1958)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010, 144 pp.

⁴⁸¹ Salomão Malina. *A luta de Salomão Malina: o último secretário*, pp. 37.

Como afirmou Armênio Guedes, então membro do Comitê Central, Porecatu deveria ser “(...) *a centelha que iria incendiar o campo brasileiro e dar início à revolução agrária (...)*”⁴⁸².

Desde pelo menos 1944, a região já conhecia graves conflitos entre meeiros, posseiro, grileiros e grandes fazendeiros por conta dos problemas da chamada “Marcha para o Oeste”. Algumas das primeiras entidades sindicais camponesas no país foram criadas ali, naquela época. Para alguns historiadores é dali a primeira unidade das Ligas Camponesas, anterior mesmo às nordestinas e à Dumont, de Ribeirão Preto. Em 1948, o PCB passa a liderar os posseiros. O primeiro contato entre eles se deu a partir de militantes vindos de Londrina e Jaguapitã que haviam se infiltrado na área um pouco antes. Apolônio de Carvalho, recém chegado da Europa, foi o primeiro encarregado do CC para estudar as possibilidades militares do conflito na região⁴⁸³. Mais adiante foram enviados Pedro Pomar (futuro chefe do PCdoB) e João Saldanha (futuro técnico da seleção brasileira de futebol), com a missão de fazer a ligação com o Rio de Janeiro e providenciar o apoio logístico necessário à empresa. Mário Lago (futuro conhecido ator e compositor) chegou um pouco depois para ser locutor da rádio revolucionária a ser instalada na região⁴⁸⁴. Por fim, a direção do Partido deslocou Celso Cabral de Melo (antigo militante, muito próximo de Prestes, conhecido como “capitão Carlos”) com a função de orientar os posseiros em termos de organização armada e comandar a criação de uma formação paramilitar.

Além do pessoal de fora, distinguiram-se também importantes lideranças locais, como Hilário Gonçalves Pinha (aliás “Itagiba”) e Arildo Gajardoni (aliás “Strogoff”), os dois principais chefes militares abaixo de Celso Cabral de Melo. Arildo pertencia a uma família comunista tradicional de Londrina e anos mais tarde se juntaria à guerrilha em Trombas e Formoso. Também se destacou o pedreiro cearense Manoel Jacinto Correia, que chegou a ser eleito vereador em Londrina. Militante calejado, bom organizador, nos anos sessenta acompanharia Apolônio de Carvalho (e Gorender, Mário Alves etc.) na formação do PCB.

Havia uma articulação cuidadosa entre a Direção Zonal do Partido, o Comitê Estadual e o Comitê Central. A experiência era tão importante para o Partido que a Direção Estadual do

⁴⁸² Airton Souza Lima. *As vítimas do ódio: a militância comunista e as lutas camponesas no interior paulista (1945-1958)*, pp. 53.

⁴⁸³ Leandro César Leocádio. “Guerra de Porecatu e a delação do Capitão Carlos: História e historiografia de um personagem”. Em: *Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas/Editora da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010*, pp. 1172-1185.

⁴⁸⁴ Mônica Veloso. *Mário Lago: boemia e política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997, pp. 230.

PCB no Paraná foi transferida para Londrina. Para lá foram enviados mais quadros do Rio de Janeiro e carregamentos de armas.

Uma sequência de confrontos armados acabou eclodindo em 1950, prolongando-se até meados do ano seguinte. O grupo do “capitão Carlos” expulsava posseiros que não reconheciam sua liderança para fora da região, bloqueava estradas, incendiava plantações, promovia invasões de propriedades e interdições de trabalho. Pouco mais de vinte homens integravam o grupo de fogo do movimento, divididos em três formações de mais ou menos oito pessoas. Eles dispunham de granadas, revólveres, carabinas e pelo menos duas metralhadoras⁴⁸⁵. O capitão dava cursos sobre guerrilha e explosivos, tendo chegado a planejar um assalto a banco⁴⁸⁶. Estima-se que pelo menos vinte pessoas morreram nos enfrentamentos, sendo metade deles jagunços e policiais⁴⁸⁷.

Em julho de 1951, forças policiais cercaram Porecatu e o caso terminou de forma abrupta e surpreendente. Ao ser preso descuidadamente pelo DOPS paranaense, Celso Cabral de Mello delatou, sem demora e sem qualquer tipo de tortura, quantas e quem eram as principais lideranças, quais eram e onde estavam as armas utilizadas pelos posseiros, seus planos de luta, a vinculação com o PCB, enfim, tudo que sabia sobre o movimento. Como ele era o principal líder da revolta, o efeito foi devastador. Os posseiros e comunistas acabaram derrotados e dispersos por um forte aparato militar que mobilizou centenas de homens das forças públicas de São Paulo e Paraná, além do Batalhão de Fronteira do Exército sediado em Foz do Iguaçu. Cerca de uma dúzia de trabalhadores foram capturados e posteriormente condenados a penas de prisão. Outro tanto fugiu e caiu na clandestinidade. Alguns dias depois, o “capitão Carlos” desapareceu da cadeia e nunca mais foi visto. Passados muitos anos, João Saldanha o chamou de “o cabo Anselmo da guerra de Porecatu”⁴⁸⁸. O caso foi tão

⁴⁸⁵ Ângelo Priori. “Os comunistas vão a campo: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do PCB (1948-1952)”. Em: *Anais do XXII Simpósio Nacional de História/ANPUH*. João Pessoa, 2003, v. I, pp. 1-7.

⁴⁸⁶ Osvaldo Heller da Silva. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Londrina, Rosa de Bassi, 2006, pp. 72.

⁴⁸⁷ Ângelo Priori. “A revolta camponesa de Porecatu”. Em: Márcia Motta e Paulo Zarth (orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: UNESP, 2008, pp. 140 (total 117-142).

⁴⁸⁸ João Saldanha. Entrevista com a *Folha de Londrina*. Londrina, 18 de julho de 1985.

grave e desmoralizante, que a direção estadual do PCB solicitou ao Comitê Central a execução dele por traição”⁴⁸⁹.

Entre os historiadores que se dedicam à questão, o episódio é desigualmente descrito como “guerrilha”, “guerra” ou “revolta”, sem muita preocupação com o rigor terminológico⁴⁹⁰. E quase sempre é também magnificado. De qualquer forma, até então foi certamente o evento militar mais importante da história do PCB depois da derrota de 1935.

Terminado o conflito, os dois principais auxiliares do “capitão Carlos” – “Itagiba” (Hilário Gonçalves Pinha) e “Strogoff” (Arildo Gajardoni) – receberam a incumbência de reconstituir a luta. Eles escreveram assim cerca de quinhentas páginas relatando suas experiências. Uma vez concluído, o material foi encaminhado justamente para Marighella⁴⁹¹.

Finalmente, outro relevante episódio que envolveu ações armadas promovidas pelo PCB no campo àquela época foi a “zona liberada” de Trombas e Formoso, no norte do atual estado de Goiás. Trata-se da operação melhor planejada e mais duradoura do Partido em termos de luta armada na zona rural.

Desde que o PCB começou a se mostrar sensível às influências maoístas, a direção nacional caracterizou o estado de Goiás como um dos cenários mais promissores para sua ação. Ali pareciam estar reunidas características ótimas para a formação de um embrião do futuro exército popular: dificuldade de acesso, matas fechadas, memórias e contatos deixados pela passagem da Coluna Prestes⁴⁹², forte presença de antigos militantes (muitos enviados em degredo interno pela ditadura varguista⁴⁹³), concentração de posseiros (atraídos pelo projeto estado-novista da Colônia Agrícola de Goiás), potenciais problemas fundiários decorrentes da

⁴⁸⁹ Ângelo Priori. “A revolta camponesa de Porecatu”. Em: Márcia Motta e Paulo Zarth (orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo: UNESP, 2008, pp. 142 (total 117-142).

⁴⁹⁰ Ver Leandro César Leocádio. “Guerra, guerrilha ou revolta de Porecatu: vários olhares, o mesmo acontecimento (1940-2011)”. Em: Anais do XII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas/Editora da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010, pp. 809-824.

⁴⁹¹ Marcelo Oikawa. Entrevista com o jornal Folha de Londrina. Londrina, edição de 26 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/44724-a-guerrilha-que-os-comunistas-silenciaram>>.

⁴⁹² Gregório Bezerra. *Memórias (Segunda parte: 1946-1969)*. São Paulo Civilização Brasileira, 1979, pp. 85-114.

⁴⁹³ Cristiano Cordeiro foi um deles, protegido do interventor Pedro Ludovico. Ver Cristiano Cordeiro. *Memória e história*. São Paulo, Lech, 1982, v. 2, pp. 86.

“Marcha para o Oeste” etc. Os estudos estratégicos para implantação de uma base comunista entre os trabalhadores rurais no norte do estado começaram a ser feitos no início de 1948.

A partir de então, experientes quadros do Comitê Central do Partido foram transferidos para a região. Gregório Bezerra foi o primeiro, escondendo-se por ali em 1948. Ângelo Arroyo parece ter chegado em 1956. O operário pernambucano Antônio Granja, militante do Partido desde 1934, foi enviado em 1957, recém-chegado de um curso em Moscou. Também se encontravam ali remanescentes de Porecatu. Um deles era o destacado chefe do movimento paranaense, Arildo Gajardoni, o “Strogoff”, condenado a sete anos de prisão, mas evadido da Justiça⁴⁹⁴. Outro era Bartolomeu Gomes Silva (o “Bartô”)⁴⁹⁵. E havia mais. Eles e outros militantes (Geraldo Marques – considerado por muitos como o chefe militar da experiência –, João Soares, José Ribeiro, Dirce Machado, João Tibúrcio etc.) não se dedicavam apenas um trabalho político de massas.

Além de organizar os trabalhadores, fundar associações de classe, educar e fazer propaganda, os comunistas se empenhavam concretamente em fomentar conflitos e dar início à violência revolucionária. Bezerra nos diz que estava envolvido com fabricação de explosivos em Ceres⁴⁹⁶. Arroyo levou uma remessa de armas para a zona⁴⁹⁷. Como já foi visto, Salomão Malina levou três. Com efeito, o grupo de “TE”⁴⁹⁸ teve uma participação fundamental nos eventos de Trombas e Formoso, fornecendo armas, treinamento e orientação tática para a revolta dos posseiros⁴⁹⁹.

Não existe um consenso absoluto sobre a cronologia do conflito e da participação dos comunistas. Para alguns historiadores tudo teria começado em 1948. Para outros, somente

⁴⁹⁴ Angelo Priori e Luciana Regina Pomari. “O DOPS e a repressão política contra militantes comunistas no Estado do Paraná (décadas de 1940 e 1950)”. Em: Revista Antíteses. Programa de Pós-Graduação em História Social/Departamento de História/ Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2012, v. V, n. 10, pp. 803.

⁴⁹⁵ Paulo Ribeiro da Cunha. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira*, pp. 228.

⁴⁹⁶ Gregório Bezerra. *Memórias (Segunda parte: 1946-1969)*, pp. 92.

⁴⁹⁷ Paulo Ribeiro da Cunha. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira*, pp. 91.

⁴⁹⁸ Sobre o grupo de “Trabalho Especial” do PCB, ver comentários mais detalhados adiante.

⁴⁹⁹ Paulo Ribeiro da Cunha. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira*, pp. 88.

dois anos depois⁵⁰⁰. Mais ou menos a partir dessa época, uma agressiva ação de grileiros sobre posseiros na região evoluiu para um conflito de grandes proporções que se desenvolveu nos anos seguintes em basicamente três etapas: de luta legal, até 1954; de “luta revolucionária”, até 1957 ou 1958; e de tensão e acomodação, até 1964. O pior ano do conflito foi provavelmente 1956, com alguns soldados sendo mortos em tocaias e o caso chegando a repercutir nacionalmente. Os enfrentamentos se prolongaram até 1957, quando, enfim, começou a mudar a linha do Partido, que congelou a tática de guerra camponesa.

Sobre essa última etapa, a historiografia diverge a respeito da responsabilidade do Partido em negociar com o governo de Mauro Borges uma desmobilização parcial de seus militantes. Para Paulo Ribeiro Cunha e outros historiadores, foi uma etapa de “amadurecimento e acumulação de forças”⁵⁰¹. Ou seja, uma questão tática.

Quando o golpe militar sobreveio e o movimento se dispersou, as armas foram recolhidas e guardadas⁵⁰².

No tempo em que durou, o movimento contou com o concurso da experiência e da estrutura do Partido para organizar um eficiente sistema de autodefesa e resistência que, de escaramuça em escaramuça com as forças policiais e jagunços, conseguiu se manter inteiro e forte até as vésperas do golpe. Os grandes fazendeiros, grileiros, jagunços, policiais, juízes e oficiais de Justiça que se envolveram com os posseiros locais foram obrigados a respeitá-los. Durante anos, a região manteve notável grau de autonomia nas mãos das associações de posseiros e dos Conselhos de Córrego; para os mais exagerados, uma espécie de “pequenos soviets” locais. Mas não se tratou nem de longe, como alguns querem crer, de uma “República Livre” ou uma “República Socialista” de Trombas e Formoso. Nenhuma experiência libertária especialmente relevante aconteceu ali, muito se dependendo dos conchavos feitos nos corredores do Palácio das Esmeraldas em Goiânia. Tampouco envolveu grandes enfrentamentos. Por interesses diferentes, os governadores estaduais José Ludovico (1955-1959) e Mauro Borges (1959-1964) negociaram com os comunistas e foram moderados com relação aos acontecimentos. A chamada “Batalha da Tataíra”, principal confronto armado durante a revolta, não passou de um tiroteio sem maiores baixas. De qualquer forma,

⁵⁰⁰ *Idem, ibidem*, pp. 166.

⁵⁰¹ *Idem, ibidem*, pp. 190-193.

⁵⁰² *Idem, ibidem*, pp. 249.

foi uma experiência significativa em termos resposta armada em situação de conflito agrário. As táticas usadas pelos posseiros foram criativas, de certo modo inspirando-se na guerrilha de Mao⁵⁰³. O que, aliás, era esperado, pois os instrutores do Partido as ensinavam. Vários textos de Mao e sobre a guerrilha na China circulavam pelas reuniões do Partido. Por essas e outras, os grandes fazendeiros, grileiros, jagunços, policiais, juízes e oficiais de Justiça que atuaram na região foram obrigados a respeitar os posseiros.

Enfim, Fernandópolis, Tupã, Porecatu, Trombas e Formoso foram as experiências mais conhecidas de atuação armada do PCB no campo entre o final da década de 1940 e o começo da década de 1960. É possível que existam outras. Paulo Ribeiro Cunha bem recorda que vários desses “esforços insurrecionais” são quase completamente ignorados pelos pesquisadores acadêmicos, inclusive com alguns casos à espera de estudo⁵⁰⁴.

Paulo Ribeiro da Cunha também lembra, com toda razão, que esses ensaios não foram, como quer a historiografia politicamente comprometida com uma suposta pureza camponesa, tentativas isoladas ou fruto exclusivo de conflitos locais. Elas foram parte de um plano articulado. Como disse o próprio Prestes em uma entrevista concedida depois do fim do regime militar, “(...) *Dois movimentos guerrilheiros foram instalados como consequência do Manifesto de Agosto. O primeiro em Porecatu, no Paraná e o segundo em Formoso, no interior de Goiás. Foi a época em que o Partido adotou a política mais stalinista e rígida de toda sua história* (...)”⁵⁰⁵. Na verdade, ele deveria dizer maoísta. Mas os termos de Prestes são irrelevantes. Inclusive o uso da expressão “movimento guerrilheiros”, que não é a mais adequada para os casos citados. A não ser que Prestes a estivesse usando no sentido de uma meta desejada e não de uma meta alcançada. Guerrilha mesmo, no sentido sistemático do termo, não chegou a haver. Com efeito, essas e outras iniciativas do Partido foram militarmente pouco relevantes e ficaram circunscritas a âmbitos locais. Ou seja, elas não chegaram a resultar em nada parecido com a guerra popular pretendida na política do Partido. Como escreveu Gorender,

“(...) *A proposta de luta armada caiu quase por inteiro no vazio. No começo dos anos 1950, não havia disposição, nem meios para repetir as quarteladas de 1935. Assim, as únicas tentativas reais de luta armada se relacionaram com*

⁵⁰³ *Idem, ibidem*, pp. 178.

⁵⁰⁴ *Idem, ibidem*, pp. 81.

⁵⁰⁵ Denis de Moraes e Francisco Viana. *Prestes: lutas e autocríticas*, pp. 121.

*os posseiros de Porecatu, no norte do Paraná, e de Trombas de Formoso, em Goiás. Em ambos os casos, os conflitos tinham caráter local, nem se quer regional. Não foi possível sustentá-los indefinidamente e acabaram solucionados no próprio âmbito local (...)*⁵⁰⁶.

Além disso, vários outros elementos contaram para o fracasso dessas tentativas. As dificuldades logísticas, por exemplo, especialmente o problema das distâncias, impediam muitas vezes que a direção do Partido acompanhasse de perto o encaminhamento das lutas, o que levava a grande autonomia das inexperientes lideranças locais⁵⁰⁷. Isso era particularmente grave na medida em que as peculiaridades e contradições estaduais não refletiam o quadro nacional, levando a todo tipo de desentendimento entre uns e outros. Na verdade, um dos grandes problemas que sempre afligiram o Partido foi a dificuldade em fazer as deliberações dos dirigentes chegarem até as bases e se conseguir a perfeita unidade na ação dos militantes. Tomando como exemplo a frente sindical, Hélio da Costa, fala mesmo que existiam “dois PCs”: um das bases e outro dos dirigentes⁵⁰⁸.

Seja como for, não é relevante aqui discutir o insucesso do projeto guerrilheiro do PCB, mas sim ressaltar que o Partido não ficou somente no plano do discurso quando o chamou. E que a forma privilegiada de dar curso a esse projeto de luta armada foi justamente o modelo maoísta de guerra camponesa adaptado à realidade nacional.

Todavia, a cultura de violência do PCB não ficou restrita a isso.

5.2.2.4. O “TE” e outros aspectos do uso da violência pelo PCB

Se a questão das guerrilhas promovidas pelo PCB entre o final da década de 1940 e o começo da década de 1960 continua bastante ignorado pela literatura, menos discutido ainda pela historiografia é o tema das outras violências praticadas pelo Partido no período.

⁵⁰⁶ Jacob Gorender. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira (das ilusões perdidas à luta armada)*, pp. 22.

⁵⁰⁷ Airton Souza Lima. *As vítimas do ódio: a militância comunista e as lutas camponesas no interior paulista (1945-1958)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010, pp. 53.

⁵⁰⁸ Hélio da Costa. *Em busca de memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no Pós-Guerra*. São Paulo, Scritta, 1995, pp. 8. Ver também Marco Aurélio Santana. *Homens partidos: comunistas e sindicatos*, pp. 72.

Por exemplo, pouco se investigou sobre como a política laboral do PCB refletiu, no dia-a-dia da luta sindical, a radicalização do *Manifesto de Janeiro* (de 1948). Em geral, o que se tem são estudos genéricos e superficiais⁵⁰⁹. Porém, evidentemente, a palavra-de-ordem de derrubada de Eurico Dutra e o implícito chamado à luta armada lançados naquele pronunciamento não se referiam exclusivamente a uma ação de massas contra o governo ou à luta no campo, senão que a um complexo maior de ações ilegais e violentas do Partido, especialmente quanto a greves e outras ações de seus sindicalistas.

Com efeito, a lógica do enfrentamento armado presente no *Manifesto* também se manifestou na forma de uma nova política sindical do PCB, ainda mais empurrada para a violência pelos métodos policialescos e gangsteristas de pelegos e interventores⁵¹⁰. Empenhado em derrubar o governo a qualquer custo, o Partido estava interessado em jogar as massas trabalhadoras contra as autoridades, causar tumultos civis e colapsar a produção. Assim, passou a lutar contra o imposto sindical e a criar sindicatos paralelos, a perseguir sindicalistas que se mostravam contrários a suas teses (mesmo que não fossem pelegos ou interventores) e a fomentar greves do jeito que fosse, inclusive à revelia dos empregados⁵¹¹. É claro que o ativismo dos militantes não se resumia a isso, mas esta era uma parte fundamental de sua política, aliás relativamente fácil de ser implementada.

Apesar dos muitos trabalhos respeitáveis que consideram a crônica miúda do movimento sindical daqueles anos⁵¹², ainda é pouco o que se sabe dela, especialmente quando aos métodos de luta dos comunistas. Não obstante, os depoimentos e memórias dos grandes sindicalistas do PCB revelam que a crescente radicalização do discurso do Partido não ficou desacompanhada de uma radicalização de suas práticas.

Hércules Corrêa, um dos seus principais sindicalistas, deixou um depoimento bastante eloquente sobre isso. “Todos nós tínhamos que cumprir muitas tarefas terríveis”, disse ele.

⁵⁰⁹ Augusto César Buonicore consegue, por exemplo, escrever um influente artigo de trinta páginas sobre a política sindical do PCB entre 1948 e 1952 e não mencionar uma única vez a palavra “violência” ou qualquer outra a ela associada. Ver Augusto César Buonicore. “Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952”. *Cadernos AEL/Arquivo Edgar Leuenroth*. Campinas, 2000, v. 7, n. 12/13, pp. 15-45.

⁵¹⁰ Marco Aurélio Santana. *Homens partidos: comunistas e sindicatos*, pp. 68.

⁵¹¹ Moisés Vinhas. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*, pp. 129.

⁵¹² Especialmente as pesquisas memorialísticas. Ver, por exemplo, os estudos sobre as greves da Estrada de Ferro Mogiana, em fevereiro de 1948, e da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, em janeiro de 1949, realizados por Hélio da Costa. *Em busca de memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no Pós-Guerra*, 249 pp.

“Por exemplo, fazer greve em fábrica na base de dar tiros”, continuou. Em seguida relata um desses episódios, ocorrido em 1949, no qual ele e outros camaradas do Partido obrigaram, à ponta de revólver, o fechamento da porta de uma fábrica da Odeon na Tijuca, no Rio de Janeiro, a despeito dos trabalhadores, que queriam entrar. Como o discurso dos comunistas parecia não adiantar, alguns deles passaram a atirar para o alto gritando que a fábrica estava em greve e que todos voltassem para casa, dispersando assim a multidão aglomerada na entrada do estabelecimento. Como o próprio Correa conta e acha graça, dias depois a imprensa do Partido publicava: “Greve vitoriosa na Odeon”⁵¹³.

Por ocasião do aumento no preço das passagens dos bondes do Rio de Janeiro, também em 1949, grupos de ativistas do PCB atacaram diversos vagões com bombas para colapsar os transportes e forçar uma greve no setor. Aarão Reis recorda o depoimento de um sindicalista do Partido envolvido com o caso:

“(...) Preparamos bolas de pano de aniagem feitas com breu e parafina, bem como garrafas de gasolina e querosene. A partir do amanhecer atacamos, abordando os bondes, discursando e tacando fogo. [...] Em duas horas, grande parte dos bondes em circulação estavam em chamas e todo o trânsito da cidade estava interrompido (...)”⁵¹⁴.

Quantas dessas “greves” aconteceram naquele tempo? Jamais se saberá ao certo, mas não é difícil supor que podem ter sido várias. Como disse Armênio Guedes,

“(...) Qualquer greve, para nós, poderia ser o início de uma insurreição operária, e nós as tratávamos de maneira irresponsável. Dizíamos: ‘tirar uma greve. Tirar uma greve por tirar uma greve, não porque fosse uma necessidade de um conjunto de trabalhadores (...)’⁵¹⁵.

Mas por causa da revolução. E à ponta de pistola, se necessário.

Hércules Corrêa conta que, na época do governo Jânio Quadros, o pessoal do PCB montou nos sindicatos sob seu controle “Comissões de Relações Públicas”; isto é, “um pessoal bem preparado para enfrentar as coisas na base da pancadaria”, para as quais começaram a ser compradas armas⁵¹⁶. Eles faziam vários serviços.

⁵¹³ Hércules Corrêa. *A classe operária e seu Partido*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, pp. 63-64.

⁵¹⁴ *Apud* Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 255.

⁵¹⁵ Pedro Del Picchia. *O PCB no quadro da atual política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, pp. 63.

⁵¹⁶ Hércules Corrêa. *A classe operária e seu partido*, pp. 70-71.

Visualizar o alcance preciso dessas práticas do PCB requer uma pesquisa que parece ainda não ter sido feita. Contudo, desde já não se pode imaginar tais práticas sem o recurso ao terrorismo, conforme os relatos acima permitem entender facilmente.

Isto remete, por sua vez, a uma questão ainda mais grave na história do Partido, referente à herança do “Grupo T” da década de 1930 e sua tradição de assassinos e sabotadores. Novamente, trata-se de um assunto quase nada conhecido.

Durante uns dez anos, o Partido esteve tão desorganizado que não houve a menor condição de manter um aparato armado como um dia existiu. Porém, em 1946, tão logo se recobrou, a direção nacional do Partido articulou um setor altamente secreto especializado em atividades armadas, que na altura dos anos cinquenta e sessenta ficou conhecido como “TE” (de Trabalho Especial).

Este setor começou a ser articulado no entorno de Prestes, o qual inicialmente envolvia um dispositivo mais ou menos improvisado de segurança com homens portando revólveres e metralhadoras⁵¹⁷. Na verdade, era comum que muitos dirigentes andassem armados, como João Falcão, Giocondo Dias, David Capistrano, Hércules Corrêa, Dinarco Reis, Maurício Grabois, Joaquim Câmara Ferreira, Pedro Pomar e Diógenes Arruda, entre outros⁵¹⁸.

Um personagem fundamental nesse esquema foi o capixaba Almir de Oliveira Neves, um dos principais dirigentes do setor militar do PCB, atuando ininterruptamente nesta frente desde 1945 até 1975. Na verdade, desde o levante de 1935, do qual participou no Rio de Janeiro, já integrava o braço armado do Partido⁵¹⁹. Mas não era militar. Era advogado. Ingressou no PCB em 1931 e esteve preso de 1940 a 1945, quando conheceu Marighella. Eles dividiram o mesmo apartamento no período da legalidade. Neves passou um ano e meio na União Soviética entre 1952 e 1953. Em 1960, ele e Marighella continuavam próximos. No entanto, algumas semanas depois do golpe de 1964, Marighella o procurou para propor uma ação armada contra a ditadura que se implantava, mas ele recusou⁵²⁰. Apesar de sua

⁵¹⁷ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 244.

⁵¹⁸ João Falcão. *O Partido Comunista que eu conheci (memórias)*, pp. 54, 63, 243, 318, 322, 327 etc. Ver também Hércules Corrêa. *A classe operária e seu partido*, pp. 64, 68-69.

⁵¹⁹ Dainis Karepov. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*, pp. 415-416.

⁵²⁰ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012, pp. 251 e 285.

importância na história do Partido e da esquerda brasileira, Almir Neves é quase desconhecido. Aliás, por razões óbvias. Discrição era parte de seu trabalho.

Outra figura muito importante foi Salomão Malina, ex-oficial que lutou na II Guerra Mundial, condecorado por sua bravura com a Cruz de Combate de Primeira Classe, a maior homenagem de guerra do Exército Brasileiro. Ele foi o principal encarregado pelo “trabalho especial” por muitos anos⁵²¹. Comandou um pelotão de caça minas na Itália e era especialista em explosivos. Filiado ao PCB desde 1945, chegou a ser seu último secretário geral, em 1987. Por incumbência do Partido, integrou um núcleo de estudos dirigido por Agildo Barata sobre lutas armadas no país. A cabanagem⁵²², por exemplo, era um dos temas. Homem de ação, encarregado da segurança do diário comunista *Imprensa Popular*, em janeiro de 1948 recebeu a tiros os policiais que foram fechar o jornal⁵²³. Ele e seu grupo levaram pelo menos três carregamentos de armas para fomentar a guerra rural em Trombas e Formoso no final da década de cinquenta⁵²⁴. Pouco antes do VI Congresso do PCB em dezembro de 1967, sofreu um grave acidente com uma granada (chegando a perder a mão direita) quando testava explosivos para um serviço do pessoal de “TE”⁵²⁵.

A existência desse grupamento é um assunto tabu entre os velhos militantes e a historiografia tem poucos meios para alcançá-lo devido ao secretismo no qual sempre esteve envolto. Para Severino Theodoro de Mello – um dos homens mais importantes do aparato do PCB, durante muito tempo responsável pela segurança de Prestes –, essa esfera militar era um dos dois maiores segredos do Partido⁵²⁶. O outro era relativo à “ajuda” financeira recebida da União soviética. Para complicar, como ressalta Zilda Márcia Iokoi, as poucas informações sobre isso quase sempre são fornecidas pelos órgãos policiais, o que, muitas vezes, lhes subtrai credibilidade⁵²⁷. Seja como for, a grande maioria dos historiadores ignora (ou se negar

⁵²¹ Salomão Malina. *A luta de Salomão Malina: o último secretário*, pp. 33 e ss. Ver também Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 368.

⁵²² Salomão Malina. *A luta de Salomão Malina: o último secretário*, pp 36

⁵²³ *Idem, ibidem*, pp. 25.

⁵²⁴ Paulo Ribeiro Cunha. *Aconteceu longe demais: a luta dos posseiros em Trombas e Formoso*, pp. 90-92.

⁵²⁵ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 357.

⁵²⁶ Dulce Pandolfi. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*, pp. 117.

⁵²⁷ Zilda Márcia Iokoi. Entrevista com Salomão Malina. Em: Salomão Malina. *A luta de Salomão Malina: o último secretário*, pp. 35.

a falar sobre) sua existência. Daqueles que têm ciência e se dispõem a tratar do assunto, poucos dão a devida importância a ele, como se fosse uma nota marginal na história do PCB, apenas referente a um “*diminuto destacamento armado que se destinava à segurança de eventos partidários*”⁵²⁸. Na verdade, o “Trabalho Especial” representava muito mais do que somente um “*pequeno grupo adestrado para tarefas pontuais de segurança*”, como quer Mário Magalhães. Ele era, simbólica e operativamente falando, a síntese do compromisso leninista do Partido, honrando as raízes mais autênticas da violência revolucionária dos comunistas brasileiros. Como afirma Paulo Ribeiro da Cunha,

“(…) *Esse setor, o Trabalho Especial, era o braço armado do PCB, uma característica quase comum a todos os PCs no mundo, e operativo, independente de o partido estar inserido em um quadro de legalidade ou clandestinidade (…)*”⁵²⁹.

Nesse sentido, o “TE” não deve ser entendido como uma minúscula equipe de meros seguranças ocasionais para congressos ou guarda-costas de dirigentes partidários, uma espécie de “faz-tudo” quando se trata de trabalhos sujos. Mas como o núcleo de um aspecto fundamental da estrutura partidária: seu dispositivo armado. Fundamental devido a que é por meio dele que a autoridade da “vanguarda do proletariado” deveria se impor em último caso. Este braço da organização não tinha fronteiras claras e estava em constante processo de construção, adaptando-se às circunstâncias. Ele podia ser, às vezes, um pouco avacalhado e incompetente, como nas tantas ocasiões em que seus esquemas não funcionaram, produziram desastres⁵³⁰ ou improvisaram⁵³¹. E até podia passar por alguns momentos de inatividade, como entre 1940 e 1946. Porém, mesmo sem contar com um lugar visível no organograma do Partido e sem ter competências bem definidas, ele era real. E suas atividades não se resumiam a operações pontuais ou anedóticas.

O “TE”, oficialmente falando, era apenas a parte mais formal de uma prática de violência difusa que percorria o Partido como um todo. Essa prática refletia basicamente três

⁵²⁸ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 268.

⁵²⁹ Paulo Ribeiro da Cunha. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira*, pp. 86.

⁵³⁰ No episódio da explosão que quase arrancou a mão de Salomão Malina em 1967, Dinarco Reis teria reagido aos berros dizendo que “*ele tinha que morrer para deixar de ser babaca*”. Ver Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 357.

⁵³¹ Falcão fala do susto que levou quando lhe mandaram fazer a segurança pessoal de Prestes e lhe botaram na mão um revólver. Ele nunca havia segurado uma arma. Ver João Falcão. *O Partido Comunista que eu conheci (memórias)*, pp. 54.

estilos de violência: 1) aquela dos grupos de autodefesa e do M-Apparat do Partido Comunista da Alemanha, 2) aquela do militarismo tenentista e 3) aquela típica do gangsterismo e do crime organizado. Elas foram amalgamadas na década de 1930 e sobreviveram desigualmente ao longo do tempo. As três eram usuais na direção do Partido e entredosavam-se conforme a conjuntura. Saber exatamente onde terminava uma e começava outra é uma tarefa bem difícil. E aqui desimportante.

Em nenhum momento desde 1946, o Partido deixou de fornecer treinamento paramilitar a seus quadros – conforme vários exemplos indicados nestas páginas –, como também nunca interrompeu definitivamente seus sonhos de guerra camponesa. Ainda em 1960, quando o conflito na região de Trombas e Formoso parecia estar resolvido, Salomão Malina estava levando armas para lá e dando treinamento militar no local. Até pouco depois do golpe de 1964, o grupo de “TE” do Comitê Central continuou dando assistência armada a seus militantes locais⁵³². Mesmo quando se dizia que o PCB estava totalmente entregue a uma política revisionista de capitulação, seu pessoal de “TE” não estava inoperante. Inclusive nas cidades. A historiadora Marly Vianna, que mais tarde pertenceu ao Comitê Central, lembra em depoimento a Paulo Ribeiro da Cunha que pouco antes do golpe de 1964, quando ela estava no Comitê Universitário do Partido, realizou treinamento de tiro e manipulação de explosivos na zona rural do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do “TE”⁵³³. Na mesma época, outro militante ligado ao “TE”, o civil Manoel Batista Sampaio Netto armazenava mais de uma dezena de revólveres enquanto outros fabricavam granadas⁵³⁴.

Esse tipo de atividade não surpreende e está bem dentro do que se espera das tradições leninistas e tenentistas. O que talvez surpreenda seja sua perenidade. Mais desconcertante, porém, é a presença de um estilo de violência próprio de mafiosos entre os dirigentes do PCB.

Como disse Peralva, que conviveu de perto com a cúpula do Partido, houve um tempo no qual

“(...) As rixas pessoais, a disputa de postos na direção e outros motivos divergentes entre os chefes comunistas conduziam, não raro, à eliminação física de um por outro. O móvel do crime surgia sob o pretexto de uma

⁵³² Paulo Ribeiro da Cunha. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira*, pp. 90 e 288.

⁵³³ *Idem, ibidem*, pp. 89.

⁵³⁴ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 285.

*suspeita de que determinado dirigente estivesse ligado à polícia, e em nome da segurança do Partido mandava matá-lo. [...] Tornava-se assim, impossível distinguir, na galeria de mártires do Partido, quais são as vítimas da polícia e quais as vítimas da direção do PCB (...)*⁵³⁵.

Eliminar fisicamente as pessoas era uma prática relativamente corriqueira na vida do Partido. O caso de Elza Fernandes e outros já comentados que o digam. Até os vivos dão conta disso. Heitor Ferreira Lima relata como escapou, em 1937, de ser assassinado e jogado em um rio pelo grupo de Rubem Braga em Minas Gerais, porque havia dúvida sobre sua identidade⁵³⁶.

Esse tempo de que fala Peralva, no entanto, prolongou-se, no mínimo, até 1956, pois ele conta ter recebido neste ano ameaças veladas feitas por Cid Ramos, um membro do Comitê Central, que lhe teria dito:

*“(...) Muitas vezes já o Partido teve de mandar executar companheiros que, em vez de ajudar, estavam prejudicando o Partido. Eu mesmo recebi, uma vez, a tarefa de liquidar um companheiro (...)*⁵³⁷.

Não era um tipo de indireta para se desconsiderar. Hércules Corrêa, um dos mais importantes líderes operários do PCB, relatou que no começo dos anos cinquenta participou do assassinato de um membro do Partido que teria colaborado com a polícia no desbaratamento de uma gráfica clandestina em Belo Horizonte. Com grande profissionalismo, o corpo da vítima foi depois dissolvido em ácido⁵³⁸. Em outro depoimento, Corrêa fala das famosas “tarefas de honra”, atividades encomendadas pela direção partidária que “faziam a gente tremer nos alicerces”⁵³⁹.

Por mais espantoso que seja constatar esse tipo de violência gangsterista dentro do Partido, ela não é estranha à tradição leninista. Basta lembrar a figura de Kamó, “o bolchevique do Cáucaso”. Ou o “laboratório de venenos” idealizado por Lênin.

5.2.2.5. Os cursos do PCB

⁵³⁵ Osvaldo Peralva. *O retrato*, pp. 399 e 400.

⁵³⁶ Heitor Ferreira Lima. *Caminhos percorridos: memórias de militância*, pp. 204-205.

⁵³⁷ Osvaldo Peralva. *O retrato*, pp. 383.

⁵³⁸ Hércules Corrêa. *Memórias de um stalinista*, pp. 57 e 73.

⁵³⁹ *Idem. A classe operária e seu partido*, pp. 64-65.

Desde sua fundação, o PCB oferecia variados cursos para a formação de seus militantes. Isso seguia uma tradição do Partido Bolchevique, encampada, reforçada e ampliada pela III Internacional. Esses eventos educativos tinham como objetivo principal a doutrinação marxista-leninista, em diversos níveis. Eles eram fundamentais para a perpetuação do conjunto simbólico que alimentava o imaginário revolucionário do PCB. Mas eles também podiam apresentar um caráter de treinamento militar.

A partir de 1952, a Secretaria de Educação do PCB, controlada por Diógenes Arruda, empenhou-se em um grande programa de propaganda e adestramento político, criando cursos de duração variável para militantes de todos os níveis. Eles eram uma evolução dos círculos de leitura e debates antigamente oferecidos pelos primeiros dirigentes (Brandão, Ferreira Lima, Astrojildo etc.), padronizados depois com o processo de bolchevização da seção brasileira e o suporte do pessoal do Komintern.

O “curso Prestes” era o mais rápido (cerca de uma semana) e superficial, dirigido a militantes de base recém-chegados ao Partido. O “curso Stálin” durava de quinze a trinta dias e era voltado para a formação de quadros superiores⁵⁴⁰. Foi o mais reproduzido, considerado fundamental para o bom funcionamento da máquina partidária. O “curso Lênin”, para grupos especiais da alta burocracia partidária, podia exigir até quase três meses de confinamento dos estudantes⁵⁴¹. A maior oferta dos cursos Lênin e Stálin se concentrava no Rio de Janeiro, mas eles podiam ocorrer também no interior do país. Eles foram oferecidos, por exemplo, em Goiânia a militantes que atuaram na guerrilha de Trombas e Formoso⁵⁴². O relatório sobre formação de quadros aprovado IV Congresso do PCB (1954) dizia que “(...) *A partir de 1951, até agora, passaram pelos cursos elementares do Partido, de 4 e menos dias, 1.960 alunos; pelos cursos médios, de 6 a 15 dias, 1.492 alunos; e pelo curso superior do Comitê Central,*

⁵⁴⁰ Sobre o curso Stálin, ver Jacob Gorender. Entrevista com Alípio Freire e Paulo de Tarso Venceslau. *Revista Teoria e Debate*/Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1990, n. 188. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/1990/07/01/jacob-gorender/>>.

⁵⁴¹ Rosimar Alves Querino. *Mil Histórias para contar: formação de quadros e militância comunista na região de Marília (1947-1956)*. Dissertação de Mestrado. Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, 2000, pp. 93.

⁵⁴² Paulo Ribeiro da Cunha. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira*, pp. 196-197.

554 alunos (...)⁵⁴³. Com certeza este número deve estar algo inflado, para aparentar a grandeza do Partido. Mas mesmo assim ele reflete a atividade intensa que de fato houve.

Existem vários depoimentos mais ou menos fragmentários sobre essas escolas e cursos nas memórias dos velhos comunistas brasileiros. Eles apontam para uma experiência irregular, com maior ou menor organicidade conforme os responsáveis da hora e a amplitude do projeto particular. Entre 1952 e 1956, Gorender calcula que o PCB criou e manteve cerca de quarenta desses centros funcionando em todo o país. Diz ele,

“(...) Os militantes se fechavam dentro de uma casa, e ficavam ali durante todo o tempo, de uma semana a um mês, ouvindo, lendo, discutindo e sendo sabatinados (...)”.

Peralva fala de um curso de quinze dias sobre marxismo-leninismo em sistema de internato, numa chácara grande em algum lugar entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro com plantonistas que se revezavam armados⁵⁴⁴. Ele lembra também que nesses cursos se ensinavam também, “marginalmente”, coisas como fabricação caseira de bombas. Já desde o *Manifesto de Janeiro* (de 1948), os cursos do PCB haviam retomado instrução sobre manejo de explosivos⁵⁴⁵, conhecida tradição do Partido já comentada anteriormente.

Praticamente, todos os grandes dirigentes do Partido deram “aulas” nesses cursos. Marighella estava entre os “professores” mais costumeiros e queridos dos alunos. O material básico eram os textos de Stálin, especialmente o então recente *Problemas econômicos do socialismo na União Soviética*, de 1952, publicado e distribuído legalmente pela editora Vitória já em 1953. Grandes clássicos marxistas também eram usados, dependendo do professor e do grupo de alunos. Tudo de Trotsky, Bukharin e outros “hereges”, evidentemente, estava banido. Havia nisso um cânone doutrinário uniforme que pode ser definido como “leninismo-stalinista”. As matérias versavam sobre materialismo filosófico, economia política, história econômica do Brasil, história do movimento operário mundial, história da União Soviética, além de noções de geografia e, inclusive, de literatura russa. O programa dos cursos cobria também problemas de ética revolucionária e comportamento do

⁵⁴³ Revista *Problemas*. Rio de Janeiro, n. 64, dez/1954-jan/1955. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/index.htm>.

⁵⁴⁴ Osvaldo Peralva. *O retrato*. São Paulo, pp. 29 e 35.

⁵⁴⁵ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 206.

militante, procurando reforçar ao máximo o elo do indivíduo com a organização partidária. “O Partido é tudo”, “melhor errar dentro do Partido do que acertar fora dele”, dizia-se⁵⁴⁶.

Acima dos cursos dados no Brasil, estavam aqueles oferecidos pelas escolas do PCUS, reservados à nata do PCB. Embora eles seguissem o espírito dos cursos da velha Escola Lênin, já discutidos, eram muito mais arejados. As próprias instituições soviéticas se modificaram e suas atividades se diversificaram. A atividade do PCB também, englobando diferentes tipos de alunos e programas. Todavia, como nunca foi esquecido o plano de formar um Exército Popular Revolucionário, o Partido jamais descuidou da formação militar de seus alunos. Nunca se saberá ao certo quantas pessoas passaram por esses cursos. Mas sabe-se que pelo menos uma, o pernambucano Manoel Messias Pereira, chegou efetivamente a concluir o curso de oficial junto ao Exército Vermelho, entre o final dos anos cinquenta e o começo da década seguinte⁵⁴⁷.

5.2.2.6. IV Congresso (1954), *Declaração de Março* (1958) e V Congresso (1960)

Passados alguns anos de sua implementação, a política de radicalização do Partido começou a dar evidentes mostras de esterilidade. Nada de substantivo acontecia em termos militares nem as massas se aproximavam do PCB. Isso levou a uma cobrança de resultados por parte da militância e, finalmente, a uma mudança de rumo. A morte de Stálin em 1953 contribuiu simbolicamente para isso. Alguns intelectuais pediam mais atenção com a questão da educação marxista. Militantes da base operária exigiam uma maior dedicação às questões sindicais e laborais. E todo mundo via a necessidade de se investir mais nas atividades legais. Em função desses clamores, o Comitê Central acabou se mexendo e encaminhando políticas nessa direção. O incremento das escolas do Partido e a participação exitosa nas grandes greves de 1953 foram, em certa medida, reflexos disso⁵⁴⁸.

⁵⁴⁶ Sobre a mentalidade dominante no PCB, ver Jorge Ferreira. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro, EdUFF/Mauad, 2002, 319 pp.

⁵⁴⁷ Luís Mir. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo, Círculo do Livro, 1994, pp. 17.

⁵⁴⁸ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 261.

Apesar dessa inflexão, nada de estrutural mudou. Apesar dos pronunciamentos formais em defesa da paz e da democracia que caracterizavam as manifestações públicas do Partido, nada de suas tradições ideológicas e organizativas foi abandonado. E seguiam valendo os manifestos de 1948 e 1950. Até o começo de 1954, quando se preparavam as teses para o IV Congresso do PCB, o Comitê Central mantinha como orientação de fundo a mesma política de enfrentamento dos anos anteriores: derrubada do governo (agora de Getúlio), Frente Ampla, guerra anti-imperialista, formação do Exército Revolucionário do Povo⁵⁴⁹.

Porém, a evolução dos acontecimentos depois do suicídio de Vargas, levou a uma alteração na rota do Partido e embaçou um tanto as coisas. Conforme sua linha de enfrentamento com o “governo de traição nacional” – defendendo a derrubada de Getúlio até poucas semanas antes do evento trágico –, o PCB foi surpreendido pelas manifestações populares de apoio ao ditador e pelo novo ambiente político que isso produziu⁵⁵⁰. Diante de inéditas possibilidades de atuação que se abriam então (por exemplo, Juscelino, candidato à presidência acenou aos comunistas com a legalização), o Partido pisou no freio com relação à sua agenda radical. Sem, todavia, renunciar a ela, nunca se pode esquecer. Os documentos finais do IV Congresso do PCB⁵⁵¹ são exemplares dessa situação de aparente ambiguidade.

Realizado em novembro de 1954 – vinte e cinco anos depois do congresso anterior –, o encontro mostrou para o público um Partido comprometido com a defesa das liberdades democráticas e a denúncia da guerra. Uns após outros, os relatórios, intervenções e resoluções do Congresso são rebarbativos quanto a isso, ecoando os mesmos cacotes ideológicos e estilísticos. No entanto, esses textos também deixam bastante claro – em algumas linhas e nas muitas entrelinhas – que tais liberdades democráticas se referem a “esta” etapa da revolução e a denúncia da guerra se refere somente à guerra movida pelo imperialismo norte-americano. A *Declaração de Princípios* do Partido (artigo primeiro do seu estatuto) aprovada naquele evento reivindica enfaticamente sua tradição revolucionária bolchevique:

⁵⁴⁹ Salomão Malina. *A luta de Salomão Malina: o último secretário*, pp. 178.

⁵⁵⁰ Jacob Gorender. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira (das ilusões perdidas à luta armada)*, pp. 22.

⁵⁵¹ Ver o volumoso número especial da revista *Problemas*. Rio de Janeiro, n. 64, dez/1954-fev/1955. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/index.htm>.

“(…) *No Partido não há lugar para duas ideologias. O Partido Comunista do Brasil é guiado em toda a sua atividade pela doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin (…)*”⁵⁵².

Em outras palavras, isto significava um compromisso absoluto com centralismo democrático, partido-milícia, ditadura do proletariado, guerra civil, terror vermelho e outros meios para se chegar ao socialismo.

Dessa forma, a adesão do Partido ao jogo democrático e ao pacifismo era uma questão meramente tática. E por uma razão bem simples. Conforme continua o texto, “(…) *o P.C.B. luta pelo socialismo, mas, nas atuais condições econômicas, sociais e políticas do Brasil, não é possível realizar transformações socialistas (…)*”. O Partido considerava os espaços democráticos meramente como instrumentos para efetivação de suas políticas revolucionárias⁵⁵³. Nunca houve nem poderia haver um compromisso com eles em si mesmos. Afinal, a meta é apenas revolução. Fora ela, nada mais importa. Exceto taticamente.

Esse caráter exclusivamente tático do contrato democrático é claramente exposto em outro importante texto aprovado no IV Congresso: o *Programa do Partido Comunista do Brasil - Bandeira de luta e da vitória*, o qual se apresenta como uma “*declaração de guerra dos milhões de brasileiros explorados e oprimidos*”⁵⁵⁴. Para essa “guerra”, diz o documento, todos os tipos de arma ou meios são bons. Assim,

“(…) *As formas de frente única e de ação de massas para a vitória do Programa do Partido devem ser as mais variadas. Ou mais claramente, devem ir das mais elementares às mais amplas, das de baixo nível às de alto nível, da unidade de ação à unidade orgânica, da unidade da classe operária e da aliança operário-camponesa à unidade com a burguesia nacional, dos abaixo-assinados às greves, das greves parciais às greves gerais, dos protestos às demonstrações de rua, das lutas eleitorais à luta armada (..)*”.

Mais leninista é impossível. Note-se especialmente o detalhe: “*das mais elementares às mais amplas, das de baixo nível às de alto nível*”.

Como frisou Aarão Reis, ainda que discretamente o IV Congresso “(…) *manteve as concepções revolucionárias catastróficas: só a luta armada vitoriosa promoveria as*

⁵⁵² Ver informe de João Amazonas, aprovado na *Resolução Final*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/amazonas/1954/11/informe.htm>>.

⁵⁵³ Marco Aurélio Santana. *Homens partidos: comunistas e sindicatos*, pp. 71.

⁵⁵⁴ O *Manifesto* se encontra disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/arruda/1954/11/congresso.htm>>.

*mudanças de que carecia a sociedade brasileira (...)*⁵⁵⁵. Por isso mesmo, naturalmente nenhuma palavra foi dita no Congresso contra os pronunciamentos de 1948 e 1950.

Uma freada efetiva no discurso militarista do Partido só começou a acontecer realmente com o apoio dos comunistas à candidatura presidencial de Juscelino Kubitschek e João Goulart, a vitória dos dois na eleição de outubro de 1955 e o contragolpe legalista dado pelo marechal Lott em novembro. A partir de então, com a possibilidade de legalização e sempre por conveniência tática, a luta armada não seria mais uma prioridade, pelo menos publicamente. Iniciava-se ali um promissor período de semilegalidade do PCB que duraria até 1964. E que requeria prudência e calma com o tema da violência, como de fato se viu nos próximos anos. Prudência e calma, não abandono.

No final de 1956, o impacto das denúncias dos crimes de Stálin praticamente paralisou o Partido. Foi uma de suas piores crises, com muitas defecções e dirigentes batendo cabeça. Essa tormenta só começou a se dissipar mais de um ano depois, tempo que a direção levou para sair do estado de letargia ocasionado pelas revelações de Krushchev e assumisse as teses da desestalinização e da Coexistência Pacífica proposta pelos novos ideólogos russos. Não sem grandes conflitos internos, pois uma importante ala do PCB não aceitava mudança alguma. De qualquer forma, algo começou a mudar, sim. Ou pelo menos a desacelerar.

Essa mudança ou desaceleração adquiriu caráter oficial com a chamada *Declaração de Março de 1958*; ou seja, a *Declaração sobre a política do PCB*⁵⁵⁶ feita pelo Comissão Comitê Central do Partido naquela data. A *Declaração* quase coincidiu com a revogação da ordem de prisão contra Prestes, emitida em 1947. O Partido entrava assim em nova conjuntura. Em certo sentido, era um documento inovador. Seu ponto forte, que encarnava a nova orientação, era a aceitação da possibilidade da via pacífica para se chegar à revolução. Com uma clareza nunca antes encontrada nos documentos do PCB, a *Declaração* dizia:

“(...) Quanto aos comunistas, tudo farão para alcançar os objetivos vitais do proletariado e do povo, um caminho que, sendo de luta árdua, de contradições e de choques, pode evitar o derramamento de sangue na insurreição armada ou na guerra civil. Os comunistas confiam em que, nas circunstâncias favoráveis da situação internacional, as forças antiimperialistas e democráticas terão condições para garantir o curso pacífico da revolução

⁵⁵⁵ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 263.

⁵⁵⁶ Publicada na *Voz Operária*. Rio de Janeiro, edição de 22 de março de 1958. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>>.

brasileira [...]”. Nesse sentido, “[...] O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas (...)”.

Sem dúvida, com frisou Aarão Reis,

“(...) Foi uma reviravolta histórica. [...] A hipótese da luta armada não era sequer aventada. [...] As propostas épicas de uma revolução catastrófica davam lugar a um processo gradual de mudanças, conquistadas através da legalidade democrática (...)”⁵⁵⁷.

Realmente, havia algo inédito na *Declaração*. Renunciava-se à bandeira insurrecional, deslocando-se para o caminho das reformas. Com grande consciência do que estava fazendo, as dirigentes do Partido chamaram isso de uma “nova política”. O PCB parecia rever um aspecto importantíssimo de suas tradições, o que apontava para certa superação do leninismo clássico.

Esse “revisão” foi, inclusive, causa de importantes rachas e defecções na vida partidária. Porém, de novo, não ocorreu um corte ontológico com o leninismo. Talvez um dia se chegasse lá, pelo jeito que as coisas andavam (efetivamente, o gramscianismo começara sua penetração no Partido⁵⁵⁸). Mas, com certeza, até o golpe militar de 1964 (e um pouco depois) isso não aconteceu.

Como outras anteriores, a *Declaração de 1958* deixava claro que o compromisso com valores liberais se resumia àquela etapa da revolução, não a todas. A litania era conhecida. Embora a política do PCB naquele momento priorizasse questões de natureza democrática e nacionalista – estabelecer uma frente progressista e anti-imperialista para aprovar as chamadas “Reformas de Base” –, estrategicamente, tudo permanecia igual. Mais uma vez, a nova orientação era apenas tática. Como a revolução socialista ainda não estava colocada, a tarefa básica dos comunistas era manter-se dentro das reivindicações democráticas. Porém, a ortodoxia bolchevique continuava a ser reivindicada: o PCB se apresentava como a

⁵⁵⁷ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 277.

⁵⁵⁸ As primeiras referências a Gramsci na bibliografia brasileira surgiram no final da década de 1940, no contexto da imprensa comunista. Até o começo dos anos sessenta, ele aparece na imprensa do PCB e de seus simpatizantes como leninista. Somente com o advento do “eurocomunismo” e, no Brasil, dos chamados “renovadores gramscianos” da década de 1970 (Carlos Nelson Coutinho, Luiz Jorge Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira, entre outros), o Gramsci da revolução cultural se apresenta aos leitores nacionais. Para a fortuna da obra gramsciana no país, ver Lincoln Secco. *Gramsci e o Brasil. Recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo, Cortez, 2002. 120 pp. Ver também Carlos Nelson Coutinho. “A presença de Gramsci no Brasil”. Em: *Revista Em Pauta: Teoria social & Realidade Contemporânea*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço social/UERJ, 2009, n. 22, pp. 37-44.

“vanguarda do proletariado” e se comprometia em aplicar os “princípios universais do marxismo-leninismo”. E, obviamente, não descarta a solução armada:

“(…) A escolha das formas e meios para transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças patrióticas. No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação é indispensável ter em vista outra possibilidade — a de uma solução não pacífica (…)”.

A relativa ambivalência da *Declaração de 1958* deu margem a muita confusão dentro do Partido. A começar porque a mudança política que ela propugnava não refletia exatamente o pensamento do conjunto do PCB. Muito dirigentes simplesmente não a reconheciam, continuando a nutrir uma perspectiva militarista. Além disso, como ressalta Aarão Reis,

“(..) A orientação aprovada, embora em favor da democracia, fora obtida mediante um autêntico golpe de Estado interno. Tudo foi preparado sem autorização ou conhecimento de nenhuma instância regular, salvo a Comissão Executiva, mas esta, apesar de localizada no vértice da pirâmide partidária, não poderia elaborar uma nova linha política. O Partido tinha um programa, definido no IV Congresso, em 1954. Só outro Congresso poderia alterá-lo ou revogá-lo (...)”⁵⁵⁹.

Isso não passou despercebido de muitos militantes.

Finalmente, há que considerar também, em relação ao teor da *Declaração de 1958*, que os comunistas não a honraram. Embora ali o Partido diga se comprometer com a atuação dentro da legalidade democrática e constitucional, é francamente sabido que não foi assim. O PCB sempre teve um pé, ou os dois, na ilegalidade. Aliás, como todo partido realmente leninista. Foi assim mesmo nos melhores tempos da legalidade, entre o final de 1945 e o começo de 1948. E mais ainda quando ele não tinha legalidade jurídica, mas era tolerado e desenvolvia uma extensa atividade legal. Do dispendioso e complexo aparelho clandestino que combinava atuação legal e ilegal falam dirigentes que conheceram bem a máquina partidária extensa, como Salomão Malina⁵⁶⁰ e Osvaldo Peralva⁵⁶¹. Em 1958 e depois não foi diferente. Parte dessa ilegalidade se refere justamente à luta armada, à qual o Partido nunca renunciou totalmente.

⁵⁵⁹ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 278.

⁵⁶⁰ Salomão Malina. *A luta de Salomão Malina: o último secretário*, pp. 3.

⁵⁶¹ Osvaldo Peralva. *O retrato*, pp. 26.

A latência dessa ideia pode ser sentida em resoluções e textos escritos por membros do Comitê Central nos quais se afirmava que, “se fosse o caso”, “por causa das forças reacionárias”, o caminho da guerra civil seria tomado⁵⁶². Iniciativas concretas do Partido no começo da década de 1960 mostram que, mais do que apenas possível, a violência revolucionária era provável.

Como já foi assinalado acima, no início dos anos sessenta, a crescente influência do gramscianismo e sua proposta de “revolução sem traumas” e “guerra cultural de posições” começava a se disseminar, ainda que discretamente, entre os intelectuais do Partido. Isso reforçou a linha da “nova política” inaugurada com a *Declaração de Março* (de 1958), que procurava ultrapassar o militarismo simplista do período anterior e investir numa estratégia de mais longo prazo vinculada à conquista do poder pela ocupação dos espaços democráticos.

O V Congresso do PCB, ocorrido em setembro de 1960, ratificou essa linha política. Realizado no centro do Rio de Janeiro num ambiente bastante descontraído (foi noticiado pela televisão e a sessão de encerramento ocorreu no auditório da ABI), foi o oposto do IV Congresso em termos de livre debate. Apesar de diferentes posicionamentos táticos entre os dirigentes – cada vez mais desassossegados uns com os outros –, o encontro confirmou a tática de “comer pelas beiradas”, de seguir a via pacífica pela “ação de massas” e fazer uma “revolução pela maioria”, legalmente. Em miúdos, isso significava infiltrar agentes seus nas Forças Armadas e no governo, aparelhar sindicatos e redações de jornais, tomando o poder, enfim, “por dentro”.

Porém, não obstante essa engenharia política de corte legalista e pacífico, como era recorrente em outros documentos emitidos pela direção do Partido, a luta armada nunca estava descartada⁵⁶³. Repete-se o que já foi visto anteriormente. O ardil discursivo era a mesmo de sempre: defesa da democracia apenas para certa etapa da revolução e direito usar da violência contra as forças reacionárias.

Sobre esse segundo aspecto, o ponto 22 da *Resolução Política do V Congresso* era bastante expressivo:

“(…) A escolha dos meios para libertar a Nação e transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças

⁵⁶² Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 288.

⁵⁶³ Parucker, pp. 213.

*revolucionárias. Os inimigos internos e externos do povo brasileiro resistirão, por todos os meios possíveis, à perda de suas posições. Em desespero de causa, tais inimigos podem recorrer à violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao poder, criando uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada. Enquanto acumulam forças para transformar em realidade a possibilidade de uma solução pacífica, o proletariado e seus aliados não devem jamais perder de vista que, em certas circunstâncias, as suas forças podem ser necessárias para tomar a revolução vitoriosa por um caminho não pacífico (...)*⁵⁶⁴.

Salomão Malina lembra que essa ressalva não era apenas pró forma e que a direção partidária considerava efetivamente a hipótese de luta armada⁵⁶⁵. E não investia somente em treinamento e armamento caseiro, como foi visto acima.

Quando Jover Telles esteve em Havana em 1961 – como integrante da delegação de Jânio Quadros –, ele pediu e obteve a promessa de treinamento militar imediato para uma turma de alunos do PCB. Segundo o relatório que enviou ao Comitê Executivo do Partido brasileiro, parece que Jover não estava pensando num modelo de instrução voltado à guerrilha tradicional, tipo a de Sierra Maestra, mas em algo mais pontual, mais “tecnológico”, para aprimorar os grupos de “TE”. Também naquele ano, o próprio Prestes se encarregou de promover o treinamento militar de uma dezena de comunistas brasileiros junto aos russos e discutiu com Krushchev e Suslov a preparação da luta armada no Brasil⁵⁶⁶.

De qualquer forma, o Partido continuava investindo na legalidade. Como parte desse esforço, a direção procurou se adequar juridicamente à legislação eleitoral e mudou sua designação tradicional de Partido Comunista do Brasil (que sugeria o pertencimento a uma rede internacional) para Partido Comunista Brasileiro. Foi o estopim do grande racha que levaria à formação do PCdoB. O primeiro de uma série que levaria até a ALN de Marighella.

Um grupo de dirigentes mais afinados com o stalinismo duro resistiu às novidades “revisionistas” chamando uma conferência própria em fevereiro de 1962. Este encontro, que se realizou em São Paulo, criticou duramente a velha direção pelo abandono do trabalho político com os camponeses e da luta armada, denunciou as teses “etapistas” (que pressupunham uma revolução democrática antes do socialismo) como mera capitulação, decidindo-se formar uma organização independente e conservar o nome Partido Comunista do

⁵⁶⁴ Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1960/09/congresso.htm>>.

⁵⁶⁵ *Apud* Paulo Ribeiro Cunha. *Aconteceu longe demais: a luta dos posseiros em Trombas e Formoso*, pp. 87.

⁵⁶⁶ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 268.

Brasil. Esses militantes acabaram expulsos do “novo” PCB. Entre eles estavam João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Miguel Batista dos Santos, José Maria Cavalcanti, José Duarte, Ângelo Arroyo e Orlando Pioto. Diógenes Arruda juntou-se ao grupo um pouco depois⁵⁶⁷.

A despeito dessa depuração, o PCB continuava dividido. Um sintoma disso foram os documentos aprovados na sua Conferência Nacional de dezembro de 1962. Enquanto uma *Resolução de Organização* conclamava os militantes à defesa do regime democrático e ao trabalho paciente de acumulação de forças, uma *Resolução Política* os chamava a combater a política de conciliação do governo de João Goulart retrocedendo notavelmente o tom pacifista do V Congresso⁵⁶⁸. Como ressalta Moisés Vinhas,

“(...) Na verdade, tanto na Comissão Executiva quanto no Comitê Central, começava a tomar vulto a orientação esquerdizante que pretendia a substituição do atual governo por outro ‘nacionalista e democrático’, do qual estivessem excluídos os ‘elementos conciliadores’. Imperceptivelmente, passava-se ao desprezo pela política de acumulação de forças ou à superestimação destas? Provavelmente as duas coisas juntas. De qualquer forma, estas contradições vão, daí por diante, permear a prática do PCB, e após os resultados do plebiscito que decide a volta ao presidencialismo, é a orientação esquerdizante que progressivamente vai prevalecer (...)”⁵⁶⁹.

Isso é confirmado por Salomão Malina em seu livro de memórias *O último secretário*, que vai mais longe ainda e afirma que o PCB acalentava um golpe de Estado de esquerda no começo de 1964, antes dos militares darem o seu⁵⁷⁰.

Sem dúvida, o Partido tomou atitudes legalistas. Por exemplo, foi contra o pedido de decretação de Estado de Sítio feito por Goulart ao Congresso Nacional e contra à greve dos sargentos em setembro de 1963. Mas parecia ser impossível conter suas velhas tendências putchistas e violentas. A respeito disso e falando desde a perspectiva de quem estava na

⁵⁶⁷ A aproximação deles com o Partido Comunista Chinês foi imediata e Mao chegou a se encontrar com alguns. Os contatos prosperaram e poucos dias antes do golpe de 1964, viajou para a China a primeira turma de dez militantes do “novo” PCdoB para realizar treinamento na Academia Militar de Pequim. Até 1966, mais duas seriam enviadas. Pelo menos quatorze ex-alunos dessas turmas foram deslocados para a chamada Guerrilha do Araguaia no começo da década de setenta. Ver Hugo Studart. *Borboletas e lobisomens: vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2018, pp. 52.

⁵⁶⁸ Edgar Carone. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo, DIFEL, 1982, pp. 250-255.

⁵⁶⁹ Moisés Vinhas. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*, pp. 189-190.

⁵⁷⁰ Salomão Malina. *A luta de Salomão Malina: o último secretário*, pp. 89.

direção partidária àquela época tentando evitar a radicalização interna, Salomão Malina afirmou:

“(...) a pressão do golpismo, oriunda da própria esquerda e do movimento popular, nos conduziu a vacilações e, enfim, violando nossa orientação oficial mesma, fizemos concessões essenciais (...)”⁵⁷¹.

É uma forma algo elíptica de admitir o envolvimento do Partido com certas ideias e práticas. Mas eloquente.

Na verdade, mesmo depois de expulsões aqui e ali, o Partidão continuava bastante dividido com relação a seu compromisso com a legalidade e o pacifismo. Como disse Dulce Pandolfi,

“(...) Mesmo após a Declaração de Março e a saída do grupo que formou o PCdoB, concepções mais radicais e mais moderadas permaneceram convivendo no interior do PCB. Dividido entre os ‘maximalistas’ e os ‘minimalistas’, o partido revivia o dilema entre adotar uma postura mais ‘conciliadora’ ou mais ‘radical’ (...)”⁵⁷².

Naquela conjuntura, foram se antagonizando cada vez mais dois grupos dentro do Comitê Central do Partido. Um era representado por Prestes, Giocondo Dias, Salomão Malina e outros que apostavam de um algum modo na Frente Ampla proposta por Goulart e San Thiago Dantas. O outro era encarnado pelo pessoal cada vez mais numeroso que criticava a “conciliação” com a burguesia nacional e a “tutela” de Jango sobre o movimento revolucionário.

Essa espécie de esquizofrenia – no sentido de uma dissociação de atos e pensamentos – certamente acarretava desassossego no Partido, mas ela não era exatamente um grande problema para seu funcionamento e influência. Pelo contrário, ela criava espaços para a utilização de métodos diversificados para se alcançar a revolução: legais e pacíficos por um lado e ilegais e violentos por outro⁵⁷³.

⁵⁷¹ *Idem, ibidem*, pp. 92.

⁵⁷² Dulce Pandolfi. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*, pp. 185.

⁵⁷³ *Idem, ibidem*, pp. 192.

O apoio do Partido à revolta dos marinheiros no final de março de 1964, poucos dias antes do golpe militar, indica sua crescente disposição para o enfrentamento. Em Pernambuco, na mesma época Gregório Bezerra pediu armas ao governador Miguel Arraes⁵⁷⁴.

O PCB atuava assim em duas direções: o melhor seria que as reformas de base viessem por bem, porém elas viriam de qualquer modo, por mal.

Nos últimos dias de março de 1964, a imprensa comunista começou a publicar as teses principais para discussão no VI Congresso do PCB, previsto para novembro. A comissão que elaborou o documento base era composta por Prestes, Gorender, Joaquim Câmara Ferreira e Marighella. A possibilidade de um golpe pela direita não era discutida e não se criticava o “etapismo: primeiro a democracia e depois o socialismo. Mas havia uma novidade. Apesar da via pacífica para o socialismo ainda nortear formalmente o Partido, uma das ideias colocadas em debate deixava claro que, devido ao caráter vacilante da burguesia nacional, a opção da luta armada estava colocada. O anúncio dos problemas da aliança com a burguesia era sinal de começava a desmoronar (se é que um dia realmente houve) a crença no caminho pacífico para a revolução brasileira⁵⁷⁵.

A ideia, no entanto, não teve tempo para prosperar. No começo de abril de 1964 o golpe militar desbaratou completamente o Partido.

5.2.3. Conclusão desta seção

Este longo arrazoado sobre a história do PCB entre 1936 e 1964, permite perceber que nesse período não houve nenhuma ruptura substantiva do Partido com seu passado ideológico, permanecendo a mesma cultura de violência política que o orientou desde as origens. Apenas as ambiguidades e imperícias que caracterizaram seus primeiros anos foram amplificadas, em grande medida pelo desafio representado pelas inéditas possibilidades da democracia liberal. A prática de assassinatos, o trato com explosivos, o fomento de guerrilhas e outras formas de

⁵⁷⁴ Claudinei Cássio de Rezende. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*, pp. 59.

⁵⁷⁵ Ver Dulce Pandolfi. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*, pp. 196 e 197. Ver também Claudinei Cássio de Rezende. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*, pp. 59 e ss.

violência continuaram a marcar a vida partidária. A reivindicação doutrinária do leninismo tampouco sofreu solução de continuidade. De fato, a real possibilidade de atuação legal em alguns momentos levou o Partido a refrear sua tendência de enxergar na luta armada a solução ideal para alcançar a revolução. Mas ele nunca abandonou essa perspectiva. Ao contrário, com o passar do tempo e a crescente radicalização da vida política nacional, o PCB chegou à década de 1960 com vários dirigentes cada vez mais convictos da necessidade da luta armada. Apesar do feliz triênio 1945-1947 e das tendências moderadas contidas na *Declaração de Março* (de 1958) e nas resoluções do V Congresso (1960), o Partido manteve sempre um pé no projeto de guerra popular prolongada, inclusive com experiências concretas de luta armada no campo. O “Trabalho Especial”, as “missões de honra” e outros aspectos do uso da violência nunca foram efetivamente abandonados. Cursos e treinamentos com armas continuaram a ser ministrados, enfim.

Sobre essa tradição de luta armada dos comunistas brasileiros, o paulistano Dynéas Fernandes Aguiar deixou um depoimento muito eloquente. Dynéas era da “tropa de choque” do PCB, a União da Juventude Comunista, até ela ser desfeita pelo Partido em 1957. Sua militância envolveu vários atos de truculência. Mais tarde ele integrou o Comitê Central do PCdoB. Em certa ocasião, comentando a resolução *Guerra Popular: o caminho da luta armada no Brasil*, lançada pelo PCdoB em 1969, ele disse que

“(...) ela, na verdade, começou a ser escrita em 1922, quando o partido organizado colocou a proposta de fazer a revolução para a conquista do poder e a conquista do socialismo (...)”.

Em seguida ele recordou os episódios de 35, de Porecatu, de Trombas e Formoso, além de outras “várias ações que foram desenvolvidas no Brasil de lutas radicais e enfrentamentos”, alinhavando tudo em uma mesma lógica⁵⁷⁶. Ele está corretíssimo.

Nesse contexto, o terrorismo segue esquecido da discussão teórica entre os comunistas brasileiros. Aliás, o debate sobre violência revolucionária como um todo parece ignorado. Como se não houvesse naquele período, além das lições de Lênin e Trotsky, toda uma discussão viva gerada pela nova oferta das “filosofias” da violência política de Sartre, Ponty e Fanon. É uma contradição menos importante do que parece.

⁵⁷⁶ Dynéas Fernandes Aguiar. Entrevista com o Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=bCS8xUHpbw>>.

5.3. E o baiano nisso tudo? Ou, sobre o lugar das notas biográficas nesta *Tese*

I.

A partir deste ponto da pesquisa, a figura humana que encarna o objeto da tese começa a aparecer concretamente, por uma exigência cronológica e de método. Nesse sentido, é preciso introduzir a pessoa de Marighella e seguir de algum modo sua trajetória de vida.

Desde já, não porque se queira discutir a biografia dele em si mesma. A biografia que interessa aqui, se é que pode ser chamada assim, refere-se tão somente àquelas notícias que esclarecem suas experiências e vinculações político-militares. Um ou outro dado familiar, social ou psicológico pode até ser eventualmente evocado na presente tese, mas sua função se resume a esclarecer contextos ou estabelecer pontos de conexão entre partes da narrativa. Nunca representar um foco de estudo próprio ou vetor explicativo.

Assim, não houve a menor preocupação neste estudo em buscar ou apresentar informações inéditas sobre a existência de Marighella. Para o propósito da pesquisa – que é basicamente de natureza hermenêutica –, bastaram os dados já disponíveis a todo historiador (com uma ou outra ocorrência pouco conhecida). Para ajudar a interpretar as ideias e práticas de Marighella e isolar seu conceito de terrorismo foi suficiente compulsar a bibliografia disponível, ainda que parte rara e de difícil acesso.

No entanto, esta não foi uma tarefa isenta de problemas. Com efeito, a memória de Marighella vem sofrendo ao longo do tempo um tal processo de mitificação e endeuamento que muitas inverdades e tornaram senso comum, inclusive para historiadores, dificultando sobremaneira a devida apreciação de sua história pessoal.

Evidentemente, não é o caso promover agora uma discussão em regra sobre esse problema. Mais uma vez, deve-se lembrar que questões biográficas são secundárias no escopo desta tese. No entanto, vale a pena considerar alguns exemplos desse processo de mitificação e ponderar, ainda que ligeiramente, sobre a necessidade dele ser contrastado por uma abordagem crítica. Afinal, embora o conhecimento perfeito da história de vida de Marighella não seja absolutamente fundamental para se entender o que ele fez e escreveu em relação ao terrorismo, uma biografia artificializada dele, notadamente idealizada, com certeza não ajuda a esclarecer o inquérito. Em especial, o caso se complica quando estas narrativas biográficas

envolvem ou ignoram fatos justamente vinculados às práticas e ideias de violência revolucionária.

Mesmo os melhores trabalhos biográficos sobre Marighella – como a reportagem de Mário Magalhães, que declarou não querer fazer uma hagiografia⁵⁷⁷, e o volume memorialístico organizado por Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, que afirmaram não ter intenção de fazer um livro celebrativo⁵⁷⁸ – são francamente hagiográficos e celebrativos. A despeito das intenções proclamadas por esses autores, há em seus textos uma inequívoca apologética do personagem tratado. Não necessariamente de caso pensado. Ou muito menos de caso mal-intencionado. No mais das vezes, apenas o fruto de uma somatória de derrapagens metodológicas e cacoetes ideológicos mais ou menos graves, comum a qualquer estudioso.

Um exemplo bem evidente e banal dessa tendência apologética pode ser formalmente verificado com grande facilidade quando são observadas as expressões linguísticas empregadas nessas obras para se referir a Marighella. Como argutamente notou Ricardo José Sizilio, estas e outras peças narrativas “(...) *carregam em comum a característica de valorizar e exaltar a figura de Marighella, através de inúmeros adjetivos colocados de forma sutil e constante nos textos (...)*”⁵⁷⁹. Dessa maneira, ele é apresentado (na literatura acadêmica relevante) invariavelmente como encarnação excepcional de tudo aquilo que é considerado bom em termos gerais de humanidade e em termos específicos de revolucionário modelo. Sem explorar contradições significativas em sua trajetória ou investigar a fundo qualquer outra nota dissonante que possa ensejar um juízo ou adjetivo negativo associado a ele, Marighella é sempre “bonito”, “alto”, “possuidor de porte atlético”, “bom capoeirista”, “bom de bola” (“excelente centro-avante”), “muito inteligente”, “namorador”, “aluno destacado”, “boa praça”, “alegre”, “animado folião”, “sambista”, “compositor de marchinhas”, “tocador de bandolim”, “piadista”, “engraçado”, “querido por todos”, “atencioso”, “informal”, “imaginativo”, “muito corajoso”, “bom orador”, “poeta”, “grande teórico”, “excelente artesão”, “impressionantemente alegre e de bom humor” etc. Famosa sua “*graça de moleque nascido nas ruas da Bahia*”, como o descreveu Jorge Amado em *Bahia de Todos os Santos*

⁵⁷⁷ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 584.

⁵⁷⁸ Cristiane Nova e Jorge Nóvoa. *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, pp. 27.

⁵⁷⁹ Ricardo José Sizilio. *Vai, Carlos, ser Marighella na vida: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, 2017, pp. 32.

(1944): “*Dentro dele, ternura e ira*”⁵⁸⁰. Um homem “nascido para rir”. Amado voltaria a colocar Marighella em sua literatura quando escreveu *Os subterrâneos da liberdade I (Os ásperos tempos)*. Na obra mais importante do realismo socialista na literatura brasileira, o personagem Carlos, reconhecidamente inspirado em Marighella, começa a ser descrito assim: “(...) *seu pai era um operário italiano que se casara com uma negra e ele herdara dos dois a imaginação ardente e o senso musical* (...)”⁵⁸¹.

Emiliano José, talvez o primeiro a tentar uma biografia de Marighella, chegou a dizer que ele aprendeu a ler aos quatro anos e que quando adulto “(...) *escrevia em inglês, francês e grego* (...)”⁵⁸².

Desconsiderando alguns excessos e mesmo absurdos dessas falações, variadas fontes corroboram a ideia de que Marighella realmente não parece ter sido um indivíduo comum. Suas qualidades próprias sugerem uma pessoa extremamente interessante, respeitável e digna. Gorender, comunista respeitabilíssimo e historiador admirável, fala de Marighella como um líder partidário diferente de outros, especialmente atento ao lado humano de seus companheiros, que não demonstrava superioridade no trato com eles e não se mostrava grosseiro⁵⁸³. Em reuniões do partido comunista, particularmente em momentos de tensão, era capaz de fazer intervenções em versos. De fato, seu comportamento cotidiano despojado, alegre e sensível às pessoas contrastava notavelmente com a postura imponente, mal-humorada e fria predominante entre os homens da cúpula do Partido. Os depoimentos sobre sua sensibilidade são recorrentes.

Porém, quando Fernando Sant’Anna, mais um comunista baiano que o conheceu bem, diz que Marighella era “totalmente radical” e que tal não se tratava de “baianidade”, mas de “estrutura de pensamento”⁵⁸⁴, ele chama a atenção para outra peculiaridade de Marighella: nunca estar entre os mais calmos, pacíficos ou democráticos da elite do comunismo brasileiro.

⁵⁸⁰ Jorge Amado. *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios de Salvador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012, pp. 126 e 206.

⁵⁸¹ Jorge Amado. *Os subterrâneos da liberdade I (Os ásperos tempos)*. Rio de Janeiro: Record, 1976. pp. 291 e ss.

⁵⁸² Emiliano José. *Carlos Marighella: o inimigo público número um da ditadura militar*. São Paulo, Casa Amarela, 1997, pp. 28.

⁵⁸³ Jacob Gorender. “Recordações de um companheiro”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, pp. 365.

⁵⁸⁴ Antonio Risério. *Adorável comunista: história política, charme e confidências de João Sant’Anna*, pp. 233.

Esse seu gênio impetuoso, intempestivo, que assumia riscos excessivos e infantis remete a outros aspectos de sua personalidade e história.

Ou seja, nem só de maravilhas é feita sua biografia. Aliás, como costuma ocorrer com os humanos em geral.

No entanto, os aspectos pouco meritórios ou elevados de sua história de vida não costumam aparecer nos estudos biográficos a respeito dele. Nessas obras, os dados concretos sobre suas experiências ora são superdimensionados, subestimados ou silenciados, conforme afirmem, confundam ou comprometam a imagem positiva que se quer passar. Muitas vezes, uma incontrolável simpatia pelo personagem parece levar os autores a acreditar em certas virtudes dele, sem se perguntar verdadeiramente pelos fatos reais. Nesse sentido, muitos “mitos” são repercutidos sem o devido criticismo, sem qualquer base documental.

Em sua consistente tese doutoral, Ricardo José Sizilio elencou vários desses mitos a respeito da juventude de Marighella, demonstrando o quanto eram falsos⁵⁸⁵. O futuro líder comunista foi escolarizado tarde, teve notas medianas no colégio e na faculdade, não há evidências de era o “aluno mais popular” do Ginásio da Bahia, a tal famosa prova de física em versos não ficou exposta no Ginásio até 1965 (Gorender, que estudou lá pouco depois de Marighella, disse que nunca ouvira falar desse poema senão quando entrou para o Partido em 1942), ele não abandonou a faculdade por questões políticas e assim por diante com outras histórias que não coincidem totalmente com as narrativas dominantes. Algumas dessas narrativas sobre o período de formação do baiano chegam mesmo a beirar o absurdo. Em um de seus recorrentes depoimentos públicos, Clara Charf, a segunda esposa de Marighella, mesmo não o conhecendo à época, afirmou que ele tinha um precoce senso de rebeldia que o levou, por exemplo, a participar de protestos contra a não inclusão de negros no Ginásio da Bahia⁵⁸⁶. Isso faz algum sentido, considerando a personalidade dele. E reforça sua figura como paladino da justiça. Mas é pouco provável que tenha acontecido. É bem sabido que

⁵⁸⁵ Ricardo José Sizilio. *Vai, Carlos, ser Marighella na vida: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)*, pp. 52, 72-73, 75 etc.

⁵⁸⁶ Clara Charf. “Carlos, meu eterno companheiro”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, pp. 434.

havia negros naquela escola, inclusive professores⁵⁸⁷, e vários alunos, a começar pelo próprio Marighella, apesar dele se descrever como mulato⁵⁸⁸.

Mas há pior.

Se as falhas desses memorialistas, biógrafos e jornalistas ficassem somente nesse âmbito lateral à sua efetiva atuação política como indivíduo adulto não seria muito grave. Mas também tudo aquilo que em vida adulta possa ir contra sua imagem idealizada parece ignorado por seus apologistas; seja sobre um jeito de ser, sobre uma ação ou ideia, sobre um acontecimento. Assim, essa idealização recai também sobre sua obra. Ricardo Perez, por exemplo, diz que o ensaio *A crise brasileira* (de 1966) “é um documento esmiuçado, esmerado, preciso, pormenorizado e, principalmente, com um rigor acadêmico ímpar”⁵⁸⁹. Porém, simplesmente não há nada de propriamente acadêmico no texto. Nada. Sem dúvida, é um escrito articulado e de certo fôlego para o padrão do baiano (pouco mais de 40 páginas). Mas uma avaliação serena do ensaio evidencia que ele é um monumento ideológico repetitivo, carregado de chavões, graves erros de análise e sem o devido aparato técnico de referências documentais.

Nesse ponto as implicações metodológicas e políticas dos exercícios biográficos apenas laudatórios revelam toda sua fragilidade histórica.

Veja-se, por exemplo, os seguintes e insuspeitados depoimentos. Eles estão facilmente à disposição dos estudiosos, mas praticamente não há reflexo deles na bibliografia *mainstream* sobre Marighella.

⁵⁸⁷ Um dos professores mais queridos de Marighella foi Conceição Menezes, negro, que ensinava história do Brasil e chegou a ser diretor da Escola. Em homenagem a ele, Marighella usou durante muito tempo o nome de guerra Menezes, com o qual assinava seus artigos na *Voz Operária*, jornal do PCB. Ver Antonio Risério. *Adorável comunista: história política, charme, e confidências de João Sant’Anna*, pp. 69-71.

⁵⁸⁸ Déborah Kelman de Lima. *O banquete espiritual da instrução: Ginásio da Bahia, Salvador (1895-1942)*. Dissertação de mestrado. Faculdade e Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003, pp. 116-117.

⁵⁸⁹ Ricardo Perez. *Trajatória intelectual de Carlos Marighella: do PCB à ALN*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017. Para as citações abaixo, ver pp. 55 e ss. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/3635/2/RICARDO%20PEREZ%20PEREZ.pdf>>..

Segundo Peralva, Marighella se mostrava uma boa pessoa, sem nunca ter abandonado o “espírito jovial de estudante”⁵⁹⁰. Mas era um “trêfego” pródigo em “tomar da pena e encher várias laudas de afirmações superficiais”⁵⁹¹.

Armênio Guedes também fala dele com simpatia, mas pondera:

“(...). Era um anarquista, na realidade. A produção teórica dele é um bestialógico. Quando começava a falar, eu não sabia como ia terminar aquele discurso de Cantinflas. Naturalmente articulado, era muito vivo, muito inteligente [...]. Muito malandro, meio carioca e meio baiano, não dava muita bola para a organização do PC, não topava a burocracia partidária, fazia as coisas que queria “por fora”. No Rio, no período final antes do golpe de 64, tinha um escritório à parte, onde encaminhava suas atividades. Levantava ele mesmo o dinheiro que precisava para isso. Foi treinado para desembocar no tipo de atividade que afinal teve, o ‘vai ou racha’ (...)”⁵⁹².

Por sua vez, Muniz Ferreira afirma ter escutado do próprio Prestes que:

“(...) em meados dos anos 60, Marighella era, depois do então secretário-geral do PCB, o maior partido da esquerda brasileira, o segundo dirigente comunista mais popular e influente do Brasil (...)”⁵⁹³.

Marco Antonio Tavares Coelho, que estava quase sempre do lado oposto a Marighella no Comitê Central, escreveu que

“(...) sua visão [de Marighella] da luta dos comunistas sempre foi marcada pela paixão evolucionária, pelo impulso combativo que não era contrabalançado pela análise fria da realidade no conjunto da vida brasileira (...)”⁵⁹⁴.

Certa limitação de Marighella era bastante evidente para seus colegas do Comitê Central. Até Salomão Malina, justamente um dos mais famosos brutamontes do Partido – chamado de “o Gordo” e comprometido com gravíssimos casos de violência promovida pelo

⁵⁹⁰ Osvaldo Peralva. *O retrato*, pp. 335.

⁵⁹¹ Trêfego pode ser “hábil para ludibriar”, “astuto”, “esperto”, “sagaz”, “manhoso” e também “que se agita sem cessar”, “turbulento”, “irrequieto”. *Idem, ibidem*, pp. 70.

⁵⁹² *Apud* Mauro Malin. *Armênio Guedes: um comunista singular*. São Paulo, Ponteio Edições, pp. 85.

⁵⁹³ Muniz Ferreira. “Carlos Marighella: revolução e antinomias”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, pp. 221.

⁵⁹⁴ Marco Antonio Tavares Coelho. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*, pp. 318-319.

PCB na década de 1950 –, disse que ele “(...) *não tinha grande formação teórica, era outro político forjado na prática cotidiana (...)*”⁵⁹⁵.

Embora não existam provas objetivas, sempre se falou a boca pequena dentro do Partido que Marighella era um dos integrantes do chamado “grupo dos pistoleiros” do PCB⁵⁹⁶. Com efeito, Peralva menciona um grupo de dirigentes exatamente como “pistoleiros”, sem dar os nomes, entretanto⁵⁹⁷.

Apesar do inegável *physique du rôle* de Marighella para figurar como herói do bem, a trajetória dele guarda aspectos muito inquietantes que merecem detida reflexão histórica. O estereótipo e o jeitão de Marighella não coincidem com o que muitos imaginam ser o perfil de um terrorista. Todavia já está suficientemente demonstrado que não existe tal perfil padronizado.

Pesquisas diversas que se ocuparam com dirigentes e militantes autodeclarados terroristas coincidem em que se trata geralmente de pessoas normais, com sentido do que fazem, senso de responsabilidade e perfeitamente capazes de se autocontrolar⁵⁹⁸. Elas não mostram sinais importantes de desordens psicóticas, não apresentam quadros de confusão mental e, embora as neuroses pessoais não devam ser negligenciadas (especialmente o transtorno obsessivo-compulsivo e o transtorno de ansiedade), estas tampouco são muito relevantes. Ainda que não sejam raros os transtornos emocionais, isso não basta para caracterizar essas pessoas como clinicamente doentias⁵⁹⁹. Mesmo em casos extremos de terrorismo promovido por atentados suicidas altamente sangrentos, que naturalmente inspiram uma reflexão mais delicada sobre a psicologia do agente terrorista, a associação rápida entre ímpeto de martírio, destruição e distúrbios mentais deve ser evitada. Como mostrou Robert

⁵⁹⁵ Salomão Malina. *A luta de Salomão Malina: o último secretário*, pp. 80.

⁵⁹⁶ *O Estado de São Paulo*. São Paulo, edição de 5 de novembro de 1969, pp. 14. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19691105-29012-nac-0014-999-14-not/busca/Marighella>>.

⁵⁹⁷ Osvaldo Peralva. *O retrato*, pp. 400.

⁵⁹⁸ Ver Jessica Stern. *Terror in the name of God: why religious militants kill*. Londres/Nova York. HarperCollins, 2003. Ver também Scott Atran. *Talking to the enemy: faith, brotherhood, and the (un) making of terrorists*. Nova York, Ecco, 2010. Entre outras referências importantes contam-se os trabalhos de Martha Crenshaw (testemunhos autobiográficos de ex-membros e membros do IRA, OLP etc.), Marc Sageman (sobre jihadistas), Khapta Akhmedova e Ariel Merari (sobre o entorno social e familiar de terroristas), Eyad El-Sarraj (sobre o terrorismo suicida), Brian Barber (sobre jovens da Faixa de Gaza), Nasra Hassam (sobre militantes do Hamas), entre outros.

⁵⁹⁹ Jerrold Post. “The psychological roots of terrorism”. Em: *Addressing the causes of terrorism/The Club de Madrid Series on Democracy and Terrorism*. Madri, Clube de Madri, 2005, vol. I.

Pape⁶⁰⁰, o estado mental de um homem-bomba pode não ser muito diferente de um monge budista prestes a botar fogo no próprio corpo, ou de um preso político que decide levar sua greve de fome até às últimas consequências. Embora os resultados dessas ações sejam bem diferentes quanto à implicação de terceiros e a moralidade dos atos, todas elas podem ser executadas com toda placidez e discernimento.

Ou seja, que Marighella fosse “gente boa” e “divertido”, não impede que ele fosse também violentíssimo. Até baianos bons de samba podem ser terroristas.

II.

Marighella viveu 58 anos (1911-1969), 35 dos quais como dedicado dirigente do PCB. Já começou sua militância na Bahia com funções de liderança. Ininterruptamente, foi membro do Comitê Central desde 1943 (quando foi eleito “à revelia” na Conferência da Mantiqueira) até 1967 (quando se rebelou contra o Partido e foi expulso dele). Integrou a Comissão Executiva desde 1952 até 66. Sua popularidade rivalizou com a de Prestes. Ou seja, ele e o PCB formam um todo bastante orgânico. Em grande media, a história do partido e a biografia política do militante se esclarecem mutuamente.

Ele nasceu em 5 de dezembro de 1911 na cidade de Salvador. Era um dos sete filhos de Augusto Marighella – imigrante italiano e mecânico de automóveis – e Maria Rita do Nascimento – negra, filha livre de escravos africanos de origem hauçá –, que se estabeleceram e criaram a família na Baixa do Sapateiro. Inúmeras fontes atestam que desde pequeno manifestou uma personalidade singular: autêntica, alegre, ativa e briguenta, além de inteligente.

Marighella se aproximou do comunismo na época em que estudava no tradicional Ginásio da Bahia, antigo Liceu Provincial de Salvador, fundado em 1836 e palco de importantes manifestações durante a Sabinada e outros movimentos políticos soteropolitanos. Desde a Revolução Russa, o Ginásio era um “ninho de comunistas”. Ali estudaram mais ou

⁶⁰⁰ Robert Pape. *Dying to win: the strategic logic of suicide terrorism*. Nova York, Handon House, 2006, pp. 17, 23 etc.

menos à mesma época Maurício Grabois, Mário Alves e Jacob Gorender, entre outros futuros grandes líderes revolucionários brasileiros. Mas parece que não foi exatamente na escola que Marighella começou a ouvir falar de Marx, Lênin e Stálin. Isso mais provavelmente ocorreu em suas andanças pelos meios dos trabalhadores da cidade, especialmente estivadores e condutores de bondes, os quais costumava frequentar por relações de amizade. Não se sabe com certeza quem o levou para o PCB e a qual literatura marxista ele teria tido acesso. Sobre quando isso aconteceu, sim, há constância relativamente segura. Embora Marighella apresentasse ao longo de sua vida inúmeras vinculações mais ou menos diretas com o anarquismo⁶⁰¹, parece que ele nunca frequentou os círculos anarquistas baianos.

O “batismo de fogo” de Marighella na política ocorreu em 22 de agosto de 1932, quando ele estudava engenharia civil na Escola Politécnica da Bahia. Naquela ocasião, uma manifestação de estudantes em solidariedade à rebelião paulista contra o governo de Vargas foi encurralada pela polícia no centro da cidade e eles se refugiaram na Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus (cujo museu do Instituto Nina Rodrigues guardava substantivo arsenal de fuzis, revólveres, munição e bananas de dinamite). Dezenas de bombas foram confeccionadas com o material existentes nos laboratórios. Depois de mais de dez horas de invasão, lá pelas quatro horas da tarde, irrompeu um tiroteio entre os estudantes e a polícia do interventor federal no estado, Juracy Magalhães. No poema *Vozes da mocidade acadêmica*, Marighella assume que, armado de revólver, atirou. As fontes divergem sobre quanto tempo durou o tiroteio, mas com certeza não foi coisa rápida. Quando a fuzilaria terminou, cerca de meia dúzia de pessoas ficaram feridas. Uma acabou falecendo. Por volta das sete horas da noite um acordo foi feito e os estudantes se renderam⁶⁰². Foram detidos uma dezena de professores, cerca de quinhentos estudantes e mais alguns populares que aderiram à manifestação. Com eles foram encontrados mais de dez fuzis e quase vinte revólveres, entre outras armas⁶⁰³. Embora seu nome já fosse estampado na imprensa local antes do confronto, foi depois desse episódio que Marighella começou a ficar realmente conhecido nos meios políticos de Salvador.

⁶⁰¹ Este tema é retomado mais adiante.

⁶⁰² Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 59.

⁶⁰³ Ricardo José Sizilio. *Vai, Carlos, ser Marighella na vida: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)*, pp. 93.

Outro acontecimento importante na vida de Marighella ocorreu no final de ano de 1933, quando ele se envolveu num caso de arrombamento da sala de um professor da Escola Politécnica e de roubo de provas e notas de exames anteriores. O episódio nada teve de político e acabou levando à sua suspensão da Escola em maio de 1934. A única biografia que aborda (sumariamente) o caso, a de Magalhães, sugere que o episódio estava relacionado a um gesto de rebeldia política⁶⁰⁴. No seu conhecido livrinho *Por que resisti à prisão*, o próprio Marighella trata de romantizar e politizar um pouco mais as coisas ao dizer que

“(...) Pouco antes de terminar o curso, abandonei a escola e desisti da carreira. Um sentimento profundo de revolta ante a injustiça social não me permitia prosseguir em busca de um diploma e dedicar-me à engenharia civil, num um país onde as crianças são obrigadas a trabalhar para comer (...)”⁶⁰⁵.

Porém, mais uma vez, Ricardo José Sizilio demonstrou categoricamente que não foi bem assim⁶⁰⁶. Seja como for, Marighella nunca mais voltou a estudar.

Mais ou menos no mesmo mês que foi suspenso e parou de frequentar o curso na Politécnica, ele se filiou na Juventude Comunista do PCB⁶⁰⁷. Em pouquíssimo tempo tornou-se um militante profissional integralmente dedicado ao Partido⁶⁰⁸, exercendo desde cedo cargos de liderança. Além de seu inegável talento próprio, ele se beneficiou também da ausência de material humano entre os comunistas baianos àquela época.

A seção baiana do Partido, criada no final dos anos vinte ainda era uma verdadeira “bagunça” naqueles anos, como disse Mário Magalhães⁶⁰⁹. Seu secretário era o inexpressivo trabalhador da indústria de móveis Manoel Batista de Souza, o “Bedegueba”, depois transferido para o Rio de Janeiro. Quando Basbaum passou uma temporada na Bahia em 1930, deixou registrado que o Partido mal chegava a ter uma dúzia de membros em Salvador.

⁶⁰⁴ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012, pp. 66.

⁶⁰⁵ Carlos Marighella. *Por que resisti à prisão*. São Paulo, Brasiliense, 1994, pp. 22-23.

⁶⁰⁶ Ricardo José Sizilio. *Vai, Carlos, ser Marighella na vida: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)*, pp. 121.

⁶⁰⁷ *Idem, ibidem*, pp. 24 e 134.

⁶⁰⁸ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 70.

⁶⁰⁹ *Idem, ibidem*, pp. 70.

Quase todos oriundos do anarquismo, sem entender muito bem os métodos comunistas⁶¹⁰. A situação deu uma leve melhorada 1933 com a criação de um Comitê Regional da Bahia, a organização de uma campanha de adesão de mais membros e uma maior intervenção nas lutas sindicais⁶¹¹. A cooptação de Marighella no ano seguinte representou um grande êxito nesse sentido. Mas o Partido continuou minúsculo.

Foi, portanto, em um contexto de certo entusiasmo pelo crescimento do movimento comunista local e visível carência de quadros que Marighella começou a militância partidária que marcaria sua vida. Nessa época, ele ajudou a criar células do PCB em algumas categorias de trabalhadores e imprimiu grande dinamismo à Juventude Comunista, chegando a integrar o Secretariado do Comitê Regional da Bahia⁶¹². À época, o PCB ainda era esquálido: não tinha muito mais do que duas dezenas de filiados no Recôncavo Baiano⁶¹³. Mas em breve este número aumentaria substantivamente por causa do excepcional empenho de propaganda e organização promovido por Marighella como ativista da campanha da ANL no começo de 1935. Já daquela época era especialmente focado na ação e na instrução para situações de confrontos, inclusive ministrando cursos nas células do Partido que incluíam lições sobre “autodefesa”⁶¹⁴. Até sua abordagem da propaganda envolvia algum tipo de ato de força. Em 1934 ele inventara uma espécie de bomba caseira para explodir carregando muitos panfletos e assim espalhá-los por uma grande área. Não era um engenho infantil e inofensivo. Uma ocasião, os jornais da cidade noticiaram que o petardo “subiu duzentos metros e percorreu cerca de outros trezentos rente ao solo” antes de cumprir sua missão⁶¹⁵. Pode-se imaginar o estado dos transeuntes que, desavisados, presenciam um evento desses.

⁶¹⁰ Leôncio Basbaum. *Uma vida em seis tempos (memórias)*, pp. 42, 85-86.

⁶¹¹ José Raimundo Fontes. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política (1930-1947)*. Tese de doutorado. Departamento de História/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997. pp. 124-125.

⁶¹² Carlos Marighella. Autobiografia. Manuscrito em espanhol. 7 f. 1954. pp. 1. Arquivo Estatal de História Política e Social da Rússia (RGASPI). Fundo 495: armazenamento 197, dossiê 170. Moscou, Rússia. Disponível em: José Raimundo Fontes. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política (1930-1947)*. pp. 150 e ss.

⁶¹³ Ricardo José Sizilio. *Vai, Carlos, ser Marighella na vida: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)*, pp. 151.

⁶¹⁴ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 70 e 74.

⁶¹⁵ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp.67.

Armênio Guedes, que entrou para o Partido justamente numa célula de estudantes em Salvador dirigida por Marighella nessa época, diz que “ele [Marighella] tinha então tendências anarquistas”⁶¹⁶. Isso significava certa vocação libertária, individualista, anti-hierárquica. E também certa inclinação à desordem, à agitação. À violência, inclusive. Deveras, a lógica da radicalidade que orientava sua militância tinha um tempero levemente anárquico⁶¹⁷. Mas nada de programático havia nisso. Formalmente, ele se queria e era um bolchevique.

Com Marighella, a grande geração de comunistas baianos começou a se formar.

Em outubro de 1935, por ordens de Bangu (Lauro Reginaldo da Rocha), que havia recém se estabelecido em Salvador, Marighella foi mandado para o Rio de Janeiro. O motivo disso não está claro: segundo alguns, foi para escapar da perseguição policial, segundo outros, foi para ajudar na organização do Partido na capital do país. Conforme ainda outros, apenas para recomeçar a vida em uma nova cidade, já que havia parado de estudar, estava “queimado” em Salvador e queria “conhecer o mundo” na flor dos seus vinte e quatro anos⁶¹⁸. Além disso, evidentemente, a direção partidária nacional viu nele um raro potencial merecedor de incentivo.

Recém-chegado na Guanabara, quando aconteceu o levante vermelho em novembro, ele era apenas um “carregador de piano” para o Partido e ignorava os planos para o motim. No dia fatídico, ele estava no Rio de Janeiro, mas parece não ter se aproximado dos locais de confronto (o 3 RI e a Escola de Aviação)⁶¹⁹. No entanto, a vida inteira Marighella aprovou sem mais a Intentona⁶²⁰.

Com o fracasso do movimento e a prisão de vários dirigentes, ele entrou para uma rígida clandestinidade. Sua principal função era publicar material revolucionário, mas na

⁶¹⁶ Armênio Guedes. Entrevista concedida a Paulo Moreira Leite. Ver o blog de Moreira Leite na data de 9 de março de 2012. Disponível em: <<https://gilvanmelo.blogspot.com/2012/03/armenio-guedes-pizza-e-vinho-paulo.html>>.

⁶¹⁷ Considerando aqui a linhagem ácrata de Bakunin, Nechayev *et cetera*. Não a de Tolstói, por exemplo.

⁶¹⁸ Ricardo José Sizilio. *Vai, Carlos, ser Marighella na vida: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)*, pp. 154-155.

⁶¹⁹ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 88.

⁶²⁰ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 101.

modesta pensão onde morava guardava munição, produtos químicos e outros materiais para confecção de bombas⁶²¹, a despeito da segurança dos demais moradores.

Marighella começou a ficar conhecido fora de Salvador quando foi preso na capital carioca, no dia primeiro de maio de 1936, por estar fazendo propaganda comunista e distribuindo boletins considerados subversivos. Por alguma razão, a polícia informou a imprensa de que havia capturado o novo secretário-geral do Partido Comunista. Vários jornais do Rio, de São Paulo e do Nordeste falaram então no “estudante de engenharia, poeta, filósofo e rebelado” que supostamente havia substituído Miranda. Quase sempre era frisado que se tratava de um “indivíduo perigoso”. E na imprensa baiana era completado: “que desde os tempos ginasianos revelava sua rebeldia”⁶²². A coragem e valentia que Marighella demonstrou diante de abomináveis torturas ficou lendária.

Em julho de 1937 obteve sua libertação provisória mediante *habeas corpus* e submergiu novamente na clandestinidade. O TSN acabou condenando-o à revelia a dois anos de prisão. No começo de 1938, foi enviado para São Paulo com a missão de reorganizar o Comitê Regional do Partido depois do grande racha do final do ano anterior⁶²³. Como disse Aarão Reis, “chegou como secretário de propaganda e logo ascendeu a número um no estado”⁶²⁴.

Usando de sua posição de liderança, atacou duramente os dissidentes com acusações falsas e denúncias públicas que facilitaram a repressão contra eles. Chamou todos de “trotskystas” (somente Sacchetta veio a sê-lo), “espiões” e “provocadores a serviço do fascismo” (um deles era ninguém menos de Heitor Ferreira Lima), além de publicizar seus nomes verdadeiros no *Boletim Interno Regional* do Partido em São Paulo, em março de 1938 (o que serviu de prova para a Justiça condenar alguns deles). Só para se ter uma ideia da gravidade da coisa: no Rio de Janeiro, até o nome verdadeiro da mãe de Ferreira Lima foi

⁶²¹ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 93.

⁶²² Ricardo José Sizilio. *Vai, Carlos, ser Marighella na vida: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)*, pp. 215 e 219

⁶²³ Em 1937, deveria haver eleição presidencial. O candidato situacionista, José Américo de Almeida, deveria se bater contra Plínio Salgado e Armando de Salles Oliveira. O Comitê Central, dirigido pelo grupo de Bangu, apoiava José Américo em nome da luta contra os simpatizantes do fascismo. O Comitê Regional de São Paulo, liderado por Hermínio Sacchetta, Heitor Ferreira Lima e Híllio de Lacerda Manna, discordava disso e propôs o afastamento de Bangu. Eles e outros acabaram expulsos do PCB.

⁶²⁴ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 107.

citado em *A Classe Operária* (de 26 de outubro de 1939) numa lista de agentes provocadores da polícia⁶²⁵. O máximo que a velha senhora fizera até então era ter cozinhado para alguns encontros do Partido, a pedido do filho. Marighella não pode ser culpabilizado por isso, já que estava na capital paulista e não se ocupava do jornal oficial do Partido, controlado por uma redação carioca. Mas os métodos lá e cá eram os mesmos.

A relação de Marighella com o trotskismo era aquela típica do melhor stalinismo. Para ele, os seguidores de Trotsky eram “*os mais ferozes aliados dos fascistas, dos nazistas e dos reacionários de todos os tipos e todas as cores*”. Essa declaração é 1945, quando já não se vivia mais o Grande Terror e Stálin reinava absoluto⁶²⁶. Não é difícil supor o que ele pensava sobre o assunto no final da década de 1930. E como agia. Em 1939, o Comitê Regional de São Paulo, sob a liderança de Marighella, expulsou a histórica militante Patrícia Galvão, a “Pagú”, chamando-a, entre outras coisas, de “degenerada sexual”. A mesma Pagú que pouco antes o Partido ordenara trabalhar como operária e dormir com homens estranhos para obter informações⁶²⁷.

Havia nisso um método, aliás já bastante discutido pela literatura⁶²⁸, mais do que apenas um problema de caráter. Peralva fala disso, algo poeticamente, ao tratar do que Agildo Barata chamou de “máquina infernal”:

“(…) *A parte mais compacta e atuante do PCB é formada pelo Aparelho, cujas peças íntimas — engrenagens, dispositivos, molas e parafusos — são representadas pelos “revolucionários profissionais”, que ocupam diferentes postos nos diferentes organismos. Essa máquina funciona num ambiente de sombras e entretons, de segredos e mistérios, de sortilégios e mistificações. Aquele que infrinja seu ritual é esconjurado, excomungado e condenado às penas do inferno. Como todas as sociedades secretas, só tem porta de entrada. Para sair, tem-se de escapar pela janela da execração, sob o apupio ululante dos que ficam (...)*”⁶²⁹.

⁶²⁵ Ferreira Lima. *Caminhos percorridos: memórias de militância*, pp. 247.

⁶²⁶ Ricardo José Sizilio. *Vai, Carlos, ser Marighella na vida: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)*, pp. 224.

⁶²⁷ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 218.

⁶²⁸ Sobre a vinculação entre leninismo e stalinismo no PCB, ver Jorge Ferreira. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*, 106-108. Ver também João Quartim de Moraes. “A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro”, pp. 49 e 69.

⁶²⁹ Osvaldo Peralva. *O retrato*, pp. 234.

Marighella era uma peça chave nessa máquina.

Em maio de 1939, ele foi preso mais uma vez. Procurado pela antiga condenação à revelia, foi capturado na capital paulista. Alguns dias depois, foi encaminhado para a Casa de Detenção no Rio de Janeiro, onde permaneceu até maio de 1940, quando o levaram para o presídio de Fernando de Noronha. Ao todo, passaria aproximadamente seis anos detido, o maior tempo na ilha do Atlântico.

Como sempre, exerceu grande influência entre a comunidade de prisioneiros, liderando a ala que se negava a colaborar com as autoridades carcerárias e rechaçava qualquer contato com os integralistas também detidos. De lá, Marighella avisou a direção do Partido que ele não reconhecia a CNOP, recusando assim sua própria nomeação para o Comitê Central. Na ocasião, Marighella foi acusado por Amazonas e Grabois de “liquidacionismo” e “browderismo”⁶³⁰. Fernando de Lacerda esclareceu e defendeu esta posição em um explosivo artigo publicado em maio de 1943 na revista *Diretrizes*, dirigida por Samuel Weiner. Caio Prado Júnior também se alinhou com ela. Marighella não escreveu sobre isso, mas também não reconheceu a Conferência da Mantiqueira, realizada em agosto. Para Gorender, Marighella já “(...) defendia ali uma concepção de partido diferente do Partido Bolchevique [...] que unisse as várias tendências de esquerda [...] e fosse mais amplo do que poderia ser um partido só de marxistas (...)”⁶³¹. Gorender chama a atenção para o quanto isso antecipava futuros desencadeamentos políticos.

O episódio de rebeldia, porém, não teve maiores repercussões. Quando retornou à vida política normal, depois de fazer uma daquelas famosas autocríticas da época do stalinismo – públicas e humilhantes –, Marighella pediu desculpas por não ter reconhecido a CNOP e foi reintegrado no Comitê Central e eleito para a Comissão Executiva⁶³². Marighella era importante demais para ser deixado de fora da direção. E ele era inteligente demais para renunciar a fazer as pazes com o grupo que ascendera no controle do PCB na Conferência da Mantiqueira. Nesse sentido, é bastante significativo que quem recebeu Marighella na porta do

⁶³⁰ Earl Browder era o secretário geral do Partido Comunista dos Estados Unidos, que, na esteira da dissolução da III Internacional determinada por Stálin em maio de 1943, pregava também a dissolução dos PCs dentro de uma frente ampla de esquerda

⁶³¹ Jacob Gorender. “Recordações de um companheiro”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, pp. 395.

⁶³² *Idem, ibidem*, pp. 395.

presídio Frei Caneca, no Rio de Janeiro, quando ele foi libertado depois da anistia de 1945, tenha sido um enviado do esquema militar do Partido⁶³³.

Na rápida e vibrante campanha eleitoral para a Constituinte que se seguiu à legalização do Partido, Marighella teve um papel especial. Ele logrou obter mais votos que Luís Carlos Prestes na Bahia⁶³⁴. Quando abriram os trabalhos da nova legislatura, ele foi o segundo orador inscrito. Em menos de dois anos fez quase duzentos discursos na Câmara (falava quase todos os dias). Quando o PCB foi cassado, alguns contam que fez uma cena antológica no recinto, berrando sem parar, gesticulando teatralmente e jogando papéis para o alto. Outros duvidam que isso tenha realmente acontecido.

Após a cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB e da guinada à esquerda dada pelo Partido com a *Declaração de Janeiro*, em meados de 1948 Marighella foi enviado pelo Partido a São Paulo. Ele já era bastante conhecido no Estado e tornou-se o principal dirigente comunista local⁶³⁵. Naquele mesmo ano, ajudando a difundir sua imagem heroica, a editora Vitória lançou o livro *O estudante Marighella nas prisões do Estado Novo*, escrito por ele mesmo⁶³⁶. Também nessa época, passou a integrar a Comissão Nacional de Propaganda. A CNP reunia normalmente os melhores quadros do Partido, como Jacob Gorender⁶³⁷. No final dos anos 40 e começo dos anos 50, era também o principal editor da revista *Problemas (da Paz e do Socialismo)*, escrevendo a maioria de seus editoriais.

Nesses anos ele acompanhou de perto as lutas camponesas promovidas pelo PCB em São Paulo (onde era secretário regional do Partido) e no Paraná. Escreveu vários artigos sobre a questão na revista *Problemas*⁶³⁸. Em 1949, Marighella coordenou a campanha para soltar a

⁶³³ O episódio, narrado por Paulo (de Freitas) Mercadante, está registrado em Dênis de Moraes. “Carlos Marighella: 90 anos”. International Gramsci Society/Seção brasileira. Disponível em: <<https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=25>>.

⁶³⁴ Emiliano Claudinei de Resende José. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo, Sol e Chuva, 1997, pp. 165.

⁶³⁵ Airton Souza Lima. *As vítimas do ódio: a militância comunista e as lutas camponesas no interior paulista (1945-1958)*, pp. 66.

⁶³⁶ Marisa Midori Daecto e Jean-Yves Mollier. *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil*, pp. 136.

⁶³⁷ Jacob Gorender. “Recordações de um companheiro”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, pp. 395.

⁶³⁸ Ver, por exemplo, a matéria sobre a ocupação “revolucionária” de Fernandópolis. Seção “Nossa política”. Revista *Problemas*. Rio de Janeiro, n. 16, janeiro de 1949, pp. 7.

camponesa e pintora naif Maria Aparecida Rodrigues, sobrevivente do chamado “massacre de Tupã”, que ficou detida quase seis meses⁶³⁹. Com relação a Porecatu, já no período em que era deputado Marighella havia feito vários pronunciamentos sobre as lutas dos camponesas locais. Ele mantinha um contato estreito com João Saldanha, que fora mandado pelo Partido ao norte do Paraná.

Depois do fracasso dessa experiência armada, Saldanha foi enviado para São Paulo, onde atuou diretamente ao lado de Marighella. Um dos resultados dessa parceria foi a grande “Greve dos 300 Mil” em 1953, organizada por eles e pelos trabalhadores têxteis Antônio Chamorro e Maria Sallas, com o metalúrgico Eugênio Chemp e outros operários. Saldanha era quem fazia a ligação entre o Comando de Greve e o baiano; o qual tinha planos mirabolantes para ela. Ele relata que, na ocasião,

“(…) *Marighella chegou na redação do Notícias de Hoje, reuniu todo mundo e apresentou o plano de parar a capital, a ferrovia e o porto de Santos. Depois, pretendia abrir as sedes do partido na marra [...]. A tese parecia uma loucura (...)*”⁶⁴⁰.

Como foi dito em outro lugar, nessa época o entusiasmo com a Revolução Chinesa marcou o imaginário do PCB. Como parte desse contexto, no segundo semestre de 1953 Marighella chefiou uma pequena delegação indicada pelo Comitê Central para representar os comunistas brasileiros em viagem à China. Na oportunidade, além de frequentar as atividades protocolares de visitas e palestras, ele procurou estudar a experiência guerrilheira dos chineses. A estadia, que devia se resumir a alguns dias, acabou durando um ano por causa de uma pneumonia que o acometeu. Viajou por diversas cidades e esteve com vários dirigentes do Partido Comunista da China e de outros PCs que também estavam no país. Alguns autores falam que Marighella chegou a encontrar-se com Mao Tse-tung em Pequim⁶⁴¹. Desde sua volta da China, rumores dentro do PCB davam conta de que ele fez um curso na Academia Militar de Pequim; o que ele não confirmava⁶⁴². De qualquer forma, Marco Antônio Tavares

⁶³⁹ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 206.

⁶⁴⁰ *Apud* Luiz Carlos Azedo. “Nas entrelinhas: a greve geral”. *Correio Braziliense*, Brasília, 30 de abril de 2017. Disponível em: <<http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-greve-geral/>>.

⁶⁴¹ Ver John Craig. *Heroes, rogues and spies: historical essays*. Morrisville, Lulu Books, 2012, pp. 168-169. Ver também Harvey Kushner. *Encyclopedia of terrorism*. Londres, SAGE Pub., 2002, pp. 221.

⁶⁴² Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 213 e 352.

Coelho fala que o baiano voltou de lá muito empolgado com os métodos de guerra de Mao⁶⁴³. Não era um entusiasmo com a Revolução em si – isto é, com seus logros culturais, econômicos ou democráticos, temas sobre os quais Marighella pouco se interessa –, mas com o ato de força que ela implicava. A Revolução Chinesa para ele era basicamente guerrilha, guerra popular prolongada, Exército Popular Revolucionário. Desde 1949 ele dava aulas sobre isso nos cursos do Partido⁶⁴⁴. E era um dos melhores professores⁶⁴⁵.

Marighella voltou da China no começo do segundo semestre de 1954, a tempo de intervir na preparação do IV Congresso do PCB que se realizaria em novembro. Ele integrou (ao lado de Prestes, Amazonas, Arruda, Grabois, Jover Telles e alguns outros) a “Comissão Nacional” que organizou o evento, impedindo a livre eleição dos delegados e, inclusive, preparando antecipadamente as intervenções dos escolhidos⁶⁴⁶. Sua importância não era pequena na máquina partidária e chegou a ter “as chaves dos cofres do Partido”, coisa que o obrigava, por exemplo, em 1955, a contar mais de oitenta mil dólares “amassados em um bule velho”, conforme chegara a tradicional “doação” soviética trazida de Buenos Aires por Armênio Guedes⁶⁴⁷.

Naquela época não se imaginava o tsunami que viria com as revelações do XX Congresso do PCUS em 1956, e os líderes do PCB mandavam à vontade. Foram ainda dois anos de pleno stalinismo. Nesse contexto, segundo Peralva, Marighella era o “mais completo stalinista brasileiro: frio, duro, obstinado e fisicamente muito corajoso”⁶⁴⁸. Para Marighella, Stálin era “nosso guia, mestre, educador e pai”, “o maior benfeitor da humanidade”, “gênio imortal”. O mesmo tipo de palavrório reservado por ele para Prestes, “o mais agudo intérprete do marxismo criador na América”⁶⁴⁹.

⁶⁴³ Marco Antônio Tavares Coelho. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*, pp. 109.

⁶⁴⁴ João Falcão. *O Partido Comunista que eu conheci (memórias)*, pp.327

⁶⁴⁵ Ver depoimento de Marco Antônio Tavares Coelho. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*, pp. 157.

⁶⁴⁶ José Antonio Segatto. *O PCB: 1922-1982*. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 106.

⁶⁴⁷ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 271.

⁶⁴⁸ *O Estado de São Paulo*. São Paulo, edição de 5 de novembro de 1969, pp. 14. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19691105-29012-nac-0014-999-14-not/busca/Marighella>>.

⁶⁴⁹ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 215 e 221.

Porém, o relatório de Krushchev chegou. Vários depoimentos relatam que Marighella reagiu à sua leitura de forma desesperada, chorando muito. Como outros colegas seus da direção partidária, ficou em estado de choque. Seus amigos falam de um homem triste e abatido, mas que nunca duvidou do relatório ou cogitou de abandonar o Partido por isso. Nada derrotista, num encontro do Comitê Central em São Paulo para discutir o documento, ainda que perturbado com a confirmação do que até então eram somente boatos, encontrou ânimo para sugerir a detonação de explosivos em linhas ferroviárias para colocar trens fora de circulação em uma greve⁶⁵⁰.

O movimento de renovação do PCB que se seguiu à difusão do relatório de Krushchev não poupou Marighella. Na primeira reunião ampliada do Comitê Central para discutir o assunto, em agosto de 1956, Marighella recebeu críticas duríssimas por seu comportamento tipicamente stalinista. Prestes, Arruda, Amazonas e outros notórios representantes do stalinismo também. A maioria dos presentes ao encontro, perplexa, cobrou deles uma profunda autocrítica e uma caracterização dos reflexos do stalinismo na vida do Partido⁶⁵¹. Isso nunca aconteceu. Marighella, em especial, jamais realizou a menor autocrítica de suas ações como chefe do PCB.

Em torno desses debates, costuma-se distinguir a formação de três grupos na disputa pela direção do Partido. O primeiro, “renovador” ou “abridista”, era constituído em sua maioria por intelectuais que trabalhavam na imprensa do PCB e em órgãos do Comitê Central, como João Falcão e Agildo Barata. Eles propugnavam uma “abertura” que renovasse o Partido. O segundo grupo, “conservador”, era formado por Prestes, Amazonas, Grabois, Arruda e outros que ascenderam à chefia do Partido com a CNOP e a Comissão da Mantiqueira. Eram aqueles mais duramente identificadas com o stalinismo. O terceiro campo, chamado de “centro pragmático”, era composto por Giocondo Dias, Mário Alves, Gorender e outros que se aproximaram inicialmente dos conservadores para combater os renovadores e depois passaram a combater os próprios conservadores.

Marighella pertencia, obviamente, ao segundo grupo. Exceto no episódio passageiro do não reconhecimento da CNOP em 1943 ou quando ele se lançou finalmente à própria guerrilha em 1967, sempre esteve ao lado da direção do PCB. Vale dizer, do grupo em torno a

⁶⁵⁰ *Idem, ibidem*, pp. 233.

⁶⁵¹ Moisés Vinhas. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*, pp. 178-179.

Prestes. Mesmo tendo sérios problemas com outros dirigentes igualmente stalinistas e “durões”, jamais se afastou deles⁶⁵². Por tudo isso, Osvaldo Peralva refere-se várias vezes a Marighella como um dos “homens do núcleo”, entendendo por “núcleo” o grupo responsável, segundo ele, pela cultura de “mandonismo” que grassava no Partido à sua época. “Mandonismo”, no caso, era basicamente um efeito colateral do “centralismo democrático”; isto é, o mais ortodoxo leninismo.

Quando se descobriu, no curso das discussões sobre as práticas stalinistas dentro do Partido, a sórdida trama de falsas suspeitas sobre “espiões” que Marighella forjara contra membros ligados ao “Sinédrio”⁶⁵³, ele teve que sair de uma reunião “quase a pontapés”. Assim,

“(...) verificou-se que Marighella e outros elementos do ‘núcleo dirigente’, em conversa particular com um por um dos membros da Comissão [Central de Finanças, então dirigida por Agildo Barata], teceram uma rede de intrigas e suspeitas, de modo que Fulano fosse o espião de Beltrano e ao mesmo tempo fosse espionado por Sicrano. Era um curto-circuito de espionagem realmente diabólico, que fazia inveja à canalhice e à astúcia de um Lago. Assim, todos olhavam para todos com desconfiança, sem saber exatamente porque, pois os intrigantes fizeram apenas advertências vagas (...)”.

Como conta Peralva, “(...) Lemme Júnior chegou a erguer-se e gritar-lhe na face: *você é um canalha!* (...)”⁶⁵⁴.

Como bom stalinista, Marighella não tinha muito escrúpulo em exercer a atividade de acusador e perseguidor. Tal como havia feito contra os “trotskystas” de São Paulo na década de 1930, cumpriu papel semelhante em 1952 contra José Maria Crispim. Como principal dirigente do Comitê Regional de São Paulo e distinguida personalidade do Comitê Central, ele contribuiu decisivamente no processo de expulsão do antigo militante e ex-deputado federal, acusado não só de “traição” e “direitismo” (pois ele havia combatido o *Manifesto de*

⁶⁵² Marighella teve graves desentendimentos com Arruda, por exemplo, o que lhe valeu dissabores pessoais e travou certa progressão na sua “carreira” dentro do Partido. Arruda mais de uma vez decidiu lhe “quebrar a crista”. Ver Osvaldo Peralva. *O retrato*, pp. 265

⁶⁵³ Grupo de intelectuais do PCB, especialmente jornalistas (Osvaldo Peralva, Antônio Resende, Vítor Konder Demóstenes Lobo, Armando Lopes da cunha, Aydano do Couto Ferraz etc.), que no final de 1956 começou a publicar artigos na imprensa do Partido sem autorização da direção com a finalidade de discutir o relatório do XX Congresso do PCUS.

⁶⁵⁴ Osvaldo Peralva. *O retrato*, pp. 380-381.

Agosto), mas também de “aventuras amorosas inadmissíveis nas fileiras do Partido”⁶⁵⁵. Essa tarefa de acusador se repetiu em 1954 com o ex-secretário geral Fernando Lacerda (impedido de participar do IV Congresso do Partido e de continuar no seu Comitê Central) e em 1957 com o combativo militante Agildo Barata. Peralva afirma que Marighella era comparado a Vichinsky, o famigerado procurador do Grande Terror stalinista, e que ele ficava orgulhoso com isso⁶⁵⁶.

Em agosto de 1957, em uma rara reunião plenária do Comitê Central com a presença de Prestes, o grupo de Arruda, Amazonas e Grabois foi subitamente destituído da Executiva do Partido. Para seus lugares foram elevados Giocondo Dias, Mário Alves, Calil Chade e Ramiro Luchesi. O secretariado ficou então constituído por Prestes, Dias e Marighella, um dos principais beneficiados pela manobra. Na ocasião, ele foi encarregado de elaborar um dossiê sobre Arruda, levantando tudo que poderia ser usado contra o mesmo, inclusive questões pessoais, tal como já havia feito com os trotskystas em São Paulo, com Fernando Lacerda e com Agildo Barata. Contra Arruda, entretanto, a coisa não prosperou. Arruda, que de bobo não tinha nada, soube do que estava sendo armado contra si e preparou também um dossiê sobre Marighella. Conscientes do desastre mútuo que se anunciava, nenhum dos dois acabou apresentando seus respectivos relatórios⁶⁵⁷.

Um pouco mais adiante, na sessão de aprovação do *Declaração de Março* (1958) pelo Comitê Central, Amazonas e Grabois deram votos contrários. Marighella manteve distância deles.

No V Congresso (setembro de 1960), Marighella continuou ao lado da maioria do Comitê Central (o grupo de Prestes e o pessoal do “centro pragmático”) e deu seu apoio à política de formação da Frente Única Nacionalista e da flexibilização estatutária para facilitar o pedido de legalização eleitoral. Segundo Gorender, Marighella teria evitado o confronto

⁶⁵⁵ Ver nota oficial publicada nos jornais do PCB. Por exemplo: *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, edição de 2 de março de 1952, n. 999, pp. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/108081/per108081_1952_00995.pdf>. É curioso que em 1968, exilado, Crispim tenha se filiado à ALN.

⁶⁵⁶ Osvaldo Peralva. *O retrato*, pp. 388.

⁶⁵⁷ *Idem, ibidem*, pp. 388.

com a maioria dos presentes, uma vez que pretendia manter o seu posto na Comissão Executiva, o que de fato conseguiu⁶⁵⁸. Nessa ocasião, foi reeleito para o CC e para a CE.

Pouco mais de um ano depois (em fevereiro de 1962), na conferência partidária realizada em São Paulo, ele concordou também com a expulsão do “grupo anti-partido dos esquerdistas” de João Amazonas, Maurício Grabois, Diógenes Arruda, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Lincoln Oest, Ângelo Arroio, Calil Chade, José Duarte e outros que assinaram o documento de repúdio dirigido ao Comitê Central, intitulado *Em defesa do partido*, em 1961, que ficou amplamente conhecido como “Carta dos Cem”⁶⁵⁹. Quando esse pessoal formou seu próprio partido no final de 1962, Marighella tampouco se aproximou deles, reservando-lhes grande desprezo político. Isso tudo, a despeito de simpatizar com muitas das teses que eles defendiam.

Em novembro de 1961, antes de ser expulso do PCB, o grupo de Amazonas e Grabois fundou uma editora: a Edições Futuro. O primeiro título lançado foi, justamente, *A Guerra de Guerrilhas* de Che Guevara⁶⁶⁰. Foi a primeira obra dele publicada no Brasil, onde já eram expostas as três contribuições fundamentais da revolução cubana para a teoria e a prática dos movimentos revolucionários na América Latina. Ou seja: 1) pequenas forças militares podem ganhar uma guerra contra grandes exércitos; 2) nem sempre há que se esperar que se deem todas as condições para a revolução pois o foco insurrecional pode cria-las; 3) na América Latina, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo. Provavelmente, foi por meio desta obra que Marighella teve o primeiro contato com as ideias sobre guerrilha do Che.

Apesar do alinhamento formal de Marighella com o entorno de Prestes, a convivência dentro do Comitê Central – que nunca foi totalmente harmoniosa – se tornou quase impraticável depois do V Congresso. Marighella, apesar de seu respeito reverencial pelo Cavaleiro da Esperança, continuou a aproximar-se de Gorender, Mário Alves, Apolônio de Carvalho e outros dirigentes incomodados com o que entendiam ser uma espécie de letargia do Partido. Os aproximava uma desconfiança comum com relação às possibilidades de

⁶⁵⁸ Jacob Gorender. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira (das ilusões perdidas à luta armada)*, pp. 97.

⁶⁵⁹ O motivo da carta foi a publicação – em agosto de 1961, no jornal *Novos Rumos*, órgão oficial do PCB – dos novos estatuto e programa que seriam registrados no Tribunal Superior Eleitoral para legalizar o Partido. Entre as alterações constava a retirada de toda referência ao marxismo-leninismo nos documentos e a mudança do nome da organização, que passava a se chamar “Partido Comunista Brasileiro” no lugar de “Partido Comunista do Brasil”

⁶⁶⁰ Che Guevara. *Guerra de Guerrilha*. Rio de Janeiro, Futuro, 1961.

parceria com a burguesia nacional progressista. Concretamente, eles não viam com bons olhos o que parecia ser uma cooperação subserviente do líder comunista com o presidente Goulart. Para eles, isso representava uma verdadeira “capitulação”, pois o Partido se punha a reboque de posições reformistas. Para Marighella não bastava a agenda do governo. E do Partido.

Com efeito, escrevendo em 1962, no contexto da crise da posse de Jango, Prestes registrou que o baiano queria se aproveitar da situação e partir para a ruptura revolucionária, não se contentando com a agenda das reformas de base (que era a política oficial do Partido)⁶⁶¹. Muito concretamente, Prestes se referia ao cenário da greve geral chamada pela CGT, da resistência armada proclamada por Brizola, dos motins de marinheiros nos contratorpedeiros Ajuricaba (no litoral sul) e Bracuí (em Recife), da rebelião dos sargentos e suboficiais da Base Aérea de Canoas (V Zona Aérea) e de outros levantes da época em defesa da posse de João Goulart. Isto é, da iminência de uma guerra civil no País.

Na verdade, depois da *Declaração de Março*, Marighella foi se mostrando cada vez mais ousado e autossuficiente diante das diferentes correntes políticas existentes no interior da direção partidária. Isso não era algo muito especial. Entrando os anos de 1960, outros líderes do PCB também viviam uma experiência de grande autonomia e criatividade política diante da direção partidária. Esse relaxamento do centralismo democrático foi um dos facilitadores dos rachas que estraçalharam o Partido nos anos seguintes.

Nessa época, Marighella já sabia que estavam em operação movimentos para a implantação de guerrilhas no Brasil. Eles começaram pouco anos depois da Revolução Cubana e não eram segredo para o Brasil todo depois que, em 1962, a polícia goiana descobriu acidentalmente um campo de treinamento em Dianópolis, organizado pelas Ligas Camponesas; fato noticiado amplamente pela imprensa nacional. Clodomir de Moraes era o chefe do braço militar das Ligas, nomeado Movimento Revolucionário Tiradentes. Segundo Clodomir – preso na ocasião e processado pela Lei de Segurança Nacional –, eles tinham cerca de vinte centros de treinamento e depósitos de armas para a guerrilha. Só o núcleo de Serra da Saudade, em Mato Grosso, teria contado com cerca de trinta guerrilheiros. Uma estação de rádio móvel e blindada funcionaria numa barcaça no rio Araguaia⁶⁶². É claro que esse esquema era mais fantasioso que real. Porém, à época soava como muito plausível.

⁶⁶¹ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 300-301.

⁶⁶² Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 308. Ver também Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 264.

Marighella conhecia bem Julião, Clodomir e outros líderes das Ligas. Entre outras oportunidades em que se bateram, uma delas foi quando Marighella chefiou – “na moita”⁶⁶³ – a delegação comunista no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), realizado em novembro de 1961 na cidade de Belo Horizonte. Naquele histórico evento do sindicalismo agrário no país, o grupo de Julião e Clodomir se articulou com grupos igualmente radicalizados de representantes de agricultores brizolistas do Rio Grande do Sul num chamado explícito à luta armada. Como assinala Gorender, com isso a ideia de violência revolucionária “subiu ao primeiro ponto da agenda”⁶⁶⁴. Até então as Ligas tinham acompanhado a política mais moderada do Partido Comunista, estabelecida desde a *Declaração de Março* (de 1958), que preferia a negociação nos conflitos rurais (como aconteceu em Porecatu). Aliás, a política que Marighella tinha que defender no Congresso como representante do PCB, o qual considerava o pessoal das Ligas irresponsável. Marighella deve ter vivido momentos desconfortáveis naquele encontro, pois quase tudo nele tendia a simpatizar com a proposta Julião e Clodomir, quando oficialmente tinha a obrigação de confrontá-los.

A guerrilha das Ligas começou a ser articulada em março de 1960, quando eles e outros líderes das Ligas Camponesas chegaram a Havana na comitiva do deputado Jânio Quadros, então candidato à presidência da República. Como contou Clodomir⁶⁶⁵, na ocasião o líder camponês Luís Serafim entregou a Fidel uma lista com o nome de milhares de voluntários brasileiros para defender a revolução cubana. A oferta foi recusada por Fidel, que respondeu dizendo que a melhor ajuda era abrir um foco guerrilheiro no Brasil. A partir daí a luta armada passou a ser uma prioridade para os altos dirigentes das Ligas. Em janeiro do ano seguinte, Julião foi à China, onde recebeu a oferta de treinamento militar para militantes camponeses. Ainda no primeiro semestre chegaram ao Brasil três assessores militares daquele país⁶⁶⁶; mas o contato não prosperou. O que rendeu mesmo foram os encontros com Fidel. Em julho de 1961, a título de comemoração do aniversário do Movimento 26 de Julho, uma nova delegação de comunistas, nacionalistas e revolucionários brasileiros chegou a Cuba. Nela já

⁶⁶³ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 262-263.

⁶⁶⁴ Jacob Gorender. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira (das ilusões perdidas à luta armada)*, pp. 38.

⁶⁶⁵ Clodomir de Moraes. Entrevista com o jornal *A Verdade*. Porto Alegre/Recife, edição de 13 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=xJ2bVPyK5EY>>.

⁶⁶⁶ Luís Mir. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*, pp. 39.

estavam vários militantes das Ligas dispostos a receber treinamento militar, entre eles Adauto Freire da Cruz, Joaquim Mariano da Silva e Amaro Luiz de Carvalho, futura direção militar das Ligas. Por dois meses, junto com outros latino-americanos eles receberam instrução com

“(...) exercícios diários de tiro ao alvo, manobras de guerrilhas simuladas nas montanhas, manejo e identificação de armas e doutrinação ideológica. Os estagiários eram instruídos no desmontar, manejar e a manutenção de armas de fogo norte-americanas. Foram ensinados como fazer coquetel Molotov e bomba incendiária (...)”⁶⁶⁷.

Começava ali a participação cubana na revolução armada brasileira. Marighella estava totalmente a par disso tudo.

Era um momento especialmente delicado na vida do PCB. Nessa época, o núcleo mais declaradamente stalinista-maoísta estava sendo expelido do Partido. Marighella não se alinhava formalmente com eles, por uma série de razões. Mas defendia diante do Comitê Central uma guinada mais radical em relação às lutas no campo – seguindo a proposta chinesa –, o que o aproximava “espiritualmente” deles. Na prática, Marighella ainda não falava, pelo menos publicamente, em organizar guerrilhas. Mas em estimular a resistência armada de posseiros diante da ação de grileiros, promover a invasão de terras de grandes proprietários e cometer atos de sabotagem contra a produção dos latifundiários.

O esquema militar das Ligas começou a ser executado pouco antes do Congresso de Belo Horizonte. O projeto era instalar três principais focos guerrilheiros: na Serra da Saudade (MT), dirigido por Adauto, na Serra dos Aimorés (BA/MG), dirigido por Mariano, e em Gilbués (PI), dirigido por Amaro. Outros focos foram planejados em São João dos Patos (MA), Petrópolis (RJ), Toledo (PR) e Dianópolis (TO). O advogado Carlos Franklin Paixão de Araújo fez compras de armas na Argentina e uma primeira partida de armamentos, de origem não esclarecida, foi desembarcada clandestinamente em uma praia de Recife no primeiro semestre de 1962. José Porfírio, o conhecido líder da revolta dos posseiros na região de Trombas e Formoso foi convidado por Julião para ser instrutor da guerrilha. Prestes foi totalmente contra. Marighella nem tanto. Porfírio, que ainda era filiado ao Partidão, recusou a oferta.

A descoberta do sítio em Dianópolis começou a desmontar o esquema. Além disso, em outubro, Julião foi eleito deputado federal – não sem torrar na sua campanha fundos que

⁶⁶⁷ Denise Rollemberg. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001, pp. 19.

deveriam ser dirigidos à guerrilha –, amaciou seu discurso e rompeu com Clodomir. O racha entre os dois desandou em ofensas recíprocas e pancadaria entre militantes das Ligas que disputavam fundos e propriedades do movimento. A crise ficou ainda maior depois da ampla divulgação dada por Carlos Lacerda aos papéis encontrados nos pertences de um funcionário cubano quando do acidente com um avião da Varig em novembro daquele ano no Peru. Com ele estavam documentos comprometedores (entregues depois por Goulart ao enviado de Fidel numa tentativa de resolver diplomaticamente o escândalo da ingerência cubana) como o relatório de Tarzan de Castro, outro importante dirigente das Ligas e que havia participado no núcleo goiano, denunciando o abandono da preparação para os focos guerrilheiros, desvios de dinheiro e festas escandalosas promovidas pela direção do movimento. Finalmente, a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) por parte do Partidão e da Igreja Católica em dezembro de 1963 esvaziou a influência das Ligas nos sindicatos rurais e assim as possibilidades de uma guerrilha generalizada. Algumas células armadas, entretanto, não desapareceram e muitos militantes se encontraram nas novas organizações voltadas para a luta armada surgidas do fracionamento do Partido Comunista. O grupo de Marighella herdaria parte desse espólio.

Impactado cada vez mais com a Revolução Cubana e com a radicalização dos conflitos internos (como a proposta de guerrilhas das Ligas), Marighella mal conteve suas tendências divergentes dentro do Comitê Central do Partido na IV Conferência Nacional (dezembro de 1962). A despeito do encontro se concentrar na discussão de pautas organizativas, Marighella encontrou tempo e forças para criticar duramente a direção por questões relativas ao “culto a Prestes”, à falta do livre debate interno e à conciliação com o governo de Goulart. Não chegou a ser uma declaração de ruptura, mas foi uma demonstração de independência que causou um impacto forte no Partido. Depois disso, ele diminuiu suas idas na sede informal do PCB na Cinelândia e não coordenou mais nenhuma das inúmeras comissões nacionais que costumava liderar, resumindo sua atuação às reuniões formais do Comitê Central e da Executiva⁶⁶⁸. A partir dali ele entrou numa rota inexorável de afastamento da disciplina partidária, com um posicionamento crescentemente à esquerda da maioria da direção nacional. Ou seja, de Prestes⁶⁶⁹.

⁶⁶⁸ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 261.

⁶⁶⁹ Jacob Gorender. “Recordações de um companheiro”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, pp. 396.

No ano do golpe, Marighella já não fazia parte do secretariado do Partido. Segundo Marco Antônio Tavares Coelho, que integrava àquela época o Comitê Central do PCB, Marighella se dedicava então à “agitação paralela”⁶⁷⁰.

Na perspectiva de Marighella, o Partido deveria renunciar à moderação excessiva, intensificar a pressão pelas reformas de base e ir adiante em direção à revolução socialista. Ao mesmo tempo ele mostrava-se muito receoso de um golpe de Estado dado pela direita e reiterava a necessidade de os comunistas se prepararem militarmente para esta eventualidade. Com essas preocupações, nas vésperas do golpe de 1964, Marighella procurou se aproximar de Brizola⁶⁷¹. Não deu em nada. Ele também se reuniu com militares de alta patente simpáticos aos comunistas para articular uma resistência armada. Seus contatos eram fortes, entre eles o major-brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da III Zona Aérea, e o marechal Felicíssimo Cardoso, conhecido como o “general do petróleo” por sua ativa participação na campanha “O Petróleo é Nosso”.

Além dessas conversas com oficiais, Marighella era especialmente próximo das lideranças das associações de soldados, marinheiros e sargentos. Quando elas queriam falar com Jango, elas procuravam Marighella, que acionava seus dois grandes contatos no governo: o chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, e o secretário de imprensa da presidência Raul Ryff. Com efeito, ele teve uma participação destacada na Revolta dos Marinheiros acontecida nos dias 25, 26 e 27 de março de 1964, episódio fundamental para justificar a disposição dos generais e almirantes ao golpe que viria. Parece que não esteve na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, em São Cristóvão, onde se concentrava o movimento, nem no cortejo de marujos que tentaram tomar o Ministério da Marinha, no centro da cidade⁶⁷². Mas ele redigiu o famoso discurso do Cabo Anselmo dirigido ao presidente da República, ativou a Liga Feminina da Guanabara para levar alimentos aos sublevados na vigília realizada no “Palácio dos Metalúrgicos” e procurou inflamar o movimento incitando os marinheiros à violência e cobrando a adesão de outros militares. Pensando na real possibilidade de um golpe

⁶⁷⁰ Marco Antônio Tavares Coelho. Entrevista com a Luiz Carlos Azedo. *Correio Braziliense*. Brasília, 28 de março de 2014. Disponível em: <<https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1647>>.

⁶⁷¹ Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*, pp. 317.

⁶⁷² Oficiais da Marinha responderam com tiros de metralhadora à tentativa dos marinheiros, que recuaram. Pelo menos um marujo morreu. Ver o depoimento do jornalista Saulo Gomes, da extinta Rádio Mayrink, que também chegou ali bem cedo, para noticiar a movimentação, e acompanhou o cortejo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IU7KtiUuRis>>.

da direita, eles tinham em comum um plano para tomar grandes navios da Marinha de Guerra e bombardear o Palácio da Guanabara, ocupado pelo governador Carlos Lacerda⁶⁷³.

Passados uns dias do golpe, junto com Apolônio de Carvalho e alguns militares de esquerda chegou a estudar um levante armado como resposta à ditadura que se implantava. Também deu em nada.

5.4. O processo de ruptura de Marighella com o PCB

Quem samba fica, quem não samba vai embora”

Carlos Marighella

5.4.1. As divergências de Marighella com o Comitê Central

Pouco antes da eclosão do golpe de Estado de 1964, o PCB estava em franco crescimento. Apesar de todas as defecções e rachas – ocorridas especialmente por conta do XX Congresso do PCUS em 1956 e da expulsão do grupo que deu origem ao PCdoB em 1962 –, nos dois anos anteriores à chegada dos militares ao poder o Partido crescera numericamente, expandira-se geograficamente e aumentara sua influência na vida político-cultural do país como nunca antes. Em 1961, a campanha pelo pedido de legalização do PCB conseguiu setenta mil assinaturas e em 1963 ele contava com pelo menos uns vinte mil filiados⁶⁷⁴. Considerando tratar-se de uma organização clandestina, era uma cifra notável. Isso era mais significativo ainda porque seus membros estavam capilarmente espalhados pela sociedade brasileira, com uma presença especial entre setores politicamente estratégicos como o operariado, a intelectualidade e, inclusive, as Forças Armadas⁶⁷⁵. Até cidades pequenas do

⁶⁷³ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 271, 283, 295-298.

⁶⁷⁴ José Antonio Segatto. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989, pp. 30.

⁶⁷⁵ No começo de 1964, o Antimil congregava cerca de pelo menos cem oficiais graduados da ativa. Alguns deles tinham cargos estratégicos, como o tenente-coronel Hélio Anísio, um dos pilotos do avião presidencial de Jango, ou o major-brigadeiro Francisco Teixeira, comandante da III Zona Aérea. A influência do PCB entre oficiais da reserva era ainda maior. Ver Hélio Gaspari. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, pp. 52, 53 e ss.

interior do País contavam com células da agremiação. E dinheiro não faltava. Entrando os anos sessenta, só de Moscou lhe chegavam anualmente mais de quinhentos mil dólares em valores de hoje⁶⁷⁶.

Como se sabe, tudo isso evaporou com o golpe militar. Em questão de horas. O movimento de tropas promovido pelo general Mourão Filho e a articulação política do governador de Minas Gerais Magalhães Pinto desencadeou um histórico tsunami político no país e pegou a direção do PCB totalmente despreparada. Não que o *putsch* fosse exatamente uma surpresa, pois já existiam abundantes notícias sobre sua articulação. Mas o Partido incrivelmente não levava essa possibilidade a sério.

Boa parte do Comitê Central (com a presença de Prestes, mas sem a de Marighella) chegou a se reunir ainda na manhã do dia 1 de abril em um escritório do Partido no centro do Rio de Janeiro. Mas o CC não tomou qualquer atitude. Subestimando o ocorrido de madrugada em Minas Gerais e confiante no esquema militar do governo Jango, decidiu-se por esperar. No final da tarde já estava claro que o golpe triunfara. Desarticulados e desorientados, os dirigentes não tinham qualquer esquema para enfrentar a situação e imediatamente submergiram, cada um por si, na clandestinidade. Apenas um ou outro, isoladamente, tentou tomar alguma atitude concreta de resistência. Marighella foi um deles.

Naquele dia Marighella deu todos os telefonas, bateu em todas as portas, visitou sindicatos, quartéis e a base aérea, tentando promover alguma reação armada. Seus amigos militares, tanto oficiais como praças, desapareceram ou recusaram tomar alguma atitude. Conversou com o brigadeiro Teixeira, comandante da III Zona Aérea, e nada. Conversou com o almirante Aragão, comandante dos fuzileiros navais, e igualmente nada. Os marinheiros que deveriam tomar os contratorpedeiros e bombardear o Palácio da Guanabara não tomaram os navios. À tarde, Marighella estava na Cinelândia junto com uma pequena multidão que protestava contra o golpe. Gritou e discursou até que um tiroteio dispersou a concentração. Por volta das 16 horas começaram a chegar tanques do Exército para proteger o Palácio da Guanabara. O golpe estava praticamente consumado.

À noite, o baiano se recolheu na casa de simpatizantes. Mas ele não ficou resignado. Aos 52 anos de idade e depois de trinta de militância, ele era um dos chefes comunistas mais inconformados com a passividade demonstrada pela cúpula do Partido. E desde então não

⁶⁷⁶ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 270-271.

parou de articular uma reação violenta aos militares, que o levaria finalmente à aberta luta armada.

A Comissão Executiva só conseguiu reunir-se nos primeiros dias de maio, um mês após o golpe, no Rio de Janeiro. O clima era pesadíssimo. Estiveram presentes Giocondo Dias, Mário Alves, Câmara Ferreira, Jover Telles e Orlando Bonfim, além de Marighella. Prestes não estava. Na ocasião foi aprovado um documento que representou uma vitória da ala mais à esquerda, a qual propugnava responder com violência a implantação da ditadura. Marighella teve um papel fundamental na escritura do texto e na sua aprovação. Intitulado *Esquema para discussão*, o documento reconhecia o despreparo ante o golpe e criticava a política anterior que privilegiava o caminho pacífico para a revolução, apontando a importância da ação armada do povo para reverter a situação e se chegar até um governo nacionalista e democrático⁶⁷⁷. Não se falava em guerrilha, exatamente. Mas era o que se entendia do texto.

O Comitê Central só conseguiu se reunir nos últimos dias de maio do ano seguinte, em São Paulo. Agora, com a presença de Prestes. O tom do encontro foi dado pelas denúncias de “ilusões de classe” e de “reboquismo” do Partido diante da burguesia nacional. A “ingenuidade” e a “falsa confiança” depositada no esquema militar de sustentação ao governo de João Goulart receberam as maiores reprovações. Nessa primeira reunião do CC depois da tragédia do golpe, Marighella, Mário Alves, Gorender, Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e alguns outros voltaram a enfrentar seus antigos companheiros “prestistas” da direção. Esse grupo mais radical se mostrou comedido em suas falas e reiterou os louvores protocolares à figura do Cavaleiro da Esperança, mas manteve-se irredutível quanto à necessidade da luta armada contra a ditadura. Concretamente, eles reivindicavam os pontos de vista expostos no *Esquema para discussão* apresentado pela CE em maio de 1964. Nesse ambiente tenso, com o apoio de Giocondo, Hércules Corrêa, Dinarco Reis, Moisés Vinhas e a maioria “direitista” do órgão dirigente, Prestes conseguiu reverter a tendência manifesta no documento em questão e aprovar resoluções mais moderadas e conciliatórias que não falavam em violência revolucionária.

Marighella e o pessoal que daria origem ao PCBR foram votos vencidos, porém alguns comitês regionais reagiram indignados a esse resultado e a discussão sobre a necessidade da

⁶⁷⁷ João Falcão. *Giocondo Dias: a vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro, Agir, 1993, pp. 243.

luta armada só cresceu dentro do Partido⁶⁷⁸. A partir dali, na prática, os dirigentes que discordavam da maioria passaram a atuar por conta própria. Para o baiano isso não foi difícil. Já de um bom tempo ele mantinha um esquema próprio dentro da organização⁶⁷⁹.

Marighella transferiu-se para São Paulo no começo de 1966, onde foi eleito secretário geral do Comitê Estadual. Uma de suas providências foi começar a promover instrução militar para os militantes paulistas, comandada pelo ex-major Eddie Carlos Castro da Nóbrega⁶⁸⁰. Acumulando mais e mais críticas às tendências moderadas da direção, Marighella se desligou formalmente da Comissão Executiva Nacional no final do ano, embora continuasse à frente do Comitê Estadual.

Nessa época, ele ainda tinha nutria alguma esperança de mudar o rumo das coisas dentro do Partido. Sua influência, com efeito, era grande. Assim, em abril de 1967, na Conferência Estadual preparatória do VI Congresso do PCB (o qual havia sido forçosamente postergado desde 1964 e estava programado para dezembro daquele ano), Marighella teve suas teses em favor do enfrentamento armado vitoriosas quase por unanimidade⁶⁸¹. Prestes estava na Conferência, realizada em Campinas. Sua derrota foi acachapante. Marighella, por óbvio, foi reeleito primeiro secretário do CE de São Paulo.

Nenhum dos lados baixou a guarda. Frente a isso (e sabendo que o problema não se resumia aos paulistas), a cúpula do Partido lançou um documento preparatório com ideias muito diferentes e remanejou a disposição de seus quadros conforme as bases mais ameaçadas. Hércules Corrêa, por exemplo, foi enviado para a capital paulistas, a modo de um interventor branco.

Marighella, por sua vez, estreitou seus contatos com os cubanos.

⁶⁷⁸ Claudinei Cássio de Rezende. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*, pp. 69.

⁶⁷⁹ Ver referência anterior de Armênio Guedes sobre Marighella ter suas próprias fontes de arrecadação dentro do PCB. Note-se em especial o apoio particular que ele tinha da Liga Feminina da Guanabara, uma entidade ele próprio criara na década de 1940, tendo à frente Zilda Xavier, Clara Charf e Antonieta Hampshire Campos da Paz, pessoalmente muito ligadas a Marighella.

⁶⁸⁰ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 337.

⁶⁸¹ Claudinei Cássio de Rezende. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*, pp. 69.

Foi nesse contexto de radicalização das lutas internas no PCB que, em julho de 1967, Marighella embarcou secretamente para Havana a fim de participar da I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade, episódio fundamental para se entender sua trajetória em direção à teorização da luta armada e do terrorismo.

5.4.2. Marighella em Cuba

A estada de Marighella em Havana no segundo semestre de 1967 tanto esclarece quanto representa importantíssimos aspectos de suas escolhas práticas e teóricas face ao tema da violência revolucionária (em geral) e do terrorismo (em particular).

Nesse sentido, é particularmente importante considerar, ainda que rapidamente, dois aspectos da Revolução Cubana geralmente pouco tratados pela historiografia: a heterodoxia do movimento revolucionário na ilha e o lugar que o terrorismo ocupou nele.

O velho partido comunista de Cuba (cujo núcleo histórico foi estabelecido em 1925 e depois plenamente desenvolvido sob a denominação de “Partido Socialista Popular”) demorou até se sintonizar com o Movimiento 26 de Julio e o Directório Revolucionário 13 de Marzo, as principais organizações que produziram a queda de Fulgêncio Batista. Até 1953, o PSP colaborou com o ditador cubano, inclusive tendo ocupado ministérios. Somente a partir de então o Partido foi ilegalizado. Mesmo assim, sua imprensa continuou a circular livremente e seus dirigentes continuaram a manter contato com o governo. Nesse mesmo ano, o PSP condenou como tentativa de golpe o célebre ataque ao quartel de La Moncada realizado por Fidel, Echeverria e outros jovens revolucionários.

Os comunistas só se conciliaram de verdade com o movimento guerrilheiro quando este já estava praticamente vitorioso. Depois de um histórico de graves acusações dos comunistas aos nacionalistas, o processo de aproximação do PSP somente começou quando o sindicalista Ursinio Rojas, em nome do CC do PSP, subiu a Sierra Maestra no final de 1957 para conversar com Castro de igual para igual, pela primeira vez. No ano seguinte os militantes do Partido Socialista Popular foram autorizados a alistar-se nas colunas guerrilheiras e o próprio Rojas se juntou aos guerrilheiros. Mas o casamento orgânico entre o comunismo e o nacionalismo só se confirmou formalmente após a vitória, quando em setembro de 1960 finalmente Fidel assumiu o alinhamento da Revolução Cubana com os países socialistas (ver a *Primeira Declaração de Havana*). Pouco depois o PSP se fundiu com

o 26 de Julio, o Directório e outras entidades para formar as Organizaciones Revolucionárias Integradas (ORI), base do Partido Comunista de Cuba, assim estabelecido formalmente em 1965.

Até que a Revolução Cubana assumisse francamente seu caráter socialista, o Partido Comunista da União Soviética tinha grande desconfianças dos líderes cubanos. Inclusive com críticas duras: “aventureirismo”, “mentalidade pequeno-burguesa” e “dedo da CIA” eram algumas das observações dos soviéticos. E mesmo depois continuaram a existir importantes desavenças. Um reflexo disso foi a política do PCB para com os “barbudos”. Mais de uma vez Prestes falou mal de Fidel, chegando até ele a conversa. A relação entre uns e outros deu uma melhorada em fevereiro de 1963, quando Prestes – indo e retornando secretamente de Moscou⁶⁸² – entrevistou-se com Castro pela primeira vez. Eles trocaram deferências cerimoniais, mas nenhuma fonte registra qualquer traço de entusiasmo ou simpatia mútuas. Isso explica, em parte, a preferência dos cubanos pela interlocução com os líderes das Ligas Camponesas (especialmente Francisco Julião e Clodomir de Moraes), conforme já comentando anteriormente. E também a lenta aproximação dos cubanos com Marighella

O segundo aspecto da Revolução Cubana que ajuda a entender a evolução das ideias e práticas de Marighella em relação à violência política é o papel desempenhado pelo terrorismo nos anos da guerrilha contra Fulgêncio Batista.

O fato da revolução ter sido relativamente rápida e incruenta, somado a certa imagem romântica dos guerrilheiros na floresta, comumente leva a esquecer a importância de diversas modalidades de terrorismo perpetradas pelo Movimiento 26 de Julio. Especialmente nos anos de 1957 e 1958, o grupo de Fidel realizou dezenas de ações impactantes em locais públicos ou tendo civis como vítimas. Algumas, inclusive, bastante atípicas.

A importância dessa prática pode ser medida pelo fato de que ao menos seis perpetradores são considerados heróis da revolução. Um desses casos é especialmente emblemático. Em setembro de 1957, a militante Urselia Díaz Báez, estudante de apenas 18 anos que integrava a seção de sabotagem do Movimiento 26 de Julio em Havana morreu esfaqueada quando a bomba que levava para ser detonada no Cinema-Teatro América explodiu acidentalmente (até pouco tempo, uma placa de bronze em sua homenagem podia ser vista no local). No mesmo ano, três outros “heróis” da mesma seção também perderam a

⁶⁸² Maria Prestes. *Meu companheiro: 40 Anos ao Lado de Luís Carlos Prestes*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2012, pp. 18.

vida manipulando bombas. Dois chefes da seção sobreviveram em episódios semelhantes: o primeiro sem as duas mãos, o segundo sem as duas pernas e uma mão⁶⁸³.

Em 8 de novembro de 1957, o grupo de ação e sabotagem do Movimiento 26 de Julio organizou a Noite das Cem Bombas, quando uma centena de explosões foram sincronizadas para assustar a cidade às 21 horas. Dezenas de pessoas se envolveram na operação. Não houve vítimas fatais, mas o impacto no país foi enorme. Nem sempre os ataques com explosivos eram tão assépticos. Naquele ano, por exemplo, pelo menos dez civis morreram por causa deles e outros tantos ficaram gravemente feridos⁶⁸⁴. Entre 1953 e o final de 1958 são relatadas mais de duzentas explosões, especialmente em Havana e Santiago.

Sobre essas operações há bastantes relatos. Alguns membros da seção de sabotagem do Movimiento 26 de Julio acabaram se tornando generais do novo exército cubano. Demetrio Montseny (“Villa”) foi um deles. Em entrevista ao jornalista Luis Báez ele lembra essa época:

*“(...) En varias ocasiones logramos paralizar la ciudad. Saboteamos el transporte por carretera y ferrocarril, pusimos petardos y bombas, lanzamos cocteles Molotov, dejamos la ciudad sin electricidad ajusticiamos chivatos y traidores, incluyendo al gallego José Morán. También tuvimos que lamentar la explosión de un arsenal de explosivos que teníamos en la calle Aguilera que le llamábamos el laboratorio de fabricar bombas (...)”*⁶⁸⁵.

Os sequestros de pessoas compunham outra frente de atuação da organização de Fidel. Pelo menos trinta ações desse tipo são bem conhecidas, começando com o rapto do automobilista argentino Juan Manuel Fangio, naquele tempo o esportista mais famoso do mundo, que estava em Havana para participar de uma corrida promocional. Foi um fato mundialmente inédito: sequestrar uma pessoa neutra, que nada tinha a ver com o conflito em andamento, apenas para aproveitar de sua fama e divulgar a causa do movimento revolucionário. Dezenas de cidadãos de outros países, técnicos e administradores que trabalhavam em Cuba, também foram raptados para assustar oponentes, fazer propaganda ou obter dinheiro.

⁶⁸³ Para documentação desses casos, inclusive fotográfica, ver <<http://www.latinamericanstudies.org/cuba-terrorism.htm>>.

⁶⁸⁴ Ver os casos em: <<https://cubahoracero.wordpress.com/2015/06/07/actos-terroristas-de-la-revolucion-castrista-recogidos-por-bohemia/>>.

⁶⁸⁵ Luis Báez. *Secretos de generales*. Havana, Editorial Si-Mar, 1996, pp. 84.

Outro modelo de sequestro também inédito foi o desvio do voo 495 da Cubana de Aviación, que fazia a linha Miami-Varadero em 1 de novembro de 1958. Em um caso bastante conhecido, pela primeira vez uma aeronave civil, em rota ordinária com passageiros, foi tomada por rebeldes. O avião acabou caindo, matando quatorze pessoas, entre elas quatro crianças. Houve mais três capturas de aeronaves desse tipo, apesar de nenhuma delas com final tão trágico.

O repertório terrorista dos revolucionários cubanos envolvia ainda assassinatos seletivos, incêndios de plantações e outras formas de violência política que não precisam ser inventariadas aqui para demonstrar o quanto o Movimiento 26 de Julio foi excepcional. Até então não se conhecia na história da América Latina, ou de qualquer outro lugar, uma campanha sistemática como a que foi promovida na ilha naqueles anos.

O contato direto de Marighella com a Revolução Cubana começou quando Clara Charf, sua esposa oficial, esteve em Cuba para participar de um congresso de mulheres em outubro de 1962, exatamente quando estourou a crise dos mísseis. Seu retorno ao Brasil foi objeto de intensa cobertura por parte da imprensa comunista e não comunista, pois ela era uma das primeiras pessoas a “furar” o bloqueio imposto pelos norte-americanos. A partir dessa estada, Marighella começou a ter notícias diretas da revolução e a estreitar laços mais pessoais com os dirigentes cubanos. Outra ponte entre eles também tem a ver com a ascendências do baiano sobre as organizações femininas do Partido. Nas ocasiões em que Celia de la Serna, a mãe de Guevara, viajava à capital carioca ou a São Paulo, era Marighella que tratava de hospedá-la na casa de ricos simpatizantes. Porém, o que o aproximou organicamente dos cubanos e permitiu um esquema próprio de comunicação com eles foi o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, realizado em Niterói em março de 1963. Por incumbência da direção do PCB, Marighella foi o responsável pela estruturação do evento, que apesar de muitas dificuldades, foi um grande sucesso organização, de público e de repercussão na mídia. Na ocasião, Marighella aprofundou seus contatos pessoais com funcionários cubanos e estabeleceu seus próprios canais de comunicação com Havana, independente do Partido⁶⁸⁶.

⁶⁸⁶ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 265 e 266.

Esses contatos evoluíram ao longo dos anos e acabaram redundando em um chamado para que ele participasse como convidado especial na primeira conferência da OLAS (a Organização Latino-Americana de Solidariedade).

Essa iniciativa internacionalista tinha por objetivo fomentar a revolução comunista na América Latina por meio da luta armada, inspirando-se especialmente nas experiências táticas e estratégicas presentes na Revolução Cubana, na Revolução Argelina e na Guerra do Vietnã. Ela começou a ser articulada em janeiro de 1966, por ocasião da I Conferência de Solidaridad de los Pueblos de África, Asia y América Latina – realizada em Havana e concluída com a fundação da Organización de Solidaridad con los Pueblos de Asia, África y América Latina (OSPAAAL) –, quando cerca de vinte delegações latino-americanas que participaram do evento pensaram em fazer algo semelhante especificadamente voltado para a América Latina, planejando assim uma primeira grande conferência sobre isso para o ano seguinte.

Dessa forma, entre 31 de julho e 10 de agosto de 1967 foi celebrada a I Conferência da OLAS. Os encontros formais aconteceram no Hotel Habana Libre (ex Habana Hilton, onde Marighella ficou hospedado), no Teatro Chaplin e outras dependências históricas de Havana. Foi um grande evento. Participaram cerca de quinhentos representantes de partidos, movimentos e organizações políticas, culturais, sociais, sindicais, estudantis de oitenta países, além de observadores de organismos internacionais, jornalistas e representantes diplomáticos⁶⁸⁷. Nunca antes tantos e tão variados dirigentes revolucionários do continente foram reunidos de uma vez só e concentradamente. A mesa coordenadora dos trabalhos foi integrada simbolicamente por Che Guevara (“presidente de honra”), Haydee Santamaría (como presidente efetiva, representando o PC de Cuba), Rodney Arismendi (como vice-presidente, representando o PC do Uruguai) e mais Francisco Prada (das Fuerzas Armadas de Liberación Nacional de Venezuela), Néstor Valle (guerrilheiro guatemalteco), Gerardo Sánchez (do PC da República Dominicana) e, como “delegado de honra”, Stokeley Carmichael, um dos inspiradores do movimento Black Power nos Estados Unidos. Estavam presentes também os irmãos Ortega da Nicarágua, a cúpula das FARC, os argentinos do ERP e montoneros de esquerda, entre outros grandes representantes das guerrilhas latino-americanas. Entre os principais participantes brasileiros estavam Aluizio Palhano – velho militante do PCB, líder sindical bancário e depois guerrilheiro da VPR, que integrou o Comitê

⁶⁸⁷ VV. AA. *Special report against the the First Conference of the Latin American Solidarity Organization*. Comitê Consultivo de Segurança da OEA. Washington, 1967, pp. 16.

de Organização da entidade – e Marighella (não oficialmente). Os outros brasileiros eram o famoso Cabo Anselmo, Paulo Stuart Wright e Vinícius Caldeira Brant (ambos da Ação Popular). Apesar da pouca importância dada ao evento pela imprensa de Moscou e de Pequim⁶⁸⁸, chegaram a Havana centenas de mensagens de apoio de grandes líderes da esquerda mundial como Ho Chi Minh, Kim Il Sung, Bertrand Russell e Sartre, entre outros⁶⁸⁹.

A sessão de abertura dos trabalhos foi presidida pelo presidente Osvaldo Dorticos, que em seu discurso falou do “fuzil redentor” empunhado pelos movimentos revolucionários e da luta armada como único caminho possível para enfrentar a violência imperialista e promover a revolução. Essa foi a ideia martelada obsessivamente durante os próximos dias. Os cartazes e slogans do encontro, abundantemente estampados na decoração dos ambientes de reunião reafirmavam visualmente isso: “*O dever de todo revolucionário é fazer a revolução*”; “*Criar um, dois, três, mil Vietnãs*”; “*América ou morte*” etc.

As intermináveis sessões públicas de discussão e os muitos conchavos secretos que se seguiram foram marcados por grande entusiasmo dos presentes, mas também por todo tipo de divergência: chineses contra russos, movimentos guerrilheiros contra partidos comunistas tradicionais, foquistas contra maoístas, adeptos da guerrilha urbana contra defensores da guerrilha rural etc. Todavia, um núcleo liderado pelos cubanos lançou e implementou um projeto comum de longo prazo, que consistia basicamente formar um Exército de Libertação Nacional de âmbito continental, organizado por seções nacionais e comandado por Guevara – então ainda ativo na Bolívia –, para promover a guerrilha na América do Sul⁶⁹⁰. Era uma ideia muito pretenciosa, mas naquele momento ela parecia ter boas chances de ser executada.

A sessão de encerramento da Conferência, realizada no Teatro Chaplin abarrotado de gente, foi presidida por Fidel Castro. Ele fez um discurso enérgico (interrompido diversas vezes pelos aplausos e ovação da plateia) reiterando as ideias centrais do conclave e enfatizando algo que não estava explicitamente declarado nas palavras-de-ordem estampadas nos slogans oficiais: o movimento que eles estavam implementando não era democrático-

⁶⁸⁸ *Idem, ibidem*, pp. 29.

⁶⁸⁹ *Idem, ibidem*, pp. 13-14, 29.

⁶⁹⁰ A morte do Che poucas semanas depois da Conferência foi uma tremenda ducha de água fria no projeto, que nunca foi efetivamente para a frente.

liberal nem se limitava ao nacionalismo. O que eles estavam começando ali era um projeto comunista, orientado pelo marxismo-leninismo.

A declaração final da Conferência se apresentava como uma espécie de resumo/protocolo para a ação a partir dali, trazendo dezenove ideias que resumiam uma nova conjuntura na luta revolucionária no continente. Entre essas ideias estavam:

“(...) 1. Que constituye un derecho y un deber de los pueblos de América Latina hacer la revolución. (...) 4. Que los principios del marxismo-leninismo orientan al movimiento revolucionario de América Latina. 5. Que la lucha revolucionaria armada constituye la línea fundamental de la Revolución en América Latina. 6. Que todas las demás formas de lucha deben servir y no retrasar el desarrollo de la línea fundamental que es la lucha armada. 7. Que para la mayoría de los países del continente el problema de organizar, iniciar, desarrollar y culminar la lucha armada constituye hoy la tarea inmediata y fundamental del movimiento revolucionario. (...) 10. Que la guerrilla como embrión de los ejércitos de liberación, constituye el método más eficaz para iniciar y desarrollar la lucha revolucionaria en la gran mayoría de nuestros países (...)”⁶⁹¹.

Em suma, com a OLAS cumpria-se assim, em grande escala, aquilo que o marroquino Ben Barka, primeiro secretário geral da Tricontinental, previra na primeira reunião daquela entidade um ano antes: o encontro entre as duas correntes da revolução mundial representadas pela Revolução de Outubro e pelas lutas de libertação nacional⁶⁹². Isso teve um reflexo profundo no pensamento de Marighella, que dali em diante abraçou de vez a tese guerrilheira, somando-a com suas próprias tradições leninistas.

5.4.3. A criação e as características da ALN

Com efeito, Marighella participou da Conferência da OLAS, como convidado especial, à revelia do PCB. Mesmo desautorizado pelo Comitê Central, ele não só viajou para Cuba (com documentos falsos e seguindo rotas extremamente tortuosas) como chegando lá

⁶⁹¹ Todo o material oficial da Conferência (128 pp.) pode ser consultado em fac-símile. Disponível em: <<http://www.ruinasdigitales.com/revistas/ConferenciaTricontinental.pdf>>.

⁶⁹² Jon Perdue e Stephen Johnson. *The war of all the people: the nexus of latin american radicalism and middle eastern terrorism*. Lincoln, University of Nebraska Press, 2012, pp. 31.

deu várias entrevistas para rádios e jornais impressos (para o matutino *Granma*, o vespertino *Juventud Rebelde*, a revista *Pensamiento Crítico* etc.). O discurso da delegação brasileira foi escrito por ele e lido pelo Cabo Anselmo.

Esse atrevimento e protagonismo era o que faltava para o rompimento definitivo com o Partido. Quando a notícia chegou a Prestes, o Secretariado Nacional enviou um telegrama ao Partido Comunista Cubano informando que o baiano não estava autorizado a participar do encontro e não representava a organização brasileira, ameaçando-o de expulsão. Na sequência, Marighella enviou uma carta para o Comitê Central do PCB desfilando-se formalmente da organização à qual pertencera durante mais de três décadas. Dizendo não ter que pedir licença para praticar atos revolucionários e que o PCB se tornara “uma espécie de academia de letras, cuja única função consiste em se reunir”, ele assumia ali, com todas as letras, que a guerrilha era o único caminho a ser seguido⁶⁹³. Até então, nos textos anteriores que escrevera, ele nunca fora tão claro.

Algumas semanas depois, o grupo de Prestes fez publicar o documento *A cisão de Marighella*, na qual ele era acusado de romper os princípios do centralismo democrático e chamado de “liquidacionista pequeno burguês”⁶⁹⁴. Em dezembro de 1967, no VI Congresso do PCB a expulsão dele foi formalizada. Também foram banidos Apolônio de Carvalho, Jover Telles, Jacob Gorender, Mário Alves e Joaquim Câmara Ferreira, entre outros que já vinham se batendo contra o núcleo prestista por razões mais ou menos semelhantes. O Congresso, realizado na mais absoluta clandestinidade, aprovou ainda uma claríssima resolução contra a via insurrecional e guerrilheira. Nela, os militantes não eram chamados à luta armada, como queria Marighella, mas sim à gradual acumulação de forças por meio do ativismo nas organizações da classe operária e às ações de mobilizações de massa.

De alto a baixo, o Partido se dividiu entre apoiadores ou críticos da luta armada, fragmentando-se em diversas tendências que nunca mais encontraram unidade. O processo de implosão do PCB e de pulverização da esquerda revolucionária brasileira já dera um primeiro sinal com a invenção da POLOP⁶⁹⁵ em 1961 e a criação do PCdoB em 1962. Mas foi depois

⁶⁹³ Ver Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 350.

⁶⁹⁴ Ver Edgar Carone (org.). *O PCB (1964-1982)*. São Paulo, DIFEL, 1982, pp.397.

⁶⁹⁵ A POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária) foi criada por militantes da esquerda revolucionária, com origens políticas diversas, os quais tinham em comum a condenação da “colaboração de

da expulsão de Marighella e do pessoal responsável pelo futuro PCBR (Apolônio, Gorender, Mário Alves etc.) que fez proliferar uma miríade de grupos com nomes pomposos, a maioria deles microscópicos, desligados um dos outros e com pouquíssima penetração nos movimentos populares⁶⁹⁶.

Encerrado o encontro da OLAS, Marighella ficou ainda cerca de quatro meses em Cuba. Integrando o Secretariado da OLAS, teve várias oportunidades de encontrar Fidel, Raúl e Piñero⁶⁹⁷ – os três maiores chefes do Estado cubano àquela época, todos altamente envolvidos com o aparato militar e repressivo do regime –, além de encontrar tempo para fazer algum treinamento armado, especialmente exercícios de tiro⁶⁹⁸. Com efeito, Claudia Furiati afirma ter Piñero lhe dito, em uma entrevista, que quando Marighella esteve em Cuba ele recebeu instrução militar e teve várias horas de conversas com Castro, oportunidade em que amadureceu seu plano de guerrilha rural (focada em Goiás) e urbana (espalhada nas grandes cidades do litoral)⁶⁹⁹. Foi um período de intensa reflexão interior e consequente produção escrita. Como disse Gorender,

“(...) Durante a permanência na ilha seu pensamento sofreu acentuada flexão, para a qual já estava propenso e que, sem dúvida, não se verificaria tão depressa sem o influxo das teses cubanas (...)”⁷⁰⁰.

Quando chegou a notícia da morte de Guevara (em 9 de outubro), Marighella ainda estava em Cuba. Com o desaparecimento do Che, os cubanos – especialmente Raúl e Piñero passaram a considerar Marighella como seu melhor sucessor na tarefa de incendiar o continente sul-americano. Um dos resultados disso foi seu retorno ao Brasil com a promessa de farto apoio à formação de um foco guerrilheiro no centro do país.

classes” operada por partidos como o PCB, o PSB e o PTB, além de uma decidida simpatia pela luta armada. Mais ou menos diretamente, da POLOP surgiram várias denominações significativas da luta armada no Brasil nos anos sessenta e setenta, como o Comando de Libertação Nacional (Colina), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Operário Comunista (POC), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e outros grupos ainda menores.

⁶⁹⁶ O *Dossiê Brasil Nunca Mais* (1985-2016), por exemplo, cita mais de trinta nomes de organizações. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mpp.br/pt-br/>>.

⁶⁹⁷ O principal anfitrião de Marighella foi o famoso Manuel Piñero Losada, o “Barba Roja”, chefe da Dirección General de Inteligencia e vice-ministro do Interior. Ver Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 347.

⁶⁹⁸ *Idem, ibidem*, pp. 352.

⁶⁹⁹ Claudia Furiati. *Fidel Castro: uma biografia consentida*. Rio de Janeiro, Revan, 2016, pp. 502, nota 11.

⁷⁰⁰ Gorender. *Combate nas trevas*, 1999, pp. 106.

Nos meses que passou em Cuba, Marighella amadureceu definitivamente sua ideia de guerra revolucionária. A luta guerrilheira deixa de ser somente um dos instrumentos para fazer a revolução para ser o único caminho para se chegar lá. A guerrilha não é vista mais como um instrumento do braço armado do Partido, mas a própria máquina da revolução. Ela não é uma guerra menor e subsidiária. A guerrilha não mais se encerra numa função tática. Ela passa a ter uma função estratégica. Ela é a própria revolução em andamento. Nesse sentido, Marighella se aproxima de Guevara. Mas ele foi bem mais longe.

Tão logo voltou ao Brasil (em dezembro de 1967, quase ao mesmo tempo do VI Congresso do PCB que o expulsou), Marighella retomou seus contatos e junto com velhos companheiros (Câmara Ferreira, Rolando Frati, Raphael Martinelli, Adolfo Costa etc.) estabeleceu então o Agrupamento Comunista de São Paulo. Era a primeira formalização da “Ala Marighella” (como anteriormente se conhecia o grupo dele dentro do Partido), base da Ação Libertadora Nacional que viria a ser fundada em seguida⁷⁰¹.

A organização que estava surgindo ali era um fruto típico do processo de recomposição da esquerda brasileira depois da grande crise do PCB naquele ano. Esse processo de reacomodação teve um primeiro sinal com a criação da POLOP⁷⁰² em 1961, seguido depois pela criação do PCdoB em 1962. Mas foi somente depois do Congresso da OLAS que a implosão do velho Partido deu origem a uma proliferação de grupos⁷⁰³, quase todos microscópicos, desligados um dos outros e com pouquíssima penetração nos movimentos populares. Nesse sentido, a ALN de Marighella era apenas mais um.

⁷⁰¹ O nome Ação Libertadora Nacional aparece pela primeira vez no texto *O papel da ação revolucionária na ação*, de maio de 1969.

⁷⁰² A Organização Revolucionária Marxista Política Operária foi criada por militantes da esquerda revolucionária, com origens políticas diversas, os quais tinham em comum a condenação da “colaboração de classes” operada por partidos como o PCB, o PSB e o PTB, além de uma decidida simpatia pela luta armada. Mais ou menos diretamente, da POLOP surgiram várias denominações significativas da guerrilha urbana no Brasil nos anos sessenta e setenta, como o Comando de Libertação Nacional (Colina), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Operário Comunista (POC), o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) e outros grupos ainda menores.

⁷⁰³ O *Dossiê Brasil Nunca Mais* (1985-2016), por exemplo, cita mais de trinta nomes de organizações. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mpp.br/pt-br/>>. Segundo Gaspari, pelo menos dezoito delas pegaram em armas. Ver Elio Gaspari. *A ditadura escancarada*. São Paulo, Companhia da Letras, 2002, pp. 195.

Porém, a Ação Libertadora Nacional foi o grupo mais ativo, consistente e prestigiado⁷⁰⁴ de todos. Como disse Claudinei Cássio de Rezende, Marighella foi o *primus inter pares* no giro tático que levou antigos e novos comunistas à luta armada⁷⁰⁵. Entre grandes quadros do PCB que o acompanharam estavam Joaquim Câmara Ferreira, Zilda Xavier, Oswaldo Lourenço, Rafael Martinelli, Virgílio Gomes da Silva, Farid Helou, Cícero Viana, João Adolfo Costa e Pinto, Agonaldo Pacheco e Rolando Frati, entre alguns dos mais conhecidos. Em especial, a organização que eles criaram foi a entidade guerrilheira mais relevante surgida dos tantos rachas que acometeram o PCB na década de 1960. Até mais que o PCdoB⁷⁰⁶.

O ex-guerrilheiro Reynaldo Guarani – cujos escrito de memórias daquele tempo já foi comparado com os de Gabeira e de Sirkys, embora bem menos conhecido – diz que seis mil membros do PCB acompanharam Marighella no processo de formação da nova organização⁷⁰⁷. Moisés Vinhas chega a falar que Marighella e Câmara Ferreira arrastaram com eles dez mil pecebitas⁷⁰⁸. Evidentemente, são números pouco críveis. Na verdade, não há como saber exatamente quantas pessoas largaram o Partidão seguindo Marighella e quantas delas integraram inicialmente a ALN. E nem depois. A entidade que ele fundou não tinha estatutos ou regimento interno, organograma hierárquico e nem mesmo membros formais. Com um modelo mais anárquico que bolchevique, ela se estruturava por meio de uma rede de colaboradores mais ou menos comprometidos com o projeto guerrilheiro, sem necessidade de maiores definições institucionais ou ideológicas. Essas pessoas, por razões óbvias, não eram contabilizadas. No entanto, é possível fazer uma estimativa aproximada desse contingente considerando que a ALN teve mais de 500 presos no ano em que Marighella morreu⁷⁰⁹, sendo

⁷⁰⁴ O prestígio da ALN pode ser medido por alguns de seus apoiadores no meio artístico: o escritor-filósofo Jean-Paul Sartre, o pintor Joan Miró, a arquiteta Lina Bo Bardi, o dramaturgo Augusto Boal e a atriz Vera Gertel, entre outros.

⁷⁰⁵ Claudinei Cássio de Rezende. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*, pp. 22.

⁷⁰⁶ Seja em termos teóricos, técnicos, quantitativos, de grandeza humana e outros, a chamada “guerrilha do Araguaia” não se compara, em importância histórica, ao fenômeno de guerrilha urbana desencadeado por Marighella.

⁷⁰⁷ Reynaldo Guarani. *A fuga*. Rio de Janeiro, Editora Betram, 1984, pp. 122*.

⁷⁰⁸ Moisés Vinhas. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*, pp. 242.

⁷⁰⁹ Luis Mir. *A Revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*, pp. 367.

a organização que mais sofreu processos pelos tribunais militares: quase setenta, com mais de setecentos réus⁷¹⁰. Com certeza, algumas dessas pessoas não eram militantes de fato. E alguns militantes de fato nunca foram alcançados pela repressão⁷¹¹. De modo que a quantia correta não chegaria a mil pessoas, mas também não ficaria muito aquém disso. Na estimativa de Elio Gaspari, a ALN tinha, por volta de 1969, em torno de 300 militantes de verdade⁷¹².

Enquanto Marighella viveu, a extração social dos militantes da ALN era basicamente aquela que ele cultivara no PCB e arrastara consigo: antigos militantes profissionais do Partido, alguns operários, profissionais liberais, um tanto de estudantes. Inicialmente não era o agrupamento de jovens e universitários que veio a se tornar na década de 1970. Isso, apesar de Marighella não ter pudor em cooptar adolescentes e envolvê-los com seu projeto de violência. Quando o baiano esteve em Cuba, tramou a vinda clandestina para o Brasil dos dois filhos de Francisco Julião e Alexina Crespo – Anatólio, de dezessete anos, e Anacleto, de quinze – para que se incorporassem à guerrilha⁷¹³. Carlos Eugênio Paz, segurança de Marighella e um dos maiores matadores da ALN, foi iniciado por ele entre os dezesseis e dezessete anos⁷¹⁴; mesma idade que Iara Xavier – nascida em 1952, filha de João Batista Pereira e Zilda Xavier, a amicíssima de Marighella – começou a militar na ALN, também lado a lado com o baiano. Marcos Nonato da Fonseca, cooptado por Carlos Eugênio com o aval de Marighella, entrou para a guerrilha com apenas 14 anos⁷¹⁵.

Ao romper definitivamente com o PCB, Marighella não tinha em mente fundar um novo partido. Para ele, isso era um erro, pois uma nova estrutura partidária travaria a ação revolucionária, necessitada de formas mais fluídas de organização. Nesse sentido, ele não propôs qualquer estrutura hierárquica à sua organização nem designou cargos de comando⁷¹⁶.

⁷¹⁰ Claudinei Cássio de Rezende. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*, pp. 75.

⁷¹¹ Marighella orientava várias células e militantes a hibernar para não atrair a repressão. No linguajar dele, isso significava “ficar na moita”. Ver Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 399.

⁷¹² Elio Gaspari. *A ditadura envergonhada*, pp. 142.

⁷¹³ A iniciativa foi aprovada por Fidel, Piñera e Alexina, mas não por Julião, que a vetou. Ver Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 351.

⁷¹⁴ Carlos Eugênio Paz. *Viagem à luta armada: memórias da guerrilha*. Rio de Janeiro, Best Seller, pp. 62-69.

⁷¹⁵ Luiz Maklouf Carvalho. *Mulheres que foram à luta armada*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1988, pp. 270.

⁷¹⁶ Denise Rolemberg. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001, pp. 48.

Sem hierarquias muito definidas ou programa fechado, ela era composta basicamente por três frentes de atuação. O Grupo Tático Armado (GTA), responsável pelas ações armadas, era a *alma mater* da organização, sem o qual toda a proposta de Marighella inexistiria. Só em São Paulo e no Rio de Janeiro eles funcionaram com regularidade e certa força. Para que os GTAs atuassem, era fundamental uma Frente de Logística (FL), responsável por disponibilizar os meios exigidos pela ação guerrilheira: armas, aparelhos, documentos falsos etc. Finalmente, uma Frente de Massas (FM) previa ações políticas nos sindicatos, nas universidades, na imprensa e outros ambientes sociais. Mas ela nunca chegou a receber grande atenção, dado o caráter essencialmente militarista da organização. Havia ainda um Grupo de Trabalho Estratégico (GTE), responsável por tratar da guerrilha rural, considerada a meta final da organização em termos de luta armada. Seu sentido era mais o de uma “comissão especial” do que exatamente o de um órgão estrutural. A ALN não tinha um colegiado ou órgão diretor, nem estatutos ou congressos deliberativos. Era a ação pela ação. E quem mandava era Marighella, como um caudilho.

O programa da ALN, enunciado no documento *Chamamento ao Povo Brasileiro*, de dezembro de 1968, era bastante eclético e impreciso, cheio de platitudes, ideias vagas e imprecisões. A citação é longa e cansativa, mas vale por demonstrar a confusão política de suas propostas. Marighella diz ali:

“(...) Entre algumas das medidas populares previstas para serem executadas de forma inapelável, com a vitória da revolução, executaremos as seguintes: aboliremos os privilégios e a censura; estabeleceremos a liberdade de criação e a liberdade religiosa; libertaremos todos os presos políticos e os condenados pela atual ditadura; eliminaremos a polícia, o SNI (Serviço Nacional de Informação), o Cenimar (Centro de Informações da Marinha) e os demais órgãos da repressão policial; depois de julgamento público sumário, executaremos os agentes da CIA encontrados no país, e os agentes policiais responsáveis por torturas, espancamentos, tiros e fuzilamentos de presos; expulsaremos os norte-americanos do país e confiscaremos suas propriedades, incluindo as empresas, bancos e terras; confiscaremos as empresas de capital privado nacional que colaboraram com os norte-americanos e que se opuseram à revolução; tornaremos efetivo o monopólio estatal das finanças, comércio exterior, riquezas minerais, comunicações e serviços fundamentais; confiscaremos a propriedade latifundiária, terminando com o monopólio da terra, garantindo títulos de propriedade aos agricultores que trabalhem a terra, extinguindo as formas de exploração como a meia, a terça, os arrendamentos, o foro, o vale, o barracão (escravidão agrária), os despejos e a ação dos grileiros, e castigando todos os responsáveis por crimes contra camponeses; confiscaremos todas as fortunas ilícitas dos grandes capitalistas e exploradores do povo; eliminaremos a corrupção; serão garantidos empregos a todos os trabalhadores e às mulheres, terminando com o

desemprego e o sub-emprego e aplicando o lema 'de cada um segundo de sua capacidade, a cada um segundo do seu trabalho'; extinguiremos a atual legislação do inquilinato, eliminando o acordo e reduzindo o aluguel, para proteger os interesses dos inquilinos, assim como criaremos condições materiais para a aquisição de casa própria; reformaremos todo o sistema de educação, eliminando o acordo MECUSAID e qualquer outro vestígio da intromissão norte-americana, para dar ao ensino brasileiro o sentido exigido pelas necessidades da libertação de nosso povo e seu desenvolvimento independente; daremos expansão à pesquisa científica; retiraremos o Brasil da condição de satélite da política exterior norteamericana para que sejamos independentes, seguindo uma linha de nítido apoio aos povos subdesenvolvidos e à luta contra o colonialismo (...)".

Originalmente, Marighella apresentou a luta armada como “último recurso” para lutar contra a ditadura militar, como a única linguagem que a ditadura entenderia. Mas a primeira atuação “revolucionária” da ALN não teve nada a ver com isso: o assassinato do latifundiário e grileiro José Gonçalves da Conceição, em setembro de 1968. Também conhecido como “Zé Dico”, ele estava envolvido em disputa de terras e era acusado de vários atos de violência, usando capangas, contra lavradores na cidade paulista de Presidente Epitácio. O crime foi noticiado como ato de justiça social na primeira edição do jornal *O Guerrilheiro*. O autor do homicídio foi Edmur Péricles Camargo, gaúcho transferido para São Paulo, velho militante do PCB, antigo parceiro de Marighella (que no momento do crime estava em Havana). Edmur havia atuado em Porecatu na década de 1950 e os dois eram conhecidos desde lá. Depois da execução, Edmur foi incumbido por Marighella de estudar áreas em Goiás para a implantação de um foco guerrilheiro⁷¹⁷.

O assassinato de Zé Dico inaugurou uma longa lista de mortes promovidas pela organização de Marighella, algumas especialmente brutais. Obviamente, o baiano não foi responsável pela grande maioria delas, já que não estava em todo lugar e ele próprio foi assassinado relativamente cedo. Mas o que a ALN continuou a fazer até desaparecer⁷¹⁸ foi

⁷¹⁷ Todavia, por alguma razão eles se desentenderam no começo de 1969 e Edmur seguiu seu caminho próprio. Sobre a trajetória dele, ver *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, Governo Federal, Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.spp.gov.br/mortos-desaparecidos/edmur-pericles-camargo>>.

⁷¹⁸ Por exemplo, em fevereiro de 1972, um comando da ALN metralhou em plena rua e matou o marinheiro inglês David Cutheberg – de dezenove anos, que passeava por Santos pois seu navio estava se abastecendo ali – “em solidariedade ao IRA”, o grupo separatista irlandês. Por sua vez, em junho de 1973, quando ainda não contava com trinta anos, Francisco Jacques de Alvarenga foi “justiçado” por ter entregado, sob tortura, a localização de um dirigente da organização. Ele recebeu quatro tiros, que acertaram a cabeça, o pescoço e o peito, na sala dos professores do Colégio Veiga de Almeida, no bairro carioca da Tijuca, onde dava aulas de história. Em seguida, os atiradores picharam na parede a sigla “ALN”. O grupo de Marighella assassinou ainda o capitão Chandler, considerado-o um espião da CIA, embora ele fosse apenas um militar. Carlos Eugênio da Paz descarregou um revólver 38 sobre ele. Marquito completou o serviço com quatorze balas de metralhadora, boa

inspirado nele. Por exemplo, logo que as operações da ALN ficaram explícitas, Marighella deu instruções aos militantes para que realizassem ações de propaganda pichando nos muros de São Paulo e do Rio de Janeiro a frase “guerrilha, terrorismo, assalto”⁷¹⁹.

Esta pesquisa não encontrou algum levantamento criterioso sobre o número de mortes ocasionadas pelas ações do grupo de Marighella. E tampouco se propôs a fazer esse estudo. Mas uma contagem rasa facilmente chega a mais de trinta casos em que por ações diversas pereceram policiais, vigias noturnos, transeuntes e outras pessoas sem real significação militar.

A letalidade da ALN pode ser dimensionada ainda pela quantidade de “justiçamentos”⁷²⁰ perpetrados entre seus próprios integrantes. Gorender fala de pelo menos três, bem conhecidos⁷²¹. E não é absurdo supor outros casos menos públicos, por razões auto evidentes. Esse tipo de prática era tão agressivo que acabou precipitando o racha que deu origem ao MOLIPO (Movimento de Libertação Popular), quando alguns membros da ALN repudiaram o assassinato de Márcio Leite de Toledo, ex-dirigente que passou a questionar a validade da guerrilha⁷²².

O grau excepcional de envolvimento da ALN com a violência revolucionária pode ainda ser aferido pelo fato de que foi a organização brasileira que mais enviou pessoas para receber instrução militar em Cuba.

Essa parceria começou a tomar vulto com uma carta de Marighella a Fidel, datada de dezembro de 1966, na qual ele formalizava uma solicitação apoio cubano para treinamento de um primeiro grupo de militantes comunistas⁷²³. Que grupo era este não ficava muito claro na missiva. Marighella ainda não saíra do PCB e nem a ALN fora criada. Ele não estava mais no Comitê Executivo do Partido brasileiro (apenas no CR paulista) e escrevia em nome próprio,

parte na cabeça do norte-americano. Sobre isso, ver Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 381-382.

⁷¹⁹ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 378.

⁷²⁰ Consideradas “traidoras”, as vítimas eram “justiçadas”, isto é, exemplarmente executadas depois de julgamentos secretos, sem critérios objetivos e sem que as vítimas tivessem efetivo direito de defesa.

⁷²¹ Jacob Gorender. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira (das ilusões perdidas à luta armada)*, pp. 280.

⁷²² Marcelo Ridenti. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, UNESP, 1993, pp. 275.

⁷²³ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 345-346.

sem preocupação com apresentações formais ou títulos de autoridade. Seja como for, os entendimentos prosseguiram, o baiano foi para Havana participar da Conferência da OLAS, aprofundou os contatos pessoais com as grandes autoridades locais e fechou acordos de parceria revolucionária.

Como resultados desses acordos, já em setembro de 1967, quando Marighella ainda estava em Havana, começaram a chegar do Brasil os primeiros alunos/recrutas arrebanhados para a turma pioneira da futura ALN⁷²⁴. Até dezembro daquele ano – quando Marighella já se encontrava no Brasil, tinha sido expulso do PCB e fundara o Agrupamento Comunista de São Paulo – chegaram na ilha caribenha os últimos integrantes dessa turma. Essa leva precursora concluiu seu treinamento em julho de 1968 e foi chamada de “I Exército”, embora não dispusesse muito mais do que dez pessoas⁷²⁵.

Foram formados ainda um “II Exército” (com cerca de trinta guerrilheiros que concluíram sua formação em meados de 1969), um “III Exército” (com aproximadamente outros trinta militantes, treinados entre maio e dezembro de 1970) e um “IV Exército” (com cerca de quinze integrantes treinados entre fins de 1970 e julho de 1971). Os dois últimos depois da morte do baiano. Os cubanos chegaram a providenciar, inclusive, o envio para o Brasil de quadros de seu país para lutar junto com os guerrilheiros brasileiros. Pelo menos um comandante cubano entrou no país, com uma grande quantidade de dinheiro, antes de desertar⁷²⁶.

O programa de instrução dos futuros guerrilheiros brasileiros em Cuba era basicamente voltado à guerrilha rural, mas compreendia também elementos de guerrilha urbana. O treinamento cobria os seguintes campos: exercícios físicos (exclusivamente marchas pelo campo), organização (sistemas de segurança, códigos secretos, logística, etc.), táticas de combate rural (técnicas de orientação espacial, camuflagem, como preparar emboscadas etc.), manuseio de armas de fogo portáteis (montagem, manutenção e tiro com revólveres, pistolas, fuzis e alguns tipos de metralhadoras) e, finalmente, manipulação de explosivos (fabrico artesanal de bombas, minas e granadas de mão, cálculo de cargas etc.). Não havia aulas sobre marxismo, leninismo ou qualquer outra questão político-ideológica.

⁷²⁴ No seguinte ano e meio, mais duas turmas foram enviadas.

⁷²⁵ Ver Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 346.

⁷²⁶ Denise Rolemborg. *O apoio de Cuba à lutar armada no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001, pp. 46 e 49.

Nada de aulas sobre história e economia, como um dia os alunos da Escola Lênin tiveram que assistir em Moscou no tempo da III Internacional. Em Cuba, o treinamento era eminentemente técnico, “direto ao ponto”, como se diz. Não se pretendia formar quadros revolucionários em geral, mas operadores concretos da violência revolucionária. Em outras palavras, soldados da revolução. Aliás, rasos.

Os cursos eram dados de maneira bastante burocrática e protocolar. E a instrução, tecnicamente falando, não era particularmente sofisticada. E nem podia ser, pois o programa era vastíssimo, o tempo curto e havia nas turmas alunos de todo tipo, mais ou menos capazes para o negócio. Além disso, eram muitos os problemas de convivência entre instrutores cubanos e alunos brasileiros. Evidentemente, isso não quer dizer que os meses passados em Cuba fossem fáceis para os aprendizes de guerrilheiro ou que alguns deles não aprendessem muito em termos de luta armada. Apenas que era um curso padrão, oferecido sem muito rigor formal ou aprofundamento técnico. De certo modo isso irá se refletir negativamente na guerrilha da ALN, fulminada pelos militares em pouco tempo.

A propósito dessa cooperação entre os cubanos e a ALN, Denise Rolemberg reporta a possibilidade de um contato pessoal de Guevara com Marighella e Joaquim Câmara Ferreira em São Paulo⁷²⁷. Luis Mir segue a mesma linha, afirmando, inclusive, que entrevistou militantes do Agrupamento Comunista de São Paulo que discutiram com Marighella os detalhes das propostas feitas pelo Che em São Paulo. E ele afirma mais: que o próprio Marighella propagava essas conversações⁷²⁸. Moniz Bandeira também endossa a tese, dizendo inclusive que o encontro ocorreu na casa do arquiteto Farid Helou e que Joaquim Câmara Ferreira também estava presente⁷²⁹. Realmente, Farid havia trabalhado em Havana sob as ordens de Guevara, entre 1961 e 1964, no Ministério da Economia e Planificação, podendo funcionar como um bom contato. E prova de que era um homem de confiança está em que mais de uma vez transportou dinheiro dos cubanos para ALN. Todavia, existem muitas dúvidas sobre a veracidade desse encontro. Quando desembarcou no aeroporto de Guarulhos nos primeiros dias de novembro de 1966 a caminho da Bolívia, o Che viajava na mais absoluta clandestinidade e o contato com comunistas brasileiros era, no mínimo, muito

⁷²⁷ Denise Rolemberg. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 2001, pp.31.

⁷²⁸ Luis Mir. *Folha de São Paulo*, 23 de outubro de 1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/23/mais!/22.html>>.

⁷²⁹ Luis Alberto Moniz Bandeira. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana na América Latina*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1988, pp. 569-570.

arriscado por questões de segurança. Régis Debray relata que quando Guevara chegou na Bolívia ele pediu um relatório sobre o brasileiro. Mas ele não fala de um encontro entre os dois⁷³⁰.

No curto período que Marighella esteve à frente da ALN, a organização acumulou forças, manteve-se relativamente intacta e promoveu operações geralmente bem-sucedidas e pouco sangrentas. Nesse meio tempo, ela não teve somente o apoio internacional dos cubanos. Também ajudaram especialmente a Coreia do Norte (Joaquim Câmara Ferreira esteve em Pyongyang para negociar recursos e treinamento militar), as ex-Alemanha Oriental e ex-TchecoEslováquia (para rotas de viagem, documentação falsa etc.), a Argélia (mais no tempo de Ben Bella do que de Boumédiène) e a Guiana (especialmente o grupo de Cheedi Jagan, que, entre outras coisas, facilitou a volta de Marighella depois da OLAS).

Parecia que tudo ia mais ou menos conforme o planejado quando em setembro de 1969 ocorreu o sequestro do embaixador norte-americano no Rio de Janeiro. Marighella não sabia dessa operação promovida por integrantes da ALN e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Joaquim Câmara se envolveu diretamente com ela, mas nada falou a Marighella, que quando soube (pelas notícias da televisão) a condenou furiosamente⁷³¹. Para ele, era “dar um passo além das pernas” e atrair a atenção da repressão, agora reforçada pela ajuda norte-americana. Isso reforçou sua ideia de começar a preparar a retirada da organização para o campo. Consciente que o cerco policial estava se fechando, tornava-se necessário iniciar a guerrilha na área rural. De fato, naquele ano ele viajou bastante pelo interior do país avaliando localidades adequadas para a atividade guerrilheira. Ele estudava os acidentes geográficos dos lugares, sobrevoava áreas de teco-teco, mapeava fazendas, quartéis e estradas, mandava pessoas vistoriarem e comprarem terras e estabelecia ele mesmo vários contatos pessoais. Algumas áreas o interessavam especialmente, entre elas o Bico do Papagaio, o Espigão Central e o sertão do Nordeste.

⁷³⁰ Régis Debray. *A guerrilha do Che*. São Paulo, Edições Populares, 1980, pp. 135.

⁷³¹ Apesar disso, publicamente Marighella deu seu apoio à ação. Pouco depois do desfecho do caso, ele escreveu um comunicado intitulado *Saudação aos quinze patriotas*, em homenagem aos presos políticos libertados por conta do sequestro. E escreveu: “*Estamos certos de que o povo brasileiro aprova a atitude da Ação Libertadora Nacional e dos que com ela participaram [do sequestro]*”. Vladimir Sachetta e Gilberto Maringoni. *A imagem e o gesto: fotobiografia de Carlos Marighella*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, pp. 57.

Mas Marighella não teve tempo para passar a essa fase do seu projeto. No dia 4 de novembro, a emboscada preparada pelo delegado Fleury na Alameda Casa Branca não lhe deu a menor chance.

5.4.4. Conclusão desta seção

O rumoroso processo de ruptura de Marighella com o PCB é assunto que encontra diferentes entendimentos. Para uns, foi o resultado esperado de uma história de rebeldia do baiano, a que se chegaria mais cedo ou mais tarde devido seu temperamento absolutamente heterodoxo diante do padrão comportamental dos chefes do Partido. Para outros, Marighella sempre foi um disciplinado militante até 1958, quando a relativa moderação da *Declaração de Março* e a linha política taticamente “pacifista” implementada desde então lhe pareceram cada vez mais “reboquistas” e “capituladoras”. Existem também aqueles que consideram essa fratura como produto da influência do furioso modelo revolucionário cubano a partir de 1959. Ou aqueles que tomam a inércia do PCB depois do golpe de 1964 como o fator determinante da cisão. Havendo, inclusive, quem afirme que essa dissidência, na prática, se deveu a um erro de cálculo de Marighella, o qual pensou em algum momento tomar com outros “radicais” a direção do PCB no VI Congresso em 1967, sendo porém expulso antes por uma manobra de Prestes⁷³².

Na verdade, todas essas razões contribuíram igualmente para que a dissidência se consumasse irreversivelmente no ano novo de 1968, sendo de pouca utilidade tentar fazer uma contabilidade milimétrica de cada uma.

A questão mais importante sobre esse processo também não é identificar precisamente o seu ponto de fervura. Sem dúvida, determinar qual o grau de tensões acumuladas aqui e ali e

⁷³² Ver, por exemplo, depoimento de Apolônio de Carvalho. *Apud* Emiliano José. *Carlos Marighella: o inimigo público número um da ditadura militar*. São Paulo, Casa Amarela, 1997, pp. 221. Com efeito, Marighella participou ativamente nos debates preparatórios do Congresso. Além de ser o homem do Partido mais “famoso” depois de Prestes, ele era o chefe partidário mais importante em São Paulo e tinha a parceria de Joaquim Câmara Ferreira, então editor das publicações do PCB dedicadas a esse debate.

em que momento elas explodiram é uma questão importante, porém não tanto quanto perceber o que adveio disso.

Nesse sentido, o conhecimento da ALN é fundamental para se poder entender realmente o significado e a dimensão da ruptura de Marighella com o PCB.

A história da ALN se divide nitidamente em antes e depois da morte de Marighella, embora ambas estejam estreitamente vinculadas. A segunda etapa está totalmente fora do campo abordado por esta *Tese*. E quanto à primeira, apenas se procurou aqui ressaltar alguns de seus traços mais marcantes, a modo de baliza para as discussões que virão a seguir.

Chegado neste ponto do argumento historiográfico aqui desenvolvido é possível então se debruçar sobre o objeto documental da presente reflexão: os escritos de Marighella.

Parte 6. A contribuição textual de Marighella para a história do conceito terrorismo

Embora seja uma loucura, há método nisso

Sheakeaspere

6.1. Análise dos escritos de Marighella sobre violência revolucionária

6.1.1. Sobre o *corpus* marighelliano

Depois do longo itinerário percorrido até agora – no qual já foram exaustivamente discutidos a evolução histórica do conceito terrorismo e o lugar do terrorismo na cultura de violência política em que Marighella se formou –, cabe a partir daqui caminhar para a conclusão do presente estudo analisando os documentos que dão sustentação final à tese pretendida. Em outras palavras, trata-se agora de examinar os escritos de Marighella que possam esclarecer e caracterizar efetivamente o que ele pensava sobre terrorismo.

Para isso, antes de tudo é preciso definir o campo documental a ser considerado.

Marighella sempre escreveu muito, desde bem jovem. Não existe um catálogo completo desse material, mas o essencial já é bem conhecido, dividindo-se em três grupos. Um é composto de poemas que ele foi compondo aqui e ali durante quase toda a vida. Outro se refere aos textos oficiais que ele elaborou para o PCB por cerca de trinta anos. O terceiro corresponde ao material que Marighella redigiu a partir de seu afastamento do Partidão.

O primeiro grupo não oferece interesse para a discussão em causa. Marighella faz uma poesia politicamente engajada, especialmente sensível à cultura popular e negra, às vezes retoricamente empolada (inspirando-se em Castro Alves), às vezes espirituosa e bem-humorada. Ele não observa uma poética elaborada, apresentando em geral versos esteticamente simplórios. Exceto no poema *Vozes da Mocidade*, de 1932, quase nada se nota neles de violência, muito menos de terrorismo.

O segundo grupo é bem maior e compreende uma diversidade bastante grande de textos. Encontram-se aqui opúsculos de propaganda, artigos de imprensa, editoriais, manifestos, pequenas dissertações, discursos (para si e para outros), relatórios etc. Tirando um ou outro pronunciamento com aspectos anedóticos que ele fez da tribuna da Câmara Federal quando foi deputado, e também um ensaio com pretensões economicista (intitulado *Alguns aspectos da renda da terra no Brasil*, de 1958), tudo o mais desse material não passa de monótona e impessoal verborragia padrão do PCB⁷³³. O que pensou o Partido enquanto Marighella pertenceu a ele, foi o que Marighella disse em seus escritos. Nem mais nem menos. O que pensava o PCB já foi visto anteriormente. E como Marighella se inseria nisso, também. Portanto, esse acervo não tem particular interesse aqui, devido seu conteúdo, por assim dizer, ‘burocrático’.

No terceiro grupo de textos observam-se dois subconjuntos em termos de conteúdo e de relevância para a pesquisa. O primeiro refere-se aos escritos de desilusão, criticismo e distanciamento, mas ainda não de ruptura com o velho Partido. Eles datam dos meses posteriores ao golpe militar de 1964 e se prolongam até o começo de 1967, quando o afastamento de Marighella alcança efetivamente um ponto de não retorno. Nesse período, seu pensamento político-militar evolui rapidamente, bem como as críticas ao “recoo estratégico” do Partido e sua recusa em lançar-se abertamente à luta armada. Essas críticas acabam colocando em causa a própria existência do PCB. O interesse que tal material tem para a presente pesquisa não é pequeno, mas ele é basicamente contextual.

O outro subconjunto refere-se aos textos que Marighella elaborou após romper de fato (embora ainda não formalmente) com o Partidão no final do primeiro semestre de 1967, quando viajou para Cuba. Favorecida pela situação de clandestinidade absoluta que ele teve que observar desde então – às vezes enfiado durante semanas em um minúsculo apartamento –, a produtividade dessa época é notável, só interrompida com o assassinato de Marighella em novembro de 1969. Esses escritos compõem um todo teórico-doutrinário sobre a ideia de violência revolucionária de raríssima fatura não só nos meios da esquerda brasileira como de toda a esquerda mundial. Ele é denso, coeso, inédito e impactante. Sobre ele recai o fundamental da análise documental que sustenta esta tese, devendo ser escrutinado palavra por palavra.

⁷³³ Para uma visão geral desses textos protocolares, ver Milton Pinheiro e Muniz Ferreira (orgs.). *Escritos de Marighella no PCB*. São Paulo, Instituto Caio Prado/Fundação Dinarco Reis, 2019.

6.1.2. Os textos de 1964-1966

Dos textos elaborados entre 1964 e 1966 destacam-se o libelo *Porque resisti à prisão* (1965), o ensaio *A crise brasileira* (1966) e a *Carta à Executiva do PCB* (1966). Basicamente, são peças de análise de conjuntura e denúncia (contra o capitalismo, a ditadura, a política do Partidão etc.) indicadoras de que Marighella está começando a pensar com autonomia.

Por que resisti a prisão é o primeiro escrito de Marighella no qual se nota claramente uma faísca de independência política diante da direção do PCB. O livreto foi elaborado no segundo semestre de 1964 e publicado no começo do ano seguinte. Refletindo a grande influência de Marighella, a apresentação foi feita por Antônio Cândido e o prefácio por Jorge Amado. Basicamente, trata-se de uma denúncia do golpe militar de 31 de março e do autoritarismo do novo governo. O título se refere à tumultuada detenção de Marighella dentro do Cinema Skye-Tijuca, no Rio de Janeiro, em 9 de maio de 1964, quando resistiu a uma ordem de prisão e foi baleado no peito⁷³⁴. Porém, a partir do processo policial a que foi submetido, os assuntos abordados nas suas quase 140 páginas variam bastante. São dezoito seções, sendo que as últimas duas destoam notavelmente do conjunto. Como notou Gorender, as dezesseis que constituem quase todo o texto parecem ter sido escritas antes da primeira reunião do Comitê Central depois do golpe, em maio de 1965, enquanto as outras duas finais aparentam ser considerações causadas justamente por aquele encontro⁷³⁵. A título de lembrança do que já foi comentado, nesta reunião a esquerda do Partido foi derrotada e Prestes retornou o controle da situação.

Nas dezesseis seções iniciais, Marighella fala de seu caso pessoal, protesta contra injustiças sociais, faz elucubrações históricas e queixa-se dos problemas econômicos, mas sobretudo procura caracterizar a ditadura fazendo também uma reflexão sobre as possibilidades de luta contra ela. Suas propostas falam em restaurar a democracia mediante

⁷³⁴ A propósito, por ação do advogado católico Sobral Pinto (que um dia fez brilhante e notória defesa legal de Prestes), Marighella acabou sendo solto em 31 de julho. Depois de no mesmo dia ir pessoalmente denunciar o fato em alguns jornais, ele caiu na clandestinidade para nunca mais voltar.

⁷³⁵ Jacob Gorender. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira (das ilusões perdidas à luta armada)*, pp. 94/103.

alianças com a burguesia progressista, promover uma frente ampla anti-ditadura com partidos democráticos e investir em ações de massa. Na verdade, nada diferente do que o Partido vinha fazendo desde o golpe.

No entanto, nas duas seções peculiares, especialmente na derradeira (intitulada “A nova geração e a liderança marxista”), Marighella toma um caminho inesperado. Ele coloca em dúvida a possibilidade do caminho pacífico para a revolução, condena as expectativas quanto ao potencial revolucionário da burguesia nacional, chama a uma real aliança com o campesinato, reivindica o exemplo da Revolução Cubana e afirma, finalmente, que a luta democrática revolucionária no Brasil poderá e deverá levar ao aparecimento de guerrilhas. Formalmente ele não ataca o Partido ou alguém da direção partidária, nem desafia a disciplina partidária. Textualmente, é o primeiro sinal da nova trajetória política de Marighella em direção à guerrilha e ao terrorismo.

Uma plena contestação da linha política da direção do PCB só acontece em *A crise brasileira*, publicado em meados de 1966. Esse livreto foi redigido quando Marighella se transferiu para São Paulo, entre o final de 1965 e o começo de 1966. Trata-se, basicamente, do documento que ele apresentou aos paulistas pouco antes de ser eleito secretário geral do Comitê Estadual do Partido. Nele, o baiano retoma e aprofunda algumas questões que havia apenas esboçado em *Porque resisti à prisão*. Em particular, as questões relativas às possibilidades estratégicas da luta armada no Brasil, considerando agora de modo mais detalhado o papel do Partido. Dessa vez foi impossível contornar as críticas diretas. Marighella fala então duramente sobre o despreparo militar do PCB e a dependência política dos comunistas diante do governo burguês de Goulart que haviam permitido o golpe sem resistência. E não era só um problema do passado.

Para ele, a situação que o país estava vivendo só poderia ser resolvida por meio da luta armada. Mesmo que ainda não privilegiasse a violência, nas palavras dele,

“(...) os fatos indicam que o proletariado – em face do tremendo impacto da abrilada – não tem outro recurso senão adotar uma estratégia revolucionária que leve à derrubada da ditadura. Trata-se da revolução, da preparação da ‘insurreição armada popular’. Trata-se do caminho não pacífico, violento, até mesmo da guerra civil (...)”⁷³⁶.

⁷³⁶ Carlos Marighella. “A crise brasileira”. Em: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo, Livramento, 1979, pp. 61.

Há muito tempo os líderes comunistas brasileiros não falavam tão claramente de guerra civil.

Ele ainda não considera a luta armada como a única opção, mas defende que ela deva ser implementada já. Emblematicamente, a última seção do livreto é intitulada “As guerrilhas como forma de luta”, onde tece comentários sobre essa modalidade de combate. Pensando mais no modelo chinês (que conhece relativamente bem) do que no modelo cubano (que ainda não conhece direito), ele diz que ela

“(…) não é uma forma de luta apropriada às áreas urbanas. A luta de guerrilhas é típica do campo, das áreas rurais, onde há terreno para o movimento e onde a guerrilha pode expandir-se (...)”⁷³⁷.

Curiosamente também, as palavras terror e terrorismo que aparecem no documento são usadas apenas para se referir às violências do regime militar.

É significativo que mais ou menos ao mesmo tempo da publicação de *A crise brasileira*, no meio do ano Marighella fez imprimir um pequeno texto intitulado *Frente a frente com a polícia e os IPMs*, para orientar os militantes em relação à repressão⁷³⁸. Era uma adaptação bem mais agressiva do folheto que ele escreveu sob encomenda do PCB em 1948 e que teve várias edições, intitulado *Se fores preso, camarada...*⁷³⁹. A preocupação dele com o agravamento dos enfrentamentos já começava a tomar dimensões práticas.

Entre agosto de 1966 e maio de 1967, Marighella publicou dois curtos textos na revista clandestina *Tribuna de Debates*, por meio da qual era discutido o futuro VI Congresso do Partido. O editor da revista era Joaquim Câmara Ferreira e foram publicados dezessete números. O artigo intitulado “*Luta interna e dialética*”, embora se mantenha aparentemente conciliador, avisa do tremendo conflito de ideias que se aproximava. O outro artigo, “*Ecletismo e marxismo*”, fazia uma crítica geral das teses apresentadas pela direção partidária, concluindo que o caminho pacífico para a revolução era ineficaz e somente alimentaria

⁷³⁷ *Idem*. “*A crise brasileira*”, pp. 85.

⁷³⁸ *Idem*. “*Frente à frente com a polícia e os IPMs*”. Em: Vladimir Safatle. *Chamamento ao povo brasileiro (textos de Marighella)*. São Paulo, Ubu Editora, 2019, pp. 294.

⁷³⁹ *Idem*. *Se fores preso, camarada*. S/l, Editorial Avante, 1951, 30 pp. A fac-símile integral do documento pode ser acessada em: <<https://www.marxists.org/portugues/marighella/1951/preso/se.pdf>>.

ilusões. Nas últimas linhas, citando um fragmento de *A crise brasileira*, ele volta a falar em guerra civil⁷⁴⁰.

O processo de afastamento ideológico que esses textos representavam ganhou sua primeira expressão formal com a *Carta à Executiva*, escrita em dezembro de 1966 para o órgão ao qual ele próprio pertencia. Nessa carta, Mariguella pedia demissão do cargo, inconformado com a recusa da direção do PCB em partir para a luta armada. Frisando que nada tem de pessoal contra seus antigos colegas, ele sai atirando, acusando-os de inoperância, burocratismo, fraqueza teórica, incompreensão das tarefas revolucionárias e outras tantas mazelas.

6.1.3. Os textos de 1967-1969

No final do primeiro semestre de 1967, explorando sua força como secretário geral do Comitê Regional de São Paulo e ajudado por outros importantes líderes do PCB, Marighella se pronunciou enfaticamente no debate preparatório para o VI Congresso do Partido. Ele o fez por meio de um texto relativamente longo (*Críticas às teses do Comitê Central*) em que ataca as teses da direção e critica a “ilusão” com o caminho pacífico para a revolução, exigindo uma definição do PCB com relação à preparação e lançamento da luta armada⁷⁴¹.

Logo em seguida, ele sai do país. A partir desse momento, quando deixa o Brasil sem autorização do Partido para participar do congresso da OLAS em Havana e desafia a hierarquia e a disciplina partidárias, Marighella se lança numa empreitada política absolutamente radical e inovadora. O reflexo disso em seus textos é evidente.

Na virada do primeiro para o segundo semestre de 1967, Marighella enviou correspondência internas ao PCB e outras para os cubanos confirmando que não acreditava mais nos métodos graduais e pacíficos e ingressava imediatamente à luta armada. Além disso, ele assumia que passava a considerar a guerrilha não mais como uma das formas de luta

⁷⁴⁰ *Idem*. “*Eclétismo e marxismo*”. Em: *Escritos de Carlos Marighella*, pp. 116.

⁷⁴¹ *Idem*. “*Crítica as teses do Comitê Central*”. Em: *Escritos de Carlos Marighella*, pp. 105.

política, mas como a única forma verdadeiramente revolucionária naquele momento. Já estando em Cuba, ele escreve uma *Carta ao Comitê Central* na qual diz claramente:

“(...) a luta guerrilheira é a única maneira de reunir os revolucionários brasileiros e de levar nosso povo à conquista do poder. Recursos humanos e condições para a guerrilha não faltam no Brasil. A consciência revolucionária, que brota na luta, se incumbirá do resto (...)”⁷⁴².

Ainda em Havana, no começo de agosto de 1967 Marighella responde a um questionário da revista cubana *Pensamiento Crítico* reafirmando suas convicções leninistas e dizendo que os cubanos estavam adaptando o leninismo às peculiaridades de sua realidade local. Na ocasião, ele não falou em terrorismo⁷⁴³.

Essas declarações abriram todo um novo capítulo na evolução de suas ideias e, claro, na de sua obra escrita também. Trata-se da parte de sua produção textual que mais propriamente pode ser considerada como “teórica” (se não é exigido do termo um significado de especial profundidade ou sofisticação intelectual). Ou seja, a parte mais especulativa, imaginativa e conceptualizada de seus escritos. Justamente tendo por centro a proposição do uso da violência como instrumento privilegiado de ação política revolucionária. Daí ser este o núcleo documental mais importante desta tese, o qual passa a ser comentado minuciosamente a seguir⁷⁴⁴.

Um dos documentos mais significativos que inauguram essa nova fase é *Algumas questões sobre a guerrilha do Brasil*. Ele foi escrito ainda em Cuba, provavelmente depois do Congresso da OLAS, e circulou mimeografado nas mãos de alguns militantes, até adquirir grande visibilidade⁷⁴⁵. É o primeiro trabalho de Marighella no sentido de apresentar uma visão teórica geral da guerrilha e das possibilidades de sua aplicação no Brasil. Em cerca de vinte páginas ele trata de estratégia, métodos, planejamento, logística, lançamento e formas de

⁷⁴² *Idem. Carta ao Comitê Central*. Em: Edgar Carone. *O movimento operário no Brasil (1964-1984)*, pp. 51.

⁷⁴³ *Idem. Respostas ao questionário do Pensamiento Crítico*. Em: Edgar Carone. *O movimento operário no Brasil (1964-1984)*, pp. 44-45.

⁷⁴⁴ Importante lembrar aqui, para evitar mal-entendidos, que os comentários sobre os textos que se seguem visam tão somente discutir seus aspectos que possam ajudar a esclarecer a questão do conceito terrorismo em Marighella. As implicações biográficas, filosóficas, comportamentais ou estéticas desses textos só interessam à pesquisa lateralmente.

⁷⁴⁵ Curiosamente, apesar da ditadura dispor da *Lei de Segurança Nacional*, da *Lei de Imprensa* e do Departamento de Censura, boa parte do texto foi publicado no *Jornal do Brasil* na edição de 5 de setembro de 1968.

combate, entre outros aspectos da questão. A partir da metade, depois de algumas considerações mais retóricas, o folheto quase adquire o formato de um manual, antecipando de certa forma o estilo do livrinho que o tornaria célebre. Mas ele não fala em operações urbanas.

Sua visão de guerrilha ainda se espelha no essencial da experiência chinesa: a criação de um exército revolucionário popular a partir do centro rural do país. Porém, Marighella se mostra muito mais sensível à experiência cubana e, em especial, ao guevarismo. Nesse sentido, Marighella defende que a guerrilha assumiu, nos anos sessenta, um papel estratégico decisivo no processo revolucionário. Papel este que ela não teve nas revoluções russa e chinesa por que elas haviam brotado de outro contexto, no qual se tratava de transformar a guerra anti-imperialista mundial em guerra civil pela tomada do poder. Para ele,

*“(...) A revolução cubana, como parte integrante da revolução socialista mundial, trouxe ao marxismo-leninismo um novo conceito: o da possibilidade de conquistar o poder através da guerra de guerrilhas, e expulsar o imperialismo quando não há guerra mundial e não se pode, portanto, transformá-la em guerra civil” (...)*⁷⁴⁶.

Do mesmo modo, Marighella também passa a incorporar algumas ideias do foquismo; por exemplo quando afirma que:

*“(...) Um dos requisitos básicos para a primeira fase da guerrilha é a existência de um pequeno núcleo de combatentes, surgido em condições histórico-sociais determinadas. Esse requisito constitui uma regra geral. Sua única exceção é em caso de guerra regular, quando a guerrilha preenche um papel tático, e o seu surgimento se dá por variadas maneiras (...)*⁷⁴⁷.

Outro ponto que revela a influência da Revolução Cubana é que nele Marighella também começa se mostrar sensível à importância das ações da guerrilha nas cidades. Mais de uma vez ele prega a necessidade de criar forças urbanas revolucionárias na “retaguarda” das lutas no campo⁷⁴⁸.

Interessante também que, embora a meta seja promover a guerra civil – um dos mais traumáticos tipos de guerra – para tomar o poder, ele não fale uma palavra sobre sabotagem,

⁷⁴⁶ Carlos Marighella. “*Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil*”. Em: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo, Livramento, 1979, pp. 117.

⁷⁴⁷ *Idem, ibidem*, pp. 121 e 122.

⁷⁴⁸ *Idem, ibidem*, pp. 121.

atentados, uso de explosivos ou assassinato, como se a guerrilha fosse uma experiência que pudesse passar sem isso. Evidentemente, tampouco aparecem os termos terror ou terrorismo.

Pouco após retornar de Cuba, já expulso do PCB no VI Congresso, em fevereiro de 1968 Marighella apresentou uma declaração de seu novo grupo político. Esse documento, intitulado *Pronunciamento do Grupamento Comunista de São Paulo*, começa criticando o encaminhamento do Congresso e afirmando que a ruptura com a direção partidária era definitiva.

Em seguida, reafirma que o caminho correto para a revolução era aquele apontado pela OLAS, resumido na necessidade de implementar a guerrilha no país. Mas não exatamente dentro de uma perspectiva foquista simplória e espontaneísta, no sentido de “(...) *lançar um grupo de homens armados em qualquer parte do Brasil e esperar que, em consequência disso, surgissem outros focos em pontos diferentes do país (...)*”⁷⁴⁹. Ele não negava que para dar início à guerrilha era necessário “(...) *um pequeno núcleo de combatentes, surgido em condições histórico-sociais determinadas (...)*”; como escrevera em *Algumas questões sobre a guerrilha do Brasil*. Mas era preciso dar a isso uma dimensão bastante complexa, considerando especialmente a exigência de muita preparação. Afinal, a guerrilha era definida no documento, conforme textos anteriores, como o embrião de um grande exército popular, não como a propagação de focos isolados. Ela deveria ser fruto de um plano estratégico e tático global, cumprindo o papel de vanguarda revolucionária e o núcleo fundamental do processo revolucionário.

O *Pronunciamento* trazia uma máxima lapidar, cuja frase nuclear fora um dia proferida por Guevara. Ao apresentar a nova entidade que pretendia criar, Marighella diz que:

“(...) *Os princípios pelos quais se rege esta organização são três: o primeiro é que o dever de todo revolucionário é fazer a revolução; o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários; e o terceiro é que só temos compromisso com a revolução (...)*”⁷⁵⁰.

Nestas palavras há uma lógica política e uma moral fundamentais ao pensamento revolucionário que já foram discutidas em capítulos anteriores devido sua relação com

⁷⁴⁹ *Idem*. “*Pronunciamento do Grupamento Comunista de São Paulo*”. Em: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo, Livramento, 1979, pp. 132.

⁷⁵⁰ *Idem, ibidem*, pp. 134.

práticas violentas, notadamente o terrorismo. Nesse sentido, em si mesmas não há nada de original nelas. Marighella está apenas sendo coerente e publicamente explícito com o que realmente é a essência da mentalidade revolucionária.

No entanto, existe um interessante lado “inovador” de Marighella ao reconhecer e proclamar tão francamente que os revolucionários não têm comprometimento com nada que não seja a própria revolução. Durante décadas – concretamente desde os escritos de Lênin e Trotsky – os comunistas não assumiram isso tão abertamente, mimetizando seus verdadeiros interesses sob o manto de bem mais inocentes campanhas por paz, democracia ou luta nacional. Agora, Marighella voltava a resgatar a desavergonhada e atrevida tradição incendiária do primeiro bolchevismo. E de certo anarquismo também.

É dentro dessa perspectiva que o texto anuncia a criação de uma nova organização para promover ações revolucionárias, porém não mais como o velho Partido Comunista, cujas estruturas hierárquicas e burocráticas travavam a iniciativa dos militantes. Essa organização deve ser ágil, inicialmente pequena, totalmente clandestina e hermeticamente compartimentada, bem estruturada e autossuficiente, flexível e móvel. A precariedade dessas ideias fica especialmente clara quando ele trata da democracia interna e da manutenção financeira de militantes profissionais (para ele, singelamente, a prática revolucionária por si só garantirá a democracia interna e impedirá desvios morais na administração de recursos). Embora ainda sem um nome, nessas propostas estava nascendo a ALN. Em função disso, o *Pronunciamento* convoca os revolucionários brasileiros a agir imediatamente: “(...) *Nossa estratégia é partir diretamente para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda (...)*”⁷⁵¹. Concretamente, o documento recomenda aos militantes, e mesmo aos simpatizantes ainda não incorporados à organização, que busquem acumular armas e munições por qualquer meio possível, treinar (inclusive por conta própria) e promover ações de cunho violento.

Entre essas ações, avançando a cada novo escrito quanto ao lugar concedido à luta armada nas cidades, o *Pronunciamento* diz que devem ser criados grupos de guerrilha urbana, nomeando especificamente grupos de sabotagem e de franco-atiradores. Em nenhum lugar do texto Marighella usa as palavras terror ou terrorismo. Nem fala de bombas ou assassinatos.

⁷⁵¹ *Idem, ibidem*, pp. 137.

Mas vai caminhando com passos firmes em direção ao aprimoramento e sofisticação de seu projeto de violência revolucionária.

Em dezembro de 1968, aparece *Chamamento ao povo brasileiro*, uma espécie de manifesto já citado anteriormente por causa de seu eclético e pitoresco programa revolucionário⁷⁵². Escrito em primeira pessoa desde “algum lugar do Brasil”, suas cinco páginas apresentam argumentos tão variados quanto desordenados. Com uma linguagem repetitiva e figadal, faz ameaças pretenciosas ao regime e bravatas pessoais. Em certa passagem, diz:

“(…) Diante da escandalosa avalanche de mentiras e acusações terrivelmente injuriosas lançadas contra mim, não tenho outra atitude a tomar senão a de responde à bala ao governo e às suas asquerosas forças policiais, empenhadas em minha captura, vivo ou morto. Agora não será como em 1964, quando eu estava desarmado e a polícia disparou sem que pudesse pagar com a mesma moeda. (...)”⁷⁵³.

Apocalíptico, traça um quadro da situação nacional no limite do grotesco. Sobre os norte-americanos, por exemplo, afirma que “são os donos das maiores extensões de terras no Brasil” e que “possuem bases de foguetes em pontos estratégicos de nosso território”⁷⁵⁴. Sem dúvida, é um dos piores escritos de Marighella.

No entanto, o *Chamamento* tem um aspecto particularmente interessante para a presente pesquisa. Alegando não ter outro modo de responder efetivamente às agressões impostas pelo regime militar senão usando da “violência contra violência”, ele preconiza promover ações armadas “de todos os tipos”. Desde então, essa ideia de perpetrar qualquer variedade de violência vai ser uma constante nos seus textos.

A partir do *Chamamento*, o discurso de Marighella vai ficando rápida e progressivamente mais radical, explícito e detalhado. Cada vez mais ele não se resume a falar de uma violência guerrilheira abstrata. Agora ele fala de sistemático assassinato seletivo, de sequestro e de outras modalidades de violência tipicamente relacionadas ao ao repertório terrorista.

⁷⁵² Ver a seção “A criação e as características da ALN”.

⁷⁵³ Carlos Marighella. “*Chamamento ao povo brasileiro*”. Em: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo, Livramento, 1979, pp. 140.

⁷⁵⁴ *Idem, ibidem*, pp. 139.

Também de dezembro de 1968 é o curto texto (quatro páginas) *Quem samba fica, que não samba sai*⁷⁵⁵. Ele foi escrito por Marighella em resposta a uma carta de antigas camaradas da cisão com o PCB e da fundação do Agrupamento Comunista de São Paulo desgostosos sobre a forma como Marighella estava conduzindo a incipiente organização.

A partir do início de 1968, o grupo de Marighella (ainda sem nome oficial) começou a atuar para valer. Em breve a primeira turma de recrutas enviada para Cuba estava voltando e uma segunda se preparava para ir. Foi montado o primeiro Grupo Tático Armado e principiaram os assaltos. Em janeiro, o próprio Marighella participou de um roubo contra o Banco Francês e Brasileiro, na rua Santo Amaro, em São Paulo, “para dar o exemplo”. Conta-se que, na falta de armas, ele portava uma faca⁷⁵⁶. Durante o decorrer do ano as ações foram se avolumando. Em agosto, com o assalto ao trem-pagador Santos-Jundiaí, que rendeu grande soma em dinheiro, começaram as operações de envergadura. Alguns militantes não gostaram dessa escalada e reclamaram do “excesso” de “ações de expropriação, além de criticar Marighella por autoritarismo e caudilhismo. A carta, assinada por Martinelli, Frati, Lourenço e Pacheco – fundadores históricos da organização – atacou duramente o baiano, condenou a falta de direção política e a autonomia dos grupos de fogo, terminando por alertar para o caminho que as coisas estavam tomando; segundo eles, o simples terrorismo⁷⁵⁷.

A resposta de Marighella foi seca: “o dinheiro vem da ação” e os assaltos são necessários para cobrir os custos da resistência à ditadura, do estabelecimento da zona guerrilheira estratégica e da preparação da rebelião “para a coisa pegar fogo”. Em seguida ele dá uma série de instruções estratégicas e táticas aos militantes que estão com ele, pedindo “ação e mais ação”. Em seu linguajar peculiar, “com o trabuco na cintura” e disposição a “atirar para matar policiais e dedos-duros”. Afirmando que todos os grupos vinculados à organização têm completa autonomia para desenvolver operações armadas sem pedir autorização a quem quer que seja, Marighella termina dizendo:

⁷⁵⁵ Carlos Marighella. “*Quem samba fica, quem não samba vai embora*”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, pp. 547-551.

⁷⁵⁶ Luis Mir. *A Revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*, pp. 281.

⁷⁵⁷ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 416.

“(...) vocês não têm que esperar por mim. Tomem a iniciativa, assumam responsabilidades, façam. É melhor cometer erros fazendo, ainda que disto resulte a morte. Os mortos são os únicos que não fazem autocrítica (...)”⁷⁵⁸.

Três vezes ele repete: “carta branca” para a violência revolucionária. Em suma, como o bem-humorado título já deixava claro desde o início, a mensagem dessa comunicação é bastante simples: quem não gostar dessas diretrizes deve abandonar a organização. É um documento em si mesmo significativo, mas que não contribui muito para discutir a questão específica do terrorismo que vem sendo tratada.

No contexto da grande profusão de pequenos textos que Marighella escreve no final de 1968, aparece o opúsculo intitulado *Sobre problemas e princípios estratégicos*, dedicado a questões de planejamento da guerrilha. Nada há de substantivamente novo no seu argumento. A ideia básica que ele apresenta é

“(...) desencadear tanto na cidade como no campo um tal volume de ações revolucionárias que o inimigo se vê obrigado a transformar uma situação política em situação militar (...)”⁷⁵⁹.

Em outras palavras, provocar a guerra civil, invocando, mais uma vez, “todas as formas de luta”. Isto é, de violência. Mais tarde, ao publicar seu *Manual do guerrilheiro urbano*, este será um dos textos cuja leitura Marighella recomenda aos militantes.

Alguns poucos dias depois da promulgação do AI-5 (de 13 de dezembro de 1968), Marighella redigiu um texto com o título *Questões de organização*. Trata-se de uma dezena de páginas datilografadas, cheias de notas e correções, que, parece, não chegaram a ser publicadas. Elas foram apreendidas pela polícia em um aparelho da ALN⁷⁶⁰. Até esse momento, não havia um nome para a nova organização. E o próprio Marighella levanta o problema da necessidade de uma “sigla”, como ele escreve. É um documento interessantíssimo. Em primeiro lugar porque apresenta de forma bastante minuciosa o modelo de organização proposto por Marighella, de fortes características anarquistas. Em resumo: “A guerrilha não é o braço de um partido ou de uma organização política. A guerrilha é o

⁷⁵⁸ Carlos Marighella. “*Quem samba fica, quem não samba vai embora*”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, pp. 550.

⁷⁵⁹ *Idem*. “*Sobre problemas e princípios estratégicos*”. Em: *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. Lisboa, Assírio Alvim, 1974, pp. 54.

⁷⁶⁰ *Idem*. *Questões de organização*. Uma fac-símile integral do documento está disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marighella/1968/12/questoes.pdf>>.

próprio comando político-militar da revolução”, escreve ele. Por outro lado, “*o que leva a organização para a frente é a capacidade de seus grupos revolucionários. Nenhum comando ou coordenação tem autoridade para impedir qualquer iniciativa dos grupos visando desencadear ações revolucionárias*” (pp.8). O que isso implica em termos de ruptura com o modelo leninista de partido é discutido mais adiante.

Mas o documento é particularmente significativo para esta pesquisa porque nele Marighella começa decididamente a assumir o termo terrorismo. Assim, fazendo um balanço da atividade guerrilheira dos meses anteriores ele se regozija de que ela entrou em uma fase superior: “*Pela primeira vez no Brasil os atos terroristas passaram a desempenhar um papel na luta política*” (pp. 1). A expressão volta e repetir mais adiante: “*No essencial, devemos nosso avanço aos atos terroristas revolucionários e às operações e táticas guerrilheiras*” (pp. 3). E ainda mais duas vezes na página 4, com o mesmo sentido positivo. Ainda não há como saber exatamente o que Marighella entende por terrorismo, pois as menções são muito ligeiras. Mas já é possível perceber que ele começa a ficar à vontade com o termo.

O mesmo padrão pode ser observado em outro escrito sobre questões organizativas e metódicas que Marighella lançou em maio de 1969: *O papel da ação revolucionária na organização*⁷⁶¹. Mais ou menos com a mesma extensão que o texto anterior, ele trata de especificar com maior detalhamento a importância do ativismo como o próprio modo de ser da organização (que então é citada com o nome definitivo pelo qual ficou conhecida: Ação Libertadora Nacional) e definir com mais clareza as questões estratégicas. Em particular, Marighella se defende ali das “*críticas e objeções surgidas contra nós em certos meios revolucionários*”, notadamente “*não ter estratégia*”, “*não saber o que fazer*”, “*adotar o foquismo*”, “*não realizar ações de massa*”, “*só falar em guerrilha*” etc. Para ele, isso era esperado dado o caráter original da nova organização, centrada em “*uma filosofia marcadamente oposta ao tradicionalismo convencional do país e baseada na prática da violência e da luta armada*”⁷⁶².

⁷⁶¹ *Idem*. “*O papel da ação revolucionária na organização*”. Em: Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo, Expressão Popular, 2007, pp. 207-221

⁷⁶² *Idem, ibidem*, pp. 213.

Nesse sentido, como em outros textos anteriores, o opúsculo reivindica em mais de uma passagem a prática do terrorismo, acreditando que isso tem um especial poder de fascínio e sedução:

“(...) *Sendo nosso caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo (as únicas armas que podem ser antepostas com eficiência à violência sem nome da ditadura), os que afluem a nossa organização são atraídos pela violência que nos caracteriza (...)*”⁷⁶³.

Apesar desse entusiasmo com as possibilidades do terrorismo e de já falar em guerra psicológica e sequestro, Marighella ainda se mostra pouco explícito sobre o que entendia por isso. No entanto, em junho de 1969, com a difusão do seu *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, as coisas ficaram bem mais claras.

6.1.4. *O Mini-manual do guerrilheiro urbano*

O célebre livreto tem cerca de sessenta páginas⁷⁶⁴ e foi lançado ao público em junho de 1969. Como será discutido detalhadamente mais adiante, é a obra mais influente de Marighella. Com certeza, não foi produto do instante, mas sim de um relativamente longo processo de ruminação mental.

Até a entrada da década de 1960, a guerrilha urbana não era uma questão que atraísse a atenção dos comunistas. Ao que parece, também de Marighella, mais interessado no modelo de guerrilha rural maoísta. No entanto, a Revolução Cubana no final da década anterior e, depois, o êxito da guerra de independência da Argélia, seguido da guerra no sul do Vietnã, mudaram as coisas. O Movimineto 26 de Julio e o Directório infernizaram as autoridades em Havana, Santiago e Camaguey. A FLN infernizou as autoridades em Argel e Paris. Os vietcongues estavam infernizando as autoridades em Saigon. Em todos esses processos, a

⁷⁶³ *Idem, ibidem*, pp. 212.

⁷⁶⁴ Existem inúmeras edições do *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, mais ou menos antigas. Salvo minúsculos datalhes de diagramação aqui e ali, elas geralmente coincidem, favorecidas inclusive pela própria simplicidade e pouco volume do texto original. Para uma edição tradicional, ver: *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. Lisboa, Assírio Alvim, 1974. Para uma edição telemática, ver: <<https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/wp-content/uploads/2015/08/carlos-marighella-manual-do-guerrilheiro-urbano.pdf>>.

violência política nas cidades foi fundamental para fortalecer e fazer avançar as campanhas revolucionárias. Trata-se de um dado histórico que Marighella estava vendo com os próprios olhos. E tomando notas.

O contexto em que o livrinho foi definido e lançado aos militantes tinha como pano de fundo a preparação da ALN no sentido de dirigir a luta armada para o campo e assentar as bases do “colunão”⁷⁶⁵. Para isso, a retaguarda deveria estar bem guarnecida⁷⁶⁶. Nesse sentido, o *Mini-manual do guerrilheiro urbano* nada tinha de extemporâneo. Marighella já havia tratado com bastante detalhes a questão da guerrilha rural. Nada mais esperado que se dedicasse então à guerrilha urbana, vista como complemento daquela ancorada no campo.

No entanto, ao tentar fazer essa ponte, o empreendimento teórico de Marighella foi muito mais longe, mostrando-se tão extraordinário como singular no processo de construção do conceito terrorismo. Assim, note-se o seguinte:

Marighella usa doze vezes a palavra “terrorismo” em seu *Mini-manual*. E em duas ocasiões emprega o termo “terrorista”: uma, logo na Introdução, quando mostra orgulho de ser chamado de terrorista e diz que é isso mesmo:

“(…) Hoje, ser ‘violento’ ou um ‘terrorista’ é uma qualidade que enobrece qualquer pessoa honrada, porque é um ato digno de um revolucionário engajado na luta armada (...)”.

E outra vez no capítulo “Uma definição do guerrilheiro urbano”, quando ele indica aos membros de sua organização a leitura de “certos trabalhos impressos ou mimeografados”⁷⁶⁷.

Marighella começa a abordar diretamente o tema do terrorismo na seção sobre as modalidades de ação da guerrilha urbana (pp. 29). A modo de um besteiário, ele vai então elencando: “assaltos”, “invasões”, “emboscadas”, “táticas de rua”, “interrupções do trabalho”, “execuções”, “sequestros”, “sabotagem”, “guerra de nervos” etc. Em décimo segundo lugar ele nomeia especificadamente: “terrorismo”.

⁷⁶⁵ O “colunão” deveria ser o tronco principal de um exército revolucionário inspirado na experiência chinesa, atuante a partir do Centro-Oeste do Brasil, que galvanizaria os principais movimentos revolucionários da América do Sul em direção a uma revolução internacionalista e continental,

⁷⁶⁶ Não esquecer como Marighella inicialmente entendia a função da guerrilha urbana. Ver, por exemplo, *“Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil”*, pp. 121 e ss.

⁷⁶⁷ Entre eles, um particularmente desconcertante, sobre as memórias de um assassino do LEHI (de LohamEi Herut Israel, ou “Combatentes pela Liberdade de Israel”), obra comentada mais adiante.

Depois de apresentar a lista ele passa então a especificar cada um dos itens. Já aqui parece haver algum problema de ordem conceitual, uma vez que várias dessas categorias se encavalam umas às outras. Assim, por exemplo, como distinguir guerra psicológica de terrorismo? Ou então, em que a ação de sequestro é outra coisa que não terrorismo? Por que “invasões (item dois) e “ocupações” (item três) são consideradas tipos ações diferentes? Por que “propaganda armada” (item treze) não está dentro de “guerra psicológica”?

Difícil dizer se o problema se esclarece com a continuação da leitura do texto ou se fica mais complicado ainda. Por um lado, compreende-se a sobreposição de ideias, ou confusão mesmo, considerando que Marighella não se preocupa demasiadamente com o uso conceitual dos termos que ele emprega. É nítido que ele se esforça por falar claramente e de modo preciso. Porém, não está escrevendo um tratado acadêmico sobre guerrilha urbana ou, menos ainda, sobre os subtemas que a compõem. Além disso, ainda há que considerar suas próprias limitações intelectuais e ideológicas, responsáveis também por certa bagunça teórica.

Quando Marighella aborda diretamente a questão do terrorismo, depois de apresentar os onze “modelos” de ação revolucionária anteriores, o problema volta a aparecer. Já na primeira frase de sua exposição, a definição que ele dá para o termo é de um simplismo desconcertante. Diz ele (pp.46):

“(...) O terrorismo é uma ação, usualmente envolvendo a colocação de uma bomba ou uma bomba de fogo de grande poder destrutivo, o qual é capaz de influir perdas irreparáveis ao inimigo (...)”.

É muito curioso, porque em toda a literatura que trata do conceito de terrorismo não se encontra uma formulação tão tecnicista e trivial como esta. Especialmente na tradição que baliza a cultura política de Marighella.

Para o baiano, nominalmente, terrorismo é fazer explodir ou incendiar coisas. “Instalações, propriedades, depósitos, fazendas”. Quanto maior a escala do poder de destruição, mais terrorismo. Sem dúvida, esta pode ser uma dimensão característica do fenômeno, desde que inserida num contexto de outras práticas específicas. Por si mesmo, explodir e incendiar coisas de inimigos não define o terrorismo. Será que Marighella não sabia disso?

Sim, com certeza, devia saber. Tanto que em seguida, ele diz que esses atos devem ser metódicos e sistemáticos. Ou seja, devem ter critério, lógica, planejamento e, sobretudo, continuidade e regularidade. Em grande medida é isso que dá ao ato de violência o caráter de terrorismo. Seja o ato de violência uma detonação de explosivos, a provocação de um incêndio ou qualquer outro. Evidentemente, isso não muda o fato da definição dada por Marighella à ideia de terrorismo ser esqualida e limitada.

A seção do *Manual* referente ao terrorismo é curta, apenas cinco parágrafos que mal ultrapassam três linhas cada um. À primeira vista parece ser muito pouco. Mesmo considerando terrorismo apenas como ação de explodir e incendiar, ele poderia ter dito bem mais coisas sobre isso. Mas será que ele não disse, em outras passagens e com outros termos?

Nas demais vezes que a palavra terrorismo ainda aparece no livreto, ela continua a se referir redutivamente a atos sistemáticos de detonar explosivos ou tocar fogo para causar “estrago devastador” no “inimigo”. Porém, e esse detalhe não é irrelevante, quase sempre ela vem junto, no mesmo parágrafo, com vários outros tipos de ação da lista proposta por Marighella. Isto é, assaltos a bancos, emboscadas, execuções, sequestros, sabotagens, “guerra de nervos” etc. Com efeito, várias vezes Marighella insiste em que se deve considerar todas as formas de ação. Todas. E de maneira articulada entre elas. Por isso, na seção “A Técnica do Guerrilheiro Urbano”, ele fala em técnica como “combinação de métodos” (pp.17).

A rigor, a definição que Marighella oferece para os outros “modelos” de ação também não é lá muito exaustiva, ou precisa. Note-se, por exemplo, o décimo primeiro item: “sabotagem” (pp. 44). Diz o baiano ali:

“(...) A sabotagem é um tipo de ataque altamente destrutivo usando somente algumas pessoas e às vezes requerendo somente uma para terminar o resultado desejado. (...) Uma forma característica da sabotagem é a explosão usando dinamite, incêndio e a implantação de minas (...)”.

E ponto, em termos de conceituação. Mas, como ele diz em seguida, explodir coisas e causar incêndios não é exatamente a característica do conceito de terrorismo?

Ou seja, considerando esses e outros problemas conceituais (na categoria “assaltos”, por exemplo, ele fala tanto em roubar bancos como em “desviar” aeronaves civis em voo), não se deve dar demasiada atenção às classificações formais de Marighella quanto aos tipos

de ação revolucionária que ele tenta especificar aqui e ali. Muito mais importante é considerar o conjunto do seu discurso.

Nesse sentido, todo o *Manual* é um tutorial sobre terrorismo, tecnicamente falando, independente das passagens em que este é efetivamente nomeado.

Antes de tudo, salta à vista a violência do texto como um todo. Expressões como “causar a maior quantidade de dano possível” (pp. 38) ou “causar danos irreparáveis” (pp. 44) repetem-se constantemente. Palavras como “destruir”, “explodir”, “incendiar”, “executar” aparecem em quase todas as páginas.

Várias vezes Marighella recomenda o assassinato puro e simples de pessoas consideradas inimigas (policiais, informantes, agentes do imperialismo, “personalidades fascistas do governo” etc.). Sem qualquer preocupação com a investigação de sua suposta culpabilidade ou formalidade quanto ao rito deliberativo da decisão de executar alguém. Como ele diz no item “Execuções” (pp. 42), esta

“(...) é uma ação secreta na qual um número pequeno de pessoas da guerrilha se encontram envolvidos. Em muitos casos, a execução pode ser realizada por um franco-atirador, paciente, sozinho e desconhecido, e operando absolutamente secreto e a sangue frio (...).”

Aliás, o emprego de franco-atiradores, citados diversas vezes (pp. 6, 13, 35, 37, 42 etc.), parece ser uma técnica bastante estimada por Marighella.

Evidentemente, violência genérica não é terrorismo. Mas o que Marighella oferece não é uma violência abstrata. É uma violência com nítidas características terroristas.

Por exemplo, Marighella não respeita imunidades. Embora faça declarações protocolares de preservação e defesa do povo, na prática ele demonstra grande indiferença ao sofrimento da população civil com as ações da guerrilha. Mais do que isso, ele propõe mesmo investir nesse sofrimento e usá-lo politicamente.

Formalmente, ele diz que a violência deve ser dirigida “apenas” contra o governo, os grandes capitalistas, os imperialistas norte-americanos, os latifundiários, a “alta classe brasileira” e aos “inimigos do povo”, em célebre expressão comunista de trágica memória. Logo na seção “Uma definição do guerrilheiro urbano” (pp. 4), Marighella afirma que os revolucionários não devem golpear indiscriminadamente explorados e exploradores. Uma

amostra que ele oferece disso, pode ser encontrado na passagem que trata de sabotagem contra sistemas de transporte (pp. 45), quando recomenda: “(...) *A única precaução é a de não causar a morte ou ferimento fatal aos passageiros, especialmente aos que viajam com regularidade (...)*”. Infernizar a vida dos passageiros de outras maneiras, sim, pode. Aliás, deve-se. Além disso, essas observações de Marighella só se referem a ataques deliberados e diretos, nomeadamente dirigidos a inocentes.

Na verdade, levado às últimas consequências, o projeto de Marighella golpeia toda a sociedade, especialmente sob a forma de uma espécie de tortura psicológica de massa.

Em primeiro lugar, por que seus alvos estão por toda parte. Na seção “Objetivos das Ações de Guerrilha Urbana” (pp. 27), Marighella faz uma lista deles:

“(...) bancos, indústrias, armarias, barracas militares, televisão, escritórios norte-americanas, tanques de armazenamento de gás, refinarias de petróleo, barcos, aviões, portos, aeroportos, hospitais, centros de saúde, bancos de sangue, lojas, garagens, embaixadas, residências de membros proeminentes do regime, tais como ministros e generais, estações de polícia, e organizações oficiais, etc. (...)”.

Quando Marighella fala que a guerrilha deve promover “batidas” – conceito que aparece em seção própria (pp. 33), sem aviso anterior (por exemplo, não consta dos quatorze modelos de ação revolucionária elencados anteriormente) –, ele especifica:

“(...) são ataques rápidos em estabelecimentos localizados na vizinhança ou até no centro da cidade, tal como unidades militares pequenas, delegacias, hospitais, para causar problemas, tomar armas, castigar e aterrorizar o inimigo (...). As batidas também são lançadas em garagens e estacionamentos para destruir veículos e danificar instalações (...)”.

Elas também podem ser realizadas em “casas, escritórios, arquivos ou escritórios públicos”. E “*são mais efetivas se são realizadas de noite*”.

Em suma, os ataques da guerrilha podem ocorrer em todos os lugares, mesmo aqueles absolutamente desmilitarizados, com fluxo de transeuntes e, inclusive, concentração de pessoas especialmente vulneráveis. Com certeza, Marighella não pede matanças indiscriminadas. Mas ele não demonstra escrúpulos em expor a população civil a tiroteios, explosões, correrias, atrasos, medo, pânico.

Porém, Marighella vai mais longe ainda. Na seção “Sequestros” (pp. 43), o Manual literalmente recomenda raptar inocentes; isto é, “(...) *artistas conhecidos, figuras do esporte ou que são grandiosos em algum campo, mas que não tem evidência de um interesse político (...)*”. Ele também sugere o sequestro de “*residentes norte-americanos ou visitantes no Brasil*”. Fazer emboscadas para deter trens de passageiros (pp. 35) e sequestrar aviões de carreira em pleno voo (pp. 30, 35, 47 etc.) também são outras formas recomendadas de capturar e usar reféns inocentes como moeda para negociações política.

Na seção “Sabotagem” (pp. 44), que, como já foi comentado acima, se resume basicamente a ataques com bombas e incêndios, o objetivo é fazer “(...) *doer, danificar, deixar sem uso e para destruir pontos vitais do inimigo assim como os seguintes: a economia de um país, a produção agrícola e industrial, os sistemas de comunicação e transporte (...)*”, além de instalações policiais e propriedades norte-americanas. Descarrilhar trens, explodir túneis, dinamitar pontes, destruir fábricas, plantações e armazéns de comida, obstruir rodovias, incendiar oleodutos e depósitos de combustíveis, são algumas das ações recomendadas. Imagine-se o impacto disso na vida civil, por exemplo, em termos de desordem alimentar, especialmente para as classes menos favorecidas.

A indiferença de Marighella ao sofrimento causado pelas ações da guerrilha, no entanto, consegue alcançar uma dimensão todavia mais grave na medida em que ele recomenda promovê-lo. De um modo enviesado e particularmente insidioso, Marighella acredita que quanto mais o povo sofrer com a ditadura, melhor para a guerrilha. E que isto deve ser estimulado. Assim, na seção “Apoio Popular” (pp. 57), para ganhar a simpatia da massa ele recomenda duas coisas à guerrilha: 1) identificar-se com as causas populares e mostrar ao povo que é contra o governo; 2) provocar a polícia para que ela reaja, intensificando a repressão, e com isso transtorne a vida da população. Concretamente, Marighella fala em induzir o governo a tornar rotineiros a “prisão de pessoas inocentes e de suspeitos”, o “fechamento de ruas”, os “assassinatos políticos” e o “terror policial” sobre a população para torná-la cada vez mais simpática à guerrilha. A ideia é fazer com que os militares “(...) *aparentem ser mais e mais responsáveis pelos erros e a violência, enquanto que os problemas das vidas das pessoas se fazem verdadeiramente catastróficas (...)*”. Esta talvez seja uma das passagens mais chocantes de Marighella.

Não parece ser à toa que as duas últimas seções sobre os tipos de ações revolucionárias sejam justamente o que Marighella chama de “Propaganda Armada” (pp. 47)

e de “Guerra de Nervos” (pp. 49). Isto é, a violência como comunicação e efeito psicológico. Em outras palavras, a essência do terrorismo.

Como propaganda armada ele menciona assaltos a bancos, emboscadas, sequestros de pessoas e de aeronaves, sabotagem, guerra de nervos e “terrorismo”, repetindo o que já vem falando a várias páginas. Ou seja, o repertório de combinações de modos de violência revolucionária. Tudo é propaganda. Ao tratar da guerra psicológica, o *Manual* propõe aprofundar o ambiente de apreensão, angústia e terror desenhado nas páginas precedentes. Por exemplo, com o “método” de “(...) *anunciar falsas pistas à polícia e ao governo, incluindo informação de bombas e qualquer outro ato de terrorismo em escritórios públicos e outros lugares (...)*”. De novo, imagine-se o efeito disso em termos de stress e riscos das pessoas obrigadas a evacuar edifícios, repartições, comércios etc.

Ambas coisas, propaganda armada e guerra de nervos, estão baseadas no uso direto e indireto dos meios de comunicação de massa – Marighella insiste várias vezes na importância usar esses meios a favor da guerrilha – e sintetizam de certo modo todas as modalidades de violência comentadas anteriormente, ressaltando o caráter terrorista do conjunto. Ou seja, da prática sistemática de suscitar terror.

Para uma avaliação rigorosa do *Manual* de Marighella, vale ainda considerar alguns outros pontos. Não tanto pelo que eles possam esclarecer sobre ideias e práticas terroristas em si mesmas – pois o essencial do seu texto já foi comentado –, mas pelo que esclarecem do pensamento militar e político do baiano em geral. Isso ajuda a compreender o lugar ocupado por suas práticas e ideias terroristas.

O *Manual*, de resto como toda a obra escrita de Marighella, é bastante desigual. Há passagens de grande pertinência técnica, por exemplo, enquanto outras revelam torpezas desconcertantes. A seção “As Armas dos Guerrilheiros Urbanos” é especialmente bem elaborada tendo em vista instruir um iniciante. Mas a seção “O Tiro: A Razão para a Existência do Guerrilheiro Urbano” é um tanto patética. Marighella não tinha muita intimidade com o assunto⁷⁶⁸ e ela não passa de um apanhado de truísmos elementares.

Com efeito, algumas observações de Marighella são absolutamente pueris. Como na seção “Mobilidade e Velocidade” (pp. 22), onde ele escreve:

⁷⁶⁸ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 370.

“(...) Quando o inimigo luta contra nós a cavalo não temos desvantagem sempre e quando temos veículos. O automóvel anda mais rápido que o cavalo. Desde o interior do automóvel também temos o alvo do policial montado, derrubá-lo com metralhadora, revólver ou com coquetéis Molotov e granadas (...)”.

O *Manual* apresenta inclusive erros primários. Como o desdém pelo uso de helicópteros por seus inimigos. Ainda na seção “Mobilidade e Velocidade” (pp. 23), Marighella é capaz de escrever que:

“(...) À parte de ser mais rápido que um cavalo, o helicóptero não tem melhores oportunidades em uma perseguição. Se o cavalo é muito lento comparado com o automóvel do guerrilheiro urbano, o helicóptero é muito rápido. Movendo-se a 200 quilômetros por hora nunca terá êxito em atingir desde cima a um alvo perdido entre as multidões e os veículos da rua, nem tampouco pode aterrizar em ruas para capturar alguém. Além disso, quando tenta voar a baixas alturas torna-se extremadamente vulnerável ao fogo do guerrilheiro urbano (...)”.

A quantidade de problemas nesta afirmação é verdadeiramente impressionante, própria de alguém que não tem muita experiência de combate real.

Outro ponto que merece atenção é a forma como Marighella entende as ações de massa. A greve, por exemplo, não é fruto de uma legítima reivindicação dos trabalhadores nem deve ser decidida democraticamente pelos próprios. Para ele, *“(...) Uma greve é bem sucedida quando é organizada por meio da ação de um grupo pequeno, se é preparada cuidadosamente em segredo e pelos métodos mais clandestinos (...)”.* E ela tem que ser armada, com atos de sabotagem, para *“causar a maior quantidade de dano possível”* (pp.38).

Finalmente, não se pode deixar de notar que o objetivo político de Marighella ao lutar contra a ditadura nada tem de democrático. Para ele (pp. 58), *“(...) eleições, redemocratização, reformas constitucionais são outras bobagens desenhadas para confundir as massas e fazê-las parar a rebelião revolucionária nas cidades e nas áreas rurais do país (...)”.* Diante disso, ou seja, da possibilidade de solução política pacífica para o fim do regime militar, o baiano diz que

“(...) o guerrilheiro urbano tem que se fazer mais agressivo e violento, girando em torno da sabotagem, do terrorismo, das expropriações, dos assaltos, dos seqüestros, das execuções, etc. (...)”.

Ou seja, realmente o que ele quer é a implantação de um tipo de governo soviético.

Obviamente, isso não deve surpreender ninguém. Seja por toda a história de Marighella ou porque ele mesmo declara com todas as letras no final do *Manual* (pp. 59) que seu projeto é marxista, leninista e “castro-guevarista”.

Aliás, o que apenas ressalta a importância do terrorismo em seu projeto.

6.1.5. Os últimos textos de Marighella.

Depois da aparição do *Manual* em junho-julho de 1969, até seu assassinato na primeira semana de novembro, Marighella não escreveu nada de muito significativo.

Em *Sobre a organização dos revolucionários*, de agosto e com apenas três páginas, ele retoma alguns aspectos da questão organizativa que tanto o preocupava. E reafirma o que já vem dizendo há tempos. Lembrando que a organização precisa de técnicos para manejar armas, explosivos e fazer sabotagem, ele repete: “*Todos nós somos guerrilheiros, terroristas e assaltantes*”⁷⁶⁹.

Um pouco depois, em setembro, apareceu *As perspectivas da revolução brasileira*. Basicamente, trata-se de um exercício de análise de conjuntura no qual Marighella afirma que a luta contra a ditadura havia entrado em uma fase mais aguda. Como ele desejara em *Sobre problemas e princípios estratégicos* (escrito em janeiro), escreve que o inimigo, forçado pela guerrilha, foi obrigado a passar de uma situação política para uma situação militar. E que o volume da ação guerrilheira alcançara dimensão nacional. Em função disso ele pedia que as ações guerrilheiras se intensificassem, notadamente o terrorismo⁷⁷⁰.

Talvez se deva considerar também como “texto” de Marighella duas publicações com falas suas que tiveram ampla repercussão.

⁷⁶⁹ Carlos Marighella. “*Sobre a organização dos revolucionários*”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, pp. 552.

⁷⁷⁰ *Idem*. “*As perspectivas da revolução brasileira*”. Em: *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*, pp. 122.

Em setembro ou outubro, Marighella concedeu uma entrevista ao escritor e jornalista belga Conrad Detrez, “enviado especial” da revista *Front*⁷⁷¹. O periódico era mantido por simpatizantes da organização/rede Solidarité, criada em 1962 por militantes anticolonialistas, tendo à frente Henri Curiel e Ben Barka. Financiados pelo governo revolucionário de Ben Bella na Argélia, desde Argel e Paris, eles atuavam em duas frentes: uma legal, de contornos caritativos e ligada a atividades de socorro a refugiados, e outra completamente clandestina, de fomento a guerrilhas e revoluções promovidas por movimentos de libertação nacional mundo à fora.

Detrez era um antigo conhecido dos religiosos dominicanos que atuaram em favor da ALN, especialmente de frei Beto, que articulou o encontro. Ele vivia desde 1962 no Brasil. No começo de 1967, foi preso, torturado e expulso do país, justamente por seus contatos com a extrema-esquerda. Não está claro exatamente quando o colóquio aconteceu e como Detrez reentrou clandestinamente no país.

A entrevista foi publicada como matéria de capa em novembro, alguns dias antes da fatal emboscada na Alameda Casa Branca. Seu título era: “*O Brasil será um novo Vietnã*”, conforme Marighella vaticinou durante a conversa. Perguntado por Detrez sobre se era maoísta, o baiano deu a conhecida resposta:

*“(...) Sou brasileiro. Sou o que a prática revolucionária exercida no contexto brasileiro fez de mim. Seguimos nosso próprio caminho e se chegamos a pontos de vista semelhantes aos Mao, Ho Chi Minh, Fidel Castro, Guevara etc., não terá sido de propósito (...). Mas, se se pode falar de inspiração, a nossa vem, sobretudo de Cuba e do Vietnã. A experiência cubana, para mim, foi determinante, sobretudo no que se refere à organização de um pequeno grupo inicial de combatentes (...)”*⁷⁷².

No entanto, discordava da ideia de foco guerrilheiro tal como Régis Debray a apresentava: “*As dimensões continentais do Brasil desfavorecem a aplicação da teoria ‘foquista’, mas favorece nossa estratégia de guerra revolucionária*”. Declarou-se então marxista-leninista, “*mas não ortodoxo, como dizem*”; concluindo espirituosamente que “*ortodoxia é coisa de igreja*”. Ele nada falou explicitamente de terrorismo, mas para quem estava prometendo

⁷⁷¹ *Idem*. Entrevista com Conrad Detrez. Paris, *Front*, n. 3, primeira semana de novembro de 1969, pp.1-8. Em: Edgar Carone. *O movimento operário no Brasil (1964-1984)*, pp. 63-70.

⁷⁷² *Idem*. Em: Edgar Carone. *O movimento operário no Brasil (1964-1984)*, pp. 63-70.

precipitar o país em uma grande guerra civil e reivindicava os modelos revolucionários citados, talvez nem precisasse.

Essa entrevista ajudou bastante a projeção internacional de Mariguella para além das fronteiras da esquerda latino-americana. Mas o que ajudou ainda mais foi outra publicação que também veio à luz nos primeiros dias de novembro em Paris.

Sem que fosse uma iniciativa articulada, quase ao mesmo tempo a famosa revista *Les Temps Modernes*, dirigida por Sartre, publicou um número especial dedicado à luta armada no Brasil⁷⁷³. Assinados por Marighella ou pelo “Collectif ALN”, são apresentados os pequenos textos *Œil pour œil* (editorial do jornal *O Guerrilheiro*) *Du rôle de l'action révolutionnaire dans la constitution de l'organisation révolutionnaire*, *Sur les principes et les questions stratégiques*, *Questions d'organisation* e *Opérations et tactiques guerilleras*. Eles foram traduzidos pela guerrilheira Ana Corbusier com a ajuda de alguns amigos e entregues a Sartre em Roma pelo jovem advogado Aluísio Nunes e o frade Oswaldo Rezende, encarregados então de fazer propaganda da ALN na Europa. Na bagagem eles levavam também uma *Carta aos revolucionários europeus*, na qual Marighella apresentava sua estratégia em cinco pontos e pedia colaboração dos europeus para sua luta contra o imperialismo e a ditadura “com a cultura das armas e explosivos”⁷⁷⁴.

Nenhum desses textos era inédito nos círculos da guerrilha brasileira (exceto, obviamente, a carta aos europeus) e todos faziam apologia do terrorismo, direta ou indiretamente, ainda que não em sentido estratégico. Em *Operações e táticas guerrilheiras*⁷⁷⁵, por exemplo, (provavelmente escrito depois do *Manual* e que leva a assinatura coletiva da organização de Marighella) é dito com muita consciência que: “(...) *quando nós recorremos aos atos terroristas, sabemos que eles não nos levam diretamente ao poder* (...) e que “(...) *Todo ato terrorista revolucionário é uma operação tática* (..)”. O mesmo texto sublinha que

⁷⁷³ *Idem. Revue Les Temps Modernes*. Paris, Gallimard, primeira semana de novembro de 1969, n.280. Disponível em: <<http://www.gallimard.fr/Catalogue/GALLIMARD/Revue-Les-Temps-Modernes/Les-Temps-Modernes131>>.

⁷⁷⁴ A *Carta aos revolucionários europeus* foi traduzida em diferentes línguas e publicada em diversos meios, inclusive da imprensa convencional. Ver, por exemplo, o *L'Unità* (o jornal do Partido Comunista Italiano, editado em Roma) de 8 de novembro de 1969, pp. 7. Fac-símile disponível em: <https://archivio.unita.news/assets/main/1969/11/08/page_007.pdf>.

⁷⁷⁵ *Apud* Jacob Gorender. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira (das ilusões perdidas à luta armada)*, pp. 96 e 97.

“(…) Os atos terroristas revolucionários e a sabotagem não visam a inquietar, amedrontar ou matar gente do povo (…)”. Porém, tudo que ele propõe em seguida – colapso de serviços públicos, assaltos, explosões, incêndios, sequestros, assassinatos etc. –, mesmo que não dirigido especificamente aos cidadãos comuns, dificilmente deixa de afetá-los de modo indireto ou mesmo direto. Além do que, Marighella não deixa claro sobre o que ele entende por “gente do povo”. Por exemplo, a classe média entra nessa categoria? E as pessoas do “povo”, seja lá o que ele entende por isso, que transitam nos espaços do governo e do “imperialismo”? Elas têm imunidades? Como enquadrar o ataque a um guarda noturno de um estacionamento de veículos civis, que faz sua vigilância armado com um revólver simples, apenas para roubar sua arma? A moça que exerce a função de caixa em um banco, aterrorizada durante um assalto sangrento, é “povo” que merece salvaguardas? Ou não?

Enfim, seja como for, o fato de ser tático e (pretensamente) seletivo, não faz do ato terrorista menos terrorista. Inclusive, mesmo que o uso estrito do termo “terrorismo” por Marighella possa ser reducionista (“explodir e incendiar”), o conjunto das práticas de violência que ele propõe nesses e outros textos enquadra-se exemplarmente no conceito técnico e acadêmico de terrorismo.

6.2. A fortuna editorial de Marighella e a difusão internacional de suas ideias

Sem dúvida alguma, o *Mini-manual do guerrilheiro urbano* é a obra textual mais importante de Marighella. E uma das mais significativas da história do terrorismo. Desde quando apareceu, rapidamente diversas cópias mimeografadas começaram a circular nos meios da esquerda brasileira. E não tardaram as traduções em outras línguas e suas sucessivas reimpressões.

O opúsculo começou sua jornada internacional entre agosto e setembro de 1969 quando Zilda Xavier⁷⁷⁶ levou um exemplar para Cuba, transportado dentro das páginas de um

⁷⁷⁶ Pernambucana, militante do PCB desde 1945, quando chegou ao Rio de Janeiro. Foi uma das dirigentes da Liga Feminina da Guarnabara. Seu marido e filhos também integravam a ALN. Junto com Câmara Ferreira, era uma das pessoas de maior confiança de Marighella, realizando tarefas de grande responsabilidade por todo o país e no exterior.

número da revista *O Cruzeiro*⁷⁷⁷. Ela havia saído do Brasil junto com Joaquim Câmara Ferreira, logo depois do sequestro do embaixador norte-americano. Em novembro, depois da morte de Marighella, a Rádio Havana deu notícias do texto e leu alguns trechos em um programa especial de homenagem ao brasileiro.

Naturalmente, o material suscitou grande interesse. Ele foi rapidamente traduzido e, no começo de 1970, publicado primeiramente pela *Revista Tricontinental*⁷⁷⁸. Editada pelo Secretariado Executivo da OSPAAL em espanhol e inglês (depois também em francês e italiano, embora por pouco tempo), a revista tinha um significativo alcance de público nos ambientes revolucionários latino-americanos e europeus, atuando fortemente na difusão das ideias de Marighella⁷⁷⁹.

Em fevereiro, com a chamada de capa “The urban guerrillas”, a revista *Time* realizou uma resenha-comentário de duas páginas sobre o manual de Marighella. O título da matéria era “A manual for the urban terrorist”. A certa altura, o conteúdo da matéria dizia que “(...) *In the U.S., the Mini-manual has been making the rounds of radical groups in mimeographed form and in extensive excerpts in underground newspapers (...)*”⁷⁸⁰. Na verdade, não era só nos meios radicais norte-americanos que a obra do baiano estava fazendo sucesso. O mundo inteiro começou a tomar conhecimento dela.

Ainda no primeiro semestre de 1970, o *Manual* apareceu traduzido (por Conrad Detrez) ao francês, na célebre e conturbada publicação da Éditions du Seuil⁷⁸¹. Em uma compilação junto com outros textos de Marighella, ele foi imediatamente proibido de circular por disposições judiciais de Raymond Marcellin, então Ministro do Interior da França. A medida, obviamente, não prevaleceu. Mas deu ainda mais enorme projeção ao texto de Marighella. Em um caso político-jurídico da vida intelectual francesa que ficou conhecido como “*la barricade des éditeurs*”, os editores da Seuil, considerando a determinação

⁷⁷⁷ Maria Claudia Badan Ribeiro. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo, Alameda Editora, pp. 163.

⁷⁷⁸ *Revista Tricontinental*, Havana, 1970, n. 16 (janeiro-fevereiro), pp. 9-42.

⁷⁷⁹ Lucia Moro. *La Tricontinental: una rivista per la rivoluzione*. Pádua, Departamento de História/Universidade de Pádua, 2011, pp VI (Introdução). Disponível em: <<https://core.ac.uk/reader/11666625>>.

⁷⁸⁰ *Time*. Nova York, edição de 11 de fevereiro de 1970, pp. 28-29.

⁷⁸¹ Carlos Marighella. *Pour la libération du Brésil: textes traduits du portugais et présentés par Conrad Detrez*. Paris, Éditions du Seuil, 1970.

ministerial como uma agressão à liberdade de expressão e imprensa, reuniram-se em ação conjunta com outras vinte e tantas editoras para novas reimpressões do livro, que acabou liberado. Ainda que as tiragens das outras editoras fossem apenas simbólicas, a oferta de exemplares do *Manual* ao público francês aumentou notavelmente, assim como os comentários da imprensa sobre o episódio, sobre a obra em questão e sobre o personagem que a criou.

Alguns editores europeus de esquerda se lançaram de modo especialmente rápido e dedicado em difundir os escritos de Marighella. Klaus Wagenbach (fundador e dono da casa Verlag Klaus Wagenbach, simpatizante da RAF), François Maspero (fundador e dono da casa Éditions Maspero, caracterizada por publicar autores revolucionários e “terceiro mundistas”), sobretudo, Giangiacomo Feltrinelli (fundador e dono da famosa casa editorial de Milão que leva seu nome), envolvido diretamente com graves ataques terroristas⁷⁸². Renato Curcio lembra que ele e Alberto Franceschini, ambos fundadores das Brigadas Vermelhas italianas, conheceram o *Manual* de Marighella pelas mãos de Feltrinelli⁷⁸³. O mesmo aconteceu com Andreas Baader, Gudrun Essling e Horst Mahler, da RAF alemã, quando estiveram na Itália⁷⁸⁴.

Em 1971, começaram a aparecer várias edições em espanhol que não aquela da *Revista Tricontinental*, em geral por obra de pequenos editores vinculados a grupos de extrema esquerda⁷⁸⁵. Em particular, a difusão dos escritos de Marighella deve muito a Fernando Martínez Heredia. Diretor do Departamento de Filosofía de la Universidad de La Habana entre 1966 e 1969, ele foi também o editor da revista *Pensamiento Crítico* entre 1967 e 1971. Sob sua direção a revista se empenhou em dar voz a autores revolucionários que desafiavam o marxismo soviético, como Guevara, Debray, Stokely Carmichael, Amílcar

⁷⁸² Sobre esse mundo político/editorial, ver Eduardo Rey Tristán e Guillermo Garcia Santos. “The role of the left-wing editors on the diffusion of of the new left wave”. Em: Alberto Martín Alvarez (org.). *Revolutionary violence and the new left*. Londres, Routledge, 2016.

⁷⁸³ Renato Curcio. *A viso aperto*. Milão, Mondadori, 1993, pp. 57-58.

⁷⁸⁴ Michael Burleigh. *Blood and rage: a cultural history of terrorism*. Nova York, Harper Collins, 2009, pp. 233.

⁷⁸⁵ Ver, por exemplo, *Escritos de Carlos Marighella: contribuciones del guerrillero brasileño a la lucha de liberación de latinoamérica*. Santiago de Chile, Prensa Latinoamericana, 1971. Ou então, *La guerra revolucionária: textos de Carlos Marighella*. Ciudad de Mexico, Ediciones Diogenes, 1971.

Cabral, Camilo Torres e outros, como Marighella⁷⁸⁶. Por sua vez, mesmo depois da morte do brasileiro, a *Revista Tricontinental* a continuou a exaltar sua figura e a discutir seus textos sobre tática e estratégia em vários números⁷⁸⁷.

No mesmo ano, a influente casa editorial londrina Penguin Books publicou a coletânea *The liberation of Brazil*, tendo o *Manual* de Marighella como destaque, mais ou menos a modo da edição francesa. O responsável pelo empreendimento foi Richard Gott. Em 1967, ele cobriu, para o jornal *The Guardian*, a captura e a morte de Guevara na Bolívia, sendo uma das pessoas que ajudou a reconhecer o corpo do argentino, ao qual fora apresentado pessoalmente em Cuba alguns anos antes. Sua credibilidade pessoal (e contatos), mais o poder de uma grande editora como a Penguin e a influência de um jornal como o *Guardian*, fizeram com que esta edição chegasse bem mais longe, em termos do mundo anglófono, do que a (limitada) versão em inglês apresentada pela *Revista Tricontinental* no começo de 1970. Com isso, o *Manual* penetrou no mundo da língua inglesa e tornou-se o clássico da história do terrorismo que efetivamente veio a ser.

A primeira área de influência dos escritos de Marighella foi, naturalmente, a América Latina, começando por Cuba e irradiando-se desde lá.

O caso dos tupamaros no Uruguai talvez seja o mais significativo dessa influência. É verdade que o Movimento de Liberação Nacional - Tupamaros foi fundado em 1965 e já operava na guerrilha urbana desde lá, portanto bem antes do *Manual* de Marighella vir à luz. É certo também que o “teórico” da violência revolucionária mais influente entre os tupamaros foi Abraham Guillén. Todavia, as ligações entre a ALN e o MLN-T foram bastante estreitas, com fortes influências mútuas. Foi pelo Uruguai, por exemplo, com ajuda da guerrilha local, que Marighella saiu do Brasil para participar do congresso da OLAS em Havana⁷⁸⁸. E não houve outra experiência mais próxima daquilo que Marighella propunha em seu *Manual* do que aquela promovida pelos tupamaros. Embora o sentido estratégico dado à guerrilha urbana fosse bem diferente entre brasileiros e uruguaios (a começar por evidentes questões

⁷⁸⁶ Começando pela publicação da desafiadora carta do baiano ao Comitê executivo do PCB, datada de 10 de dezembro de 1966. Em: *Pensamiento Crítico*. Havana, n. 7, agosto de 1967, pp. 209-218.

⁷⁸⁷ Ver números 21 e 22 (1970), 33 (1973) etc.

⁷⁸⁸ Eudald Cortina Orero. “Entre la institucionalidad y la acción revolucionaria: una historia del Movimiento Revolucionário Oriental: 1961-1973”. Em: *Historia y problemas del siglo XX*. Montevideo, 2012, v. III, pp. 189-210.

geográficas), a ideologia de fundo e a prática concreta de violência política entre uns e outros eram muito parecidas⁷⁸⁹. Nesse sentido, Jonathan White chega a dizer que “(...) *No other group in Latin America or Europe has come closer to perfecting the Marighella type revolution* (...)”⁷⁹⁰. Grant Wardlaw dá um exemplo concreto disso quando afirma:

“(...) *The Tupamaros in Uruguay explicitly followed Mariguella’s teaching in attempting to force government to become repressive to such an extent that a climate of collapse would be engendered wich would allow the political arm of the guerrilla movement to pose as the viable alternative and accede the power* (...)”⁷⁹¹.

Essa tática de provocar as autoridades para “desmascará-las”, especialmente usada pelos tupamaros a partir do primeiro ano a difusão do *Manual*⁷⁹², também é um dos pontos que Gus Martin chama a atenção para demonstrar a penetração das ideias de Marighella sobre o movimento uruguaio⁷⁹³. Existem ainda vários outros elementos de conexão, mas não parece ser necessário discuti-los aqui.

Outro caso bastante significativo refere-se ao Movimiento 19 de Abril, articulado na Colômbia justamente a partir de 1970. Román Ortiz e Janneth Vatgas afirmam que a organização foi criada justamente tendo por base as propostas de Marighella em seu *Manual*⁷⁹⁴. Não é uma opinião isolada. Rafael Pardo também enfatiza a importância das teorias de Marighella para a formação do M-19 e orientação de suas ações armadas de grande efeito propagandístico⁷⁹⁵.

⁷⁸⁹ Christopher Woodruff. *Political culture and revolution: an analysis of the tupamaros failed attempt to ignite a social revolution in Uruguay*. Austin, Lozano Long Institute of Latin American Studies/University of Texas, 2008, pp. 18.

⁷⁹⁰ Jonathan White. *Terrorism: an introduction*. Belmonte, Brooks/Cole, 1991, pp. 50.

⁷⁹¹ Grant Wardlaw. *Political terrorism*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989, pp. 38.

⁷⁹² Antonio Mercader e Jorge De Vera. *Tupamaros: estrategia y acción*. Barcelona, Anagrama, 1970, pp. 73-76.

⁷⁹³ Gus Martin. *Understanding terrorism: challenges, perspectives and issues*. Londres, SAGE Pub., 2015, pp. 140.

⁷⁹⁴ Román Ortiz e Janneth Vatgas. “Sixty years of counterinsurgency in Colombia”. Em: James Forest (org.), *Essentials of counterterrorism*. Londres/Santa Bárbara, Praeger, 2015, pp. 278- 297.

⁷⁹⁵ Rafael Pardo. *História de las guerras [en Colombia]*. Bogotá, Ediciones B, 2004, pp. 459-465.

A presença das ideias de Marighella pode ainda ser encontrada nos documentos e práticas do Ejército Revolucionario del Pueblo argentino⁷⁹⁶, do Movimiento Revolucionario Tupac Amaru peruano⁷⁹⁷, das Fuerzas Armadas Rebeldes guatemaltecas⁷⁹⁸ e de outros tantos grupos que se dedicaram à guerrilha urbana na década de 1970. E, inclusive, bem depois disso também.

Outro ambiente político rapidamente alcançado pelas ideias de Marighella foi aquele da esquerda revolucionária nos Estados Unidos. Brent Smith afirma⁷⁹⁹ que a penetração do *Manual* de Marighella ali teria começado com estudantes universitários que estiveram em Cuba com a segunda leva (1970) da Brigada Venceremos⁸⁰⁰.

O principal grupo que abraçou as ideias e a figura de Marighella foi o Black Panther Party. Stokely Carmichael, “primeiro-ministro” dos Panteras Negras, esteve em Havana para a reunião da OLAS e provavelmente se encontrou com Marighella⁸⁰¹. Em mais de uma ocasião ele cita o *Manual* em discursos, por exemplo a respeito da necessidade de “execuções revolucionárias”⁸⁰². Com efeito, alguns fragmentos do *Manual* foram publicados no jornal *Right On! Black Community News Service* mantido pelo grupo⁸⁰³. O “marechal de campo” Donald Cox, exilado na Argélia junto com Eldridge Cleaver (“ministro da informação” e outro grande líder dos Panteras), dedicou seu panfleto *On organizing urban guerrilla units*

⁷⁹⁶ Ekaterina Stepanova e Jaideep Saikia. *Terrorism: patterns of internationalization*. Londres, SAGE Pub., 2009, pp. 33.

⁷⁹⁷ Gus Martin. *Understanding terrorism: challenges, perspectives and issues*, pp. 235.

⁷⁹⁸ Ernest Evans. *Calling a truce to terror: the american response to international terrorism*. Westport/Londres, Greenwood Press, 1979, pp. 17.

⁷⁹⁹ Ver Brent Smith. *Terrorism in America: pipe bombs and pipe dreams*. Albany, State University of New York Press, 1994.

⁸⁰⁰ Brigada Venceremos é uma organização criada em 1969 por membros da Students for a Democratic Society (SDS) e o governo de Cuba para anualmente enviar jovens estaduenses à ilha com fins de trabalho voluntário, doutrinação política e desafio ao embargo dos Estados Unidos. Até hoje foram constituídas aproximadamente cinquenta Brigadas, totalizando dezenas de milhares de estudantes.

⁸⁰¹ Valeria Carbone. “Estados Unidos, el Black Power y el Tercer Mundo: un análisis de las implicaciones de la visita de Stokely Carmichael a Cuba, en agosto de 1967. Instituto Interdisciplinario de Estudios e Investigaciones de América Latina/ Dirección de Publicaciones Académicas de la Universidad de La Habana (Editorial UH), 2017, pp. 51-67.

⁸⁰² Thomas Deakin. “The legacy of Carlos Marighella”. Em: *FBI Law Enforcement Bulletin*, 1974, v. XLIII, n. 10, pp. 23.

⁸⁰³ *Idem, ibidem*, pp. 19-25.

justamente a Marighella⁸⁰⁴. Significativamente, o outro homenageado foi o jovem de dezessete anos, Jonathan Jackson, que em 1970 invadiu armado um tribunal na Califórnia e protagonizou uma cena espetacular e trágica de sequestro. Com várias fotografias e desenhos, o volume de Cox trata de como assaltar, atirar e fazer bombas, entre outras coisas.

Poucos dias após o assassinato de Marighella, em 8 de novembro de 1969 o jornal oficial do Partido, *The Black Panther* (n. 15), fez uma homenagem ao baiano publicando textos seus. Em agosto de 1970, quando Huey Percy Newton, outro importante chefe do partido, foi liberado da prisão por um erro técnico no processo judicial que padecia, ele deu uma entrevista defendendo a militarização dos Panteras e a “via insurrecional”, dizendo-se influenciado pelas estratégias de Fidel, Mao, Ho Chi Minh e Kim Il Sung, mas especialmente “ (...) *very interested in the strategy that’s being used by Carlos Marighella in Brazil, wich is na urban área, and we plan to draw on that (...)*”⁸⁰⁵.

Com efeito, em uma entrevista com a historiadora Maria Cláudia Badan Ribeiro, o militante e sicário Carlos Eugênio – um dos homens mais importantes da ALN – afirma que entre 1969 e 1970 a ALN chegou a enviar representantes aos Estados Unidos para fazer contato e articular ações conjuntas com os Panteras Negras⁸⁰⁶.

Outro grupo norte-americano entusiasta de Marighella foi a United Freedom Front, originalmente conhecida como “Grupo Ohio 7” ou “Unidade Sam Melville/Jonathan Jackson”⁸⁰⁷. Entre 1975 e 1984, a UFF realizou pelo menos vinte atentados com bombas e uma dezena de assaltos a bancos nos pequenos estados do nordeste dos Estados Unidos. Alguns de seus integrantes pegaram prisão perpétua por conta de assassinatos.

O New World Liberation Front publicou em 1970 parte do *Manual* (copiados da tradução feita pela *Revista Tricontinental*), afirmando que “(...) *that the Mini-manual will*

⁸⁰⁴ Donald Cox. *On organizing urban guerrilla units*. S/loc., s/ed., 1970, 50 pp. Ver fac-símile do texto original em: <https://issuu.com/librarymachinebroke/docs/on_organizing_urban_guerilla_units>.

⁸⁰⁵ *Apud* Joshua Bloom e Waldo Martin. *Black agaisnt empire: the history and politcs of the Black Panther Party*. Berkeley, University of California Press, 2013, pp. 354. Ver também a entrevista de Newton no órgão oficial do Partido, *The Black Panther*, em 16 de janeiro de 1971.

⁸⁰⁶ Maria Cláudia Badan Ribeiro. *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN*. Tese doutoral. Programa de Pós-Graduação em História social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011, pp. 34.

⁸⁰⁷ Brent Smith. *Terrorism in America: pipe bombs and pipe dreams*, 1994, pp. 42.

*become one of the principal books of every man who takes the road of armed rebellion (...)*⁸⁰⁸. A Frente de Libertação do Novo Mundo foi um minúsculo grupo revolucionário anticapitalista baseado na Califórnia, responsável por dezenas de pequenos ataques com bombas na área de São Francisco entre 1974 e 1978.

Diversos autores falam da influência de Marighella no Symbionese Liberation Army⁸⁰⁹. O que é mais do que natural, considerando o desenho daquela organização e o contexto da época. E há notícias de cópias do *Manual* encontradas entre outros documentos do Exército Simbionês⁸¹⁰. Mas é preciso ser cauteloso quanto a isso.

Durante a década de 1970, forças repressivas do mundo inteiro relataram encontrar exemplares do *Manual* de Marighella durante batidas policiais em aparelhos subversivos. Muitas vezes o livrinho era “plantado” pelas autoridades para incriminar pessoas, dado sua fama e conteúdo. Todavia, para o que interessa aqui, isso só reforça o que vem sendo dito a respeito da importância e difusão do *Manual*.

Na Europa, a penetração dos escritos de Marighella foi ainda mais profunda.

Na década de 1960, apesar da admiração e respeito pelo modelo de guerrilha proposto por Mao, Guevara e Giap, os grupos da esquerda violenta europeia tinham perfeita consciência de que era impossível reproduzir no continente as técnicas de guerra irregular empregadas na China, em Cuba ou no Vietnã. Nesse sentido, apesar da simpatia com elas, nem a experiência de guerrilha urbana ocorridas durante a guerra de independência da Argélia (1956-1962) nem aquelas experiências que começavam a acontecer na Palestina depois da criação da OLP (1964) serviram de especial referência aos militantes revolucionários europeus. Basicamente, por duas razões: a distância entre a realidade árabe e a realidade europeia, além da falta de teorização sobre tais experiências por parte de seus protagonistas. Nesse sentido, tudo mudou quando irrompeu de vez a guerrilha urbana dos comunistas sul-americanos, mais ou menos por volta de 1968. De um lado, com Marighella. De outro, com os

⁸⁰⁸ *Apud* Thomas Deakin. “The legacy of Carlos Marighella”, pp. 19-25.

⁸⁰⁹ Ver Leena Malkki. *The campaigns of the Rode Jeugd in the Netherlands and the Symbionese Liberation Army in the United States*. Dissertação de mestrado. Helsinki, Helsinki University Print, 2010, pp. 41 e 126-127. Ou então Stephen Sloan e Sean Anderson. *Historical dictionary of terrorism*. Lahnham, Scarecrow Press, 2009, Introduction, pp. LIX. E ainda Anthony James Joes. *Urban guerrilla warfare*. Lexington, University Press of Kentucky, 2007, pp.78.

⁸¹⁰ Thomas Deakin. “The legacy of Carlos Marighella”, pp. 19-25.

tupamaros. E depois com casos menores ou alhures. Agora, a proximidade cultural entre revolucionários de cá e de lá era bem maior. Pelo menos comparada àquela entre europeus e árabes em anos anteriores. Havendo, além disso, por parte dos sul-americanos, especialmente Marighella, uma inédita teorização desse tipo de guerrilha. Daí a repercussão do seu exemplo e ideias. Como observou Matteo Re,

“(…) *En algunos casos esto se producía de manera consciente, en otros de manera casual, reproduciendo unos códigos que en el terrorismo suelen aparecer de grupo a grupo, de nación en nación, incluso de diferentes ideologías políticas (...)*”⁸¹¹.

Um dos principais grupos a incorporar as teses de Marighella foi a Rote Armee Fraktion alemã. Como foi dito antes, o núcleo duro da RAF – Andreas Baader, Gudrun Ensslin e Horst Mahler – conheceu o *Manual* de Marighella entre 1969 e 1970 quando seus membros fugiram para a França e depois para a Itália, onde se encontraram com Feltrinelli. Na oportunidade, várias vezes eles discutiram textos de Marighella⁸¹². Desde então, o brasileiro passou a ser uma das principais referências teóricas do grupo alemão. Nesse sentido, Sara Colvin aponta a recorrente presença textual de Marighella nos manifestos mais importantes da RAF⁸¹³. Esses documentos foram escritos entre 1971 e 1973, constando basicamente de três manifestos (*Der plan der urbanen guerrilla*, *Die guerrilla in der grosstadt* e *Das konzept stadtguerill*⁸¹⁴) e algumas cartas pessoais, como aquelas escritas por Andreas Baader⁸¹⁵. Outros autores comentam questões particulares dessa relação. Como Peter Grabosky e Michael Stohl, que se interessam especialmente pelo modo como ideia de Marighella de provocar a ditadura brasileira – para que ela desse respostas indiscriminadas que afetassem o povo, criando com isso condições para “desmascará-la” e atrair o apoio popular – influenciou decisivamente nas práticas da Fração do Exército Vermelho, que também

⁸¹¹ Matteo Re. “Cómo las guerrillas metropolitanas sudamericanas influenciaron en el terrorismo europeo: praxis organizativa y un language común”. En *Revista Electrónica Iberoamericana*. Madri, Centro de Estudios de Iberoamérica/Universidad Rey Juan Carlos, 2012, v. 6, n. 1, pp. 1-29.

⁸¹² Michael Burleigh. *Blood and rage: a cultural history of terrorism*, pp. 233.

⁸¹³ Sara Colvin. *Ulrike Meinhof and West German terrorism*. Rochester/Nova Yok, Camden House, 2009, pp 92 e ss.

⁸¹⁴ Para uma aproximação documental, ver, por exemplo, a fac-símile integral da edição original de *Das Konzept Stadtguerill* em: <https://socialhistoryportal.org/sites/default/files/raf/0019710501_7.pdf>.

⁸¹⁵ Ver, por exemplo, aquela de janeiro de 1972. Em: Stefan Aust. *The Baader Meinhof complex*. Londres, The Bodley Head, 2008, pp. 150.

procurou provocar (e assim “desmascarar”) aquilo que se acusava de ser o fascismo alemão ainda vivo⁸¹⁶. Por outro lado, Joanne Wright se interessou no quanto as teorias de Marighella influíram no modelo de organização da RAF, especialmente em referência à constituição de grupos de ação táticos, sem hierarquia ou centralismo entre si (que ela chama de “firing groups”)⁸¹⁷. Amanda Valente e Luiz Vieira Silva têm mesmo um estudo comparativo entre a ALN e a RAF⁸¹⁸. Enfim, outros elementos poderiam ser ainda elencados para demonstrar o peso do discurso de Marighella na conformação das ideias e práticas da RAF. Porém, de novo, não é o caso de enveredar nesta direção para os propósitos da presente tese.

Mais vale passar à consideração de outros cenários importantes. Nesse sentido, as ideias de Marighella também foram fundamentais na formatação da esquerda armada italiana nos chamados *anni di piombo*, sendo seu *Manual* uma espécie de “*livre de chevet del terrorismo italiano*”⁸¹⁹.

Na Itália, a primeira edição (semiclandestina) do livreto de Marighella apareceu já no final de 1969. Ela não menciona qualquer editor ou editora nem local de publicação, sendo com grande probabilidade obra de Feltrinelli⁸²⁰. Em 1970, a versão italiana da *Revista Tricontinental* (operacionalizada por Feltrinelli) publicou integralmente o *Manual*⁸²¹, desta vez com alcance maior de leitores. Com efeito, a primeira organização revolucionária italiana influenciada por suas ideias foi aquela fundada pelo editor milanês justamente entre 1969 e 1970, denominada Gruppi d'Azione Partigiana (ou Esercito Popolare di Liberazione). Ativo na área em torno de Milão, o GAP/EPL, no entanto, não prosperou muito, desaparecendo no final de 1972, depois que Feltrinelli morreu naquele ano, vítima da explosão acidental de uma bomba que ele mesmo estava preparando.

⁸¹⁶ Peter Grabosky e Michael Stohl. *Crime and terrorism*. Londres, SAGE Pub., 2010, pp. 64.

⁸¹⁷ Joanne Wright. “Couter West Germany Red Army Faction”. Em: James Forest (org.), *Essentials of counterterrorism*. Londres/Santa Bárbara, Praeger, 2015, pp. 320-351.

⁸¹⁸ Amanda Matos Valente e Luiz Carlos Vieira Silva. “Como o Mini-manual do Guerrilheiro Urbano foi utilizado pelas guerrilhas urbanas ALN e Baader Meinhof”. Em: *Revista de Análise Internacional*. Curitiba, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade Federal do Paraná, v. I, n.1, 2017, pp.65-86.

⁸¹⁹ Angelo Ventura. *Per una historia del terrorismo italiano*. Roma, Donzelli, 2010, pp. 86.

⁸²⁰ Carlo Fumian e Michele Sartori. *Terrore rosso: dall'autonomia al partito armato*. Bari, Laterza, 2010, pp. 209.

⁸²¹ *Rivista Tricontinental*. Havana, Secretariado Executivo da OSPAL, ano IV, 1970, n. 16-17, pp. 6-44.

Mas quem realmente deu curso as teses de Marighella foram as Brigate Rosse. Como já foi mencionado anteriormente, Renato Curcio e Alberto Franceschini, do núcleo original das Brigadas, tiveram acesso ao *Manual* de Marighella já no final de 1969 – justamente o ano de fundação da organização – pelas mãos de Feltrinelli. E montaram seu grupo em moldes bem próximos àqueles sugeridos por Marighella nos seus textos sobre organização e no *Manual*⁸²². A estrutura de funcionamento das BR era justamente a mesma que Marighella propunha⁸²³. Nela, o centro do esquema era ocupado pela ideia de grupos de ação (isto é, de fogo) autônomos e levemente coordenados⁸²⁴. Essas e outras orientações táticas, além de toda uma identidade ideológica, eram francamente assumidas pelos líderes brigadistas. Vários documentos das Brigate Rosse reivindicam e discutem o *Manual* de Marighella⁸²⁵.

Outras duas importantes organizações de guerrilha urbana e terrorismo na Europa nas décadas de 1960-1970 também costumam ser tomadas como exemplo da influência exercida pelo *Manual*: o IRA e o ETA. Mas esta caracterização não é exatamente correta.

Quando por, exemplo, Mahan e Griset dizem sobre o livreto de Marighella que “(...) *It has been the official guidebook of many terrorist organizations, include the Italian Red Brigade, the german Red Army Faction and the Irish Republican Army*” (...) ⁸²⁶, eles estão misturando dois tipos de coisas diferentes. E este erro de generalização é bastante comum. Quando Clarke e Newman falam da importância das teorias de Marighella para explicar o modelo que da organização irlandesa⁸²⁷ eles não estão considerando as subdivisões do IRA na década de setenta. Ao tratar da influência dos escritos de Marighella nas práticas do ETA,

⁸²² A respeito disso, ver, por exemplo, Michael Burleigh. *Blood and rage: a cultural history of terrorism*, pp. 193 e ss.

⁸²³ Stefano Quirico. “Il modello organizzativo delle Brigate Rosse in una prospettiva comparata”. Em: *Quaderni di Storia Contemporanea*. Alessandria, ISRAL. n. 44, 2008, pp. 3-15.

⁸²⁴ Angelo Ventura. *Per una historia del terrorismo italiano*. Roma, Donzelli, 2010, pp. 86.

⁸²⁵ Por exemplo, *Alcune questioni per la discussione sull'Organizzazione* (1974) e *Risoluzione n. 2 de la Direzione Strategica* (1975). Para o significado disso, ver Matteo Re. “Cómo las guerrillas metropolitanas sudamericanas influenciaron en el terrorismo europeo: praxis organizativa y un lenguaje común”, pp. 1-29. Para os documentos completos que foram citados, ver Lorenzo Ruggiero (org.). *Dossier Brigate Rosse: la lotta armata nei documenti e nei comunicati dele prime BR (1969-1975)*. Milão, Kaos, 2007, pp. 302 e ss.

⁸²⁶ Sue Mahan e Pamala Griset (orgs.). *Terrorism in perspective*. Londres, SAGE Pub., 2008, pp. 43.

⁸²⁷ Ronald Clarke e Graeme Newman. *Outsmarting the terrorists: global crime and justice*. Londres, Routledge, 2006, pp. 113

Gaizka Fernández Soldevilla comete o mesmo equívoco⁸²⁸, que repercute em comentaristas menores os quais não veem problema em afirmar Marighella como uma das “matrizes” ideológicas da guerrilha basca⁸²⁹. E assim por diante em muitos outros autores.

Na verdade, tanto o Irish Republic Army quanto o Euskadi Ta Askatasuna eram organizações bem anteriores e transcendentais ao contexto do *Manual*, com sedimentadas ideologias e métodos próprios. Apesar de muitas de suas operações se assemelharem às da RAF e das Brigadas Vermelhas, a motivação nacionalista (e territorialista) de fundo que as impulsionavam, suas formas organizativas, suas perspectivas táticas e estratégicas, além de suas relações com as respectivas sociedades civis, eram completamente distintas. O IRA e o ETA eram organizações paramilitares, não estritamente militares, como a RAF e as BR. Ou a ALN. Sem dúvida, os movimentos irlandeses e bascos das décadas de 1960 e 1970 incorporaram fortemente ideias marxistas-leninistas⁸³⁰ e o *Manual* de Marighella foi lido e admirado por seus militantes mais exaltados. O que levou certamente a uma maior radicalização de suas operações e, inclusive, à formação de subgrupos especialmente terroristas em suas organizações. Mas isso não significou mudanças estruturais no modo de atuar dos irlandeses e bascos.

No caso da Irlanda, mesmo o Provisional Irish Republican Army (“Provos”), grupo mais agressivo durante o chamado “*The Troubles*” (1969-1997), fundado em 1969 no contexto de crise do velho Exército Republicano Irlandês, não parece ter sofrido especial influência de Marighella. Eles já tinham seu próprio herói e seus próprios métodos de luta. Para eles, o grande mestre da guerrilha urbana não era Marighella, mas Michael Collins (1890-1922). Em 1919, ele criou em Dublin uma divisão do velho IRA especializada em assassinatos políticos, conhecida como “The Squad” ou “The Twelve Apostles”. Além disso, o Provos continuou organizado em unidades baseadas em formações militares convencionais e rigidamente centralizadas, como sempre foi. A penetração do *Manual* é mais notável entre grupos que abandonaram totalmente o IRA, como o Irish National Liberation Army, criado em 1973-1974 por militantes marxistas-leninistas especialmente radicalizados. Ou outros

⁸²⁸ Gaizka Fernández Soldevilla. *La voluntad del gudari: génesis y matástasis de la violencia de ETA*. Madrid, Tecnos, 2016, pp. 236.

⁸²⁹ Raphael Tsavkko Garcia. “Euskadi Ta Askatasuna: a percepção do terrorismo, legitimidade e libertação Nacional”. Em: *Intellector*. Rio de Janeiro, CENEGRI, 2012, v. VIII, n. 165, pp. 20.

⁸³⁰ Elliott Johnson e Daniel Gray (orgs.). *Historical dictionary of marxism*. Lanham (EUA), Rowman & Littlefield Pub., 1974, pp. 441.

próximos, como o People's Liberation Army e o People's Republican Army, de certo modo indistinguíveis do INLA.

No caso da Espanha, o ETA também continuou com suas estruturas e métodos tradicionais, a despeito da difusão do *Manual* em língua espanhola. Nenhum estudo de maior fôlego sobre o grupo basco aponta influência relevante das ideias de Marighella⁸³¹. Entretanto, algumas pequenas frações cindidas do ETA, estas sim, revelam certa influência das ideias de Marighella, como, por exemplo, os Comandos Anticapitalistas Autônomos surgidos no país basco (particularmente em Navarra) na década de 1970. Ainda na área espanhola, o *Manual* também parece ter influenciado grupos que não vinham do nacionalismo, como os Grupos de Resistencia Antifascista Primero de Octubre (GRAPO), cujas origens remontam a um cisma maoísta do Partido Comunista da Espanha em 1968. Ou então formações menores, como o Movimiento Ibérico de Liberación-Grupos Autônomos de Combate – ativo na década de 1970 na Catalunha (precursor dos Grupos de Acción Revolucionaria Internacionalista) e o Exèrcit Popular Català (precursor do Terra Lliure), entre outros. Mas parece haver insuficiente pesquisa sobre a história e características desses círculos.

Aliás, em se tratando desses pequenos⁸³² grupos revolucionários suscetíveis ao discurso de Marighella, vários deles prosperaram pela Europa entre as décadas de 1960 e 1980. Entre os quais, a organização inglesa Angry Brigade, a belga Cellules Communistes Combattantes, a francesa Action Directe⁸³³, a holandesa Rode Jeugd (“Juventude Vermelha”)⁸³⁴ etc. Sobre eles também parece não existir muitos estudos históricos, pelo menos não à altura do que já se tem sobre a RAF, as BR, o IRA e o ETA.

No mundo árabe, os escritos de Marighella foram difundidos especialmente pela Frente Popular de Libertação da Palestina, organização marxista-leninista dirigida por George

⁸³¹ Ver, por exemplo, Antonio Elorza (org.). *La historia de ETA*. Madri, Temas de Hoy, 2006, 448 pp. Ou então Iker Casanova Alonso. *ETA 1958-2008: medio siglo de historia*. Tafalla (Navarra), Editorial Txalaparta, 2007, 504 pp. Senão ainda Jose Felix Badiola. *ETA, de principio a fin: crónica documentada de un relato*. Editorial TtartaloTafalla (Navarra), 2014. 372 pp.

⁸³² O fato de serem pequenos não diminui sua letalidade ou significação política.

⁸³³ Gérard Chaliand. *Un itinéraire combattant: Afrique, Asie, Amérique latine (30 ans d'enquêtes de terrain)*. Paris, Khartala, pp. 643.

⁸³⁴ Leena Malkki. *The campaigns of the Rode Jeugd in the Netherlands and the Symbionese Liberation Army in the United States*. Dissertação de mestrado. Helsinki, Helsinki University Print, 2010, pp. 41 e 126-127.

Habash (“o Doutor”). Ela era oriunda de um grupo nacionalista árabe criado pelo próprio Habash na Universidade do Líbano em meados da década de 1950. A partir da colaboração com os argelinos na guerra de independência da Argélia, e destes com os cubanos, em meados da década de 1960 alguns palestinos desse grupo já faziam treinamento militar nos campos ao redor de Havana. Em 1966, quando foi realizada a Primeira Conferência Tricontinental, essa presença cresceu notavelmente⁸³⁵. Não só em números de recrutas e dinheiro disponível, mas em termos de outras parcerias internacionais também. E de identidade ideológica. Com efeito, Habash era um entusiasta da Revolução Cubana e das ideias do Che em particular⁸³⁶. No ano seguinte à Tricontinental, a FPLP foi formalizada e logo tornou-se a segunda facção em importância dentro da OLP, depois do Fatah. Os contatos com Cuba não diminuíram.

Quando os textos de Marighella começaram a ser publicados pelos cubanos e repercutidos pelos editores europeus simpatizantes da causa guerrilheira, não foi difícil aos palestinos da FPLP, e da OLP em geral, ter acesso ao material. Com efeito, a presente pesquisa teve acesso a uma edição do *Manual* na língua árabe já em 1969, o que parece ser incrivelmente precoce⁸³⁷. Trata-se de uma publicação muito rudimentar e mal impressa. Não consta o nome do editor nem o local da publicação. A pesquisa apostaria em Beirute como lugar da impressão e em palestinos como autores da tradução (devido indícios, certamente oblíquos, de natureza histórica, prática e linguística que não cabem ser discutidos aqui). Seja como for, o certo é que as lideranças palestinas já tinham à sua disposição em 1970 pelo menos em quatro línguas ocidentais e pelo menos em seu próprio idioma. A parceria da FPLP e de demais grupos palestinos⁸³⁸ com os cubanos e com os europeus, especialmente os alemães da RAF (via Feltrinelli) desde logo botou Marighella “na jogada”, como ele próprio

⁸³⁵ Yonah Alexander. *The PLO connection*. Nova York/Bristol, Crane Russak, 1989, pp. 132.

⁸³⁶ John Cooley. *Green March/Black September: the story of the palestinian arabs*. Londres, Frank Cass & Co, 1973, pp. 135 e ss.

⁸³⁷ Carlos Marighella. *المدن في العصابات ل حرب موجز دل بل* (ou *Dalil mujaz liharb aleisabat fi almudun*; isto é, “Um breve guia para a guerra de guerrilha nas cidades”). 144 pp. Um exemplar pode ser consultado na Biblioteca Nacional do Qatar. Ver em: <<http://link.qnl.qa/portal/المدن-في-العصابات-ل-حرب-حول-موجز-دل-بل>>. Ou, até a data desta tese, inclusive comprado pela internet. Ver em: <<https://www.neelwafurat.com/itempage.aspx?id=lbb34447-32681&search=books>>.

⁸³⁸ Notadamente as formações surgidas dos sucessivos “rachas” da FPLP, como a FPLP-Comando Geral de Ahmed Jibril e a Frente Democrática para Libertação da Palestina, de Nayef Hawatmeh.

não teria problema em dizer. Ou, em outros termos, ampliou a Oriente a disseminação física e discussão do *Manual* e de outros escritos seus⁸³⁹.

Obviamente, é quase impossível que a fortuna editorial dos textos (e das ideias) de Marighella em língua árabe não tenha sido estudada em algum lugar. Mas esta pesquisa, embora buscasse, não alcançou evidências disso. Nesse sentido, o pouco que se sabe ordinariamente sobre o problema parece indicar um veio extremamente sugestivo e necessário no estudo da história do terrorismo. Veja-se, por exemplo, o que dizem Jon Perdue e Stephen Johnson no livro *The war of all the people: the nexus of latin american radicalism and middle eastern terrorism*⁸⁴⁰. Para eles, a influência de Marighella no ambiente revolucionário árabe das décadas de 1960-1970 está no mesmo nível daquela de Guevara. E até mais, pois o tipo de guerrilha do Che pede um santuário inexistente no mundo árabe: a selva; enquanto a guerrilha urbana proposta por Marighella tinha muito mais a ver com a cidade árabe tradicional. Ou então, veja-se o artigo de Marc Hecker (“De Marighella à Ben Laden: passerelles stratégiques entre guérilleros et djihadistes”⁸⁴¹), o qual estabelece um pertinente nexos entre fatores aparentemente tão distantes.

A despeito da atratividade intelectual da questão levantada acima, naturalmente não cabe ir adiante com ela aqui. Lembrando que o propósito do presente argumento se resume basicamente na demonstração, em termos gerais, da extensão “horizontal” da influência dos escritos de Marighella em organizações revolucionárias de sua época – o que se imagina suficientemente realizado –, restaria agora apenas oferecer alguns exemplos complementares nesse sentido.

Sendo assim, vale recordar que existe uma tradução do *Manual* de Marighella para o turco⁸⁴². E que Yusuf Kupeli, um dos três principais fundadores da Frente-Partido Libertação Popular Revolucionária (*Devrimci Halk Kurtuluş Partisi-Cephesi*) – a segunda mais importante organização revolucionária armada da Turquia entre as décadas de 1960 e 1970 –

⁸³⁹ Yonah Alexander. *Palestinian secular terrorism*. Ardsley, Transnational Pub., 2003, pp. 34.

⁸⁴⁰ Jon Perdue e Stephen Johnson. *The war of all the people: the nexus of latin american radicalism and middle eastern terrorism*. Lincoln, University of Nebraska Press, 2012, pp. 64.

⁸⁴¹ Marc Hecker. “De Marighella à Ben Laden: passerelles stratégiques entre guérilleros et djihadistes”. Em: *Politique Étrangère*. Paris, Institut Français des Relations Internationales, 2006, v. 71, n. 2, pp. 385-396.

⁸⁴² Ver Albert Parry. *Terrorism: from Robespierre to Arafat*. Nova York, The Vanguard Press, 1976, pp. 443.

declarou que “(...) *In that period of time we were considering Marighella, Lin Piao, Mao and Douglas Brava as being on apar with Lenin (...)*”⁸⁴³.

É sabido também que entre os três grupos que formavam o Fedayi iraniano (movimento guerrilheiro marxista criado em 1970), o *Manual* de Marighella era intensamente discutido, inclusive dando origem a versões locais de tratados de tática e estratégia de guerrilha urbana⁸⁴⁴.

Por sua vez, o fotógrafo Sebastião Salgado relata ter visto uma tradução para o amárico quando esteve na Etiópia no começo da década de oitenta⁸⁴⁵.

Cabe mencionar, enfim, que a pesquisa teve acesso ainda a uma tradução do *Manual* e de outros textos de Marighella para o japonês⁸⁴⁶. Também de 1970 e com parceria dos Cubanos. De resto, não seria surpreendente descobrir relações entre o Exército Vermelho Japonês (*Nihon Sekigun*) – que surgiu em 1969 e operou em estreita parceria com a FPLP de George Habash – e as teses de Marighella. Em sentido amplo, essa influência sobre a chamada “nova esquerda japonesa” dos anos setenta não é novidade⁸⁴⁷.

Devido tudo isso, é bem possível que o mega terrorista venezuelano Ilich Ramírez Sánchez, o “Chacal” – que transitava justamente entre a RAF alemã, a FPLP palestina e o Exército Vermelho Japonês –, tenha escolhido ser chamado de Carlos, como nome de guerra, em homenagem ao brasileiro⁸⁴⁸.

Enfim, não é improvável que Miller Martin esteja certo quando assegura que o opúsculo de Marighella e outros textos dele foram traduzidos “*into more 20 languages*

⁸⁴³ Atilla Yayla. “Terrorism in Turkey”. Ankara, *Journal of the Faculty of Political Science*//Universidade de Ankara, 1989, v. XLIV, n. 319, pp. 249-262.

⁸⁴⁴ Ervand Brahamian. “The guerrilla movement in Iran: 1963-1977”. Em: *Meaddle East Report*. Tacoma, Washington, 1986, v. 10, n. 86, pp. 3-15.

⁸⁴⁵ Ayrton Centeno. *Os vencedores: a volta pot cima da geração esmagada pela ditadura de 1964*. São Paulo, Geração Editorial, 2014, pp. 331.

⁸⁴⁶ Carlos Marighella. *Toshi-sen kōsu* (“Curso de guerra urbana”). Tóquio, Instituto Cuba-Japão de Intercâmbio Cultural/Sanichi Shobo Ed., 1970, 231 pp.

⁸⁴⁷ Ver, por exemplo, William Andrews. *Dissenting Japan: a history of japanese radicalism and counterculture (from 1945 to Fukushima)*. Londres, Hurst Pub., 2016, pp. 187.

⁸⁴⁸ Christopher Dobson e Ronald Payne. *The Carlos Complex: a pattern of violence*. Londres, Book Club Associates, 1977, pp.224-227.

around the globe”. E o historiador norte-americano decididamente não está errado quando compara a importância de Marighella, em termos de história do terrorismo, àquela de Heinzen e Nechayev⁸⁴⁹. Para se ter uma ideia do possível alcance da obra de Marighella, alguns pesquisadores apontam, inclusive, rastros das suas ideias no modelo de organização implementado por Bin Laden e Al-Zawahiri⁸⁵⁰. Seja como for. No mínimo será preciso esperar até o final da década de 1990 para ver algo minimamente comparável aos textos do baiano. Como escreveu Louise Richardson, o tutorial de Marighella foi “(...) *the most prominent terrorist manual before Al-Qaeda’s own* (...)”⁸⁵¹. Decididamente, não é pouca coisa.

Embora, como nota Randall Law, muitos daqueles que adotaram as teses de Marighella no último meio século talvez fossem incapazes de nomear seu autor⁸⁵², o fato é que o eco do seu discurso impregnou vivamente a história do conceito terrorismo. Com certeza, não exatamente por isso que Mário Magalhães deu o subtítulo de “O guerrilheiro que incendiou o mundo” à sua notável biografia do baiano. Mas bem que poderia.

6.3. Sobre a fortuna crítica dos escritos de Marighella

Em termos acadêmicos, a fortuna crítica dos escritos de Marighella, especialmente aquela de seu célebre *Manual*, apresenta três aspectos salientes.

Em primeiro lugar, os estudiosos político-militares dedicados ao tema da guerra irregular ressaltam a grande importância da obra do baiano (a despeito da discussão valorativa de seu conteúdo) para a história da violência política no final do século XX, sobretudo em

⁸⁴⁹ Miller Martin. *The foundations of modern terrorism: State, society and the dynamics of political violence*. Cambridge, Cambridge University Press, 2012, pp. 220. Para mais detalhes sobre essa relação, ver o final da seção 6.4. (“Autores e obras presentes no pensamento político-militar de Marighella”, pp. 346).

⁸⁵⁰ Ver, por exemplo, Kennety Payne. “Building the Base: Al Qaeda’s focoist strategy”. Em: *Studies in Conflict & Terrorism*. Londres, Defence Studies Department Kings College, 2011, n. 34, pp. 124-143. Ou então Marc Hecker. “De Marighella à Bin Laden: passerelles stratégiques entre guérilleros et djihadistes. Em: *Politique Étrangère*. Paris. Institut Français de Relations Internationales, 2006, n. 2, pp. 385-396.

⁸⁵¹ Louise Richardson. *What terrorista want*. Nova York, Randon House Pub., 2006, pp. 46.

⁸⁵² Randall Law. *Terrorism: a history*. Cambridge, Polity Press, 2016, pp. 338-339.

relação à história do terrorismo. Como se sabe, nunca há total unanimidade sobre qualquer coisa, mas pode-se dizer que neste caso existe excepcional consenso historiográfico.

Em segundo lugar, a grande maioria desses mesmos especialistas coincide em valorizar negativamente o legado textual de Marighella, seja em termos formais e estilísticos, seja quanto às suas ideias mesmas, tanto aquelas mais teóricas como aquelas eminentemente voltadas à práxis. De um modo geral, não se considera que ele tenha sido um bom escritor ou um grande pensador, muito menos um prático competente. As manifestações em contrário dessa tendência são raras e academicamente irrelevantes.

Em terceiro lugar, uma parte significativa daqueles que se dedicaram a estudar as teses e a experiência Marighella reconhecem que há certa originalidade nos escritos de Marighella com relação ao terrorismo, ainda que isso possa parecer algo paradoxal em relação ao que foi afirmado acima. Poucos estudiosos desprezam completamente a criatividade do baiano.

Cada um desses itens é sumariado a seguir, com indicação dos principais autores que os discutem.

6.3.1. Da sua importância histórica

Nenhum dos grandes estudiosos da história do terrorismo subestima a magnitude histórica de Marighella como teórico do *agitational terror*.

Acertadamente, Randall Law escreveu que existem duas discussões fundamentais para entender e dimensionar essa magnitude⁸⁵³. Aquela relativa à síntese que o baiano realiza a partir de várias tradições terroristas e aquela sobre a enfática e “perturbadora” reivindicação que ele faz do terrorismo. Faltou apenas lembrar da enorme influência internacional que ele veio a exercer, elemento fundamental para se aquilatar sua grandeza histórica.

No seminal e clássico artigo de David Rapoport sobre as quatro “ondas” da história do terrorismo moderno, ele situa Marighella como a figura de maior destaque entre a segunda e a terceira onda. Isto é, entre a vaga que começa com o IRA de Michael Collins, passa pelo IRGUM e o EOKA e se conclui com a vitória da FNLA na Argélia, e a outra vaga que se

⁸⁵³ Randall Law. *Terrorism: a history*, pp. 248-249.

inicia com a OLP, os tupamaros, a RAF alemã, as Brigadas Vermelhas e outros grupos especialmente ativos na década de 1970. Para Rapoport, cada uma dessas ondas produz algum documento textual que reflete de modo emblemático as propriedades especiais da sua época, assim contribuindo para a evolução das práticas e dos conceitos referentes ao terrorismo. Segundo ele, no final dos anos sessenta, essa obra foi o *Manual* de Marighella, “*a handbook of tactics comparable to Nechaev's Revolutionary Catechism in the first wave*”.⁸⁵⁴ É uma avaliação é unânime.

Walter Laqueur e Paul Wilkinson situam Marighella como um dos maiores mitos revolucionários da década de 1970, especialmente por seu papel como “teórico” da guerrilha urbana e do terrorismo⁸⁵⁵. Para Ivan Witker, o baiano foi um verdadeiro ícone do movimento insurrecional dos anos sessenta e setenta, sendo sua obra um ícone à parte⁸⁵⁶. Charles Townshend vai além e afirma que o *Mini-manual* foi “(...) *probably the most inspirational revolutionary tract of the century* (...)”⁸⁵⁷. Charles Russel e Bowman Miller dizem que Marighella foi “(...) *probably the most widely read, know and imitated theoretician and practitioners of urban guerrilla warfare* (...)”⁸⁵⁸. Sue Mahan e Pamala Griset escrevem que “(...) *The Manual of the Urban Guerrilla may be most widely read terrorista manual in modern history* (...)”⁸⁵⁹. E assim por diante.

Esse reconhecimento da importância do *Mini-manual do guerrilheiro urbano* chega mesmo ao paroxismo quando ele é colocado ao lado de, nada menos que, *A arte da guerra* de Sun Tzu, os capítulos militares do *Arthasastra* de Kautilya, o tratado de Clausewitz e os escritos de Guevara sobre guerrilha, como fez o respeitado historiador Yonah Alexander⁸⁶⁰.

⁸⁵⁴ David Rapoport. “The four waves of modern terror. Em: Jussi Hanhimakie e Bernhard Blumenau (orgs.). *An international history of terrorism*. Londres, Routledge, 2013, pp. 282-310. A primeira versão do artigo foi publicada cerca de dez anos antes.

⁸⁵⁵ Ver Walter Laqueur. *The age of terrorism*. Boston/Toronto, Little Brown Co., 1987, pp. 185. Ver também Paul Wilkinson. *Terrorism and the liberal state*. Nova York, New York University Press, 1986, pp. 62 e 112.

⁸⁵⁶ Ivan Witker. “Occidente ante las nuevas tipologías del terrorismo”. Em: *Revista Estudios públicos*. Santiago de Chile, Centro de Estudios Públicos, 2005, n. 98. pp. 228 e 234.

⁸⁵⁷ Charles Townshend. *Terrorism, a very short introduction*. Oxford, Oxford University Press, 2002, pp. 63.

⁸⁵⁸ Charles Russel e Bowman Miller. “Profile a terrorist”. Em: Lawrence Feedman e Yonah Alexander (orgs.). *Perspectives on terrorism*. Wilmington, Scholarly Resources Pub., 1983, pp. 45-60.

⁸⁵⁹ Sue Mahan e Pamala Griset (orgs.). *Terrorism in perspective*. Londres, SAGE, 2008, pp. 44.

⁸⁶⁰ Yonah Alexander e Seymor Maxwell (orgs.). *Terrorism: interdisciplinary perspectives*. Londres, Mc-Graw Hill, 1977, pp. 6.

Como já foi dito em outras passagens desta tese, não é pouca coisa. Não mesmo.

6.3.2. Das suas limitações

O fato de haver um amplo reconhecimento do lugar excepcional ocupado por Marighella na história do terrorismo e da violência política em geral, não quer dizer que a apreciação crítica de seus escritos seja necessariamente positiva. Uma coisa é o significado histórico de uma obra e outra coisa é sua qualidade intrínseca. Sem dúvida, como já foi amplamente discutido, o *Manual* teve uma fortuna editorial extraordinária e exerceu grande influência global, mas isso não constitui uma prova de sua excelência estilística, intelectual ou técnica, senão que, antes de tudo, ele caiu como uma luva para certos interesses políticos e que foi muito bem divulgado.

Primeiramente, todos os comentaristas sérios da obra textual⁸⁶¹ de Marighella concordam em destacar que ela não se distingue pela excelência das construções linguísticas, pela criatividade narrativa, pela erudição ou mesmo pelo fôlego (raramente um texto seu ultrapassou as cem páginas). Isso é facilmente comprovável por qualquer leigo que se dê o trabalho de ler os escritos do baiano. Certamente, ele escreveu em um português correto, apresentou suas ideias de forma geralmente clara e, em algumas passagens, conseguiu até certo efeito de humor. Mas ele é muito palavroso e repetitivo. O que explica em parte a quantidade de textos que deixou. De Marighella são conhecidas milhares e milhares de páginas com informes, análises, relatórios, panfletos, libelos, ensaios e manuais práticos. Todavia, nem mesmo seu livretinho mais famoso escapou de ser um exercício literário medíocre.

Gorender afirma que Marighella “(...) *conjugou o dinamismo do revolucionário prático a uma produção literária exuberante (...)*”⁸⁶². A palavra exuberante pode ter vários significados. Se Gorender estava pensando em algo “deslumbrante”, “fascinante”, “maravilhoso” ou “suntuoso”, ele peca por injustificado exagero. No entanto, se ele estava pensando em algo apenas “copioso”, “excessivo”, “profuso” ou “transbordante” ele está

⁸⁶¹ A parte poética de sua produção literária não está em discussão aqui, tão somente aquela político-militar.

⁸⁶² Jacob Gorender. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira (das ilusões perdidas à luta armada)*, pp. 94

correto. Como já foi comentado anteriormente, era proverbial a tendência do baiano à verbosidade.

Porém, as limitações da obra de Marighella não se resumem a questões formais. Seu conteúdo mesmo é fortemente criticado. Inclusive por vezes do próprio campo da esquerda revolucionária.

Em um texto de 1977 no qual avaliam os resultados da guerrilha urbana surgida na América do Sul na década anterior, Abraham Guillén e Donald Hodges fazem uma crítica contundente a Marighella. Em primeiro lugar, eles o desconsideram sobre o aspecto estratégico. Por exemplo, porque são francamente descrentes da efetividade de um projeto militar cuja maior tarefa é fazer propaganda de si e desprestigiar as forças da repressão. Para os dois, a participação ativa das massas nas ações militares é fundamental para o acontecimento revolucionário. Assim, a proposta de Marighella relegaria o povo a um papel de espectador, alimentando sua passividade (na melhor das hipóteses, esperando que os guerrilheiros o libertem). Em segundo lugar, eles também desconsideram as proposições do baiano por motivos táticos. Por exemplo, de acordo com o *Manual*, o assassinato de pessoas não deve ser restrito somente contra os dirigentes de um governo tirânico repressivo, do imperialismo ou do grande capital associado a eles. Ali, as sentenças de morte decretadas pela guerrilha devem incluir também todas as pessoas consideradas suas agentes: policiais, informantes, funcionários. Isso dá lugar, dizem Guillén e Hodges, a assassinatos de pessoas que não importam politicamente e que até mesmo nem podem ser caracterizadas como opressoras dos trabalhadores. Como afirmam, “(...) *Un ejército popular que usa la violencia innecesaria y crea un clima de terror propio no puede lograr un apoyo popular en la lucha por una sociedad más humana (...)*”⁸⁶³.

Nesse sentido, Sean Anderson e Stephen Sloan chamam a atenção para o fato da ausência de qualquer discussão das dimensões morais das ações terroristas nos escritos de Marighella⁸⁶⁴. De fato, vários autores já ressaltaram que as ideias de Marighella eram desprovidas de moralidade. Ele nunca expressou qualquer preocupação com o sofrimento do povo em virtude da ação dos guerrilheiros que lutavam em seu nome. Por exemplo, ele recomendou incendiar plantações e depósitos de alimentos, dinamitar reservatórios de

⁸⁶³ Abraham Guillén e Donald Hodges. *Revalorización de la guerrilla urbana*. México, El Caballo, 1977, pp. 13-14.

⁸⁶⁴ Sean Anderson e Stephen Sloan. *Historical dictionary of terrorism*. Londres, Scarecrow, 2002, pp. 306.

combustíveis, pontes e estradas, além de cortar linhas elétricas e destruir torres de transmissão. Se possível, tudo isso junto. Não há uma só palavra sobre o que tais operações ocasionariam de ruim para a população, especialmente a mais pobre. Para Gus Martin, o *Manual* de Marighella é um paradigma de maniqueísmo e simplificação do que seja bom ou mau. O terrorismo é “bom” quando perpetrado com propósitos revolucionários e “mau” quando perpetrado pelos inimigos dos revolucionários⁸⁶⁵.

Como foi visto em capítulos anteriores, depois da sua estada em Cuba Marighella passou a desprezar completamente a política, interessando-se tão somente pela guerrilha e o terrorismo. A partir daí sua obra escrita se resume basicamente a três tipos de enunciados: 1) de “análise” e interpretação da conjuntura política, 2) de acusação e ameaça aos inimigos, 3) de exortação e “dicas” técnicas para a ação violenta. Difícil saber onde ele errou mais.

O diagnóstico de Marighella sobre a situação nacional prima pela subestimação da ditadura. Para ele, o golpe cívico-militar de 1964 foi impopular, as pessoas culpariam o governo e não a guerrilha pelos incômodos oriundos do conflito entre ambos, os guerrilheiros fariam a revolução e a entregariam ao povo que estava ansioso por isso etc. Porém, o golpe contou com apoio (ou no máximo indiferença) da população, não havia razão para supor que as massas culpariam o governo pelas calamidades resultantes da ação da guerrilha, e ninguém, exceto nos círculos revolucionários, estava interessado em uma revolução comunista no país. Esse tipo de suposição presunçosa e incorreta desde cedo foi denunciado por outros setores da esquerda, que, inclusive, vaticinaram que isso levaria ao fim rápido da organização de Marighella.

Como nota Claudinei Cássio de Rezende, há bastante confusão nos escritos de Marighella em relação ao conteúdo da revolução que ele pretende, quais seriam exatamente as suas fases e qual a estratégia correspondente a essas fases, entre outros graves problemas de conceito e interpretação da conjuntura histórica. Na verdade, ainda seguindo Rezende, Marighella não dispunha de uma boa análise da realidade brasileira, levando a que suas ideias “(...) acabassem por desembocar no improviso teórico (...)”⁸⁶⁶.

⁸⁶⁵ Gus Martin. *Understanding terrorism: Challenges, perspectives and issues*. Londres, SAGE Pub., 2015, pp. 85.

⁸⁶⁶ Claudinei Cássio de Rezende. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*, pp. 125, 143 e 230.

Reiteradamente Marighella fala que as ações urbanas tinham um caráter tático e deveriam, além de abrir, posteriormente complementar – nunca substituir – a guerrilha rural, que tinha um caráter estratégico. No entanto, na prática, o que se viu nos três anos que ele se lançou à luta armada, somente a guerra urbana prosperou, acabando por tornar-se uma guerra em si. O fracasso do projeto ideal não se deveu apenas a uma questão de tempo. A própria proposta apresentava problemas graves, a começar porque trazia algo de confuso. Assim, depois de escrever vários textos falando do caráter tático das ações urbanas, em *Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil* ele é capaz de escrever o seguinte trecho:

“(...) Nos países que estão em guerra regular com o inimigo e onde ocorrem guerrilhas, estas desempenham um papel de complemento da guerra regular em curso. Temos dois exemplos clássicos desse tipo, na Segunda Guerra Mundial, com os casos da URSS e da China. Este não é o caso do Brasil atual, onde a guerra de guerrilhas não desempenha o papel de complemento de uma guerra regular, que não existe, não é para se desincumbir de uma missão tática, e sim para cumprir uma função estratégica (...)”⁸⁶⁷.

Não se entende, assim, por que, sendo primordiais a guerrilha rural e o Colunão do exército popular revolucionário baseado no campo, a luta armada é iniciada nas cidades? Por que e como ela levaria necessariamente ao desencadeamento da guerra na zona rural?

Além do mais, a despeito de falar tanto de guerrilha rural, o próprio Marighella só operava no ambiente urbano. Sua experiência real com a vida no campo era mínima, pautando-se sempre por idealizações e teorias. Na prática, o contato dele com o mundo rural se resumia a ter dirigido (desde a cidade de São Paulo) o setor das lutas camponesas do PCB durante alguns anos na década de 1950 e ter realizado algumas viagens pelo interior do país para comprar fazendas e estudar a possibilidade de estabelecer santuários da guerrilha.

A ênfase que Marighella deu à guerrilha urbana e ao terrorismo foi tanta que seu *Manual* funcionou justamente no sentido de promover a luta armada nas cidades como um fim em si mesmo. Aliás, tal como se aconteceu com a ALN. Na verdade, apesar de toda falação tático-estratégica, o elemento mais importante da proposta militar de Mariguella era desafiar e provocar o governo. Daí a centralidade da guerrilha urbana e das práticas terroristas em particular.

⁸⁶⁷ Carlos Marighella. *Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil*. Em: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo, Livramento, 1979, pp. 119.

Esse tipo de imbróglio teórico-prático não era apenas um *gap* acidental nas ideias de Marighella, mas o resultado esperado daquilo que Claudinei Rezende chamou de “marca antiteoricista” típica do pensamento do baiano⁸⁶⁸.

Essa tendência a tratar levemente as questões teóricas se devia, em parte, a um contexto geral da esquerda armada daquele tempo, interessada mais na ação do que em reflexões intelectuais. Nesse sentido, apesar de parecer meio paradoxal, Marighella era um teórico que desdenhava a teoria. Por outra parte, isso tem a ver também com a limitação de Marighella no sentido de não conseguir produzir textos relevantes de natureza estritamente teórica. Nas vezes em que tentou fazer algo mais próximo disso – por exemplo em *Alguns aspectos da renda da terra no Brasil* (1958) ou em *A crise brasileira* (1966) – nada de minimamente interessante aconteceu.

O pensamento político-militar de Marighella não se caracteriza pelo tipo de conhecimento racional e descritivo que permite hipóteses interpretativas, ao qual devemos chamar propriamente de “teórico”. Em Marighella, não há aquele composto de exame rigoroso dos fatos e especulação abstratizante que caracteriza toda teoria, no sentido pleno da palavra. Ele apenas apresenta arbitrariamente alguns axiomas (“o imperialismo norte-americano quer tomar o Brasil”, “a ditadura militar é fascista”, “a revolução só pode ser feita pela violência” etc.) e arrola um conjunto igualmente arbitrário de proposições práticas para contrastá-los. De um modo geral, as análises, definições e ensinamentos presentes nos textos de Marighella não são sustentados por boa teoria ou evidências empíricas retiradas de experiências do passado ou daquele presente. Algumas das afirmações até podem ser consideradas verdadeiras sobre questões específicas e casos muito particulares. Porém, como generalizações, no entanto, quase tudo é fantasioso e infundado.

Tome-se como exemplo mais evidente disso a obra maior de Marighella.

Nesse sentido, Elio Gaspari fala do *Manual* como

“(...) um trabalho voltado mais para a propaganda de um novo mito heróico do que para a didática que o título sugeria; (...) um documento triunfalista e desordenado cuja grandiloquência escondia uma concepção primária de organização (...)”⁸⁶⁹.

⁸⁶⁸ Claudinei Cássio de Rezende. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*, pp. 77.

⁸⁶⁹ Elio Gaspari. *A ditadura escancarada*, pp. 142.

Mais ou menos o que dizem Isabelle Duyvestein e Paul Rich quando comentam como o romantismo de Marighella encobria uma compreensão bastante pobre dos complexos problemas que envolviam a guerra insurgente urbana⁸⁷⁰.

Todos que estudam o *Manual* com algum espírito crítico e conhecimento dos problemas da guerra irregular se surpreendem com o fato dele apresentar omissões imperdoáveis (por exemplo, as passagens sobre logística militar são quase inexistentes), equívocos rematados (por exemplo, como já foi assinalado, seu desprezo pelo uso de helicópteros por parte da repressão) e simples bobagens (recomenda trocar sinais de trânsito para evitar perseguições policiais, usar rolhas de cortiça para derrubar cavalarianos etc.).

Entre tantas noções inconsistentes de Marighella em seu *Manual*, os estudiosos do terrorismo ressaltam o absurdo, de certa forma suicida, da ideia de provocar o inimigo até levá-lo a ações extremadas e com isso “desmascará-lo”, atraindo assim o apoio da população para a guerrilha⁸⁷¹. Em todo lugar onde essa política foi levada adiante ela resultou em desastre para seus promotores.

Com efeito, uma ideia central em Marighella é atacar e provocar o governo, forçando-o a se tornar progressivamente repressivo. Com isso ele procura lograr um clima de desconforto popular que supostamente abalaria as autoridades constituídas, colocaria a população contra elas e permitiria à guerrilha angariar simpatia, apresentando-se como alternativa de poder. Ele supunha, arbitrariamente e ingenuamente que as massas culpariam o governo pelas calamidades resultantes do confronto. Essa é uma tática tipicamente terrorista, como bem pontuou Ernest Evans⁸⁷². E que deu errado onde foi colocada em prática. Às vezes de forma especialmente trágica. Como no Uruguai entre 1971 e 1973, que levou ao endurecimento da repressão contra a guerrilha (como se queria), mas que terminou facilitando o golpe de Estado cívico-militar de Bordaberry, o qual acabou exterminando o movimento tupamaro⁸⁷³.

⁸⁷⁰ Isabelle Duyvestein e Paul Rich (orgs.). *The Routledge handbook of insurgence and counterinsurgence*. Londres, Routledge, 2014, pp. 1-20.

⁸⁷¹ Ver, por exemplo, Gus Martin. *Understanding terrorism: challenges, perspectives and issues*. Londres, SAGE Pub., 2015, pp. 152 e ss.

⁸⁷² Ernest Evans. *Calling a truce to terror: the american response to international terrorism*. Westport/Londres, Greenwood Press, 1979, pp. 32 e 89.

⁸⁷³ Randall Law. *Terrorism: a history*, pp. 250.

Por fim, há que ressaltar um último ponto mais ou menos óbvio e também já apontado anteriormente. Nas teorizações de Marighella existe uma espécie de contradição insanável. Por um lado, ele afirma que a violência revolucionária não deve golpear a população civil indefesa. No entanto, por outro lado, quase tudo que propõe afeta negativamente exatamente esta mesma população. Enquanto nos escritos de Mao e Guevara, por exemplo, evita-se ao máximo falar sobre ações que possam causar agravos à população civil (embora eles as tenha perpetrado na prática), em Marighella é justo o contrário. Apesar de declarar que os “explorados” não devem ser atacados, ele os envolve diretamente em seu plano de promover o caos e a destruição para derrubar o governo. Nem Mao nem Guevara falam em queimar plantações, sabotar linhas elétricas e fornecimento de energia, colapsar sistemas de transporte da população, destruir estruturas de produção e conservação de alimentos, botar bombas em locais públicos, raptar aviões civis, fazer emboscada para policiais, sequestrar artistas e esportistas, fazer anúncios falsos de bombas em repartições públicas, entre outras violências que inevitavelmente afetam inocentes. Muita gente fez essas coisas, mas só Marighella veio a pedir isso por escrito, desbocadamente. Ao mesmo tempo em que esperava obter apoio popular para sua revolução.

Por essas e outras razões, Peter Calvert resalta o “*little of value*” das ideias sobre insurgência contidas no *Manual*, fato que seria comprovado pelo fracasso da guerrilha que ele implementou⁸⁷⁴. É o mesmo que pensa Willian Kautt, para o qual Marighella “(...) *was a profound failure as a guerrilla and revolutionary (...)*”⁸⁷⁵. Ou John Willians, para quem as sugestões táticas de Marighella nunca trouxeram sucesso àqueles grupos que a levaram a sério⁸⁷⁶. Dados tantos fiascos, James Poland chega mesmo a dizer que nada há de especialmente inteligente no *Manual* de Marighella⁸⁷⁷.

Em suma, conforme substantivo consenso acadêmico, o *Manual* não excederia um conjunto de recomendações triviais para iniciantes, de pouca serventia para profissionais já

⁸⁷⁴ Peter Calvert. “Marighella”. Em: Daniel Coetzee e Lee Eys. *Philosophers of war: the evolution of history’s greatest military thinkers*. Santa Bárbara, Praeger, 2013, v. 2, pp. 365-366.

⁸⁷⁵ Willian Kautt. “Marighella, Carlos”. Em: Spencer Tucker (org.), *Encyclopedia of insurgency and counterinsurgency: a new era of modern warfare*. Santa Bárbara, ABC-Clio, 2013, pp. 347-348.

⁸⁷⁶ John Willians. “Carlos Marighella: the father of urban guerrilla warfare”. Em: *Studies in Conflicts and Terrorism*. Londres, Taylor and Francis Pub., 1989, v. XII, n. 1, pp. 1-20.

⁸⁷⁷ James Poland. *Understanding terrorism: groups, strategies and responses*. Boston, Prentice Hall, 2011, pp. 29.

envolvidos com a luta armada nas cidades. Preocupado em oferecer receitas práticas, ele não ultrapassaria assim, na melhor das hipóteses, certas platitudes que se ensinam aos guerrilheiros calouros nas primeiras aulas de treinamento. E, ainda mais, com algumas falhas e erros extremamente gravosos e comprometedores.

Com tudo isso, não estranha que Marighella tenha sido um rotundo fracasso como guerrilheiro, tanto na prática como na teoria. Na prática, a sua história pessoal e a de sua organização, a ALN são bastante eloquentes. Foram exterminados rapidamente pelo Estado. Na teoria, a despeito de toda sua influência internacional, também ninguém que o levou a sério deu certo.

Essa avaliação tecnicamente negativa do discurso militar de Marighella, no entanto, de modo algum encerra a questão da significação histórica de seus textos e conceitos.

6.3.3. Da sua originalidade

Não obstante ser obrigatório o reconhecimento das muitas lacunas, repetições, contradições, incorreções, primarismos lógicos e outras fragilidades intelectuais observáveis nos textos de Marighella, deve-se também distinguir neles certas peculiaridades de conteúdo e forma que lhes conferem importante lugar na história do conceito terrorismo. Em outras palavras, o fato da obra do baiano ser evidentemente limitada em vários aspectos não deve supor que ela seja automaticamente e *in totum* pobre ou menor.

Por exemplo, no sentido de ressaltar as peculiaridades que tornam o pensamento de Marighella excepcional, nenhum outro autor brasileiro assumiu tão enfaticamente a crença do poder da brutalidade física e psicológica sobre seus inimigos, conforme já comentado anteriormente. Ou se empenhou tão pessoal e concretamente em promovê-las, também como já antes mencionado. Com efeito, a proposta de violência fisicamente sangrenta e mentalmente torturante que Marighella apresenta não encontra paralelo na literatura política brasileira. Sequer no âmbito da ficção existe nas letras nacionais personagem assim empenhado em projeto tão sistemático e agudo de violência como o baiano.

Só isso já seria suficiente para tratar com especial atenção os textos que ele escreveu depois do retorno de Havana no final de 1967. Mas há mais.

Quando Gorender afirma que Marighella “(...) *faz apelo à ‘violência extrema’*. *A violência situada no plano dos valores incondicionados, alheios a determinações históricas* (...)”⁸⁷⁸, ele não está se referindo a algo meramente pitoresco. Ou notável apenas no contexto das tradições políticas brasileiras. Gorender está assinalando uma característica que coloca Marighella entre os mais peculiares e importantes teóricos terroristas de todos os tempos.

Por exemplo, um aspecto que distingue o discurso do baiano e ressalta sua importância histórica foi o pioneirismo dele em propor a possibilidade de manipular a mídia *mainstream* a seu favor, no sentido de obter cobertura e repercussão para atos terroristas. Desde o final da década de 1970, estudiosos como Yonah Alexander chamaram a atenção para a importância disso⁸⁷⁹. Cherif Bassiouni, que vem estudando essa “*strategy of media manipulation*” por parte de agentes terroristas não estatais, coloca a obra do brasileiro como o pilar fundamental de sua criação e disseminação⁸⁸⁰. Gabriel Weiman e Conrad Winn, que também estudam as relações entre os meios de comunicação de massa e as práticas terroristas, são igualmente enfáticos ao apontar Marighella como precursor dessa estratégia⁸⁸¹. Trata-se de um fato reconhecido em praticamente todos os tratados sobre história do terrorismo⁸⁸², havendo diversos trabalhos comentando isso. Como o de Sue Mahan e Pamala, que discutem especificamente a importância do *Manual* para a cultura do terrorismo contemporâneo, no que toca à cobertura da mídia⁸⁸³.

⁸⁷⁸ Jacob Gorender. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira (das ilusões perdidas à luta armada)*, pp. 96.

⁸⁷⁹ Yonah Alexander. “Terrorism and the media. Em: Yonah Alexander e Paul Wilkinson, Paul (orgs.). *Terrorism: theory and practice*. Boulder, Westview Pub., 1979, pp. 159-174

⁸⁸⁰ Cherif Bassiouni Feedman. “Problems in media coverage of nonstate-sponsored terror-violence incidents”. Em: Lawrence Feedman e Yonah Alexander (orgs.) *Perspectives on terrorism*. Wilmington, Scholarly Resources Pub., 1983, pp. 177-200.

⁸⁸¹ Gabriel Weiman e Conrad Winn. *The theater of terror: mass media and international terrorism*. Nova York, Longman, 1994, pp 112.

⁸⁸² Ver, por exemplo, Gus Martin. *Understanding terrorism: challenges, perspectives and issues*. Londres, SAGE Pub., 2015, pp. 385 e notas.

⁸⁸³ Sue Mahan e Pamala Griset (orgs.). *Terrorism in perspective*, pp. 219.

Outro exemplo de singularidade que pode ser encontrado nos escritos de Marighella refere-se à sensibilidade que ele demonstra em relação ao significado militar dos grandes centros urbanos. Para ele, as formas da violência revolucionária não importavam muito, nem o número de casualidades, desde que efetivamente levassem ao caos da administração pública e à crise do governo. Como ele insiste em seu *Manual*, alvos apropriados para promover essa violência podem ser encontrados por toda parte, havendo muitas maneiras de atacá-los.

Embora seja uma questão algo óbvia, o brasileiro foi o primeiro a escrever sobre o potencial – como alvo – da complexidade das metrópoles modernas, cujo bom funcionamento é super delicado e que pode ser comprometido com certa facilidade por um pequeno número de pessoas atacando com ações relativamente modestas em seus pontos nevrálgicos. Com efeito, parte fundamental da estratégia de Marighella era promover o caos e colapsar as cidades. Como em outros casos, desde cedo Yonah Alexander percebeu que esse chamado ao aproveitamento sistemático dos detalhes e das vulnerabilidades das grandes urbes para fins terroristas representava uma nova técnica de terror político⁸⁸⁴.

Ainda com relação a inovações técnicas em operações terroristas (e à ideia de que “tudo é um alvo”), Marighella também é reconhecido como primeiro “teórico” do sequestro de aviões civis, do sequestro de “famosos” (pelo simples fato de serem famosos) e de promover o terrorismo psicológico (a “guerra de nervos”). Como é facilmente observável, um elemento onipresente no terrorismo de hoje é a estratégia inovadora de Marighella em usar a violência contra alvos altamente simbólicos, mas individualmente aleatórios, a fim de provocar as autoridades, semear o caos e gerar comoção popular.

Além de apresentar essas peculiaridades, por assim dizer “técnicas”, o discurso de Marighella também é singular por aquelas duas razões que Randall Law assinalou lá atrás: a forma como ele assume o terrorismo e o modo como ele funde diferentes padrões terroristas.

Com relação ao lugar que Marighella concedeu ao terrorismo em suas teorias, desde *Terrorismo e comunismo* de Trotsky, escrito por volta de 1920, nenhum líder ou teórico comunista se pronunciou publicamente com tanta clareza e radicalidade. Ninguém depois de Trotsky foi tão sincero em assumir a importância do terrorismo como ferramenta revolucionária. E discorrer sobre como ele deve ser perpetrado. Embora não fosse segredo

⁸⁸⁴ Yonah Alexander e Seymour Maxwell (orgs.). *Terrorism: interdisciplinary perspectives*, pp. 8.

para ninguém, a dimensão terrorista do projeto marxista-leninista (de fácil constatação prática a cada tomada de poder pelos comunistas em países diversos), desde a década de 1930 era um assunto proibido na literatura revolucionária (por razões táticas de propaganda, é claro). Até o brasileiro tocar tão aberta e insistentemente na questão. E de uma forma muito singular.

Nesse sentido, Marighella também inovou bastante com seu discurso eclético e sincrético. Como disse Randall Law, “em um único golpe”, ele reuniu quase todas as vertentes teóricas e profissionais em mais de um século da história do terrorismo⁸⁸⁵. E, não obstante todas as suas limitações, de uma forma muito pessoal, direta e criativa, à qual pouquíssimas obras da literatura revolucionária mundial podem ser comparadas.

⁸⁸⁵ Randall Law. *Terrorism: a history*, pp. 338-339.

6.4. Autores e obras presentes no pensamento político-militar de Marighella

Considerando os propósitos desta *Tese* quanto à genealogia das ideias, é fundamental se perguntar sobre os autores, obras e experiências históricas que inspiraram Marighella e ofereceram os subsídios básicos – em termos de mitologemas, ideologemas e *topoi* – para que ele chegasse a escrever o que escreveu sobre terrorismo.

Nesse sentido, a primeira constatação quanto às influências nos seus escritos remete obviamente a Karl Marx e Friedrich Engels. Marighella conheceu o marxismo quando estava com cerca de vinte anos, ou um pouco mais. Em 1934 tornou-se militante revolucionário profissional, assim permanecendo toda a vida, primeiramente e sempre em nome dos pais do comunismo. O que ele entendeu e reteve de Marx e Engels, no entanto, não é uma pergunta de resposta simples, especialmente com relação às questões sobre violência revolucionária.

A começar por um fato concreto. A despeito do que afirmam arbitrariamente alguns de seus apologistas, não há qualquer evidência de que Marighella conseguisse ler em outra língua que não fosse o português e o espanhol. E as traduções para estas línguas eram limitadíssimas em sua época, com poucos títulos e versões grosseiras. Mesmo os membros mais poderosos do PCB, caso não dominassem outras línguas, tinham pouca coisa à sua disposição. Um catálogo mais amplo e boas edições de Marx e Engels só começaram a aparecer em português e espanhol na década de 1970. Além disso, importante lembrar que Marighella nunca passou anos estudando na União Soviética, como vários outros membros do Partido. Sua estada na China, Rússia e outros países comunistas entre 1953 e 1954 foi relativamente rápida, superficial e justamente marcada por dificuldades linguísticas. Certamente, ele teve alguns meses para estudar em Cuba, mas não parece que os clássicos do marxismo tenham sido o centro de suas atenções, além de ter voltado para o Brasil com pouco mais do que a roupa do corpo, sem condições de trazer livros consigo. Dentro disso, deve-se lembrar que a maioria das notas político-militares nos escritos de Marx e Engels não se encontra em suas obras mais filosóficas e populares, mas nos textos de “combate diário” (por exemplo, os artigos na *Gazeta Renana* durante a revolução de 1948-1949 e as cartas pessoais dos dois); um tipo de fonte praticamente inacessível a Marighella.

Outra discussão pertinente a respeito do que Marighella compreendeu e guardou de Marx e Engels remete a questões mais teóricas. Por exemplo, em um plano mais amplo, sobre qual leitura do marxismo ele privilegiou, considerando sua permanente subserviência ao

stalinismo. Ou, em um plano mais pontual e ajustado a esta *Tese*, sobre o quanto Marighella honrou o pensamento de Marx e Engels em relação ao anarquismo, especialmente a partir do momento que ele rompeu com o PCB e adotou procedimentos claramente anarquistas na ALN.

Em suma, sem pretender encerrar a discussão sobre essa questão, é razoável afirmar que a presença de Marx e de Engels nos textos analisados de Marighella se mostra mais num âmbito filosófico geral (o materialismo, a ideia de revolução, a violência como parteira da história etc.) do que num sentido político-militar prático.

A segunda grande matriz presente nos escritos de Marighella também é bastante óbvia e forte, porém como muito maior implicação prática. Ou seja, Lênin. Como se sabe, a produção textual dele era voltada fundamentalmente à ação revolucionária, ao contrário daquela de Marx e Engels, muito mais especulativa e tematicamente diversificada. Seus principais textos desde bem cedo foram traduzidos para o português (*Que fazer?*, *Dois táticas da Social-Democracia na revolução democrática*, *O Estado e a revolução*, *A revolução proletária e o renegado Kautsky* etc.) e a imprensa do PCB nunca deixou de publicar outros títulos. A oferta em espanhol também sempre foi grande. Comparando essas influências, quase se pode dizer que o marxismo que Marighella conheceu era antes de tudo leninismo.

Marighella sempre reivindicou o leninismo, mesmo quando parecia estar longe dele em alguns aspectos.

A partir de sua participação na Conferência da OLAS, Marighella passou a falar em adaptações na aplicação das ideias de Lênin às condições específicas da América Latina e da luta guerrilheira. Respondendo a um questionário da revista cubana *Pensamiento Crítico* pouco depois do encontro em Havana, ele reafirmou suas convicções leninistas e elogiou a adequação que, segundo ele, os cubanos estavam fazendo com o leninismo às peculiaridades de sua realidade local⁸⁸⁶.

Esse primeiro sinal de sua releitura da tradição da tradição bolchevique foi evoluindo nos dois anos seguintes, até Marighella romper formalmente com um dos aspectos mais centrais do leninismo. Assim no texto *Sobre a organização dos revolucionários* (pouco posterior ao *Mini-manual*), ele diz,

⁸⁸⁶ Carlos Marighella. *Respostas ao questionário do Pensamiento Crítico*. Em: Edgar Carone. *O movimento operário no Brasil (1964-1984)*, pp. 44.

“(...) *O centralismo democrático não se aplica a organizações revolucionárias como a nossa. Em nossa Organização o que há é a democracia revolucionária. E a democracia revolucionária é o resultado da confiança no papel desempenhado pela ação revolucionária e nos que participam da ação revolucionária (...)*”⁸⁸⁷.

Não importa aqui que essa “democracia revolucionária” esteja muito mal explicada. Importa que, seja ela o que for, não parece ser mais o mesmo *modus operandi* típico do partido leninista.

Considerando isso, João Quartim de Moraes⁸⁸⁸, Cristiane Nova e Jorge Nóvoa⁸⁸⁹, Mário Magalhães⁸⁹⁰ e Marcelo Ridenti⁸⁹¹, entre vários outros estudiosos de Marighella, ressaltam que sua ruptura com o padrão leninista de partido burocrático e centralizado encarnado no PCB foi uma das principais peculiaridades do pensamento do baiano, constituindo mesmo uma “grande contribuição” à esquerda brasileira.

Sem dúvida, isso é verdadeiro. No entanto, essa constatação não deve supor, como o próprio Marighella alerta diversas vezes, um distanciamento do espírito do leninismo. De fato, ao pensar a relação de Marighella com o leninismo, deve-se considerar também que este é uma teoria política e uma prática que não se resumem a uma forma de organizar militantes. O leninismo vai muito mais longe.

Leninismo também é uma moral que só leva em consideração ou respeita os interesses da revolução comunista, uma crença no poder revolucionário da violência (em particular, do terrorismo e da “ditadura do proletariado”) e, sobretudo, uma estratégia revolucionária baseada na ação política e militar de uma vanguarda de militantes profissionais. Em todos esses aspectos, e outros, Marighella continuou fiel a seu passado bolchevique.

A mentalidade político-militar de Marighella nunca se afastou completamente da perspectiva estratégica que o PCB (e outras organizações herdeiras da III Internacional) vinha perseguindo historicamente. Em outros termos, Marighella jamais se desvinculou das bases

⁸⁸⁷ Carlos Marighella. “*Sobre a organização dos revolucionários*”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, pp. 553.

⁸⁸⁸ João Quartim de Moraes. “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”. Em: João Quartim de Moraes (org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1995, v. II, pp.84.

⁸⁸⁹ Cristiane Nova e Jorge Nóvoa. *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, pp.137.

⁸⁹⁰ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 362.

⁸⁹¹ Marcelo Ridenti. *Em busca do povo brasileiro*. São Paulo, UNESP, 2016

ideológicas e das práticas do marxismo-leninismo. Tanto para o baiano como para o velho Partido a lógica de fundo era a mesma: violência, autoritarismo, golpismo etc. Bem como as análises gerais: discurso catastrofista, crença no imperialismo como última etapa do capitalismo, caracterização do regime militar como ditadura “fascista”, existência de estruturas feudais no campo brasileiro etc. Como disse Claudinei Rezende, “(...) *O alicerce movediço e desorientador que sustentava para Marighella a ideia de revolução e de Brasil era o mesmo andaime que sustentava o PCB logo após a Segunda Guerra Mundial (...)*”⁸⁹². Ao considerar o processo de ruptura de Marighella com o partido no qual ele militou durante mais de três décadas, não se deve esquecer que nesse tempo todo ele foi uma das melhores personificações das ideias hegemônicas dentro do PCB.

A terceira grande influência presente nos escritos de Marighella vem do maoísmo, por sua vez uma releitura do leninismo tradicional.

Grosso modo, o maoísmo se caracteriza pela ênfase no protagonismo do campesinato e da guerrilha rural no processo revolucionário, contrariando a tese de Lênin sobre o papel principal do proletariado urbano. Seu projeto é basicamente promover a luta armada no campo, sustentar uma “guerra popular prolongada”, cercar as cidades e então dar o golpe final em direção ao poder. No resto, ele segue Lênin.

Em capítulos anteriores já foi discutido o impacto da Revolução Chinesa no PCB. E em Marighella, que esteve no país poucos anos depois seis anos depois da entrada de Mao em Pequim. Desde o final da década de 1940, ambos investiram concretamente na ideia de guerra popular prolongada.

Nesse sentido, a ideia central no pensamento militar de Marighella era formar o “Colunão” – uma grande coluna móvel dividida em exércitos separados, mas próximos, no centro do Brasil –, cujas atividades seriam amparadas e supridas por focos guerrilheiros espalhados no resto do país, especialmente nas grandes cidades. Para o baiano, com o suporte sincronizado dos grupos de fogo urbanos, um grande exército de guerrilheiros baseados no campo atacaria unido aqui e ali, dispersando-se depois em pequenas unidades pelas áreas onde atuassem. Como escreveu em *Quem samba fica, quem não samba vai embora*, “a guerra contra eles é longa e prolongada e não se baseia em combates decisivos, mas na paciência

⁸⁹² Claudinei Cássio de Rezende. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*, pp. 148.

chinesa”⁸⁹³. A meta era golpear gradativamente as instituições e pessoas identificadas com as autoridades e progredir no cerco das cidades, até colapsar o governo e tomar o poder.

A proposta era inspirada particularmente na experiência de Prestes na década de 1920 e no conceito maoísta de guerra popular prolongada. Mas incorporava também algo do modelo guevarista (discutido a seguir) e, dentro da noção de guerra urbana, as práticas da revolução argelina e, especialmente dos vietcongues. Na verdade, a experiência vietnamita era aquela que mais se aproximava do plano de Marighella, pois combinava guerrilha rural, guerrilha urbana e terrorismo. Quando ele disse, na já comentada entrevista publicada na revista francesa *Front*, que “*O Brasil será um novo Vietnã*”, havia ali mais do que apenas uma referência genérica à guerra que vivia o país asiático.

Todavia, é pouco provável que Marighella tenha lido os escritos militares de Giap e de Truong Chinh, embora em meados da década de 1960 alguns deles já estivessem publicados em inglês e francês. O conhecimento que o baiano tinha do caso vietcongue parece ser originário da literatura corrente, especialmente por meio de matérias da imprensa *mainstream*. Como se sabe, por motivos que não aconteceram antes e nem se repetiram depois, a cobertura jornalística da Guerra do Vietnã foi especialmente livre, bem documentada e internacionalmente difundida.

Advertência semelhante deve ser considerada em relação ao que Marighella acompanhou e sabia sobre a guerra de independência da Argélia (pelo menos até participar da Conferência da OLAS em 1967). Ou seja, como no caso da guerra vietnamita, pouco mais do que oferecia a grande mídia da época. Porém, com um notável diferencial. Em 1966, o cineasta italiano Gillo Pontecorvo lançou internacionalmente, com excepcional sucesso, o filme *La Battaglia di Algeri*, que tratava da guerra de independência nacional da Argélia. Como escreveu Sérgio Rizzo, filmada com as facilidades proporcionadas pelo novo governo revolucionário do país e honrando a tradição realista do cinema italiano, a película era uma verdadeira “(...) cartilha sobre a ação política em forma de guerrilha (...)”⁸⁹⁴. Entre outras ações da FLN, vê-se ali o uso de pessoas ignorantes do povo para cometer atentados, assassinatos pelas costas e colocação de bombas em locais públicos. Marighella não assistiu

⁸⁹³ Carlos Marighella. *Quem samba fica, quem não samba vai embora*. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, pp. 547 e ss.

⁸⁹⁴ Sérgio Rizzo. “Proibido em diversos países, a ‘Batalha de Argel’, reestrela no Brasil”. Em: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 2 de setembro de 2005.

este filme no Brasil, pois ele estava proibido aqui. Mas é quase impossível que não o tenha visto nos muitos meses que passou em Cuba. A obra de Pontecorvo foi um verdadeiro *blockbuster* entre a esquerda revolucionária da época.

A quarta influência decisiva no pensamento militar de Marighella foi a variação de maoísmo representada pelas ideias de Guevara, o mais declarado leninista e stalinista de todos os grandes líderes da Revolução Cubana. A partir da experiência de Sierra Maestra, ele propôs uma adaptação das táticas e estratégias de Mao que acabaram obtendo grande repercussão internacional. Essa adaptação – que ganhou um significativo reforço teórico com as reflexões do francês Régis Debray – ficou conhecida como “foquismo”, pois previa a criação voluntarista de um foco de guerrilha rural que se irradiaria espacialmente até cercar as cidades e levar à vitória final da revolução.

Especialmente dois textos de Guevara influenciaram diretamente os escritos de Marighella: *¿Que és um guerrillero?* (1959) e *Guerra de guerrilla* (1960), este último publicado no Brasil antes do golpe militar por uma editora ligada ao então recém-criado PCdoB. Em Cuba, o baiano certamente teve acesso a mais textos de Guevara e possivelmente conheceu o opúsculo *Instrucciones para los cuadros destinados al trabajo urbano*, que tem muito a ver, pelo estilo e pelo conteúdo, com o *Mini-manual do guerrilheiro urbano*. Essas *Instrucciones* foram entregues no começo de 1967 pelo próprio Che à jovem boliviana Loyola Guzmán Lara, que desde a chegada do argentino na Bolívia no final do ano anterior desempenhou um importante papel na equipe urbana da guerrilha. Quando Marighella esteve em Havana este material já era conhecido lá.

Um aspecto particularmente importante nas teorias de Guevara e que cativou Marighella foi a ideia de que “(...) *no siempre hay que esperar a que se den todas las condiciones para la revolución* (...)”, como escreveu em *Guerra de guerrillas*, considerando que um pequeno núcleo guerrilheiro poderia facilmente se reproduzir e espalhar a revolução com relativa rapidez e eficácia.

A discussão sobre se as teses de Marighella seriam “foquistas”, ou não, já consumiu alguma atenção dos estudiosos de sua obra⁸⁹⁵. Mas ela não parece implicar em grandes problemas. Em termos formais, o próprio Marighella deixou isso claro em diversas ocasiões;

⁸⁹⁵ Ver, por exemplo, Cristiane Nova e Jorge Nóvoa. *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*, pp. 136 e ss. Ou então Claudinei Cássio de Rezende. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*, pp. 128 e ss.

por exemplo naquela entrevista a Conrad Detrez publicada pela revista *Front*, já mencionada anteriormente. Decididamente, em sentido estrito, ele não pode ser considerado um adepto do foquismo. Entre outras razões, porque o seu discurso de violência revolucionária ia muito além daquele guevarista (por exemplo, ao discutir a guerrilha urbana e incorporar explicitamente o terrorismo).

No entanto, isso não significa que Marighella estivesse desinteressado das proposições de Guevara e não absorvesse algumas delas⁸⁹⁶. Especialmente duas. A primeira, referente à crença no voluntarismo – isto é, no poder da vontade revolucionária –, expressa na confiança depositada pelo Che na ação político-militar de um reduzido número de decididos guerrilheiros encravados em um santuário qualquer. A famosa frase do argentino lembrada há pouco – “*no siempre hay que esperar a que se den todas las condiciones para la revolución*” – calou profundamente no espírito de Marighella, pois combinava perfeitamente com sua mentalidade e perfil biográfico. E o estimulou muito.

A segunda coisa que Marighella aproveitou de Guevara foi justamente a noção de “foco”. Mas não exatamente no sentido que o termo encontra no próprio Guevara ou em Debray. Enquanto para eles “foco” significava “centro”, para o baiano significava “ponto”. Ou melhor, “pontos”. Isto é, a possibilidade da guerrilha se disseminar a partir de diferentes “focos”. Inclusive desde a área urbana.

Na verdade, como diz Georg Lopez, mais do que diferenças, existia certa “complementariedade” entre os modelos de violência política propostos por Guevara e Marighella⁸⁹⁷. Seja como for, o debate sobre a influência das ideias e práticas de Guevara sobre as ideias e práticas de Marighella pode ir bem mais longe. Mas não é possível nem necessário prolongá-lo aqui. No que importa agora, basta com reconhecer a pertinência do argumento.

A partir dessa primeira e fácil identificação das principais matrizes do pensamento político-militar de Marighella (ou seja, em graus diversos, Marx, Lênin, Mao e Guevara), o problema das outras influências que o nutriram se mostra menos simples.

⁸⁹⁶ Ver Jean Rodrigues Sales. “A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil”. Em: *Tempo/Revista do Instituto de História/Universidade Federal Fluminense*. Niterói, 2009, v. XIV, n. 27, pp. 199-217.

⁸⁹⁷ Georg Lopez. “Terrorism in Latin America”. Em: Michael Stohl (org.). *The politics of terrorism*. NovaYork/Basel, Marcel Decker Pub., 1988, pp. 497-524.

Nesse sentido, deve-se considerar, antes de mais nada, aqueles autores que inspiraram toda uma época e dificilmente poderiam ter sido ignorados por Marighella, mesmo que não citados diretamente presentes em seus escritos.

Dois deles são importantes ícones do pensamento violento no século XX. Um é o francês Georges Sorel (1847-1922). Engenheiro de profissão e filósofo particularmente interessado no sindicalismo revolucionário, seu livro *Refléxions sur la violence* (1908) inspirou igualmente anarquistas, comunistas e fascistas. Para ele, a violência como método revolucionário é vida, criatividade e virtude, sendo que sem ela o proletariado jamais alcançará sua redenção⁸⁹⁸. Sorel não trata do terrorismo, exatamente. Desde a década de 1930 já existiam pelo menos três edições em castelhano (ver, por exemplo, aquela chilena, da editora Ercilla, de 1935). Em uma rápida prospecção esta pesquisa não encontrou alguma tradução para o português antes de 1992 (São Paulo, Martins Fontes). Mas isso não impediria Marighella de conhecer esta obra. Com efeito, Gorender, que conviveu de perto com Marighella, fala da influência de Sorel no pensamento do líder da ALN⁸⁹⁹.

O outro grande apologista da violência revolucionária cuja obra também se reflete em Marighella é Frantz Fanon (especificamente discutido no Apêndice II). Seu famoso livro, *Os condenados da Terra*, foi publicado pela primeira vez em 1961, na França. A primeira edição em espanhol veio à luz no México, em 1963 (editora Fondo de Cultura Económica). A primeira edição brasileira foi aquela da Civilização Brasileira em 1968. Ou seja, acesso à obra, Marighella teve. Ademais, interessadíssimo na guerra de independência da Argélia, é difícil imaginar que o baiano desconhecesse a figura do psiquiatra caribenho. Gorender também fala da presença de Fanon nos escritos de Marighella e até discute alguns de seus aspectos particulares. Por exemplo, a semelhança do conceito de “violência absoluta” em um e o conceito de “violência extrema” em outro⁹⁰⁰.

Tanto Sorel como Fanon não podem ser rigorosamente considerados marxistas, mas eles beberam muito nesta fonte. Isso estabelece uma espécie de ponte “natural” com o pensamento de Marighella. No entanto, o discurso deles não ultrapassa certa “filosofia” da violência, no sentido de uma abordagem abrangente e tecnicamente indeterminada da questão.

⁸⁹⁸ Georges Sorel. *Reflections on violence*. Em: Jeremy Jennings (org.). *Cambridge texts of the history of political thought*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 9-21.

⁸⁹⁹ Jacob Gorender. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira (das ilusões perdidas à luta armada)*, pp. 105

⁹⁰⁰ *Idem, ibidem*, pp. 96 e 105.

Ou seja, a influência que eles podem ter exercido – e que provavelmente exerceram – sobre o baiano não chegou a alcançar dimensões práticas.

Em sentido prático, ou seja, em outra escala de influência que não aquela proporcionada pela exaltação de uma violência revolucionária genérica, a obra escrita de Marighella acusa outros componentes.

Um dos mais importantes – e praticamente ignorado nos estudos sobre o baiano – foi aquele representado por Abraham Guillén, cuja figura já foi comentada anteriormente⁹⁰¹.

As duas obras principais do ex-combatente da guerra civil espanhola (*Teoría de la violencia e Estrategia de la guerrilla urbana*) foram publicadas, respectivamente, em 1965 e 1966, a primeira em Buenos Aires e a segunda em Montevidéu, ambas ganhando ampla visibilidade nos meios esquerdista das duas margens do Prata. Dada a proximidade de Marighella com os grupos da esquerda radical uruguaia (lembrar, por exemplo, que foi com o apoio dela que ele saiu do Brasil para participar da Conferência da OLAS em 1967), seria muito difícil que ele não conhecesse os livros de Guillén. Com efeito, em 1978, perguntado pelo jornalista Antonio Aranciaba a respeito da influência que ele teria exercido sobre o movimento guerrilheiro no Brasil, Guillén respondeu:

“(…) *Los exiliados brasileños que llegaron al Uruguay, luego del golpe de Estado contra el presidente Goulart, sus líderes principales, casi todos me conocieron. La estrategia de la guerrilla urbana -antes que a otros idiomas- fue traducida ao português; entró en Brasil mimeografiada; dio lugar al movimiento guerrillero urbano, dándole doctrina estratégica; influyó notablemente en el movimiento guerrillero del capitán Lamarca y de Marighella (...)*”⁹⁰².

Talvez haja uma presunção exagerada de Guillém quanto à sua própria importância. Mas algo de verdade existe nesta afirmação. Quando menos pela real influência de seus livros.

Em particular, no ensaio *Teoría de la violencia: guerra y lucha de clases* há toda uma seção consagrada a uma filosofia da ação⁹⁰³ que ecoa o anarquismo violento e que será um dos traços mais característico do discurso de Marighella. Em *Estrategia de la guerrilla*

⁹⁰¹ Para uma apresentação mais detalhada sobre a vida e a obra de Guillén, ver Anexo/Excurso IV.

⁹⁰² Abraham Guillén. Entrevista com Antonio Aranciaba. *Bicicleta: revista de comunicaciones libertárias*. Madri, 1978, n. 9, pp. 4-10.

⁹⁰³ Abraham Guillén. *Teoría de la violencia: guerra y lucha de clases*. Buenos Aires, Jancana, 1965, pp. 5 e ss. Fac-símile disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/guillen/teoria-de-la-violencia.pdf>>.

urbana, entre outras ideias que reverberam em Marighella, Guillén diz – ao comentar as lições da guerra civil na República Dominicana – que:

“(…) *Hay que demostrar, con pequeñas acciones, que la policía y el ejército no son capaces de mantener el orden para ganar la estima de la población* (...)”. E que “(…) *Ha llegado la hora de que una minoría revolucionaria ponga las masas en movimiento haciéndolas superar su alienación por ele miedo* (...)”⁹⁰⁴.

No entanto, Guillén não era um entusiasta do terrorismo, estritamente falando. Embora ele não o descartasse totalmente (entendido como atividade de sabotagem), pouco falou sobre o assunto. Na verdade, apesar de tratar de guerra irregular, Guillén é basicamente um “clausewitziano” que trabalha com a ideia de exércitos constituídos e ocupações de espaços físicos. Daí uma das razões de sua limitada (mas não desimportante) influência sobre Marighella.

Outro importante elemento que parece estar presente na obra textual do baiano remete a camadas ainda mais profundas da tradição de violência revolucionária. Por isso, Gorender falou de “anarcomilitarismo” em Marighella⁹⁰⁵.

Para muitos autores, o *Manual* de Marighella foi diretamente inspirado no *Catecismo* de Nechayev. Assim, James Poland acredita que o texto do brasileiro não passa de uma reformulação das ideias originais do russo⁹⁰⁶. E Jonathan White também não vê diferença essencial entre as duas obras⁹⁰⁷. Rapoport aponta um “*identical spirit*” entre o *Catecismo* de Nechayev e o *Manual* de Marighella⁹⁰⁸. Alex Smith e Michael Stohl também chamaram a atenção para a semelhança entre as duas obras, e não só por um espírito comum, mas também

⁹⁰⁴ Abraham Guillén. *Estratégia de la guerrilla urbana*. Montevideu, Editorial Manuales del Pueblo, 1966, pp. 132-133. Fac-símile disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/guillen/estrategia-guerrilla-urbana.pdf>>.

⁹⁰⁵ Jacob Gorender. *Combate nas trevas*, pp.107.

⁹⁰⁶ James Poland. *Understanding terrorism: groups, strategies and responses*, pp. 29.

⁹⁰⁷ Jonathan White. *Terrorism: an introduction*, pp. 63.

⁹⁰⁸ David Rapoport. “Sacred terror: a contemporary example of islam”. Em: Walter Reich (org.). *Origins of terrorism*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp.103-130.

devido uma formato parecido⁹⁰⁹. Matthew Carr, enfim, entre outros autores que ainda poderiam ser citados, fala em um mesmo tipo de “guia” para extremistas⁹¹⁰.

Quando Marighella recusa o modelo tradicional de partido, propõe que qualquer um se lance à ação revolucionária violenta e apresenta um projeto de guerra psicológica e promoção do caos, ele certamente está ecoando Nechayev. Mas não somente o russo. A sombra de Herzen, de Paul Brousse (*la propagande par le fait*) e de outros anarquistas do século XIX também está presente nos escritos do baiano. No entanto, não é possível determinar como esta influência se processou, se ela foi direta ou indireta. Isso demandaria, antes de tudo, um estudo sobre a literatura anarquista disponível no Brasil entre as décadas de 1930 e 1960. E outro sobre os possíveis contatos de Marighella com militantes anarquistas, como Edgard Leuenroth, por exemplo, que ele combateu e depois teve uma relação amistosa. Ambos empenhos impossíveis de serem realizados no contexto desta *Tese*.

Seja como for, a presença de elementos anárquicos em Marighella nada tem a ver com uma disposição programática. Decididamente, ele não era um anarquista no sentido próprio do termo. O projeto libertário e ácrata, enquanto tal, não lhe interessava. Ele era essencialmente um marxista-leninista. Seus empréstimos do anarquismo (aquele de Nechayev *et caterva*) se limitam a tomar dele certo estilo de violência terrorista e certo voluntarismo romântico. Nem mesmo o fato de ambos recusarem a necessidade de um partido para realizar a revolução os aproxima ideologicamente. As formas de organização revolucionária extremamente simples defendidas pelos velhos libertários nada têm a ver com aquelas bastante mais complexas propostas por Marighella para dar corpo à guerrilha (por exemplo, a constituição de um exército popular). A semelhança entre uma coisa e outra deve-se apenas ao eclético projeto de violência revolucionária do baiano, que depois da ruptura com o PCB fagocitava de tudo um pouco.

A rigor, compreender a relação de Marighella com o anarquismo requer considerar elementos extratextuais, os quais são mencionados aqui somente a título de um mapeamento aproximativo dos problemas envolvidos na questão.

⁹⁰⁹ Alex Smith e Michael Stohl. “The theoretical utility of terrorismo: lessons and opportunities”. Em: Michael Stohl (org.). *The politics of terrorism*. NovaYork/Basel, Marcel Decker Pub., 1988, pp. 153-193.

⁹¹⁰ Matthew Carr. *The infernal machine: an alternative history of terrorism*. Londres, Hurst&Company, 2011, pp. 22.

Assim, não se pode esquecer que Augusto Marighella, o pai de Carlos, era um operário nascido no norte da Itália emigrado para o Brasil. E que antes de se estabelecer na Bahia viveu em São Paulo. Ou seja, mais sujeito às influências dos anarquistas impossível. Não que ele fosse um, estritamente falando. Parece que não era. Mas guardava deles algumas coisas comuns, como o antimilitarismo, o anticlericalismo e o inconformismo com a desigualdade social⁹¹¹. Além de certa simpatia difusa que certamente reverberou em seu filho.

Além disso, deve ser considerado o habitual temperamento rebelde e indômito de Marighella – explosivamente “porra-louca”, como seus detratores diziam nas décadas de 1960 e 1970 –, fato que o aproximava mais daqueles intrépidos e quase suicidas militantes libertários do século XIX do que dos burocráticos líderes do comunismo de sua época. Especialmente por essas razões comportamentais – de algum modo já indicadas anteriormente –, mas também por outras “teóricas” – igualmente já apontadas –, nenhum chefe comunista brasileiro foi mais “anarquista” do que ele. Anarquista, entenda-se, no sentido grosseiro e bem-humorado de “bagunçado”, “voluntarioso”, “inconsequente”.

Caminhando para o fechamento desse tópico sobre as matrizes do pensamento político-militar de Marighella, é preciso lembrar ainda que seu interesse por assuntos militares parece ter surgido durante a guerra civil espanhola, acompanhada por ele com grande atenção, apesar da distância. Depois, interessou-lhe a guerrilha dos *maquis* franceses e, especialmente, a dos *partisans* italianos contra o nazismo durante a fase final da Segunda Guerra Mundial. Mais adiante, quando esteve na União Soviética procurou saber das técnicas de guerrilha do Exército Vermelho contra os nazistas e, especialmente, do grupo guerrilheiro judeu dos irmãos Bielski nas florestas da fronteira entre a Polônia e a Bielorrússia. Talvez ele tenha tomado conhecimento de um livro bastante difundido dentro do Exército Vermelho com instruções para organização de guerrilhas e atos de sabotagem contra os invasores nazistas, editada por comandantes soviéticos por volta de 1943, já depois da Batalha de Stalingrado⁹¹². Porém, dificilmente ele pode aproveitar alguma coisa devido seu desconhecimento da língua russa. Na China, onde passou uma boa temporada, Marighella pesquisou a Grande Marcha e a constituição do Exército de Libertação Popular (anteriormente chamado de Exército

⁹¹¹ Mário Magalhães. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, pp. 37-39

⁹¹² Lester Grau e Michael Gress (orgs.). *The Red Army guerrilla warfare pocket manual*. Havertown, Casemate, 2019, 179 pp.

Vermelho do Povo Chinês). Mas também não pode desfrutar muito da oportunidade devido seus limitados conhecimentos de línguas.

Um detalhe particularmente notável nesse apanhado das influências sobre Marighella se refere aos livros cuja leitura ele recomenda aos militantes no capítulo “Uma definição de guerrilheiro urbano” de seu *Manual*. Ele diz ali que “(...) *O guerrilheiro urbano tem que ter um mínimo de entendimento político. Para conseguir isto tem que ler certos trabalhos impressos ou mimeografados (...)*”. Em seguida cita oito títulos. Entre eles, nenhum exatamente sobre política. Cinco são curtos escritos dele mesmo ou de outras pessoas da ALN (*Algumas perguntas dos guerrilheiros brasileiros sobre problemas e princípios estratégicos, Certos princípios táticos para camaradas, Levando em conta operações de guerrilha, Qualidades pessoais de um guerrilheiro urbano e Perguntas organizacionais*). Uma outra indicação refere-se ao próprio jornal da organização: *O Guerrilheiro*. Outro texto sugerido, mais ou menos óbvio no contexto, é *Guerra de guerrilha*, de Guevara. O oitavo título indicado é particularmente significativo: *Memórias de um terrorista*⁹¹³.

Este volume (178 pp.), assinado com o pseudônimo “Avner”, foi escrito por um sicário do grupo paramilitar sionista LEHI (de LohamEi Herut Israel, ou “Combatentes pela Liberdade de Israel”). O núcleo original da organização ficou conhecido como a “Gangue de Stern”, por ter sido fundado por Avraham Stern no final da década de 1930. Extremamente violento, o grupo se destacou por ataques brutais aos árabes (por exemplo, o massacre de Deir Yassin) e às autoridades britânicas do Mandato. Trata-se de um texto mal escrito, pueril mesmo, que mistura recordações pessoais insignificantes (relatos de pescaria, por exemplo) com descrições de assaltos, execuções e atentados com bombas. A falta de piedade e o cinismo assumidos do autor são chocantes. As ideias políticas expressadas no texto são absolutamente rasteiras e, em termos militares, suas indicações de confecção de bombas e organização de ataques são vagas e rudimentares. Na verdade, custa a crer como Marighella tenha aconselhado a leitura deste livro, do qual quase nada se aproveita. Ainda mais considerando que à época, 1969, a feição mais grotesca do sionismo (LEHI, IRGUN etc.) já era bem conhecida.

Com relação às experiências brasileiras, Marighella estudou praticamente todos os grandes conflitos armados ocorridos no país. Dos mais antigos, interessou-o especialmente a

⁹¹³ Avner. *Memórias de um terrorista*. São Paulo, Exposição do Livro, 1961.

luta contra a invasão holandesa, relativamente bem documentada e discutida pela historiografia brasileira daquela época. Sobre isso ele chegou, inclusive, a deixar comentários teóricos⁹¹⁴. Como aquele em que contrasta o sentido da guerrilha com o sentido da “guerra grande” tomando por base a evolução da resistência portuguesa. Assim, de um lado estaria a figura do Mestre de Campo Luiz Barbalho Bezerra, chefe do Terço (unidade militar precursora dos fuzileiros navais) que levou exitosa campanha guerrilheira de “terra arrasada” contra os batavos, debilitando-os sensivelmente. Marighella reconhece a necessidade e importância disso. Mas em contraste, de outro lado ele coloca um exército atuando de modo tradicional, justamente aquele que travou as duas Batalhas do Monte Guararapes, resolvendo vitoriosamente o conflito. Ou seja, para o baiano, a despeito do valor estratégico da guerrilha de Barbalho Bezerra ela não era o fundamental para a vitória naquela (ou em qualquer outra) guerra. O fundamental e estratégico em um conflito daquele gênero (e de outros também) era o enfrentamento em campo aberto, o choque frontal entre dois exércitos constituídos como tal, como de fato aconteceu ao sul de Recife em abril de 1648 e fevereiro de 1649.

Marighella também chamou a atenção para os ensinamentos que poderiam ser retirados da Cabanagem, da Guerra dos Farrapos (interessou-se especialmente por Garibaldi) e da Guerra de Canudos. Porém, o que mais lhe parecia sugestivo em termos de modelo de violência revolucionária eram as experiências da Coluna Prestes (especialmente por sua estrutura de exército e capacidade de resiliência) e do grupo de Lampião (especialmente por sua flexibilidade tática e radicalidade operacional).

Marighella não o cita, mas certamente deve ter conhecido o ex-tenente da cavalaria da Força Pública de São Paulo, João Cabanas, um dos chefes militares mais determinados e violentos da Revolução de 1924 em São Paulo. Entre outras coisas, ele fuzilou sumariamente e em público ladrões que saqueavam a cidade durante o conflito, para dar exemplo, e chicoteou soldados indisciplinados, também à vista de todos. Ele ficou especialmente famoso por comandar a Coluna da Morte, o destacamento de uma centena de homens que percorreu de trem o interior do estado cobrindo a retaguarda da Coluna Miguel Costa, após sua retirada da capital. Durante os combates, ele demonstrou grande sensibilidade à importância política da manipulação do imaginário popular e da imposição do medo no adversário para o sucesso de uma revolta militar, sendo considerado um pioneiro da guerra psicológica. E deixou um

⁹¹⁴ Ver, por exemplo, seu escrito *A crise brasileira*, pp. 84.

livro contando essa experiência⁹¹⁵, o qual é muito difícil que Marighella não tenha lido. Cabanas foi um dos fundadores da ANL e participou ativamente da Campanha O Petróleo é Nosso.

Em suma, concluindo esta seção sobre os ingredientes que alimentaram o pensamento de Marighella sobre violência revolucionária e terrorismo, três evidências devem ser particularmente consideradas. A primeira mostra que o baiano nunca se afastou filosoficamente do ideário marxista-leninista, a despeito da releitura de um ou outro de seus aspectos laterais. A segunda evidência obriga reconhecer que, sem necessariamente romper com sua tradicional filiação marxista-leninista, Marighella tentou incorporar uma grande variedade de experiências históricas e de referências textuais. Em terceiro lugar, é evidente também que a mistura de tudo isso não resultou em um todo muito coerente ou mesmo funcional.

⁹¹⁵ João Cabanas. *A Coluna da Morte*. São Paulo, UNESP, 2014 (1928).

CONCLUSÃO

Percorrido, enfim, o itinerário metódico previsto desde o início desta *Tese* e contabilizada uma série de evidências ao longo da investigação, cabe então, finalmente, tentar traduzir tudo isso em algumas sentenças dedutivas, a modo de resumidas conclusões formais sobre o empreendimento realizado.

Nesse sentido, é importante recordar que, conforme foi enunciado na Introdução, esta *Tese* tinha três objetivos básicos e conexos. A saber: 1) apresentar um panorama geral da história da construção do conceito terrorismo desde o final do século XVIII até a época de Marighella; 2) identificar os elementos ideológicos e técnicos mais recorrentes nos teóricos, doutrinadores e apologistas do conceito terrorismo; 3) determinar o lugar de Marighella nesse processo de construção conceitual.

Além disso, naquela Introdução se apresentava também uma hipótese teórica de trabalho, ou “tese” propriamente dita, a ser evidenciada, ou não, no final da pesquisa. Ou seja, de que Marighella não teria sido somente um dos mais importantes teóricos da história do terrorismo, como também teria inaugurado certa dimensão pós-moderna do conceito.

Considerando essas promessas e chegando a termo o inquérito começado lá atrás, é possível assim tirar três ordens de conclusões transversais, além de uma principal, acerca dos três objetivos básicos desta pesquisa e da sua tese original.

I

Com relação ao primeiro objetivo básico desta *Tese*, ou seja, fazer um mapa panorâmico da história original do conceito terrorismo, foram organizadas as Partes 2, 3 e 4 do presente estudo. Ali ficaram evidentes duas coisas. A saber:

1) que o conceito terrorismo (lembrando que não se está discutindo a questão das práticas terroristas, mas a evolução das ideias referentes a elas) foi nominalmente criado e teoricamente desenvolvido por ideólogos da esquerda revolucionária. De Marat a Lênin e

Trotsky, todos os autores que efetivamente contribuíram para que o conceito terrorismo se estabelecesse e prosperasse pertenciam ao campo político da esquerda revolucionária.

2) que a evolução do conceito terrorismo passou basicamente por três etapas ou processos bem definidos até chegar à época de Marighella: a elaboração jacobina (com todos seus desdobramentos carbonários, blanquistas etc.), a elaboração anarquista (especialmente dos *narodnikis* russos e dos adeptos da “*propagande par le fait*”) e a elaboração marxista-leninista.

II

Com relação ao segundo objetivo, ou seja, identificar os elementos ideológicos e técnicos mais recorrentes nos autores empenhados na construção do conceito terrorismo é possível concluir que:

1) a despeito das diferenças cronológicas, contextuais e biográficas apresentadas por eles, há entre todos um fundo cultural comum bastante coerente sob os pontos de vista ideológico, político, moral e técnico.

2) esse fundo cultural comum está baseado em um mix de noções relativamente fáceis de identificar. Quais sejam: a) o mitologema da promessa redentora de “a revolução”, entendida como mudança abrupta, radical, salvacionista e definitiva nas relações de poder político, ressaltando nesse mitologema a ideia fundamental de que “a revolução só presta contas a si mesma”; b) o ideologema de uma teoria revolucionária que teria o poder ou a ciência de tornar real o mitologema citado antes, ressaltando nesse mitologema a ideia fundamental de que, em nome de promessas libertadoras e pacificadoras, “tudo é permitido à revolução” (notadamente formas extremadas de violência, como o terrorismo); c) os três *topoi* que parecem ser clássicos relativos à crença no poder positivamente transformador da violência, à convicção de que “os fins justificam os meios” e à prática mental de “transferência de culpa” pelos atos de violência (“eles fazem pior”, “eles começaram”, “eles só entendem essa linguagem” etc.).

III

Com relação ao terceiro e mais específico objetivo proposto no início desta *Tese*, ou seja, determinar o lugar de Marighella no processo de construção histórica do conceito terrorismo, é necessário ser um tanto mais minudente. Assim, considere-se as seis constatações seguintes, com especial atenção para a última, a qual de certo modo encerra todas as anteriores.

1) Em Marighella há um “eu” político autoritário e violento totalmente afim com os mitologemas, ideologemas e *topoi* mencionados acima. Daí sua plena identidade cultural com a tradição de violência política que alimentou o conceito terrorismo.

2) A despeito de certa formação de base, o pensamento político-militar de Marighella não é composto só de permanências ortodoxas em relação ao marxismo-leninismo, mas também de rupturas, acréscimos e inovações. Nesse sentido, ele condensou criativamente diferentes tradições de *agitational terror*.

3) No tocante a essas rupturas, acréscimos e inovações, um elemento particularmente notável no pensamento político-militar de Marighella – dentro do recorte específico do processo de formação da ALN – foi a incorporação de ingredientes tipicamente anarquistas (descentralização organizativa, ativismo voluntarista, “propaganda pelo fato” etc.) ao seu projeto de fundo marxista-leninista. Uma inovação que acabou tendo enorme repercussão nos movimentos revolucionários pelo planeta a fora. E não somente porque aproximou procedimentos dessas duas tendências até então arqui-inimigas no movimento revolucionário internacional. Mas, sobretudo, porque apontou para a possibilidade de qualquer outra “mistura” de métodos violentos em favor do ideograma utópico da revolução.

4) Dentro dessa confluência de ideias, no conjunto da obra de Marighella, a parte mais expressiva, original e carregada de consequências se refere justamente ao terrorismo. Com efeito, desde Lênin e Trotsky, nenhum autor foi tão detalhado e enfático ao pregar as virtudes políticas e militares da violência terrorista, assumindo-a abertamente depois de quase cinquenta anos que o assunto era evitado em público pelos por comunistas, anarquistas e outros revolucionários. Mais ainda, Marighella não somente valorizou doutrinariamente o

terrorismo como colocou-se, ele mesmo, como terrorista. Desde os grandes ideólogos do terrorismo da segunda metade do século XIX (Most, Stiner, Heinzen, Herzen, Nechayev, Ravachol etc.), ninguém ostentou tão clara e pessoalmente essa condição.

5) Marighella usa o termo “terrorismo” sem grande precisão linguística. Em várias passagens ele dá o sentido de “sabotagem” ao termo. Em outras, ele o emprega para se referir a ações que efetivamente devem ser caracterizadas como terroristas. Por exemplo, colocação de bombas em locais públicos. Há momentos também no quais ele fala em práticas de terrorismo – como promover guerra psicológica envolvendo sofrimento à população civil – sem recorrer à expressão correspondente. Marighella ainda emprega a expressão impropriamente. Por exemplo, quando acusa a ditadura militar no Brasil de terrorismo em casos nos quais ela está sendo genericamente tirânica e violenta, mas não exatamente terrorista.

Apesar de algumas das propostas de ação de Marighella não constituírem em si mesmas atos terroristas (por exemplo, um assalto a banco não necessariamente evoca terrorismo), no conjunto da obra do baiano elas devem ser, sim, entendidas como ações terroristas, já que o propósito é justamente apresentá-las como parte do mesmo pacote. Um pacote no qual cada componente depende do outro, retroalimentando-se em um projeto de violência essencialmente simbólica. Ou seja, de terrorismo.

Essa aparente bagunça no manuseio da palavra terrorismo não era invenção de Marighella. Ela havia surgido com Lênin e Trotsky.

Com efeito, os jacobinos não acusaram os aristocratas e vendeanos de terrorismo. Eles inventaram o terrorismo. Marx e Engels criticaram o terrorismo dos anarquistas e propuseram seu próprio modelo de terror, mas não costumavam acusar seus inimigos burgueses dessa prática, preferindo outros termos para descrever suas práticas repressivas. Os anarquistas, como os jacobinos, não atribuíam a seus inimigos os mesmos métodos que eles próprios tanto se orgulhavam em utilizar.

De fato, foram os bolcheviques que pela primeira vez – explorando convenientemente as dimensões técnicas e propagandísticas desses termos – tanto se apresentaram (a seu modo) como os mais decididos terroristas como acusaram seus inimigos de serem terroristas (mesmo quando não o fossem). Em outras palavras, na prática revolucionária, “use tecnicamente o terrorismo” e “acuse propagandisticamente os outros de usá-lo”.

Isso, que pode parecer uma contradição, remete, em realidade, a um dos ideologemas mais fundamentais e coerentes do leninismo. Aliás, sobre o qual Trotsky discorreu bastante em *Moral e revolução*. Ou seja, a ideia de que a revolução só tem compromisso consigo mesma. Nunca, por exemplo, com as palavras. Assim, “terrorismo”, aqui e ali, pode significar o que o revolucionário quiser.

Decididamente, nesse caso, o discurso aparentemente impreciso de Marighella não é um ponto fora da curva da tradição leninista, senão que sua plena confirmação.

6) As ideias de Marighella com relação terrorismo tiveram rápida e amplíssima difusão mundial. Em questão de apenas dois anos elas estavam divulgadas em dezenas de idiomas, sendo reivindicadas por diversos grupos revolucionários. Os principais fatores que contribuíram para isso foram o carisma pessoal do baiano, a simplicidade estilística do seu discurso, a atratividade de suas teses radicais e a atuação de seus simpatizantes e divulgadores internacionais, entre outras particularidades auspiciosas.

7) Em suma, a equação teórica que Marighella promoveu – respaldada por sua coerente conduta pessoal e amplificada por circunstâncias históricas especialmente favoráveis – teve tremenda influência sobre o desenho (ou o sentido) contemporâneo do conceito terrorismo. Ao ponto mesmo de ser devido afirmar, sem incorrer em exagero, que o baiano foi, desde quando se difundiu mundialmente seu *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, o mais importante ideólogo do terrorismo nas duas décadas seguintes, com seu discurso só perdendo interesse prático com o colapso da ex-União Soviética e o advento do terrorismo jihadista.

IV

Finalmente, depois das conclusões sobre os objetivos básicos desta pesquisa, cabe agora concluir sobre a tese, em sentido ordinário, que desde o início foi adotada hipoteticamente nesta reflexão. Ou seja, cabe agora ultimar as constatações acerca da sugestão de Marighella como teórico pós-moderno do terrorismo.

Sendo assim, é de fundamental importância que se observe o texto do Apêndice V (“Sobre a noção de pós-modernidade”). Embora curto e esquemático, nele estão compendiadas as principais ideias que dão sustentação teórica para as conclusões que se seguem. Nesse apêndice se demarca o sentido preciso que é dado aqui ao termo “pós-

modernidade” e nele são discernidas algumas das tendências de época que caracterizariam a noção em causa, tomadas justamente como balizas para situar historicamente o discurso de Marighella.

Considerando o que ali se encontra e mais tudo aquilo que foi discutido nesta *Tese* (especialmente na Parte 4, “A contribuição textual de Marighella para o conceito terrorismo”), pode-se então estabelecer conclusivamente que:

1) Como já foi ligeiramente comentado na Introdução, Marighella não pode ser considerado um autor absolutamente pós-moderno. Coerentemente pós-moderno. Só parcialmente ele antecipou a realidade que viria a se confirmar nas décadas posteriores à sua morte. Muito do mundo dele sempre permaneceu firmemente moldado por ideias tipicamente modernas. Como, por exemplo, a meta-narrativa do marxismo, na sua acepção mais dura. Levando em conta que o questionamento das “narrativas sobre narrativas” é uma das características principais da pós-modernidade, decididamente Marighella não está totalmente dentro do campo pós-moderno.

2) Todavia, o fato dos textos de Marighella apresentarem elementos que não refletem integralmente a mentalidade pós-moderna, de modo algum torna sua obra menos angular na história da abordagem pós-moderna do conceito terrorismo. Primeiro, porque a própria pós-modernidade não é coisa absoluta (a heterogeneidade e a incoerência fazem parte dela, podendo-se mesmo dizer que são dois de seus pilares principais). Segundo, porque mesmo não demonstrando ser um autor caracteristicamente pós-moderno, ele foi, sem sombra de dúvida, o primeiro e mais influente, internacionalmente falando, a discursar sobre o terrorismo em chaves formais e simbólicas identificadas com a pós-modernidade.

3) No Apêndice IV foram listadas onze características principais da pós-modernidade. Tendo em conta aquilo que lá foi chamado de “suposição paradoxal” ou “ruptura com o pensamento linear, Marighella transcende tudo aquilo que até então havia na tradição do pensamento marxista-leninista a respeito do *agitational terror*, tradição notadamente esquemática e, por assim dizer, “dura”. Criativamente, Marighella sincretiza (ou tenta sincretizar) essa tradição com outras culturas terroristas. Como aquela do anarquismo, especialmente. E do terrorismo sionista. E do banditismo comum. E de outros atores. Para Marighella, vale tudo. Daí sua obra ser eclética e híbrida, inclusive com contradições notáveis, justapostas como se não fossem mutuamente excludentes. Aliás, deve-se reconhecer,

compondo um todo que em certo circuito e contexto parecia fazer sentido. E que de certo modo “funcionava”.

Isso é muito pós-moderno. Pelo menos em termos de história do conceito terrorismo.

4) Tendo em conta aquilo que foi chamado no Apêndice IV de “diversificação de competências” ou “versatilidade do indivíduo”, Marighella também transcende a tradição marxista-leninista a respeito do *agitational terror* ao pedir que os militantes revolucionários desenvolvam concomitantemente diversas competências e cumpram papéis polivalentes na organização revolucionária. Por isso, o guerrilheiro imaginado pelo baiano em seu *Manual* deveria ser uma espécie de super soldado, um tipo de “James Bond”, como já se disse em termos de galhofa, capaz de armar explosivos, atirar bem, treinar luta corporal, pilotar aviões, ser bom motorista, ter noções de primeiros-socorros etc. Todavia, subtraindo, esse aspecto anedótico, o próprio Marighella deu exemplos concretos de que isso não era simples retórica. Ele mesmo, o maior líder e teórico da ALN, realizou treinamentos de tiro e participou de ações violentas. Imagine-se Lênin fazendo uma coisa dessas.

Isso é pós-moderno: o teórico marxista do terrorismo é ele também terrorista *in acto*.

5) Tendo em conta aquilo que foi chamado no Apêndice IV de “afrouxamento da racionalidade”, Marighella também transcende a tradição marxista-leninista a respeito do *agitational terror* ao apresentar um discurso carregado de hiper-voluntarismo e anti-intelectualismo. Embora ele mesmo um teórico, Marighella despreza a discussão teórica. Embora acreditando-se muito lúcido, há baixíssima razoabilidade em seus textos. O que vale, exclusivamente, é a sua própria lógica arbitrária. Fazendo “análises” nas quais impera o primado da volição sobre o real (às vezes no limite do ridículo) e recomendando a seus seguidores o contundente agir antes do prudente pensar (em falas verdadeiramente incendiárias), o baiano decididamente não se mostra muito interessado na razão *ipso facto*. Ainda que nominalmente a pudesse reivindicar, nada evidencia seu verdadeiro apreço por ela.

Esse papel privilegiado concedido ao poder do desejo e do capricho de cada um é tipicamente pós-moderno.

6) O que foi afirmado acima tem a ver com aquilo que no citado Apêndice se tratou como tendência ao “individualismo”. Mais uma vez, Marighella transcende a tradição marxista-leninista a respeito do *agitational terror*, sincretizando-a com um elemento

tipicamente anarquista. Em Marighella (e aqui obra e vida se confundem de modo exemplar) sobressai o empenho na atitude pessoal do sujeito revolucionário, notadamente quanto à sua autossuficiência ontológica. Fazer a revolução (o que exige violência terrorista) é querer fazê-la pessoalmente, sem depender de outrem. E mesmo que microscopicamente. Conforme Marighella escreveu, em citação já anteriormente referenciada, “(...) *vocês não têm que esperar por mim. Tomem a iniciativa, assumam responsabilidades, façam. É melhor cometer erros fazendo, ainda que disto resulte a morte. Os mortos são os únicos que não fazem autocrítica (...)*”.

Essa ênfase, por assim dizer “romântica”, no poder revolucionário do ato individual de violência coincide perfeitamente com a valorização pós-moderna da pessoa singular.

7) A centralidade concedida ao indivíduo está relacionada, por sua vez, à importância dada ao tempo presente, ao tempo curto que não faz grandes projeções nem para trás nem para a frente. Novamente, Marighella se destaca nesse quesito por seus insistentes e apocalípticos chamados à urgência na ação. O imediatismo e a precipitação chegam mesmo a ser elementos dos mais característicos em seus escritos. Tudo em Marighella é acelerado e impaciente, precisando ou devendo ocorrer em breve. Seus prazos nunca são dilatados. A violência revolucionária – e dentro disso o terrorismo – deve ser executada aqui e agora, sem mais espera. Do jeito que for, pois o instante é o que primeiramente importa.

Tal modo de “vivência ansiosa” da temporalidade é uma das características mais marcantes da pós-modernidade.

8) Tendo em conta aquilo que foi salientado no Apêndice IV sobre o papel dos meios de comunicação de massa na pós-modernidade, Marighella foi mais uma vez mundialmente inédito ao recomendar a exploração da mídia *mainstream* para fazer propaganda armada. Por exemplo, ao propor sequestrar personalidades públicas – a despeito do não envolvimento delas com questões políticas – para suscitar o interesse da imprensa pela causa revolucionária. Embora uma ou outra experiência nesse sentido já fossem conhecidas, o baiano foi o primeiro a lhe dar expressão doutrinária. Ou seja, para ele o ato de terrorismo deve tentar alcançar a maior visibilidade possível (o que é parte do próprio coceito), usando inteligentemente a seu favor as contradições do sistema midiático.

Essa sensibilidade para com a chamada “sociedade do espetáculo” é muitíssimo pós-moderna.

9) Retomando o que foi comentado naquele Apêndice IV quanto ao globalismo como tendência marcante da pós-modernidade, Marighella representa (concretamente, seu *Manual*) um extraordinário fenômeno cultural e político de proporção mundial. É verdade que não porque ele o planejasse exatamente – como foi visto na seção desta *Tese* dedicada à história editorial dos seus textos de guerra –, mas graças à divulgação internacional dada a seus escritos pelos revolucionários cubanos, com a colaboração de editores europeus também comunistas (especialmente Feltrinelli, Maspero e Wagenbach). E depois por outros agentes mais ou menos próximos. Seja como for, o fato é que seu discurso sobre violência revolucionária teve rápida, ampla e influente disseminação planetária, significando um raro acontecimento em termos de propagação de noções terroristas.

A difusão extensiva de um produto cultural (no caso, propriamente político), de forma tão vertiginosamente acelerada e em escala global, com significativo impacto na moldagem de ideias e práticas coletivas, é característica crucial da condição pós-moderna.

10) Verdadeiro “*best seller*” (não literalmente no sentido de “vendido”, mas no de “reproduzido”) da literatura política revolucionária, o *Mini-manual* de Marighella até no seu título algo debochado logrou capturar o espírito do tempo e apresentar-se de modo especialmente pós-moderno.

O vocábulo “mini” está presente em quase todas as línguas ocidentais e é bem conhecido universalmente. Assim como o termo “manual”. O primeiro vem do latim *minimus*, isto é, “muito pequeno” (superlativo de *parvus*, ou seja, o apenas “pequeno”). O segundo, igualmente derivado do latim, vem de *manibus*, ou “mão”, na acepção daquilo que é “fácil de manusear”. As duas palavras se reforçam mutuamente no sentido de algo resumido e prático, bem ao gosto de uma época pragmática, “sem tempo a perder”, onde cada um pode ser o que quiser, agora. É época, aliás dada especialmente à cultura da ironia.

Em suma, nenhum outro autor político-militar da segunda metade do século XX tratou o terrorismo de forma tão pessoal, escancarada e visceral como Marighella, com a peculiaridade de reunir em seu discurso elementos de diferentes tradições terroristas e de obter em tempo recorde amplíssima difusão internacional. Além disso, nenhuma obra textual de sua época tratando o terrorismo antecipou tão pioneiramente tantos elementos característicos da mentalidade pós-moderna como o seu *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, texto “clássico” nos circuitos terroristas de todo o mundo entre as décadas de 1970 e 1990.

Dáí seu particular e notável significado na história do conceito terrorismo.

*

itaque concludit propositum

BIBLIOGRAFIA

Textos de Marighella

MARIGHELLA, Carlos . “Sobre a organização dos revolucionários”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 552.

_____. Entrevista ao semanário *Front*. Novembro de 1969. Em: Edgar Carone. *O movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo, DIFEL, 1984, pp. 63-70

_____. “A crise brasileira”. Disponível em *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo, Livramento, 1979.

_____. “As perspectivas da revolução brasileira”. Em: *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. Lisboa, Assírio Alvim, 1974.

_____. “Frente à frente com a polícia e os IPMs”. Disponível em Vladimir Safatle. *Chamamento ao povo brasileiro (textos de Marighella)*. São Paulo, Ubu Editora, 2019.

_____. “Quem samba fica, quem não samba vai embora”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo, UNESP, 1999, pp. 547-

_____. *Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil*”. Em: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo, Livramento, 1979.

_____. *Autobiografia*. Manuscrito em espanhol, sete folhas, datado de 1954. Arquivo Estatal de História Política e Social da Rússia (RGASPI). Fundo 495: armazenamento 197, dossiê 170. Moscou, Rússia. Disponível em: José Raimundo Fontes. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política (1930-1947)*. Tese de doutorado. Departamento de História/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

_____. *Carta ao Comitê Central*. Em: Edgar Carone. *O movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo, DIFEL, 1984.

_____. *Carta aos revolucionários europeus*. Roma, *L’Unità*, edição de 8 de novembro de 1969, pp. 7.

_____. *Carta ao Comitê executivo do PCB* (datada de 10 de dezembro de 1966). Em: *Pensamiento Crítico*, Havana, n. 7, agosto de 1967, pp. 209-218.

_____. *Carta aos revolucionários europeus* (outubro/novembro de 1969). *L’Unità*. Roma, edição de 8 de novembro de 1969, pp. 7. Fac-símile disponível em: <https://archivio.unita.news/assets/main/1969/11/08/page_007.pdf>.

_____. *Chamamento ao povo brasileiro*”. Em: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo, Livramento, 1979.

_____. *Crítica as teses do Comitê Central*. Em: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo, Livramento, 1979.

_____. Entrevista a Conrad Detrez. Paris, *Front*, n. 3, primeira semana de novembro de 1969, pp.1-8. Em: Edgar Carone. *O movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo, DIFEL, 1984, pp. 63-70.

_____. *Escritos de Carlos Marighella: contribuciones del guerrillero brasileño a la lucha de liberación de latinoamérica*. Santiago de Chile, Prensa Latinoamericana, 1971.

_____. *La guerra revolucionária: textos de Carlos Marighella*. Ciudad de Mexico, Ediciones Diogenes, 1971.

_____. *Mini-manual do guerrilheiro urbano*. Em: *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. Lisboa, Assírio Alvim, 1974.

_____. *O papel da ação revolucionária na organização*. Em: Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

_____. *Por que resisti à prisão*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. *Pour la libération du Brésil: textes traduits du portugais et présentés par Conrad Detrez*. Paris, Éditions du Seuil, 1970.

_____. *Pronunciamento do Grupamento Comunista de São Paulo*. Em: *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo, Livramento, 1979.

_____. *Quem samba fica, quem não samba vai embora*”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo, UNESP, 1999.

_____. *Questões de organização*. Fac-símile integral do documento em: <<https://www.marxists.org/portugues/marighella/1968/12/questoes.pdf>>.

_____. *Respostas ao questionário do Pensamiento Crítico*. Em: Edgar Carone. *O movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo, DIFEL, 1984.

_____. *Respostas ao questionário do Pensamiento Crítico*. Em: Edgar Carone. *O movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo, DIFEL, 1984.

_____. *Se fores preso, camarada*. Rio de Janeiro, Editorial Avante, 1951.

_____. *Sobre a organização dos revolucionários*”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo, Editora UNESP, 1999.

_____. *Sobre problemas e princípios estratégicos*". Em: *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. Lisboa, Assírio Alvim, 1974.

_____. Textos e entrevista. *Revue Les Temps Modernes*. Paris, Gallimard, novembro de 1969, n. 280. Disponível em: <<http://www.gallimard.fr/Catalogue/GALLIMARD/Revue-Les-Temps-Modernes/Les-Temps-Modernes131>>.

Obras gerais

ABELLÁN, Joaquín, "En torno al objeto de la historia de los conceptos de Reinhart Koselleck". Em: Santiago Castillo (org.). *La historia social en España*. Madrid, Siglo XXI, 1991, pp 4, pp 49-67.

ADAMO, Pietro. *Pensiero e dinamite: gli anarchici e la violenza*. Milão, M&B Publishing, 2004.

ADRIANO, Pino e CINGOLANI, Giorgio. *Nationalism and terror: Ante Pavelić and Ustashe terrorism from fascism to the Cold War*. Budapeste, Central European University Press, 2018.

ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.

_____. (et alii). *La disputa del positivismo en la sociología alemana*. Cidade do México/Barcelona, Grijalbo, 1973.

AGOSTINHO DE HIPONA. *Civitate Dei*. Madri, Biblioteca de Autores Cristianos, 1963.

AGUIAR, Dynéas Fernandes. Entrevista ao Centro de Documentação e Memória da Fundação Maurício Grabois. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=bCS8xUHpbw>>.

ALEXANDER, Yonah e MAXWELL, Seymour (orgs.). *Terrorism: interdisciplinary perspectives*. Londres, Mc-Graw Hill, 1977.

ALEXANDER, Yonah. "Terrorism and the media". Em: Yonah Alexander e Paul Wilkinson, Paul (orgs.). *Terrorism: theory and practice*. Boulder, Westview Pub., 1979, pp. 159-174.

ALEXANDER, Yonah. *Palestinian secular terrorism*. Ardsley, Transnational Pub., 2003.

_____. *The PLO conection*. Nova York/Bristol, Crane Russak, 1989.

ALONSO, Casanova. *ETA 1958-2008: medio siglo de historia*. Tafalla (Navarra), Editorial Txalaparta, 2007.

AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios de Salvador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

_____. *Os subterrâneos da liberdade I (Os ásperos tempos)*. Rio de Janeiro: Record, 1976.

AMAZONAS, João e GRABOIS, Maurício. “Cinquenta anos de luta”. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2000.

ANDERSON, Sean e SLOAN, Stephen. *Historical dictionary of terrorism*. Londres, Scarecrow, 2002.

ANDRESS, David. *O Terror: guerra civil e Revolução Francesa*. Record, Rio de Janeiro, 2007.

ANDREWS, Willian. *Dissenting Japan: a history of japanese radicalism and counterculture (from 1945 to Fukushima)*. Londres, Hurst Pub., 2016.

ANÔNIMO. *Histoire du terrorisme dans la commune d'Arles*. Paris, Gyffroy Ed., 1795.

ANTUNES, Ricardo. “Os comunistas no Brasil: as repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista”. Em: *Cadernos AEL*. São Paulo, Instituto Edgard Leuenroth/UNICAMP, 1995, v. I, n. 2, pp. 27-49.

ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

ARISTÓTELES. *Física*. Campinas, UNICAMP, 2009 (IV: 212b).

_____. *Retórica*. São Paulo, Martins fontes, 2000 (II: 1403a).

AUST, Stefan. *The Baader Meinhof complex*. Londres, The Bodley Head, 2008.

AVNER. *Memórias de um terrorista*. São Paulo, Exposição do Livro, 1961.

AZEDO, Luiz Carlos. “Nas entrelinhas: a greve geral”. *Correio Braziliense*, Brasília, 30 de abril de 2017.

BABEUF, Graccus. *Le Tribun du Peuple*. Paris, números 4 (edição de 28 de agosto de 1794), 13 (edição de 22 de setembro de 1794), 17 (edição de 26 de setembro de 1794), 23 (edição de 5 de outubro de 1794) e 25 (edição de 8 de outubro de 1794). Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

BADIOLA, Jose Felix. *ETA, de principio a fin: crónica documentada de un relato*. Navarra, Editorial Tarttalo Tafalla, 2014.

BÁEZ, Luis. *Secretos de generales*. Havana, Editorial Si-Mar, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. “O discurso no romance”. Em: *Teoria do romance*. São Paulo, Editora 34, 2015, pp. 19-241.

BALBOA, Joaquín. *História del derecho romano*. Madri, Ojeda, 1957.

BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. “Crime político e terrorismo: alguns aspectos”. *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2003, n. 21, 20 pp.

_____. *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana na América Latina*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1988.

_____. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

BENTON, Gregor. *Prophets unarmed: chinese trotskyists in revolution (war, jail, and the return from Limbo)*. Chicago, Haymarket Books, 2017.

BERGASSE-LAZIROULE (?). *Les métamorphoses du terroriste Roques*. Ariège (?), s/ed., 1795.

BERLIM, Isaiah. “A remarkable decade”. Em: Henry Hardy e Aileen Kelly. *Russian thinkers*. Nova York, Penguin, 1979.

BEZERRAa, Gregório. *Memórias (primeira parte: 1900-1943)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Memórias (segunda parte: 1946-1969)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

BIANCHI, Álvaro. *A “proletarização” do PCB: pequena crônica de um golpe burocrático (1930-1934)*. *Blog Esquerda On-line*. Campinas, Unicamp, 2015, 22 pp. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2015/01/02/a-proletarizacao-do-pcb-pequena-cronica-de-um-golpe-burocratico-1930-1934/>>.

BLANC, Louis. *Histoire de dix ans*. Paris, Paganerre, 1843, v. IV. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

BLOOM, Joshua e MARTIN, Waldo. *Black against empire: the history and politics of the Black Panther Party*. Berkeley, University of California Press, 2013.

BOISTE, Pierre-Claude. *Dictionnaire universel de la langue française*. Paris, Desrai, 1803, t. II. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

BORSANYI, Gyorgy. *The life of a communist revolutionary Béla Kun*. Boulder (Colorado), Social Science Monographs, 1993.

BRAHAMIAN, Ervand. “The guerrilla movement in Iran: 1963-1977”. Em: *Middle East Report*. Tacoma, Washington, 1986, v. X, n. 86, pp. 3-15.

BRANDÃO, Otávio. “O proletariado frente à revolução democrática pequeno-burguesa”. Em: Edgar Carone (org.). *O PCB (1922-1943)*. São Paulo, DIFEL, 1982, pp. 48-49.

_____. *Combates e batalhas (memórias)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.

- BROUÉ, Pierre. *The german revolution: 1917-1923*. Chicago, Haymarket Books, 2006.
- BROWN, Archie. *Ascensão e queda do comunismo*. Rio de Janeiro, Record, 2010.
- BUONICORE, Augusto César. “Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952”. *Cadernos AEL/Arquivo Edgar Leuenroth*. Campinas, 2000, v. VII, n. 12/13, pp. 15-45.
- BURKE, Edmund. “Letters on a regicide peace” (1795-1796). Em: *Select works*. Indianapolis, Liberty Fund, 1999, v. III.
- BURLEGH, Michael. *Blood and rage: a cultural history of terrorism*. Nova York, Harper Collins, 2009.
- CABANAS, João. *A Coluna da Morte*. São Paulo, UNESP, 2014 (1928).
- CALVERT, Peter. “Marighella”. Em: Daniel Coetzee e Lee Eys. *Philosophers of war: the evolution of history’s greatest military thinkers*. Santa Bárbara, Praeger, 2013, v. II, pp. 365-366.
- CAMUS, Albert. *The rebel: an essay on man in revolt*. Nova York, Vintage, 1991.
- CARBONE, Valeria. “Estados Unidos, el Black Power y el Tercer Mundo: un análisis de las implicaciones de la visita de Stokely Carmichael a Cuba en agosto de 1967”. Instituto Interdisciplinario de Estudios e Investigaciones de América Latina/Dirección de Publicaciones Académicas de la Universidad de La Habana (Editorial UH), 2017, pp. 51-67.
- CARON, Pierre. *Paris pendant la terreur: rapports des agents secrets du ministère de l’intérieur*. Paris, Alfonse Picard, 1914. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.
- CARONE, Edgar (org.). *O PCB (1922-1943)*. São Paulo, DIFEL, 1982, v. I.
- _____. *O PCB (1943-1964)*. São Paulo, Difel, 1982, v. II.
- _____. *O PCB (1964-1982)*. São Paulo, DIFEL, 1982, v. III.
- _____. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo, Ática, 1991.
- _____. *O marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986.
- CARR, Matthew. *The infernal machine: an alternative history of terrorism*. Londres, Hurst&Company, 2011.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1988.
- CASSIODORO. *Historia de regibus gothorum*. Roma, Portale, 1985.
- CAVALCANTI, Paulo. *Da Coluna Prestes à queda de Arraes: o caso eu conto como foi*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- CAVALLI, Andrea. *Buonarrotti: un ponte tra due generazioni rivoluzionarie*. Bari, Il Vecchio, 1997.

CENTENO, Ayrton. *Os vencedores: a volta pot cima da geração esmagada pela ditadura de 1964*. São Paulo, Geração Editorial, 2014.

CÉSAR, Júlio. *De bello gallico*. México, UNAM, 1988.

CHALIAND, Gérard. *Un itinéraire combattant: Afrique, Asie, Amérique latine (30 ans d'enquêtes de terrain)*. Paris, Khartala, 1997.

CHANG, Jung e HOLLIDAY, Jon. *Mao*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

CHARF, Clara. “Carlos, meu eterno companheiro”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo, UNESP, 1999, pp.433-448.

CHAUDON, Louis-Mayeul. *Nouveau dictionnaire historique*. Paris, Frenqueur, 1766. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

CÍCERO. *Pro Roscio Amerino*. Madri, Clásicos Latinos, 1987.

CLARKE, Ronald e NEWMAN, Graeme. *Outsmarting the terrorists: global crime and justice*. Londres, Routledge, 2006, pp. 113

COELHO, Marco Antônio Tavares. Entrevista com Luiz Carlos Azedo. *Correio Braziliense*. Brasília, 28 de março de 2014.

_____. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

COLEY, John. *Green March/Black September: the story of the palestinian arabs*. Londres, Frank Cass & Co, 1973.

COLIN, Armand. *Dictionnaire encyclopédique illustré*. Paris, Armand Colin Ed. 1900. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

COLVI, Sara. *Ulrike Meinhof and West German terrorism*. Rochester/Nova Yok, Camden House, 2009.

CORDEIRO, Cristiano. *Memória e história*. São Paulo, Lech, 1982, v. II.

CORRÊA, Hércules. *Memórias de um stalinista*. Rio de Janeiro, Opera Nostra, 1994.

COSTA, Hélio da. *Em busca de memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no Pós-Guerra*. São Paulo, Scritta, 1995.

COURTOIS, Stéphane e PANNÉ, Jean-Louis. “Revolução mundial, guerra civil e terror”. Em: Stéphane Courtois. *O livro negro do comunismo*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1999.

COUTINHO, Carlos Néelson. “A presença de Gramsci no Brasil”. Em: *Pauta: Teoria Social & Realidade Contemporânea*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço social/UERJ, 2009, n. 22, pp. 37-44.

COX, Donald. *On organizing urban guerrilla units*. S/loc., s/ed., 1970, Ver fac-símile do texto original em: <https://issuu.com/librarymachinebroke/docs/on_organizing_urban_guerilla_units>.

CRAIG, John. *Heroes, rogues and spies: historical essays*. Morrisville, Lulu Books, 2012.

CRENSHAWN, Martha. “Theories of terrorism: instrumental and organizational approaches”. Em: David Rapoport (org.). *Inside terrorists organizations*. Londres, Powell’s Books, 1988.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. “Antimil: o setor militar (origens de uma organização)”. *Revista Lutas Sociais*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012, n. 29, pp. 59-71.

_____. *Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira*. São Paulo, UNESP, 2007.

CURCIO, Renato. *A viso aperto*. Milão, Mondadori, 1993.

DAECTO, Marisa Midori e Mollier, Jean-Yves. *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil*. Belo Horizonte, Editora da UFMG/Ateliê Editorial, 2013.

DARMESTER, Arsène e HATZFELD, Adolf. *Dictionnaire general de la langue française*. Paris, Delagrave Ed., 1895. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

DEAKIN, Thomas. “The legacy of Carlos Marighella”. Em: *FBI Law Enforcement Bulletin*, 1974, v. XLIII, n. 10, pp. 19-25.

DOBSON, Christopher e PAYNE, Robson. *The Carlos Complex: a pattern of violence*. Londres, Book Club Associates, 1977.

DONATO, Hernani. *Dicionário de batalhas brasileiras*. São Paulo. IBRASA, 1996.

DULLES, John Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

DUYVESTEIN, Isabelle e RICH, Paul (orgs.). *The Routledge handbook of insurgency and counterinsurgency*. Londres, Routledge, 2014.

ELORZA, Antonio (org.). *La historia de ETA. Madri, Temas de Hoy*, 2006.

ENGELS, Friedrich. “Democratic Pan-Slavism”. Em: *Neue Rheinische Zeitung*. Colônia, n. 222 (edição de 14 de fevereiro de 1849).

_____. “The defeat of the piedmontese”. Em: *Neue Rheinische Zeitung*. Colônia, n. 261 (edição de 1 de abril de 1849).

_____. *A luta de classes na França*”. Em: Karl Marx e Friedrich Engels. *Obras escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, 1987 (1895), v.I.

_____. *Sobre a autoridade* (1873). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1873/03/autoridade-pt.htm>>.

EVANS, Ernest. *Calling a truce to terror: the american response to international terrorism*. Westport/Londres, Greenwood Press, 1979.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci (memórias)*. Salvador, Contexto&Arte, 2000.

FALLOND, José Carlos Rueda. “Fábrica de comunistas: escuelas de partido y estrategias orgánicas en los años treinta”. *Revista História y Política/Universidad Complutense de Madrid*. Madrid, 2018, pp. 263-297.

FARIAS, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro, Fundação de Assistência ao Estudante/Ministério da Educação, 1991 (1955).

FAYETT, Jean François. “Paul Levi and the turning point of 1921: bolshevik emissaries and international discipline in the time of Lénin”. Em: Norman Laporte e Matthew Worley (orgs.) *Bolshevism, stalinism and the Komintern*. Nova York, Palgrave Mcmillan, 2008, pp. 105-122.

FEEDMAN, Cherif Bassiouni. “Problems in media coverage of nonstate-sponsored terrorism incidents”. Em: Lawrence Feedman e Yonah Alexander (orgs.) *Perspectives on terrorism*. Wilmington, Scholarly Resources Pub., 1983, pp. 177-200.

FERREIRA, Brasília Carlos (org.). *Bangu (Lauro Reginaldo da Rocha): memória de um militante*. Natal, Editora UFRN, 2019.

_____. *O Sindicato do Garrancho*. Mossoró, EDUFRN/Departamento Estadual de Imprensa (Coleção Mossoroense), 1986/2000.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro, EdUFF/Mauad, 2002.

FERREIRA, Muniz. “Carlos Marighella: revolução e antinomias”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 221-256.

FISHER, Louis. *The life of Lénin*. Londres, Weindenfeld and Nicholson, 1964.

FONTES, José Raimundo. *A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política (1930-1947)*. Tese de doutorado. Departamento de História/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

FUMIAN, Carlo e SARTORI, Michele. *Terrore rosso: dall'autonomia al partito armato*. Bari, Laterza, 2010.

FURET, François. “Babeuf”. Em: François Furet e Mona Ozouf (orgs.). *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

_____. *Pensand a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

FURIATI, Claudia. *Fidel Castro: uma biografia consentida*. Rio de Janeiro, Revan, 2016.

GARCIA, Raphael Tsavkko. “Euskadi Ta Askatasuna: a percepção do terrorismo, legitimidade e libertação Nacional”. Em: *Intellector*. Rio de Janeiro, CENEGRI, 2012, v. VIII, n. 165, pp. 20.

GARUSHIANTS, Iurii. “The Komintern and the Guomindang: a clash of strategy in China’s Revolution”. Em: Roland Felber (org.). *The Chinese Revolution in the 1920s: between triumph and disaster*. Londres, Routledge, 2003, pp. 44-51.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo, Companhia da Letras, 2002.

_____. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

GEERTZ, Clifford Geertz. “Uma descrição densa: para uma teoria interpretativa da cultura”. Em: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989, pp. 13-41.

GEFFROY, Annie. “Terreur et sa famille morphologique”. Em: Louis Gilbert (org.). *Néologie et lexicologie*, Paris, Larousse, 1979.

GEIFMAN, Anna. *Death orders: the vanguard of modern terrorism in revolutionary Russia*. Santa Barbara/Oxford, Praeger, 2010.

GEOFFREY DE MONMOUTH. *História hierosolymitanae expeditionis*. Kent, Hilton, 1992.

GERGELY, Bődök. *Red and white terror in Hungary: 1919-1921*. Eger, Universidade Eszterházy Károly, 2018.

GIOIELLI, Emily. *Terror and political violence during hungary’s long World War I: 1919-1924*. Budapeste, Universidade Centro Europeia, 2015.

GODECHOT, Jacques. *A Revolução Francesa: cronologia comentada*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

GORENDER, Jacob. “O ciclo do PCB: 1922-1980”. Em: Alexandre Fortes (org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005, pp. 163-172.

_____. “Recordações de um companheiro”. Em: Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 393-400.

_____. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira (das ilusões perdidas à luta armada)*. São Paulo, Ática, 1987.

_____. Entrevista a Alípio Freire e Paulo de Tarso Venceslau. *Revista Teoria e Debate*/Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1990, n. 188/194.

GRABOSKY, Peter e Stohl, Michael. *Crime and terrorism*. Londres, SAGE Pub., 2010.

GRAU, Lester e GRESS, Michael (orgs.). *The Red Army guerrilla warfare pocket manual*. Havertown, Casemate, 2019.

GROB-FITZGIBBON, Benjamin. "From the dagger to the bomb: Karl Heinzen and the evolution of political terror". Em: *Journal of Terrorism and Political Violence*, 2004, v. XVI, n. 1, pp. 97-115.

GUARANI, Reynaldo. *A fuga*. Rio de Janeiro, Editora Betram, 1984.

GUEDES, Armênio. Armênio Guedes. Entrevista concedida a Paulo Moreira Leite. Ver o blog de Moreira Leite na data de 9 de março de 2012. Disponível em: <<https://gilvanmelo.blogspot.com/2012/03/armenio-guedes-pizza-e-vinho-paulo.html>>.

GUEVARA, Ernesto. *Guerra de guerrilha*. Rio de Janeiro, Editora Futuro, 1961.

GUILHAMOU, Jacques. *La Terreur à l'ordre du jour: un parcours en révolution (1793-1794)*. Paris, DUSP, 2007, 32 pp.

GUILLÉN, Abraham e HODGES, Donald. *Revalorización de la guerrilla urbana*. México, El Caballo, 1977.

GUILLÉN, Abraham. Entrevista a Antonio Aranciaba. *Bicicleta: revista de comunicaciones libertárias*. Madri, 1978, n. 9, pp. 4-10.

_____. *Estratégia de la guerrilla urbana*. Montevideu, Editorial Manuales del Pueblo, 1966.

_____. *Teoría de la violencia: guerra y lucha de clases*. Buenos Aires, Jancana, 1965.

GUS, Martin. *Understanding terrorism: challenges, perspectives and issues*. Londres, SAGE Pub., 2015.

GUZZONI, Ute. *Sieben stücke zu Adorno*. Freiburg, Karl Alber Verlag, 2003.

HECKER, Marc. "De Marighella à Ben Laden: passerelles stratégiques entre guérilleros et djihadistes". Em: *Politique Étrangère*. Paris, Institut Français des Relations Internationales, 2006, v. LXXI, n. 2, pp. 385-396.

HEINZEN, Karl. *Mord und freiheit*. Em: Daniel Bessner e Michael Stauch. "Karl Heinzen and the intellectual origins of modern terror". *Terrorism and Political Violence*. Londres, Routledge, 2010, v. XXII, n. 2.

HELLER, Michel. *El hombre nuevo soviético: de la utopía a la realidad*. Barcelona, Sudamericana-Planeta, 1985.

HERZEN, Alexander. *From the other shores*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1956 (1851).

HEUVEL, Gerd van den. "Terreur, terroriste, terrorisme". Em: Rolf Reichardt e Eberhart Schmitt. *Handbuch politisch-sozialer grundbegriffe in frankreich: 1680-1820*. Munique, Oldenburg, 1985, v. III, pp. 92-94.

HILYON, Stanley. *Brazil and the soviet challenge, 1917-1947*. Austin, University of Texas Press, 1991.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

_____. *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

HORÁCIO. *Odes*. Madri, Clásicos Latinos, 1981.

HORNSTEIN, David. *Arthur Ewert: a life for the Komintern*. Lanham, University Press of America, 1993.

HUGO, Victor. *Napoleon, le Petit*. Paris, Editions du Soleil, 1973 (1852).

JAUCOURT, Louis de. *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Genebra, Pellet Ed., 1765, tomos XII e XVI.

JEIFETS, Víctor e JEIFETS, Lazar. *América Latina em la Internacional Comunista: dicionário biográfico*. Santiago de Chile, Ariadna Ediciones, 2015.

_____. “La Komintern y la formación de militantes comunistas latinoamericanos”. *Revista Izquierdas*. Santiago, Universidad de Santiago de Chile, 2016, n. 31, pp. 139-151.

JERÔNIMO DE ESTRIDÃO. *Vulgata*. Madri, Biblioteca de Autores Cristianos, 1954.

JOES, Anthony James. *Urban guerrilla warfare*. Lexington, University Press of Kentucky, 2007.

JOHNSON, Elliott e GRAY, Daniel. *Historical dictionary of marxism*. Lanham (EUA), Rowman & Littlefield Pub., 1974.

JONES, Mark. *Founding Weimar: violence and the german revolution of 1918-1919*. Cambridge, Cambridge University Press, 2018.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo, Casa Amarela, 1997.

KAREPOV, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo, Hucitec, 2003.

_____. “O caso Besouchet: ou o lado brasileiro dos Processos de Moscou pelo mundo”. Em: *Pós-História/Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP-Assis*. Assis, 1999, v. VII, pp. 179-195.

KAUTT, Willian. “Marighella, Carlos”. Em: Spencer Tucker (org.), *Encyclopedia of insurgency and counterinsurgency: a new era of modern warfare*. Santa Bárbara, ABC-Clio, 2013, pp. 347-348.

KERÉNYI, Károly. *Arquétipos da religião grega*. Petrópolis, Vozes, 2015.

_____. *Criança divina: uma introdução à essência da mitologia*. Petrópolis, Vozes, 2011.

KONRAD, Diorge Alceno. “Lutas políticas e projetos sociais distintos na década de 1930: os casos da Aliança Nacional Libertadora e da Ação Integralista Brasileira”. *Revista*

Aedos/Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, v. VII, n. 17, pp. 342-365.

KOSELLECK, Reinhart. “História dos conceitos e história social”. Em: Reinhart Koselleck. *Futuro passado: contribuição semântica dos tempos histórico*. Rio de Janeiro, PUC/Contraponto, 2006.

_____. “Richtlinien für das Lexikon politisch-sozialer Begriffe der Neuzeit”. Em: *Archiv für Begriffsgeschichte*. Hamburgo, Felix Meiner Verlag, 1967, v. XI, pp. 81-99.

_____. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. Em: *Estudos Históricos*/Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, v. V, n. 10, 2002, pp. 134-164.

_____. *Futuro passado*. Rio de Janeiro, PUC-RJ/Contraponto, 2006.

KOVRIG, Bennet. *Communism in Hungary: from Kun to Kadar*. Stanford, Hoover Institution Press, 1979.

KUSHNER, Harvey. *Encyclopedia of terrorism*. Londres, SAGE Pub., 2002.

LACOINTRE, Laurent. *Robespierre par lui même et condamné par ses propes principes*. Paris, Rougyff, 1794.

LAFAYETTE, Pedro. *Os crimes do Partido Comunista*. Rio de Janeiro, Moderna, 1946.

LAQUEUR, Walter. *The age of terrorism*. Boston/Toronto, Little Brown Co., 1987.

LAROUSSE, Pierre. *Nouveau dictionnaire de la langue française*. Paris, Larousse et Cie, 1886. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

LAVEAUX, Jean-Charles. *Nouveau dictionnaire de la langue française*. Paris, Garnier, 1828, t. II. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

LAW, Randall *Terrorism: a history*. Cambridge, Polity Press, 2016.

LAZITCH, Branko e DRACHKOVITCH, Milorad. *Biographical dictionary of the Komintern*. Stanford, Hoover Institution Press Publication, 1986.

LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa*. São Paulo, IBRASA, 1966.

LEGGETT, George. *The Cheka: Lenin's political póllice*. Oxford, Oxford University Press, 1981.

LÊNIN, Vladimir. *Que fazer?* (1902) Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/index.htm>>.

_____. “Extratos”. Em: *Marx, Engels e Lênin: escritos militares*. São Paulo, Global, 1981.

_____. *Carta ao Comitê de Combate de São Petersburgo* (outubro de 1905). Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1905/oct/16.htm>>.

_____. *Guerra de guerrilha* (1906). Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1906/gw/index.htm#iv>>.

_____. *O Estado e a revolução*. São Paulo, Boitempo, 2017 (1918).

_____. *Por onde começar* (1901). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1901/05/onde.htm>>.

_____. *Tarefas dos grupos do exército revolucionário*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1905/oct/31i.htm>>.

_____. *Um passo em frente, dois passos atrás: a crise no nosso partido* (1904). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1904/ passo/passo.pdf>>.

LEOCÁDIO, Leandro César. “Guerra de Porecatu e a delação do capitão Carlos: história e historiografia de um personagem”. Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas/Editora da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010, pp. 1172-1185.

_____. “Guerra, guerrilha ou revolta de Porecatu: vários olhares, o mesmo acontecimento (1940-2011)”. Anais do XII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas/Editora da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010, pp. 809-824.

LERNER, Warren. *Radek: the last internationalist*. Stanford, Stanford University Press, 1970.

LEVINE, Marilyn Avra. *The found generation: chinese communists in Europe during the twenties*. Seattle, University of Washington, 1993.

LIMA, Airton Souza. *As vítimas do ódio: a militância comunista e as lutas camponesas no interior paulista (1945-1958)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

LIMA, Déborah Kelman de. *O banquete espiritual da instrução: Ginásio da Bahia, Salvador (1895-1942)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

LIMA, Marcelo da Silva. “Comunistas, índios e camponeses”. Londrina, *Anais do XXIII Simpósio Nacional de história/ANPUH*, 2005, pp. 1-13.

_____. *Os vermelhos na terra do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

LITTRÉ, Émile. *Dictionnaire de la langue française Littré*, Paris, Hachette, 1883. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

LOPEZ, Georg. “Terrorism in Latin America”. Em: Michael Stohl (org.). *The politics of terrorism*. NovaYork/Basel, Marcel Decker Pub., 1988, pp. 497-524.

LUKES, Steven. *Marx and morality*. Oxford, Oxford University Press, 1985.

MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

MAHAN, Sue e GRISET, Pamala (orgs.). *Terrorism in perspective*. Londres, SAGE Pub., 2008.

MALIA, Martin. *Alle origini del socialismo russo*. Bolonha, Il Mulino, 1972.

MALIN, Mauro. *Armênio Guedes: um comunista singular*. São Paulo, Ponteio Edições.

MALINA, Salomão. *A luta de Salomão Malina: o último secretário*. Brasília, Fundação Astrojildo Pereira, 2002.

MALKKI, Leena. *The campaigns of the Rode Jeugd in the Netherlands and the Symbionese Liberation Army in the United States*. Dissertação de mestrado. Helsinki, Helsinki University Print, 2010.

MANFRED, Albert. *A grande Revolução Francesa*. São Paulo, Fulgor, 1966.

MARCELINO, Amiano. *Historiae*. Turim, UTET, 2002.

MARIE-ARNOULD, Ambroise. *Point de terrorisme contre les assignats ou le triple union entre la foi publique et les intérêts des finances et du commerce*. Paris, Buisson Ed., 1795. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

MARTIN, Miller. *The foundations of modern terrorism: State, society and the dynamics of political violence*. Cambridge, Cambridge University Press, 2012.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.

_____. *Carta ao Comitê Central da Liga Comunista*. Londres, 1850. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1847/communist-league/1850-ad1.htm>>.

MARX, Karl. *Neue Rheinische Zeitung*. Colônia, n. 301 (edição de 19 de maio de 1849).

_____. “The victory of the counter-revolution in Vienna”. Em: *Neue Rheinische Zeitung*. Colônia, n. 136 (edição de 7 de novembro de 1848). Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/11/06.htm>>.

_____. *A miséria da filosofia*. São Paulo, Global, 1985.

_____. *O capital*. São Paulo, Boitempo, 2013, v. I.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/A Girafa, 2011.

MERCADER, Antonio e VERA, Jorge de. *Tupamaros: estrategia y acción*. Barcelona, Anagrama, 1970.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Humanismo e terror: ensaio sobre o problema comunista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968.

MERRIMAN, John. *The dynamite club: how a bombing in fin-de-siècle Paris ignited the age of modern terrorism*. Nova York, Hoghton Mifflin, 2009.

MICHELET, Jules. *Richelieu et la Fronde*. Paris, Chamerot, 1858. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

_____. *La Pologne martyr*. Paris, Dentu, 1865. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

MILLER, Martin. “The intellectual origin of modern terrorism in Europe”. Em: Martha Crenshaw (org.). *Terrorism in context*. Pennsylvania State University Press, 1995, pp. 27-62.

MIR, Luis. “Autor de ‘Revolução’ responde a críticas/Especial para a Folha”. Em: *Folha de São Paulo*. São Paulo, edição de 23 de outubro de 1994.

_____. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo, Círculo do Livro, 1994.

MONTEFIORE, Simon Sebag. *O jovem Stálin*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

MONTESQUIEU. *L’Esprit des lois*. Paris, Hachette, 1983.

MORAES, Denis de e VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis, Vozes, 1982.

MORAES, Dênis de. “Carlos Marighella: 90 anos”. International Gramsci Society/Seção brasileira. Disponível em: <<https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=25>>.

MORAES, João Quartim de. “A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros”. Em: Quartim de Moraes e Aarão Reis (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1995, v. II, pp.84-101.

_____. “A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro”. Em: Quartim de Moraes e Aarão Reis (orgs.). *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997, v. I, pp. 47-88.

MORAIS, Clodomir de. Entrevista ao jornal *A Verdade*. Porto Alegre/Recife, 13 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=xJ2bVPyK5EY>>.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

MOREIRA, Raimundo Nonato. “Antônio Maciel Bonfim (Miranda): a biographical sketch”. Em: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2016, v. XXXVI, n. 72, pp. 173-194.

MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

MORO, Lucia. *La Tricontinental: una rivista per la rivoluzione*. Dissertação de graduação. Pádua, Departamento de História/Universidade (Degli Studi) de Pádua, 2011. Disponível em: <<https://core.ac.uk/reader/11666625>>.

MOST, Johann. *Revolutionary war science: a little handbook of instruction in the use and preparation of nitroglycerine, dynamite, bombs etc*. Nova York, Desert Pub., 1978.

NECHAYEV, Sergei e BAKUNIN, Mikhail. *Catecismo do Revolucionário*. São Paulo, Editora Imaginário, 2009.

NICOT, Jean. *Trésor de la langue française tant ancienne que moderne*. Paris, David Douceur, 1606.

NOVA, Cristiane e NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Mariguella: o homem por trás do mito*. São Paulo, UNESP, 1999.

OIKAWA, Marcelo. Entrevista ao jornal Folha de Londrina. Londrina, edição de 26 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/44724-a-guerrilha-que-os-comunistas-silenciaram>>.

ORERO, Eudald Cortina. “Entre la institucionalidad y la acción revolucionaria: una historia del Movimiento Revolucionário Oriental: 1961-1973”. Em: *Historia y problemas del siglo XX*. Montevideo, 2012, v. III, pp. 189-210.

ORTIZ, Román e VATGAS, Janneth. “Sixty years of counter insurgency in Colombia”. Em James Forest (org.), *Essentials of counterterrorism*. Londres/Santa Bárbara, Praeger, 2015, pp. 278- 297.

O’SULLIVAN, Noel. *Terrorismo, ideología y revolución*. Madri, Alianza Editorial, 1987.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.

PANTSOV, Aleksander. “Bolsheviks concepts of Chinese Revolution: 1919-1927”. Em: Roland Felber (org.). *The Chinese Revolution in the 1920s: between triumph and disaster*. Londres, Routledge, 2003, pp. 30-43.

PARDO, Rafael. *História de las guerras [en Colombia]*. Bogotá, Ediciones B, 2004.

PARFAIT, François. *Histoire du théâtre français depuis son origine jusqu'à présent*. Paris, Le Mercier, 1748, tomos V e XV. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

PARRY, Albert. *Terrorism: from Robespierre to Arafat*. Nova York, The Vanguard Press, 1976.

PARUCKER, Paulo. *Praças em pé de guerra*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

PAYNE, Kennety. “Building the Base: Al Qaeda’s focoist strategy”. Em: *Studies in Conflict & Terrorism*. Londres, Defence Studies Department Kings College, 2011, n. 34, pp. 124-143.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada: memórias da guerrilha*. Rio de Janeiro, Best Seller, 2008.

PERALVA, Osvaldo Peralva. *O retrato*. São Paulo, Três Estrelas, 2015.

PERDUE, Jon e JOHNSON, Stephen. *The war of all the people: the nexus of latin american radicalism and middle eastern terrorism*. Lincoln, University of Nebraska Press, 2012.

PEREZ, Ricardo Perez. *Trajetória intelectual de Carlos Marighella: do PCB à ALN*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017.

PERICÁS, Luis Bernardo. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo, Boitempo, 2010.

PICCHIA, Pedro Del. *O PCB no quadro da atual política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

PINHEIRO, Milton e FERREIRA, Muniz (orgs.). *Escritos de Marighella no PCB*. São Paulo, Instituto Caio Prado/Fundação Dinarco Reis, 2019.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e ROYO, Marcos del. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. São Paulo, Paz e Terra, 1990.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

PLAUTO. *Amphitruo*. Vicenza, Guilarducci, 1983.

POLAND, James. *Understanding terrorism: groups, strategies and responses*. Boston, Prentice Hall, 2011.

POMPER, Philip. “Russian revolutionary terrorism”. Em: Martha Crenshaw (org.). *Terrorism in context*. Pennsylvania State University Press, 1995, pp. 63-104.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo, Boitempo, 2015.

PRESTES, Maria. *Meu companheiro: 40 Anos ao lado de Luíz Carlos Prestes*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2012.

PRIORI, Ângelo e POMARI, Luciana Regina. “O DOPS e a repressão política contra militantes comunistas no Estado do Paraná (décadas de 1940 e 1950)”. Em: Revista Antíteses. Programa de Pós-Graduação em História Social/Departamento de História/ Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2012, v. V, n. 10, pp. 783-805.

PRIORI, Ângelo. “A revolta camponesa de Porecatu”. Em: Márcia Motta e Paulo Zarth (orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*. São Paulo, UNESP, 2008, pp. 117-142.

_____. “Os comunistas vão a campo: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do PCB (1948-1952)”. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História/ANPUH*. João Pessoa, 2003, v. I, pp. 1-7.

QUERINO, Rosimar Alves. *Mil historisa para contar: formação de quadros e militância comunista na região de Marília (1947-1956)*. Dissertação de Mestrado. Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”, 2000.

QUIRICO, Stefano Quirico. “Il modello organizzativo delle Brigate Rosse in una prospettiva comparata”. Em: *Quaderni di Storia Contemporanea*. Alessandria, ISRAL. n. 44, 2008, pp. 3-15.

RADEK, Karl *Proletarian dictatorship and terrorism*. Detroit, The Marxian Educational Society, 1921.

RAPIN, Ami-Jacques. “L’objet évanescant d’une théorie improbable: le terrorisme et les sciences sociales”. Em: *Les Cahiers du RMES*. Paris, 2008, v. V, n. 1, pp. 42-87.

RAPOPORT, David. “Sacred terror: a contemporary example of islam”. Em: Walter Reich (org.). *Origins of terrorismo*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990, pp.103-130.

_____. “The four waves of modern terror. Em: Jussi Hanhimakie e Bernhard Blumenau (orgs.). *An international history of terrorism*. Londres, Routledge, 2013, pp. 282-310.

RATH, John. “The carbonari: their origins, initiation rites, and aims”. Em: *The American Historical Review*. Bloomington, University of Indiana, 1964, v. 69, n. 2, pp. 353-370.

RE, Matteo. “Cómo las guerrillas metropolitanas sudamericanas influenciaron en el terrorismo europeo: praxis organizativa y un lenguaje común”. Em: *Revista Electrónica Iberoamericana*. Madri, Centro de Estudios de Iberoamérica/Universidad Rey Juan Carlos, 2012, v. VI, n. 1, pp. 1-29.

READ, Christopher. *Culture and power in revolutionary Russia*. Londres, Macmillan, 1990.

REES, Arfon. *Political thought from Machiavelli to Stalin: revolutionary machiavellism*. Londres, Palgrave Macmillan, 2004.

REIS, Daniel Aarão Reis. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

REIS, Dinarco. *A luta de classes no Brasil e o PCB*. Rio de Janeiro, Novos Rumos, 1987.

RESTALL, Alain. *Questions d’étymologie*. Louvain, Thacon, 1998.

REZENDE, Claudinei Cássio de. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas*. São Paulo, UNESP, 2010.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres na ALN*. Tese doutoral. Programa de Pós-Graduação em História social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

_____. *Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2018.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. São Paulo, UNESP, 2016

RISÉRIO, Antônio Risério. *Adorável comunista: história, política, charme e confidências de Fernando Sant’Anna*. Rio de Janeiro, Versal, 2016.

RIZZO, Sérgio. “Proibido em diversos países, a ‘Batalha de Argel’, reestrea no Brasil”. Em: *Folha de São Paulo*. São Paulo, 2 de setembro de 2005.

RODRIGUES, Edgar. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979.

RODRIGUES, Sérgio. *Elza, a garota: a história da jovem comunista que o Partido matou*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

ROLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à lutar armada no Brasil*. Rio de Janeiro. Mauad, 2001.

ROSE, Robert e SCOTT, Gordon. *Johnny: a vida do espião que delatou a rebelião comunista de 1935*. Rio de Janeiro, Record, 2012.

ROUX, Jacques. *Publiciste de la République Française*. Paris, n. 248 (edição de 27 de julho de 1793). Disponível em: <<https://unsansculotte.wordpress.com/2013/02/08/le-publiciste-de-jacques-roux/>>. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

ROYO, Marcos del. “A formação de um quadro dirigente do PCB”. Em: Paulo Sérgio Pinheiro e Marcos del Royo (orgs.). *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. São Paulo, Paz e Terra, 1990, pp. 42-48.

_____. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

RUGGIERO, Lorenzo (org.). *Dossier Brigate Rosse: la lotta armata nei documenti e nei comunicati dele prime BR (1969-1975)*. Milão, Kaos, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Uma teoria da história como ciência*. Curitiba, Editora da UFPR, 2015.

RUSSEL, Chares e MILLER, Bowman. “Profile a terrorist”. Em: Lawrence Feedman e Yonah Alexander (orgs.). *Perspectives on terrorism*. Wilmington, Scholarly Resources Pub., 1983, pp. 45-60.

RYAN, James. “The sacralization of violence: bolshevik justifications for terror during the russian civil war”. Em: *Slavic Review*. Cambridge, Cambridge University Press, 2015, n. 74 (4).

_____. *Lenin’s terror: the ideological origins of early soviet state violence*. Londres, Routledge, 2012.

SAAS, Jean. *Dictionnaire historique portatif*. Paris, Maurice Partier, 1769.

SACHETTA, Vladimir e MARINGONI, Gilberto. *A imagem e o gesto: fotobiografia de Carlos Marighella*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, pp. 1999.

SAINT-JUST, Louis Antoine. *Oeuvres complètes*. Paris, Gallimard, 2004.

SALDANHA, João. Entrevista à *Folha de Londrina*. Londrina, 18 de julho de 1985. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/44724-a-guerrilha-que-os-comunistas-silenciaram>>.

SALES, Delisle de. *Histoire des hommes ou histoire nouvelle de tous les peuples du monde*. Paris, LeGrand, 1782. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

SALES, Isa. *Um cadáver ao Sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2005.

SALES, Jean Rodrigues. “A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil”. Em: *Revista Tempo*. Instituto de História/Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009, v. XIV, n. 27, pp. 199-217.

SALÚSTIO. *Bellum iugurthinum*. Milão, Garzanti, 1994.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos*. São Paulo, Boitempo, 2001.

SCHAFF, Adam. “Marxist theory on revolution and violence”. Em: *Journal of the History of Ideas*. Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1973, v. XXXIV, n. 2, pp. 263-270.

SCHELCHKOV, Andrey. “El marxismo militante: la Escuela Internacional Leninista y los cuadros de la Internacional Comunista en América Latina”. *Revista Izquierdas*, Santiago, 2016, n. 28, pp. 226-247.

SCHRAM, Stuart. *Mao Tse-tung*. Londres, Simon & Schuster, 1966.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo, Cortez, 2002.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989.

_____. *O PCB: 1922-1982*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. “Conluio e cadeias, considerações sobre a direção pecebista na conjuntura do Estado Novo”. Em: *História & Luta de Classes*, n. 5, 2008, pp. 23-30. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/03_Conluio_e_Cadeias_Carlos_Zacarias.pdf>.

SÊNECA. *De providentia*. Madri, Clásicos Latinos, 1978.

SERGE, Vitor. *Mémoires d'un révolutionnaire: 1901-1941*. Paris, Seuil, 1951.

SERIZIAT (?). *Discours prononcé par le citoyen Seriziat pour honorer la mémoire des braves lyonnais immolés par les terroristes*. Lyon, s/ed., 1795. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

SERVICE, Robert. *Comrades: a world history of communism*. Londres, Pan Books, 2007.

SHUB, Savid. “Kamo: the legendary old bolshevik of the Caucasus”. Em: *Russian Review*. Lawrence, University of Kansas, 1960, n.19 (3), pp. 227-247.

SILJAH, Ana. *O anjo da vingança: a história do julgamento de Vera Zasyulich*. Rio de Janeiro, Record, 2013.

SILVA, Luiz Henrique de Castro e. *O revolucionário da convicção: Joaquim Câmara Ferreira, o Velho Zinho*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Comparada/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Londrina, Rosa de Bassi, 2006.

SIZILIO, Ricardo José. *Vai, Carlos, ser Marighella na vida: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal da Bahia, 2017.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. São Paulo, DIFEL, 2005.

SLOAN, Stephen e ANDERSON, Sean. *Historical dictionary of terrorism*. Lahnham, Scarecrow Press, 2009, pp. LIX.

SMITH, Alex e STOHL, Michael. "The theoretical utility of terrorismo: lessons and opportunities". Em: Michael Stohl (org.). *The politics of terrorism*. NovaYork/Basel, Marcel Decker Pub., 1988, pp. 153-193.

SMITH, Brent. *Terrorism in America: pipe bombs and pipe dreams*. Albany, State University of New York Press, 1994.

SMITH, Steve. "Moscow and the second and third armed uprisings in Shanghai: 1927". Em: Roland Felber (org.). *The Chinese Revolution in the 1920s: between triumph and disaster*. Londres, Routledge, 2003, pp. 213-226.

SOLDEVILLA, Gaizka Fernández. *La voluntad del gudari: génesis y matástasis de la violência de ETA*. Madri, Tecnos, 2016.

SOREL, Georges. "Reflections on violence". Em: Jeremy Jennings (org.). *Cambridge texts of the history of political thought*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 9-21.

STEPANIAK-KRAVICHINSKI, Sergei. *Undergroun Russia: revolutionary profiles and sketches from life*. Londres, Nova York, Charles Scribner's Sons, 1883.

STEPANOVA, Ekaterina e SAIKIA, Jaideep. *Terrorism: patterns of internationalization*. Londres, SAGE Pub., 2009.

STINER, Max. *O único e a sua propriedade*. Lisboa, Antígona, 2004.

STUDART, Hugo. *Borboletas e lobisomens: vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2018.

SUVARINE, Boris. *Staline, aperçu historique du bolchévisme*. Paris, Champ Libre, 1985.

SUVOROV, Viktor. *Inside soviet military intelligence*. Londres, Macmillan, 1984.

SZILASSY, Sandor. *Revolutionary Hungary: 1918-1921*. Nova York, Danubian Press, 1971.

TÁCITO. *Annales*. Turim, UTET, 1997

_____. *Historiae*. Turim, UTET, 1983.

TITO LÍVIO. *Ab urbe condita*. Milão, Garzanti, 1990.

TOWNSHEND, Charles. *Terrorism, a very short introduction*. Oxford, Oxford University Press, 2002.

TRISTÁN, Eduardo Rey e SANTOS, Guillermo Garcia. “The role of the left-wing editors on the diffusion of of the new left wave”. Em: Alberto Martín Alvarez (org.). *Revolutionary violence and the new left*. Londres, Routledge, 2016, cap. III, 21 pp.

TROTSKY, Leon . *Por que os marxistas se opõem ao terrorismo individual* (1911). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1911/11/terrorismo.htm>>.

_____. *Comunismo e terrorismo*. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969.

_____. *Moral e revolução*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

TURGUNEIEV, Ivan. *Pais e filhos*. São Paulo, Cosac e Naify, 2004.

TVADOVSKAYA, Valentina. *Il populismo russo: Da Zemlja i Volja a Narodnaja i Volja*. Roma, Editori Riuniti, 1975.

VAKSBERG, Arkadi. *O laboratório dos venenos: a indústria do assassinato político na Rússia de Lênin a Putin*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2007.

VALENETE, Amanda Matos e SILVA, Luiz Carlos Vieira. “Como o Mini-manual do Guerrilheiro Urbano foi utilizado pelas guerrilhas urbanas ALN e Baader Meinhof”. Em: *Revista de Análise Internacional*. Curitiba, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade Federal do Paraná, v. I, n.1, 2017, pp.65-86.

VELOSO, Mônica. *Mário Lago: boêmia e política*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

VENTURA, Angelo. *Per una historia del terrorismo italiano*. Roma, Donzelli, 2010.

VENTURI, Franco. *Roots of revolution: a history of populist and socialist movement in the XIX century*. Londres, Phoenix Press, 2011.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. “As rebeliões de novembro de 1935”. *Revista Novos Rumos*. Marília, 2001, n. 34, pp. 1-39.

_____. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo, Companhia das letras, 1992.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo, HUCITEC, 1982.

VOLKOGONOV, Dimitri. *Os sete chefes do império soviético*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

VOLSKI, Nicolai Velentinov. *Encounters with Lénin*. Oxford, Oxford University Press, 1968.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____. *Jacobinos e jacobinismo*. Bauru, EDUSC, 2000.

VV. AA. *Special report against the the First Conference of the Latin American Solidarity Organization*. Comitê Consultivo de Segurança da OEA. Washington, 1967.

VV.AA. *Archives Parlementaires (de la première république française)*. Paris, t. LXXV (sessão do dia 3 de outubro de 1793). Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

VV.AA. *Das Konzept Stadtguerill. Rote Arme Fraktion*. Disponível em: <https://socialhistoryportal.org/sites/default/files/raf/0019710501_7.pdf>.

VV.AA. *Dictionnaire de l'Académie Française*. Paris, Firmin Didot, 1798. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

VV.AA. *Dictionnaire de L'Académie Française*. Paris, Bernard Brunet, 1762. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

VV.AA. *Dictionnaire de L'Académie Française*. Paris, Coignard, 1694. Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

VV.AA. *Dossiê Brasil Nunca Mais (1985-2016)*. Evaristo Arns, Henry Sobel e Jaime Wright (orgs.). Petrópolis, Editora Vozes, 1985 (primeiro levantamento).

VV.AA. *Journal des Débats de la Société des Jacobins*. Paris, números 486 (edição de 2 de setembro de 1793) e 487 (edição de 3 de setembro de 1793). Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

VV.AA. *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de Henri Plon, 1861, tomo XXI, ns. 315 (edição de 2 de agosto de 1794), 342 (edição de 29 de agosto de 1794) e 343 (edição de 30 de agosto de 1794). Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

VV.AA. *Le Moniteur Universel*. Paris, reimpressão de René et Cie, 1840, tomos XVII (n. 226, edição de 14 de agosto de 1793 e n. 251, edição de 8 de setembro de 1793), XXI (n. 315, edição de 2 de agosto de 1794). Biblioteca Nacional da França/Projeto Gallica.

VV.AA. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília, Governo Federal, Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.spp.gov.br/mortos-desaparecidos/edmur-pericles-camargo>>.

VV.AA. *Revista Problemas*. Rio de Janeiro. Especialmente os números 16 (janeiro de 1949), 30 (outubro de 1950) e 64 (dez/1954-jan/1955).

VV.AA. *Revista Tricontinental*. Havana, Secretariado Executivo da OSPAL, 1970, n. 16 (janeiro-fevereiro de 1970).

WAAK, William. “Um mito chamado Olga”. *Revista Época*. Rio de Janeiro, n. 326, de 13 de agosto de 2004.

_____. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

WARDLAW, Grant. *Political terrorism*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

WEEKS, Albert Loren. *The first bolshevik: a political biography of Peter Tkachev*. Nova York. Nova York University Press, 1968.

WEIMAN, Gabriel e WINN, Conrad. *The theater of terror: mass media and international terrorism*. Nova York, Longman, 1994.

WERTH, Nicolas Werth. “Um Estado contra o povo: violência, repressão e terror na União Soviética”. Em Stéphane Courtois (org.). *O livro negro do comunismo*. São Paulo, Bertrand, 1999, pp.53-133.

WHITE, Jonathan. *Terrorism: an introduction*. Belmonte, Brooks/Cole, 1991.

WILKINSON, Paul. *Terrorism and the liberal state*. Nova York, New York University Press, 1986.

WILLIAMS, John. “Carlos Marighella: the father of urban guerrilla warfare”. Em: *Studies in Conflicts and Terrorism*. Londres, Taylor and Francis Pub., 1989, v. XII, n. 1, pp. 1-20.

WITKER, Ivan. “Occidente ante las nuevas tipologías del terrorismo”. Em: *Revista Estudios públicos*. Santiago de Chile, Centro de Estudios Públicos, 2005, n. 98. pp. 228 e 234.

WITKKER, Carl. *Against the current: the life of Karl Heinzen*. Chicago, Chicago University Press, 1945.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre, LP&M, 2007.

_____. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre, L&PM, 1998.

WOODRUFF, Christopher. *Political culture and revolution: an analysis of the tupamaros failed attempt to ignite a social revolution in Uruguay*. Austin, Lozano Long Institute of Latin American Studies/University of Texas, 2008.

WRIGHT, Joanne. “Coutering West Germany Red Army Faction”. Em: James Forest (org.), *Essentials of counterterrorism*. Londres/Santa Bárbara, Praeger, 2015, pp. 320-351.

YAYLA, Atilla. “Terrorism in Turkey”. Em: *Journal of the Faculty of Political Science//Universidade de Ankara*. Ankara, 1989, v. XLIV, n. 319, pp. 249-262.

ZAIDÁN, Michel. “O grande *tournant*: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)”. Em: Quartim de Moraes e Daniel Aarão Reis (orgs.). *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. São Paulo, Paz e Terra, 1991, pp. 89-104.

ZIMBAG, Luis Alberto. *O cidadão armado: comunismo e tenentismo (1927-1945)*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

APÊNDICES

Nota explicativa

Os textos que se seguem são bastante desiguais entre si e não foram escritos com a mesma preocupação formal encontrada na *Tese*, da qual são uma espécie de apenso simples para prevenir e informar sobre algumas importantes questões laterais à discussão central. E que ajudam seu esclarecimento. O tratamento dessas questões não caberia em notas de pé de página, mas também seria um exagero conceder-lhe capítulos próprios.

As obras citadas nas notas bibliográficas dos Apêndices não estão incluídas na bibliografia da *Tese*.

Apêndice I

Por que o nazi-fascismo não contribuiu significativamente para o adensamento do conceito terrorismo

A absurdamente trágica experiência nazi-fascista proporcionou o adensamento de importantes conceitos relativos à violência política. Como “crime de guerra”, por exemplo. E ainda consagrou a criação de novos, como “genocídio”. Mas ela quase nada tem a oferecer quanto à evolução histórica do conceito terrorismo.

De um lado, porque suas práticas de terror, por mais monstruosas que foram, não podem ser confundidas pura e simplesmente com terrorismo. O terror, genericamente falando, não deve ser associado necessariamente com o terrorismo, que é uma modalidade própria dele. Essa modalidade não foi especialmente peculiar ou privilegiada no repertório de ações perpetradas pelos agentes fascistas e nazistas.

No turbilhão de horrores que o nazi-fascismo engendrou entre as décadas de 1920 e 1940, o terrorismo foi francamente eclipsado por outras formas de agressão muito menos simbólicas, pontuais, enviesadas ou dependentes de encenação. Não é que aqueles movimentos e regimes tenham ignorado o emprego de métodos terroristas. Ou que esse emprego tenha sido sempre desprezível. Veja-se, por exemplo, o famoso caso Matteotti. Porém esse estilo de violência foi bastante irrisório diante de outros muito mais literais, escrachados e massivos empregados pela linhagem de Mussolini, Hitler *et caterva*; como o “*confronto in piazza*”, a “guerra grande” ou o extermínio em massa, entre outros.

Além disso, nenhum dos ideólogos e teóricos vinculados à ideologia fascista escreveu doutrinação ou tecnicamente sobre o terrorismo. Embora todos eles tenham concedido um lugar fundamental à violência como potência virtuosa e parte inerente da vida social – ao contrário do comunismo, que apresenta a violência como “mal necessário” que um dia será abolido –, reivindicado explicitamente variadas práticas de violência política, o terrorismo, conceitual e nominalmente falando, não está entre elas. Quando Mussolini, Gentile, Hitler, Mosley, Primo de Rivera, Degrelle, Plínio Salgado e outros falam de terrorismo, invariavelmente o associam a ações de comunistas e anarquistas. Mesmo o croata Ante Pavelic – talvez o que de todos eles mais teve envolvimento direto com operações

propriamente terroristas (por exemplo, ao comandar pessoalmente ataques com bombas a locais públicos, sequestros e atentados pessoais em série), não deixou obra relevante sobre o assunto⁹¹⁶.

A razão disso não está, evidentemente, em algum princípio moral ou mesmo em uma recusa programática às práticas terroristas. O que explica essa desimportância dada ao tema são dois outros fatores. Em primeiro lugar, a priorização de outros estilos de violência. Especialmente a guerra *tout court* e o totalitarismo estatal. Em segundo, o desejo de se distinguir política e propagandisticamente da esquerda revolucionária que não só historicamente defendia e praticava assumidamente o terrorismo, como naquelas décadas de 1920 e 1930 o bradava a pleno pulmão.

Em suma, o fato concreto é que não há obra textual de inspiração nazi-fascista que seja relevante para a discussão do processo de construção histórica do conceito terrorismo.

⁹¹⁶ Ver Pino Adriano e Giorgio Cingolani. *Nationalism and terror: Ante Pavelić and Ustashe terrorism from fascism to the Cold War*. Budapeste, Central European University Press, 2018.

Apêndice II

Por que os principais pensadores da violência política entre a segunda metade da década de 1940 e a difusão da obra de Marighella no final da década de 1960 são secundários para a história do conceito terrorismo: sobre Sartre, Ponty, Fanon, Shariati, Krutwig, Guillén, Bayo, Mao/Piao, Grivas, Delmas/Bonnet/Trinquier e Guevara/Debray

Entre as décadas de 1940 e 1960 conhecidos dirigentes revolucionários, líderes nacionalistas e intelectuais de esquerda discutiram a violência política e a guerra considerando o terrorismo como ferramenta mais ou menos válida. Esses autores e ativistas podem ser divididos basicamente em três grupos mais ou menos próximos: o daqueles que não se envolveram diretamente com operações militares, o daqueles que tiveram alguma experiência militar, mas não foram líderes importantes e o daqueles que se destacaram como militares e chefes políticos. Independente do papel de cada um deles na difusão de práticas terroristas, nenhum exerceu efetiva influência no processo de construção histórica do conceito terrorismo.

No primeiro grupo sobressai, de longe, a figura de Sartre, que não só emprestou sua célebre revista *Les Temps Modernes* à apologia de todo tipo de violência revolucionária, como apoiou enfaticamente todos os grandes perpetradores comunistas de seu tempo: Stálin, Mao, Kim Il-Sung, Castro etc. Sartre apoiou o ataque palestino aos atletas judeus nas Olimpíadas de Munique em 1972, os sequestros promovidos pelo grupo Baader-Meinhof, o projeto de Marighella (ver, a propósito, na seção 6.1.5., comentário sobre a última entrevista do baiano) e dezenas de outras experiências tristemente sangrentas⁹¹⁷.

Em 1951, Albert Camus publicou um ensaio intitulado *O homem revoltado*, no qual fazia uma ácida crítica das violências desencadeadas pelas revoluções ao longo dos tempos, revendo inclusive alguns dos mais caros mitos relativos à Revolução Francesa. Por causa disso, Sartre reagiu violentamente, provocando o rompimento da longa amizade entre eles. Ou seja, com relação ao terrorismo, Sartre foi uma espécie de Noam Chomsky.

⁹¹⁷ Para um panorama da vinculação verbal de Sartre com atos concretos de terrorismo, ver a incrível listagem feita pelo filósofo Michel Onfray no ensaio “Le siècle de Sartre” (*Le Monde*, 4 de junho de 2011). Disponível em <https://www.lemonde.fr/idees/article/2011/06/04/le-siecle-de-sartre_1531903_3232.html>.

No entanto, Sartre (diferente de Chomsky) nunca escreveu sobre o assunto terrorismo. Aqui e ali ele trata do tema da violência política, mas nada que possa ser considerado relevante para a discussão conceitual do problema específico desse estilo de violência. Sem dúvida que o grande amigo de Simone de Beauvoir foi um dos principais apoiadores de práticas terroristas internacionais entre as décadas de 1950 e 1970, mas ele nada disse de tecnicamente relevante sobre isso.

Algo diferente do que acontece com certa obra de Merleau-Ponty, contemporâneo de Sartre. Em 1947, no auge do stalinismo, Ponty publicou o livro *Humanismo e terror: ensaio sobre o problema comunista*⁹¹⁸. Escrito como uma espécie de resposta ao romance *O zero e o infinito*, de Arthur Koestler, editado dois anos antes e no qual se encontrava uma das mais devastadoras críticas já feitas ao comunismo, o ensaio de Ponty nada trazia de essencialmente novo em relação ao que já haviam dito em seu dia os jacobinos e bolcheviques. Apesar de confessar seu desconforto com as implicações éticas das experiências de violência revolucionária, Merleau-Ponty abraçava as práticas de *enforcement terror* como uma legítima ferramenta de justiça social e de promoção do progresso histórico, requeitando com um discurso filosofante a doutrina bolchevique de tocar o terror a partir de cima, prática agora atualizada por Stálin e o pleno Estado soviético. Apresentando uma inédita profundidade intelectual ao tema e revestindo-o com um verniz humanista, Ponty ofereceu a mais elaborada justificativa doutrinária da lógica do terror revolucionário vindo “de cima para baixo” desde aquela dada por Trotsky em 11111.

Humanismo e terror: ensaio sobre o problema comunista teve várias edições e foi traduzido para diversas línguas. Só recentemente, com as obras de Slavoj Žižec⁹¹⁹, ele foi igualado em termos de argumentação filosófica marxista. Mas ele não ajudou a avançar o conceito terrorismo. Seja porque nada apresentava de inovador ao argumento comunista, ou porque se concentrava na questão do *enforcement terror* e ignorava completamente as questões relativas ao *agitational terror*, ou ainda porque não fazia qualquer discussão técnica do terrorismo, o estado da arte permaneceu como estava. Isto é, onde os bolcheviques o haviam deixado.

⁹¹⁸ Maurice Merleau-Ponty. *Humanismo e terror: ensaio sobre o problema comunista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968.

⁹¹⁹ Ver especialmente Slavoj Žižec. *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo, Boitempo, 2009.

Uma mudança nesse quadro só veio a ocorrer pouco depois, com a morte de Stálin em 1953 e o XX Congresso do PCUS em 1956, quando o padrão tradicional de terror soviético começou a dar sinais de esgotamento. O modelo do da revolução bolchevique foi ficando cada vez mais distante, processos político-militares atípicos começaram a aparecer no Terceiro Mundo e os grupos de matriz marxista foram obrigados a buscar novas táticas e estratégias. Isso levou a abordagens inventivas da tradição de violência da esquerda revolucionária e, por decorrência, a novas considerações conceituais sobre o terrorismo por parte dos intelectuais.

Uma peça importante nessa passagem foi a obra de Frantz Fanon. Nascido na Martinica em 1925, ele estudou medicina na França e tornou-se psiquiatra. Quando a Argélia se revoltou contra o domínio francês em 1954, Fanon foi enviado para Argel, capital da Argélia, para trabalhar em um hospital para doentes mentais. Suas experiências ali o aproximaram dos rebeldes e dos movimentos anticoloniais. Interessado nos mecanismos psicológicos do racismo e dos processos de dominação colonial, ele acabou propondo uma revolução que ia além do marxismo, embora conservando vários de seus pressupostos. Fanon acreditava que as pressões causadas pelo “imperialismo explorador” eram as principais causas de doenças mentais na Argélia (e no resto do mundo colonial). Para ele, revolução significava romper com a “razão greco-latina”, com os “valores mediterrânicos”, com o “Belo”, com o “triunfo da pessoa humana”, e outros “bibelôs sem vida e sem cor”. Na imaginação dele, “(...) *Quando um colonizado ouve um discurso sobre a cultura ocidental, ele saca seu facão (...)*”⁹²⁰. Preocupado em estimular, gerir e canalizar o ódio do “dominado”, ele propunha superar as “distinções abstratas” da cultura ocidental, como burgueses e proletários, por exemplo, e se fixar em inimigos simples e próximos (o policial, o grande proprietário, um representante da tribo vizinha etc.) que encarnavam os “dominadores”. Somente diante dessas figuras cotidianas o “oprimido” tomaria consciência de seu ódio e o utilizaria para promover mudanças na vida real. Ele defendia enfaticamente o terror para eliminar o “opressor” e pedia que não se pensasse demais no futuro: a revolução deve ser aqui e agora. Neste sentido, os revolucionários não eram mais somente os proletários, mas os povos colonizados, os camponeses, o lumpemproletariado das cidades, os negros.

No contexto da crítica ao burocratismo soviético, do êxito da revolução chinesa e do processo de descolonização, essa perspectiva teve imediata repercussão. Exemplo disso foi o sucesso editorial de seu livro *Os condenados da terra*. Lançado em 1961 com um prefácio de

⁹²⁰ Frantz Fanon. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, pp. 11.

Sartre⁹²¹ que se tornou famoso, o volume foi traduzido em praticamente todas as línguas e consagrou um modelo de revolução que não pressupunha qualquer disciplina partidária e legitimava toda violência a partir de simplórias dicotomia entre oprimidos e opressores, ocidentais e não-ocidentais, brancos e negros, ricos e pobres.

O discurso de Fanon consiste basicamente em denunciar os males da violência colonial e fazer a apologia terapêutica da violência revolucionária. Para ele, “(...) *O homem colonizado liberta-se na e pela violência* (...). Assim, “(...) *a violência [do oprimido] desintoxica. Desembaraça o colono de seu complexo de inferioridade, de suas atitudes contemplativas ou desesperadas* (...)”⁹²².

Fanon viu a guerra de guerrilha e os atos individuais de terrorismo como ferramentas da revolução. A guerra de guerrilha rural seria o método ideal de revolta, mas o terrorismo urbano tinha um papel importante para tornar impotente a administração colonial⁹²³. Esse terrorismo deveria ser limitado a alvos específicos: os colonos brancos e a classe média nativa que lhes dava sustentação. Assassínatos, atentados e, inclusive, mutilações individuais forçariam os colonos brancos a deixar o país oprimido e assustariam a classe média nativa para longe de seus senhores coloniais⁹²⁴.

Outro pensador que teve relativa importância à mesma época foi o sociólogo iraniano Ali Shariati. Amigo de Fanon e formado no mesmo eclético ambiente político dos grupos de exilados da esquerda universitária parisiense, ele também ajudou a fomentar as novas formas de violência revolucionária que eclodiram nos anos sessenta, embora sua abrangência seja mais localizada. Especialista em sociologia da religião, ele foi um dos intelectuais iranianos mais influentes do século XX, notabilizando-se por promover uma espécie de Teologia da Libertação a modo muçulmano e juntar ideias tradicionais do xiísmo duodecimalista com aspectos do leninismo⁹²⁵. Apesar de denunciar o marxismo como uma “falácia ocidental”,

⁹²¹ Esse texto de Sartre afirma basicamente que só a violência resolve o problema colonial. Ver Jean-Paul Sartre. “Introdução”. Em: Frantz Fanon. *Os condenados da Terra*, pp. 1-22.

⁹²² Frantz Fanon. *Os condenados da Terra*, pp. 66 e 74.

⁹²³ Michael Sonnleitner. “Of logic and liberation: Frantz Fanon on terrorismo”. *Journal of Black Studies*. Filadélfia/Londres, Temple University/SAGE Pub., 1987, v. XVII, n. 3, pp. 287-304.

⁹²⁴ B. K. Jha. Fanon’s theory of violence: a critique”. *The Indian Journal of Political Science*. Nova Delhi, Indian Political Science Association, 1988, v. XLIX, n. 3, pp. 359-369.

⁹²⁵ Assaf Moghadam. *Militancy and political violence in shiism: Trends and patterns*. Londres, Routledge, 2011.

título de um dos seus livros⁹²⁶, sua visão da revolução era essencialmente marxista; a ponto de seus críticos apontarem-na como “um drink servido em um copo islâmico”, “um verdadeiro cavalo de Troia”. Nesse sentido, ele explora particularmente o culto ao sangue, a crença na violência como força redentora e o milenarismo característicos da religiosidade xiita, canalizando-os em direção à luta de classes. Khomeini deve muito às suas ideias. Shariati colaborou com a guerrilha argelina, foi um dos fundadores do Movimento pela Liberdade do Irã – cujo braço armado foi especialmente ativo na década de 1970 – e traduziu a obra de Frantz Fanon para o persa. Porém, ele também não teorizou sobre o terrorismo.

Nesse universo de intelectuais que faziam a apologia do terrorismo e tiveram alguma influência em seu tempo, alguns estudiosos incluem o linguista Federico Krutwig. Mas, a despeito de seu importante papel na evolução do terrorismo no País Basco, ele não é relevante para uma história do conceito terrorismo. Além de sua atuação ter um alcance localizado, basicamente restrito à comunidade basca, sua obra de interesse é materialmente minúscula. Com certeza, seu livro *Vasconia: estudio dialéctico de una nacionalidade* – publicado em 1963, no qual defendia a formação de um Estado étnico-cultural a partir da luta armada – teve um enorme impacto nas estratégias militares do grupo ETA (*Euskadi Ta Askatasuna*), contribuindo para torna-las muito mais agressivas. Krutwig propõe o terrorismo sem meias tintas, num quadro de *agitational terror* que se desdobra pelo extermínio de pessoas que não colaborem com o esforço de afirmação euskaldún, por exemplo professores: “(...) *Es una obligación para todo hijo de Euskalherria oponerse a la desnacionalización aunque para ello haya que emplearse la revolución, el terrorismo y la guerra. El exterminio de los maestros y de los agentes de la desnacionalización es una obligación que la Naturaleza reclama de todo hombre (...)*”. Nesse sentido, entre as práticas que ele recomenda estão, por exemplo, a animalização dos adversários, a tortura, o assassinato simbólico e a execução de inocentes como punição exemplar: “(...) *Los policías que hasta hoy han torturado a los detenidos vascos deberán ser pasados por las armas o degollados. En estos casos es recomendable siempre que se pueda emplear el degüello de estos entes infrahumanos. No se debe tener para ellos otro sentimiento que el que se posee frente a las plagas que hay que exterminar. Cuando ello no represente un peligro para el guerrillero. Estos torturadores deberán ser eliminados por medio de tortura. Si las fuerzas de ocupación siguieren con sus medidas de tortura no se deberá nunca dudar en el empleo del retalión para exterminar a los familiares de los*

⁹²⁶ Ali Shariati e Hamid Algar. *Marxism and other western fallacies: an islamic critique*. Jacarta, Mizan, 1980.

*torturadores (...)*⁹²⁷. Por essas e outras passagens, o livro de Krutwig, como já foi dito, estimulou realmente o incremento da atividade terrorista do ETA. Mas ele não tem qualquer interesse para uma história do conceito terrorismo. Em um total de quase 650 páginas, apenas dezessete, concentradas numa seção intitulada “Bellica”, tratam da luta armada. E menos ainda aquelas que falam em terrorismo. O conteúdo delas não é sistemático e o autor não se preocupa com questões teóricas ou técnicas relacionadas com a ideia geral de terrorismo. Em suma, trata-se de um material de pouco valor para uma história conceitual.

Quanto ao segundo grupo de referências que poderiam ser evocadas numa discussão da evolução do conceito terrorismo – o grupo daqueles que tiveram importantes experiências político-militares, mas não foram líderes políticos ou militares de grande relevo –, destacam-se os textos de dois ex-combatentes da guerra civil espanhola.

Um deles foi o economista Abraham Guillén. Ele lutou na ao lado dos anarquistas e tinha conhecimentos consistentes sobre guerra, embora não fosse um soldado profissional. Durante a Guerra Civil Espanhola, foi comissário político da 14ª Divisão e do 4º Corpo do Exército, comandado por Cipriano Mera. No final da guerra foi detido e condenado a morte, mas conseguiu fugir e evadir-se do país. No exílio, viveu na França, Argentina e Uruguai, com uma estada em Cuba imediatamente depois do triunfo da revolução.

A experiência prática com a guerra o distingue bastante dos autores anteriormente citados, todos eles sem prática direta de combate. Extremamente crítico do modo como o exército da república era organizado e de como foram conduzidas as suas campanhas militares, ele acreditava que a falta de uma “guerra criativa”, uma “guerra popular total”, uma “guerra revolucionária”, fora a principal causa da derrota perante Franco⁹²⁸.

Seus vários livros sobre guerra revolucionária sempre reservam um lugar para a discussão da guerrilha urbana, inclusive havendo um tratado especial da questão⁹²⁹. Em 1957, ele publicou *A Agonia do Imperialismo*⁹³⁰, obra que trazia uma seção (“La lucha armada contra el imperialismo”) sobre estratégia e tática político-militar dos movimentos

⁹²⁷ Federico Krutwig. *Vasconia: estudio dialéctico de una nacionalidad*. Buenos Aires, Norbait, 1963, pp. 339.

⁹²⁸ Ver Abraham Guillén. *El error político militar de la Republica: la perdida de la guerra civil*. Madri, Ediciones Queimada, 2014.

⁹²⁹ Entre eles, *Teoria de la violència: guerra y lucha de clases* (1965), *Estrategia de la guerrilla urbana* (1969), *Revalorización de la guerrilla urbana* (1977) e *El error militar de las izquierdas* (1980).

⁹³⁰ Abraham Guillén. *La agonía del imperialismo*. Buenos Aire, Editorial Sophos, 1957, v. II, pp. 355-382.

revolucionários. Esse material chegou à guerrilha cubana e Guillén começou a ficar conhecido como teórico militar. Em 1965, ele editou *Teoría de la violencia: guerra y lucha de clases*⁹³¹, um volume bem organizado e relativamente denso (233 pp.) sobre a guerra “grande” moderna, com um pequeno capítulo sobre guerra irregular. Não é um texto voltado à prática (embora contenha algumas instruções de guerra bem concretas), mas uma reflexão teórica e histórica, em alguns momentos inclusive filosófica. No ano seguinte, *Estratégia de la guerrilla urbana*⁹³² foi publicado em Montevideu. É um volume menor que o anterior (140 pp.), mas igualmente bem articulado e teórico (ainda que também traga instruções práticas), que trata da guerra em geral e dentro dela especificamente o combate nas cidades. A partir do estudo de alguns casos (a batalha por Madri em novembro de 1936, os enfrentamentos em São Domingo durante a guerra civil dominicana em 1965 etc.), Guillén tira várias conclusões sobre estratégia revolucionária, mas não chega a propor um modelo fechado guerrilha urbana.

Em seus escritos, Guillén procura fazer uma espécie de síntese eclética entre diferentes experiências táticas guerrilheiras (tanto rurais como urbanas), destacando a influência anarquista. Nos seus dois livros principais sobre luta armada, o termo “terrorismo” só é utilizado para qualificar a violência dos inimigos da revolução. E ele pouco fala em operações de sabotagem. Sem dúvida, em outras obras ele chega a considerar o terrorismo uma opção válida, mas recomenda emprega-lo muito cautelosamente. Para ele, “(...) *el uso y abuso de terror no hacen ganar sino perder la población (...)*”. Além disso, Guillén acredita que “(...) *Los medios violentos no se justifican contra un régimen en prosperidad, democracia y respeto para la persona humana; pues sería criminal hacer terrorismo contra un orden legal en que el pueblo sea el sujeto de la historia (...)*”⁹³³.

Os escritos de Guillén inicialmente inspiraram os tupamaros, porém, como ele não pertencia à organização e em várias ocasiões criticou importantes aspectos de sua estratégia, não há razão para supor que ele tenha tido alguma influência decisiva na estratégia ou na organização deles. O mesmo com relação a outros grupos próximos, como o ERP argentino. O fato de Guillén não ter trânsito livre entre os Partidos Comunistas também colaborou para

⁹³¹ Abraham Guillén. *Teoría de la violencia: guerra y lucha de clases*. Buenos Aires, Jancana, 1965. Fac-símile disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/guillen/teoria-de-la-violencia.pdf>>.

⁹³² Abraham Guillén. *Estratégia de la guerrilla urbana*. Montevideu, Editorial Manuales del Pueblo, 1966. Fac-símile disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/guillen/estrategia-guerrilla-urbana.pdf>>.

⁹³³ Abraham Guillén. *Desafío al Pentágono: la guerrilla latino-americana*. Buenos Aires, Andes, 1969, pp. 39.

limitar o alcance de sua obra, que pouco transcendeu o circuito da esquerda portenha. Todavia, vale se perguntar sobre as possíveis relações dele com Marighella, o que é feito no final desta tese.

Seja como for, não há na obra de Guillén matéria suficiente para que ele viesse a exercer grande influência nos rumos do conceito terrorismo.

O outro ex-combatente da guerra civil espanhola que deve ser examinado é Alberto Bayo Gyroud, instrutor militar do grupo de Fidel no México. Em 1955, ele escreveu um opúsculo intitulado *150 preguntas a un guerrillero*. Com cerca de cinquenta páginas, ele apresenta de forma bastante didática minuciosas sugestões sobre como organizar grupos guerrilheiros ao estilo dos *maquis*⁹³⁴. O pequeno volume foi publicado dezessete vezes pelas autoridades cubanas entre 1959 e 1960⁹³⁵. E existem várias edições em inglês, algumas com sua difusão alavancada pelo sub-título *“The man who trained Castro”*⁹³⁶. Ele teve certa influência nos meios da esquerda armada latino-americana naquela década, mas em nada contribuiu para o conceito terrorismo.

As palavras “terror” e “terrorismo” não são citadas. Mas instruções sobre “sabotagem” aparecem em mais de dez artigos. Entre essas instruções estão como fazer granadas de mão, minas terrestres, bombas-relógio e bombas incendiárias. Também como posicionar explosivos, implodir edifícios e produzir grandes e duradouros incêndios, inclusive utilizando o trabalho de crianças (“a partir dos doze anos”). Algumas das suas recomendações são razoáveis e pertinentes. Por exemplo, respondendo à pergunta 30, sobre como fazer uma granada, ele dá instruções detalhadas: *“Pegue uma lata vazia de leite condensado, enxugue-a bem por dentro; coloque uma bucha de dinamite, pregos ou pequenos pedaços de ferro; pressione suavemente”* etc. etc. No entanto, o texto traz passagens quase ridículas. A pergunta 78 é: “Como um avião decola?”. E sua resposta é: “Sempre de frente para o vento”. Nenhuma pergunta é reservada às questões estratégicas da guerrilha.

⁹³⁴ A palavra “maquis” refere-se originalmente ao tipo de vegetação e solo típicos da Europa mediterrânica, tradicional santuário de bandidos e guerrilheiros desde o século XIX. Ela ficou especialmente conhecida por associar-se à chamada Resistência Francesa durante a Segunda Guerra Mundial, acabando por gerar um neologismo. Basicamente, trata-se de pequenas colunas de combatentes que atacam furtivamente o inimigo, deslocando-se continuamente e escondendo-se em bosques fechados, grutas e montanhas. À medida que amplia suas operações, a guerrilha maquis pode atuar também nas cidades. Mas ela é basicamente rural.

⁹³⁵ Ver fac-símile da 17ª tiragem em <<http://www.pdfbul.com/alberto-bayo-gerilla-nedir-e-kitap-indir.html>>.

⁹³⁶ Ver, por exemplo: <https://issuu.com/misterbook/docs/150_questions_for_a_guerrilla-_albe>.

O terceiro grupo de autores e ativistas que deve ser considerado quando se discute a evolução do conceito terrorismo – o daqueles que se envolveram profissionalmente com a luta armada e chefiaram grandes movimentos – tem como principais referências Mao Tse-tung (e Lin Piao), Georges Grivas, Nguyen Vo Giap (e Truong Chinh) e Che Guevara (e Règeis Debray).

Embora os comunistas chineses tenham desenvolvido uma nova teoria da revolução em relação ao leninismo (baseada no protagonismo do campesinato e da guerrilha rural), não inovaram nada quanto à doutrina de Lênin sobre o terrorismo. Com efeito, a esse respeito, eles herdaram integralmente o discurso e as práticas bolcheviques. As variadas guerras que consumiram seu país nas décadas de 1930 e 1940 deram a eles inúmeras oportunidades de atuar conforme o que prescrevia o líder soviético, ainda mais com a vitória da revolução em 1949, cópia, de certa maneira, daquela de 1917. A história do terror comunista na China é relativamente bem conhecida⁹³⁷. Todavia, isso não transparece nos escritos político-militares de seus grandes líderes⁹³⁸.

Mao Tse-tung, Lin Piao e outros dirigentes que se destacaram enquanto comandantes e teóricos da guerra popular prolongada – a estratégia de luta armada a longo prazo para promover a revolução –, silenciam quase completamente acerca das táticas terroristas. Eles falam bastante das questões políticas e estratégicas da guerrilha rural, mas pouco sobre seus detalhes táticos e operacionais, especialmente aqueles que envolvem ações como sequestros, atentados com bombas, assassinatos seletivos, uso de reféns, punição coletiva, execuções públicas e outras técnicas que conformam as práticas propriamente terroristas. Em quase uma dezena de seus principais artigos sobre questões militares, Mao quase não cita as palavras terror ou terrorismo⁹³⁹. Mas isso não quer dizer, obviamente, que essas práticas fossem desimportantes. Aliás, como algumas passagens laterais de seus textos deixam perceber. Por exemplo, em uma instrução de 1937, na qual Mao fala da importância de formar milícias locais, ele menciona operações de caráter nitidamente terrorista. Frisando que o papel dessas

⁹³⁷ Para uma visão panorâmica, ver Jean-Louis Margolin. “Comunismo na Ásia: Entre reeducação e massacre”. In Stéphane Courtois. *O livro negro do comunismo*. São Paulo, Bertrand, 1999, pp. 235-326. Ver também Frank Dikötte. *The tragedy of liberation: A history of the Chinese Revolution (1945-1957)*. Londres, Bloomsbury Press, 2013.

⁹³⁸ Ao menos naquelas obras e coletâneas clássicas que foram traduzidas para línguas ocidentais.

⁹³⁹ Ver *Mao Tse-tung: on guerrilla warfare*. Washington, US Marine Corps Reference Publication, 1989, 128 pp.

milícias não era entrar em combate, mas operar como uma força de vigilância e apoio às tropas guerrilheiras – a modo de uma “guarda doméstica” que não precisava ser especialmente treinada –, ele discorre então sobre suas funções, entre as quais estaria forçar os comerciantes a fazer contribuições “voluntárias”, sequestrar proprietários locais e liquidar informantes e colaboradores inimigos, por exemplo⁹⁴⁰. Certamente que muito mais poderia ser prospectado em sua obra escrita, dado o que se sabe de suas práticas. Mas sempre de modo lateral. Do que se conhece até aqui pelas traduções em línguas ocidentais, Mao não escreveu especificamente sobre o terrorismo nem reivindicou explicitamente práticas correlatas. Embora se saiba que o terrorismo era uma ferramenta plenamente aceitável e usada por ele⁹⁴¹.

Na verdade, toda a história do Partido Comunista Chinês, desde seus primeiros assassinatos sob inspiração da III Internacional e chegando até os estertores da Revolução Cultural foi continuamente caracterizada por atos de terror⁹⁴². Mas isso não aparece claramente nos textos dos ideólogos chineses. Daí que o maoísmo (como síntese do pensamento político-militar dos comunistas chineses) não foi uma fonte de inspiração para o desenvolvimento do conceito terrorismo. O maoísmo foi fundamental para a evolução do conceito de guerrilha e de guerra, mais precisamente o de “guerra popular prolongada”. Mas não para o de terrorismo.

No mesmo padrão está a obra de Nguyen Vo Giap, o genial estrategista vietnamita.

Ele formou-se militarmente na zona liberada por Mao em Yenan, na China, e ali aprendeu a doutrina da guerra popular prolongada; a qual levou para o Vietnã com algumas adaptações. Uma dessas adaptações foi dar mais atenção às possibilidades de atuação violenta nas cidades. Enquanto para os maoístas duros as insurreições dificilmente poderiam acontecer em cidades controladas pelo inimigo, para os vietnamitas, sim, elas poderiam. Nesse sentido, o Partido Comunista do Vietnã nunca descuidou do seu braço armado nas zonas urbanas. Dessa forma, enquanto o grosso do conflito se dava nas zonas rurais, pequenos grupos de fogo deviam promover atos de sabotagem e *agitational terror* nas cidades maiores. Na fase da

⁹⁴⁰ “Strategic tactics, and logistics in guerrilla warfare”. Em *Mao Tse-tung: on guerrilla warfare*. Washington, US Marine Corps Reference Publication, 1989, pp. 21.

⁹⁴¹ Ver Gus Martin. *Essentials of terrorism: concepts and controversies*. Londres, SAGE, 2007, pp. 52.

⁹⁴² Para uma discussão introdutória, ver Jacque Guilermaz (*Histoire du Parti Communiste Chinois: 1921-1949*. Paris, Payot, 2004) e Roger Faligo (*O serviço secreto chinês*. Rio de Janeiro, Larousse do Brasil, 2010).

guerra contra os franceses, essas operações, embora pudessem ser gravíssimas⁹⁴³, não foram especialmente relevantes. Nos anos sessenta e setenta, no entanto, à época da guerra contra os norte-americanos e seus aliados vietnamitas, os ataques terroristas dos vietcongues adquiriram muito mais importância tática, abalando política e militarmente a vida nas cidades não controladas pelos comunistas⁹⁴⁴. Além disso, como resultado de uma guerra vitoriosa (na verdade duas), a revolução vietnamita também envolveu ações complexas de *enforcement terror*, aliás como todo regime instalado sob inspiração leninista. Também aqui espelhando em linhas gerais o modelo chinês, mas com um toque próprio (por exemplo, no Vietnam não houve propriamente um LaoGai⁹⁴⁵).

Giap tem uma significativa obra literária sobre a guerra revolucionária. Suas memórias da campanha de Dien Bien Phu compreendem quase oitocentas páginas⁹⁴⁶ e ele tem mais de uma dezena de livros e artigos tratando desde as primeiras campanhas contra os japoneses nos anos quarenta até a vitória contra os norte-americanos nos anos setenta⁹⁴⁷. Porém, a despeito da grande experiência de Giap com o terror e o terrorismo, ele não menciona estas duas palavras como prática própria em seus escritos, mas apenas para acusar seus inimigos de empregar tais métodos. E nem mesmo discute efetivamente questões próximas ao tema (como os atos de sabotagem, por exemplo, ou o terror do Estado revolucionário).

Alguns autores citam o livro *A resistência vencerá*⁹⁴⁸, de Truong Chinh – o terceiro líder vietnamita mais importante, ao lado de Ho Chih Minh e Nguyen Vo Giap –, como um

⁹⁴³ Cecil Currey. *Vitória a qualquer custo: A biografia do general Vo Nguyen Giap*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2002, pp. 58 e ss.

⁹⁴⁴ Ver Jay Malin. “Urban terrorismo”. Em: *Terror in Vietnam*. Princeton, Van Nostrand, 1966, pp. 79-94.

⁹⁴⁵ Abreviação de Laodong Gaizao (ou “Campos de Reforma pelo Trabalho”), o sistema prisional de trabalho forçado e doutrinação ideológica que foi a base do aparato repressivo do regime. Apesar de algumas pequenas unidades antigas, o LaoGai tornou-se realmente um complexo importante a partir de 1949, com a tomada do poder. Ele só começou a ser desmontado depois da morte de Mao. Sobre o assunto, ver a coletânea organizada por Nicole Kempton (*Laogai: the machinery of repression in China*. Nova York, Umbrage Editions, 2009, 160 pp.) e o trabalho pioneiro de Hongda Harry Wu (*LaoGai: the chinese Gulag*. Boulder, Westview Press, 1992, 247 pp.).

⁹⁴⁶ Nguyen Vo Giap. *Mémoires*. Paris, Anako, 2003.

⁹⁴⁷ Os mais importantes estão reunidos em uma compilação muito difundida entre as décadas de 1960 e 1970, traduzida para línguas ocidentais pelas autoridades vietnamitas. Esta compilação tomou títulos diferentes conforme novas traduções e edições foram se sucedendo. Por exemplo, em inglês, ver Nguyen Vo Giap. *People's war, people's army*. Hanoi, Foreign Languages Pub., 1961, 117 pp. Em português, ver Nguyen Vo Giap. *Manual de estratégia subversiva*. Lisboa, Edições Sílabo, 2005, 194 pp.

⁹⁴⁸ Truong Chinh. *The resistance will win (Kháng chiến nhất định thắng lợi)*. Hanoi, Foreign Languages Pub., 1960, 64 pp. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/truong-chinh/1947/resistance-will-win.pdf>>.

tratado importante na história da guerra irregular ou não convencional, incluindo aqui o terrorismo. Mas Truong era um político, não um guerreiro, em sentido estrito. E seu escrito apresenta apenas algumas generalidades (políticas) sobre a guerrilha, sem especial importância técnica sobre essa modalidade de combate.

O fato de Ho Chi Minh, que também tem importantes escritos político-militares, tampouco se ocupar em discutir o assunto⁹⁴⁹ não é uma coincidência. O que leva ambos a silenciar sobre o terror e o terrorismo não é a ausência de seu uso por parte dos revolucionários, mas a prudência, por uma razão de propaganda, em não assumir certas práticas de alto custo em termos de imagem pública. Sendo assim, eles não podiam contribuir para a evolução do conceito terrorismo.

Um caso peculiar e que mereceria mais atenção por parte dos estudiosos é o de Georgios Grivas. Aliás, David Rapoport já falou disso quando afirmou que Grivas e Marighella são os autores mais importantes da virada entre a segunda e a terceira “ondas” da história do terrorismo moderno⁹⁵⁰.

Oficial cipriota de origem grega, ele lutou contra os turcos em 1919 e ao lado dos ingleses na II Guerra Mundial, integrou o alto comando do vitorioso exército monarquista durante a guerra civil grega de 1946-1949 e foi o principal fundador da EOKA (Ethnik Organosis Kyprion Agonisto⁹⁵¹), grupo político-militar em defesa da independência e da *enosis*, isto é, da “união” do Chipre com a Grécia. Em 1955, o EOKA se deu a conhecer com uma série de atentados coordenados em quartéis, bares e edifícios públicos para pressionar a saída dos ingleses da ilha. Mais adiante, ele estendeu suas atividades contra grupos cipriotas de origem turca que pretendiam vincular o Chipre à Turquia.

A experiência guerrilheira do EOKA apresentou características muito peculiares, e sobre ela Grivas teceu várias considerações de natureza teórica, nas quais sobressai a questão do terrorismo.

⁹⁴⁹ Ho Chi Minh. *On revolution and war: selected writings (1920-1966)*. Nova York, New American Library, 1967, 389 pp.

⁹⁵⁰ David Rapoport. “The four waves of modern terror. Em: Jussi Hanhimakie e Bernhard Blumenau (orgs.). *An international history of terrorism*. Londres, Routledge, 2013, pp. 282-310.

⁹⁵¹ Organização Nacional dos Combatentes Cipriotas

Em primeiro lugar, essa experiência é peculiar por que de alguma maneira ela venceu. A *enosis* não foi conseguida, mas a independência sim. E para ela a luta armada contou muito. Grivas entrou triunfal em Nicósia e os ingleses se retiraram.

Em segundo lugar, politicamente, a guerrilha não se inseria em uma luta de libertação nacional típica, onde um país estrangeiro invadira um território e oprimia historicamente toda uma nacionalidade. Até a queda do império otomano em 1918, o sultão turco era o soberano oficial da ilha e os britânicos seus parceiros na administração pública. Depois disso, a Inglaterra exerceu um mandato que se previa temporário. Por outro lado, sequer havia exatamente uma nacionalidade cipriota, mas comunidades que se viam mais como gregas e turcas. Outra peculiaridade política, era que a guerrilha não era conduzida por comunistas, ou mesmo pela esquerda, fato incomum na época.

Em terceiro lugar, e particularmente importante para uma história do terrorismo, em termos técnicos essa guerrilha teve características híbridas. Como cenário, ela teve um país minúsculo, desprovido de importantes santuários naturais, relativamente próspero e até então sem graves conflitos sociais. Aparentemente, essas condições inviabilizavam qualquer projeto guerrilheiro exitoso. No entanto, a estratégia de Grivas soube contornar tais adversidades e fazer o EOKA não só sobreviver como desferir golpes mortais contra os britânicos. Uma das razões disso foi o sistema adotado de luta urbana com pequenas células compartimentadas, que dificultou a ação do aparato repressivo. Embora Grivas tivesse chegado a compor uma coluna com seus guerrilheiros nas montanhas de Troodos, a maior parte deles não saiu das cidades e das vilas. A segunda razão foi a compreensão de Grivas de que não se tratava de vencer militar e definitivamente os ingleses, mas mantê-los sob pressão. Neste sentido, o terrorismo era um ingrediente fundamental. E deu muito resultado.

Isso é relatado por Grivas em diversos textos que ele escreveu sobre a luta armada⁹⁵². Sempre com uma linguagem castrense, muito voltado a considerações táticas e interessado nos problemas de campo, nesses escritos ele trata em detalhes de questões organizativas (funcionamento em pequenas células compartimentadas, estabelecimento de sistemas criptografados de comunicação, estruturação de redes de informantes e colaboradores etc.), da formação dos combatentes (inclusive recomendando o recrutamento de crianças) e de técnicas

⁹⁵² Especialmente, *On guerrilla warfare* (Nova York, Praeger, 1965), *Guerrilla warfare and EOKA's struggle: a politico-military study* (Londres, Longmans/Green, 1964) e *The memoirs of general Grivas* (Nova York, Praeger, 1965).

de combate (uso de armas leves, como organizar emboscadas, ataques com explosivos, atentados pessoais etc.). Assim, chamando a atenção para a necessidade de coordenar ações diplomáticas e políticas com as operações militares, ressaltando especialmente a importância de ganhar a opinião pública internacional, ele reserva um grande papel na guerrilha aos atos de “sabotagem”, o tipo de ação que mantém o inimigo sob pressão física e propagandística. Ele não usa a palavra “terrorismo”. E de fato, não chega tão longe em seu imaginário.

Além de suscitar óbvio interesse entre os leitores gregos, os livros de Grivas tiveram alguma repercussão em língua inglesa e francesa, basicamente em ambiente de militares profissionais e de historiadores interessados na questão cipriota. Mas não exerceram influência relevante na evolução do conceito terrorismo. E nem poderiam. Eles não oferecem nada de especial em termos semânticos, ideológicos ou técnicos.

Algo bem diferente ocorreu no pensamento militar francês na época que vai mais ou menos da batalha de Dien Bien Phu aos Acordos de Evian, quando alguns oficiais com experiência de campo nos dois cenários escreveram sobre o que viram ali e sobre o que poderia impedir as vitórias político-militares de grupos revolucionários como os vietnamitas e argelinos⁹⁵³. Esses escritos apareceram basicamente na *Revue Militaire d'Information* e na *Revue Historique des Armées*, ambas tradicionalmente publicadas pelo Ministério da Defesa francês. Surgiu assim uma primeira geração de teóricos da caserna dedicados a pensar o problema de como enfrentar guerras não convencionais ou “irregulares”. Dentro disso, começaram a ser discutidas de modo um pouco mais sistemático noções como guerrilha, violência insurrecional, guerra psicológica, sabotagem e terrorismo. Ainda não era um debate acadêmico pleno, no sentido científico do termo, mas já se apresentava uma discussão bastante mais qualificada em termos conceituais, apesar de evidentemente “partidária”.

Assim, entre 1954 e 1962, destacaram-se especialmente três autores: Claude Delmas, Gabriel Bonnet e Roger Trinquier.

A principal obra de Delmas foi *La guerre révolutionnaire*⁹⁵⁴, publicada em diversas línguas, inclusive em português⁹⁵⁵. Embora curta e relativamente superficial, é uma obra

⁹⁵³ Para um panorama geral da questão, ver Peter Paret. *French revolutionary warfare: from Indochina to Algeria*. Nova York/Londres, Praeger, 1964.

⁹⁵⁴ Claude Delmas. *La guerre révolutionnaire*. Paris, Presses Universitaires de France, 1965 (1958).

⁹⁵⁵ Lisboa, Europa-américa, 1975.

significativa, verdadeiro “clássico” da área, ao menos por ter sido a primeira em abordar especificamente a questão da guerra irregular. Nela, Delmas, que acabou historiador de profissão, trata a guerra revolucionária como um tipo de guerra religiosa, considerando suas justificativas para a luta, o modelo de soldado/ativista, o emprego do terror etc. Para ele, em todo guerreiro revolucionário há um terrorista, porque na mentalidade revolucionária certa crueldade é uma característica essencial. Não uma crueldade anônima, inevitável na guerra, que se deve mitigar na medida do possível. Mas a crueldade desejada, que explora a tragédia, o espetáculo, o romantismo da morte. Entram aqui coisas como o ressentimento dos humilhados (ou sua manipulação), a satisfação da vingança, projetos de poder que não hesitam em colocar a seu serviço as forças sombrias do indivíduo e das massas etc. E o fato de que, contra inimigos que, por definição, são mais poderosos, deve prevalecer o emprego de armas (com especial impacto psicológico) que esses inimigos não podem (politicamente) usar.

Sem dúvida, essas proposições remetiam a interessantíssimas discussões sobre o terrorismo. Especialmente por reportarem às dimensões simbólicas do problema. Para Delmas, uma coisa era a guerrilha tradicional, entendida como um ramo da guerra clasewitziana – “*comme forme de combat inscrite dans la lutte des partisans espagnols contre Napoléon*” –, e outra coisa era a “guerra psicológica”. As duas juntas formação a guerra revolucionária. No entanto, ele não aprofundou essa e outras questões a ponto de discutir precisamente o conceito terrorismo. Na verdade, esse termo só começou a ser frequente nos textos de Delmas a partir da década de 1970.

Por sua vez, a principal obra de Bonnet foi *Les guerres insurrectionnelles et révolutionnaires: de l'Antiquité a nou jours*⁹⁵⁶. Ela também teve ampla divulgação internacional, havendo, inclusive e curiosamente, duas precoces edições brasileiras no ano de 1963 (com algumas diferenças no conteúdo)⁹⁵⁷. Trata-se basicamente de um apanhado geral e rápido de motinha armados, movimentos guerrilheiros e guerras civis, dedicando-se um pouco mais ao caso francês na Indochina e na Argélia.

O que amarra mais ou menos todos esses casos no livro de Bonnet é a ideia, conforme também se encontra em Delmas, de que a guerra revolucionária é a guerrilha tradicional fundida com um tipo específico de violência, basicamente de natureza psicológica (a

⁹⁵⁶ Gabriel Bonnet. *Les guerres insurrectionnelles et révolutionnaires: de l'Antiquité a nou jours*. Paris, Payot, 1958.

⁹⁵⁷ Uma da Biblioteca do Exército e outra da editora Civilização Brasileira.

“artilharia do pensamento”). O volume apresenta algumas noções teóricas sobre as “constantes revolucionárias (causas, promotores, as formas etc.), mas não discute exatamente o terrorismo, cujo termo só tem presença lateral no texto.

Finalmente, a obra mais importante de Trinquier é *La guerre moderne*⁹⁵⁸, a qual recolhe importantes memórias de combate e aborda de maneira mais articulada o tema do terrorismo. Ela também teve grande difusão internacional, embora não pareça existir uma edição em português.

Ao contrário dos outros dois autores, Trinquier reserva todo um capítulo ao assunto (“O terrorismo como arma capital da guerra moderna”). No entanto o que se encontra ali não é exatamente uma descrição do fenômeno, que é dado mais ou menos como já subentendido. Mas como combatê-lo. Nesse sentido, para ele, como a guerra revolucionária suprime toda distinção clausewitziana entre a guerra e a política ao envolver especialmente propaganda e terror, só se pode combatê-la eficazmente usando seus próprios métodos, numa espécie de “efeito espelho”. Mas não em sentido estrito. O contrário do terrorismo, em termos de contra insurgência, não exatamente é o terrorismo em si, “bomba contra bomba”. Mas outros recursos, como a tortura ou o *targeted killing*, por exemplo. O que levanta, naturalmente, o problema dos direitos humanos e das formalidades legais nos regimes democráticos, como reconhece Trinquier.

Esse tipo de discussão sobre medidas de contra insurgência é o que consome praticamente todo o tratado de Trinquier, sendo o terrorismo mesmo pouco tratado. Sua ênfase é sobre sistemas de informação, como fazer interrogatórios, como atuar com a população civil etc.

Em suma, a “escola francesa” de guerra irregular foi bastante importante por inaugurar um tratamento técnico da questão, mas ela não trouxe avanço significativo à história do conceito terrorismo.

Finalmente, no grupo de autores que se destacaram pela atividade militar e que de algum modo escreveram sobre terrorismo cabe comentar a obra de Ernesto Guevara e o porquê de ela tampouco ter sido importante na história do conceito terrorismo.

⁹⁵⁸ Roger Trinquier. *La guerre moderne*. Paris. Éditions de la Table Ronde, 1961.

A experiência militar e política de Guevara se apresenta de uma forma paradoxal. Enquanto para os simpatizantes e a maioria dos leigos ele foi um grande combatente e comandante, para seus críticos e a maioria dos estudiosos, ele apenas deu sorte em Cuba e foi um fiasco total no Congo e na Bolívia. Certamente, não é o caso de discutir isso aqui. Todavia, não se pode deixar de lembrar que o contraste entre a enorme influência do Che na cultura de violência revolucionária do final do século XX e sua pouca tarimba pessoal com a arte da guerra reflete, entre outras coisas, a artificialidade e a fragilidade de suas teses militares.

Essas teses podem ser resumidas em uma espécie de adaptação do maoísmo.

A ideia de Guevara supunha que a América Latina (na verdade, o mundo) era um barril de pólvora e que bastava acender a primeira fagulha para explodir a revolução por todo o continente. Basicamente, tratava-se de complementar, com a formação de guerrilhas em regiões camponesas (noção fundamental do maoísmo), as condições subjetivas para que a revolução ocorresse, considerando que as condições objetivas já estariam dadas. Como ele escreveu em um de seus textos mais conhecidos, “(...) *Nem sempre há que se esperar que se deem todas as condições para a revolução; o foco insurrecional pode criá-las (...)*”⁹⁵⁹. Diante da nova conjuntura histórica daqueles anos, não era mais necessário esperar que existissem as circunstâncias perfeitas para a revolução, porque a própria criação de um foco de movimento guerrilheiro se encarregaria de possibilitá-las. A revolução comunista, a partir dessa perspectiva, não era mais o resultado de um processo estrutural acelerado e canalizado pelo partido, mas um fato que se impõe e se propaga por decisão pessoal, pelo poder da vontade.

Nesse voluntarismo e primazia do fator militar sobre o político-social havia uma contribuição específica de Guevara à tradição revolucionária. A prioridade do foco guerrilheiro e dos soldados sobre o partido e a sociedade representava uma grande novidade no campo da esquerda revolucionária⁹⁶⁰. Esse elemento novo, justamente conhecida como “foquismo”, foi disseminado em termos doutrinários principalmente pelos muitos escritos de Guevara, embora não só por ele.

⁹⁵⁹ Ernesto (Che) Guevara. *Guerra de guerrilla*. Havana. Ediciones del Pueblo, 1973, pp. 13.

⁹⁶⁰ Ver, por exemplo, a avaliação histórica de Jacob Gorender. *Combates como trevas*. São Paulo, Ática, 1987, pp. 80.

Em muitos desses textos, Guevara fala do terrorismo empregando esta palavra. Em outros, fala de práticas terroristas sem usar este termo. Uma avaliação substantiva do significado disso exige prospectar detalhadamente as muitas e muitas páginas que ele escreveu; tarefa que não foi feita ainda⁹⁶¹. De qualquer modo, a partir do que se pode observar em seus escritos mais difundidos, é possível perceber qual era sua posição intelectual e política sobre o terrorismo e como ele usava esta palavra. E nesse sentido ele seguiu em linhas gerais as doutrinas de Lênin e Mao, apenas dourando-as com um particular chamado humanista pela preservação de vítimas inocentes. Com efeito, Guevara não ficou conhecido por dar uma contribuição conceitual à ideia de terrorismo.

Sua visão do assunto está bem resumida no pequeno tratado *Guerra de guerrilla*, talvez o opúsculo mais influente que ele escreveu. Publicado em 1961 e bem organizado, propunha-se a ser uma espécie de manual da guerrilha rural. Muito original e tendo como referência exclusiva a então recente e superficial experiência militar do Che em Sierra Maestra, o texto refletia, entretanto, alguns aspectos importantes dos escritos de Mao. Um deles é o mesmo sentido e lugar dado à noção de terrorismo.

Assim, logo no início de *Guerra de guerrilla* o Che esclarece que é “(...) *Es preciso diferenciar claramente el sabotaje, medida revolucionaria de guerra, altamente eficaz y el terrorismo, medida bastante ineficaz, en general, indiscriminada en sus consecuencias, pues hace victimas de sus efectos a gente inocente en muchos casos y que cuesta gran número de vidas valiosas para la revolución. El terrorismo debe considerarse como factor valioso cuando se utiliza para ajusticiar algún connotado dirigente de las fuerzas opresoras, caracterizado por su crueldad, por su eficiencia en la represión, por una serie de cualidades que hacen de su supresión algo útil; pero nunca es aconsejable la muerte de personas de poca calidad que traen como consecuencia un desborde de la represión con su secuela de muertes (...)*”⁹⁶².

Em suma, bem conforme a tradição leninista, o terrorismo é uma questão meramente tática. E menor. Mas sempre parte integrante do seu repertório de ações revolucionárias. Por isso, “(...) *En circunstancias especiales que es muy conveniente analizar, se usará el atentado*

⁹⁶¹ Desde já, não é um estudo simples. Parte do espólio literário de Guevara ainda é mantido em segredo pelas autoridades cubanas e muito do material disponível passou antes pelas mãos de Fidel Castro. Além disso, do que há em público existem muitas edições incompletas ou conflitantes, inclusive oficiais, faltando uma edição com sério e exaustivo aparato crítico.

⁹⁶² Ernesto (Che) Guevara. *Guerra de guerrilla*, pp. 12.

*personal. En general, consideramos que este es negativo, salvo el que elimine alguna figura notablemente destacada por sus fechorías contra el pueblo y su eficacia represiva. Nuestra experiencia de la lucha cubana enseñó que se podían haber salvado muchas vidas de grandes compañeros, sacrificadas para cumplir misiones de escaso valor cualitativo y que pusieron a veces bajo el plomo enemigo, en represalia, a combatientes cuya pérdida no podía compararse con el resultado obtenido. El atentado y el terrorismo ejercitados en forma indiscriminada, no deben emplearse (...)*⁹⁶³. Para Guevara, em poucas palavras, “(...) *el terrorismo y el atentado personal son fases absolutamente diferentes (...)*⁹⁶⁴. Da guerra revolucionária, entenda-se. E tão importantes em suas respectivas escalas quanto técnica e moralmente legítimas. Porém, ele não discorre de modo pormenorizado sobre o assunto. Nem aqui e nem nos seus demais textos militares.

Em *Pasajes de la guerra revolucionaria*, por exemplo – de 1963 e composto por lembranças da guerrilha em Cuba –, ele se limita a pouco mais de um parágrafo, quando trata dos atos de sabotagem promovidos no final do primeiro ano de guerrilha. E repete de modo ainda mais resumido o que escreveu em *Guerra de guerrilla*: distingue entre sabotagem e terrorismo propriamente dito, condenando taticamente este. Como quando trata de certos operativos “(...) *que iban desde algunos tecnicamente realizados y bien meditados, hasta acciones terroristas banales realizadas al calor de impulsos individuales, dejando un saldo doloroso de muertes inocentes y de sacrificios de los mejores luchadores, sin significar un verdadero provecho para el pueblo (...)*⁹⁶⁵.

Em um material tão significativo como os *Diarios del Congo* – de 1965, com relatos da fracassada experiência guerrilheira no lado congolês do Lago Tangânica –, ele nem chega a tocar no tema do terrorismo. Da mesma forma como no célebre diário que ele fez na Bolívia dois anos depois, embora neste caso exista certa passagem em que o uso do termo terror desvela toda uma concepção de (e gosto pelo) terrorismo.

Assim, no dia 30 de abril de 1967, ao considerar as dificuldades da guerrilha e a necessidade de se impor à comunidade local, Guevara anota em seu caderno: “(...) *el aislamiento sigue siendo total; las enfermedades han minado la salud de algunos*

⁹⁶³ *Idem, ibidem*, pp. 52.

⁹⁶⁴ *Idem, ibidem*, pp. 57.

⁹⁶⁵ Ernesto Guevara. *Pasajes de la guerra revolucionaria*. Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1985, pp.59.

*compañeros, obligándonos a dividir fuerzas, lo que nos ha quitado mucha efectividad; todavía no hemos podido hacer contacto con Joaquín; la base campesina sigue sin desarrollarse; aunque parece que mediante el terror planificado, lograremos la neutralidad de los más, el apoyo vendrá después (...)*⁹⁶⁶. Em outros lugares, o termo “terror” é usado por Guevara quase invariavelmente como sinônimo genérico de pânico e medo, ou para indicar a violência promovida pelos inimigos da guerrilha. Neste parágrafo, no entanto, não. Aqui, “terror planificado”, diz respeito à própria essência da antiga doutrina leninista de violência revolucionária, na qual todo tipo de ação é justificável, dependendo apenas de sua oportunidade tática.

Seja como for, pouco mais parece encontrar-se na obra escrita do Che a respeito de sugestões práticas, teorias ou doutrinas do terrorismo, tanto em termos de *agitational terror* como em termos de *enforcement terror*. Basicamente, é isto que explica porque Guevara não foi importante para a evolução do conceito em discussão.

Outra coisa, que não se pode confundir com a questão conceitual, foi a dimensão empírica de sua atuação política e militar, cuja influência nas práticas terroristas em todo o mundo foi enorme. A qual enseja um rápido comentário intelectual e moralmente ineludível, embora não fundamental para o desfecho desta *Tese*.

Guevara não foi um comunista típico (por exemplo, nunca militou em uma organização comunista). Mas sempre se mostrou um comunista entusiasmado e implacável. Ele e Raúl Castro foram os dois grandes dirigentes da Revolução Cubana que mais se mostraram “soviéticos”. Embora sua imagem física e jeitão simpático sugerissem uma pessoa ideologicamente arejada, nunca fez qualquer defesa da democracia ou das liberdades individuais nem proferiu a menor crítica ao leninismo ou ao stalinismo. Como rebelde, foi cruel e draconiano. Assassinou pessoas a sangue frio e simulou execuções de seus próprios camaradas para aterrorizá-los. Logo que os “barbudos” entraram em Havana, foi o administrador da famigerada prisão de Las Cabaña (onde esteve José Martí) e o organizador dos julgamentos extrajudiciais que levavam ao *Paredón*. Naquela época, ele e Raúl começaram a criar o G2, a agência de segurança e inteligência do novo regime (depois formalmente denominada Dirección General de Inteligencia). Para isso, foi fundamental a colaboração do Partido Socialista Popular, como se chamava então o partido comunista de

⁹⁶⁶ Ernesto Guevara. *Diario del Che em Bolivia*. Em Carlos Soria Galvarro. *El Che en Bolivia: documentos y testimonios*. La Paz, La Razón, 2005, pp. 108.

Cuba. Dois de seus principais quadros, Víctor Pina e Osvaldo Sánchez, este chefe do Comitê Militar do PSP, estiveram desde o primeiro instante auxiliando o projeto, o qual contou com a assessoria do KGB e do STASI. O órgão secreto recém-criado ficou a cargo de Ramiro Valdés, herói do célebre ataque ao quartel La Moncada e sub-comandante da coluna liderada pelo Che durante a guerrilha, conhecido por seu comunismo ultra radical. Para este grupo fundador foram cooptados também Angel Ciutah – que havia militado nas fileiras do Partido Comunista Espanhol durante a guerra civil na Espanha e que colaborara com a chamada “Tcheka de Barcelona” – e Luis Alberto Lavandeira, “El Francés”, veterano da guerrilha e primeiro “supervisor” de La Cabaña. Dessa forma, não espanta que Guevara tenha sido o principal idealizador e articulador das terríveis UMAPs (“Unidades Militares de Apoio a la Producción”), o sistema de campos de concentração criado em 1964, inspirado no GULAG soviético e desmontado dois anos depois por interferência direta de Fidel, escandalizado com a brutalidade a coisa, diz-se.

Em suma, reiterando o que foi argumentado acima, Guevara tem uma enorme importância na história do terrorismo *tout court*, ou seja, como prática. Mas ele não teve qualquer importância na construção histórica do conceito correspondente. Entenda-se: sob o ponto de vista teórico, doutrinário ou tecnicamente prescritivo.

Dito isso, por fim, há que comentar Régis Debray, estreito colaborador de Guevara e propagandista das suas ideias, muito influente em sua época. Em especial, foi ele o grande responsável pela sistematização teórica da estratégia foquista com seus dois livros sobre o assunto: *Révolution dans la révolution: lutte armée et lutte politique en Amérique Latine* (1967) e *La guérilla du Che* (1974)⁹⁶⁷. O pensamento de Debray sobre o guevarismo em geral é relativamente bem conhecido⁹⁶⁸, não sendo tema de interesse aqui, na medida em que nada acrescenta à discussão do terrorismo. Com efeito, a posição dele sobre esse tipo de guerra irregular é a mesmo de seu parceiro. Ou talvez até mais crítica. As táticas terroristas, entendidas basicamente como operações de sabotagem (ataque a fábricas, pontes, geradores elétricos, edifícios públicos, rodovias, tubulações de óleo etc.), não podem assumir nenhum

⁹⁶⁷ Régis Debray. *Révolution dans la révolution: lutte armée et lutte politique en Amérique Latine* (Paris, Maspero, 1967) e *La guérilla du Che* (Paris, Seuil, 1974).

⁹⁶⁸ Ver, por exemplo, Italo Xavier Cordeiro. *A cultura política da revolução latino-americana na década de 1960: Régis Debray e o foquismo*. Dissertação de mestrado. Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Franca, 2010. Disponível em <<https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/italo.pdf>>.

papel decisivo na luta revolucionária. Todavia, subordinando-se à guerrilha rural, elas podem vir a ter algum valor militar. Mas ele não se dedica a discutir isso em detalhe, reservando ao tema apenas alguns pouquíssimos parágrafos.

Em suma, nenhum dos autores acima comentados teve papel de destaque como ideólogo do terrorismo. Todos eles foram muito importantes como pensadores e disseminadores da violência política entre as décadas de 1940 e 1970, mas nenhum se destacou especialmente por assumir teoricamente práticas terroristas e contribuir para seu *aggiornamento* conceitual.

Apêndice III

A lenta absorção do conceito terrorismo pelo Direito Internacional

Por razões que não cabem ser discutidas aqui, o interesse jurídico pela questão do terrorismo foi historicamente tardio e lento, concorrendo pouco para a formação do conceito correspondente.

Desconsiderando o ambiente da Revolução Francesa e do que ocorreu ali em termos de discussões legais, a palavra “terrorismo” só começou a circular efetivamente nos meios jurídicos na década de 1920. Até então ela era basicamente restrita ao vocabulário de anarquistas e comunistas, com certa repercussão na imprensa *mainstream* que tratava deles. Como será visto mais adiante, nem mesmo no mundo acadêmico parece ter havido interesse significativo por esta expressão.

Somente por ocasião dos diversos tratados internacionais derivados da criação da Sociedade das Nações – sempre marcados por uma preocupação pacifista –, o termo passou a frequentar as convenções e os textos legais. Em geral significando algum tipo de violência extrema, embora mal definida. Assim, por exemplo, ele aparece no Código Aéreo de Haia, de 1923, no capítulo que proibia o bombardeio aéreo sobre populações civis. E na Conferência de Bruxelas para a Unificação do Direito Penal, de 1930, quando o advogado belga Nico Gunzburg trouxe essa nomenclatura para o campo da tipificação criminológica em casos de paz⁹⁶⁹.

Nessa toada, a presença do mote “terrorismo” no mundo legal ganha novo impulso quando em 1934 o Conselho de Segurança da Sociedade das Nações discutiu e repudiou como um “caso de terrorismo” o atentado fatal promovido pouco antes por um revolucionário búlgaro contra o rei Alexandre I da ex-Yugoslávia, então visitando Marselha. Naquela ocasião, reconhecendo que as regras legais para o combate à atividade terrorista não eram suficientemente precisas para garantir uma efetiva cooperação internacional, recomendou-se a formação de um comitê de expertos para discutir a questão.

⁹⁶⁹ Sobre os primeiros documentos legais com a palavra “terrorismo”, ver Luigi Bonaparte. *Dimensioni del terrorismo político: aspetti interni e internazionali, giuridici e politici*. Milão, Franco Angeli Editore, 1979, pp. 24, 46 e ss.

Esse comitê foi constituído apenas em 1937, apresentando depois de alguns meses de trabalho aquilo que deve ser considerado como a primeira definição jurídica da palavra “terrorismo”. Basicamente, como “(...) *all criminal acts directed against a State and intended calculated to create a state of terror in the minds of particular persons or a group of persons or the general public (...)*”⁹⁷⁰.

Por mais que isso representasse um avanço no tratamento jurídico-conceitual da questão (especialmente pela ideia de “*terror in the minds*”), haveria que esperar ainda até a quarta Convenção de Genebra, em 1949, para se dispor de noções mais complexas e consistentes sobre o problema. Não porque naquele encontro a fórmula linguística “terrorismo” fosse particularmente especificada ou melhor tratada. Isso não aconteceu. Mas porque diversas resoluções traziam ideias novas que permitiam pensar melhor a especificidade da violência terrorista, como aquelas de “escudo humano ou “punição coletiva”, por exemplo.

Mais um longo tempo se passou até se alcançar novas definições, o que começou a acontecer somente na década de 1960, no âmbito da luta contra a captura de aeronaves civis e tomada de reféns⁹⁷¹.

Em 1977, com os dois Protocolos Adicionais à Conferência de Genebra, chegou-se à base da chamada Law of Armed Conflict (LOAC), uma coleção de 52 documentos, tratados e declarações sobre proteção a vítimas civis em conflitos internacionais (Protocolo I) e em conflitos domésticos (Protocolo II).

Desde então, seguiram-se várias outras conferências promovidas pela ONU no sentido de combater o terrorismo, as quais contribuíram para consagrar juridicamente o termo. Entre elas, especialmente a Convention Against the Taking Hostages (Nova York, 1979), a Convention for the Suppression for the Terrorist Bombings (Nova York, 1997) e a Convention for the Suppression of the Financing Terrorism (Nova York, 1999). Todavia, em toda essa trajetória, nada de essencialmente novo foi acrescentado ao conceito enquanto tal, que já não estivesse declarado por seus principais criadores e proponentes.

⁹⁷⁰ Thomas Frank e Bert Lockwood. “Preliminary thoughts toward na international convention on terrorismo”. *The American Journal os International Law*. Washington, 1974, v. VVXVIII, n. 1, pp. 69, 78 e ss.

⁹⁷¹ Ver especialmente a Convention on Offenses and Other Acts Committed on board Aircraft, realizada em Tóquio em 1963.

Apêndice IV

A tardia emergência do terrorismo como campo de estudo acadêmico e o problema do consenso teórico sobre o objeto

A entrada do terrorismo no universo acadêmico foi ainda mais tardia do que sua entrada no mundo do Direito Internacional. Por incrível que possa parecer – afinal doutrinas e práticas terroristas já estavam gravemente presentes na vida política moderna há mais de um século –, somente na década de 1970 começaram a surgir estudos sistemáticos tendo a questão como objeto. Nesse sentido, foram pioneiros os brilhantes trabalhos de David Rapoport⁹⁷², Paul Wilkinson⁹⁷³, Gérard Chaliand⁹⁷⁴, Martha Crenshaw⁹⁷⁵, Walter Laqueur⁹⁷⁶ e Paul Wilkinson⁹⁷⁷, entre alguns poucos outros.

Em compensação, a partir dali, nas décadas posteriores esses e outros pesquisadores que foram se somando ao esforço comum de dissecar e interpretar o fenômeno da violência terrorista lograram produzir – em relativamente pouco tempo e desde perspectivas bem diversas – uma substantiva massa de conhecimentos sobre o tema.

As pesquisas que levaram a isso naturalmente se espraiaram por variados recortes temáticos: históricos, filosóficos, psicológicos etc. Entretanto, apesar dessa variedade de enfoques, todos eles se mostraram consubstanciados por uma interrogação. Afinal, o que se deve entender precisamente por terrorismo? Questão reconhecidamente difícil por causa das propriedades polifacéticas do próprio fenômeno e das paixões políticas e morais que ele costuma evocar.

⁹⁷² David Rapoport. *Assassination and terrorism*. Ottawa, Canadian Broadcasting Corporation, 1971.

⁹⁷³ Paul Wilkinson. *Political terrorism*. Londres, Palgrave, 1974.

⁹⁷⁴ Gérard Chaliand. *Terrorismes et guerillas*. Paris, Flammarion, 1976.

⁹⁷⁵ Martha Crenshaw. *Revolutionary terrorism: the FLN in Algeria (1954-1962)*. Stanford, Hoover Institution Press, 1978.

⁹⁷⁶ Walter Laqueur. *The terrorism reader: a historical anthology*. Nova York, New American Library, 1978.

⁹⁷⁷ Paul Wilkinson. *Terrorism: theory and practice*. Boulder (Colorado), 1979.

Dessa forma, os estudos sobre terrorismo vêm se preocupando de modo especial com a possibilidade de uma real discussão intersubjetiva, chamando à atenção para a importância de estabelecer certo consenso conceitual mínimo, de caráter operativo, para permitir um debate produtivo.

Na década de 1980, os estudos de Gerd van der Heuvel⁹⁷⁸ e de Rudolf Walther⁹⁷⁹ no âmbito da *Begriffsgeschichte* foram fundamentais nesse sentido, o primeiro tratando especificamente do surgimento do conceito terrorismo na Revolução Francesa e o segundo investigando a origem do conceito de forma mais ampla.

Dos trabalhos iniciais discutindo o conceito terrorismo na década de 1970 até os dias de hoje muitas perguntas surgiram, sendo que várias delas ainda estão em aberto. O terrorismo continua a ser um desafiador poliedro de muitas faces. Todavia já na década de 1990, um conjunto básico de ideias já eram relativamente consensuais entre os especialistas mais importantes.

Essas ideias formam a base do consenso acadêmico atual sobre a questão, que pode ser resumido em dez proposições básicas:

1. Terrorismo não é uma ideia abstrata nem se refere a uma violência abstrata. Ele está relacionado a práticas e doutrinas que podem ser teóricas e historicamente isoladas e que o distinguem de outras formas de coerção. Do mesmo modo, ‘terrorismo’ não é uma essência. Não existe exatamente um “ser” terrorista, mas mais propriamente um “estar” terrorista. Em poucas palavras, terrorismo é praticar diversos tipos de violência de certa maneira específica (Crenshaw⁹⁸⁰, Schmid etc.).

2. Terrorismo é basicamente um método político (podendo ser aplicado em agendas não políticas) que emprega certas técnicas e estilos de violência para exercer poder (Crenshaw, Schmid etc.).

⁹⁷⁸ Gerd van der Heuvel. “Terreur”, “terroriste”, “terrorisme”. Em: Rolf Reichardt e Eberhard Schmitt (orgs.). *Handbuch politisch-sozialer grundbegriffe in frankreich*. Munique, R. Oldenburg Verlag, 1985, v. III, pp. 89-132.

⁹⁷⁹ Rudolf Walther. “Terror”, “terrorismos”. Em: Otto Brunner, Werner Konze e Reinhart Koselleck (orgs.). *Geschichtliche Grundbegriffe: lexicon zur politisch-sozialen sprache in Deutschland*. Stuttgart, Klette-Cotta, 1987, v. VI, pp. 323-444.

⁹⁸⁰ Martha Crenshaw. “Thoughts on relating terrorism to historical contexts”. Em: Martha Crenshaw (org.). *Terrorism in context*. Pennsylvania, Pennsylvania State University Press, 1995.

3. O terrorismo está relacionado a atos destinados a gerar medo, pânico e ansiedade. Não se intenciona exatamente eliminar o adversário, mas mantê-lo sob pressão psicológica. O terrorismo aposta no conflito esperando alcançar, a partir da insegurança resultante de sua ação, uma posição de força (para obter publicidade, fazer valer exigências, mobilizar ou imobilizar setores da sociedade, extorquir dinheiro etc.).

4. O terrorismo pretende que os efeitos psicológicos do ato de violência praticado sejam desproporcionados em relação a seus efeitos puramente físicos ou ao seu significado militar. Como abalar o inimigo em termos psicológicos é mais importante do que eliminá-lo, a violência terrorista procura ser sensacionalista e publicizada. Por isso, os alvos escolhidos são, antes de tudo, símbolos: um patrimônio afetivo, uma comunidade, uma autoridade, um familiar do inimigo etc. (Reich⁹⁸¹, O'Balance⁹⁸²).

5. No terrorismo as vítimas diretas não são o objetivo final (como em um mero assassinato político feito no anonimato, no qual vítima e alvo coincidem), mas servem como geradores de mensagem para atingir e impressionar diferentes destinatários.

6. Terrorismo é espetáculo, “ameaça encenada”, “estratégia de comunicação” (Münkler⁹⁸³). Ele pretende promover um sentimento catártico e tudo quanto tenha valor de choque lhe interessa. Divulgar o ato violento, promover execuções públicas, expor cadáveres: o ato terrorista valoriza a propaganda em sentido estratégico, não tático (Schimid/de Graaf⁹⁸⁴).

7. Os autores e as causas em nome das quais a violência é praticada são irrelevantes para uma definição técnica do terrorismo. Independente de quem o comete e porque o comete, o terrorismo se define pela moldura formal na qual se inscreve o ato violento concreto e pela modalidade do dano que este gera (Jenkins⁹⁸⁵, Primoratz⁹⁸⁶).

⁹⁸¹ Walter Reich. *Origins of terrorism: psychologies, ideologies, theologies, states of mind*. Washington, Woodrow Wilson Center Press, 1998.

⁹⁸² Edgar O'Balance. *Language of violence: the blood politics of terrorism*. San Rafael, Presidio Press, 1979.

⁹⁸³ Herfried Münkler. *Viejas e nuevas guerras: asimetría y privatización de la violencia*. Madrid, Siglo XXI, 2005.

⁹⁸⁴ Alex Schmid e Janny de Graaf. *Violence as Communication*. Londres, Sage, 1982.

⁹⁸⁵ Brian Jenkins. *Terrorism and personal protection*. Stoneham, Butterworth, 1984.

⁹⁸⁶ Igor Primoratz. “What is terrorism?”. Em: *Journal of Applied Philosophy*. Society for Applied Philosophy/Eilleu Blackwell, Hoboken (Nova Jersey), 1990, v. VII, pp. 129-148.

8. As práticas terroristas, mesmo se formalmente orientadas apenas contra inimigos específicos, tendem a atingir a sociedade como um todo, especialmente os cidadãos comuns. Em primeiro lugar, porque assumem politicamente o risco de atingi-los. Em segundo porque, por pressupor uma correlação de forças em algum grau assimétrica, atacam em geral a parte mais débil do campo inimigo, no qual a população civil está mais exposta. Em terceiro lugar, porque a lógica dualista tradicional do terrorismo (“nós” e “eles”) tende a borrar a distinção combatente e não combatente (incluindo entre os “inimigos” tudo que não seja “amigo”).

9. A violência terrorista generaliza o adversário e desumaniza o alvo (Primoratz). Todo ato terrorista se baseia, em alguma medida, no mecanismo de “transferência de culpa” (Wilkinson), por meio do qual a violência praticada encontra autolegitimação e elude o juízo moral sobre suas ações. Culpabilizar, diretamente ou em última instância, a vítima e terceiros pelo ato cometido (“eles começaram”, “eles são piores”, “se não fossem eles” etc.) funciona tanto como um artifício de autodefesa psicológica quanto como um método de propaganda.

10. O terrorismo não é um fenômeno homogêneo e uma clivagem fundamental em sua tipologia deve considerar primeiramente a diferença entre *enforcement terror* e *agitational terror*, avançando a partir disso para outras noções de igual importância teórica. Por *enforcement terror* entende-se o terrorismo usado para manter uma ordem política (ou de outra natureza) já existente. Ao contrário, por *agitational terror* entende-se o terrorismo usado para subverter uma ordem política (ou de outra natureza) já existente. Outra consideração fundamental deve levar em conta se o agente perpetrador é estatal, paraestatal ou não estatal (Sluka⁹⁸⁷, Stohl/Lopez⁹⁸⁸).

Evidentemente, essas dez ideias estão longe de encerrar a discussão sobre o que seja terrorismo. No entanto, elas fornecem uma sólida base racional e metódica para o debate intersubjetivo sobre o aspecto teórico da questão. Nesse sentido, para aprofundamento da discussão, ver especialmente Schmid⁹⁸⁹, Alexander/Wilkinson⁹⁹⁰, Eeinberg/Pedahzur⁹⁹¹, Jenkins/Cordes⁹⁹², Rapoport⁹⁹³ e Wardlaw⁹⁹⁴.

⁹⁸⁷ Jeffrey Sluka. *Death squad: the anthropology of state of terror*. Filadélfia. University of Pennsylvania Press, 2000.

⁹⁸⁸ Michael Stohl e George Lopez. *Government violence and repression: an agenda for research*. Westport, Greenwood Press, 1986.

⁹⁸⁹ Alex Schmid. “Revised academic consensus definition of terrorism”. Em: Alex Schmid, *Handbook of terrorism research*. Londres, Routledge, 2009.

⁹⁹⁰ Yonah Alexander e Paul Wilkinson (orgs.). *Terrorism: theory and practice*. Boulder Colorado, Westview Press, 2009.

⁹⁹¹ Leonard Einberg e Ami Pedahzur. “*The challenges of conceptualizing terrorism*”. Em: *Terrorism and Political Violence*. Londres, Routledge, 2014, v. XVI, n. 4, pp. 777-794.

⁹⁹² Brian Jenkins e Bonie Cordes (orgs.). *A conceptual framework for analyzing terrorist groups*. Santa Monica, Rand Corp., 2015.

⁹⁹³ David Rapoport (org.). *Terrorism: critical concepts in Political Science*. Oxford, Routledge, 2004.

⁹⁹⁴ Grant Wardlaw. *Terrorism: theory, tactics and counter-measures*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

Apêndice V

Sobre a noção de pós-modernidade

Primeiramente, que fique manifesto o quanto não se pretende aqui considerar em profundidade o tema da pós-modernidade, assunto reconhecidamente polêmico e difícil que requer tratamento de maior fôlego e outro ambiente textual.

O que se intenciona no momento é apenas deixar claro como o termo “pós-modernidade” é entendido no contexto desta *Tese*, bem objetivamente para alicerçar a discussão sobre certo significado pós-moderno da obra de Marighella.

Assim, desde logo deve ser destacado que a expressão “pós-modernidade” vem evocada aqui como uma categoria meramente operativa, sem ambições filosóficas ou meta-históricas.

Nesse sentido, por pós-modernidade entende-se então, prosaicamente, certa “condição” cultural predominante nas últimas décadas, resultado de uma combinação de novas exigências da vida cotidiana, novas mentalidades e novas tecnologias, as quais representam uma “quebra” com relação à modernidade *tout court*.

Essa “condição” pode ser resumida esquematicamente em algumas características estruturais que encontram substantivo consenso em grandes estudiosos do tema. Entre eles, Lyotard⁹⁹⁵, Baudrillard⁹⁹⁶, Debord⁹⁹⁷, Kumar⁹⁹⁸, Helles/Fehér⁹⁹⁹ e Boaventura¹⁰⁰⁰.

Muito sumariamente descritas, em termos gerais elas são as seguintes:

⁹⁹⁵ Jean-François Lyotard. *A condição pós-moderna*. São Paulo, José Olympio, 1986.

⁹⁹⁶ Jean Baudrillard. *Simulacros e simulação*. Lisboa, Relógio d'Água, 1991.

⁹⁹⁷ Guy Debord. *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

⁹⁹⁸ Krishan Kumar. *Da sociedade industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

⁹⁹⁹ Agnes Helles e Ferenc Fehér. *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

¹⁰⁰⁰ Boaventura Souza Santos. “O social e o político na transição pós-moderna”. Em: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), 1993, n. 31, pp. 181-208.

1) Crise das meta-narrativas. Tendência ao questionamento das “narrativas sobre narrativas” (de significado histórico, filosófico, científico, religioso, estético, comportamental etc.). Substituição das grandes e tradicionais narrativas universais por pequenas e rebeldes narrativas fragmentadas. Desintegração da ideia moderna de uma racionalidade abrangente em inúmeras “mini-racionalidades”. Guerra de narrativas. A verdade é pessoal e resultado da experiência e das preferências individuais.

2) Advento de hiper-realidades. Tendência a tomar como real (ou mais propriamente como “aperfeiçoamento da realidade”) coisas improváveis, intangíveis ou mesmo fabulosas. Essa tendência se mostra desde privilegiar vivências de situações virtuais em detrimento de situações concretas (ver, por exemplo, o espaço ocupado pela pornografia telemática na vida cotidiana atual, ou pelos jogos) até atribuir significados arbitrários a palavras, ideias e comportamentos esvaziados de seu sentido formal e tradicional, adotando esses significados como se fosse a coisa mais “real” do mundo (ver, por exemplo, os usos absurdos do termo “fascismo” na atualidade). Nesse segundo caso, a coisa geralmente acontece por meio de uma operação bem mais consciente e politicamente motivada, a qual parte do princípio de que não pode haver pensamento sem linguagem, deduzindo-se disso que a linguagem cria e define a realidade conforme percebida pelos humanos. Daí o interesse em dominar essa realidade por meio da construção/manipulação da linguagem; o que remete à guerra de narrativas comentada acima.

3) Sobreposição paradoxal ou ruptura com o pensamento linear. Tendência a juntar coisas distintas e até mesmo obviamente contraditórias. Pluralismo, ecletismo, hibridismo e sincretismo são alguns aspectos disso. Outros aspectos se referem à preferência pela linguagem irônica, pelo duplo sentido, pelo sarcasmo. Cultura do “vale tudo”, no sentido da adoção e justaposição de elementos desigualmente referenciados. Por exemplo, no plano da arte, a arquitetura pluralista atual, a *fusion cuisine*, as modas do vestuário etc.

4) Polifonia e intertextualidade. Quanto ao primeiro caso, tendência à presença de muitas vozes em um texto, ou seja, à heterogeneidade enunciativa. Produção de discursos variados de forma simultânea, mais ou menos controversos, sem que um anule o outro. Inexistência de discursos puros. Quanto ao segundo caso, tendência à criação de um texto a partir de outro. A interpretação/significado de um texto invariavelmente vai depender da relação que se estabelece com outros textos que o perpassam. Cultura da citação. Metáfora do palimpsesto.

5) Diversificação de competências. Tendência à versatilidade do indivíduo em comprometer-se e desempenhar simultaneamente diferentes habilidades e funções. Por exemplo, como ocorre com o crescente número de pessoas que trabalham, estudam, praticam um esporte, têm algum hobby e cuidam elas mesmas do trabalho doméstico. Ou, em escala ainda mais banal, quando uma pessoa faz duas ou mais coisas radicalmente distintas ao mesmo tempo, como correr para se exercitar e escutar um concerto musical por meio de fones de ouvido. Multifuncionalidade.

6) Esvaziamento deontológico. Tendência à relativização dos padrões de dever moral/ético e, no limite, recusa de toda regra ou valor moral/ético universal. Tudo é relativo. Não há nada absoluto, nada totalmente mau ou bom. Moralidade pragmática e utilitarista: o valor ético a partir do interesse particular. Em princípio, tudo é legítimo e permitido.

7) Afrouxamento da racionalidade. Tendência de crescimento do anti-intelectualismo: comportamentos tribais, crenças religiosas, consumo de drogas, voluntarismo (a primazia da vontade sobre a razão) etc. O discurso emocional sobrepujando a razão intersubjetiva.

8) Individualismo. Tendência à autonomia do sujeito e à subjetividade de cada qual. Ênfase na liberdade de escolha, na realização pessoal e na relativa possibilidade de viver sem depender dos outros. Afirmação da ação individual.

9) Premência do presente. Tendência à valorização do tempo curto. Soluções imediatas, urgência na ação, pressa. Tudo deve acontecer aqui e agora.

10) Importância da visibilidade pública. Tendência relativa à crescente valorização e dominância dos meios de comunicação de massa nas determinações da vida cotidiana no mundo contemporâneo. A mídia como instrumento de construção do real. Sociedade do espetáculo. Importância da imagem e da propaganda.

11) Globalismo¹⁰⁰¹. Tendência à cada vez mais rápida multiplicação das redes de comunicação e trocas transcontinentais, com a conseqüente geração de fenômenos culturais mundiais. Alimentando os mais variados tipos e níveis de experiência humana comunitária,

¹⁰⁰¹ Há autores que distinguem “globalismo”, como conceito político, de “globalização”, como conceito econômico, exigindo dessas palavras usos muito técnicos. Tal discussão é relevante, mas não importa no momento. O termo globalismo é usado aqui no sentido simples e razoável de “mundialização”; isto é, de “ocorrência mundial de alguma coisa”. Não desde que as grandes navegações e o capitalismo mercantil começaram a integrar culturalmente o globo terrestre. Mas, sim, na evidente escala hiper-acelerada do tempo presente.

essas redes promovem formidável integração planetária e forte padronização de ideias e comportamentos, como nunca antes.

Obviamente, esses onze predicados não englobam todas as características da pós-modernidade. Nessa listagem, fica de fora, por exemplo, tudo aquilo referente a certa discussão econômica (cultura do consumismo, acumulação capitalista flexível etc.) e estética (crise do objeto, fim das vanguardas, arte efêmera etc.).

No entanto, apesar dessa limitação, o que foi exposto até agora parece já ser suficiente, como parâmetro teórico elementar, para dimensionar o sentido pós-moderno da obra textual de Marighella.